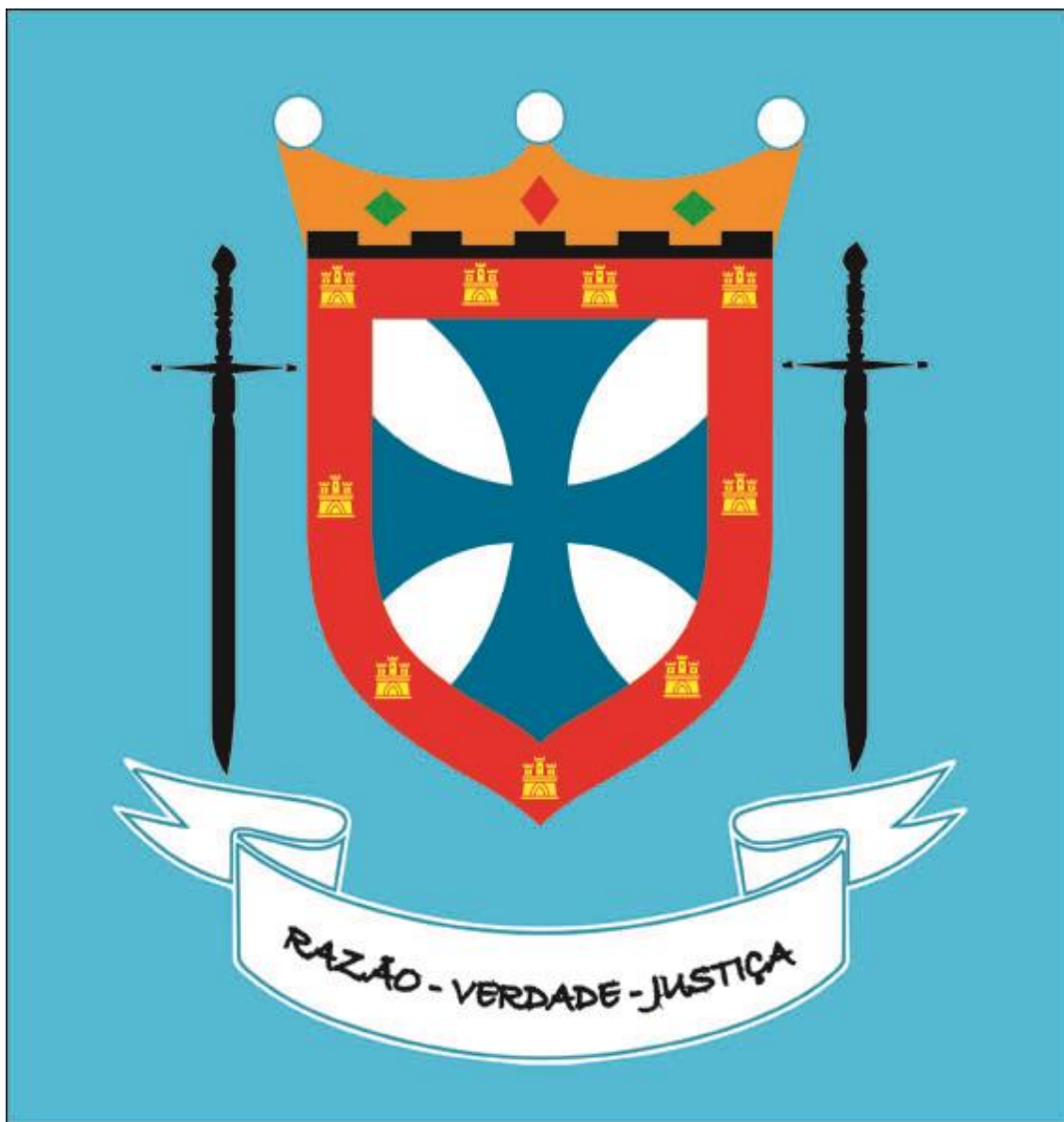


CASA IMPERIAL PORTUGUESA
COLECÇÃO
ÓRGÃOS DE SOBERANIA



REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO
PORTUGUÊS

NENHUM CIDADÃO NASCE CRIMINOSO,
A SOCIEDADE É QUE O TRANSFORMA.

SUAS MAJESTADES,
REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS,
REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS,
REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS,
REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGÊS,
DECRETAM EM UNÍSSONO,
NO ÂMBITO DAS SUAS COMPETÊNCIAS PARA VIGORAR COMO LEI
EM TODO O ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS:

MATÉRIA PRIMEIRA PROCESSO PENAL

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E GERAIS

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÕES LEGAIS.

1 – Para efeitos do disposto no presente CÓDIGO compreende-se por:

- a) **CRIME**, O conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao autor de uma pena ou de uma medida de segurança criminal;
- b) **AUTORIDADE JUDICIÁRIA**, O juiz, o juiz de instrução, o provedor de justiça português, o procurador de justiça português e o ministério público, cada um relativo aos actos processuais envoltos das suas competências;
- c) **ÓRGÃO de POLÍCIA CRIMINAL**, Todas as entidades e agentes policiais a que competir levar a efeito quaisquer actos ordenados por uma **AUTORIDADE JUDICIÁRIA** ou determinados pelo presente CÓDIGO;
- d) **AUTORIDADE de POLÍCIA CRIMINAL**, Os directores, oficiais, inspectores e sub-inspectores de polícia e todos os funcionários policiais a quem as leis respectivas reconhecerem aquela qualificação e competência;
- e) **SUSPEITO**, Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, relativa à qual existam indícios de preparação, tentativa ou execução da prática de um acto crime, ou que no mesmo participaram ou vão participar, ou foram coniventes ou se preparam para o ser;
- f) **ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL dos FACTOS**, Os factos que produzam o efeito de atenuação ou agravação de uma pena ou medida de segurança, na imputação ao arguido de um determinado tipo de crime;
- g) **RELATÓRIO SOCIAL**, A informação para os efeitos e nos casos previstos nesta lei, prestada pelos serviços de reinserção social aos órgãos de soberania jurídicos competentes pelo acto processual, relativamente à inserção familiar, educativa, laboral e social do arguido ou da vítima, com o objectivo de auxiliar no conhecimento da personalidade do arguido ou na minimização às vítimas, dos efeitos produzidos pelo acto crime praticado;
- h) **INFORMAÇÃO dos SERVIÇOS de REINSERÇÃO SOCIAL**, A resposta para os efeitos e nos casos previstos na lei, prestada pelos serviços de reinserção social ao órgão de soberania jurídicos competente pelo acto processual, relativamente às solicitações concretas sobre a condição pessoal, familiar, escolar, laboral ou social do

arguido ou da vítima, com o objectivo de auxiliar no conhecimento da personalidade do arguido ou na minimização às vítimas, dos efeitos produzidos pelo acto crime praticado;

i) **TERRORISMO**, As condutas que dolosamente atentarem contra a segurança do estado, bem como que integrem os crimes de terrorismo, organização terrorista e terrorismo internacional;

j) **CRIMINALIDADE VIOLENTA**, As condutas que dolosamente atentarem contra a vida, a integridade física e psicológica, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual, os bens jurídicos pessoais, a crença religiosa, o respeito aos entes queridos, a segurança das comunicações, a realização da justiça, a autoridade pública ou o planeta terra;

l) **CRIMINALIDADE ALTAMENTE ORGANIZADA**, As condutas que integrem crimes de associação criminosa e organização criminosa, discriminação racial, xenofobia, legislativa, religiosa e sexual, tortura e outros tratamentos cruéis, o tráfico de pessoas, armas, estupefacientes, plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas, tabaco, bebidas alcoólicas, medicamentos, substâncias químicas, contrabando, branqueamento, troca comercial directa, violação de segredo, aproveitamento indevido de segredo, extorsão, insolvência, especulação, receptação, abuso de patente, pirataria, administração danosa, corrupção, peculato, participação económica em negócio, abuso de poder, violação de correspondência ou telecomunicações, conspiração por especulação, aliciamento das forças de intervenção, de falsificação e contrafacção.

ARTIGO SEGUNDO – LEGALIDADE DO PROCESSO.

1 – A aplicação de penas e de medidas de segurança criminais só pode ter lugar em conformidade com as disposições do presente CÓDIGO.

ARTIGO TERCEIRO – APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – As disposições deste CÓDIGO são subsidiariamente aplicáveis, salvo disposição legal em contrário, aos processos de natureza penal regulados em lei especial.

ARTIGO QUARTO – INTEGRAÇÃO DE LACUNAS.

1 – Sempre que nos casos omissos as disposições do presente CÓDIGO não puderem aplicar-se por analogia, observam-se as normas do processo civil que se harmonizem com o processo penal e na sua falta aplicam-se os princípios gerais do processo penal.

ARTIGO QUINTO – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO.

1 – A lei processual penal é de aplicação imediata, sem prejuízo da validade dos actos realizados na vigência da lei anterior.

2 – A lei processual penal não se aplica aos processos iniciados anteriormente à sua vigência, quando da sua aplicabilidade imediata possa resultar:

- a) Agravamento sensível e ainda evitável da condição processual do arguido, nomeadamente uma limitação do seu direito de defesa; ou
- b) Quebra de harmonia e unidade dos vários actos do processo.

ARTIGO SEXTO – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO.

1 – A lei processual penal é aplicável em todo o espaço territorial português, continental e arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como em todo o espaço territorial soberano exterior, sempre que o estado português se obrigue por tratado, convenção ou normas do direito internacional.

ARTIGO SÉTIMO – SUFICIÊNCIA DO PROCESSO PENAL.

1 – O processo penal é promovido independentemente de qualquer outro processo e resolve em si próprio todas as questões exigidas à decisão da causa.

2 – Sempre que para se identificar a existência de um crime, for exigido julgar qualquer questão não penal que não possa ser convenientemente resolvida no processo penal, pode o tribunal suspender o processo para que se decida esta questão no tribunal competente.

3 – A suspensão pode ser requerida após a acusação ou o requerimento para abertura de instrução, pelo ministério público, pelo procurador de justiça, pelo provedor de justiça, pelo assistente ou pelo arguido ou pode ser ordenada oficiosamente pelo tribunal. A suspensão em caso algum pode prejudicar a realização de diligências urgentes de prova.

4 – O tribunal define o prazo de suspensão, nunca superior a seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, sempre que a demora da decisão não for imputável ao assistente ou ao arguido. O ministério público, o procurador de justiça e o provedor de justiça podem sempre intervir no processo não penal para promoverem a celeridade processual e informarem o tribunal penal. Extinto o prazo sem que a questão prejudicial tenha sido resolvida ou se a acção não tiver sido proposta no prazo máximo de trinta dias, a questão é decidida no processo penal.

ARTIGO OITAVO – REVISÃO, REABERTURA E TRANSFORMAÇÃO DAS SENTENÇAS ANTERIORMENTE APLICADAS.

1 – Os tribunais competentes pelas sentenças condenatórias anteriormente aplicadas à entrada em vigor do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, vão rever e reabrir no mais curto espaço de tempo todos os processos em que tenham intervindo e que no hoje se encontrem a ser cumpridos de modo e forma à transformação da moldura penal das penas e das medidas aplicadas para a LEI ACTUAL.

2 – Os tribunais competentes por sentenças absolutórias anteriormente aplicadas à entrada em vigor do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, oficiosamente ou a requerimento, vão rever e reabrir no mais curto espaço de tempo todos os processos em que os arguidos se tenham recusado a depor em acto de julgamento e que com o seu silêncio tenham obstruído as funções do respectivo tribunal no apuramento da veracidade dos factos em julgado.

3 – Nos termos do número anterior, todo o arguido que na reabertura do processo de sentença absolutória reincidir na recusa de depoimento sobre os factos não provados com a sua obstrução em julgamento anterior, incorre na imputação da responsabilidade penal pelos factos que se recusar a depor, sendo condenado nos termos da moldura penal actual aplicada ao acto crime praticado.

PARTE PRIMEIRA PRINCÍPIOS UNIVERSAIS

LIVRO PRIMEIRO – SUJEITOS DO PROCESSO.

TÍTULO PRIMEIRO – JUÍZ E TRIBUNAL.

CAPÍTULO PRIMEIRO – JURISDIÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL.

1 – Os tribunais judiciais, civis e militares, são os órgãos de soberania jurídicos competentes para decidir as causas penais e aplicar penas e medidas de segurança criminais.

ARTIGO SEGUNDO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICCIONAL PENAL.

1 – Os tribunais judiciais, civis e militares, administram nos termos dos poderes para si consignados a justiça penal de acordo com a lei e o direito português.

2 – No exercício das suas funções e competências, os tribunais e demais autoridades judiciárias têm o direito de ser coadjuvados por todas as demais autoridades da vida do REINO de PORTUGAL, afirmando um carácter prioritário a colaboração face aos demais serviços.

CAPÍTULO SEGUNDO – COMPETÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.

1 – A competência face aos demais órgãos de soberania e aos actos próprios, bem como a competência material e funcional dos tribunais em matéria penal é regulada pela parte segunda deste CÓDIGO e subsidiariamente pelas leis de organização judiciária

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DOS TRIBUNAIS.

1 – São competentes para julgar os processos crimes em 1ª INSTÂNCIA:

- a) Os reais tribunais civis municipais portugueses, para crimes sem recurso a armas ou actos violentos cujo objecto se centre no homem;
- b) Os reais tribunais civis concelhios portugueses, para crimes sem recurso a armas ou actos violentos cujo objecto se centre no espaço e movimento;
- c) Os reais tribunais militares concelhios portugueses, para crimes com recurso a armas e actos violentos cujo objecto se centre no homem e movimento; e
- d) Os reais tribunais militares regionais portugueses, para crimes com recurso a armas e actos violentos cujo objecto se centre no espaço.

2 – São competentes para julgar os processos crimes em 2º INSTÂNCIA, a RELAÇÃO, sendo constituída pelos:

- a) Reais tribunais civis regionais portugueses, para crimes sem recurso às armas ou actos violentos cujo objecto se centre no espaço, homem e movimento; e
- b) O real tribunal militar português, para crimes com recurso às armas ou actos violentos cujo objecto se centre no espaço, homem e movimento.

3- São competentes para julgar os processos crimes em 3ª INSTÂNCIA o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DA PENA APLICÁVEL.

1 – Para efeitos da determinação da pena aplicável, são tidos em consideração todos os factos e circunstâncias que possam elevar o máximo legal da pena a aplicar no processo.

ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DO JUIZ DE INSTRUÇÃO.

1 – Compete ao juiz de instrução proceder à instrução, decidir quanto à pronúncia e exercer todas as funções jurisdicionais até à remessa do processo para julgamento, nos termos consignados no presente CÓDIGO.

ARTIGO QUINTO – NORMAS GERAIS DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL.

1 – É competente para identificação de um crime o tribunal em cuja área se tiver verificado a consumação.

2 – Tratando-se de crime que compreenda como elemento a perda de vidas humanas, é competente o tribunal, civil ou militar, em cuja área o autor actuou ou em caso de omissão deveria ter actuado.

3 – Para identificação de um crime que se consuma por actos sucessivos ou reiterados, ou por um único acto susceptível de se prolongar no tempo, é competente o tribunal, civil ou militar, em cuja área se tiver praticado o último acto ou tiver cessado a consumação.

4 – Sempre que o crime não se tiver consumado, é competente para identificação de um crime o tribunal, civil ou militar, em cuja área se tiver praticado o último acto de preparação, tentativa ou execução.

ARTIGO SEXTO – CRIME COMETIDO A BORDO DE MEIO DE TRANSPORTE.

1 – É competente para identificação de um crime cometido a bordo de embarcação o tribunal, civil ou militar, para onde o autor se dirigir ou onde desembarcar, sendo nos casos em que o autor se não dirija ao espaço territorial português ou nele não desembarcar, ou for elemento da tripulação o tribunal, civil ou militar, da área de matrícula da embarcação.

2 – É competente para identificação de um crime cometido a bordo de aeronave o tribunal, civil ou militar, para onde o autor se dirigir ou onde desembarcar, sendo nos casos em que o autor se não dirija ao espaço territorial português ou nele não desembarcar, ou for elemento da tripulação o tribunal, civil ou militar, da área de matrícula da aeronave.

3 – É competente para identificação de um crime cometido a bordo de locomotiva férrea ou meio de transporte em circulação sobre carris o tribunal, civil ou militar, para onde o autor se dirigir ou onde desembarcar, sendo nos casos em que o autor se não dirija ao espaço territorial português ou nele não desembarcar, ou for elemento da tripulação o tribunal, civil ou militar, da área de matrícula da locomotiva ou do meio de transporte em circulação sobre carris.

4 – É competente para identificação de um crime cometido a bordo de meio de transporte rodoviário colectivo o tribunal, civil ou militar, para onde o autor se dirigir ou onde desembarcar, sendo nos casos em que o autor se não dirija ao espaço territorial português ou nele não desembarcar, ou for elemento da tripulação o tribunal, civil ou militar, da área de matrícula do meio de transporte rodoviário colectivo.

5 – É competente para identificação de um crime cometido a bordo de meio de transporte rodoviário singular o tribunal, civil ou militar, da área de ocorrência do crime ou em caso de omissão da área onde deveria ter ocorrido.

6 – É competente para identificação de um crime cometido a bordo de meio de transporte tradicional ou animal o tribunal, civil ou militar, da área de ocorrência do crime ou em caso de omissão da área onde deveria ter ocorrido.

7 – Para os demais casos não previstos nos números anteriores é competente o tribunal, civil ou militar, da área onde primeiro tiver havido notícia do crime.

ARTIGO SÉTIMO – CRIME DE LOCALIZAÇÃO DUVIDOSA OU DESCONHECIDA.

1 – Se o crime se relacionar com áreas diversas e houverem dúvidas face à localização do elemento relevante para a determinação da competência territorial, é competente para identificação de um crime o tribunal, civil ou militar, de qualquer das áreas, dando preferência ao tribunal, civil ou militar, onde primeiro tiver havido notícia do crime.

2 – Sempre que for desconhecida a localização do elemento relevante do crime, é competente o tribunal, civil ou militar, da área onde primeiro tiver havido notícia do crime.

ARTIGO OITAVO – CRIME COMETIDO NO ESTRANGEIRO.

1 – Se o crime for cometido no estrangeiro, é competente para identificação de um crime o tribunal, civil ou militar, da área onde o autor tiver sido encontrado ou do seu domicílio.

2 – Sempre que o crime for cometido em parte no estrangeiro é competente para identificação de um crime o tribunal, civil ou militar, da área portuguesa onde tiver sido praticado o ultimo acto relevante do crime praticado

3 – Sempre que no disposto nos números anteriores não for possível determinar a competência para identificação de um crime, a mesma pertence ao tribunal, civil ou militar, da área onde primeiro tiver havido notícia do crime.

ARTIGO NONO – PROCESSO RESPEITANTE A MAGISTRADO.

1 – Sempre que num acto processual jurídico for ofendido magistrado com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil e para que o processo deva ter competência por força das disposições anteriores, é competente para identificação de um crime o tribunal, civil ou militar, da área onde o magistrado exerce as suas funções e competências jurídicas, salvo tratando-se de magistrados do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS e do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, cuja competência é do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO – CASOS DE CONEXÃO.

1 – Há conexão de processos, sempre que.

a) O mesmo autor tiver cometido vários crimes através da mesma acção ou omissão;

b) O mesmo autor tiver cometido vários crimes na mesma ocasião ou lugar, sendo uns causa ou efeitos dos outros, ou destinando-se uns à continuação ou ocultação dos outros;

c) O mesmo crime tiver sido cometido por vários autores em participação;

d) Diversos autores tiverem cometido vários crimes em comparticipação, na mesma ocasião ou lugar, sendo uns causa ou efeito dos outros, ou destinando-se uns à continuação ou ocultação dos outros;

e) Diversos autores tiverem cometido vários crimes reciprocamente na mesma ocasião ou lugar.

2 – A conexão só opera relativamente aos processos que se encontrarem simultaneamente na fase de inquérito, de instrução ou de julgamento.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONEXÃO DE PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DE TRIBUNAIS COM SEDE NA MESMA COMARCA.

1 – Para além dos casos previstos no artigo anterior, há ainda conexão de processos quando o mesmo autor tiver cometido vários crimes cuja identificação seja da competência de tribunais, civis ou militares, com sede na mesma comarca, nos termos dos artigos 4º e seguintes do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIA MATERIAL E FUNCIONAL DETERMINADA PELA CONEXÃO.

1 – Sempre que os processos conexos forem da competência de tribunais civis e de tribunais militares, é competente para identificação de todos os crimes o tribunal militar.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DETERMINADA PELA CONEXÃO.

1 – Se os processos conexos forem da competência de tribunais com jurisdição em diferentes áreas ou com sede na mesma comarca, é competente para identificação de todos os crimes:

- a) O tribunal, civil ou militar, a que corresponder a pena mais grave;
- b) Em caso de crimes de igual gravidade o tribunal, civil ou militar, a cuja ordem o arguido estiver preso ou havendo vários arguidos presos o tribunal, civil ou militar, à ordem do qual estiver preso o maior número de arguidos;
- c) Sempre que não houver arguidos presos ou o seu número for equivalente o tribunal, civil ou militar, da área onde primeiro tiver havido notícia de qualquer dos crimes.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – UNIDADE E APENSAÇÃO DOS PROCESSOS.

1 – Para todos os crimes determinantes de uma conexão, nos termos das disposições anteriores, organiza-se um só processo.

2 – Se já tiverem sido instaurados processos distintos, logo que reconhecida a conexão, procede-se à apensação de todos os processos àquele que respeitar ao crime determinante da competência por conexão.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS.

1 – Oficiosamente ou a requerimento do ministério público, do procurador de justiça, do provedor de justiça, do assistente ou do lesado, o tribunal faz cessar a conexão e ordena a separação de algum ou alguns processos sempre que:

- a) Houver na separação um interesse ponderoso e atendível de qualquer arguido, nomeadamente no não prolongamento da prisão preventiva ou da liberdade sobre caução;

b) A conexão puder representar um grave risco para a pretensão punitiva do estado, para o interesse do ofendido ou do lesado;

c) A conexão puder retardar excessivamente o julgamento de qualquer dos arguidos; ou

d) Houver declaração de contumácia ou o julgamento decorrer na ausência de um ou algum dos arguidos e o tribunal tiver como mais conveniente a separação de processos.

2 – Poderá o tribunal cessar a conexão e ordenar a separação de algum ou alguns processos, sempre que outro ou outros arguidos tiverem requerido a intervenção do júri.

3 – O requerimento referido no número anterior tem lugar nos sete dias posteriores à notificação do despacho que tiver admitido a intervenção do júri.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA.

1 – A competência determinada por conexão, nos termos dos artigos anteriores, mantém-se:

a) Mesmo que relativamente ao crime ou aos crimes determinantes da competência por conexão o tribunal profira uma absolvição; ou

b) Para a identificação dos processos separados nos termos do número 1 do artigo anterior.

CAPÍTULO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – CONHECIMENTO E DEDUÇÃO DA INCOMPETÊNCIA.

1 – A incompetência do tribunal é por este conhecida e declarada oficiosamente e pode ser deduzida pelo ministério público, pelo procurador de justiça, pelo provedor de justiça, pelo arguido e pelo assistente até ao trânsito em julgado da decisão final.

2 – Tratando-se de incompetência territorial, a mesma só pode somente ser deduzida e declarada:

a) Até ao início do debate instrutório, tratando-se de juiz de instrução; ou

b) Até ao início da audiência de julgamento, em caso de tribunal de julgamento.

ARTIGO SEGUNDO – EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.

1 – Declarada a incompetência do tribunal, o processo é remetido para o tribunal competente o qual anula os actos que se não teriam praticado se perante ele tivesse corrido o processo e ordena a repetição dos actos necessários ao conhecimento da causa.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, é da competência do tribunal declarado incompetente praticar os actos processuais urgentes.

3 – As medidas de coacção ou de garantia patrimonial ordenadas pelo tribunal declarado incompetente conservam eficácia mesmo após a declaração de incompetência, devendo no mais breve prazo ser consolidadas ou infirmadas pelo tribunal competente.

4 – Se para identificação de um crime não forem competentes os tribunais portugueses, o processo é remetido ao órgão de soberania jurídico do estado soberano do globo terrestre competente pela sua resolução.

CAPÍTULO QUARTO – CONFLITOS DE COMPETÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – CASOS DE CONFLITO E SUA CESSAÇÃO.

1 – Há conflito de competência, positivo ou negativo, sempre que em qualquer estado do processo, dois ou mais tribunais de diferentes ou da mesma espécie, se considerarem competentes ou incompetentes para identificação de um crime imputado ao mesmo arguido.

2 – O conflito cessa logo que segundo o caso um dos tribunais se declarar mesmo oficiosamente, incompetente ou competente, segundo o caso.

ARTIGO SEGUNDO – DENÚNCIA DO CONFLITO.

1 – O tribunal logo que se aperceber da constatação de um conflito de competências, por percepção própria ou por requerimento do ministério público, do procurador de justiça, do provedor de justiça, do arguido ou do assistente, suscita ao tribunal, civil ou militar, de segunda instância para o decidir nos termos das suas próprias competências, remetendo-lhe cópia dos actos e todos os elementos exigidos à sua resolução, com indicação do ministério público, do procurador de justiça, do provedor de justiça, do arguido, do assistente e dos advogados respectivos.

2 – Em caso algum, a percepção ou o requerimento referido no disposto no número anterior, pode prejudicar a realização dos actos processuais urgentes.

ARTIGO TERCEIRO – RESOLUÇÃO DO CONFLITO.

1 – Compete ao tribunal, civil ou militar, de segunda instância com base na cópia dos actos e de todos os elementos exigidos à resolução, enviar os autos ao ministério público e notificar os sujeitos processuais que não tiverem suscitado o conflito, para que em todos os casos, alegarem no prazo de sete dias, após o que depois de recolhidas as informações e as provas que reputar necessárias, resolve o conflito de competências.

2 – A decisão sobre o conflito é irrecorrível.

3 – A decisão é comunicada aos tribunais em conflito e ao ministério público, ao procurador de justiça e ao provedor de justiça junto deles e notificada ao arguido e ao assistente.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 3 do artigo 2º, do capítulo terceiro, do presente título.

CAPÍTULO QUINTO – OBSTRUÇÃO AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS E EFEITOS.

1 – Sempre que em qualquer estado do processo posterior ao despacho que designar o dia para audiência, se verificarem graves situações locais idóneas a perturbar o desenvolvimento do processo, nomeadamente:

a) O exercício de jurisdição do tribunal competente se revelar impedido ou gravemente dificultado;

b) For de reoar do exercício de jurisdição grave perigo para a segurança, ordem e tranquilidade pública; ou

c) A liberdade de determinação dos intervenientes no processo se encontrar gravemente comprometida;

A competência é atribuída ao tribunal da mesma espécie e hierarquia da área de circunscrição geográfica concelhia mais próximo do obstruído, onde a obstrução previsivelmente se não verifique.

ARTIGO SEGUNDO – APRECIACÃO E DECISÃO.

1 – Compete ao tribunal, civil ou militar, imediato hierarquicamente superior decidir do pedido de atribuição de competência que lhe seja dirigido pelo tribunal obstruído, tendo presente os elementos relevantes à decisão.

2 – É com as necessárias adaptações aplicável o disposto no número 3 do artigo 2º, do capítulo terceiro e nos números 1 e 3 do artigo 3º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O pedido de atribuição de competências não tem efeito suspensivo, podendo ser-lhe conferido atentas as circunstâncias do caso pelo tribunal competente pela decisão, competindo ao tribunal obstruído a prática dos actos processuais urgentes.

4 – Sempre que o processo for deferido, o tribunal designado declara se e em que medida os actos processuais já praticados conservam eficácia ou devam ser repetidos por ele.

5 – Sempre que o tribunal imediato hierarquicamente superior indeferir o pedido do arguido, do assistente ou das partes civis, por manifestação infundada, o requerente é condenado ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

CAPÍTULO SEXTO – IMPEDIMENTOS, RECUSAS E ESCUSAS.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPEDIMENTOS.

1 – Nenhum juiz pode exercer a sua função num processo penal, sempre que:

a) For ou tiver sido cônjuge ou representante legal do arguido, do ofendido ou de pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil ou quando com qualquer dessas pessoas viver ou tiver vivido em condições análogas às dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva;

b) Ele ou o seu cônjuge, ou a pessoa com quem viver ou tiver vivido em condições análogas às dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva, for ascendente, descendente, parente até ao 3º grau, tutor ou curador, adoptante ou adoptado do arguido, do ofendido ou de pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil ou for afim destes até àquele grau;

c) Tiver intervindo no processo como representante do ministério público, órgão de polícia criminal, defensor, advogado do assistente ou da parte civil ou perito;

d) No processo, tiver sido ouvido ou dever sê-lo como testemunha.

2 – Não podem exercer funções a qualquer título no mesmo processo juízes que sejam entre si cônjuges, parentes ou afins até ao 3º grau ou que vivam em condições análogas às dos cônjuges, mesmos que sem coabitação efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – IMPEDIMENTO POR PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO.

1 – Nenhum juiz pode intervir em julgamento, recurso ou pedido de revisão relativos a processos em que tiver:

a) Aplicada medida de coacção prevista no CÓDIGO PENAL;

b) Presidido a debate instrutório;

c) Participado em julgamento anterior;

d) Proferido ou participado em decisão de recurso ou pedido de revisão anteriores.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO E SEU EFEITO.

1 – O juiz que tiver qualquer impedimento nos termos dos artigos anteriores declara-o imediatamente por despacho nos autos.

2 – A declaração de impedimento pode ser requerida pelo ministério público, pelo procurador de justiça, pelo provedor de justiça, pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis logo que sejam admitidos a intervir, em qualquer estado, no processo, sendo agregados ao requerimento os elementos comprovativos.

3 – Compete ao juiz visado proferir o despacho no prazo de sete dias.

4 – Os actos praticados por o juiz impedido são nulos, salvo se não puderem ser repetidos utilmente e se se verificar que deles não resulta prejuízo para a justiça da decisão do processo.

ARTIGO QUARTO – RECURSO.

1 – O despacho em que o juiz se considerar impedido é irrecorrível, cabendo recurso para o tribunal imediato hierarquicamente superior nos casos em que for requerida nos termos do disposto no número 2 do artigo anterior e cujo juiz lhe não reconheça impedimento.

2 – Se o impedimento for oposto a juiz do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, o recurso é decidido pela secção criminal do órgão de soberania jurídico respectivo, sem a participação do visado.

3 – Sem prejuízo de serem praticados mesmo pelo juiz visado os actos processuais urgentes, sempre que tal for indispensável, todo o recurso tem efeito suspensivo.

ARTIGO QUINTO – RECUSAS E ESCUSAS.

1 – A intervenção de um juiz no processo pode ser recusada, sempre que considerada suspeita, por existir motivo grave e sério, adequado a gerar desconfiança sobre a sua imparcialidade.

2 – Pode constituir fundamento da recusa nos termos do número anterior, a intervenção de um juiz noutro processo ou em fases anteriores do mesmo processo, não referidas nos casos do artigo 2º, deste capítulo.

3 – A recusa pode ser requerida pelo ministério público, pelo procurador de justiça, pelo provedor de justiça, pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis.

4 – Não podendo o juiz declarar-se voluntariamente suspeito, pode solicitar ao tribunal competente que o escuse de intervir no processo, sempre que por si próprio concluir que poderá colocar em causa o princípio da imparcialidade inerente ao pleno exercício das suas funções e competências.

5 – Os actos processuais praticados por juiz recusado ou escusado até ao momento em que a recusa ou a escusa forem solicitadas, só são anulados quando se verificar que deles resulta prejuízo para a justiça da decisão do processo.

6 – Em caso algum a declaração de recusa ou escusa, pode prejudicar a realização dos actos processuais urgentes a realizar pelo próprio juiz recusado ou escusado, sendo os mesmos validados sempre que não puderem ser repetidos utilmente e se se verificar que deles não resultar prejuízo para a justiça da decisão do processo.

ARTIGO SEXTO – PRAZOS.

1 – O requerimento de recusa e o pedido de escusa são admissíveis, até ao:

- a) Início da audiência;
- b) Início da conferência nos recursos; ou
- c) Início do debate instrutório.

2 – Poderá o requerimento de recusa e o pedido de escusa ser admissível até à sentença ou até à decisão instrutória, quando os factos invocados como fundamento tiverem tido lugar ou tiverem sido conhecidos pelo invocador após o início da audiência ou do debate.

ARTIGO SÉTIMO – PROCESSO E DECISÃO.

1 – O requerimento de recusa e o pedido de escusa devem ser apresentados juntamente com os elementos que se fundamentam, perante o tribunal imediato hierarquicamente superior, competindo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e ao REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, tratando-se de juízes a eles pertencentes, decidir em secção criminal, sem a participação do visado.

2 – Sempre que apresentado o requerimento ou o pedido previsto no número anterior, compete ao juiz visado praticar os actos processuais urgentes ou exigidos a assegurar a continuidade da audiência.

3 – Compete ao juiz visado pronunciar-se sobre o requerimento, por escrito em sete dias, juntando logo os elementos comprovativos.

4 – Sempre que o tribunal imediato hierarquicamente superior, não recusar logo o requerimento ou o pedido por manifestação infundada, ordena as diligências de prova exigidas à plenitude da decisão.

5 – O tribunal imediato hierarquicamente superior dispõe de um prazo de vinte e um dias, a contar da entrega do respectivo requerimento ou pedido, para decidir sobre a recusa ou a escusa.

6 – A decisão prevista no número anterior é irrecorrível.

7 – Sempre que o tribunal imediato hierarquicamente superior recusar o requerimento do arguido, do assistente ou das partes civis por manifestação infundada, condena o requerente ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

ARTIGO OITAVO – TERMOS POSTERIORES.

1 – O juiz impedido, recusado ou escusado, remete no imediato o processo ao presidente do tribunal do seu exercício de magistratura, que em harmonia com as leis da organização judiciária, o substitui do decurso do processo e nomeia o seu substituto ao qual entrega o processo.

ARTIGO NONO – EXTENSÃO DO REGIME DE IMPEDIMENTOS, RECUSAS E ESCUSAS.

1 – As disposições do presente capítulo são aplicáveis com as adaptações necessárias, nomeadamente as constantes dos números seguintes aos peritos, intérpretes e funcionários da justiça.

2 – A declaração de impedimento e o seu requerimento, bem como o requerimento de recusa e o pedido de escusa, são dirigidos ao tribunal ou ao juiz de instrução perante os quais corre o processo em que o incidente se suscitar e são por eles apreciados e imediata e definitivamente decididos, sem submissão a formalismo especial.

3 – Sempre que não houver quem legalmente substitua o impedido, recusado ou escusado, o tribunal ou o juiz de instrução competente pelo processo designa o seu substituto.

TÍTULO SEGUNDO – MINISTÉRIO PÚBLICO E ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL.

CAPÍTULO ÚNICO – MINISTÉRIO PÚBLICO E ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGITIMIDADE.

1 – O ministério público tem legitimidade para promover o processo penal, com as restrições constantes dos artigos 2º ao 5º do presente capítulo.

ARTIGO SEGUNDO – LEGITIMIDADE EM PROCEDIMENTO DEPENDENTE DE QUEIXA.

1 – Sempre que o procedimento criminal depender de queixa dos ofendidos ou de outras pessoas, é necessário que essas pessoas dêem conhecimento dos factos ao ministério público, para que este promova o processo.

2 – Para efeitos do número anterior, considera-se feita ao ministério público a queixa dirigida a qualquer outra entidade que tenha a obrigação legal de a transmitir àquele.

3 – A queixa pode ser apresentada pelo titular do direito respectivo, por mandatário judicial ou por mandatário munido de poderes especiais.

4 – O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável aos casos em que o procedimento criminal depender da participação de qualquer autoridade.

ARTIGO TERCEIRO – LEGITIMIDADE EM PROCEDIMENTO DEPENDENTE DE ACUSAÇÃO PARTICULAR.

1 – Sempre que o procedimento criminal depender de acusação particular do ofendido, é necessário que o mesmo se queixe, se constitua assistente e deduza acusação particular.

2 – O ministério público procede oficiosamente a quaisquer diligências que julgar convenientes e indispensáveis à descoberta da verdade e que lhe esteja consignado no âmbito das suas competências, participa em todos os actos processuais em que intervier a acusação particular, acusa conjuntamente com esta e recorre autonomamente das decisões judiciais.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 3 do artigo anterior.

ARTIGO QUARTO – HOMOLOGAÇÃO DA DESISTÊNCIA DA QUEIXA OU DA ACUSAÇÃO PARTICULAR.

1 – Nos casos previstos no artigo 2º e 3º do presente capítulo, a intervenção do ministério público no processo cessa com a homologação da desistência da queixa ou da acusação particular.

2 – Sempre que o conhecimento da desistência tiver lugar durante o inquérito a homologação compete ao ministério público, sendo nos casos em que decorra durante a instrução ou o julgamento da competência do juiz de instrução, ou do presidente ou do seu representante legal do tribunal competente pelo processo respectivamente.

3 – No imediato momento após o conhecimento da desistência a autoridade judiciária competente para a homologação notifica o arguido para declarar, em sete dias, sem necessidade de fundamentação, se a ela se opõe, sendo a falta de declaração equivalente à não oposição da desistência.

4 – Sempre que o arguido não tiver defensor nomeado e for desconhecido o seu paradeiro, a notificação a que se refere o número anterior efectua-se por via de edital.

ARTIGO QUINTO – LEGITIMIDADE NO CASO DE CONCURSO DE CRIMES.

1 – No caso de concurso de crimes, se o procedimento criminal pelo crime mais grave não depender de queixa ou de acusação particular ou se os crimes forem de igual gravidade, o ministério público promove imediatamente o processo por aqueles para que tiver legitimidade.

2 – Sempre que o crime pelo qual o ministério público pode promover o processo for de menor gravidade, as pessoas a quem a lei confere o direito de queixa ou de acusação particular, são notificadas para declararem em sete dias, se querem ou não usar o mesmo direito.

3 – Sempre que nos termos do número anterior declararem:

- a) Que não pretendem apresentar queixa ou nada declarar, o ministério público promove os processos pelos crimes que puder promover; ou
- b) Que pretendem apresentar queixa, considera-se a mesma apresentada.

ARTIGO SEXTO – POSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO.

1 – Compete ao ministério público no processo penal, colaborar, cooperar e auxiliar o tribunal no apuramento da veracidade processual e na realização do direito, obedecendo em todas as intervenções processuais a critérios de estrita objectividade.

2 – Compete em especial ao ministério público:

- a) Receber as denúncias, as queixas e as participações e apreciar o seguimento a dar-lhes;
- b) Dirigir o inquérito;
- c) Deduzir acusação e sustentá-la efectivamente na instrução e no julgamento;
- d) Interpor recursos, ainda que no exclusivo interesse da defesa;
- e) Promover a execução das penas e das medidas de segurança.

ARTIGO SÉTIMO – IMPEDIMENTOS, RECUSAS E ESCUSAS.

1 – As disposições do capítulo sexto, do título anterior, são correspondentemente aplicáveis com as adaptações necessárias, nomeadamente as constantes dos números seguintes, aos magistrados do ministério público.

2 – A declaração de impedimento e o seu requerimento, bem como o requerimento de recusa e o pedido de escusa, são dirigidos ao Procurador de justiça e ao provedor de justiça do tribunal do exercício do magistrado visado e por aqueles apreciado e definitivamente decididos, sem obediência a formalismo especial, pelo que sendo visado procuradores de justiça ou provedores de justiça a competência de direcção, apreciação e decisão é do superior hierárquico ou da secção criminal do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A entidade competente para a direcção, apreciação e decisão nos termos do número anterior, designa o substituto do magistrado impedido, recusado ou escusado.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL.

1 – Compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciais na realização das finalidades do processo.

2 – Compete em especial aos órgãos de polícia criminal, por iniciativa própria, por denúncia ou acusação, colher notícias dos crimes e impedir o quanto possível as

suas consequências, descobrir os seus autores e levar a efeito os actos exigidos e urgentes destinados a assegurar os meios de prova.

ARTIGO NONO – ORIENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA FUNCIONAL DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL.

1 – Nos limites do disposto no número 1 do artigo anterior, os órgãos de polícia criminal actuam no processo sob a direcção das autoridades judiciais e na sua dependência funcional.

TÍTULO TERCEIRO – ARGUIDO E SEU DEFENSOR.

CAPÍTULO ÚNICO – ARGUIDO E SEU DEFENSOR.

ARTIGO PRIMEIRO – QUALIDADE DE ARGUIDO.

1 – Afirmar a qualidade de arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal.

2 – A qualidade de arguido conserva-se durante todo o decurso do processo.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 a 6 do artigo seguinte.

ARTIGO SEGUNDO – CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, é obrigatório a constituição de arguido logo que:

a) Correndo inquérito contra pessoa determinada em relação à qual haja suspeita fundada da prática de crime, esta prestar declarações perante qualquer autoridade judicial ou órgão de polícia criminal;

b) Tenha de ser aplicada a qualquer pessoa uma medida de coacção ou de garantia patrimonial;

c) Um suspeito for detido, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 1º e 8º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do livro sexto; ou

d) For levantado auto de notícia que dê uma pessoa como autor de um crime e aquele lhe for comunicado, salvo se a notícia for manifestamente infundada.

2 – A constituição de arguido opera-se através da comunicação, oral ou por escrito, feita ao visado por uma autoridade judicial ou um órgão de polícia criminal, de que a partir desse momento aquele deve considerar-se arguido num processo penal e da indicação e sempre que necessário explicação dos direitos e deveres processuais referidos no artigo 5º, do presente capítulo, que por essa razão lhe estão conferidos.

3 – A constituição de arguido feita por órgão de polícia criminal é comunicada no imediato à autoridade judicial, que a aprecia num prazo de vinte e quatro horas, em ordem à sua validação.

4 – A constituição de arguido implica a entrega sempre que possível no próprio acto, de documento do qual constem a identificação do processo e do defensor sempre que o mesmo nomeado e os direitos e deveres processuais referidos no artigo 5º, do presente capítulo

5 – A omissão ou violação das formalidades previstas nos números anteriores implica que as declarações prestadas pela pessoa visada não possam ser utilizadas como prova.

6 – A não validação da constituição de arguido pela autoridade judicial não prejudica as provas anteriormente obtidas.

ARTIGO TERCEIRO – DEMAIS CASOS DE CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO.

1 – Sempre que durante qualquer inquirição feita a pessoa que não é arguido, surgir fundada suspeita da prática de crime por ela cometido, a entidade que procede ao acto suspende-o imediatamente e procede à comunicação e à indicação referidas no número 2 do artigo anterior.

2 – A pessoa sobre quem recair suspeita de ter cometido um crime, tem direito a ser constituída a seu pedido como arguido, sempre que estiverem a ser efectuadas diligências destinadas a comprovar a imputação que pessoalmente a afectem.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 3 e 4 do artigo anterior.

ARTIGO QUARTO – POSIÇÃO PROCESSUAL.

1 – Desde que uma pessoa adquirir a qualidade de arguido é-lhe assegurado o exercício de direitos e de deveres processuais, sem prejuízo da aplicação de medidas de coacção e de garantia patrimonial e da efectivação de diligências probatórias, nos termos especificados na lei.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS E DEVERES PROCESSUAIS.

1 – O arguido usufrui, em especial, em qualquer fase do processo e salvas as excepções da lei, dos direitos de:

- a) Estar presente aos actos processuais que directamente lhe disserem respeito;
- b) Ser ouvido pelo tribunal ou pelo juiz de instrução, sempre que eles devam tomar qualquer decisão que pessoalmente o afecte;
- c) Ser informado dos factos que lhe são imputados antes de prestar declarações perante qualquer entidade;
- d) Não responder a perguntas feitas por qualquer entidade, sobre os factos que lhe forem imputados e sobre o conteúdo das declarações que acerca deles prestar;
- e) Constituir advogado ou solicitar a nomeação de um defensor;
- f) Ser assistido por defensor em todos os actos processuais em que participar e quando detido comunicar mesmo em privado com ele;
- g) Intervir no inquérito e na instrução, oferecendo provas e requerendo as diligências que se afigurarem necessárias;
- h) Ser informado pela autoridade judiciária ou pelo órgão de polícia criminal perante os quais seja obrigado a comparecer, dos direitos que lhe assistem;
- i) Recorrer nos termos da lei, das decisões que lhe forem desfavoráveis.

2 – A comunicação em privado referida na alínea f) do número anterior ocorre à vista quando assim o impuserem razões de segurança, mas em condições de não ser escutada pelo encarregado da vigilância.

3 – O arguido obriga-se, em especial, face aos deveres de:

- a) Comparecer perante o juiz, o ministério público ou os órgãos de polícia criminal sempre que a lei o exigir e para tal tiver sido devidamente convocado;
- b) Responder com verdade às perguntas feitas por entidade competente sobre a sua identidade e sempre que a lei o impuser, sobre os seus antecedentes criminais;

c) Prestar termo de identidade e residência logo que afirme a qualidade de arguido;

d) Sujeitar-se a diligências de prova e a medidas de coacção e garantia patrimonial especificadas na lei e ordenadas e efectuadas por entidade competente.

ARTIGO SEXTO – DEFENSOR.

1 – O arguido pode constituir advogado em qualquer fase do processo.

2 – Tendo o arguido mais do que um defensor constituído, as notificações são feitas àquele que for indicado em primeiro lugar no acto de constituição.

ARTIGO SÉTIMO – DIREITOS DO DEFENSOR.

1 – O defensor exerce os direitos que a lei reconhece ao arguido, salvo os que ela reservar pessoalmente a este.

2 – O arguido pode retirar eficácia ao acto realizado em seu nome pelo defensor, desde que o faça por declaração expressa anterior à decisão relativa àquele acto.

ARTIGO OITAVO – OBRIGATORIEDADE DE ASSISTÊNCIA.

1 – Com excepção da constituição de arguido, em todo o decurso do processo penal é obrigatório a assistência do defensor, nomeadamente:

a) Nos interrogatórios de arguido detido ou preso;

b) No debate instrutório e na audiência, salvo tratando-se de processo que não preveja a aplicação de pena de prisão ou de medida de segurança de internamento;

c) Na constituição de arguido, sempre que o arguido sofrer de cegueira, surdez, mudez, for analfabeto, for desconhecedor do idioma português, for menor de 21 anos, for de suscitar a questão da sua inimputabilidade ou da sua imputabilidade diminuída;

d) Nos recursos ordinários e extraordinários;

e) Nos casos a que se referem os artigos 5º, do capítulo segundo, do título segundo e 5º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro sexto;

f) Na audiência de julgamento realizada na ausência do arguido;

g) Nos demais casos que a lei determinar.

2 – Sempre que o arguido não tiver advogado constituído, é da competência do provedor de justiça em exercício no tribunal competente pelo processo, a nomeação do defensor quando contra ele for deduzida acusação, devendo a identificação do defensor constar do despacho de encerramento de inquérito.

3 – Nos termos do número anterior, o arguido é informado no despacho de acusação, de que está obrigado, caso seja condenado, a pagar os honorários do defensor oficioso, nos termos das primeiras remunerações a que o condenado auferir no exercício do cumprimento da pena e de que pode proceder à sua substituição mediante a constituição de advogado.

ARTIGO NONO – ASSISTÊNCIA A VÁRIOS ARGUIDOS.

1 – Sendo vários os arguidos no mesmo processo, podem eles ser assistidos por um único defensor, se o facto não contrariar a função da defesa.

ARTIGO DÉCIMO – DEFENSOR NOMEADO.

1 – A nomeação de defensor é notificada pelo provedor de justiça ao arguido e ao defensor quando não estiverem presentes no acto.

2 – O defensor nomeado sempre que alegar causa que o provedor de justiça julgue justa, pode ser dispensado do patrocínio.

3 – O provedor de justiça pode sempre substituir o defensor nomeado, a requerimento do arguido, por causa justa.

4 – Nos termos do número anterior, enquanto não for substituído o defensor anteriormente nomeado, o mesmo mantém-se no exercício dos actos subsequentes do processo.

5 – O exercício da função de defensor nomeado é sempre remunerado, nos termos e no quantitativo a fixar pelo tribunal, dentro dos limites constantes das tabelas aprovadas pela área presidencial da justiça ou na sua falta, tendo em atenção os honorários correntemente pagos por serviços do género e do relevo dos que foram prestados. Pela retribuição são responsáveis, conforme o caso, o arguido, o assistente, as partes civis ou o tribunal competente pelo processo.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUBSTITUIÇÃO DE DEFENSOR.

1 – Sempre que o defensor, relativamente a um acto em que a assistência for necessária, não comparecer, se ausentar antes do seu término, recusar ou abandonar a defesa, é interrompida a realização do acto, averiguado pelo presidente do tribunal competente pelo processo o factor ou factores que determinaram a não correspondência do defensor no processo e sempre que verificado a justa causa e a incompatibilidade face aos factos cometidos é imediatamente comunicado ao provedor de justiça português em exercício no respectivo tribunal para que nomeie no imediato outro defensor.

2 – Sempre que o defensor jurídico for substituído durante o debate instrutório ou a audiência, compete ao juiz competente pelo acto oficiosamente conceder uma interrupção, para que o novo defensor possa conferenciar com o arguido e examinar os autos.

3 – Em vez da interrupção a que se referem os números anteriores, pode o tribunal sempre que julgar absolutamente exigido, conceder oficiosamente adiamento no processo não superior a sete dias, para que o novo defensor possa conferenciar com o arguido e examinar os autos.

TÍTULO QUARTO – ASSISTENTE.

CAPÍTULO ÚNICO – ASSISTENTE.

ARTIGO PRIMEIRO – ASSISTENTE.

1 – Podem constituir-se assistentes no processo penal, além das pessoas e entidades a quem leis especiais conferirem esse direito:

a) Os ofendidos, considerando-se como tais os titulares dos interesses que a lei especialmente quer proteger com a incriminação, desde que maiores de 16 anos;

b) As pessoas de cuja queixa ou acusação particular depender o procedimento;

c) No caso de o ofendido morrer sem ter renunciado à queixa, o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens ou a pessoa que com o cidadão vivesse em condições análogas às dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva, os descendentes e adoptados, ascendentes e adoptantes ou na falta deles, irmãos e seus descendentes e quem detiver a incumbência

expressa do ofendido, salvo se alguma destas pessoas houver participado no crime;

d) No caso de o ofendido ser menor de dezasseis anos ou por outro motivo incapaz, o representante legal e na sua falta, as pessoas indicadas na alínea anterior, segundo a ordem aí referida ou na ausência dos demais, a entidade ou instituição com responsabilidades tutelares, de protecção ou educativas, sempre que o mesmo tenha sido judicialmente confiado à sua responsabilidade ou guarda, salvo se alguma delas houver auxiliado, sido conivente ou participado no crime;

e) Qualquer pessoa, nos crimes de contrabando, branqueamento, troca comercial directa, exploração, extorsão, receptação, auxílio material, abuso de patente, pirataria, corrupção, peculato, participação económica em negócio, abuso de poder, aborto, incitamento ou ajuda ao suicídio, propaganda ao suicídio, infanticídio, lenocínio, prostituição, pornografia, subversão sexual, obscenidade, bruxaria, condução perigosa, embriaguez e intoxicação, mendicidade, recolha de lixo, instigação pública de um crime, apologia pública de um crime, participação em motim, abuso e simulação de sinais de perigo, abuso de designação, sinal ou uniforme, venda a menores, jogo ilegal, publicidade, fanatismo, adeptos desportivos, discriminação racial, xenofobia, legislativa e sexual, tráfico de influências, falsificação de recenseamento eleitoral e cadernos eleitorais, obstrução à inscrição de eleitor, fraude em eleição, corrupção de eleitor, ultraje em eleição, incongruência em eleição, violação do segredo de escrutínio, tirada de presos, auxílio de funcionário à evasão, negligência na guarda, evasão e suborno, bem como nos crimes de falsificação e contrafacção, nos crimes de perigo comum, nos crimes contra a humanidade e nos crimes contra o planeta terra.

2 – Tratando-se de procedimento dependente de acusação particular ou queixa, o requerimento tem lugar no prazo de vinte e um dias a contar da advertência referida no número 4 do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro sexto, pelo que a não apresentação do requerimento no prazo fixado faz precluir o direito respectivo a exercer.

3 – Os assistentes podem intervir em qualquer momento do processo, aceitando-o no estado em que se encontrar, desde que o requeiram ao juiz:

a) Até sete dias antes do início do debate instrutório ou da audiência de julgamento;

b) Nos casos do artigo 6º, do capítulo terceiro, do título segundo e da alínea b) do número 1 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro sexto, no prazo estabelecido para a prática dos respectivos actos.

4 – O juiz depois de dar a possibilidade ao ministério público e ao arguido de se pronunciarem sobre o requerimento, decide por despacho, que é no imediato notificado aos mesmos.

5 – Durante o inquérito a constituição de assistente e os incidentes a ela respeitantes podem correr em separado com junção dos elementos necessários à decisão.

ARTIGO SEGUNDO – POSIÇÃO PROCESSUAL E ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES.

1 – Os assistentes têm como dever, responsabilidade e compromisso o de colaborar, cooperar e auxiliar o ministério público, a cuja actividade subordinam a sua intervenção no processo, salvas as excepções da lei.

2 – Compete em especial aos assistentes:

a) Intervir no inquérito e na instrução, prestando depoimento, oferecendo provas e requerendo as diligências que se afigurarem exigidas, bem como conhecer os despachos que sobre tais iniciativas recaírem;

b) Deduzir acusação independente da do ministério público, ainda que aquele a não deduza, no caso de procedimento dependente de acusação particular ou queixa;

c) Interpor recurso das decisões que os afectem, mesmo que o ministério público o não tenha feito, dispondo para o efeito de acesso aos elementos processuais imprescindíveis, sem prejuízo do regime aplicável ao segredo de justiça.

3 – Em processo por crime público ou semi-público, o assistente que não deduzir acusação autónoma nem aderir à acusação pública, pode recorrer da decisão de não pronúncia em instrução requerida pelo arguido e da sentença absolutória, mesmo não havendo recurso do ministério público.

ARTIGO TERCEIRO – REPRESENTAÇÃO JUDICIÁRIA DOS ASSISTENTES.

1 – Os assistentes são sempre representados por advogados, pelo que havendo vários assistentes, são todos representados por um só advogado, sendo que sempre que divergirem quanto à escolha, a competência da decisão é atribuída ao juiz competente pelo processo.

2 - Sempre que nos termos do número anterior existirem vários assistentes e entre eles houverem vários interesses incompatíveis, derivado de diferentes crimes imputados ao arguido, cada grupo de pessoas a quem a lei permitir a constituição como assistente por cada um dos crimes pode constituir um advogado, não sendo todavia lícito a cada pessoa ter mais do que um representante.

3 – Os assistentes podem ser acompanhados por advogado nas diligências em que intervierem.

TÍTULO QUINTO – PARTES CIVIS.

CAPÍTULO ÚNICO – PARTES CIVIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DE ADESÃO.

1 – O pedido de indemnização civil fundado na prática de um crime é deduzido no processo penal respectivo, só o podendo ser em separado perante o tribunal, civil ou militar, nos casos previstos na lei.

ARTIGO SEGUNDO – PEDIDO EM SEPARADO.

1 – O pedido de indemnização civil pode ser deduzido em separado perante o tribunal, civil ou militar, sempre que:

a) O processo penal não tiver resultado em acusação num prazo de um ano a contar da notícia do crime ou estiver sem andamento durante esse lapso de tempo;

b) O procedimento depender de queixa ou de acusação particular;

c) Não houver ainda danos ao tempo da acusação, estes não forem conhecidos ou não forem conhecidos em toda a sua extensão;

d) A sentença penal não se tiver pronunciado sobre o pedido de indemnização civil, nos termos do número 3 do artigo 12º, do presente capítulo;

e) For deduzido contra o arguido e outras pessoas com responsabilidade meramente civil ou somente contra estas haja sido provocada nessa acção, a intervenção principal do arguido;

f) O processo penal correr sob a forma sumária;

g) O lesado não tiver sido informado da possibilidade de deduzir o pedido civil no processo penal ou não tiver sido notificado para o fazer, nos termos do número 1 do artigo 5º e do número 2 do artigo 7º, do presente capítulo.

2 – No caso de o procedimento depender de queixa ou de acusação particular, a prévia dedução do pedido perante o tribunal pelas pessoas com direito de queixa ou de acusação, vale como renúncia a este direito.

ARTIGO TERCEIRO – PESSOAS COM RESPONSABILIDADES MERAMENTE CIVIL.

1 – O pedido de indemnização civil pode ser deduzido contra pessoas com responsabilidade meramente civil e estas podem intervir voluntariamente no processo penal.

2 – A intervenção voluntária impede as pessoas com responsabilidade meramente civil de praticarem actos que o arguido tiver perdido o direito de praticar.

ARTIGO QUARTO – LEGITIMIDADE E PODERES PROCESSUAIS.

1 – O pedido de indemnização civil é deduzido pelo lesado, entendendo-se como tal a pessoa que sofreu danos ocasionados pelo crime, ainda que não se tenha constituído ou não possa constituir-se assistente.

2 – A intervenção processual do lesado restringe-se à sustentação e à prova do pedido de indemnização civil, competindo-lhe correspondentemente, os direitos que a lei confere aos assistentes.

3 – Os demandados e os intervenientes têm posição processual idêntica à do arguido quanto à sustentação e à prova das questões civis julgadas no processo, sendo independente cada uma das defesas.

ARTIGO QUINTO – DEVER DE INFORMAÇÃO.

1 – Sempre que no decurso do inquérito, as autoridades judiciais e os órgãos de polícia criminal tomarem conhecimento da existência de eventuais lesados, devem informá-los da possibilidade de deduzirem pedido de indemnização civil em processo penal e das formalidades a observar.

2 – Quem tiver sido informado de que pode deduzir pedido de indemnização civil nos termos do número anterior ou não o tendo sido se considere lesado, pode manifestar no processo o propósito de o fazer, até ao encerramento do inquérito.

ARTIGO SEXTO – REPRESENTAÇÃO.

1 – O lesado pode fazer-se representar por advogado, sendo obrigatória a representação sempre que em razão do valor do pedido, se deduzido em separado, fosse obrigatória a constituição de advogado, nos termos da lei do processo civil.

2 – Aos demandados e aos intervenientes, é obrigatório fazerem-se representar por advogado.

3 – Compete ao ministério público formular o pedido de indemnização civil em representação do estado e de outras pessoas e interesses cuja representação lhe seja atribuída por lei.

ARTIGO SÉTIMO – FORMULAÇÃO DO PEDIDO.

1 – Quando apresentado pelo ministério público ou pelo assistente, o pedido é deduzido na acusação ou em requerimento articulado, no prazo em que este deva ser formulado.

2 – O lesado que tiver manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil nos termos do número 2 do artigo 5º, do presente capítulo, é notificado do despacho de acusação ou não o havendo, do despacho de pronúncia se a ele houver lugar, para que querendo possa deduzir o pedido em requerimento articulado, no prazo de vinte e um dias.

3 – Se o lesado não tiver manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil ou se não tiver sido notificado nos termos do número anterior, o lesado pode deduzir o pedido até vinte e um dias depois de ao arguido ser notificado o despacho de acusação ou se o não houver o despacho de pronúncia.

4 – Quando em razão do valor do pedido, se deduzido em separado, não for obrigatório a constituição de advogado, o lesado nos prazos estabelecidos nos números anteriores, pode requerer que lhe seja arbitrada a indemnização civil. O requerimento não está sujeito a formalidades especiais e pode consistir em declaração em auto, com indicação do prejuízo sofrido e das provas.

5 – Salvo nos casos previstos no número anterior, o pedido de indemnização civil é acompanhado de duplicados para os demandados e para a secretaria.

ARTIGO OITAVO – CONTESTAÇÃO.

1 – A pessoa contra quem for deduzido pedido de indemnização civil é notificada para que querendo possa contestar no prazo de vinte e um dias.

2 – A contestação é deduzida por artigos.

3 – A falta de contestação não implica confissão dos factos.

ARTIGO NONO – PROVAS.

1 – As provas são requeridas com os articulados.

2 – Cada requerente, demandado ou interveniente pode arrolar testemunhas em número não superior a 7.

ARTIGO DÉCIMO – JULGAMENTO.

1 – O lesado, os demandados e os intervenientes são obrigados a comparecer no julgamento apenas e só quando tiverem de prestar declarações a que não puderem recusar-se.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RENÚNCIA, DESISTÊNCIA E CONVERSÃO DO PEDIDO.

1 – O lesado pode em qualquer momento do processo:

a) Renunciar ao direito de indemnização civil e desistir do pedido formulado;

b) Requerer que o objecto da prestação indemnizatória seja convertido em diferente atribuição patrimonial, desde que prevista na lei.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – LIQUIDAÇÃO EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA E SUSPENSÃO DE INDEMNIZAÇÃO CIVIL A ATRIBUIR.

1 – Se não dispuser de elementos bastantes para fixar a indemnização, o tribunal, civil ou militar, condena no que se liquidar em execução de sentença. Neste caso, a execução corre perante o tribunal, servindo de título executivo a sentença penal.

2 – Pode no entanto o tribunal, oficiosamente ou a requerimento, estabelecer uma indemnização provisória por conta da indemnização a fixar posteriormente, se dispuser de elementos bastantes e conferir-lhe o efeito previsto no artigo seguinte.

3 – Pode o tribunal, oficiosamente ou a requerimento, suspender pelo tempo que entender exigido a fixação da indemnização, sempre que as questões suscitadas pelo pedido de indemnização civil inviabilizarem uma decisão rigorosa do apuramento da indemnização civil a conceder, podendo ser solicitado pelo tribunal a colaboração do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS para a resolução dos incidentes que possam retardar intoleravelmente o processo penal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REPARAÇÃO DA VÍTIMA EM CASOS ESPECIAIS.

1 – Não tendo sido deduzido pedido de indemnização civil no processo penal ou em separado, nos termos dos artigos 2º e 7º, do presente capítulo, o tribunal em caso de condenação, arbitra nos termos da moldura penal aplicada ao crime praticado uma quantia a título de minimização ou reparação dos danos, prejuízos e transtornos causados com o crime a reverter para o estado ou para as vítimas, quando particulares exigências de protecção da vítima o imponham.

2 – No caso previsto no número anterior, é assegurado o respeito pelo contraditório.

3 – A quantia arbitrada a título de minimização ou reparação nos termos do número 1, é tida em conta em acção que venha a conhecer de pedido de indemnização civil.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – EXEQUIBILIDADE PROVISÓRIA.

1 – A requerimento ou não do lesado, o tribunal pode declarar a condenação em indemnização civil, no todo ou em parte, nomeadamente sob a forma de pensão.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CASO JULGADO.

1 – A decisão penal ainda que absolutória que conhecer do pedido civil, constitui caso julgado nos termos em que a lei atribui eficácia de caso julgado às sentenças civis e militares.

LIVRO SEGUNDO – ACTOS PROCESSUAIS.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – MANUTENÇÃO DA ORDEM NOS ACTOS PROCESSUAIS.

1 – Compete às autoridades judiciais, às autoridades de polícia criminal e aos funcionários de justiça coordenar e regular os trabalhos e manter a ordem nos actos processuais a que presidirem ou que dirigirem, impondo as providências exigidas contra quem perturbar o normal e regular decurso dos actos respectivos.

2 – Sempre que o prevaricador dever ainda intervir ou estar presente no próprio dia em acto presidido por juiz, este ordena se necessário que aquele seja detido até ao momento da sua intervenção ou durante o período de tempo em que a sua presença for indispensável.

3 – Sempre que se verificar no decurso de um acto processual a prática de qualquer infracção, a entidade competente nos termos do número 1, levanta ou manda levantar auto e sempre que as circunstâncias o exigirem detém ou manda deter o autor, para efeito de procedimento.

4 – Para zelar pela manutenção da paz, ordem e harmonia dos actos processuais, os tribunais requisitam sempre que exigido o auxílio da força pública, a qual fica submetida para o efeito, ao poder de direcção da autoridade judiciária que presidir ao acto.

ARTIGO SEGUNDO – PUBLICIDADE DO PROCESSO E SEGREDO DE JUSTIÇA.

1 – Ressalvadas as excepções previstas na lei, o processo penal é público, sob pena de nulidade.

2 – O juiz de instrução pode determinar por despacho irrecorrível, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e escutado o ministério público, o procurador de justiça e o provedor de justiça, a sujeição do processo durante a fase de inquérito a segredo de justiça, sempre que entenda que a publicidade prejudica os direitos dos sujeitos ou participantes processuais.

3 – Sempre que o ministério público, o procurador de justiça e o provedor de justiça entenderem que para defesa e protecção dos interesses da investigação ou dos direitos dos sujeitos processuais, determina a aplicação ao processo durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, ficando essa decisão sujeita a validação pelo juiz de instrução no prazo máximo de vinte e quatro horas.

4 – No caso de o processo ter sido sujeito a segredo de justiça nos termos do número anterior, o ministério público, oficiosamente ou a requerimento, do arguido, do assistente ou do ofendido, pode determinar o seu levantamento em qualquer momento do inquérito.

5 – Sempre que no caso de o arguido, o assistente ou o ofendido requerem o levantamento do segredo de justiça, mas o ministério público não o determinar, os autos são remetidos ao juiz de instrução para decisão por despacho irrecorrível, no prazo de vinte e quatro horas.

6 – A publicidade do processo implica nos termos definidos pela lei e em especial pelos artigos seguintes, os direitos de:

a) Assistência pelo público em geral, à realização do debate instrutório e dos actos processuais na fase de julgamento;

b) Narração dos actos processuais ou reprodução dos seus termos pelos meios de comunicação social;

c) Consulta do auto e obtenção de cópias, extractos e certidões de quaisquer partes dele.

7 – A publicidade não abrange os dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meios de prova. A autoridade judiciária especifica, oficiosamente ou a requerimento, por despacho os elementos relativamente aos quais se mantém o segredo de justiça, ordenando sempre que exigido a sua destruição ou a sua entrega à pessoa a quem forem relativos.

8 – O segredo de justiça vincula todos os sujeitos e participantes processuais, bem como todas as pessoas que por qualquer título tiverem detido contacto com o processo ou conhecimento de elementos a ele pertencentes e implica as proibições de:

a) Assistência à prática ou tomada de conhecimento do conteúdo de acto processual a que não tenham o direito ou o dever de assistir;

b) Divulgação da ocorrência de acto processual ou dos seus termos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação.

9 – A autoridade judiciária pode fundamentadamente dar, ordenar ou permitir que seja dado conhecimento a determinadas pessoas do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, sempre que tal não colocar em causa a investigação e se afigurar:

a) Conveniente ao esclarecimento da verdade; ou

b) Indispensável ao exercício de direitos pelos interessados.

10 – As pessoas referidas no número anterior são identificadas no processo com indicação do acto ou documento de cujo conteúdo detêm conhecimento e ficam em todo o caso, vinculadas pelo segredo de justiça.

11 – A autoridade judiciária pode autorizar a passagem de certidão em que seja dado conhecimento do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, desde que necessária a processo de natureza criminal ou à instrução de processo disciplinar de natureza pública, bem como à dedução do pedido de indemnização civil.

12 – Sempre que o processo respeitar a acidente causado por meio de transporte em circulação, a autoridade judiciária autoriza a passagem de certidão:

a) Em que seja dado conhecimento de acto ou documento em segredo de justiça, para os fins previstos na última parte do número anterior e perante requerimento fundamentado no disposto na alínea a) do número 1 do artigo 2º, do capítulo único, do título quinto, do livro primeiro;

b) Do auto de notícia do acidente levantado por entidade policial, para os efeitos de composição extrajudicial de litígio em que seja interessada entidade seguradora para a qual esteja transferida a responsabilidade civil.

13 – O segredo de justiça não impede que a autoridade judiciária preste esclarecimentos públicos, sempre que forem exigidos ao restabelecimento da verdade e não prejudicarem a investigação:

a) A pedido de pessoas publicamente colocadas em causa; ou

b) Para garantir a segurança de pessoas e bens ou a paz, ordem e a harmonia pública.

ARTIGO TERCEIRO – ASSISTÊNCIA DO PÚBLICO A ACTOS PROCESSUAIS.

1 – Aos actos processuais declarados públicos pela lei, nomeadamente às audiências, pode assistir qualquer pessoa. O juiz pode porém, oficiosamente ou a requerimento, do ministério público, do procurador de justiça, do provedor de justiça, do arguido ou do assistente, decidir por despacho restringir a livre assistência do público ou que o acto ou parte dele decorra com exclusão de publicidade.

2 – O despacho referido na segunda parte do número anterior deve fundar-se em factos ou circunstâncias concretas que façam presumir que a publicidade causaria grave dano à dignidade das pessoas, à moral pública ou ao normal e regular decurso do acto e deve ser revogado no imediato momento em que cessarem os motivos que lhe atribuíram causa.

3 – Em caso de processo por crimes de infanticídio, de bruxaria, de discriminação racial, xenófoba, legislativa, religiosa e sexual, de tortura e outros

tratamentos cruéis, de tráfico de pessoas e órgãos humanos e por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, os actos processuais por norma decorrem com exclusão de publicidade.

4 – Decorrendo o acto com exclusão da publicidade, apenas podem assistir as pessoas que nele tiverem de intervir, bem como as demais que o juiz admitir por razões atendíveis, nomeadamente de ordem profissional ou científica.

5 – Em caso algum a exclusão da publicidade abrange a leitura da sentença.

6 – Não implica restrição ou exclusão da publicidade para efeitos do disposto nos números anteriores, a proibição pelo juiz da assistência de menores de 18 anos ou de quem pelo seu comportamento, colocar em causa a dignidade ou a ordem e a disciplina do acto.

ARTIGO QUARTO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

1 – É permitido aos órgãos de comunicação social dentro dos limites da lei, a narração circunstanciada do teor dos actos processuais que se não encontrem cobertos por segredo de justiça ou a cujo decurso for permitida a assistência do público em geral.

2 – Não é porém autorizada, sob pena de desobediência a ordem legítima da autoridade pública:

a) A reprodução de peças processuais ou de documentos incorporados no processo, até à sentença de 1ª Instância, salvo se tiverem sido obtidos mediante certidão solicitada com menção dos fins a que se destina ou se para tal tiver havido autorização expressa da autoridade judiciária que presidir à fase do processo no momento da publicação;

b) A transmissão ou registo de imagens ou de tomadas de som relativas à prática de qualquer acto processual, nomeadamente da audiência, salvo se a autoridade judiciária referida na alínea anterior por despacho a autorizar, não podendo porém ser autorizada a transmissão ou registo de imagens ou tomada de som relativas a pessoa que a tal se opuser;

c) A publicação por qualquer meio, da identidade das vítimas dos crimes de discriminação racial, xenófoba, legislativa, religiosa e sexual, de tortura e outros tratamentos cruéis, de tráfico de pessoas, de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, a honra ou a reserva da vida privada, excepto se a vítima o consentir expressamente na revelação da sua identidade ou se o crime for praticado através de órgão de comunicação social.

3 – Até à decisão sobre a publicidade da audiência não é ainda autorizada, sob pena de desobediência a ordem legítima de autoridade pública, a narração de actos processuais anteriores àquela, quando o juiz, oficiosamente ou a requerimento, a tiver proibido com fundamento nos factos ou circunstâncias referidos no número 2 do artigo anterior.

4 – Não é permitida, sob pena de desobediência a ordem legítima de autoridade pública, a publicação por qualquer meio, de conversações ou comunicações interceptadas no âmbito de um processo, salvo se não estiverem sujeitas a segredo de justiça e os intervenientes expressamente consentirem na sua publicação.

ARTIGO QUINTO – CONSULTA DE AUTO E OBTENÇÃO DE CERTIDÃO E INFORMAÇÃO POR SUJEITOS PROCESSUAIS.

1 – Sem prejuízo do número 4 do artigo 8º e do número 5 do artigo 9º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro terceiro, durante o inquérito, o arguido, o assistente, o ofendido, o lesado e o responsável civil podem consultar mediante requerimento, o processo ou elementos dele constantes, bem como obter os

correspondentes extracto, cópias ou certidões, salvo quando se tratar de processo que se encontre em segredo de justiça e o ministério público a isso se opuser por considerar fundamentadamente que pode prejudicar a investigação ou os direitos dos participantes processuais ou das vítimas.

2 – Se o ministério público se opuser à consulta ou à obtenção dos elementos previstos no número anterior, o requerimento é presente ao juiz, que decide no prazo de vinte e quatro horas por despacho irrecorrível.

3 – Para efeitos do disposto nos números anteriores, os autos ou as partes dos autos a que o arguido, o assistente, o ofendido, o lesado e o responsável civil devam ter acesso são depositados na secretaria, por fotocópia e em avulso, sem prejuízo do andamento do processo, persistindo para todos o dever de guardar segredo de justiça.

4 – Quando nos termos dos números 1, 4 e 5 do artigo 2º, do presente capítulo, o processo se tornar público, as pessoas mencionadas no número 1 podem requerer à autoridade judiciária competente o exame económico dos autos fora da secretaria, devendo o despacho que o autorizar fixar o prazo para o efeito e a sua devolução no imediato momento em que o processo possa sofrer uma mutação por via de factos ou circunstâncias sucedâneas do decurso do processo que o releve para novo segredo de justiça.

5 – A falta de restituição do processo dentro do prazo fixado ou no imediato momento da mutação nos termos do número anterior, faz o requerente incorrer em crime de desobediência a ordem legítima de autoridade pública, sendo a falta de responsabilidade praticada pelo ministério público comunicada ao procurador de justiça do tribunal competente pelo processo.

6 – Findos os prazos previstos no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro sexto, o arguido, o assistente e o ofendido podem consultar todos os elementos do processo que se encontrem em segredo de justiça, salvo se o juiz de instrução determinar, a requerimento do ministério público, que o acesso aos autos seja adiado por o período de tempo objectivamente indispensável à conclusão da investigação.

ARTIGO SEXTO – CONSULTA DE AUTO E OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POR OUTRAS PESSOAS.

1 – Sempre que qualquer pessoa revelar interesse legítimo, pode pedir que seja admitida a consultar auto de um processo que se não encontre em segredo de justiça e que lhe seja facultada economicamente cópia, extracto ou certidão de auto ou de parte dele. Sobre o pedido decide por despacho, a autoridade judiciária que presidir à fase em que se encontrar o processo ou que nele tiver proferido a última decisão.

2 – A permissão de consulta de auto e obtenção de cópia, extracto ou certidão realiza-se sem prejuízo da proibição que no caso se verificar, de narração dos actos processuais ou de reprodução dos seus termos através de meio de comunicação social.

ARTIGO SÉTIMO – JURAMENTO E COMPROMISSO.

1 – As testemunhas prestam o seguinte juramento: “Juro por minha honra, dizer toda a verdade e nada mais do que a verdade”.

2 – Os peritos e os intérpretes prestam em qualquer fase do processo, o seguinte compromisso: “Comprometo-me por minha honra, a desempenhar leal e fielmente as funções que me são confiadas”.

3 – O juramento referido no número 1 é prestado perante a autoridade judiciária competente e o compromisso referido no número anterior é prestado perante a autoridade judiciária ou a autoridade de polícia criminal competente, as quais advertem

previamente quem os dever prestar das sanções em que incorre se os recusar ou a eles faltar.

4 – A recusa a prestar o juramento ou o compromisso equivale à recusa a depor ou a exercer as funções.

5 – O juramento e o compromisso são obrigatórios para todas as testemunhas, peritos e intérpretes e são renovados sempre que os intervenientes participarem de forma directa no acto processual.

TÍTULO SEGUNDO – FORMA DOS ACTOS E SUA DOCUMENTAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – FORMA DOS ACTOS E SUA DOCUMENTAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – IDIOMA DOS ACTOS E NOMEAÇÃO DE INTÉRPRETE.

1 – Nos actos processuais, escritos ou orais, o idioma em uso é o PORTUGUÊS, sob pena da sua nulidade.

2 – Sempre que em acto processual intervir pessoa que não conhecer ou não dominar o idioma português, é nomeado por conta do tribunal competente pelo processo, intérprete idóneo, ainda que a entidade que preside ao acto ou qualquer dos participantes processuais conheçam o idioma por aquela utilizado.

3 – O arguido pode escolher, por conta do tribunal competente pelo processo, intérprete diferente do nomeado nos termos do número anterior, para traduzir as conversações com o seu defensor.

4 – O intérprete está sujeito a segredo de justiça nos termos gerais e não pode revelar as conversações entre o arguido e o seu defensor, seja qual for a fase do processo em que ocorrerem, sob pena de violação do segredo profissional.

5 – Não podem ser utilizadas as provas obtidas mediante violação do disposto nos números 3 e 4.

6 – É igualmente nomeado intérprete quando se tornar necessário traduzir documento em idioma estrangeiro e desacompanhado de tradução autenticada.

7 – O intérprete é nomeado por autoridade judiciária ou autoridade de polícia criminal.

8 – Ao desempenho da função de intérprete é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 3º e 13º, do capítulo sexto, do título segundo, do livro terceiro.

ARTIGO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO DE SURDO, DE DEFICIENTE AUDITIVO OU DE MUDO.

1 – Sempre que um surdo, um deficiente auditivo ou um mudo devam prestar declarações, observam-se as seguintes normas:

a) Ao surdo ou deficiente auditivo, é nomeado por conta do tribunal competente pelo processo, intérprete idóneo de língua gestual, leitura labial ou expressão escrita, conforme o mais adequado à situação e condição do interessado;

b) Ao mudo, se souber escrever, formula as perguntas oralmente, respondendo por escrito. Em caso de impossibilidade de resposta escrita e sempre que o mesmo requerido nomeia-se, por conta do tribunal competente pelo processo, intérprete idóneo.

2 – A falta de intérprete implica o adiamento da diligência.

3 – O disposto nos números anteriores é aplicável em todas as fases do processo e independentemente da posição do interessado na causa.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 3 a 5 e no número 7 e 8 do artigo anterior.

ARTIGO TERCEIRO – FORMA ESCRITA DOS ACTOS.

1 – Os actos processuais que tiverem de praticar-se sob a forma escrita são redigidos de modo correcto e perfeitamente legível, não contendo espaços em branco que não sejam inutilizados, nem entrelinhas, rasuras ou emendas que não sejam ressalvadas.

2 – Podem utilizar-se máquinas de escrever ou processadores de texto, caso em que se certifica, antes da assinatura, que o documento foi integralmente revisto e se identifica a entidade que o elaborou.

3 – Podem igualmente utilizar-se fórmulas pré-impressas, formulários em suporte electrónico ou carimbos, a completar com o texto respectivo, podendo recorrer-se a assinatura electrónica certificada.

4 – Em caso de manifesta ilegibilidade do documento, qualquer participante processual interessado pode solicitar, sem encargos a respectiva transcrição dactilográfica.

5 – As abreviaturas a que houver de recorrer-se devem possuir significado inequívoco. As datas e os números podem ser escritos por algarismos, ressalvada a indicação por extenso das penas, montantes indemnizatórios e outros elementos cuja certeza importe acautelar.

6 – É obrigatória a menção do dia, mês e ano da prática do acto, bem como tratando-se de acto que afecte liberdades fundamentais das pessoas, da hora da sua ocorrência, com referência ao momento do respectivo início e conclusão. É obrigatório a indicação do lugar da prática do acto.

ARTIGO QUARTO – ASSINATURA.

1 – O escrito que houver de reduzir-se um acto processual é no final e ainda que este deva continuar-se em momento posterior, assinado por quem a ele presidir, por todas as pessoas que nele tiverem participado e pelo funcionário de justiça que tiver feito a redacção, sendo as folhas que não contiverem assinatura rubricadas pelos que tiverem assinado.

2 – As assinaturas e as rubricas são feitas pelo próprio punho, sendo para efeito proibido o uso de quaisquer meios de reprodução.

3 – Sempre que qualquer das pessoas cuja assinatura for obrigatória não puder ou se recusar a prestá-la, a autoridade ou o funcionário presentes declaram no auto essa impossibilidade ou recusa e os motivos que para a mesma tenham sido dados.

ARTIGO QUINTO – ORALIDADE DOS ACTOS.

1 – Salvo quando a lei dispuser de modo diferente, a prestação de quaisquer declarações processa-se por forma oral, não sendo autorizada a leitura de documentos escritos previamente elaborados para aquele efeito.

2 – A entidade que presidir ao acto pode autorizar que o declarante se socorra de apontamentos escritos como adjuvantes de memória, fazendo consignar no auto tal circunstância.

3 – No caso referenciado no número anterior, devem ser empreendidas providencias para defesa da espontaneidade das declarações proferidas, ordenando-se sempre a exibição dos apontamentos escritos, sobre cuja origem o declarante será detalhadamente questionado.

4 – Os despachos e sentenças proferidos oralmente são consignados no auto.

5 – O disposto no presente artigo não prejudica as normas relativas às leituras permitidas e proibidas em audiência.

ARTIGO SEXTO – ACTOS DECISÓRIOS.

1 – Os actos decisórios dos juízes afirmam a forma de:

- a) Sentenças, quando conhecerem a final do objecto do processo;
- b) Despachos quando conhecerem de qualquer questão interlocutória ou quando puserem termo ao processo fora do caso previsto na alínea anterior.

2 – Os actos decisórios previstos no número anterior tomam a forma de acórdãos quando forem proferidos por um tribunal colegial.

3 – Os actos decisórios do ministério público, dos procuradores de justiça portugueses e dos provedores de justiça português, afirmam a forma de despachos.

4 – Os actos decisórios referidos nos números anteriores revestem os requisitos formais, consoante o caso, dos actos escritos ou orais.

5 – Os actos decisórios são sempre fundamentados, devendo ser especificados os motivos de facto e de direito da decisão.

ARTIGO SÉTIMO – EXPOSIÇÕES, MEMORIAIS E REQUERIMENTOS.

1 – O arguido ainda que em liberdade pode apresentar exposições, memoriais e requerimentos em qualquer fase do processo, embora não assinados pelo defensor, desde que se contenham dentro do objecto do processo ou tenham por finalidade a salvaguarda dos seus direitos fundamentais. As exposições, memoriais e requerimentos do arguido são sempre integrados nos autos.

2 – Os requerimentos dos demais participantes processuais que se encontrem representados por advogados são assinados por estes, salvo se se verificar impossibilidade de eles o fazerem e o requerimento visar a prática de acto sujeito a prazo de caducidade.

3 – Sempre que for legalmente admissível a formulação oral de requerimentos, estes são consignados no auto pela entidade que dirigir o processo ou pelo funcionário de justiça que o tiver a seu cargo.

ARTIGO OITAVO – AUTO.

1 – O auto é o instrumento destinado a fazer fé quanto aos termos em que se desenrolaram os actos processuais e cuja documentação a lei obrigar e aos quais tiver assistido quem o redige, bem como a recolher as declarações, requerimentos, promoções e actos decisórios orais que tiverem ocorrido perante aquele.

2 – O auto respeitante ao debate instrutório e à audiência denomina-se acta e rege-se complementarmente pelas disposições legais que este CÓDIGO lhe manda aplicar.

3 – O auto contém além dos requisitos previstos para os actos escritos, menção dos elementos seguintes:

- a) Identificação das pessoas que intervieram no acto;
- b) Causas, sempre que conhecidas, da ausência das pessoas cuja intervenção no acto estava prevista;
- c) Descrição especificada das operações praticadas, da intervenção de cada um dos participantes processuais, das declarações prestadas, do modo como o foram e das circunstâncias em que o foram, dos documentos apresentados ou recebidos e dos resultados alcançados, de modo a garantir a genuína expressão da ocorrência;

d) Qualquer ocorrência relevante para apreciação da prova ou da regularidade do acto.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 6º, do capítulo sétimo, do título segundo, do livro terceiro.

ARTIGO NONO – REDACÇÃO DO AUTO.

1 – A redacção do auto é efectuada pelo funcionário da justiça, ou pelo funcionário de polícia criminal durante o inquérito, sob a direcção da entidade que presidir ao acto.

2 – Sempre que o auto dever ser redigido por súmula, compete à entidade que presidir ao acto velar para que a súmula corresponda ao essencial do que se tiver passado ou das declarações prestadas, podendo para o efeito ditar o conteúdo do auto ou delegar, oficiosamente ou a requerimento, nos participantes processuais ou nos seus representantes.

3 – Em caso de alegada desconformidade entre o teor do que for ditado e o ocorrido, são feitas consignar as declarações relativas à discrepância, com indicação das rectificações a efectuar, após o que a entidade que presidir ao acto profere, escutados os participantes processuais interessados que estiverem presentes, decisão definitiva sustentando ou modificando a redacção inicial.

ARTIGO DÉCIMO – REGISTO E TRANSCRIÇÃO.

1 – O funcionário referido no número 1 do artigo anterior pode redigir o auto utilizando meios estenográficos, estenotípicos ou outros diferentes da escrita comum, bem como socorrer-se de gravação magneto fónica ou audiovisual.

2 – Sempre que forem utilizados meios estenográficos, estenotípicos ou outros diferentes da escrita comum, o funcionário que deles se tiver socorrido faz a transcrição no mais curto prazo possível, devendo a entidade que presidiu ao acto certificar-se da conformidade da transcrição, antes da assinatura.

3 – Sempre que for realizada gravação, o funcionário entrega no prazo de quarenta e oito horas uma cópia a qualquer sujeito processual que a requeira e forneça ao tribunal o suporte técnico necessário.

4 – As folhas estenografadas e as fitas estenotipadas ou gravadas são conservadas em envelope lacrado à ordem do tribunal, sendo feita menção no auto, de toda a abertura e encerramento dos registos guardados pela entidade que proceder à operação.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REFORMA DE AUTO PERDIDO, EXTRAVIADO OU DESTRUÍDO.

1 – Sempre que se perder, extraviar ou destruir auto ou parte dele, procede-se à sua reforma no tribunal em que o processo tiver corrido ou dever correr termos em 1ª instância, mesmo quando nele tiver havido algum recurso.

2 – A reforma é ordenada pelo juiz, oficiosamente ou a requerimento do ministério público, do arguido, do assistente ou das partes civis.

3 – Na reforma seguem-se os trâmites previstos na lei do processo civil em tudo quanto se não especifica nas alíneas seguintes:

a) Na conferência intervêm o ministério público, o arguido, o assistente e as partes civis;

b) O acordo dos intervenientes transcrito nos autos, só supre o processo em matéria civil, sendo meramente informativo em matéria penal.

TÍTULO TERCEIRO – TEMPO DOS ACTOS E ACELERAÇÃO DO PROCESSO.

CAPÍTULO ÚNICO – TEMPO DOS ACTOS E ACELERAÇÃO DO PROCESSO.

ARTIGO PRIMEIRO – QUANDO SE PRATICAM OS ACTOS.

1 – Os actos processuais praticam-se todos os dias do ano, vinte e quatro horas por dia, nos tribunais de 1ª Instância em conformidade com o seu funcionamento e competências, sendo os mesmos os reais tribunais civis municipais portugueses, os reais tribunais civis concelhios portugueses, os reais tribunais militares concelhios portugueses e os reais tribunais militares regionais portugueses.

2 – Os actos processuais com excepção do dia 24 e 25 de Dezembro, praticam-se todos os dias úteis do ano, no horário de expediente, nos tribunais de 2ª instância em conformidade com o seu funcionamento e competências, sendo os mesmos os reais tribunais civis regionais portugueses e o real tribunal militar português.

3 – Os actos processuais com excepção do dia 24 e 25 de Dezembro, praticam-se todos os dias úteis do ano, no horário de expediente, no REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, no REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e no REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, em conformidade com o seu funcionamento e competências.

4 – O interrogatório do arguido pode ser efectuado a qualquer hora do dia, tendo a duração que a autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal competente entender exigido ao apuramento da veracidade processual.

5 – Cada período de interrogatório nos termos do número anterior terá a duração máxima de três horas, podendo ser renovado após um período de intervalo mínimo de trinta minutos, num máximo de três períodos de interrogatório por dia, podendo ser retomado em cada dia com idêntico procedimento.

6 – As declarações prestadas para além dos limites previstos no número anterior são nulas, não podendo ser utilizadas como prova.

ARTIGO SEGUNDO – CONTAGEM DOS PRAZOS DE ACTOS PROCESSUAIS.

1 – Aplicam-se à contagem dos prazos para a prática dos actos processuais as disposições da lei do processo civil.

ARTIGO TERCEIRO – PRAZO E SEU EXCESSO.

1 – Salvo disposição legal em contrário e tendo presente a celeridade de actuação dos órgãos de soberania jurídicos, o prazo para a prática de qualquer acto processual é de 15 dias.

2 – As secretarias organizam diariamente o rol dos casos em que os prazos se mostrarem excedidos e entregam-nos ao presidente do tribunal e ao ministério público. Estes têm um prazo de 15 dias, contado da data da recepção, para enviar o rol ao tribunal imediato hierarquicamente superior com competência disciplinar, acompanhado da exposição das razões que determinaram os atrasos, ainda que o acto haja sido entretanto praticado.

ARTIGO QUARTO – PRAZO PARA TERMOS E MANDADOS.

1 – Os funcionários de justiça lavram os termos do processo e passam os mandados no prazo de vinte e quatro horas.

2 – O disposto no número anterior não se aplica quando neste CÓDIGO se estabelecer prazo diferente, nem quando houver arguidos detidos ou presos e o prazo afectar o tempo de privação da liberdade, sendo neste último caso os actos praticados imediatamente e com preferência sobre qualquer outro serviço.

ARTIGO QUINTO – RENÚNCIA AO DECURSO E PRÁTICA DE ACTO FORA DO PRAZO.

1 – A pessoa em benefício da qual um prazo for estabelecido pode renunciar ao seu decurso, mediante requerimento endereçado à autoridade judiciária que dirigir a fase do processo a que o acto respeitar, a qual o despacha em vinte e quatro horas.

2 – Os actos processuais só podem ser praticados fora dos prazos estabelecidos por lei, por despacho da autoridade referida no número anterior, a requerimento do interessado e escutados os demais sujeitos processuais a quem o caso respeitar, desde que se prove justo impedimento.

3 – O requerimento referido no número anterior é apresentado no prazo de sete dias, contado do termo do prazo legalmente fixado ou da cessação do impedimento.

4 – A autoridade que defira a prática de acto fora do prazo procede na medida possível à renovação dos actos aos quais o interessado teria o direito de assistir.

5 – Independentemente do justo impedimento, pode o acto ser praticado no prazo, nos termos e com as mesmas consequências que em processo civil, com as necessárias adaptações.

6 – Sempre que o procedimento se revelar de excepcional complexidade, nos termos da parte final do número 3 do artigo 4º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro quarto, o juiz a requerimento do ministério público, do assistente, do arguido ou das partes civis, pode prorrogar os prazos previstos no artigo 8º, do capítulo único, do título quinto, do livro primeiro, no artigo 2º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro sexto, no artigo 5º, do capítulo único, do título primeiro, do livro sétimo e nos números 1 e 3 do artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro nono, até ao limite máximo de trinta dias.

ARTIGO SEXTO – SANÇÃO PELA PRÁTICA EXTEMPORÂNEA DE ACTOS PROCESSUAIS.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, à prática extemporânea de actos processuais penais aplica-se o disposto nos números 5 a 7 do artigo 145º do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, com as seguintes alterações:

- a) Se o acto for praticado no 1º dia, a multa é equivalente a 0,5 UC;
- b) Se o acto for praticado no 2º dia, a multa é equivalente a 1 UC;
- c) Se o acto for praticado no 3º dia, a multa é equivalente a 2 UC;

ARTIGO SÉTIMO – ACELERAÇÃO DE PROCESSO ATRASADO.

1 – Sempre que tiverem sido excedidos os prazos previstos na lei para a duração de cada fase do processo, podem o ministério público, o arguido, o assistente ou as partes civis requerer a aceleração processual.

2 – O pedido é decidido:

a) Pelo PROCURADOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, se o processo estiver sob a direcção do ministério público; ou

b) Pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, se o processo decorrer perante o tribunal ou o juiz.

3 – Encontram-se impedidos de intervir na deliberação os juízes que por qualquer forma tiverem participado no processo.

ARTIGO OITAVO – TRAMITAÇÃO DO PEDIDO DE ACELERAÇÃO.

1 – O pedido de aceleração processual é dirigido aos presidentes do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, ou ao PROCURADOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, nos termos do número 2 do artigo anterior e entregue no tribunal ou entidade a que o processo estiver afecto.

2 – O juiz ou o ministério público instruem o pedido com os elementos disponíveis e relevantes para a decisão e remetem o processo assim organizado, em três dias ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS ou à REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

3 – O PROCURADOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e o REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, proferem acórdão no prazo de quinze dias, podendo o mesmo ser adiado tendo presente os compromissos e as responsabilidades do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos ELEMENTOS constituintes do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS.

4 – A decisão é firmada, sem outras formalidades especiais, no sentido de:

a) Indeferir o pedido por falta de fundamento bastante ou por os atrasos se verificarem se encontrarem devidamente justificados;

b) Requisitar informações complementares, a serem fornecidas no prazo máximo de sete dias;

c) Mandar proceder a inquérito, em prazo que não exceda os quinze dias, sobre os atrasos e as condições em que se verificaram, suspendendo a decisão até à realização do inquérito; ou

d) Propor ou determinar as medidas disciplinares, de gestão, de organização, de funcionamento ou de racionalização e optimização de modos e métodos que a situação justificar.

5 – A decisão é notificada ao requerente e imediatamente comunicada ao tribunal ou entidade que detiver o processo a seu cargo, bem como às entidades com jurisdição disciplinar sobre os responsáveis por atrasos que se tenham verificado.

ARTIGO NONO – PEDIDO MANIFESTAMENTE INFUNDADO.

1 – Sempre que o pedido de aceleração processual do arguido, do assistente ou das partes civis for julgado manifestamente infundado nos termos do número 2 do artigo 7º, do presente capítulo, o tribunal ou o juiz de instrução condena o requerente ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

TÍTULO QUARTO – COMUNICAÇÃO DOS ACTOS E CONVOCAÇÃO PARA ELES.

CAPÍTULO ÚNICO – COMUNICAÇÃO DOS ACTOS E CONVOCAÇÃO PARA ELES.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DOS ACTOS PROCESSUAIS.

1 – A comunicação dos actos processuais destina-se a transmitir:

a) Uma ordem de comparência perante os serviços da justiça;

b) Uma convocação para participar em diligência processual;

c) O conteúdo de acto realizado ou de despacho proferido no processo.

2 – A comunicação é empreendida pela secretaria, oficiosamente ou precedendo despacho de autoridade judiciária ou de polícia criminal competente e é executada pelo funcionário de justiça que detiver o processo a seu cargo ou por agente policial, administrativo ou pertencente ao serviço postal que for designado para o efeito e se encontrar devidamente credenciado.

3 – A comunicação entre serviços de justiça e entre as autoridades judiciárias e os órgãos de polícia criminal efectua-se mediante:

a) Mandado, sempre que se determinar a prática do acto processual a entidade com um âmbito de funções situado dentro dos limites da competência territorial da entidade que proferir a ordem;

b) Carta, sempre que se tratar de acto a praticar fora dos limites referidos na alínea anterior, denominando-se precatória quando a prática do acto em causa se contiver dentro dos limites do território nacional e rogatória havendo que concretizar-se no estrangeiro;

c) Cooperato, ofício, aviso, carta, telegrama, telex, telecópia, comunicação telefónica, correio electrónico ou qualquer outro meio de comunicação, sempre que estiver em causa um pedido de notificação ou qualquer outro tipo de transmissão de mensagens.

4 – A comunicação telefónica é sempre seguida de confirmação por qualquer meio escrito.

ARTIGO SEGUNDO – CONVOCAÇÃO PARA ACTO PROCESSUAL.

1 – A convocação de uma pessoa para comparecer a acto processual pode ser empreendida por qualquer meio destinado a dar-lhe conhecimento do facto, inclusivamente por via telefónica, lavrando-se cota no auto quanto ao meio utilizado.

2 – Sempre que for utilizada a via telefónica a entidade que efectuar a convocação identifica-se e dá conta do cargo que desempenha, bem como dos elementos que permitam à pessoa que se está a convocar inteirar-se do acto para que é convocado e efectuar, sempre que o desejar, a contraprova de que se trata de telefonema oficial e verdadeiro.

3 – Revestem a forma de notificação, que indique a finalidade da convocação ou comunicação, por transcrição, cópia ou resumo de despacho ou mandado que a tiver ordenado, para além dos demais casos que a lei determinar:

a) A comunicação do termo inicial ou final de um prazo legalmente estipulado sob pena de caducidade;

b) A convocação para interrogatório ou para declarações, ou para participação em debate instrutório ou em audiência;

c) A convocação de pessoa que haja sido chamada, sem efeito cominatório e tenha faltado;

d) A convocação para aplicação de uma medida de coacção ou de garantia patrimonial.

ARTIGO TERCEIRO – NORMAS GERAIS SOBRE NOTIFICAÇÕES.

1 - As notificações efectuam-se mediante:

a) Contacto pessoal com o notificando e no lugar em que este for encontrado;

b) Via postal registada, por meio de carta ou aviso registados;

c) Via postal simples, por meio de carta ou aviso, nos casos expressamente previstos na lei; ou

d) Editais e anúncios, nos casos em que a lei expressamente o admitir.

2 – Quando efectuadas por via postal registada, as notificações presumem-se estabelecidas no terceiro dia útil posterior ao do envio, devendo a cominação aplicável constar do acto de notificação.

3 – Quando efectuadas por via postal simples, o funcionário judicial lavra uma cota no processo com a indicação da data de expedição da carta e do domicílio para a qual foi enviada e o distribuidor do serviço postal deposita a carta na caixa de correio do notificando, lavra uma declaração indicando a data e confirmando o local exacto do depósito e envia-a de imediato ao serviço ou ao tribunal remetente, considerando-se a notificação efectuada no quinto dia posterior à data indicada na declaração lavrada pelo distribuidor do serviço postal, cominação esta que deverá constar do acto de notificação.

4 – Sempre que nos termos do disposto no número anterior, for impossível proceder ao depósito da carta na caixa do correio, o distribuidor do serviço postal lavra nota do incidente, apõe-lhe a data e envia-a de imediato ao serviço ou ao tribunal remetente.

5 – Sempre que a notificação for efectuada por via postal registada, o rosto do sobrescrito ou do aviso deve indicar com precisão, a natureza da correspondência, a identificação do tribunal ou do serviço remetente e as normas de procedimento referidas no número seguinte.

6 – Sempre que:

a) O destinatário se recusar a assinar, o agente dos serviços postais entrega a carta ou o aviso e lavra nota do incidente, valendo o acto como notificação;

b) O destinatário se recusar a receber a carta ou o aviso, o agente dos serviços postais lavra nota do incidente, valendo o acto como notificação;

c) O destinatário não for encontrado, a carta ou aviso são entregues a pessoa que com ele habite ou a pessoa indicada pelo destinatário que com ele trabalhe, fazendo os serviços postais menção do facto com identificação da pessoa que recebeu a carta ou o aviso;

d) Não for possível pela ausência de pessoa ou por qualquer outro motivo proceder nos termos das alíneas anteriores, os serviços postais cumprem o disposto nos respectivos regulamentos, mas sempre que deixem aviso indicarão expressamente a natureza da correspondência e a identificação do tribunal ou do serviço remetente.

7 – Salvo nos casos em que a lei exigir forma diferente, valem como notificação as convocações e comunicações empreendidas:

a) Por autoridade judiciária ou de polícia criminal aos interessados presentes em acto processual por ela presidido, desde que documentadas no auto;

b) Por via telefónica em caso de urgência, se respeitarem os requisitos constantes do número 2 do artigo anterior e se para além disso no telefonema se avisar o notificando de que a convocação ou comunicação vale como notificação e ao telefonema se seguir confirmação telegráfica, por telex ou por telecópia.

8 – O notificando pode indicar pessoa com residência ou domicílio profissional situados na área de competência territorial do tribunal, para o efeito de receber notificações, sendo neste caso as notificações, levadas a cabo com observância do formalismo previsto nos números anteriores, consideradas como tendo sido feitas ao próprio notificando.

9 – As notificações do arguido, do assistente e das partes civis podem ser feitas ao respectivo defensor ou advogado. Ressalvam-se as notificações respeitantes à

acusação, à decisão instrutória, à designação de dia para julgamento e à sentença, bem como as relativas à aplicação de medidas de coacção e de garantia patrimonial e à dedução do pedido de indemnização civil, as quais porém devem igualmente ser notificadas ao advogado ou defensor nomeado, sendo neste caso o prazo para a prática de acto processual contado a partir da data de notificação efectuada em último lugar.

10 – Os condenados em pena de liberdade condicional e de liberdade sob caução por continuarem afectos até ao trânsito da revogação da pena ou da sua extinção, estão obrigados à medida de coacção de prestação de termo de identidade e residência, tendo presente a cessação da eventualidade da sua reversão na pena de prisão substituída, pelo que as notificações relativas à decisão de revogação ou extinção de pena serão feitas nos termos do disposto nas alíneas a), b) e c) do número 1, sendo notificada tanto ao defensor nomeado ou advogado como ao condenado.

11 – As notificações ao advogado ou ao defensor nomeado quando outra forma não resultar da lei, são feitas nos termos das alíneas a), b) e c) do número 1 ou por telecópia.

12 – A notificação edital é empreendida mediante a afixação de um edital na porta do tribunal, outro na porta da última residência do arguido e outro nos lugares para o efeito destinados pela respectiva autarquia. Sempre que tal for conveniente e exigido é ordenada a publicação de anúncios em dois números seguidos de um dos jornais de maior tiragem na localidade da última residência do arguido ou de maior tiragem nacional.

13 – Nos casos expressamente previstos, havendo vários arguidos ou assistentes, quando o prazo para a prática de actos subsequentes à notificação termine em dias diferentes, o acto pode ser praticado por todos ou por cada um deles até ao termo do prazo que começou a correr em último lugar.

ARTIGO QUARTO – CASOS ESPECIAIS.

1 – A notificação de pessoa que se encontrar presa é requisitada ao director do estabelecimento prisional respectivo e efectuada na pessoa do notificando por funcionário para o efeito designado.

2 – A notificação de funcionário ou agente administrativo faz-se mediante requisição ao respectivo serviço, pelo que não sendo a comparência do notificado objecto de autorização do superior hierárquico, é obrigatório a informação do notificado ao seu superior hierárquico mediante apresentação de documento comprovativo da comparência.

ARTIGO QUINTO – DIFICULDADES EM EFECTUAR NOTIFICAÇÃO OU CUMPRIR MANDADO.

1 – O funcionário de justiça encarregado de efectuar uma notificação ou de cumprir um mandado pode sempre que tal se revelar necessário, recorrer à colaboração da força pública, a qual é requisitada à autoridade mais próxima do local onde dever intervir.

2 – Todos os agentes de manutenção da ordem pública devem prestar auxílio e colaboração ao funcionário mencionado no número anterior e para os fins neles referidos, sempre que for pedida a sua intervenção e exibida a notificação ou o mandado respectivo.

3 – Se apesar do auxílio e da colaboração prestada nos termos do disposto número anterior, o funcionário de justiça não conseguir efectuar a notificação ou cumprir o mandado, redige auto da ocorrência no qual menciona especificamente as

diligências a que procedeu e transmite-o no imediato à entidade notificante ou mandante.

ARTIGO SEXTO – FALTA INJUSTIFICADA DE COMPARECIMENTO.

1 – Sempre que por falta injustificada de comparecimento de pessoa regularmente convocada ou notificada, no dia, hora e local designado, o faltoso incorre no crime de desobediência a ordem legítima de autoridade pública, sendo julgado no próprio tribunal da sua falta de comparência.

2 – Sem prejuízo do número anterior, o juiz ordena oficiosamente a detenção de quem tiver faltado injustificadamente pelo período de tempo indispensável à realização da diligência, bem como condena o faltoso ao pagamento das despesas ocasionadas pela sua não comparência, nomeadamente com notificações, expediente e deslocações de pessoas envolvidas do mesmo acto processual. Sempre que se trate de arguido, é-lhe no imediato aplicada a medida de prisão preventiva, sempre que for legalmente admissível.

3 – Sempre que a falta for cometida pelo ministério público ou por advogado constituído ou nomeado no processo, é comunicado o facto respectivamente ao procurador de justiça ou à ordem dos advogados.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 5 do artigo 1º, do capítulo único, do título quarto, do livro primeiro.

ARTIGO SÉTIMO – JUSTIFICAÇÃO DA FALTA DE COMPARECIMENTO.

1 – Considera-se justificada a falta motivada por facto não imputável ao faltoso que o impeça de comparecer no acto processual para que foi convocado ou notificado.

2 – A impossibilidade de comparecimento deve ser comunicada com cinco dias de antecedência sempre que for previsível e no dia e hora designados para a prática do acto, se for imprevisível. Da comunicação consta sob pena de não justificação da falta, a indicação do respectivo motivo, do local onde o faltoso pode ser encontrado e da duração previsível do impedimento.

3 – Os elementos de prova da impossibilidade de comparecimento devem ser apresentados com a comunicação referida no número anterior, salvo tratando-se de impedimento imprevisível comunicado no próprio dia e hora, caso em que por motivo justificado, podem ser apresentados até ao terceiro dia útil seguinte. Não podendo ser indicadas mais do que três testemunhas.

4 – Sempre que for por alegada doença, o faltoso apresenta atestado médico especificando a impossibilidade ou grave inconveniência no comparecimento e o tempo provável de duração do impedimento. A autoridade judiciária pode ordenar o comparecimento do médico que subscreveu o atestado e fazer verificar por outro médico a veracidade da alegação da doença.

5 – Sempre que for impossível obter atestado médico, é admissível qualquer outro meio de prova.

6 – Havendo impossibilidade de comparecimento, mas não de prestação de declarações ou de depoimento, esta realizar-se-á no dia, hora e local que a autoridade judiciária designar, ouvido o médico assistente sempre que exigido.

7 – A falsidade da justificação é punida consoante os casos nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 6º, do capítulo quarto, do título terceiro e do artigo 6º, do capítulo terceiro, do título quinto, da parte segunda do CÓDIGO PENAL.

8 – O disposto nos números anteriores no que se refere aos elementos de prova exigíveis aplica-se ao ministério público e aos advogados, competindo à autoridade

judiciária comunicar as faltas injustificadas ao PROCURADOR de JUSTIÇA e ao organismo disciplinar da respectiva ordem.

TÍTULO QUINTO – NULIDADES.

CAPÍTULO ÚNICO – NULIDADES.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

1 – A violação ou a inobservância das disposições da lei do PROCESSO PENAL só determina a nulidade do acto quando esta for expressamente cominada na lei.

2 – Nos casos em que a lei não cominar a nulidade, o acto ilegal é irregular.

3 – As disposições do presente título não prejudicam as normas deste CÓDIGO relativas a proibições de prova.

ARTIGO SEGUNDO – NULIDADES INSANÁVEIS.

1 – Constituem nulidades insanáveis, que devem ser oficiosamente declaradas em qualquer fase do procedimento, para além das que como tal forem cominadas em outras disposições legais:

a) A falta do número de juízes ou de jurados que devam constituir o tribunal, ou a violação das normas legais relativas ao modo de determinar a respectiva composição;

b) A falta de promoção do processo pelo ministério público, nos termos do artigo 1º, do capítulo único, do título segundo, do livro primeiro, bem como a sua ausência a actos relativamente aos quais a lei exigir a respectiva comparência;

c) A ausência do arguido ou do seu defensor, nos casos em que a lei exigir a respectiva comparência;

d) A falta de inquérito ou de instrução, nos casos em que a lei determinar a sua obrigatoriedade;

e) A violação das normas de competência do tribunal, sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do livro primeiro;

f) O emprego de forma de processo especial fora dos casos previstos na lei.

ARTIGO TERCEIRO – NULIDADES DEPENDENTES DE ARGUIÇÃO.

1 – Qualquer nulidade diversa das referidas no artigo anterior deve ser arguida pelos interessados e fica sujeita à disciplina prevista neste artigo e no artigo seguinte.

2 – Constituem nulidades dependentes de arguição, para além das que forem cominadas noutras disposições legais:

a) O emprego de uma forma de processo quando a lei determinar a utilização de outra, sem prejuízo do disposto na alínea f) do artigo anterior;

b) A ausência por falta de notificação do assistente e das partes civis, nos casos em que a lei exigir a respectiva comparência;

c) A falta de nomeação de intérprete, nos casos em que a lei a considerar obrigatória;

d) A insuficiência do inquérito ou da instrução, por não terem sido praticados actos legalmente obrigatórios e a omissão posterior de diligências que pudessem reputarem essenciais para a descoberta da verdade.

3 – As nulidades referidas nos números anteriores devem ser arguidas:

a) Tratando-se de nulidade de acto a que o interessado assista, antes que o acto esteja terminado;

b) Tratando-se da nulidade referida na alínea b) do número anterior, até sete dias após a notificação do despacho que designar dia para a audiência;

c) Tratando-se de nulidade respeitante ao inquérito ou à instrução, até ao encerramento do debate instrutório ou não havendo lugar a instrução, até sete dias após a notificação do despacho que tiver encerrado o inquérito;

d) No imediato momento de início da audiência nas formas de processo especial.

ARTIGO QUARTO – SANAÇÃO DE NULIDADES.

1 – Salvo nos casos em que a lei dispuser de modo diferente, as nulidades ficam sanadas se os participantes processuais interessados:

a) Renunciarem expressamente a argui-las;

b) Tiverem aceite expressamente os efeitos do acto anulável; ou

c) Se tiverem prevalecido de faculdade a cujo exercício o acto anulável se dirigia.

2 – As nulidades respeitantes a falta ou a vício de notificação ou de convocação para acto processual ficam sanadas se a pessoa interessada comparecer ou renunciar a comparecer ao acto.

3 – Ressalvam-se do disposto no número anterior os casos em que o interessado comparecer apenas com a intenção de arguir a nulidade.

ARTIGO QUINTO – EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE.

1 – As nulidades tornam inválido o acto em que se verificarem, bem como os que dele dependerem e aquelas puderem afectar.

2 – A declaração de nulidade determina quais os actos que passam a considerar-se inválidos e ordena sempre que necessário e possível a sua repetição, atribuindo as despesas respectivas ao arguido, ao assistente ou às partes civis, sempre que os mesmos tenham dado causa culposamente à nulidade.

3 – Ao declarar uma nulidade o juiz aproveita todos os actos que ainda puderem ser salvos do efeito daquela.

ARTIGO SEXTO – IRREGULARIDADES.

1 – Qualquer irregularidade do processo só determina a invalidade do acto a que se refere e dos termos subsequentes que possa afectar, quando tiver sido arguida pelos interessados no próprio acto ou se a este não tiverem assistido, nos sete dias seguintes a contar daquele em que tiverem sido notificados para qualquer termo do processo ou intervindo em algum acto nele praticado.

2 – Pode ordenar-se oficiosamente a reparação de qualquer irregularidade, no momento em que da mesma se tomar o conhecimento, quando ela puder afectar o valor do acto praticado.

LIVRO TERCEIRO – PROVA.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO DA PROVA.

1 – Constituem objecto da prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis.

2 – Sempre que tiver lugar pedido civil, constituem igualmente objecto da prova os factos relevantes para a determinação da responsabilidade civil.

ARTIGO SEGUNDO – LEGALIDADE DA PROVA.

1 – São admissíveis para o apuramento da veracidade processual todas as provas que não forem proibidas por lei.

ARTIGO TERCEIRO – MÉTODOS PROIBIDOS DE PROVA.

1 – São nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante tortura, coacção ou em geral ofensa da integridade física ou moral das pessoas.

2 – São ofensivas da integridade física ou moral das pessoas as provas obtidas, mesmo que com o consentimento delas, mediante:

a) Perturbação da liberdade de vontade ou de decisão através de maus-tratos, ofensas corporais, administração de meios de qualquer natureza, hipnose ou utilização de meios cruéis ou enganosos;

b) Perturbação, por qualquer meio, da capacidade de memória ou de avaliação;

c) Utilização da força, fora dos casos e dos limites previstos pela lei;

d) Ameaça com medida legalmente inadmissível, bem como com denegação ou condicionamento da obtenção de benefício legalmente previsto;

e) Promessa de vantagem legalmente inadmissível.

3 – Para efeitos da lei penal, por tortura, tratamento cruel, degradante ou desumano compreende-se o acto que consista em infligir sofrimento físico ou psicológico agudo, cansaço físico ou psicológico grave ou o emprego de produtos químicos, drogas ou outros meios, naturais ou artificiais, com intenção de perturbar e destabilizar a capacidade de determinação ou a livre e espontânea manifestação de vontade da vítima.

4 – O disposto no número anterior não abrange os sofrimentos inerentes à execução das sanções previstas ou por ela ocasionados, nem as medidas legais privativas ou restritivas da liberdade, bem como não se compreende por tratamento cruel, degradante e desumano a utilização do método de alimentação a pão e água.

5 – Ressalvados os casos previstos na lei, são igualmente nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respectivo titular.

6 – Sempre que o uso dos métodos de obtenção de prova previstos neste artigo constituir crime, podem aquelas ser utilizadas com o fim exclusivo de proceder contra os autores do mesmo.

ARTIGO QUARTO – LIVRE APRECIACÃO DA PROVA.

1 – Salvo quando a lei dispuser de modo diferente, a prova é apreciada segundo as normas da experiência e a livre convicção da entidade competente.

TÍTULO SEGUNDO – MEIOS DE PROVA.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PROVA TESTEMUNHAL.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E LIMITES DO DEPOIMENTO.

1 – A testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento directo e que constituam objecto da prova.

2 – Salvo quando a lei dispuser de modo diferente, antes do momento de o tribunal proceder à determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis, a inquirição sobre factos relativos à personalidade e ao carácter do arguido, bem como às suas condições pessoais e à sua conduta anterior, só é permitida na medida estritamente indispensável para a prova de elementos constitutivos do crime, nomeadamente da culpa do autor ou para a aplicação de medida de coacção ou de garantia patrimonial.

ARTIGO SEGUNDO – DEPOIMENTO INDIRECTO.

1 – Sempre que o depoimento resultar do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, o juiz pode chamar estas a depor. Se o não fizer, o depoimento produzido não pode naquela parte, servir como meio de prova, salvo se a inquirição das pessoas indicadas não for possível por falecimento, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas.

2 – O disposto no número anterior aplica-se ao caso em que o depoimento resultar da leitura de documento de autoria de pessoa diversa da testemunha.

3 – Não pode em caso algum, servir como meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou a fonte através das quais tomou conhecimento dos factos.

ARTIGO TERCEIRO – VOZES PÚBLICAS E CONVICÇÕES PESSOAIS.

1 – Não é admissível como depoimento a reprodução de vozes ou rumores públicos.

2 – A manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação, só é admissível nos casos seguintes e na estrita medida nela indicada:

- a) Quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos concretos;
- b) Quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte; ou
- c) Quando ocorrer no estágio de determinação da sanção.

ARTIGO QUARTO – CAPACIDADE E DEVER DE TESTEMUNHAR.

1 – Qualquer pessoa que se não encontrar interdita por anomalia psíquica tem capacidade para ser testemunha e só pode recusar-se nos casos previstos na lei.

2 – Compete à autoridade judiciária verificar a aptidão física, mental e sensorial de qualquer pessoa para prestar testemunho, sempre que for exigido avaliar a sua credibilidade e a mesma avaliação não retardar a marcha normal do processo.

3 – Tratando-se de depoimento de menor de dezoito anos em crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, pode ter lugar perícia sobre a personalidade.

4 – As indagações referidas nos números anteriores, ordenadas anteriormente ao depoimento, não impedem que este se produza.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS E DEVERES DA TESTEMUNHA.

1 – Salvo quando a lei dispuser de forma diferente, incumbem à testemunha os deveres de:

- a) Se apresentar, no tempo e no lugar devidos, à autoridade por quem tiver sido legitimamente convocada ou notificada, mantendo-se à sua disposição até ser por ela desobrigada;
- b) Prestar juramento, quando ouvida por autoridade judiciária;
- c) Obedecer às indicações que legitimamente lhe forem dadas quanto à forma de prestar depoimento;
- d) Responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas.

2 – A testemunha não é obrigada a responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilização penal.

3 – Para o efeito de ser notificada, a testemunha pode indicar a sua residência, o local de trabalho ou outro domicílio à sua escolha.

4 – Sempre que deva prestar depoimento, ainda que no decurso de acto vedado ao público, a testemunha pode fazer-se acompanhar de advogado, que a informa, quando entender necessário, dos direitos que lhe assistem, sem intervir na inquirição.

5 – Não pode acompanhar testemunha, nos termos do número anterior, o advogado que seja defensor de arguido no processo.

ARTIGO SEXTO – IMPEDIMENTOS.

1 – Estão impedidos de depor como testemunhas:

- a) O arguido e os co-arguidos no mesmo processo ou em processos conexos, enquanto mantiverem aquela qualidade;
- b) As pessoas que se tiverem constituído assistentes, a partir do momento da sua constituição;
- c) As partes civis;
- d) Os peritos e intérpretes, em relação às perícias e traduções que tiverem realizado.

2 – Em caso de separação de processos, os arguidos de um mesmo crime ou de um crime conexo, mesmo que já condenados por sentença transitada em julgado, são obrigados a depor como testemunhas, sempre que o seu depoimento constitua para os elementos do júri do processo, elemento fundamental exigido ao apuramento da verdade processual.

ARTIGO SÉTIMO – RECUSA DE DEPOIMENTO.

1 – Podem recusar-se a depor como testemunhas:

- a) Os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os afins até ao 2º grau, os adoptantes, os adoptados e o cônjuge do arguido;
- b) Toda a pessoa que tiver sido cônjuge do arguido ou quem sendo de outro ou do mesmo sexo, conviver ou tiver convivido com o arguido em condições análogas às dos cônjuges, mesmo sem coabitação efectiva, relativamente a factos ocorridos durante o casamento ou a coabitação.

2 – A entidade competente para receber o depoimento adverte, sob pena de nulidade, as pessoas referidas no número anterior da faculdade que lhes assiste de recusarem o depoimento.

ARTIGO OITAVO – SEGREDO PROFISSIONAL.

1 – Nenhum cidadão independentemente do cargo, função ou competência que ocupe profissional ou institucional, pode em acto de julgamento, recusar-se a depor ou

invocar o segredo profissional como base de toda uma obstrução ao apuramento da veracidade processual em julgado.

2 – No decurso do acto de julgamento, todos os momentos envoltos da revelação do segredo profissional ou institucional, são única e exclusivamente reservados ao juiz, jurados, provedor de justiça, procurador de justiça, ao ministério público, à própria testemunha envolta da quebra do segredo e ao seu defensor, bem como ao funcionário da justiça nomeado para redigir o auto, que ficam obrigados ao segredo de justiça, sendo vedado o acesso aos demais sujeitos processuais e ao público em geral.

3 – Sempre que a testemunha invocar o segredo profissional, compete ao juiz competente pelo acto processual convocar no prazo de três dias os administradores ou os corpos gerentes da entidade da qual a testemunha é detentora do segredo profissional, de modo e forma à confirmação do respectivo segredo profissional e da revelação pelo profissional do mesmo em acto de julgamento, nos termos do número anterior.

4 – Em caso algum os autos do segredo profissional revelado nos termos do presente artigo constaram dos autos do processo, sendo guardados no cofre do tribunal competente, por ordem do seu presidente ou do seu representante legal consultados pelas pessoas que no mesmo intervieram e serão tidos em consideração na deliberação e votação processual. Nos autos do processo e na sentença a proferir, é mencionado o facto apenas e só como segredo profissional.

5 – É correspondentemente aplicável o disposto neste artigo ao segredo religioso.

ARTIGO NONO – SEGREDO DE ESTADO.

1 – Nenhum cidadão independentemente da posição, cargo, função ou competência que ocupe familiar, educativa, profissional ou institucional, pode em acto de julgamento recusar-se a depor ou invocar o segredo de estado como base de toda uma obstrução ao apuramento da veracidade processual em julgado.

2 – O segredo de estado referido no presente artigo, abrange nomeadamente os factos cuja revelação ainda que não constitua crime possa causar dano, transtornos ou prejuízos à segurança interna ou externa do estado português, à defesa, ordem e harmonia constitucional e social e à defesa, segurança e protecção da população da vida do REINO de PORTUGAL e dos seus haveres.

3 – No decurso do acto de julgamento, todos os momentos envoltos da revelação do segredo de estado, são única e exclusivamente reservados ao juiz, jurados, provedor de justiça, procurador de justiça, ao ministério público, à própria testemunha envolta da quebra do segredo e ao seu defensor, bem como ao funcionário da justiça nomeado para redigir o auto, que ficam obrigados ao segredo de justiça, sendo vedado o acesso aos demais sujeitos processuais e ao público em geral.

4 – Sempre que a testemunha invocar o segredo de estado, compete ao juiz competente pelo acto processual confirmar a veracidade do segredo com o presidente nacional da área presidencial jurídica no prazo de sete dias, pelo que a falta de confirmação implica o decurso normal e regular do acto processual.

5 – Em caso algum os autos do segredo de estado revelado nos termos do presente artigo constaram dos autos do processo, sendo guardados no cofre do tribunal competente, por ordem do seu presidente ou do seu representante legal consultados pelas pessoas que no mesmo intervieram e serão tidos em consideração na deliberação e votação processual. Nos autos do processo e na sentença a proferir, é mencionado o facto apenas e só como segredo de estado.

ARTIGO DÉCIMO – NORMAS DA INQUIRÇÃO.

1 – O depoimento é um acto pessoal que não pode em caso algum ser prestado por intermédio de procurador.

2 – Às testemunhas devem ser colocadas perguntas sucintas, objectivas e direccionadas ao apuramento dos factos, circunstâncias e protagonistas, sendo de refutar as perguntas sugestivas ou impertinentes ou quaisquer outras que possam prejudicar a espontaneidade, sinceridade e a verdade das respostas no apuramento da veracidade processual.

3 - A inquirição deve incidir primeiramente sobre os elementos exigidos à identificação da testemunha, seguidamente deve prestar juramento nos termos da lei, sucedendo-se as questões relativas às suas relações de parentesco e de interesse com o arguido, o ofendido, o assistente, as partes civis e com outras testemunhas, bem como as questões relacionados com quaisquer circunstâncias relevantes e pertinentes para a avaliação da credibilidade do depoimento a prestar, após o que depõe nos termos e dentro dos limites legais.

4 – Sempre que for conveniente para o decurso do acto processual e para o apuramento da veracidade processual, podem ser mostradas às testemunhas quaisquer peças do processo, documentos que ao mesmo respeitem, instrumentos com que o crime foi cometido ou quaisquer outros objectivos apreendidos relativos ao processo.

5 – Se a testemunha apresentar algum objecto ou documento que puder servir a prova, faz-se menção da sua apresentação e junta-se ao processo ou guarda-se devidamente.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRERROGATIVAS E MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTECÇÃO.

1 – Têm aplicação em processo penal todas as prerrogativas estabelecidas na lei quanto ao dever de testemunhar e ao modo e local de prestação dos depoimentos.

2 – A protecção das testemunhas e de outros intervenientes no processo contra formas de ameaça, pressão ou intimidação, nomeadamente nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, é regulada em lei especial.

3 – Fica assegurada a possibilidade de realização do contraditório legalmente admissível no caso.

CAPÍTULO SEGUNDO – DECLARAÇÕES DO ARGUIDO, DO ASSISTENTE E DAS PARTES CIVIS.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÕES DO ARGUIDO: NORMAS GERAIS.

1 – Sempre que o arguido prestar declarações, ainda que se encontre detido ou preso, deve encontrar-se livre na pessoa, salvo se forem exigidas medidas cautelares para prevenir o perigo de fuga ou actos violentos.

2 – Às declarações do arguido é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 1º e 10º, do capítulo anterior, salvo quando a lei dispuser de forma contrária.

3 – Em caso algum o arguido presta juramento.

ARTIGO SEGUNDO – PRIMEIRO INTERROGATÓRIO JUDICIAL DE ARGUIDO DETIDO.

1 – Todo o arguido detido que não deva ser de imediato julgado é interrogado pelo juiz de instrução, no prazo máximo de quarenta e oito horas após a detenção, logo que lhe for presente com a indicação circunstanciada dos motivos da detenção e das provas que a fundamentam.

2 – O interrogatório é feito exclusivamente pelo juiz, com assistência do ministério público e do defensor e estando presente o funcionário da justiça. Não é admitida a presença de qualquer outra pessoa, salvo por motivos de segurança, quando o detido deva ser guardado à vista.

3 – O detido é advertido no início do interrogatório de que, a falta de resposta ou a falsidade às perguntas que lhe vão ser colocadas o faz incorrer em responsabilidade penal e é perguntado pelo nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, estado civil, residência, se estuda ou trabalha; se estuda o ano de escolaridade, estabelecimento de ensino e localidade; se trabalha profissão, local de trabalho, anos de trabalho, profissões exercidas, entidades patronais, localização, se já esteve alguma vez preso, quando, onde e porque e se foi ou não condenado e por que crimes, sendo-lhe exigido a exibição de documento oficial bastante da identificação.

4 – Seguidamente o juiz informa o arguido:

a) Dos direitos referidos no número 1 do artigo 5º, do capítulo único, do título terceiro, do livro primeiro, explicando-lhe sempre que necessário;

b) Dos motivos da detenção;

c) Dos factos que lhe são concretamente imputados, incluindo sempre que forem conhecidas as circunstâncias de tempo, lugar e modo; e

d) Dos elementos do processo que indiciam os factos imputados, sempre que a sua comunicação e revelação não colocar em causa a investigação, não dificultar a descoberta da verdade, nem criar perigo para a vida, a integridade física ou psíquica ou a liberdade dos participantes processuais ou das vítimas do crime.

5 – Com excepção da alínea a) todas as informações referidas no número anterior ficam a constar do auto de interrogatório.

6 – O arguido face às declarações prestadas pode confessar ou negar os factos ou a sua participação nos mesmos e indicar as causas e testemunhas que possam excluir a ilicitude ou a culpa, bem como quaisquer circunstâncias que possam relevar para a determinação da sua responsabilidade ou da medida da sanção.

7 – Durante o interrogatório o ministério público e o defensor, sem prejuízo do direito de arguir nulidades, abstêm-se de qualquer interferência, podendo o juiz permitir que suscitem pedidos de esclarecimento das respostas dadas pelo arguido. Findo o interrogatório, podem requerer ao juiz que formule ao arguido as perguntas que entenderem relevantes para a descoberta da verdade. Compete ao juiz decidir, por despacho irrecorrível, se o requerimento há-de ser feito na presença do arguido e sobre a relevância das perguntas.

ARTIGO TERCEIRO – JUIZ DE INSTRUÇÃO COMPETENTE.

1 – Havendo fundado receio de que o prazo máximo referido no número 1 do artigo anterior não seja suficiente para apresentar o detido ao juiz de instrução competente para o processo ou não sendo possível apresentá-lo dentro do prazo com segurança, o primeiro interrogatório judicial é feito pelo juiz de instrução competente na área em que a detenção se tiver operado.

2 – Se do interrogatório feito nos termos da parte final do número anterior, resultar a necessidade de medidas de coacção ou de garantia patrimonial, são as mesmas imediatamente aplicadas.

ARTIGO QUARTO – PRIMEIRO INTERROGATÓRIO NÃO JUDICIAL DE ARGUIDO DETIDO.

1 – Todo o arguido que após a detenção e o interrogatório do juiz de instrução não for presente no imediato a julgamento é apresentado ao ministério público competente na área em que a detenção se tiver operado, podendo este escutá-lo sumariamente.

2 – O Interrogatório obedece na parte aplicável, às disposições relativas ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido.

3 – Após o interrogatório sumário, o ministério público sempre que o arguido se encontrar detido por deliberação do juiz de instrução providencia para que no mais curto prazo seja presente a julgamento nos termos do respectivo processo.

4 – Nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada o ministério público pode determinar que até ao momento do julgamento o detido não comunique para além do defensor com pessoa alguma, sendo a medida confirmada pelo juiz competente pelo primeiro interrogatório judicial.

ARTIGO QUINTO – OUTROS INTERROGATÓRIOS.

1 – Os subsequentes interrogatórios de arguido preso e os interrogatórios de arguido em liberdade são feitos no inquérito pelo ministério público e na instrução e em julgamento pelo respectivo juiz, obedecendo em tudo quanto for aplicável, às disposições do presente capítulo.

2 – No inquérito, os interrogatórios referidos no número anterior podem ser feitos por órgão de polícia criminal no qual o ministério público tenha delegado a sua realização.

3 – É obrigatório a assistência do defensor em todo e qualquer interrogatório de arguido preso.

4 – A entidade que proceder ao interrogatório de arguido em liberdade informa-o previamente de que tem o direito de ser assistido por advogado.

ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÕES E NOTIFICAÇÕES DO ASSISTENTE E DAS PARTES CIVIS.

1 – Ao assistente e às partes civis podem ser tomadas declarações a requerimento seu ou do arguido, ou sempre que a autoridade judiciária o entender conveniente.

2 – O assistente e as partes civis ficam sujeitos ao dever de verdade e a responsabilidade penal pela sua violação.

3 – A prestação de declarações pelo assistente e pelas partes civis fica sujeita ao regime de prestação da prova testemunhal, salvo no que lhe for manifestamente inaplicável e no que a lei dispuser de forma diferente.

4 – É precedida de juramento, a prestação de declarações pelo assistente e pelas partes civis.

5 – Para o efeito de serem notificados, o assistente ou as partes civis indicarão a sua residência, o local de trabalho ou estabelecimento de ensino.

6 – A indicação de local para os efeitos de notificação nos termos do número anterior, é acompanhada da advertência ao assistente ou às partes civis de que a mudança de morada indicada deve ser comunicada no imediato, através da entrega de requerimento entregue à secretaria onde os autos se encontrarem a correr nesse momento, sob pena de desobediência a ordem legítima de autoridade pública.

CAPÍTULO TERCEIRO – PROVA POR ACAREAÇÃO.

ARTIGO ÚNICO – PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTO.

1 – É admissível acareação entre co-arguidos, entre o arguido e o assistente, entre testemunhas ou entre estas, o arguido e o assistente sempre que houver contradição entre as suas declarações e a diligência se afigurar útil à descoberta da verdade.

2 – O disposto no número anterior é correspondentemente aplicável às partes civis.

3 – A acareação tem lugar oficiosamente ou a requerimento.

4 – A entidade que presidir à diligência após reproduzir as declarações, pede às pessoas intervenientes na acareação que as confirmem ou que as modifiquem e sempre que exigido que conteste as das outras pessoas, formulando-lhes em seguida as perguntas que entender convenientes para o esclarecimento da verdade.

CAPÍTULO QUARTO – PROVA POR RECONHECIMENTO.

ARTIGO PRIMEIRO – RECONHECIMENTO DE PESSOAS.

1 – Sempre que houver necessidade de proceder ao reconhecimento de qualquer pessoa, solicita-se à pessoa que deva fazer a identificação que a descreva, com indicação de todos os pormenores de que se recorda, é-lhe perguntado se já a tinha visto antes e em que condições e é interrogada sobre outras circunstâncias que possam influir na credibilidade da identificação.

2 – Sempre que a identificação não for cabal, afasta-se quem dever proceder a ela e chamam-se pelo menos duas pessoas que apresentem as maiores semelhanças possíveis, inclusive de vestuário, com a pessoa a identificar. Esta última é colocada ao lado delas, devendo se possível apresentar-se nas mesmas condições em que poderia ter sido vista pela pessoa que procede ao reconhecimento. Esta é então chamada e perguntada sobre se reconhece algum dos presentes e em caso afirmativo, qual.

3 – Se houver razão para crer que a pessoa chamada a fazer a identificação pode ser intimidada ou perturbada pela efectivação do reconhecimento e este não tiver lugar em audiência, deve o mesmo efectuar-se sempre que possível, sem que aquela pessoa seja vista pelo identificando.

4 – As pessoas que intervierem no processo de reconhecimento previsto no número 2 são fotografadas, sendo as fotografias juntas ao auto.

5 – O reconhecimento por fotografia, filme ou gravação realizado no âmbito da investigação criminal só pode valer como meio de prova quando for seguido de reconhecimento efectuado nos termos do número 2.

6 – As fotografias, filmes ou gravações que se refiram apenas a pessoas que não tiverem sido reconhecidas são juntas ao auto.

7 – O reconhecimento que não obedecer ao disposto neste artigo, não tem valor como meio de prova, seja qual for a fase do processo em que ocorrer.

ARTIGO SEGUNDO – RECONHECIMENTO DE OBJECTOS.

1 – Sempre que houver necessidade de proceder ao reconhecimento de qualquer objecto relacionado com o crime, procede-se em harmonia com o disposto no número 1 do artigo anterior, em tudo o quanto for correspondentemente aplicável.

2 – Se do reconhecimento persistirem dúvidas, junta-se o objecto a reconhecer com pelo menos dois outros semelhantes e pergunta-se à pessoa se reconhece algum de entre eles e em caso afirmativo, qual.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 7 do artigo anterior.

ARTIGO TERCEIRO – PLURALIDADE DE RECONHECIMENTO.

1 – Sempre que houver necessidade de proceder ao reconhecimento da mesma pessoa ou do mesmo objecto por mais de uma pessoa, cada uma delas fá-lo separadamente, impedindo-se a comunicação entre elas.

2 – Sempre que houver necessidade de a mesma pessoa reconhecer várias pessoas ou vários objectos, o reconhecimento é feito separadamente para cada pessoa ou para cada um objecto.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 1º e 2º do presente capítulo.

CAPÍTULO QUINTO – RECONSTITUIÇÃO DO FACTO.

ARTIGO ÚNICO – PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTO.

1 – Sempre que houver necessidade de determinar se um facto poderia ter ocorrido de certa forma, é admissível a sua reconstituição. Esta consiste na reprodução tão fiel quanto possível, das condições em que se afirma ou se supõe ter ocorrido o facto e na repetição do modo de realização do mesmo.

2 – O despacho que ordenar a reconstituição do facto deve conter uma indicação sucinta do seu objecto, do dia, hora e local em que ocorrerão as diligências e da forma da sua efectivação, eventualmente com recurso a meios audiovisuais. No mesmo despacho pode ser designado perito para execução de operações determinadas.

3 – A publicidade da diligência deve na medida possível ser evitada.

CAPÍTULO SEXTO – PROVA PERICIAL.

ARTIGO PRIMEIRO – MOMENTO.

1 – A prova pericial tem lugar no momento em que a percepção ou a apreciação dos factos exigirem especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos.

ARTIGO SEGUNDO – REALIZAÇÃO.

1 – A perícia é realizada em estabelecimento, laboratório ou serviço oficial apropriado, ou quando tal não for possível ou conveniente por perito nomeado de entre os profissionais da arte bastonária competente pela perícia da respectiva comarca, ou na sua falta ou impossibilidade de resposta em tempo útil, por pessoa de honorabilidade e de reconhecida competência na matéria em causa.

2 – Sempre que a perícia se revelar de especial complexidade ou exigir conhecimentos de matérias distintas, pode a mesma ser deferida a vários peritos funcionando em moldes colegiais ou interdisciplinares.

ARTIGO TERCEIRO – DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE PERITO.

1 – O perito é obrigado a desempenhar a função para que tiver sido competentemente nomeado, sem prejuízo do disposto no artigo 9º, do capítulo sexto, do título primeiro, do livro primeiro e no número seguinte.

2 – O perito pode pedir escusa com base na falta de condições indispensáveis à realização da perícia e pode ser recusado pelos mesmos fundamentos pelo ministério público, sem prejuízo porém da realização da perícia sempre que urgente ou sempre que houver perigo na demora.

3 – O perito pode ser substituído pela autoridade judiciária que o tiver nomeado quando não apresentar o relatório no prazo fixado ou quando desempenhar de forma negligente o encargo que lhe foi confiado. A decisão de substituição do perito é irrecorrível.

4 – Operada a substituição, o perito substituído é notificado para comparecer perante a autoridade judiciária competente e expor as razões por que não cumpriu o encargo. Sempre que a autoridade judiciária competente considerar ter existido grosseira violação dos deveres que ao substituído incumbiam, o juiz oficiosamente ou a requerimento, condena-o ao pagamento de uma soma entre 1 UC e 10 UC.

ARTIGO QUARTO – DESPACHO QUE ORDENA A PERÍCIA.

1 – A perícia é ordenada, oficiosamente ou a requerimento, por despacho da autoridade judiciária, contendo o nome dos peritos e a indicação sumária do objecto da perícia, bem como precedendo audição dos peritos, se possível a indicação do dia, hora e local em que se efectuará.

2 – Sempre que se tratar de perícia sobre as características físicas ou psíquicas de pessoa que não haja prestado consentimento, o despacho previsto no número anterior é da competência do juiz, que pondera a necessidade da sua realização tendo presente o direito à integridade pessoal e à reserva da intimidade do visado.

3 – O despacho é notificado ao ministério público, sempre que este não for o seu autor, ao arguido, ao assistente e às partes civis, com a antecedência mínima de três dias sobre a data indicada para a realização da perícia.

4 – Ressalvam-se do disposto no número anterior os casos:

a) Em que a perícia tiver lugar no decurso do inquérito e a autoridade judiciária que a ordenar tiver razões para crer que o conhecimento da mesma ou dos seus resultados pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis, poderia prejudicar as finalidades do inquérito;

b) De urgência ou de perigo na demora.

ARTIGO QUINTO – CONSULTORES TÉCNICOS.

1 – Ordenada a perícia, o ministério público, o arguido, o assistente e as partes civis podem designar para assistir à realização da mesma, se possível, um consultor técnico da sua confiança.

2 – O consultor técnico pode propor a efectivação de determinadas diligências e formular observações e objecções que ficam a constar do auto.

3 – Sempre que o consultor técnico for designado após a realização da perícia, pode salvo no caso previsto na alínea a) do número 4 do artigo anterior, tomar conhecimento do relatório.

4 – A designação de consultor técnico e o desempenho da sua função não podem atrasar a realização da perícia e o andamento normal e regular do processo.

ARTIGO SEXTO – PROCEDIMENTO.

1 – Os peritos prestam compromisso, podendo a autoridade judiciária competente, oficiosamente ou a requerimento dos peritos ou dos consultores técnicos, formular quesitos sempre que a sua existência se revelar conveniente.

2 – A autoridade judiciária assiste sempre que possível e conveniente à realização da perícia, podendo a autoridade que a tiver ordenado permitir também a presença do arguido e do assistente, salvo se a perícia for susceptível de ofender o pudor.

3 – Se os peritos carecerem de quaisquer diligências ou esclarecimentos, requerem que essas diligências se pratiquem ou esses esclarecimentos lhes sejam fornecidos, podendo-lhes ser mostrado quaisquer actos ou documentos do processo.

4 – Os elementos de que o perito tome conhecimento no exercício das suas funções só podem ser utilizados dentro do objecto e das finalidades da perícia.

5 – As perícias referidas no número 2 do artigo 4º, do presente capítulo, são realizadas por médico ou outra pessoa legalmente autorizada e não podem criar perigo para a saúde do visado.

6 – Sempre que se tratar de análises de sangue ou de outras células corporais, os exames efectuados e as amostras recolhidas só podem ser utilizadas no processo em curso ou em outro já instaurado, sendo destruídos mediante despacho do juiz no imediato momento em que deixarem de ser necessários.

ARTIGO SÉTIMO – RELATÓRIO PERICIAL.

1 – Finda a perícia, os peritos procedem à elaboração de um relatório no qual mencionam e descrevem as suas respostas e conclusões devidamente fundamentadas. Aos peritos podem ser pedidos esclarecimentos pela autoridade judiciária, pelo arguido, pelo assistente, pelas partes civis e pelos consultores técnicos.

2 – O relatório elaborado em seguida à realização da perícia é ditado para o auto.

3 – Sempre que o relatório não puder ser elaborado logo em seguida à realização da perícia, é marcado um prazo para a sua apresentação, não superior a 60 dias, podendo em casos de especial complexidade o prazo ser prorrogado por mais 30 dias a requerimento fundamentado dos peritos.

4 – Sempre que o conhecimento dos resultados da perícia não for indispensável para o juízo sobre a acusação ou sobre a pronúncia, pode a autoridade judiciária competente autorizar que o relatório seja apresentado até à abertura da audiência.

5 – Sempre que a perícia for realizada por mais de um perito e houver discordância entre eles no relatório a apresentar, apresenta cada um o seu, o mesmo sucedendo na perícia interdisciplinar. Tratando-se de perícia colegial, pode haver lugar a opinião vencedora e opinião vencida.

ARTIGO OITAVO – ESCLARECIMENTOS E NOVA PERÍCIA.

1 – Em qualquer altura do processo pode a autoridade judiciária competente determinar, oficiosamente ou a requerimento, sempre que se revelar de interesse para a descoberta da verdade processual, que:

a) Os peritos sejam convocados para prestarem esclarecimentos complementares, devendo ser-lhes comunicados o dia, a hora e o local em que se efectivará a diligência; ou

b) Seja realizada nova perícia ou renovada a perícia anterior a cargo de outro ou outros peritos.

2 – Os peritos dos estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais são escutados por teleconferência a partir do seu local de trabalho, sempre que tal seja tecnicamente possível, sendo apenas e só necessária a notificação do dia e da hora a que se procederá à sua audição.

ARTIGO NONO – PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS E FORENSES.

1 – As perícias médico-legais e forenses que se insiram nas atribuições do REAL INSTITUTO DE MEDICINA PORTUGUÊS são realizadas pelas suas delegações e pelos seus gabinetes médico-legais.

2 – Sempre que por manifesta impossibilidade dos serviços do REAL INSTITUTO na realização das perícias referidas no número anterior, compete ao REAL INSTITUTO indicar para o seu efeito entidades terceiras, públicas ou privadas, da vida do REINO de PORTUGAL.

3 – Nas comarcas não compreendidas na área de actuação das delegações e dos gabinetes médico-legais em funcionamento, as perícias médico-legais e forenses são realizadas por médicos a indicar pelo REAL INSTITUTO.

4 – As perícias médico-legais e forenses solicitadas ao REAL INSTITUTO em que se verifique a necessidade de formação médica especializada noutros domínios e que não possam ser realizadas pelas delegações do REAL INSTITUTO ou pelos seus gabinetes médico-legais, por não existirem peritos com a formação requerida ou condições materiais para a sua realização, são efectuadas, por indicação do REAL INSTITUTO, em serviço universitário ou de saúde público ou privado.

5 – Sempre que exigido, as perícias médico-legais e forenses de natureza laboratorial podem ser realizadas por entidades terceiras, públicas ou privadas, indicadas pelo REAL INSTITUTO.

6 – O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável à perícia relativa a questões psiquiátricas, na qual podem participar também especialistas em psicologia e criminologia.

7 – A perícia psiquiátrica pode ser efectuada a requerimento do representante legal do arguido, do cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens ou da pessoa, de outro ou do mesmo sexo, que com o arguido viva em condições análogas às dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva, dos descendentes e adoptados, dos ascendentes e adoptantes ou na falta deles, dos irmãos e seus descendentes.

ARTIGO DÉCIMO – PERÍCIA SOBRE A PERSONALIDADE.

1 – Para efeito de avaliação da personalidade e da perigosidade do arguido pode haver lugar a perícia sobre as suas características psíquicas independentes de causas patológicas, bem como sobre o seu grau de socialização. A perícia pode relevar, nomeadamente para a decisão sobre a revogação da prisão preventiva, a culpa do autor e a determinação da sanção.

2 – A perícia deve ser deferida a serviços especializados, incluindo os serviços de reinserção social e sempre que não for possível ou conveniente, a especialistas em criminologia, em psicologia, em sociologia ou em psiquiatria.

3 – Os peritos podem requerer informações sobre os antecedentes criminais do arguido, sempre que tiverem necessidade face à formulação da avaliação.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS.

1 – Em caso algum as perícias referidas nos artigos 2º e 10º, do presente capítulo, delegadas por autoridade judiciária ou pelo ministério público a uma determinada entidade podem ser transferidas para entidades terceiras, que para tanto pudessem vir a ser contratadas por quem as tivesse de realizar.

2 – Sempre que por razões técnicas ou de serviço, quem tiver de realizar a perícia não conseguir por si próprio, cumprir o prazo determinado pela autoridade judiciária, deve imediatamente comunicar-lhe tal facto, para que esta possa determinar a eventual designação de novo perito.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DESTRUIÇÃO DE OBJECTOS.

1 – Sempre que os peritos para procederem à perícia, precisarem de destruir, alterar ou comprometer gravemente a integridade de qualquer objecto, pedem autorização para tal à entidade que tiver ordenado a perícia. Concedida a autorização, fica a constar nos autos a descrição exacta do objecto e a sua fotografia, constando no caso de documento, fotocópia devidamente conferida.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REMUNERAÇÃO DO PERITO.

1 – Sempre que a perícia for feita em estabelecimento ou por perito não oficial, a entidade que tiver ordenado a perícia fixa a remuneração do perito em função de tabelas aprovadas pela área presidencial da justiça ou na sua falta tendo presente os honorários correntemente cobrados por serviços do género e do relevo dos que foram prestados.

2 – Em caso de substituição de perito nos termos do número 3, do artigo 3º, do presente capítulo, pode a entidade que ordenou a perícia determinar que não há lugar a remuneração para o substituído.

3 – Das decisões sobre a remuneração cabe recurso ou reclamação hierárquica, conforme os casos.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VALOR DA PROVA PERICIAL.

1 – O juízo técnico, científico ou artístico inerente à prova pericial presume-se subtraído à livre apreciação do julgador.

2 – Sempre que a convicção do julgador divergir do juízo contido no parecer dos peritos, deve aquele fundamentar a divergência.

CAPÍTULO SÉTIMO – PROVA DOCUMENTAL.

ARTIGO PRIMEIRO – ADMISSIBILIDADE.

1 – É admissível prova por documento, compreendendo-se por tal a declaração, sinal ou notação corporizada em escrito ou por qualquer outro meio técnico nos termos da lei penal.

2 – A junção da prova documental é feita, oficiosamente ou a requerimento não podendo juntar-se documento que contiver declaração anónima, salvo se for ele mesmo objecto ou elemento do crime.

ARTIGO SEGUNDO – JUNÇÃO DE DOCUMENTOS.

1 – O documento deve ser junto no decurso do inquérito ou da instrução, pelo que não sendo possível, deve sê-lo até ao encerramento da audiência.

2 – Fica assegurado em qualquer caso a possibilidade de contraditório, para a realização do qual o tribunal pode conceder um prazo não superior a sete dias.

3 – O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a pareceres de advogados, de juristas ou de técnicos, os quais podem sempre ser juntos até ao encerramento da audiência.

ARTIGO TERCEIRO – TRADUÇÃO, DECIFRAÇÃO E TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS.

1 – Se o documento for escrito em idioma estrangeiro, é ordenada sempre que necessário a sua tradução nos termos do número 6 do artigo 1º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo.

2 – Se o documento for dificilmente legível, é feito acompanhar de transcrição que o esclareça e quando for cifrado, é submetido a perícia destinada a obter a sua decifração.

3 – Se o documento consistir em registo fonográfico, é sempre que necessário transcrito nos autos nos termos do número 2 do artigo 10º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo, podendo o ministério público, o arguido, o assistente e as partes civis requerer a conferência da transcrição na sua presença.

ARTIGO QUARTO – VALOR PROBATÓRIO DAS REPRODUÇÕES MECÂNICAS.

1 – As reproduções fotográficas, cinematográficas, fonográficas ou por meio de processo electrónico, bem como de modo geral quaisquer reproduções mecânicas, só valem como prova dos factos reproduzidos se não forem ilícitas, nos termos da lei penal.

2 – Não se consideram nomeadamente ilícitas para os efeitos previstos no número anterior, as reproduções mecânicas que obedecerem ao disposto no título terceiro, deste livro.

ARTIGO QUINTO – REPRODUÇÃO MECÂNICA DE DOCUMENTOS.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, sempre que não se puder juntar ao auto ou nele conservar o original de qualquer documento, mas unicamente a sua reprodução mecânica, esta tem o mesmo valor probatório do original, se com ele tiver sido identificada nesse ou noutro processo.

ARTIGO SEXTO – VALOR PROBATÓRIO DOS DOCUMENTOS AUTÊNTICOS E AUTENTICADOS.

1 – Consideram-se provados os factos materiais constantes de documento autêntico ou autenticado enquanto a autenticidade do documento ou a veracidade do seu conteúdo não forem fundadamente colocadas em causa.

ARTIGO SÉTIMO – DOCUMENTO FALSO.

1 – O tribunal pode declarar, oficiosamente ou a requerimento, no dispositivo da sentença mesmo que esta seja absolutória, um documento junto aos autos como falso, devendo para tal fim quando o julgar necessário e sem retardamento sensível do processo, mandar proceder às diligências e admitir a produção da prova necessárias a provar o facto.

2 – Do dispositivo relativo à falsidade de um documento pode recorrer-se autonomamente, nos mesmos termos em que poderia recorrer-se da parte restante da sentença.

3 – No caso previsto no disposto no número 1 e sempre que o tribunal tiver ficado com fundada suspeita da falsidade de documento, transmite cópia deste ao ministério público, para os efeitos da lei.

TÍTULO TERCEIRO – MEIOS DE OBTENÇÃO DA PROVA.

CAPÍTULO PRIMEIRO – EXAMES.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS.

1 – Por meio de exames das pessoas, dos lugares e dos objectos, inspeccionam-se os vestígios que possa ter deixado o crime e todos os indícios relativos ao modo como, às circunstâncias em que e ao lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido.

2 – Sempre que houver notícia da prática de um crime, providencia-se para evitar quanto possível que os seus vestígios se apaguem ou alterem antes de serem examinados, proibindo-se sempre que necessário a entrada ou o trânsito de pessoas estranhas no local do crime ou quaisquer outros actos que possam prejudicar a descoberta da verdade.

3 – Sempre que os vestígios deixados pelo crime se encontrarem alterados ou tiverem desaparecido, descreve-se o estado em que se encontram as pessoas, os lugares e os objectos que possam ter existido, procurando-se quanto possível reconstituir e descrever o modo, o tempo e as causas da alteração ou do desaparecimento.

4 – Enquanto não estiver presente no local a autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes, compete a qualquer agente da autoridade tomar provisoriamente as providências referidas no número 2, sempre que de outro modo houver perigo iminente para a obtenção da prova.

ARTIGO SEGUNDO – SUJEIÇÃO A EXAME.

1 – Sempre que alguém pretender eximir-se ou obstar a qualquer exame devido ou a facultar facto que deva ser examinado, pode ser compelido por decisão da autoridade judiciária competente.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 4º e nos números 5 e 6 do artigo 6º, do capítulo sexto, do título segundo, do presente livro.

3 – Os exames susceptíveis de ofender o pudor das pessoas devem respeitar a dignidade e na medida possível o pudor de quem a eles se submeter, Ao exame só assistem quem a ele proceder e a autoridade judiciária competente, podendo o examinando fazer-se acompanhar de pessoa da sua confiança, sempre que não houver perigo na demora, devendo para este facto ser informado de que possui essa faculdade.

ARTIGO TERCEIRO – PESSOAS NO LOCAL DO EXAME.

1 – A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes podem determinar que alguma ou algumas pessoas se não afastem do local do exame e obrigar com o auxílio da força pública sempre que necessário, que as pessoas que pretenderem afastar-se a que nele se conservem enquanto o exame decorrer e a sua presença for indispensável.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo.

CAPÍTULO SEGUNDO – REVISTAS E BUSCAS.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS.

1 – Sempre que houver indícios de que alguém oculta na sua pessoa quaisquer objectos relacionados com um crime ou que possam servir de prova, é ordenada revista.

2 – Sempre que houver indícios de que os objectos referidos no número anterior, ou o arguido ou outra pessoa que deva ser detida, se encontram em lugar reservado ou não livremente acessível ao público, é ordenada busca.

3 – As revistas e as buscas são autorizadas ou ordenadas por despacho pela autoridade judiciária competente, devendo esta sempre que possível presidir à diligência.

4 – O despacho previsto no número anterior tem um prazo de validade máximo de 30 dias, sob pena de nulidade, podendo ser prorrogado por igual período de tempo e sucessivamente enquanto persistirem fundadas suspeitas da prática de um crime pelo suspeito ou suspeitos.

5 – Ressalvam-se das exigências contidas no número 3 as revistas e as buscas efectuadas por órgão de polícia criminal nos casos:

a) De terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que coloque em grave perigo a vida ou a integridade de qualquer pessoa;

b) Em que os visados consentam, desde que o consentimento prestado fique por qualquer forma documentado; e

c) De detenção em flagrante por crime a que corresponda pena de prisão.

6 – Nos casos referidos na alínea a) do número anterior, a realização da diligência é, sob pena de nulidade, imediatamente comunicada ao juiz de instrução e por este apreciada em ordem à sua validação.

ARTIGO SEGUNDO – FORMALIDADES DA REVISTA.

1 – Antes de se proceder a revista é entregue ao visado, salvo nos casos previstos no número 5 do artigo anterior, cópia do despacho que a determinou, no qual se faz menção de que aquele pode indicar para presenciar a diligência, pessoa da sua confiança e que se apresente sem delonga.

2 – A revista deve respeitar a dignidade pessoal e na medida possível o pudor do visado.

ARTIGO TERCEIRO – FORMALIDADES DA BUSCA.

1 – Antes de se proceder a busca é entregue, salvo nos casos previstos no número 5, do artigo 1º, do presente capítulo, a quem exercer os direitos do lugar em que a diligência se realiza, cópia do despacho que a determinou, no qual se faz menção de que pode assistir à diligência e fazer-se acompanhar ou substituir por pessoa da sua confiança e que se apresente sem delonga.

2 – Faltando as pessoas referidas no número anterior, a cópia é sempre que possível entregue a um parente, a um vizinho, ao porteiro ou a alguém que o substitua.

3 – Juntamente com a busca ou durante o decurso da mesma pode proceder-se a revista de pessoas que se encontrem no lugar, se quem ordenar ou efectuar a busca tiver razões para presumir que se verificam os pressupostos no número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, bem como pode igualmente proceder-se nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo anterior.

ARTIGO QUARTO – BUSCA DOMICILIÁRIA.

1 – As buscas realizadas por autoridade judiciária em casa habitada ou numa sua dependência fechada, em escritório ou em qualquer estabelecimento, não obedecem a quaisquer horários para a sua realização, podendo em qualquer período do dia ser realizadas tendo presente o factor surpresa como base de todo um sucesso da operação a realizar.

2 – As buscas domiciliárias podem também ser ordenadas pelo ministério público ou ser efectuadas por órgão de polícia criminal, nos casos referidos no número 5 do artigo 1º, do presente capítulo;

3 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 6 do artigo 1º, do presente capítulo, nos casos em que a busca domiciliária for efectuada por órgão de polícia criminal sem o consentimento do visado e fora de flagrante delito.

4 – Tratando-se de busca em estabelecimentos produtivos, da pesca, pecuários, agrícolas e extractivos, ela é presidida pessoalmente por juiz, sob pena de nulidade, o qual avisa no momento da busca o responsável máximo pela entidade ou o seu substituto presente.

5 – Tratando-se de busca em estabelecimento industrial, comercial ou de serviços, ela é presidida pessoalmente por juiz, sob pena de nulidade, o qual avisa no momento da busca o responsável máximo pela entidade ou o seu substituto presente.

6 – Tratando-se de órgão de soberania, ela é presidida por juiz, sob pena de nulidade, o qual avisa previamente SUAS MAJESTADES, o REAL SUPREMO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e o REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, para que se façam representar no acto.

CAPÍTULO TERCEIRO – APREENSÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTOS SUSCEPTÍVEIS DE APREENSÃO E PRESSUPOSTOS DESTA.

1 – São apreendidos todos os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime, os que constituírem o seu produto, lucro, preço ou recompensa, bem como os objectos que tiverem sido deixados pelo autor no local do crime ou quaisquer outros susceptíveis de servir a prova.

2 – Os objectos apreendidos são juntos ao processo, sempre que possível e quando não confiados à guarda de funcionário de justiça adstrito ao processo ou de um depositário, de tudo se fazendo menção no auto.

3 – As apreensões são autorizadas, ordenadas ou validadas por despacho da autoridade judiciária.

4 – Os órgãos de polícia criminal podem efectuar apreensões no decurso de revistas ou de buscas ou sempre que haja urgência ou perigo na demora, nos termos previstos na alínea c) do número 2 do artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro sexto.

5 – As apreensões efectuadas por órgão de polícia criminal são sujeitas a validação pela autoridade judiciária, no prazo máximo de vinte e quatro horas.

6 – Os titulares de bens ou direitos objectos de apreensão podem requerer ao juiz de instrução a modificação ou revogação da medida. É correspondentemente aplicável o disposto no número 5 do artigo 1º, do capítulo único, do título quarto, do livro primeiro.

7 – Sempre que os objectos forem susceptíveis de serem declarados perdidos a favor do estado e não pertencerem ao arguido, a autoridade judiciária ordena a presença do interessado e escuta-o, prescindindo da mesma nos casos em que não for possível.

ARTIGO SEGUNDO – APREENSÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

1 – Sob pena de nulidade, o juiz pode autorizar ou ordenar por despacho a apreensão, mesmo nas estações de correios ou de telecomunicações, de cartas, encomendas, valores, telegramas ou qualquer outra correspondência, sempre que tiver fundadas razões para crer que:

- a) A correspondência foi expedida pelo suspeito ou lhe é dirigida, mesmo que sob nome diverso ou através de pessoa diversa;
- b) Está em causa crime punível com pena de prisão; e
- c) A diligência se revelará de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova.

2 – É proibida, sob pena de nulidade, a apreensão e qualquer outra forma de controlo da correspondência entre o arguido e o seu defensor, salvo quando o juiz tiver fundadas razões para crer que aquela constitui objecto ou elemento de um crime.

3 – O juiz que tiver autorizado ou ordenado a diligência é a primeira pessoa a tomar conhecimento do conteúdo da correspondência apreendida. Sempre que a considerar relevante para a prova, fá-la juntar ao processo, caso contrário restitui-a a quem de direito, não podendo a mesma ser utilizada como meio de prova, ficando obrigado ao dever de segredo relativamente aos factos de que tiver conhecimento, que não constituam interesse para a prova.

ARTIGO TERCEIRO – APREENSÃO EM ESTABELECIMENTO.

1 – Á apreensão operada em estabelecimento produtivo, industrial, comercial ou de serviços é correspondentemente aplicável o disposto nos números 4 e 5 do artigo 4º, do capítulo anterior.

2 – Nos casos referidos no número anterior não é permitida, sob pena de nulidade, a apreensão de documentos abrangidos pelo segredo profissional, salvo se os mesmos constituírem objecto ou elemento de um crime.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 3 do artigo anterior.

ARTIGO QUARTO – APREENSÃO EM ÓRGÃO DE SOBERANIA.

1 – Á apreensão operada em órgão de soberania é correspondentemente aplicável o disposto no número 6 do artigo 4º, do capítulo anterior.

2 – Nos casos referidos no número anterior não é permitida, sob pena de nulidade, a apreensão de documentos abrangidos pelo segredo profissional ou pelo segredo de estado, salvo se os mesmos constituírem objecto ou elemento de um crime.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 3 do artigo 2º, do presente capítulo.

ARTIGO QUINTO – APREENSÃO EM ESTABELECIMENTO FINANCEIRO.

1 – O juiz procede à apreensão em bancos ou outras instituições financeiras de documentos, títulos, valores, quantias e quaisquer outros objectos, mesmo que em cofres individuais, sempre que houver fundadas razões para crer que os mesmos estão relacionados com um crime e se revelarão de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova, mesmo que não pertençam ao arguido ou não estejam depositados em seu nome.

2 – O juiz pode examinar a correspondência e qualquer documentação financeira para a descoberta dos objectos a apreender nos termos do número anterior.

3 – O exame é feito pessoalmente pelo juiz, coadjuvado sempre que necessário por órgãos de polícia criminal e por técnicos qualificados, ficando obrigados ao dever de segredo relativamente aos factos que constatem que não constituam interesse para a prova.

ARTIGO SEXTO – SEGREDO PROFISSIONAL E SEGREDO DE ESTADO.

1 – Todas as pessoas independentemente da posição, cargo, função ou competência que ocupem familiar, educativa, profissional ou institucional, estão obrigadas a apresentar à autoridade judiciária sempre que esta ordenar, os documentos ou quaisquer objectos que detenham na sua posse e devam ser apreendidos, independentemente de invocarem o segredo profissional ou o segredo de estado, nos termos dos artigos 8º e 9º, do capítulo primeiro, do título anterior, respectivamente.

ARTIGO SÉTIMO – CÓPIAS E CERTIDÕES.

1 – Aos autos é junto o original dos documentos apreendidos sempre que for necessário conservar o original, sendo feita cópia ou extraída certidão com a menção expressa da apreensão e entregue a quem legitimamente o detinha, pelo que não sendo é junta aos autos cópia dos documentos apreendidos e restituído o original.

2 – Do auto de apreensão é entregue cópia, sempre que solicitada, a quem legitimamente detinha o documento ou o objecto apreendidos.

ARTIGO OITAVO – APOSIÇÃO E LEVANTAMENTO DE SELOS.

1 – Sempre que possível os objectos apreendidos são selados. Ao levantamento dos selos assistem, sempre que possível, as mesmas pessoas que tiverem estado presentes na sua aposição, as quais verificam se os selos não foram violados nem foi feita qualquer alteração nos objectos apreendidos.

ARTIGO NONO – APREENSÃO DE BENS SEM VALOR, PERECÍVEIS, PERIGOSOS OU DETERIORÁVEIS.

1 – Sempre que a apreensão respeitar a bens sem valor, perecíveis, perigosos, deterioráveis ou cujo uso e utilização implique perda de valor ou qualidades, a autoridade judiciária pode ordenar, conforme os casos, a sua venda ou afectação a finalidade pública ou socialmente útil, bem como as medidas de conservação ou manutenção exigidas ou a sua destruição no imediato.

2 – Salvo disposição legal em contrário, a autoridade judiciária determina qual a forma a que deve obedecer a venda de entre as previstas na lei processual civil.

3 – O produto apurado nos termos do número anterior reverte para o estado após a dedução das despesas resultantes da guarda, conservação e venda.

ARTIGO DÉCIMO – RESTITUIÇÃO DOS OBJECTOS APREENDIDOS.

1 – Sempre que se tornar desnecessário manter a apreensão para efeito da prova, os objectos apreendidos são restituídos a quem de direito.

2 – Sempre que transitar em julgado a sentença, os objectos apreendidos são restituídos a quem de direito, salvo se os mesmos tiverem sido declarados perdidos a favor do estado.

3 – As pessoas a quem devam ser restituídos os objectos são notificadas para no prazo máximo de 30 dias procederem ao seu levantamento, sob pena de findo o prazo os mesmos serem declarados perdidos a favor do estado.

4 – Ressalva-se do disposto nos números anteriores o caso em que a apreensão de objectos pertencentes ao arguido ou ao responsável civil deva ser mantida a título de arresto preventivo, nos termos do artigo 2º, do capítulo único, do título terceiro, do livro quarto.

CAPÍTULO QUARTO – ESCUTAS TELEFÓNICAS.

ARTIGO PRIMEIRO – ADMISSIBILIDADE.

1 – A interceptação e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas só podem ser autorizadas durante o inquérito, por despacho fundamentado do juiz de instrução e mediante requerimento do ministério público, face a qualquer crime punível com pena de prisão, se houver razões para crer que a diligência é indispensável para a descoberta da verdade ou que a prova seria de outra forma impossível ou muito difícil de obter.

2 – A autorização a que alude o número anterior é solicitada ao juiz da área de jurisdição onde eventualmente se puder efectuar a conversação ou comunicação telefónica.

3 – Nos termos do número anterior, a interceptação e gravação de conversações ou comunicação telefónica é apresentada no prazo de 72 horas ao conhecimento do juiz do processo, a quem compete praticar os actos jurisdicionais subsequentes.

4 – A interceptação e a gravação previstas nos números anteriores só podem ser autorizadas, independentemente da titularidade do meio de comunicação utilizado, contra:

- a) Suspeito ou arguido;
- b) Pessoa que sirva de intermediário, relativamente à qual haja fundadas razões para crer que recebe ou transmite mensagens destinadas ou provenientes de suspeito ou arguido; ou
- c) Vítima de crime, mediante o respectivo consentimento, efectivo ou presumido.

5 – É proibida a interceptação e a gravação de conversações ou comunicações entre o arguido e o seu defensor, salvo se o juiz tiver fundadas razões para crer que as mesmas constituam objecto ou elemento de crime.

6 – A interceptação e a gravação de conversações ou comunicações são autorizadas pelo prazo máximo de 90 dias, podendo ser renováveis por igual período e sucessivamente enquanto se verificarem os respectivos requisitos de admissibilidade.

7 – Sem prejuízo do disposto no artigo 1º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro sexto, a gravação de conversações ou comunicações só pode ser utilizada em outro processo, em curso ou a instaurar, se tiver resultado de interceptação de meio de comunicação utilizado por pessoa referida no número 4 e na medida em que for indispensável à prova de crime punível com pena de prisão.

8 – Nos casos previstos no número anterior, os suportes técnicos das conversações ou comunicações e os despachos que fundamentaram as respectivas interceptações são juntos, mediante despacho do juiz, ao processo em que devam ser usados como meio de prova, sendo extraídas sempre que necessário cópias para o efeito.

ARTIGO SEGUNDO – FORMALIDADES DAS OPERAÇÕES.

1 – O órgão de polícia criminal que efectuar a interceptação e a gravação a que se refere o artigo anterior lavra o correspondente auto e elabora relatório no qual indica as passagens relevantes para a prova, descreve de modo sucinto o respectivo conteúdo e explica o seu alcance para a descoberta da verdade.

2 – O disposto no número anterior não impede que o órgão de polícia criminal que proceder à investigação tome previamente conhecimento do conteúdo da comunicação interceptada a fim de poder praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

3 – O órgão de polícia criminal referido no número 1 leva ao conhecimento do ministério público, de 15 em 15 dias a partir do início da primeira interceptação efectuada no processo, os correspondentes suportes técnicos, bem como os respectivos autos e relatórios.

4 – O ministério público leva ao conhecimento do juiz os elementos referidos no número anterior no prazo máximo de quarenta e oito horas.

5 – Para se inteirar do conteúdo das conversações ou comunicações, o juiz é coadjuvado quando entender conveniente por órgão de polícia criminal e nomeia sempre que necessário, intérprete.

6 – Sem prejuízo do número 7 do artigo anterior, o juiz determina a destruição imediata dos suportes técnicos e relatórios manifestamente estranhos ao processo:

- a) Que disserem respeito a conversações em que não intervenham pessoas referidas no número 4 do artigo anterior;
- b) Que abranjam matérias cobertas pelo segredo profissional ou segredo de estado que não constituam interesse para a prova.

c) Cujas divulgações possam afectar gravemente direitos, igualdades, liberdades e garantias;

7 – Ficam vinculados ao dever de segredo todos os intervenientes no processo, relativamente aos factos de que tomem conhecimento por via das intercepções e gravações de conversações e comunicações realizadas.

8 – Durante o inquérito o juiz determina, a requerimento do ministério público, a transcrição e junção aos autos das conversações e comunicações indispensáveis para fundamentar a futura aplicação de medidas de coacção ou de garantia patrimonial, à excepção do termo de identidade e residência, pelo que não tendo o requerimento de ser cumulativo com a promoção para aplicação de uma medida de coacção, deve nele o ministério público indicar a concreta medida que tenciona vir a promover.

9 – A partir do encerramento do inquérito, o assistente e o arguido podem examinar os suportes técnicos das conversações ou comunicações e obter por sua conta cópia das partes que pretendam transcrever para juntar ao processo, bem como dos relatórios previstos no número 1, até ao termo dos prazos previstos para requerer a abertura da instrução ou apresentar a contestação, respectivamente.

10 – Só podem valer como prova as conversações ou comunicações que:

a) O Ministério público mandar transcrever ao órgão de polícia criminal que tiver efectuado a intercepção e a gravação e indicar como meio de prova na acusação.

b) O arguido transcrever a partir das cópias previstas no número anterior e juntar ao requerimento de abertura da instrução ou à contestação; ou

c) O assistente transcrever a partir das cópias previstas no número anterior e juntar ao processo no prazo previsto para requerer a abertura da instrução, ainda que não a requeira ou não tenha legitimidade para o efeito.

11 – O tribunal pode proceder à audição das gravações para determinar a correcção das transcrições já efectuadas ou a junção aos autos de novas transcrições, sempre que o entender necessário à descoberta da verdade e à íntegra decisão da causa.

12 – As pessoas cujas conversações ou comunicações tiverem sido escutadas e transcritas podem examinar os respectivos suportes técnicos até ao encerramento da audiência de julgamento.

13 – Os suportes técnicos referentes a conversações ou comunicações que não forem transcritas para servirem como meio de prova são guardadas em envelope lacrado, à ordem do tribunal e destruídos após o trânsito em julgado da decisão que puser termo ao processo.

14 – Após o trânsito em julgado previsto no número anterior, os suportes técnicos que não forem destruídos são guardados em envelope lacrado, junto ao processo e só podem ser utilizados em caso de interposição de recurso mediano ou supremo.

ARTIGO TERCEIRO – EXTENSÃO.

1 – O disposto nos artigos 1.º e 2.º, do presente capítulo, é correspondentemente aplicável às conversações ou comunicações transmitidas por qualquer meio técnico diferente do telefone, nomeadamente por correio electrónico ou outras formas de transmissão de dados por via telemática, mesmo que se encontrem guardadas em suporte digital e à intercepção das comunicações entre presentes.

2 – A obtenção e junção aos autos de dados sobre a localização celular ou de registos da realização de conversações ou comunicações só podem ser ordenadas ou autorizadas, em qualquer fase do processo por despacho de juiz, quanto a crimes

puníveis com pena de prisão e em relação às pessoas referidas no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo.

ARTIGO QUARTO – NULIDADE.

1 – Os requisitos e condições referidos no presente capítulo são estabelecidos sob pena de nulidade.

LIVRO QUARTO – MEDIDAS DE COACÇÃO E GARANTIA PATRIMONIAL.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

1 – A liberdade das pessoas só pode ser limitada, total ou parcialmente, em função de exigências processuais de natureza cautelares, pelas medidas de coacção e de garantia patrimonial previstas na lei.

2 – Para efeitos do disposto no presente livro, não se considera medida de coacção a obrigação de identificação perante a autoridade competente, nos termos e com os efeitos previstos no artigo 3º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro sexto.

ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES GERAIS DE APLICAÇÃO.

1 – A aplicação de medidas de coacção e de garantia patrimonial depende da prévia constituição como arguido da pessoa que delas for objecto, nos termos do artigo 2º, do capítulo único, do título terceiro, do livro primeiro.

2 – Nenhuma medida de coacção ou de garantia patrimonial é aplicada quando houver fundados motivos para crer na existência de causas de isenção da responsabilidade ou de extinção do procedimento criminal.

ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIOS DA NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE.

1 – As medidas de coacção e de garantia patrimonial a aplicar em concreto devem ser necessárias e adequadas às exigências cautelares que o caso requerer e proporcionais à gravidade do crime e às sanções que previsivelmente venham a ser aplicadas.

2 – A execução das medidas de coacção e de garantia patrimonial não deve prejudicar o exercício de direitos fundamentais que não forem incompatíveis com as exigências cautelares que o caso requerer.

ARTIGO QUARTO – AUDIÇÃO DO ARGUIDO E DESPACHO DE APLICAÇÃO.

1 – À excepção do termo de identidade e residência, as medidas de coacção e de garantia patrimonial são aplicadas por despacho do juiz, durante o inquérito a requerimento do ministério público e depois do inquérito mesmo oficiosamente escutado o ministério público.

2 – Durante o inquérito, o juiz não pode aplicar medida de coacção ou de garantia patrimonial mais grave do que a requerida pelo ministério público, sob pena de nulidade.

3 – A aplicação referida no número 1 é precedida de audição do arguido, ressalvados os casos de impossibilidade devidamente fundamentada e pode ter lugar no acto de primeiro interrogatório judicial, aplicando-se sempre à audição o disposto no número 4, do artigo 2º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro terceiro.

4 – Durante o inquérito e salvo impossibilidade devidamente fundamentada, o juiz decide a aplicação de medida de coacção ou de garantia patrimonial a arguido não detido, no prazo de três dias a contar do recebimento da promoção do ministério público.

5 – A fundamentação do despacho que aplicar qualquer medida de coacção ou de garantia patrimonial, à excepção do termo de identidade e residência, contém, sob pena de nulidade:

a) A descrição dos factos concretamente imputados ao arguido, incluindo sempre que forem conhecidas, as circunstâncias de tempo, lugar e modo;

b) A enunciação dos elementos do processo que indiciam os factos imputados, sempre que a sua comunicação não colocar gravemente em causa a investigação, impossibilitar a descoberta da verdade ou criar perigo para a vida, a integridade física ou psíquica, ou a liberdade dos participantes processuais ou das vítimas do crime;

c) A qualificação jurídica dos factos imputados;

d) A referência dos factos concretos que preenchem os pressupostos de aplicação da medida, incluindo os previstos no artigo 3º, do presente capítulo e no artigo 1º, do capítulo segundo, do título seguinte.

6 – Sem prejuízo do disposto na alínea b) do número anterior, não podem ser considerados para fundamentar a aplicação ao arguido de medida de coacção ou de garantia patrimonial, à excepção do termo de identidade e residência, quaisquer factos ou elementos do processo que lhe não tenham sido comunicados durante a audição a que se refere o número 3.

7 – Sem prejuízo do disposto na alínea b) do número 5, o arguido e o seu defensor podem consultar os elementos do processo determinantes da aplicação da medida de coacção ou de garantia patrimonial, à excepção do termo de identidade e residência, durante o interrogatório judicial e no prazo previsto para a interposição de recurso.

8 – O despacho referido no número 1 é notificado ao arguido, com a advertência das consequências do incumprimento das obrigações impostas.

9 – No caso de prisão preventiva, o despacho é comunicado de imediato ao defensor e sempre que o arguido o pretenda a parente ou a pessoa da sua confiança.

ARTIGO QUINTO – DETERMINAÇÃO DA PENA.

1 – Se a aplicação de uma medida de coacção depender da pena aplicável, atende-se na sua determinação ao máximo da pena correspondente ao crime que justifica a medida.

TÍTULO SEGUNDO – MEDIDAS DE COACÇÃO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – MEDIDAS ADMISSÍVEIS.

ARTIGO PRIMEIRO – TERMO DE IDENTIDADE E RESIDÊNCIA.

1 – A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal sujeitam a termo de identidade e residência lavrado no processo, toda a pessoa que for constituído arguido, ainda que já tenha sido identificado nos termos do artigo 3º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro sexto.

2 – Para o efeito de ser notificado mediante via postal simples, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 3º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo, o arguido indica a sua residência, o local de trabalho ou estabelecimento de ensino, ou outro domicílio à sua escolha.

3 – Do termo deve constar que àquele foi dado conhecimento:

a) Da obrigação de comparecer perante a autoridade competente ou de se manter à disposição dela sempre que a lei o obrigar ou para tal for devidamente notificado;

b) Da obrigação de não mudar de residência nem dela se ausentar por mais de cinco dias sem comunicar a nova residência ou o lugar onde possa ser encontrado;

c) De que as posteriores notificações serão feitas por via postal simples para a morada indicada no número 2, excepto se o arguido comunicar uma outra, através de requerimento entregue ou remetido por via postal registada à secretaria onde os autos se encontrem a correr nesse momento;

d) De que o incumprimento do disposto nas alíneas anteriores legitima a sua representação por defensor em todos os actos processuais nos quais tenha o direito ou o dever de estar presente, nomeadamente a realização da audiência na sua ausência nos termos do artigo 5º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro sétimo, bem como o faz incorrer em crime de desobediência a ordem legítima da autoridade pública.

4 – A aplicação da medida referida neste artigo é sempre cumulável com qualquer outra das previstas no presente livro.

ARTIGO SEGUNDO – LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – À liberdade sob caução é correspondentemente aplicável o disposto no capítulo quarto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL.

2 – Sempre que o arguido se encontrar impossibilitado de prestar caução ou tiver graves dificuldades ou inconvenientes em prestá-la, pode o juiz, oficiosamente ou a requerimento, substituí-la por qualquer ou quaisquer outras medidas de coacção, à excepção da prisão preventiva, as quais acrescerão a outras que já tenham sido impostas.

ARTIGO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO PERIÓDICA OU MOMENTÂNEA.

1 – À obrigação de apresentação periódica ou momentânea é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 13º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção com excepção da prisão preventiva.

ARTIGO QUARTO – PROIBIÇÃO E SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO, ACTIVIDADE E DE DIREITOS.

1 – À proibição e suspensão do exercício de funções, públicas ou privadas, é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 2º ao 4º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

2 – À interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico, é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 1º, do capítulo décimo, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

3 – À proibição de conduzir meios de transporte com motor é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 5º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

4 – À exclusão do estatuto de eleito, eleitor ou jurado é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 7º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

5 – À proibição de detenção, uso e porte de arma é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 8º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

6 – À privação de gestão é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 14º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

7 – À inibição do exercício do poder paternal é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 15º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

ARTIGO QUINTO – PROIBIÇÃO E IMPOSIÇÃO DE CONDUTAS.

1 – À proibição de ausência é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 9º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

2 – À interdição de espaços é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 10º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

3 – À proibição de permanência em determinada área é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 11º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

4 – À interdição de contacto é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 12º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

5 – À frequência de programas e terapias é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 6º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

6 – À proibição de compra de produto ou serviço prestado é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 2º, do capítulo décimo, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção.

7 – As autorizações referentes aos números anteriores podem em caso de urgência ser requeridas e concedidas verbalmente, lavrando-se cota no processo.

8 – Para fiscalização do cumprimento das obrigações referidas nos números 1 ao 3 podem ser utilizados meios técnicos de controlo à distância, nos termos previstos na lei.

ARTIGO SEXTO – PRISÃO PREVENTIVA.

1 – À prisão preventiva é correspondentemente aplicável o disposto no capítulo terceiro, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL.

2 – Sempre que provado que o arguido a sujeitar a prisão preventiva sofre de anomalia psíquica, compete ao juiz, escutado o defensor e sempre que possível um familiar, decretar a substituição da pena de prisão preventiva por pena de internamento preventivo em hospital psiquiátrico ou outro estabelecimento análogo adequado, enquanto a anomalia persistir, adoptando as medidas cautelares para prevenir os perigos de fuga e do cometimento de novos crimes.

ARTIGO SÉTIMO – VIOLAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS.

1 – A violação das obrigações impostas decretadas pelos órgãos de soberania competentes pelos actos processuais, fazem o arguido ou condenado incorrer em crime de desobediência a ordem legítima de autoridade pública nos termos do artigo 2º, do capítulo segundo, do título quinto, da parte segunda do CÓDIGO PENAL.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS.

ARTIGO PRIMEIRO – REQUISITOS GERAIS.

1 – As medidas de coacção, com excepção da prevista no artigo 1º, do capítulo anterior, são aplicadas nos termos da lei tendo presente a prevenção do cometimento dos mesmos ou de outros actos crimes pelos arguidos ou condenados em processo penal, no futuro.

ARTIGO SEGUNDO – CUMULAÇÃO COM A LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – A aplicação de qualquer medida de coacção, com excepção da prisão preventiva, pode ser cumulada com a pena de liberdade sob caução.

ARTIGO TERCEIRO – DIFICULDADE DE APLICAÇÃO OU DE EXECUÇÃO DE UMA MEDIDA DE COACÇÃO.

1 – Para efeito de aplicação ou de execução de uma medida de coacção é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 5º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo.

ARTIGO QUARTO – INÊXITO DAS DILIGÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

1 – Sempre que o juiz tiver elementos que façam supor que uma pessoa pretende subtrair-se à aplicação ou execução da prisão preventiva, pode aplicar-lhe imediatamente, até que a execução da medida se efective, as medidas previstas nos artigos 3º ao 5º, do capítulo anterior, inclusive, ou alguma ou algumas delas.

ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

1 – No despacho que aplicar a prisão preventiva ou durante a sua execução o juiz pode estabelecer a suspensão da execução da medida, sempre que tal for exigido por razões de doença grave do arguido, de gravidez ou de puerpério. A suspensão cessa no imediato momento em que deixarem de se verificar as circunstâncias que a determinaram e de todo o modo no caso de puerpério, quando findar o 3º mês posterior ao parto.

2 - Durante o período de suspensão da execução da prisão preventiva o arguido fica sujeito a internamento hospitalar em unidade de saúde a determinar pelo juiz, escutado o ministério público.

CAPÍTULO TERCEIRO – REVOGAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DAS MEDIDAS.

ARTIGO PRIMEIRO – REVOGAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DAS MEDIDAS.

1 – As medidas de coacção são imediatamente revogadas por despacho de juiz, sempre que se verificar:

a) Terem sido aplicadas fora das hipóteses ou das condições previstas na lei;

b) Terem deixado de subsistir as circunstâncias que justificaram a sua aplicação.

2 – As medidas revogadas podem de novo ser aplicadas, sem prejuízo da unidade dos prazos que a lei estabelecer, sempre que sobrevierem motivos que legalmente justifiquem a sua aplicação.

3 – Sempre que se verificar uma atenuação das exigências cautelares que determinaram a aplicação de uma medida de coacção, o juiz substitui-a por outra menos grave ou determina uma forma menos gravosa da sua execução.

4 – A revogação e a substituição prevista neste artigo têm lugar oficiosamente ou a requerimento do ministério público ou do arguido, devendo estes ser escutados, salvo nos casos de impossibilidade devidamente fundamentada. Sempre que porém o juiz julgar o requerimento do arguido manifestamente infundado, condena-o ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

ARTIGO SEGUNDO – REEXAME DOS PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA E DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – O juiz procede oficiosamente ao reexame dos pressupostos da prisão preventiva e da liberdade sob caução, decidindo se estas se devem manter, ou devem ser substituídas ou revogadas:

a) No prazo máximo de três meses, a contar da data da sua aplicação ou do último reexame; e

b) Quando no processo forem proferidos despacho de acusação ou de pronúncia ou decisão que conheça a final do objecto do processo e não determine a extinção da medida aplicada.

2 – Na decisão a que se refere o número anterior ou sempre que necessário, o juiz verifica os fundamentos da elevação dos prazos da prisão preventiva e da liberdade sob caução, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 2, 3 e 5 do artigo 4º, do presente capítulo.

3 – Sempre que necessário, o juiz escuta o ministério público e o arguido.

4 – A fim de fundamentar as decisões sobre a manutenção, substituição ou revogação da prisão preventiva ou da liberdade sob caução, o juiz, oficiosamente ou a requerimento do ministério público ou do arguido, pode solicitar a elaboração de perícia sobre a personalidade e de relatório social ou de informação dos serviços de reinserção social, desde que o arguido consinta na sua realização.

5 – A decisão que mantenha a prisão preventiva ou a liberdade sob caução é susceptível de recurso nos termos gerais, mas não determina a inutilidade superveniente de recurso interposto de decisão prévia que haja aplicado ou mantido a medida em causa.

ARTIGO TERCEIRO – EXTINÇÃO DAS MEDIDAS.

1 – As medidas de coacção extinguem-se de imediato:

- a) Com o arquivamento do inquérito;
- b) Com a prolação do despacho de não pronúncia;
- c) Com a prolação do despacho que rejeitar a acusação, nos termos da aliena a) do número 2 do artigo 1º, do capítulo único, do título primeiro, do livro sétimo;
- d) Com a sentença absolutória, mesmo que dela tenha sido interposto recurso; ou
- e) Com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

2 – A medida de prisão preventiva extingue-se igualmente de imediato quando for proferida sentença condenatória, ainda que dela tenha sido interposto recurso, se a pena aplicada não for superior à prisão preventiva já sofrida.

3 – Se no caso da aliena d) do número 1, o arguido vier a ser posteriormente condenado no mesmo processo, pode enquanto a sentença condenatória não transitar em julgado, ser sujeito a medidas de coacção previstas neste CÓDIGO e admissíveis no caso.

4 – Se a medida de coacção for a liberdade sob caução e o arguido vier a ser condenado em prisão, a mesma só se extingue com o início da execução da pena.

ARTIGO QUARTO – PRAZOS DE DURAÇÃO MÁXIMA DA PRISÃO PREVENTIVA.

1 – A prisão preventiva extingue-se quando, desde o seu início, tiverem decorrido:

- a) Seis meses sem que tenha sido deduzida acusação;
- b) Um ano sem que, havendo lugar a instrução, tenha sido proferida decisão instrutória;
- c) Um ano e seis meses sem que tenha havido condenação em 1ª instância;
- d) Dois anos sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado.

2 – Os prazos referidos no número anterior são elevados para o dobro, em casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada ou quando se proceder por crime punível com pena de prisão de máximo superior a 7 anos.

3 – Os prazos referidos no número 1 são elevados para o triplo, quando o procedimento respeitar a um dos crimes referidos no número anterior e se revelar de excepcional complexidade, derivado nomeadamente do número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime.

4 – A excepcional complexidade a que se refere o número anterior apenas pode ser declarada durante a 1ª instância, por despacho fundamentado, oficiosamente ou a requerimento do ministério público, escutados o arguido e o assistente.

5 – Os prazos referidos nas alíneas c) e d) do número 1, bem como os correspondentemente referidos nos números 2 e 3, são acrescentados de seis meses se tiver havido recurso para o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS ou se o processo penal tiver sido suspenso para julgamento em outro tribunal de questão prejudicial.

ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO DO DECURSO DOS PRAZOS DE DURAÇÃO MÁXIMA DA PRISÃO PREVENTIVA.

1 – O decurso dos prazos previstos no artigo anterior suspende-se em caso de doença do arguido que imponha internamento hospitalar, se a sua presença for indispensável à prossecução das investigações.

ARTIGO SEXTO – LIBERTAÇÃO DO ARGUIDO SUJEITO A PRISÃO PREVENTIVA.

1 – O arguido sujeito a prisão preventiva é colocado em liberdade no imediato momento em que a medida se extingue, salvo se a prisão dever manter-se por outro processo.

2 – Se a libertação tiver lugar por se terem esgotado os prazos de duração máxima da prisão preventiva, pode o juiz sujeitar o arguido a alguma ou algumas das medidas previstas nos artigos 2º ao 5º, do capítulo primeiro, do presente título.

3 – Sempre que considerar que a libertação do arguido constitua perigo para o ofendido, o tribunal informa-o, oficiosamente ou a requerimento do ministério público, da data em que a libertação terá lugar.

ARTIGO SÉTIMO – PRAZO DE DURAÇÃO MÁXIMA DE OUTRAS MEDIDAS DE COACÇÃO.

1 – As medidas de coacção previstas nos artigos 3º ao 5º, do capítulo primeiro do presente título extinguem-se quando, desde o início da sua execução, tiverem decorrido os prazos referidos no número 1 do artigo 4º, do presente capítulo, elevados ao dobro.

CAPÍTULO QUARTO – MODOS DE IMPUGNAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO.

1 – Da decisão que aplicar, substituir ou manter medidas previstas no presente título, cabe recurso a interpor pelo arguido ou pelo ministério público, a julgar no prazo máximo de 30 dias a contar do momento em que os autos forem recebidos.

2 – Não existe relação de litispendência ou de caso julgado entre o recurso previsto no número anterior e a providência de HABEAS CORPUS, independentemente dos respectivos fundamentos.

ARTIGO SEGUNDO – HABEAS CORPUS EM VIRTUDE DE DETENÇÃO ILEGAL.

1 – Os detidos à ordem de qualquer autoridade podem requerer ao juiz de instrução da área onde se encontrarem que ordene a sua imediata apresentação judicial, com algum dos seguintes fundamentos:

- a) Estar excedido o prazo para entrega ao poder judicial;
- b) Manter-se a detenção fora dos locais legalmente permitidos;
- c) Ter sido a detenção efectuada ou ordenada por entidade incompetente;
- d) Ser a detenção motivada por facto pelo qual a lei a não permite.

2 – O requerimento pode ser subscrito pelo detido ou por qualquer cidadão no pleno uso dos seus direitos igualdades, liberdades e garantias consignados.

3 – É punível com a pena prevista no artigo 8º, do capítulo quarto, do título quinto, da parte segunda do CÓDIGO PENAL, qualquer autoridade que levantar obstáculo ilegítimo à apresentação do requerimento referido nos números anteriores ou à sua remessa ao juiz competente.

ARTIGO TERCEIRO – PROCEDIMENTO.

1 – Recebido o requerimento, o juiz, se o não considerar manifestamente infundado, ordena, por via telefónica se necessário, a apresentação imediata do detido, sob pena de desobediência a ordem legítima de autoridade pública.

2 – Conjuntamente com a ordem referida no número anterior, o juiz manda notificar a entidade que tiver o detido à sua guarda, ou quem puder representá-la, para se apresentar no mesmo acto munida das informações e esclarecimentos necessários à decisão sobre o requerimento.

3 – O juiz decide, escutado o ministério público e o defensor constituído ou nomeado para o efeito.

4 – Sempre que o juiz recusar o requerimento por manifestação infundada, condena o requerente ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

ARTIGO QUARTO – HABEAS CORPUS EM VIRTUDE DE PRISÃO ILEGAL.

1 – A qualquer pessoa que se encontrar ilegalmente presa o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS concede, sob petição, a providência de HABEAS CORPUS.

2 – A petição é formulada pelo preso ou por qualquer cidadão no pleno uso dos seus direitos, igualdades, liberdades e garantias consignados, é dirigida em duplicado ao PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, apresentada à autoridade à ordem da qual se mantenha preso e deve fundar-se em ilegalidade da prisão proveniente de:

- a) Ter sido efectuada ou ordenada por entidade incompetente;
- b) Ser motivada por facto pelo qual a lei a não permite; ou
- c) Manter-se para além dos prazos fixados pela lei ou por decisão judicial.

ARTIGO QUINTO – PROCEDIMENTO.

1 – A petição é enviada imediatamente ao PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, com informação sobre as condições em que foi efectuada ou se mantém a prisão.

2 – Se da informação constar que a prisão se mantém, o PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS convoca a secção criminal, que delibera nos sete dias subsequentes, notificando o ministério público e o defensor sempre que constituído, ou nomeando um defensor caso não esteja constituído. São correspondentemente aplicáveis o artigo 15º, do capítulo segundo e o artigo 4º, do capítulo quarto, do título primeiro, do livro nono.

3 – O relator faz uma exposição da petição e da resposta, após o que é concedida a palavra, por quinze minutos, ao ministério público e ao defensor, seguidamente a secção reúne para deliberação, a qual é imediatamente tornada pública.

4 – A deliberação pode ser tomada no sentido de:

- a) Indeferir o pedido por falta de fundamento bastante,
- b) Mandar colocar imediatamente o preso à ordem do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e no local por este indicado, nomeando um juiz para proceder a averiguações, dentro do prazo que lhe for fixado, sobre as condições de legalidade da prisão;
- c) Mandar apresentar o preso no tribunal competente e no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de desobediência a ordem legítima de autoridade; ou
- d) Declarar ilegal a prisão e sempre que for o caso, ordenar a libertação imediata.

5 – Tendo sido ordenadas averiguações, nos termos da alínea b) do número anterior, é o relatório apresentado à secção criminal, a fim de ser deliberada a decisão que ao caso couber dentro do prazo de sete dias.

6 – Se o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS julgar a petição de HABEAS CORPUS manifestamente infundada, condena o peticionário ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 30 UC.

ARTIGO SEXTO – INCUMPRIMENTO DA DECISÃO.

1 – É punível com a pena prevista na alínea b) do número 1 do artigo 2º, do capítulo terceiro, do título quinto, da parte segunda do CÓDIGO PENAL, o incumprimento da decisão do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS sobre a petição de HABEAS CORPUS, relativa ao destino a dar à pessoa presa.

CAPÍTULO QUINTO – INDEMNIZAÇÃO POR PRIVAÇÃO DA LIBERDADE ILEGAL OU INJUSTIFICADA.

ARTIGO PRIMEIRO – MODALIDADES.

1 – Todo o cidadão que tiver sofrido detenção ou prisão preventiva pode requerer, perante o tribunal competente, indemnização por danos sofridos quando:

- a) A privação da liberdade for ilegal, nos termos do número 1 do artigo 2º ou do número 2 do artigo 4º, do capítulo anterior;
- b) A privação da liberdade se tiver devido a erro grosseiro na apreciação dos pressupostos de facto de que dependia; ou
- c) Se comprovar que o arguido não foi autor do crime ou actuou justificadamente.

2 – Nos casos das alienas b) e c) do número anterior o dever de indemnizar cessa se o arguido tiver concorrido, por dolo ou negligência, para a privação da sua liberdade.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO E LEGITIMIDADE.

1 – O pedido de indemnização referido no artigo anterior, não pode em caso algum ser proposto depois de decorrido três meses sobre o momento em que o detido ou preso foi libertado ou foi definitivamente decidido o processo penal respectivo.

2 – Em caso de falecimento da pessoa injustificadamente privada da liberdade e desde que não tenha havido renúncia da sua parte, pode a indemnização ser requerida pelo cônjuge não separado de pessoas e bens, pelos descendentes e pelos ascendentes. A indemnização arbitrada às pessoas que a houverem requerido não pode porém no seu conjunto, ultrapassar a que seria arbitrada ao detido ou preso.

TÍTULO TERCEIRO – MEDIDAS DE GARANTIA PATRIMONIAL.

CAPÍTULO ÚNICO – MEDIDAS DE GARANTIA PATRIMONIAL.

ARTIGO PRIMEIRO – CAUÇÃO ECONÓMICA.

1 – Sempre que haja fundado receio de que falem ou diminuam substancialmente as garantias de pagamento da pena pecuniária, das custas do processo ou de qualquer outra dívida para com o estado relacionada com o crime, o ministério público requer que o arguido preste caução económica. O requerimento indica os termos e modalidades em que deve ser prestada.

2 – Sempre que haja fundado receio de que falem ou diminuam substancialmente as garantias de pagamento da indemnização ou de outras obrigações civis derivadas do crime, o lesado pode requerer que o arguido ou o civilmente responsável prestem caução económica, nos termos do número anterior.

3 – A caução económica prestada a requerimento do ministério público aproveita também ao lesado.

4 – A caução económica mantém-se distinta e autónoma relativamente à caução referida no artigo 2º, do capítulo primeiro, do título anterior e subsiste até à decisão final absolutória ou até à extinção das obrigações. Em caso de condenação são pagas pelo seu valor, sucessivamente, a multa, a taxa de justiça, as custas do processo e a indemnização e outras obrigações civis.

ARTIGO SEGUNDO – ARRESTO PREVENTIVO.

1 – A requerimento do ministério público ou do lesado, pode o juiz decretar o arresto, nos termos da lei do processo civil, sempre que tiver sido previamente fixado e não prestado caução económica, ficando o requerente dispensado da prova do fundado receio de perda da garantia patrimonial.

2 – O arresto preventivo referido no número anterior pode ser decretado mesmo em relação a comerciante.

3 – A oposição ao despacho que tiver decretado arresto não possui efeito suspensivo.

4 – Em caso de controvérsia sobre a propriedade dos bens arrestados, pode o juiz remeter a questão para o REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, mantendo-se entretanto o arresto decretado.

5 – O arresto é revogado a todo o tempo em que o arguido ou o civilmente responsável prestem a caução económica imposta, bem como no caso da declaração de contumácia se apresentem voluntariamente ou sejam detidos.

LIVRO QUINTO – RELAÇÕES COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS E ENTIDADES JUDICIÁRIAS INTERNACIONAIS.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PREVALÊNCIA DOS ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS.

1 – As rogatórias, a extradição, a delegação do procedimento penal, os efeitos das sentenças penais estrangeiras e as demais relações com as autoridades estrangeiras relativas à administração da justiça penal, são reguladas pelos tratados e convenções internacionais e na sua falta ou insuficiência pelo disposto em lei especial e ainda pelas disposições deste livro.

ARTIGO SEGUNDO – ROGATÓRIAS AO ESTRANGEIRO.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, as rogatórias às autoridades estrangeiras são entregues ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS para expedição.

2 – As rogatórias às autoridades estrangeiras só são passadas quando a autoridade judiciária competente entender que são necessárias, precisas e exigidas à prova de algum facto essencial para a acusação ou para a defesa.

ARTIGO TERCEIRO – RECEPÇÃO E CUMPRIMENTO DE ROGATÓRIAS.

1 – As rogatórias são recebidas por qualquer via, competindo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS promover o seu cumprimento.

2 – A decisão de cumprimento das rogatórias dirigidas a autoridades judiciais portuguesas cabe ao juiz ou ao ministério público, no âmbito das respectivas competências.

3 – Recebida a rogatória que não deva ser cumprida pelo ministério público, é-lhe dada conta para opor ao cumprimento o que julgar conveniente.

ARTIGO QUARTO – RECUSA DO CUMPRIMENTO DE ROGATÓRIAS.

1 – O cumprimento de rogatórias é recusado nos casos seguintes:

a) Quando a autoridade judiciária rogada não tiver competência para a prática do acto;

b) Quando a solicitação se dirigir a acto que a lei proíba ou que seja contrário à ordem pública portuguesa;

c) Quando a execução da rogatória for atentatória da soberania ou da segurança do estado;

d) Quando o acto implicar execução de decisão de tribunal estrangeiro sujeita a revisão e confirmação e a decisão se não mostrar revista e confirmada.

2 – No caso a que se refere a alínea a) do número anterior, a autoridade judiciária rogada envia a rogatória à autoridade judiciária competente, sempre que esta for portuguesa ou remete-a ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS para que a devolva à entidade emitente em caso contrário.

ARTIGO QUINTO – COOPERAÇÃO COM ENTIDADES JUDICIÁRIAS INTERNACIONAIS.

1 – O disposto no artigo 1º, do presente capítulo aplica-se com as devidas adaptações, à cooperação com entidades judiciais internacionais estabelecidas no âmbito de tratados ou convenções que vinculem o estado português.

TÍTULO SEGUNDO – REVISÃO E CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA PENAL ESTRANGEIRA.

CAPÍTULO ÚNICO – REVISÃO E CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA PENAL ESTRANGEIRA.

ARTIGO PRIMEIRO – NECESSIDADE DE REVISÃO E CONFIRMAÇÃO.

1 – Sempre que por força da lei, de tratado ou convenção, uma sentença penal estrangeira dever ter eficácia em Portugal, a sua força executiva depende de prévia revisão e confirmação.

2 – A pedido do interessado pode ser confirmada, no mesmo processo de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira, a condenação em indemnização civil constante da mesma.

3 – O disposto no número 1 não tem aplicação quando a sentença penal estrangeira for invocada nos tribunais portugueses como meio de prova.

ARTIGO SEGUNDO – TRIBUNAL COMPETENTE.

1 – É competente para a revisão e confirmação de sentença penal estrangeira o tribunal de 2ª Instância correspondente ao crime em julgado da área de jurisdição em que o arguido tiver o último domicílio ou na sua falta for encontrado, ou em que tiver o último domicílio ou for encontrado o maior número de arguidos.

2 – Sempre que não for possível determinar o tribunal competente segundo as disposições do número anterior, é competente o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – Sempre que a revisão e confirmação for pedida apenas relativamente à parte civil da sentença penal é competente para ela o tribunal de 2ª Instância correspondente onde os respectivos efeitos devam valer.

ARTIGO TERCEIRO – LEGITIMIDADE.

1 – Têm legitimidade para pedir a revisão e confirmação de sentença penal estrangeira o ministério público, o arguido, o assistente e as partes civis.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DA CONFIRMAÇÃO.

1 – Para confirmação de sentença penal estrangeira é necessário que se verifiquem as condições seguintes:

- a) Que por lei, tratado ou convenção, a sentença possa ter força executiva em espaço territorial português;
- b) Que o facto que motivou a condenação seja também punível pela lei portuguesa;
- c) Que a sentença não tenha aplicado pena ou medida de segurança proibida pela lei portuguesa;
- d) Que o arguido tenha sido assistido por defensor e quando desconhecesse o idioma usado no processo por intérprete;

2 – Valem correspondentemente para confirmação de sentença penal estrangeira, na parte aplicável, os requisitos de que a lei do PROCESSO CIVIL faz depender a confirmação de sentença civil estrangeira.

3 – Se a sentença penal estrangeira tiver aplicado pena que a lei portuguesa não prevê ou que prevê, mas em medida superior ao máximo legal admissível, a sentença é confirmada, mas a pena aplicada converte-se naquela que ao caso coubesse segundo a lei portuguesa ou reduz-se até ao limite adequado. Não obsta porém à confirmação, a aplicação pela sentença estrangeira de pena em limite inferior ao mínimo admissível pela lei portuguesa.

ARTIGO QUINTO – EXCLUSÃO DA EXEQUIBILIDADE.

1 – Verificando-se todos os requisitos necessários e precisos para a confirmação, mas encontrando-se extintos segundo a lei portuguesa, o procedimento criminal ou a pena, por amnistia ou qualquer outra causa, a confirmação é concedida, mas a força executiva das penas ou medidas de segurança aplicadas é denegada.

ARTIGO SEXTO – INÍCIO DA EXECUÇÃO.

1 – A execução de sentença penal estrangeira confirmada não se inicia enquanto o condenado não cumprir as penas ou medidas de segurança da mesma natureza em que tiver sido condenado pelos tribunais portugueses.

ARTIGO SÉTIMO – PROCEDIMENTO.

1 – No procedimento de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira seguem-se os trâmites da lei do PROCESSO CIVIL em tudo quanto se não prevê na lei especial, bem como nos artigos anteriores e ainda nas alíneas seguintes:

- a) Da decisão do tribunal de 2ª Instância correspondente cabe recurso, interposto e processado como os recursos penais, para a secção criminal do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS;
- b) O ministério público tem sempre legitimidade para recorrer.

LIVRO SEXTO – FASES PRELIMINARES.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – NOTÍCIA DO CRIME.

ARTIGO PRIMEIRO – AQUISIÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME.

1 – O ministério público adquire notícia do crime por conhecimento próprio, por intermédio dos órgãos de polícia criminal ou mediante denúncia, nos termos dos artigos seguintes.

ARTIGO SEGUNDO – DENÚNCIA OBRIGATÓRIA.

1 – A denúncia é obrigatória, ainda que os autores do crime não sejam conhecidos:

- a) Para as entidades policiais, quanto a todos os crimes de que detenham conhecimento;
- b) Para os funcionários, na acepção do artigo 16º, do capítulo quarto, do título quinto, da parte segunda do CÓDIGO PENAL, quanto a crimes de que detenham conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas.

2 – Sempre que várias pessoas forem obrigadas à denúncia do mesmo crime, a sua apresentação por uma delas dispensa as demais.

3 – Sempre que se referir a crime cujo procedimento dependa de queixa ou de acusação particular, a denúncia só dá lugar a instauração de inquérito se a queixa for apresentada no prazo legalmente previsto.

ARTIGO TERCEIRO – AUTO DE NOTÍCIA.

1 – Sempre que uma autoridade judiciária, um órgão de polícia criminal ou outra entidade policial presenciarem qualquer crime de denúncia obrigatória, levantam ou mandam levantar auto de notícia, onde se mencionem:

- a) Os factos que constituem o crime;
- b) O dia, a hora, o local e as circunstâncias em que o crime foi cometido;

e

c) Tudo o que puderem averiguar acerca da identificação dos autores e dos ofendidos, bem como os meios de prova conhecidos, nomeadamente as testemunhas que puderem depor sobre os factos.

2 – O auto de notícia é assinado pela entidade que o levantou e pela que o mandou levantar.

3 – O auto de notícia é obrigatoriamente remetido ao ministério público no prazo máximo de vinte e quatro horas e vale como denúncia.

4 – Nos casos de conexão, nos termos dos artigos 10º e seguintes, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro primeiro, pode levantar-se um único auto de notícia.

ARTIGO QUARTO – DENÚNCIA FACULTATIVA.

1 – Qualquer pessoa que tiver notícia de um crime pode denunciá-lo ao ministério público, a outra autoridade judiciária ou aos órgãos de polícia criminal, independentemente de o procedimento respectivo depender de queixa ou de acusação particular.

ARTIGO QUINTO – DENÚNCIA A ENTIDADE INCOMPETENTE PARA O PROCEDIMENTO.

1 - A denúncia feita a entidade diversa do ministério público é transmitida a este no prazo máximo de vinte e quatro horas.

ARTIGO SEXTO – FORMA, CONTEÚDO E ESPÉCIES DE DENÚNCIAS.

1 – A denúncia pode ser feita verbalmente ou por escrito e não está sujeita a formalidades especiais.

2 – A denúncia verbal é reduzida a escrito e assinada pela entidade que a receber e pelo denunciante, devidamente identificado. É correspondentemente aplicável o disposto no número 3 do artigo 4º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo.

3 – A denúncia contém na medida possível a indicação dos elementos referidos nas alíneas do número 1 do artigo 3º, do presente capítulo.

4 – O denunciante pode declarar na denúncia que deseja constituir-se assistente. Tratando-se de crime cujo procedimento depender de acusação particular ou queixa, a declaração é obrigatória, devendo a autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal a quem a denúncia for feita verbalmente advertir o denunciante da obrigatoriedade de constituição de assistente e dos procedimentos a observar.

5 – A denúncia anónima só pode determinar a abertura de inquérito se:

- a) Da mesma se retirarem indícios da prática de crime; ou
- b) Constituir crime.

6 – Nos casos previstos no número anterior, a autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal competentes informam o titular do direito de queixa ou participação da existência da denúncia.

7 – Sempre que a denúncia anónima não determinar a abertura de inquérito, a autoridade judiciária competente promove a sua destruição.

ARTIGO SÉTIMO – COMUNICAÇÃO, REGISTO E CERTIFICADO DE DENÚNCIA.

1 – O ministério público informa o ofendido da notícia do crime, sempre que tenha razões para crer que ele não a conhece.

2 – Em todo o caso, o ministério público informa o ofendido sobre o regime do direito de acusação particular e de queixa e as suas consequências processuais, bem como sobre o regime jurídico do apoio judiciário.

3 – Sem prejuízo do disposto no artigo 13º, do capítulo único, do título quinto, do livro primeiro, o ministério público informa ainda o ofendido sobre o regime e serviços responsáveis pela instrução de pedidos de indemnização a vítimas de crimes violentos, formulados ao abrigo do regime previsto no decreto-lei número 423/91, de 30

de Outubro e os pedidos de adiantamento às vítimas de violência doméstica, bem como da existência de instituições públicas, associativas ou particulares, que desenvolvam actividades de apoio às vítimas de crimes.

4 – O ofendido é informado em especial nos casos de reconhecida perigosidade potencial do agressor, das principais decisões judiciais que afectem o estatuto deste.

5 – O ministério público procede ou manda proceder ao registo de todas as denúncias que lhe forem transmitidas.

6 – O denunciante pode, a todo o tempo, requerer ao ministério público certificado do registo da denúncia.

CAPÍTULO SEGUNDO – MEDIDAS CAUTELARES E DE POLÍCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME.

1 – Os órgãos de polícia criminal que detiverem notícia de um crime, por conhecimento próprio ou mediante denúncia, transmitem-na ao ministério público no prazo máximo de vinte e quatro horas.

2 – Aplica-se o disposto no número anterior a notícias de crime manifestamente infundadas que hajam sido transmitidas aos órgãos de polícia criminal.

3 – Em caso de urgência, a transmissão a que se refere o número anterior pode ser efectuada por qualquer meio de comunicação para o efeito disponível. A comunicação oral deve porém ser seguida de comunicação escrita.

ARTIGO SEGUNDO – PROVIDÊNCIAS CAUTELARES QUANTO AOS MEIOS DE PROVA.

1 – Compete aos órgãos de polícia criminal, mesmo antes de receberem ordem da autoridade judiciária competente para procederem a investigações, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

2 – Compete-lhes nomeadamente nos termos do número anterior:

a) Proceder a exames dos vestígios do crime, em especial às diligências previstas no número 2 do artigo 1º e no artigo 3º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro terceiro, assegurando a manutenção do estado dos bens e dos lugares;

b) Colher informações das pessoas que facilitem a descoberta dos autores do crime e a sua reconstituição;

c) Proceder a apreensões no decurso de revistas ou buscas ou em caso de urgência ou perigo na demora, bem como adoptar as medidas cautelares necessárias à conservação ou manutenção dos objectos apreendidos.

3 – Mesmo após a intervenção da autoridade judiciária, compete aos órgãos de polícia criminal assegurar novos meios de prova de que tiverem conhecimento, sem prejuízo de deverem dar deles notícia imediata àquela autoridade.

ARTIGO TERCEIRO – IDENTIFICAÇÃO DE SUSPEITO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES.

1 – Os órgãos de polícia criminal podem proceder à identificação de qualquer pessoa encontrada em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, sempre que sobre ela recaíam fundadas suspeitas da prática de crimes, de pendência de processo de extradição ou de expulsão, de que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no espaço territorial português ou de haver contra si mandado de detenção.

2 – Antes de procederem à identificação, os órgãos de polícia criminal devem provar a sua qualidade, comunicar ao suspeito as circunstâncias que fundamentam a obrigação de identificação e indicar os meios por que este se pode identificar.

3 – O suspeito pode identificar-se mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

a) Bilhete de identidade, cartão do cidadão ou passaporte, no caso de ser cidadão português;

b) Título de residência, bilhete de identidade, passaporte ou documento que substitua o passaporte, no caso de ser cidadão estrangeiro.

4 – Na impossibilidade de apresentação de um dos documentos referidos no número anterior, o suspeito pode identificar-se mediante a apresentação de documento original ou cópia autenticada que contenha o seu nome completo, a sua assinatura e a sua fotografia.

5 – Sempre que o cidadão não for portador de nenhum documento de identificação, compete ao órgão de polícia criminal acompanhar o cidadão até ao lugar onde se encontrem os seus documentos de identificação para averiguar da sua legalidade nos termos da lei.

6 – Sempre que em caso de perda ou roubo dos bilhetes de identificação, compete aos órgãos de polícia criminal acompanhar o cidadão ao órgão de soberania notarial da respectiva área de circunscrição onde se encontrarem ou no caso de cidadão estrangeiro à embaixada ou consulado do estado soberano de que é oriundo, sempre que presente em espaço territorial português, de modo à confirmação da sua identidade.

7 – Sempre que nos termos dos números 5 e 6 não for possível identificar o cidadão compete aos órgãos de polícia criminal transferir a responsabilidade do acto de identificação para os serviços de estrangeiros e fronteiras, de modo a estabelecerem os contactos diplomáticos exigidos ao apuramento da identificação do cidadão e averiguar a sua legalidade no espaço territorial português, pelo que estando ilegal, é apresentado ao juiz no imediato, que decreta a sua extradição nos termos da lei para o seu estado soberano de origem.

8 – Os actos de identificação levados a cabo nos termos dos números 5, 6 e 7, são sempre reduzidos a auto e as provas dele constantes sempre que envoltos da legalidade do cidadão no espaço territorial português, são destruídas na presença do identificando no caso do número 5 depois de verificada a identificação, sendo nos casos dos números 6 e 7 entregues ao cidadão para vigorarem como identificação até ao momento da posse dos novos documentos de identificação.

9 – Os órgãos de polícia criminal podem pedir informações relativas a um crime e nomeadamente à descoberta e à conservação de meios de prova que poderiam perder-se antes da intervenção da autoridade judiciária, ao suspeito, bem como a quaisquer pessoas susceptíveis de fornecerem informações úteis e deles receber, sem prejuízo quanto ao suspeito do disposto no artigo 3º, do capítulo único, do título terceiro, do livro primeiro,

10 – Será sempre facultada ao identificando a possibilidade de contactar com pessoa da sua confiança.

ARTIGO QUARTO – REVISTAS E BUSCAS.

1 – Para além dos casos previstos no número 5 do artigo 1º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro terceiro, os órgãos de polícia criminal podem proceder, sem prévia autorização da autoridade judiciária:

a) À revista de suspeitos em caso de fuga iminente ou de detenção e a buscas no lugar onde se encontrarem, salvo tratando-se de busca domiciliária,

sempre que tiverem fundada razão para crer que neles se ocultam objectos relacionados com o crime, susceptíveis de servirem a prova e que de outra forma poderiam perder-se;

b) À revista de pessoas que tenham de participar ou pretendam assistir a qualquer acto processual ou que na qualidade de suspeitos, devam ser conduzidos a posto policial, sempre que houver razões para crer que ocultam armas ou outros objectos com os quais possam praticar actos de violência.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 6 do artigo 1º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro terceiro.

ARTIGO QUINTO – APREENSÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

1 – Nos casos em que deva proceder-se à apreensão de correspondência, os órgãos de polícia criminal transmitem-na intacta ao juiz que tiver autorizado ou ordenado a diligência.

2 – Tratando-se de encomendas ou valores fechados susceptíveis de serem apreendidos, sempre que tiverem fundadas razões para crer que eles podem conter informações úteis à investigação de um crime ou conduzir à sua descoberta e que podem perder-se em caso de demora, os órgãos de polícia criminal informam do facto pelo meio mais rápido o juiz, o qual pode autorizar a sua abertura imediata.

3 – Verificadas as razões referidas no número anterior, os órgãos de polícia criminal podem ordenar a suspensão da remessa de qualquer correspondência nas estações de correios ou de telecomunicações. Se no prazo de quarenta e oito horas, a ordem não for consolidada por despacho fundamentado do juiz, a correspondência é remetida ao destinatário.

ARTIGO SEXTO – LOCALIZAÇÃO CELULAR.

1 – As autoridades judiciais e as autoridades de polícia criminal podem obter dados sobre a localização celular, sempre que os mesmos forem necessários para prevenir e afastar perigo para a vida ou de ofensa à integridade física grave.

2 – Sempre que os dados sobre a localização celular previstos no número anterior se referirem a um processo em curso, a sua obtenção deve ser comunicada ao juiz no prazo máximo de vinte e quatro horas.

3 – Sempre que os dados sobre a localização celular previstos no número 1 se não referirem a nenhum processo em curso, a comunicação deve ser dirigida ao juiz da sede da entidade competente para a investigação criminal.

4 – É nula a obtenção de dados sobre a localização celular com violação do disposto nos números anteriores,

ARTIGO SÉTIMO – RELATÓRIO.

1 – Os órgãos de polícia criminal que procederem a diligências referidas nos artigos anteriores elaboram um relatório onde mencionam, de forma sucinta, as investigações empreendidas, os resultados das mesmas, a descrição dos factos apurados e as provas recolhidas.

2 – O relatório é remetido ao ministério público ou ao juiz de instrução, conforme os casos.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETENÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – FINALIDADES.

1 – A detenção a que se referem os artigos seguintes é efectuada:

a) Para no prazo máximo de quarenta e oito horas, o detido ser apresentado a julgamento sob forma sumária ou ser presente ao juiz competente para primeiro interrogatório judicial ou para aplicação ou execução de uma medida de coacção; ou

b) Para assegurar a presença imediata ou não sendo possível no mais curto prazo, mas sem nunca exceder vinte e quatro horas, do detido perante a autoridade judiciária em acto processual.

2 – O arguido detido fora de flagrante delito para aplicação ou execução da medida de prisão preventiva ou de liberdade sob caução é sempre apresentado ao juiz, sendo correspondentemente aplicável o disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro terceiro.

ARTIGO SEGUNDO – DETENÇÃO EM FLAGRANTE DELITO.

1 – Em caso de flagrante delito, por crime cometido:

a) Qualquer autoridade judiciária ou entidade policial procede à detenção;

b) Qualquer pessoa pode proceder à detenção, se uma das entidades referidas na alínea anterior não estiver presente nem puder ser chamada em tempo útil.

2 – No caso previsto na alínea b) do número anterior, a pessoa que tiver procedido à detenção entrega imediatamente o detido a uma das entidades referidas na alínea a), a qual redige auto sumário da entrega e procede de acordo com o estabelecido no artigo 6º, do presente capítulo.

3 – Tratando-se de crime cujo procedimento dependa de queixa ou de acusação particular, a detenção só se mantém quando em acto a ela seguido, o titular do direito respectivo o exercer. Neste caso a autoridade judiciária ou a entidade policial levantam ou mandam levantar auto em que a queixa ou a acusação fique registada.

ARTIGO TERCEIRO – FLAGRANTE DELITO.

1 – É flagrante delito todo o crime que se está cometendo ou se acabou de cometer.

2 – Reputa-se também flagrante delito, o caso em que o autor for logo após o crime, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado com objectos ou sinais que demonstrem claramente que acabou de o cometer ou nele participar.

3 – Em caso de crime permanente, o estado de flagrante delito só persiste enquanto se mantiverem sinais que demonstrem claramente que o crime está a ser cometido e o autor está nele a participar.

ARTIGO QUARTO – DETENÇÃO FORA DE FLAGRANTE DELITO.

1 – Fora de flagrante delito, a detenção só pode ser efectuada por mandado do juiz ou nos casos em que for admissível prisão preventiva, do ministério público:

a) Sempre que houver fundadas razões para considerar que o visado se não apresentaria voluntariamente perante autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado;

b) Sempre que se verifique em concreto, a necessidade de prevenção do cometimento dos mesmos ou de outros actos crimes pelo visado no futuro, que só a detenção permita acautelar; ou

c) Sempre que tal se mostrar imprescindível para a protecção da vítima.

2 – As autoridades de polícia criminal podem também ordenar a detenção fora de flagrante delito, por iniciativa própria, sempre que:

- a) Se tratar de caso em que é admissível a prisão preventiva;
- b) Existirem elementos que tornem fundados os receio de fuga ou de continuação da actividade criminosa; e
- c) Não for possível dada a situação de urgência e de perigo na demora, aguardar pela intervenção da autoridade judiciária.

ARTIGO QUINTO – MANDADOS DE DETENÇÃO.

1 – Os mandados de detenção são passados em triplicado e contêm, sob pena de nulidade:

- a) A data da emissão e a assinatura da autoridade judiciária ou de polícia criminal competentes;
- b) A identificação da pessoa a deter; e
- c) A indicação do facto que motivou a detenção e das circunstâncias que legalmente a fundamentam.

2 – Em caso de urgência e de perigo na demora é admissível a requisição da detenção por qualquer meio de telecomunicações, seguindo-se-lhe imediatamente confirmação por mandado, nos termos do número anterior.

3 – Ao detido é exibido o mandado de detenção e entregue uma das cópias. No caso do número anterior, é-lhe exibida a ordem de detenção donde conste a requisição, a indicação da autoridade judiciária ou de polícia criminal que a fez e os demais requisitos referidos no número 1 e entregue a respectiva cópia.

ARTIGO SEXTO – DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – Sempre que qualquer entidade policial proceder a uma detenção, comunica-a de imediato:

- a) Ao juiz do qual provir o mandado de detenção, se esta tiver a finalidade referida na alínea b) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo;
- b) Ao ministério publico, nos demais casos.

ARTIGO SÉTIMO – CONDIÇÕES GERAIS DE EFECTIVAÇÃO.

1 – É correspondentemente aplicável à detenção o disposto no número 2 do artigo 2º e no número 8 do artigo 4º, do capítulo único, do título primeiro, do livro quarto.

ARTIGO OITAVO – LIBERTAÇÃO IMEDIATA DO DETIDO.

1 – Qualquer entidade que tiver ordenado a detenção ou a quem o detido for presente, nos termos do presente capítulo, procede à sua imediata libertação logo que se tornar manifesto que a detenção foi efectuada por erro sobre a pessoa, ou fora dos casos em que era legalmente admissível ou que a medida se tornou desnecessária.

2 – Sempre que se tratar de autoridade judiciária, a libertação é precedida de despacho, pelo que não sendo autoridade judiciária, a mesma entidade faz relatório sumário da ocorrência e transmite-o de imediato ao ministério público.

TÍTULO SEGUNDO – INQUÉRITO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – FINALIDADE E ÂMBITO DO INQUÉRITO.

1 – O inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus autores e a responsabilidade dos mesmos e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação.

2 – Ressalvadas as excepções previstas neste CÓDIGO, a notícia de um crime dá sempre lugar à abertura de inquérito.

ARTIGO SEGUNDO – DIRECÇÃO DO INQUÉRITO.

1 – A direcção do inquérito compete ao ministério público, assistido pelos órgãos de polícia criminal.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, os órgãos de polícia criminal actuam sob a directa orientação do ministério público e na sua dependência funcional.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA.

1 – É competente para a realização do inquérito o ministério público que exercer funções no local em que o crime tiver sido cometido.

2 – Enquanto não for conhecido o local em que o crime foi cometido, a competência pertence ao ministério público que exercer funções no local em que primeiro tiver havido notícia do crime.

3 – Sempre que o crime for cometido no estrangeiro, é competente o ministério público que exercer funções junto do tribunal competente para o julgamento.

4 – Independentemente do disposto nos números anteriores, qualquer magistrado ou agente do ministério público procede, em caso de urgência ou de perigo na demora, a actos de inquérito, nomeadamente de detenção, de interrogatório e em geral de aquisição e conservação de meios de prova.

5 – É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 10º ao 15º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro primeiro.

ARTIGO QUARTO – INQUÉRITO CONTRA SUAS MAJESTADES, MAGISTRADOS, PROCURADORES E PROVEDORES.

1 – Sempre que for objecto da notícia do crime SUAS MAJESTADES, MAGISTRADO JUDICIAL ou do MINISTÉRIO PÚBLICO, PROCURADORES de JUSTIÇA PORTUGUESES ou PROVEDORES de JUSTIÇA PORTUGUESES, a competência para o inquérito pertence a um juiz do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, de categoria igual ou superior à do visado, que fica impedido de intervir nos subsequentes actos do processo.

ARTIGO QUINTO – TRANSMISSÃO DOS AUTOS.

1 – Sempre que no decurso do inquérito, se apurar que a competência pertence a diferente magistrado ou agente do ministério público, os autos são transmitidos ao magistrado ou agente do ministério público competente.

2 – Os actos de inquérito realizados antes da transmissão só são repetidos se não puderem ser aproveitados.

3 – Em caso de conflito sobre a competência, decide o superior hierárquico que imediatamente superintende nos magistrados ou agentes em conflito.

CAPÍTULO SEGUNDO – ACTOS DE INQUÉRITO.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1 – O ministério público pratica os actos e assegura os meios de prova necessários, precisos e exigidos à realização das finalidades referidas no número 1 do

artigo 1º, do capítulo anterior, nos termos e com as restrições constantes dos artigos seguintes.

ARTIGO SEGUNDO – ACTOS A PRATICAR PELO JUIZ DE INSTRUÇÃO.

1 – Durante o inquérito compete exclusivamente ao juiz de instrução:

- a) Proceder ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido;
- b) Proceder à aplicação de uma medida de coacção ou de garantia patrimonial, com a excepção da prevista no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro quarto, a qual pode ser aplicada pelo ministério público;
- c) Proceder a buscas e apreensões em estabelecimentos produtivos, industriais, comerciais e de serviços, bem como em órgãos de soberania e estabelecimentos financeiros nos termos dos números 1, 4, 5 e 6 do artigo 4º, do capítulo segundo e dos artigos 3º, 4º e 5º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do livro terceiro, respectivamente;
- d) Deter o conhecimento, em primeiro lugar, do conteúdo da correspondência apreendida, nos termos do número 3 do artigo 2º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do livro terceiro;
- e) Declarar a perda a favor do estado de bens apreendidos, quando o ministério público proceder ao arquivamento do inquérito nos termos dos artigos 2º, do capítulo terceiro, do presente capítulo;
- f) Praticar quaisquer outros actos que a lei expressamente reservar ao juiz de instrução;

2 – O juiz pratica os actos referidos no número anterior a requerimento do ministério público, da autoridade de polícia criminal em caso de urgência ou de perigo na demora, do arguido ou do assistente.

3 – O requerimento quando proveniente do ministério público ou de autoridade de polícia criminal, não está sujeito a quaisquer formalidades.

4 – Nos casos referidos nos números anteriores, o juiz decide no prazo máximo de vinte e quatro horas, com base na informação que conjuntamente com o requerimento lhe for prestada, dispensando a apresentação dos autos sempre que a não considerar imprescindível.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS A ORDENAR OU AUTORIZAR PELO JUIZ DE INSTRUÇÃO.

1 – Durante o inquérito compete exclusivamente ao juiz de instrução ordenar ou autorizar:

- a) A efectivação de perícias, nos termos do número 2 do artigo 4º, do capítulo sexto, do título segundo, do livro terceiro;
- b) A efectivação de exames, nos termos do disposto no número 2 do artigo 4º e nos números 5 e 6 do artigo 6º, do capítulo sexto, do título segundo, do livro terceiro.
- c) Buscas domiciliárias, nos termos e com os limites do artigo 4º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro terceiro;
- d) Apreensões de correspondência, nos termos do número 1 do artigo 2º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do livro terceiro;
- e) Intercepção, gravação ou registo de conversações ou comunicações, nos termos dos artigos 1º e 3º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro terceiro;

f) A prática de quaisquer outros actos que a lei expressamente consignar depender de ordem ou autoridade do juiz de instrução.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 2, 3 e 4 do artigo anterior.

ARTIGO QUARTO – ACTOS QUE PODEM SER DELEGADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL.

1 – O ministério público pode conferir a órgãos de polícia criminal o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito, com excepção dos actos que são da competência exclusiva do juiz de instrução nos termos dos artigos 2º e 3º, do presente capítulo e dos actos seguintes:

a) Receber depoimentos ajuramentados, nos termos da segunda parte do número 3 do artigo 10º, capítulo primeiro, do título segundo, livro terceiro;

b) Ordenar a efectivação de perícia, nos termos do artigo 4º, capítulo sexto, título segundo, do livro terceiro;

c) Assistir a exame susceptível de ofender o pudor da pessoa, nos termos da segunda parte do número 3 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro terceiro,

d) Ordenar ou autorizar revistas e buscas, nos termos e limites dos números 3 e 5 do artigo 1º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro terceiro;

e) Quaisquer outros actos que a lei expressamente consignar que sejam presididos ou praticados pelo ministério público.

2 – O ministério público pode porém delegar em autoridades de polícia criminal a faculdade de ordenar a efectivação da perícia relativamente a determinados tipos de crime, em caso de urgência ou perigo na demora, nomeadamente quando a perícia deva ser realizada conjuntamente com o exame de vestígios. Exceptuam-se a perícia que envolva a realização de autópsia médica legal, bem como a prestação de esclarecimentos complementares e a realização de nova perícia nos termos do artigo 8º, do capítulo sexto, do título segundo, do livro terceiro.

3 – Sem prejuízo do número 2 e 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título terceiro, do livro primeiro, no número 3 do artigo 3º, do capítulo primeiro e no número 1 do artigo 1º, do capítulo segundo, do título anterior, a delegação a que se refere o número 1 pode ser efectuada por despacho de natureza genérica que indique os tipos de crime ou os limites das penas aplicáveis aos crimes em investigação.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÕES PARA MEMÓRIA FUTURA.

1 – Em caso de doença grave ou de deslocação para o estrangeiro de uma testemunha, que previsivelmente a impeça de ser escutada em julgamento, bem como nos casos de vítima de crime de tráfico de pessoas ou contra a liberdade e autodeterminação sexual, o juiz de instrução a requerimento do ministério público, do arguido, do assistente ou das partes civis, pode proceder à inquirição no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa se necessário ser considerado no julgamento.

2 – No caso de processos por crime contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor, procede-se sempre à inquirição do ofendido no decurso do inquérito, desde que a vítima não seja maior de 21 anos.

3 – Ao ministério público, ao arguido, ao defensor e aos advogados do assistente e das partes civis são comunicados o dia, a hora e o local da prestação do depoimento

para que possam estar presentes, sendo obrigatória a comparência do ministério público e do defensor.

4 – Nos casos previstos no número 2, a tomada de declarações é realizada em ambiente informal e reservado, com vista a garantir a espontaneidade, a sinceridade e a verdade das respostas, devendo o menor ser assistido no decurso do acto processual por um técnico especialmente habilitado para o seu acompanhamento, previamente designado para o efeito.

5 – A inquirição é feita pelo juiz, podendo em seguida o ministério público, os advogados do assistente e das partes civis e o seu defensor, por esta ordem, formular perguntas adicionais.

6 – É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 13º e 17º, do capítulo terceiro, e nos artigos 2º e 3º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro sétimo.

7 – O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a declarações do assistente e das partes civis, de peritos e de consultores técnicos e a careações.

8 – A tomada de declarações nos termos dos números anteriores não prejudica a prestação de depoimento em audiência de julgamento, sempre que a mesma for possível e não colocar em causa a saúde física e psicológica de pessoa que o deva prestar.

ARTIGO SEXTO – PRIMEIRO INTERROGATÓRIO E COMUNICAÇÕES AO ARGUIDO.

1 – Correndo inquérito contra pessoa determinada em relação à qual haja suspeita fundada da prática de crime é obrigatório interrogá-la como arguido, salvo quando não for possível por todos os meios notificá-la e fazê-la comparecer perante a autoridade competente.

2 – O ministério público quando proceder a interrogatório de um arguido, ou a careação ou reconhecimento em que aquele deva participar, comunica-lhe com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, o dia, a hora e o local da diligência.

3 – O período de antecedência referido no número anterior:

a) É facultativo sempre que o arguido se encontrar detido;

b) Não tem lugar relativamente aos interrogatórios de extrema urgência, sempre que haja fundado motivo para rezear que a demora possa prejudicar o assegurar de meios de prova ou ainda quando o arguido dele prescindir.

4 – Sempre que haja defensor, este é notificado para a diligência com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, salvo nos casos previstos na alínea b) do número anterior.

ARTIGO SÉTIMO – MANDADO DE COMPARÊNCIA, NOTIFICAÇÃO E DETENÇÃO.

1 – Sempre que for necessário assegurar a presença de qualquer pessoa em acto de inquérito, o ministério público ou a autoridade de polícia criminal em que tenha sido delegada a diligência emitem mandado de comparência, do qual conste a identificação da pessoa, a indicação do dia, do local e da hora a que deve apresentar-se e a menção das sanções em que incorre no caso de falta injustificada.

2 – O mandado de comparência é notificado ao interessado com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, salvo em caso de urgência devidamente fundamentada, em que pode ser confiado ao notificando apenas o tempo necessário à sua comparência.

3 – Se o mandado se referir ao assistente ou ao denunciante com a faculdade de se constituir assistente representado por advogado, este é informado da realização da diligência, para querendo estar presente.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 6º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo.

ARTIGO OITAVO – CERTIDÕES E CERTIFICADOS DE REGISTO.

1 – São juntos aos autos as certidões e certificados de registo, nomeadamente o certificado de registo criminal do arguido, que se afigurem previsivelmente necessários, precisos e exigidos ao inquérito, à instrução ou ao julgamento que venham a ter lugar e à determinação da competência do tribunal.

ARTIGO NONO – AUTOS DE INQUÉRITO.

1 – As diligências de prova realizadas no decurso do inquérito são reduzidas a auto, que pode ser redigido por súmula, salvo aquelas cuja documentação o ministério público as não considerar necessárias.

2 – É obrigatoriamente reduzida a auto a denúncia, quando feita oralmente, bem como os actos a que se referem os artigos 2º, 3º e 5º, do presente capítulo.

3 – Concluído o inquérito, o auto fica à guarda do ministério público ou é remetido para o tribunal competente para a instrução ou para o julgamento.

CAPÍTULO TERCEIRO – ENCERRAMENTO DO INQUÉRITO.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZOS DE DURAÇÃO MÁXIMO DO INQUÉRITO.

1 – O ministério público encerra o inquérito, arquivando-o ou deduzindo acusação nos prazos máximos de seis meses, sempre que houver arguidos detidos ou um ano se não os houver.

2 – Os prazos referidos no número anterior são elevado para o dobro, em casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada ou quando se proceder por crime punível com pena de prisão de máximo superior a 7 anos.

3 – Os prazos referidos no número 1 são elevados para o triplo, quando independentemente do tipo de crime o procedimento se revelar de excepcional complexidade, derivado nomeadamente do número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime.

4 – Para efeito do disposto nos números anteriores, o prazo conta-se a partir do momento em que o inquérito tiver passado a correr contra pessoa determinada ou em que se tiver verificado a constituição de arguido.

5 – Em caso de expedição de carta rogatória, o decurso dos prazos previstos nos números 1 a 3 suspende-se até à respectiva devolução, não podendo o período total de suspensão em cada processo, ser superior ao prazo máximo a que corresponder ao inquérito.

6 – O magistrado titular do processo comunica ao superior hierárquico imediatamente a violação de qualquer prazo previsto nos números 1 a 3, indicando as razões que explicam o atraso e o período necessário para concluir o inquérito.

7 – Nos casos referidos no número anterior, o superior hierárquico pode avocar o processo e dá sempre conhecimento ao procurador de justiça e ao provedor de justiça, ao arguido e ao assistente da violação do prazo e do período necessário para concluir o inquérito.

8 – Recebida a comunicação prevista no número anterior, o procurador de justiça e o provedor de justiça podem determinar, oficiosamente ou a requerimento, do arguido ou do assistente, a aceleração processual nos termos do artigo 8º, do capítulo único, do título terceiro, do livro segundo.

ARTIGO SEGUNDO – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO.

1 – O ministério público procede por despacho ao arquivamento do inquérito, logo que tiver recolhido prova bastante de se não ter verificado crime, de o arguido o não ter praticado a qualquer título ou de ser legalmente inadmissível o procedimento.

2 – O inquérito é igualmente arquivado se não tiver sido possível ao ministério público obter indícios suficientes da verificação de crime ou de quem são os seus autores.

3 – O despacho de arquivamento é comunicado ao arguido, ao assistente, ao denunciante com faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil nos termos do artigo 5º, do capítulo único, do título quinto, do livro primeiro, bem como ao respectivo defensor ou advogado.

4 – As comunicações a que se refere o número anterior efectuem-se:

a) Por notificação mediante contacto pessoal ou via postal registada ao assistente e ao arguido, excepto se estes tiverem indicado um local determinado para efeitos de notificação por via postal simples, nos termos dos números 5 e 6 do artigo 5º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro terceiro, e do número 2 e da alínea c) do número 3 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro quarto e não tenham entretanto indicado uma outra, através de requerimento entregue ou remetido por via postal registada à secretaria onde os autos se encontrarem a correr nesse momento;

b) Por editais, se o arguido não tiver defensor nomeado ou advogado constituído e não for possível a sua notificação mediante contacto pessoal, via postal registada ou simples, nos termos previstos na alínea anterior.

c) Por notificação mediante via postal simples ao denunciante com a faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil;

d) Por notificação mediante via postal simples sempre que o inquérito não correr contra pessoa determinada.

5 – Nos casos previstos no número 1, sempre que se verificar que existiu por parte de quem denunciou ou exerce um alegado direito de queixa, uma utilização abusiva do processo, o tribunal condena-o no pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC sem prejuízo do apuramento da responsabilidade penal.

ARTIGO TERCEIRO – INTERVENÇÃO HIERÁRQUICA.

1 – No prazo de vinte e um dias da data em que a abertura de instrução já não puder ser requerida, o imediato superior hierárquico do magistrado do ministério público pode determinar, por sua iniciativa ou a requerimento do assistente ou do denunciante com a faculdade de se constituir assistente, que seja formulada acusação ou que as investigações prossigam, indicando neste caso as diligências a efectuar e o prazo para o seu cumprimento

2 – O assistente e o denunciante com a faculdade de se constituir assistente podem, se optarem por não requerer a abertura da instrução, suscitar a intervenção hierárquica, ao abrigo do número anterior, no prazo previsto para aquele requerimento.

ARTIGO QUARTO – REABERTURA DO INQUÉRITO.

1 – Esgotado o prazo a que se refere o artigo anterior, o inquérito só pode ser reaberto se surgirem novos elementos de prova que invalidem os fundamentos invocados pelo ministério público no despacho de arquivamento.

2 – Do despacho do ministério público que deferir ou recusar a reabertura do inquérito há reclamação para o superior hierárquico imediato.

ARTIGO QUINTO – ACUSAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1 – Sempre que durante o inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado crime e de quem foi o seu autor, o ministério público no prazo de sete dias, deduz acusação contra aquele.

2 – Consideram-se suficientes os indícios sempre que deles resultar uma possibilidade razoável de ao arguido vir a ser aplicada em julgamento, por força deles, uma pena ou uma medida de segurança.

3 – A acusação contém, sob pena de nulidade:

- a) As indicações tendentes à identificação do arguido;
- b) A narração, ainda que sintética, dos factos que fundamentam a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança, incluindo se possível, o lugar, o tempo e a motivação da sua prática, o grau de participação que o autor neles teve e quaisquer circunstâncias relevantes para a determinação da sanção que lhe deve ser aplicada;
- c) A indicação das disposições legais aplicáveis;
- d) O rol com o máximo de 20 testemunhas, com a respectiva identificação, discriminando-se as que só devam depor sobre os aspectos referidos no número 2 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro terceiro, as quais não podem exceder o número de cinco;
- e) A indicação dos peritos e consultores técnicos a serem ouvidos em julgamento, com a respectiva identificação;
- f) A indicação de outras provas a produzir ou a requerer;
- g) A data e assinatura.

4 – Em caso de conexão de processos, e deduzida uma só acusação.

5 – O despacho do ministério público a ordenar o prosseguimento do processo, é um despacho de mero expediente, não carecendo de ser notificado aos sujeitos processuais, nomeadamente aos arguidos já notificados da acusação, podendo estes requerer a abertura da instrução no prazo de vinte e um dias a contar dessa notificação, nos termos do número 1 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título seguinte. Havendo vários prazos para esse efeito, a correr em simultâneo, ainda que não integralmente coincidentes, a abertura da instrução pode ser requerida por todos ou por cada um deles, até ao fim do prazo que terminar em último lugar, nos termos do número 13 do artigo 3º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo.

6 – O limite do número de testemunhas prevista na alínea d) do número 3 pode ser ultrapassado sempre que se afigure necessário, preciso e exigido à descoberta da verdade material, designadamente quando tiver sido praticado algum dos crimes referidos no número 2 do artigo 4º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro quarto ou se o processo se revelar de especial complexidade, nomeadamente derivado do número de arguidos ou ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime.

ARTIGO SEXTO – ACUSAÇÃO PELO ASSISTENTE.

1 – Até 15 dias após a notificação da acusação do ministério público, o assistente pode também deduzir acusação pelos factos acusados pelo ministério público, por parte deles ou por outros que não importem alteração substancial daqueles.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 3 e 6 do artigo anterior, com as seguintes modificações:

a) A acusação do assistente pode limitar-se a mera adesão à acusação do ministério público;

b) Só são indicadas provas a produzir ou a requerer que não constem da acusação do ministério público.

ARTIGO SÉTIMO – ACUSAÇÃO PARTICULAR.

1 – Findo o inquérito, sempre que o procedimento depender de acusação particular, o ministério público notifica o assistente para que este deduza em 15 dias querendo acusação particular.

2 – O ministério público indica, na notificação prevista no número anterior, se foram recolhidos indícios suficientes da verificação do crime e de quem forem os seus autores.

3 – É correspondentemente aplicável à acusação particular o disposto nos números 3 e 6 do artigo 5º, do presente capítulo.

4 – O ministério público pode nos sete dias posteriores à apresentação da acusação particular, acusar pelos mesmos factos, por parte deles ou por quaisquer outros factos que não importem uma alteração substancial daqueles.

TÍTULO TERCEIRO – INSTRUÇÃO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – FINALIDADE E ÂMBITO DA INSTRUÇÃO.

1 – A instrução visa a comprovação judicial da decisão de deduzir acusação ou de arquivar o inquérito em ordem a submeter ou não a causa a julgamento.

2 – A instrução tem carácter facultativo.

3 – Não há lugar a instrução nas formas de processos especiais.

ARTIGO SEGUNDO – REQUERIMENTO PARA ABERTURA DA INSTRUÇÃO.

1 - A abertura da instrução pode ser requerida, no prazo de vinte e um dias a contar da notificação da acusação ou do arquivamento:

a) Pelo arguido, relativamente a factos pelos quais o ministério público ou o assistente, em caso de procedimento dependente de acusação particular, tiverem deduzido acusação; ou

b) Pelo assistente, se o procedimento não depender de acusação particular, relativamente a factos pelos quais o ministério público não tiver deduzido acusação.

2 – O requerimento não está sujeito a formalidades especiais, mas deve conter em súmula, as razões do facto e de direito de discordância relativamente à acusação ou não acusação, bem como sempre que disso for caso, a indicação dos actos de instrução que o requerente pretende que o juiz leve a cabo, dos meios de prova que não tenham sido considerados no inquérito e dos factos que através de uns e de outros se espera provar, sendo ainda aplicável ao requerimento do assistente o disposto nas alienas b) e

c) do número 3 do artigo 5º, do capítulo terceiro, do título anterior. Não podem ser indicadas mais de 20 testemunhas.

3 – O requerimento só pode ser rejeitado por extemporâneo, por incompetência do juiz ou por inadmissibilidade legal da instrução.

4 – No despacho de abertura de instrução o juiz nomeia defensor ao arguido que não tenha advogado constituído nem defensor nomeado.

5 – O despacho de abertura de instrução é notificado ao ministério público, ao assistente, ao arguido e ao seu defensor.

6 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 5 do artigo 5º, do capítulo terceiro, do título anterior.

ARTIGO TERCEIRO – DIRECÇÃO DA INSTRUÇÃO.

1 – A direcção da instrução compete a um juiz de instrução, assistido pelos órgãos de polícia criminal.

2 – As normas de competência relativas ao tribunal são correspondentemente aplicáveis ao juiz de instrução.

3 – Sempre que a competência para a instrução pertencer aos tribunais de segunda instância ou ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, o instrutor é designado por sorteio de entre os juizes da secção e fica impedido de intervir nos actos subsequentes do processo.

4 – O juiz investiga autonomamente o caso submetido à instrução, tendo presente a indicação constante do requerimento da abertura de instrução a que se refere o número 2 do artigo anterior.

ARTIGO QUARTO – CONTEÚDO DA INSTRUÇÃO.

1 – A instrução é formada pelo conjunto de actos de instrução que o juiz entenda dever levar a cabo e obrigatoriamente por um debate instrutório, oral e contraditório, no qual podem participar o ministério público, o arguido, o defensor, o assistente e o seu advogado, mas não as partes civis.

2 – O ministério público, o arguido, o defensor, o assistente e o seu advogado podem assistir aos actos de instrução por qualquer deles requeridos e suscitar pedidos de esclarecimento ou requerer que sejam formuladas as perguntas que entenderem relevantes para a descoberta da verdade.

CAPÍTULO SEGUNDO – ACTOS DE INSTRUÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTOS DO JUIZ DE INSTRUÇÃO E ACTOS DELEGÁVEIS.

1 – O juiz pratica todos os actos necessários à realização das finalidades referidas no número 1 do artigo 1º, do capítulo anterior.

2 – O juiz pode todavia conferir a órgãos de polícia criminal o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas à instrução, salvo tratando-se do interrogatório do arguido, da inquirição de testemunhas, de actos que por lei sejam consignados em exclusivo à competência do juiz e nomeadamente os referidos no número 1 do artigo 2º e no número 1 do artigo 4º, do capítulo segundo, do título anterior.

ARTIGO SEGUNDO – ORDEM DOS ACTOS E REPETIÇÃO.

1 – Os actos de instrução efectuem-se pela ordem que o juiz reputar mais conveniente para o apuramento da verdade. O juiz indefere os actos requeridos que

entenda não interessarem à instrução ou servirem apenas para protelar o andamento do processo e pratica ou ordena oficiosamente aqueles que considerar úteis.

2 – Do despacho previsto no número anterior cabe apenas reclamação, sendo irrecorrível o despacho que a decidir.

3 – Os actos e diligências de prova praticados no inquérito só são repetidos no caso de não terem sido observadas as formalidades legais ou quando a repetição se revelar indispensável à realização das finalidades da instrução.

4 – Não são inquiridas testemunhas que devam depor sobre os aspectos referidos no número 2 do artigo 1º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro terceiro.

ARTIGO TERCEIRO – PROVAS ADMISSÍVEIS.

1 – São admissíveis na instrução toda e qualquer prova que não for proibida por lei.

2 – O juiz de instrução interroga o arguido quando o julgar necessário e sempre que este o solicitar.

ARTIGO QUARTO – MANDADO DE COMPARÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.

1 – Sempre que for necessário assegurar a presença de qualquer pessoa em acto de instrução, o juiz emite mandado de comparência do qual constem a identificação da pessoa, a indicação do dia, do local e da hora a que deve apresentar-se e a menção das sanções em que incorre no caso de falta injustificada.

2 – O mandado de comparência é notificado ao interessado com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, salvo em caso de urgência devidamente fundamentada, em que o juiz pode confiar ao notificando apenas o tempo necessário à comparência.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÕES PARA MEMÓRIA FUTURA.

1 – Oficiosamente ou a requerimento, o juiz pode proceder durante a instrução, à inquirição de testemunhas, à tomada de declarações do assistente, das partes civis, dos peritos e de consultores técnicos e a acareações, nos termos e com as finalidades referidos no artigo 5º, do capítulo segundo, do título anterior.

ARTIGO SEXTO – CERTIDÕES E CERTIFICADOS DE REGISTO.

1 – São juntas aos autos as certidões e certificados de registo, nomeadamente o certificado do registo criminal do arguido, que ainda não constarem dos autos e se afigurarem previsivelmente necessários à instrução ou ao julgamento que venha a ter lugar e à determinação da competência do tribunal.

ARTIGO SÉTIMO – AUTO DE INSTRUÇÃO.

1 – As diligências de prova realizadas em acto de instrução são documentadas, mediante gravação ou redução a auto, sendo juntos ao processo os requerimentos apresentados pela acusação e pela defesa nesta fase, bem como quaisquer documentos relevantes para apreciação da causa.

CAPÍTULO TERCEIRO – DEBATE INSTRUTÓRIO.

ARTIGO PRIMEIRO – DESIGNAÇÃO DA DATA PARA O DEBATE.

1 – Sempre que considerar que não há lugar à prática de actos de instrução, nomeadamente nos casos em que estes não tiverem sido requeridos ou em sete dias a

partir da prática do último acto, o juiz designa o dia, a hora e o local para o debate instrutório. Este é fixado para a data mais próxima possível, de modo a que o prazo máximo de duração da instrução possa em qualquer caso ser respeitado.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 3 do artigo 2º, do capítulo único, do título primeiro, do livro sétimo.

3 – A designação de data para o debate instrutório é notificada ao ministério público, ao arguido e ao assistente com pelo menos três dias de antecedência de aquele ter lugar. Em caso de conexão de processos nos termos das alíneas c), d) e e) do número 1 do artigo 10º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro primeiro, a designação da data para o debate instrutório é notificada aos arguidos que não tenham requerido a instrução.

4 – A designação de data para o debate é igualmente notificada, pelo menos com três dias de antecedência de aquele ter lugar, a quaisquer testemunhas, peritos e consultores técnicos cuja presença no debate o juiz considerar indispensável.

5 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 1 e 2 do artigo 6º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo e nos artigos 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro e 4º, do capítulo anterior,

ARTIGO SEGUNDO – FINALIDADE DO DEBATE.

1 – O debate instrutório visa permitir uma discussão perante o juiz, oral e contraditória, de forma a compreender se do decurso do inquérito e da instrução, resultam indícios de facto e elementos de direito suficientes para justificar a submissão do arguido a julgamento.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS SUPERVENIENTES.

1 – A designação da data para o debate não prejudica o dever do juiz realizar, antes do debate ou durante ele, os actos de instrução cujo interesse para a descoberta da verdade se tenha entretanto revelado.

2 – A realização dos actos referidos no número anterior processa-se com observância das formalidades estabelecidas no capítulo anterior.

ARTIGO QUARTO – ADIAMENTO DO DEBATE.

1 – O debate só pode ser adiado por absoluta impossibilidade de se realizar, nomeadamente por grave e legítimo impedimento de o arguido estar presente.

2 – Em caso de adiamento, o juiz designa imediatamente nova data, a qual não pode exceder em sete dias a anteriormente fixada. A nova data é comunicada aos presentes, mandando o juiz proceder à notificação dos ausentes cuja presença seja exigida.

3 – Se o arguido renunciar ao direito de estar presente, o debate não é adiado com fundamento na sua falta, sendo ele representado pelo defensor constituído ou nomeado.

4 – O debate só pode ser adiado uma vez. Sempre que o arguido faltar na segunda data marcada, é representado pelo defensor constituído ou nomeado.

ARTIGO QUINTO – DISCIPLINA, DIRECÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO DEBATE.

1 – A disciplina do debate, a sua direcção e organização competem ao juiz, que detém no necessário os poderes correspondentes aos consignados por este CÓDIGO ao presidente na audiência.

2 – O debate decorre sem sujeição a formalismos especiais, competindo ao juiz assegurar a contraditoriedade na produção da prova e a possibilidade de o arguido ou o seu defensor se pronunciarem sobre a mesma em último lugar.

3 – O juiz recusa qualquer requerimento ou diligência de prova que ultrapasse a natureza indiciária para esta fase exigida.

ARTIGO SEXTO – DECURSO DO DEBATE.

1 – O juiz abre o debate com uma exposição sumária sobre os actos de instrução a que tiver procedido e sobre as questões de prova relevantes para a decisão instrutória e que em sua opinião apresentem carácter controverso.

2 – Em seguida concede a palavra ao ministério público, ao advogado do assistente e ao defensor, para que estes querendo requeiram a produção de provas indiciárias suplementares que durante o debate, se proponham apresentar sobre questões concretas controversas.

3 – Segue-se a produção da prova sob a directa orientação do juiz, o qual decide sem formalidades quaisquer questões que a propósito se suscitarem. O juiz pode dirigir-se directamente aos presentes, formulando-lhes as perguntas que entender exigidas à realização das finalidades do debate.

4 – Antes de encerrar o debate, o juiz concede de novo a palavra ao ministério público, ao advogado do assistente e ao defensor, para que estes querendo formulem em síntese as suas conclusões sobre a suficiência ou insuficiência dos indícios recolhidos e sobre questões de direito de que dependa o sentido da decisão instrutória.

5 – É admissível réplica sucinta, a exercer uma só vez, pelo que sempre que o defensor solicitar a palavra, é o último a ser escutado.

ARTIGO SÉTIMO – ALTERAÇÃO DOS FACTOS DESCRITOS NA ACUSAÇÃO OU NO REQUERIMENTO PARA ABERTURA DA INSTRUÇÃO.

1 – Sempre que dos actos de instrução ou do debate instrutório resultar alteração não substancial dos factos descritos na acusação do ministério público ou do assistente, ou no requerimento para abertura da instrução, o juiz, oficiosamente ou a requerimento, comunica a alteração ao defensor, interroga o arguido sobre a mesma sempre que possível e concede-lhe a requerimento, um prazo para preparação da defesa não superior a sete dias, com o consequente adiamento do debate, sempre que exigido.

2 – Não tem aplicação o disposto no número anterior se a alteração verificada determinar a incompetência do juiz de instrução.

3 – Uma alteração substancial dos factos descritos na acusação ou no requerimento para abertura da instrução não pode ser tomada em conta pelo tribunal para o efeito de pronúncia no processo em curso, nem implica a extinção da instância.

4 – A comunicação da alteração substancial dos factos ao ministério público vale como denúncia para que o mesmo proceda pelos novos factos, sempre que estes forem autónomos em relação ao objecto do processo.

5 – O disposto no número 1 é correspondentemente aplicável sempre que o juiz alterar a qualificação jurídica dos factos descritos na acusação ou no requerimento para a abertura da instrução.

ARTIGO OITAVO – CONTINUIDADE DO DEBATE.

1 – Ao debate instrutório é correspondentemente aplicável o disposto nos números 1 e 2 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro sétimo.

2 – O juiz interrompe o debate, sempre que no seu decurso se aperceber de que é indispensável a prática de novos actos de instrução que não possam ser realizados no próprio debate.

ARTIGO NONO – ACTA.

1 – Do debate instrutório é lavrada acta, a qual, sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 8º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo, é redigida por súmula em tudo o que se referir a declarações orais nos termos do número 2 do artigo 9º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo.

2 – A acta é assinada pelo juiz e pelo funcionário de justiça que a lavrar.

CAPÍTULO QUARTO – ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZOS DE DURAÇÃO MÁXIMA DA INSTRUÇÃO.

1 – O juiz encerra a instrução nos prazos máximos de três meses se houver arguidos presos e de seis meses se os não houver.

2 – Os prazos referidos no número anterior são elevados para o dobro, em casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada ou quando se proceder por crime punível com pena de prisão de máximo superior a 7 anos.

3 – Os prazos referidos no número 1 são elevados para o triplo, quando o procedimento respeitar a um dos crimes referidos no número anterior e se revelar de excepcional complexidade, derivado nomeadamente do número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime.

4 – Para efeito do disposto nos números anteriores, o prazo conta-se a partir da data de recebimento do requerimento para abertura da instrução.

ARTIGO SEGUNDO – DECISÃO INSTRUTÓRIA.

1 – Encerrado o debate instrutório, o juiz profere despacho de pronúncia ou de não pronúncia, que é logo ditado para a acta, considerando-se notificado aos presentes, podendo fundamentar por remissão para as razões de facto e de direito enunciado na acusação ou no requerimento de abertura da instrução

2 – Sempre que a complexidade da causa em instrução o aconselhar, o juiz no acto de encerramento do debate instrutório ordena que os autos lhe sejam feitos conclusos a fim de proferir, no prazo máximo de 15 dias, o despacho de pronúncia ou de não pronúncia. Pelo que neste caso, o juiz comunica de imediato aos presentes a data em que o despacho será lido, sendo correspondentemente aplicável o disposto na segunda parte do número anterior.

3 – A circunstância de ter sido requerida apenas por um dos arguidos não prejudica o dever de o juiz retirar da instrução as consequências legalmente impostas a todos os arguidos.

4 – À notificação do lesado que tiver manifestado o propósito de deduzir o pedido de indemnização civil, quando não for assistente, bem como no caso previsto no número anterior, à notificação de pessoas não presentes é correspondentemente aplicável o disposto no número 3 e 4 do artigo 2º, do capítulo terceiro, do título anterior.

ARTIGO TERCEIRO – DESPACHO DE PRONÚNCIA OU DE NÃO PRONÚNCIA.

1 – Se até ao encerramento da instrução, tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação ao

arguido de uma pena ou de uma medida de segurança, o juiz por despacho pronuncia o arguido pelos factos respectivos, pelo que em caso contrário, profere despacho de não pronúncia.

2 – É correspondentemente aplicável ao despacho referido no número anterior o disposto nos números 2, 3 e 4 do artigo 5º, do capítulo terceiro, do título anterior, sem prejuízo do disposto na segunda parte do número 1 do artigo anterior.

3 – No despacho referido no número 1 o juiz começa por decidir das nulidades e outras questões prévias ou incidentais que possa identificar.

ARTIGO QUARTO – NULIDADE DA DECISÃO INSTRUTÓRIA.

1 – A decisão instrutória é nula na parte em que pronunciar o arguido por factos que constituam alteração substancial dos descritos na acusação do ministério público ou do assistente, ou no requerimento para abertura da instrução.

2 – A nulidade é arguida no prazo de sete dias contados da data da notificação da decisão.

ARTIGO QUINTO – RECURSOS.

1 – A decisão instrutória que pronunciar o arguido pelos factos constantes da acusação do ministério público, formulada nos termos do artigo 5º ou do número 4 do artigo 7º, do capítulo terceiro, do título anterior, é irrecurável, mesmo na parte em que apreciar nulidades e outras questões prévias ou incidentais e determina a remessa imediata dos autos ao tribunal competente para o julgamento.

2 – O disposto no número anterior não prejudica a competência do tribunal de julgamento para excluir provas proibidas.

3 – É recorrível o despacho que indeferir a arguição da nulidade cominada no artigo anterior.

LIVRO SÉTIMO – JULGAMENTO.

TÍTULO PRIMEIRO – ACTOS PRELIMINARES.

CAPÍTULO ÚNICO – ACTOS PRELIMINARES.

ARTIGO PRIMEIRO – SANEAMENTO DO PROCESSO.

1 – Recebidos os autos no tribunal, o presidente ou o seu representante legal pronuncia-se sobre as nulidades e outras questões prévias ou incidentais que obstem à apreciação do mérito da causa, que possa desde logo identificar.

2 – Sempre que o processo tiver sido remetido para julgamento sem ter havido instrução, o presidente ou o seu representante legal despacha no sentido:

a) De rejeitar a acusação, sempre que a considerar manifestamente infundada;

b) De não aceitar a acusação do assistente ou do ministério público na parte em que a mesma representar uma alteração substancial dos factos, nos termos do número 1 do artigo 6º e do número 4 do artigo 7º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro sexto, respectivamente.

3 – Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, a acusação considera-se manifestamente infundada:

a) Quando não contenha a identificação do arguido;

b) Quando não contenha a narração dos factos;

- c) Se não indicar as disposições legais aplicáveis ou as provas que a fundamentam; ou
- d) Se os factos não constituírem crime.

ARTIGO SEGUNDO – DATA DA AUDIÊNCIA.

1 – Resolvidas as questões referidas no artigo anterior, o presidente escutado o conselho de magistrados despacha designando o dia, a hora e o local para a audiência, tendo presente a celeridade do decurso dos actos em julgado e o apuramento da verdade processual.

2 – No despacho a que se refere o número anterior, é igualmente designada data para a realização da audiência em caso de adiamento nos termos do número 1 do artigo 5º, do capítulo segundo, do título seguinte, ou para a audição do arguido a requerimento do seu advogado ou defensor nomeado ao abrigo do número 3 do artigo 5º, do capítulo segundo, do título seguinte.

3 – Sempre que o arguido se encontrar em prisão preventiva, a data de audiência é fixada com precedência sobre qualquer outro julgamento.

4 – O tribunal deve marcar a data da audiência de modo a evitar a sobreposição com outros actos judiciais a que os advogados ou defensores tenham a obrigação de comparecer, aplicando-se o disposto no artigo 155º do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

ARTIGO TERCEIRO – DESPACHO QUE DESIGNA DIA PARA A AUDIÊNCIA.

1 – O despacho que designa dia para a audiência contém, sob pena de nulidade:

- a) A indicação dos factos e disposições legais aplicáveis, o que pode ser feito por remissão para a acusação ou para a pronúncia, se a houver;
- b) A indicação do lugar, do dia e da hora de comparência;
- c) A nomeação do defensor do arguido, sempre que ainda não constituído no processo; e
- d) A data e a assinatura do presidente ou do seu representante legal.

2 – O despacho acompanhado de cópia da acusação ou de pronúncia é notificado ao ministério público, bem como ao arguido e seu defensor, ao assistente, às partes civis e aos seus representantes, com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência da data fixada para a realização da audiência.

3 – A notificação ao abrigo do número anterior processa-se nos termos do artigo 3º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo, de acordo com a urgência que a comunicação exigir.

4 – Não há recurso do despacho que designa dia para a audiência.

ARTIGO QUARTO – COMUNICAÇÃO AOS DEMAIS JUÍZES.

1 – O despacho que designa dia para a audiência é imediatamente comunicado, por cópia, aos juízes que fazem parte do tribunal.

2 – Conjuntamente ou logo que possível são-lhes remetidos cópias da acusação ou arquivamento, da acusação do assistente, da decisão instrutória, da contestação do arguido, dos articulados das partes civis e de qualquer despacho relativo a medidas de coacção ou de garantia patrimonial.

ARTIGO QUINTO – CONTESTAÇÃO E ROL DE TESTEMUNHAS.

1 – O arguido tem o prazo que lhe for dado pela notificação do despacho que designa o dia para a audiência, nunca superior a 7 dias, para querendo apresentar

contestação, acompanhado do rol de testemunhas. É aplicável o disposto no número 13 do artigo 3º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo,

2 – A contestação não está sujeita a formalidades especiais.

3 – Juntamente com o rol de testemunhas, o arguido indica os peritos e consultores técnicos que devem ser notificados para a audiência.

4 – Ao rol de testemunhas é aplicável o disposto na alínea d) do número 3 e no número 6 do artigo 5º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro sexto.

ARTIGO SEXTO – ADICIONAMENTO OU ALTERAÇÃO DO ROL DE TESTEMUNHAS.

1 – O ministério público, o assistente, o arguido ou as partes civis podem por uma só vez alterar o rol de testemunhas, sempre que se prontifiquem a apresentá-las na audiência, bem como podem inclusivamente requerer a inquirição para além do limite legal, nos casos previstos no número 6 do artigo 5º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro sexto.

2 – O disposto no número anterior é correspondentemente aplicável à indicação de peritos e consultores técnicos.

ARTIGO SÉTIMO – NOTIFICAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE TESTEMUNHAS, PERITOS E CONSULTORES TÉCNICOS.

1 – As testemunhas, os peritos e consultores técnicos indicados para a audiência, são notificados para comparecer, excepto os peritos dos estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais apropriados, os quais são escutados por teleconferência a partir do seu local de trabalho, sempre que tal seja tecnicamente possível, sendo tão só necessária a notificação do dia e da hora a que se procederá a sua audição.

2 – Sempre que as pessoas referidas no número anterior forem convocadas em razão do exercício das suas funções profissionais, o juiz arbitra, sem dependência de requerimento, uma quantia correspondente à dos montantes das ajudas de custo e dos subsídios de viagem e de marcha que no caso forem devidos, que reverte como receita própria para a entidade onde aquelas prestam serviço.

3 – Para os efeitos do disposto no número anterior, as entidades em causa devem remeter ao tribunal informações necessárias ao processo, até sete dias após a realização da audiência.

4 – Sempre que não houver lugar à aplicação do disposto no número 2, o juiz pode arbitrar uma quantia, a requerimento dos convocados que se apresentarem à audiência, calculada em função das tabelas aprovadas pelo **ÁREA PRESIDENCIAL JURÍDICA**, a título de compensação das despesas realizadas.

5 – Não há recurso da decisão sobre o arbitramento das quantias referidas nos números anteriores e sobre o seu montante.

6 – As quantias arbitradas valem como custas do processo.

7 – A secretaria, oficiosamente ou sob a direcção do presidente ou do seu representante legal procede a todas as diligências necessárias à localização e notificação das pessoas referidas no número 1, podendo sempre que for indispensável, solicitar a colaboração de outras entidades.

ARTIGO OITAVO – RESIDENTES FORA DA COMARCA.

1 – Excepcionalmente, a tomada de declarações ao assistente, às partes civis, às testemunhas, a peritos ou a consultores técnicos, pode oficiosamente ou a requerimento não ser prestada presencialmente, podendo ser solicitada pelo presidente ao juiz de outra

comarca, por meio adequado de comunicação, nos termos do artigo 1º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo, se:

- a) Aquelas pessoas residirem fora da comarca;
- b) Não houver razões para crer que a sua presença na audiência é essencial à descoberta da verdade; e
- c) Forem previsíveis graves dificuldades ou inconvenientes, funcionais ou pessoais, na sua deslocação.

2 – A solicitação é de imediato comunicada ao ministério público, bem como aos representantes do arguido, do assistente e das partes civis.

3 – Quem tiver requerido a tomada de declarações informa no mesmo acto, quais os factos ou as circunstâncias sobre que aquelas devem versar.

4 – A tomada de declarações processa-se com observância das formalidades estabelecidas para a audiência.

5 – A tomada de declarações realiza-se em simultâneo com a audiência de julgamento, com recurso a meios de telecomunicações em tempo real.

6 – No caso previsto no número anterior observam-se as disposições aplicáveis à tomada de declarações em audiência de julgamento. Compete porém ao juiz da comarca a quem a diligência foi solicitada, praticar os actos referidos na primeira parte da alínea b) e nas alíneas d) e e) do artigo 1º, do capítulo primeiro e no número 3 do artigo 9º, do capítulo terceiro, do título seguinte.

7 – Fora dos casos previstos no número 5, o conteúdo das declarações é reduzido a auto, sendo aquelas reproduzidas integralmente ou por súmula conforme o juiz determinar, tendo em atenção os meios disponíveis de registo e transcrição nos termos do artigo 10º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo.

ARTIGO NONO – TOMADA DE DECLARAÇÕES NO DOMICÍLIO.

1 – Sempre que por fundadas razões o assistente, uma parte civil, uma testemunha, um perito ou consultor técnico se encontrarem impossibilitados de comparecer na audiência, pode o presidente ordenar, oficiosamente ou a requerimento, que lhe sejam tomadas declarações no lugar em que se encontrarem, em dia e hora que lhes comunicará.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 2, 3 e 7 do artigo anterior.

3 – A tomada de declarações processa-se com observância das formalidades estabelecidas para a audiência, salvo no que respeita à publicidade.

ARTIGO DÉCIMO – REALIZAÇÃO DE ACTOS URGENTES.

1 – O presidente, oficiosamente ou a requerimento, procede à realização dos actos urgentes ou cuja demora possa acarretar perigo para a aquisição ou a conservação da prova, ou para a descoberta da verdade, nomeadamente à tomada de declarações nos casos e às pessoas referidas nos artigos 5º, do capítulo segundo, do título segundo e do artigo 5º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro sexto.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 2, 3, 4 e 7 do artigo 8º, do presente capítulo.

TÍTULO SEGUNDO – AUDIÊNCIA.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PUBLICIDADE DA AUDIÊNCIA.

1 – A audiência de julgamento é pública, sob pena de nulidade insanável, salvo nos casos em que o presidente ou o seu representante legal decidir a exclusão ou a restrição da publicidade.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 3º, do capítulo único, do título primeiro, do livro segundo.

3 – A decisão de exclusão ou de restrição da publicidade é sempre que possível precedida de audição contraditória dos sujeitos processuais interessados.

ARTIGO SEGUNDO – DISCIPLINA DA AUDIÊNCIA E DIRECÇÃO DOS TRABALHOS.

1 – A disciplina da audiência e a direcção dos trabalhos competem ao presidente ou ao seu representante legal. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 1º, do capítulo único, do título primeiro, do livro segundo.

2 – As decisões relativas à disciplina da audiência e à direcção dos trabalhos são tomadas sem formalidades, podendo ser ditadas para a acta e precedidas de audição contraditória, sempre que o presidente ou o seu representante legal entender que desse modo não se coloca em causa a tempestividade e a eficácia das medidas a tomar.

ARTIGO TERCEIRO – PODERES DE DISCIPLINA E DE DIRECÇÃO.

1 – Compete ao presidente ou ao seu representante legal impor a disciplina e direcção dos trabalhos, sem prejuízo de outros poderes e deveres que por lei lhes forem consignados, nomeadamente:

- a) Proceder a interrogatórios, inquirições, exames e quaisquer outros actos de produção da prova, mesmo que com prejuízo da ordem legalmente fixada para os mesmos, sempre que o entender exigido à descoberta da verdade;
- b) Ordenar pelos meios adequados, a comparência de quaisquer pessoas e a reprodução de quaisquer declarações legalmente admissíveis, sempre que o entender exigido à descoberta da verdade.
- c) Ordenar a leitura de documentos, ou de autos de inquérito ou de instrução, nos casos em que aquela leitura seja legalmente admissível;
- d) Receber os juramentos e os compromissos;
- e) Tomar todas as medidas preventivas, disciplinares e coactivas, legalmente admissíveis, que se mostrarem adequadas e exigidas a fazer cessar os actos de perturbação da audiência e a garantir a segurança de todos os participantes processuais;
- f) Garantir o contraditório e impedir a formulação de perguntas legalmente inadmissíveis;
- g) Dirigir e moderar a discussão, proibindo em especial todos os expedientes manifestamente impertinentes ou dilatatórios.

ARTIGO QUARTO – DEVERES DE CONDUTA DAS PESSOAS QUE ASSISTEM À AUDIÊNCIA.

1 – As pessoas que assistem à audiência devem comportar-se de modo idóneo a não perturbar ou prejudicar a ordem e o normal e regular decurso dos trabalhos, a independência de critérios e a liberdade de acção dos participantes processuais, bem como a respeitar a dignidade do lugar e a integridade do tribunal.

2 – Compete em especial, às pessoas referidas no número anterior:

- a) Acatar as determinações relativas à disciplina da audiência;

b) Comportar-se com compostura, mantendo-se em silêncio, de cabeça descoberta e sentadas;

c) Não transportar objectos perturbadores ou perigosos, nomeadamente armas, salvo tratando-se dos agentes das entidades encarregadas da segurança do tribunal;

d) Não manifestar sentimentos ou opiniões, nomeadamente de aprovação ou reprovação, a propósito do decurso da audiência.

ARTIGO QUINTO – SITUAÇÃO E DEVERES DE CONDUTA DO ARGUIDO.

1 – O arguido ainda que se encontre detido ou preso, assiste à audiência livre na sua pessoa, salvo se forem necessárias medidas cautelares para prevenir o perigo de fuga ou actos de violência.

2 – O arguido detido ou preso é sempre que possível o último a entrar na sala de audiência e o primeiro a ser dela retirado.

3 – O arguido está obrigado aos mesmos deveres de conduta que nos termos do artigo anterior, impendem sobre as pessoas que assistem à audiência.

4 – Sempre que no decurso da audiência o arguido faltar ao respeito devido ao tribunal é no imediato advertido da sua conduta, pelo que persistindo no comportamento é mandado recolher a qualquer dependência do tribunal, sem prejuízo da faculdade de comparecer ao último interrogatório e à leitura da sentença e do dever de regressar à sala sempre que o tribunal reputar a sua presença exigida.

5 – O arguido afastado da sala de audiência nos termos do número anterior, considera-se presente e é representado pelo defensor.

6 – O afastamento do arguido vale apenas e só para a sessão durante a qual ele tiver sido ordenado.

7 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 3 do artigo 1º, do capítulo único, do título primeiro, do livro segundo.

ARTIGO SEXTO – CONDUTA DOS ADVOGADOS E DEFENSORES.

1 – Sempre que os advogados ou defensores, nas suas alegações ou requerimentos:

a) Se afastarem do respeito devido ao tribunal;

b) Procurarem, manifesta e abusivamente, protelar ou embaraçar o decurso normal e regular dos trabalhos;

c) Usarem de expressões injuriosas, insultuosas ou difamatórias ou desnecessariamente violentas, agressivas ou imorais; ou

d) Fizerem ou incitarem a que sejam feitos comentários ou explanações sobre assuntos alheios ao processo e que de modo algum sirvam para esclarecê-lo;

São advertidos com urbanidade pelo presidente do tribunal ou pelo seu representante legal, pelo que se persistirem depois de advertidos é-lhes retirada a palavra, sendo aplicável ao caso o disposto na lei do PROCESSO CIVIL.

ARTIGO SÉTIMO – CONTRADITORIEDADE.

1 – As questões incidentais sobrevindas no decurso da audiência são decididas pelo tribunal, escutados os sujeitos processuais que nelas forem interessados.

2 – Os meios de prova apresentados no decurso da audiência são submetidos ao princípio do contraditório, mesmo que tenham sido oficiosamente produzidos pelo tribunal.

ARTIGO OITAVO – CONTINUIDADE DA AUDIÊNCIA.

1 – A audiência é contínua, decorrendo sem interrupções ou adiamento até ao seu encerramento, não podendo em caso algum o seu decurso em cada dia ultrapassar o horário do turno jurídico que lhe deu início.

2 – São admissíveis na mesma audiência, as interrupções estritamente necessárias, em especial para alimentação e repouso dos participantes. Sempre que a audiência não puder ser concluída no mesmo dia em que se iniciou, é interrompida, para continuar no dia imediatamente posterior, no mesmo turno jurídico.

3 – O adiamento da audiência só é admissível, sem prejuízo dos demais casos previstos neste CÓDIGO, quando não sendo a simples interrupção bastante para remover o obstáculo:

a) Faltar ou ficar impossibilitada de participar pessoa que não possa ser de imediato substituída e cuja presença seja indispensável por força da lei ou de despacho do tribunal, excepto se estiverem presentes outras pessoas, caso em que se procederá à sua inquirição ou audição, mesmo que tal implique a alteração da ordem de produção de prova referida no artigo 2º, do capítulo terceiro, do presente título;

b) For absolutamente exigido proceder à produção de qualquer meio de prova superveniente e indisponível no momento em que a audiência estiver a decorrer;

c) Surgir qualquer questão prejudicial, prévia ou incidental, cuja resolução seja essencial para a plenitude da decisão da causa e que torne altamente inconveniente a continuação da audiência; ou

d) For necessário proceder à elaboração de relatório social ou de informação dos serviços de reinserção social, nos termos do número 1 do artigo 6º, do capítulo único, do título seguinte.

4 – Em caso de interrupção da audiência ou do seu adiamento, a audiência retoma a partir do último acto processual praticado na audiência interrompida ou adiada.

5 – A interrupção e o adiamento dependem sempre de despacho fundamentado do presidente ou do seu representante legal, que é notificado a todos os sujeitos processuais.

6 – Em caso algum o adiamento da audiência, independentemente do tempo que resistir, pode afectar a eficácia da produção de prova já realizada e constituída.

7 – O anúncio público em audiência do dia e da hora para a continuação ou recomeço daquela, vale como notificação das pessoas que devam considerar-se presentes.

CAPÍTULO SEGUNDO – ACTOS INTRODUTÓRIOS.

ARTIGO PRIMEIRO – CHAMADA E ABERTURA DA AUDIÊNCIA.

1 – Na hora a que deva realizar-se a audiência, o funcionário de justiça de viva voz e publicamente começa por identificar o processo e chama em seguida as pessoas que nele devam intervir.

2 – Sempre que faltar alguma das pessoas que devam intervir na audiência, o funcionário de justiça faz nova chamada, após o que comunica verbalmente ao presidente ou ao seu representante legal o rol dos presentes e dos faltosos.

3 – Seguidamente o tribunal entra na sala e o presidente ou o seu representante legal declara aberta a audiência.

ARTIGO SEGUNDO – FALTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO DEFENSOR E DO REPRESENTANTE DO ASSISTENTE OU DAS PARTES CIVIS.

1 – Sempre que no início da audiência não estiver presente o ministério público ou o defensor, o presidente procede, sob pena de nulidade insanável, à substituição do ministério público pelo substituto legal e do defensor por outro advogado, aos quais concede oficiosamente o tempo exigido a examinarem o processo e prepararem a intervenção.

2 – Em caso de falta do representante do assistente ou das partes civis a audiência prossegue, sendo o faltoso admitido a intervir logo que comparecer. Tratando-se de falta do representante do assistente em procedimento dependente de acusação particular, a audiência é adiada por uma só vez, pelo que a falta injustificada ou a segunda falta valem como desistência da acusação, salvo se houver oposição do arguido.

ARTIGO TERCEIRO – FALTA DO ASSISTENTE, DAS TESTEMUNHAS, PERITOS, CONSULTORES TÉCNICOS OU DAS PARTES CIVIS.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 6º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo, a falta do assistente, de testemunhas, peritos ou consultores técnicos, ou das partes civis, não dá lugar a adiamento da audiência. O assistente e as partes civis são nesse caso representados para todos os efeitos legais pelos respectivos advogados constituídos.

2 – Se o presidente ou o seu representante legal, oficiosamente ou a requerimento, decidir por despacho que a presença de alguma das pessoas mencionadas no número anterior é indispensável à plena decisão da causa e não for previsível a obtenção do seu comparecimento com a simples interrupção da audiência, são inquiridas as testemunhas e escutado o assistente, os peritos ou consultores técnicos, ou as partes civis presentes, mesmo que tal implique a alteração da ordem de produção de prova referida no artigo 2º, do capítulo seguinte.

3 – Por falta das pessoas mencionadas no número 1 não pode haver mais de um adiamento.

ARTIGO QUARTO – PRESENÇA DO ARGUIDO.

1 – É obrigatória a presença do arguido na audiência, sem prejuízo do disposto nos números 1 e 2 do artigo seguinte e nos números 1 e 2 do artigo 6º, do presente capítulo.

2 – O arguido que deva responder perante determinado tribunal, segundo as normas gerais da competência e estiver preso em comarca diferente pela prática de outro crime, é requisitado à entidade que o tiver à sua ordem.

3 – O tribunal oficiosamente requer ao órgão de soberania policial da área de circunscrição respectiva da entidade na qual o arguido está preso, para que proceda de acordo com as medidas cautelares exigidas à deslocação e comparência do arguido durante todo o período da audiência e após o seu termo ao regresso à entidade ao qual está à ordem.

4 – O arguido que tiver comparecido à audiência não pode afastar-se dela até ao ser termo. O presidente ou o seu representante legal toma as medidas necessárias e

adequadas a evitar o seu afastamento, incluindo nomeadamente a detenção durante as interrupções da audiência, sempre que parecer indispensável.

5 – Se não obstante o disposto no número anterior o arguido se afastar da sala de audiência, pode esta prosseguir até ao final se o arguido já tiver sido interrogado e o tribunal não considerar indispensável a sua presença, sendo para todos os efeitos representado pelo defensor.

6 – O disposto no número anterior vale correspondentemente para o caso em que o arguido, por dolo ou negligência, se tiver colocado numa situação de incapacidade para continuar a participar na audiência.

7 – Nos casos previstos nos números 5 e 6 deste artigo, bem como no número 4 do artigo 5º, do capítulo anterior, voltando o arguido à sala de audiência é sob pena de nulidade resumidamente instruído pelo presidente ou por o seu representante legal do que se tiver passado na sua ausência.

8 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 1 e 2 do artigo 6º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo e no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do livro sexto.

ARTIGO QUINTO – FALTA E JULGAMENTO NA AUSÊNCIA DO ARGUIDO NOTIFICADO PARA A AUDIÊNCIA.

1 – Sempre que o arguido regularmente notificado não estiver presente na hora designada para o início da audiência, o presidente ou o seu representante legal toma as medidas exigidas e legalmente admissíveis para obter a sua comparência e a audiência só é adiada, se o tribunal considerar que é indispensável para a descoberta da verdade material a sua presença desde o início da audiência.

2 – Sempre que o tribunal considerar que a audiência pode começar sem a presença do arguido ou se a falta do arguido tiver como causa os impedimentos enunciados nos números 2 a 4 do artigo 7º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo, a audiência não é adiada, sendo inquiridas e escutadas as pessoas presentes pela ordem referida nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo 2º, do capítulo seguinte, sem prejuízo da alteração que seja necessária efectuar no rol apresentado e as suas declarações documentadas, aplicando-se sempre que necessário o disposto no número 6 do artigo 7º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo.

3 – No caso referido no número anterior, o arguido mantém o direito de prestar declarações até ao encerramento da audiência e o advogado constituído ou o defensor nomeado se a falta ocorrer na primeira data marcada, pode requerer que este seja escutado na segunda data designada pelo juiz ao abrigo do número 2 do artigo 2º, do capítulo único, do título anterior.

4 – O disposto nos números anteriores não prejudica que a audiência tenha lugar na ausência do arguido com o seu consentimento, nos termos do número 2 do artigo seguinte.

5 – No caso previsto nos números 2 e 3, havendo lugar a audiência na ausência do arguido, a sentença é notificada ao arguido logo que seja detido ou se apresente voluntariamente. O prazo para interposição de recurso pelo arguido conta-se a partir da notificação da sentença.

6 – Na notificação prevista no número anterior o arguido é expressamente informado do direito a recorrer da sentença e do respectivo prazo.

7 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 1 e 2 do artigo 6º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo, no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do livro sexto e nos números 4 e 5 do artigo seguinte.

ARTIGO SEXTO – AUDIÊNCIA NA AUSÊNCIA DO ARGUIDO EM CASOS ESPECIAIS E DE NOTIFICAÇÃO EDITAL.

1 – Sempre que o arguido não puder ser notificado do despacho que designa dia para a audiência ou faltar a esta injustificadamente, o tribunal pode determinar que a audiência tenha lugar na ausência do arguido.

2 – Sempre que o arguido se encontrar praticamente impossibilitado de comparecer à audiência, nomeadamente por idade, doença grave ou residência no estrangeiro, pode requerer ou consentir que a audiência tenha lugar na sua ausência.

3 – Nos casos previstos nos números anteriores, se o tribunal vier a considerar indispensável a presença do arguido, ordena-a, interrompendo ou adiando a audiência, sempre que for exigido.

4 – Sempre que a audiência tiver lugar na ausência do arguido, este é representado para todos os efeitos possíveis pelo defensor.

5 – Em caso de conexão de processos, os arguidos presentes e ausentes são julgados conjuntamente, salvo se o tribunal decidir como mais conveniente a separação dos processos.

6 – Fora dos casos previstos nos números 1 e 2, a sentença é notificada ao arguido que foi julgado como ausente logo que seja detido ou se apresente voluntariamente. O prazo para interposição do recurso pelo arguido conta-se a partir da notificação da sentença.

7 – Na notificação prevista no número anterior o arguido é expressamente informado do direito a recorrer da sentença e do respectivo prazo.

8 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 1 e 2 do artigo 6º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo e no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do livro sexto.

ARTIGO SÉTIMO – DECLARAÇÃO DE CONTUMÁCIA.

1 – Fora dos casos previstos nos números 1 e 2 do artigo anterior, se depois de realizadas as diligências exigidas à notificação a que se refere o número 2 e 3 do artigo 3º, do capítulo único, do título anterior, não for possível notificar o arguido do despacho que designa o dia para audiência, ou executar a detenção ou a prisão preventiva referidas no número 2 do artigo 6º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo e no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do livro sexto, bem como nos casos de evasão, o arguido é notificado por editais para se apresentar em juízo, no prazo de 21 dias, sob pena de ser declarado contumaz.

2 – Os editais contêm as indicações tendentes à identificação do arguido, do crime que lhe é imputado e das disposições legais que o punem e a comunicação de que não se apresentando no prazo deliberado, será declarado contumaz.

3 – A declaração de contumácia é da competência do presidente ou do seu representante legal e implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou à detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 10º, do capítulo único, do título anterior.

4 – Em caso de conexão de processos, a declaração de contumácia implica a separação daqueles em que tiver sido proferida.

ARTIGO OITAVO – CADUCIDADE DA DECLARAÇÃO DE CONTUMÁCIA.

1 – A declaração de contumácia caduca no imediato momento em que o arguido se apresentar ou for detido, sem prejuízo do disposto no número 4 do artigo anterior.

2 – Logo que se apresente ou for detido, o arguido é sujeito a termo de identidade e residência, sem prejuízo de outras medidas de coacção, observando-se o disposto nos números 2, 4 e 5 do artigo 2º, do capítulo único, do título terceiro, do livro primeiro.

3 – Sempre que o processo tiver prosseguido quando os procedimentos de notificação se tenham revelado ineficazes, o arguido quando notificado da acusação, pode requerer abertura da instrução no prazo a que se refere o artigo 2º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro sexto, seguindo os demais termos previstos para o processo comum.

ARTIGO NONO – EFEITOS E NOTIFICAÇÃO DA CONTUMÁCIA.

1 – A declaração de contumácia implica para o arguido:

a) A passagem imediata de mandado de detenção internacional para efeitos do disposto no número 2 do artigo anterior ou para aplicação da medida de prisão preventiva sempre que legalmente exigida;

b) A proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos, bem como quaisquer serviços junto de autoridades públicas;

c) A anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração; e

d) O arresto na totalidade dos bens do arguido.

2 – A anulabilidade referida na alínea c) do número anterior é deduzida perante o tribunal competente pelo ministério público até à cessação da contumácia.

3 – Ao arresto referido na alínea d) do número 1 é correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 a 5 do artigo 2º, do capítulo único, do título terceiro, do livro quarto.

4 – O despacho que declarar a contumácia é anunciado, nos termos da parte final do número 9 do artigo 3º, do capítulo único, do título quarto, do livro segundo e notificado com indicação dos efeitos previstos no número 1, ao defensor e a parente ou a pessoa da confiança do arguido.

5 – O despacho que declarar a contumácia, com especificação dos respectivos efeitos e aquele que declarar a sua cessação são registados no registo de contumácia.

ARTIGO DÉCIMO – QUESTÕES PRÉVIAS OU INCIDENTAIS.

1 – O tribunal identifica e decide das nulidades e de quaisquer outras questões prévias ou incidentais susceptíveis de obstar à apreciação do mérito da causa acerca da qual não tenha ainda havido decisão e que possa desde logo apreciar.

2 – A discussão das questões referidas no número anterior deve conter-se nos limites de tempo estritamente necessários, não ultrapassando por norma uma hora. A decisão pode ser proferida oralmente, com transcrição na acta.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EXPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS.

1 – Realizados os actos introdutórios referidos nos artigos anteriores, o presidente ou o seu representante legal ordena a retirada da sala das pessoas que devam testemunhar, podendo proceder de igual modo relativamente a outras pessoas que devam ser escutadas e faz uma exposição sucinta sobre o objecto do processo.

2 – Em seguida o presidente ou o seu representante legal dá a palavra pela ordem indicada, ao ministério público, aos advogados do assistente, do lesado e do responsável civil e ao defensor, para que cada um deles indique se assim o desejar, sumariamente e no prazo de dez minutos, os factos que se propõe provar.

3 – O presidente ou o seu representante legal regula activamente as exposições referidas no número anterior, de modo e forma a evitar divagações, repetições ou interrupções, bem como a que as mesmas se transformem em alegações preliminares.

4 - Sem prejuízo do regime aplicável à alteração dos factos, a discussão da causa tem por objecto os factos alegados pela acusação e pela defesa e os que resultarem da prova produzida em audiência, bem como todas as soluções jurídicas pertinentes, independentemente da qualificação jurídica dos factos resultante da acusação ou da pronúncia, tendo presente as finalidades a que se referem os artigos 4º e 5º, do capítulo único, do título seguinte.

CAPÍTULO TERCEIRO – PRODUÇÃO DA PROVA.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

1 – O tribunal ordena, oficiosamente ou a requerimento, a produção de todos os meios de prova cujo conhecimento se afigure exigido à descoberta da verdade e à plena decisão da causa.

2 – Sempre que o tribunal considerar exigida a produção de meios de prova não constantes da acusação, da pronúncia ou da contestação, dá da decisão conhecimento com antecedência possível aos sujeitos processuais e falo constar da acta.

3 – Sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do presente título, os requerimentos de prova são indeferidos por despacho quando a prova ou o respectivo meio legal forem legalmente inadmissíveis.

4 – Os requerimentos de prova são ainda indeferidos se for perceptível que:

- a) As provas requeridas são irrelevantes ou supérfluas;
- b) O meio de prova não é exequível com ao âmbito da realidade da prova a constituir, nomeadamente é inadequado, de obtenção impossível ou muito duvidosa; ou
- c) O requerimento tem finalidade meramente dilatória.

ARTIGO SEGUNDO – ORDEM DE PRODUÇÃO DA PROVA.

1 – A produção de prova deve respeitar a ordem seguinte:

- a) Declarações do arguido;
- b) Apresentação dos meios de prova indicados pelo ministério público, pelo assistente e pelo lesado,
- c) Apresentação dos meios de prova indicados pelo arguido e pelo responsável civil.

ARTIGO TERCEIRO – IDENTIFICAÇÃO DO ARGUIDO.

1 – O presidente ou o seu representante legal começa por perguntar ao arguido pelo seu nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, profissão ou ano escolar, local de trabalho ou estabelecimento de ensino e residência, sobre a existência de processos pendentes e pede-lhe a exibição de documento oficial bastante da identificação.

2 – O presidente ou o seu representante legal adverte o arguido que a falta de resposta às perguntas feitas ou a falsidade da mesma o faz incorrer em responsabilidade penal.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÕES DO ARGUIDO.

1 – O presidente ou o seu representante legal informa o arguido de que tem o direito a prestar declarações em qualquer momento da audiência, desde que as mesmas

se refiram ao objecto do processo, pelo que a não correspondência por parte do arguido às declarações a prestar ou o seu silêncio em acto de julgamento o faz incorrer na responsabilidade criminal dos actos em julgado cujo arguido se recusar a comentar.

2 – Sempre que o arguido preste declarações, o tribunal escuta-o em tudo quanto disser respeito aos limites do objecto do processo, sem manifestar qualquer opinião ou tecer quaisquer comentários donde possa inferir-se um juízo sobre a culpabilidade.

3 – Sempre que no decurso das declarações o arguido se afastar do objecto do processo, reportando-se a matéria irrelevante para a plena decisão da causa, o presidente ou o seu representante legal adverte-o, pelo que se persistir retira-lhe a palavra.

4 – Respondendo vários co-arguidos, o presidente ou o seu representante legal determina se devem ser escutados na presença uns dos outros. Em caso de audição separada, o presidente ou o seu representante legal uma vez escutado todos os arguidos e regressados à audiência, dá-lhes resumidamente conhecimento, sob pena de nulidade, do que se tiver passado na sua ausência.

5 – Ao ministério público, ao defensor e aos representantes do assistente e das partes civis não são permitidas interferências nas declarações do arguido, nomeadamente sugestões quanto ao modo de declarar. Ressalva-se todavia relativamente ao defensor, o disposto na segunda parte do número 1 do artigo 6º, do presente capítulo.

ARTIGO QUINTO – CONFISSÃO.

1 – No caso de o arguido declarar que pretende confessar os factos que lhe são imputados, o presidente ou o seu representante legal, sob pena de nulidade, pergunta-lhe se o faz de livre e espontânea vontade e fora de qualquer coacção, bem como se se propõe fazer uma confissão integral e sem reservas.

2 – A confissão integral e sem reservas implica:

- a) Renúncia à produção da prova relativa aos factos imputados e consequente consideração deste como provados; e
- b) Passagem de imediato às alegações orais e se o arguido não dever ser absolvido por outros motivos, à determinação da sanção aplicável;
- c) Redução da taxa de justiça em metade.

3 – Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos em que:

- a) Houver co-arguidos e não se verificar a confissão integral, sem reservas e coerente de todos eles;
- b) O tribunal por sua convicção suspeitar do carácter livre da confissão, nomeadamente por dúvidas sobre a imputabilidade plena do arguido ou da veracidade dos factos confessados; ou
- c) O crime for punível com pena de prisão superior a 7 anos.

4 – Verificando-se a confissão integral e sem reservas nos casos do número anterior, ou a confissão parcial ou com reservas, o tribunal decide em sua livre convicção, se deve ter lugar e em que medida a produção de prova, quanto aos factos confessados.

ARTIGO SEXTO – PERGUNTAS SOBRE OS FACTOS.

1 – Sempre que o arguido se dispuser a prestar declarações, cada um dos juízes e dos jurados pode fazer-lhe perguntas sobre os factos que lhe sejam imputados e solicitar-lhe esclarecimentos sobre as declarações prestadas. O arguido pode espontaneamente ou a recomendação do defensor, recusar a resposta a alguma ou a todas as perguntas, sendo advertido pelo tribunal que a não correspondência de

declarações às questões colocadas ou o seu silêncio na audiência o faz incorrer na responsabilidade criminal dos actos em julgado que se recusar a comentar.

2 – O ministério público, o advogado do assistente e o defensor podem solicitar ao presidente que formule ao arguido perguntas, nos termos do número anterior.

3 – Podem ser mostrados ao arguido quaisquer pessoas, documentos ou objectos relacionados com o tema da prova, bem como peças anteriores do processo, sem prejuízo do disposto nos artigos 17º e 18º, do presente capítulo.

4 – São validas como meio de prova as declarações de um co-arguido em prejuízo de outro co-arguido, quando o declarante se recusar a responder às perguntas formuladas nos termos dos números 1 e 2, salvo quando o tribunal por sua convicção, suspeitar do carácter livre da confissão, nomeadamente por dúvidas sobre a imputabilidade plena do declarante ou da veracidade dos factos confessados; ou

ARTIGO SÉTIMO – DECLARAÇÕES DO ASSISTENTE.

1 – Podem ser tomadas declarações ao assistente, mediante perguntas formuladas por qualquer dos juízes e dos jurados, ou pelo presidente ou pelo seu representante legal, a solicitação do ministério público, do defensor ou dos advogados do assistente ou das partes civis.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 e 4 do artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro terceiro.

3 – Podem ser mostrados ao assistente quaisquer pessoas, documentos ou objectos relacionados com o tema da prova, bem como peças anteriores do processo, sem prejuízo do disposto nos artigos 17º e 18º, do presente capítulo.

ARTIGO OITAVO – DECLARAÇÕES DAS PARTES CIVIS.

1 – Ao responsável civil e ao lesado podem ser tomadas declarações, mediante perguntas formuladas por qualquer dos juízes ou dos jurados, ou pelo presidente ou pelo seu representante legal, a solicitação do ministério público, do defensor, ou dos advogados do assistente ou das partes civis

2 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 e 4 do artigo 6º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro terceiro.

3 – Podem ser mostrados ao responsável civil ou ao lesado quaisquer pessoas, documentos ou objectos relacionados com o tema da prova, bem como peças anteriores do processo, sem prejuízo do disposto nos artigos 17º e 18º, do presente capítulo.

ARTIGO NONO – INQUIRÇÃO DAS TESTEMUNHAS.

1 – À produção de prova testemunhal na audiência são correspondentemente aplicáveis as disposições gerais sobre aquele meio de prova, em tudo o que não for contrariado pelo disposto neste capítulo.

2 – As testemunhas são inquiridas, uma após outra, pela ordem por que foram indicadas, salvo se o presidente ou o seu representante legal por consciência das declarações prestadas no decurso da audiência pelo arguido, pelo assistente e pelas partes civis, dispuser de outra maneira.

3 – O presidente ou o seu representante legal pergunta à testemunha pela sua identificação, pelas suas relações pessoais, familiares e profissionais com os participantes e pelo seu interesse na causa, de tudo se fazendo menção na acta.

4 – Seguidamente a testemunha é inquirida por quem a indicou, sendo depois sujeita a contra-interrogatório. Sempre que neste forem suscitadas questões não referidas no interrogatório directo, quem tiver indicado a testemunha pode reinquiri-la

sobre aquelas questões, podendo seguir-se novo contra-interrogatório com o mesmo âmbito.

5 – Os juízes e os jurados podem a qualquer momento formular à testemunha as perguntas que entenderem exigidas para esclarecimento do depoimento prestado e para a plena decisão da causa.

6 – Mediante autorização do presidente ou do seu representante legal, podem as testemunhas indicadas por um co-arguido ser inquiridas pelo defensor de outro co-arguido.

7 – Podem ser mostrados às testemunhas quaisquer pessoas, documentos ou objectos relacionados com o tema da prova, bem como peças anteriores do processo, sem prejuízo do disposto nos artigos 17º e 18º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO – TESTEMUNHAS MENORES DE 16 ANOS.

1 – A inquirição de testemunhas menores de 16 anos é da competência exclusiva do presidente ou do seu representante legal. Finda a mesma, os demais juízes, os jurados, o ministério público, o defensor e os advogados do assistente e das partes civis, podem pedir ao presidente que formule à testemunha perguntas adicionais.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DECLARAÇÕES DE PERITOS E CONSULTORES TÉCNICOS.

1 – As declarações de peritos e consultores técnicos são tomadas pelo presidente ou pelo seu representante legal, a quem os demais juízes, os jurados, o ministério público, o defensor e os advogados do assistente e das partes civis podem sugerir quaisquer pedidos de esclarecimentos ou perguntas úteis para a plena decisão da causa.

2 – Durante a prestação de declarações os peritos e os consultores técnicos, podem com autorização do presidente ou do seu representante legal consultar notas, documentos ou elementos bibliográficos, bem como servir-se de instrumentos técnicos de que careçam.

3 – Podem ser mostrados aos peritos e consultores técnicos quaisquer pessoas, documentos ou objectos relacionados com o tema da prova, bem como peças anteriores do processo, sem prejuízo do disposto nos artigos 17º e 18º, do presente capítulo.

4 – Os peritos dos estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais são escutados por teleconferência a partir do seu local de trabalho, sempre que tal seja tecnicamente possível, sendo tão só necessária a notificação do dia e da hora a que se procederá à sua audição.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PERÍCIA SOBRE O ESTADO PSÍQUICO DO ARGUIDO.

1 – Sempre que na audiência se suscitar fundadamente a questão da inimputabilidade do arguido, o presidente ou o seu representante legal, oficiosamente ou a requerimento, ordena a comparência de um perito para se pronunciar sobre o estado psíquico daquele.

2 – O tribunal pode também ordenar a comparência do perito quando na audiência se suscitar fundadamente a questão da imputabilidade diminuída do arguido.

3 – Em casos justificados, pode o tribunal requisitar a perícia a estabelecimento especializado.

4 – Sempre que o perito não tiver ainda examinado o arguido ou a perícia for requisitada a estabelecimento especializado, o tribunal para o efeito interrompe a audiência ou se for indispensável, adia-a.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – AFASTAMENTO DO ARGUIDO DURANTE A PRESTAÇÃO DE DECLARAÇÕES.

1 – O tribunal ordena o afastamento do arguido da sala de audiência, durante a prestação de declarações, sempre que:

- a) Houver fundadas razões para crer que a presença do arguido inibiria o declarante a dizer a verdade;
- b) O declarante for menor de 16 anos e houver fundadas razões para crer que a sua audição na presença do arguido poderia prejudica-lo gravemente; ou
- c) Dever ser escutado um perito e houver razões para crer que a sua audição na presença do arguido poderia prejudicar gravemente a integridade física ou psíquica deste.

2 – Salvo na hipótese referida na alínea c) do número anterior, é correspondentemente aplicável o disposto no número 7 do artigo 4º, do capítulo anterior.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DISPENSA DE TESTEMUNHAS E OUTROS DECLARANTES.

1 – As testemunhas, os peritos, o assistente e as partes civis só podem abandonar o local da audiência por ordem ou com autorização do presidente ou do seu representante legal.

2 – A autorização é denegada sempre que houver fundadas razões para crer que a presença pode ser útil à descoberta da verdade.

3 – O ministério público, o defensor e os advogados do assistente e das partes civis são escutados sobre a ordem ou a autorização.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – EXAME NO LOCAL.

1 – O tribunal pode sempre que o considerar exigido à plena decisão da causa, deslocar-se ao local onde tiver ocorrido qualquer facto cuja prova se mostre essencial e convocar para o efeito os participantes processuais cuja presença entender conveniente.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PROIBIÇÃO DE VALORAÇÃO DE PROVAS.

1 – Não são consideradas válidas em julgamento, nomeadamente para o efeito de formação da convicção do tribunal, quaisquer provas que não tiverem sido produzidas ou examinadas em audiência.

2 – Ressalvam-se do disposto no número anterior, as provas contidas em actos processuais cuja leitura, visualização ou audição em audiência sejam permitidas nos termos dos artigos seguintes.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LEITURA PERMITIDA DE AUTOS E DECLARAÇÕES.

1 – Só é permitida a leitura em audiência de autos:

- a) Relativos a actos processuais levados a efeito nos termos dos artigos 8º, 9º e 10º, do capítulo único, do título anterior; ou
- b) De instrução ou de inquérito, sempre que o arguido, o assistente, as partes civis ou as testemunhas se recusarem a depor em audiência.

2 – Fora do caso previsto na alínea b) do número anterior, a leitura de declarações do assistente, das partes civis e de testemunhas só é permitida tendo sido prestadas perante o juiz nos casos seguintes:

a) Se as declarações tiverem sido tomadas nos termos dos artigos 5º, do capítulo segundo, do título segundo e 5º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro sexto;

b) Se o ministério público, o arguido e o assistente estiverem de acordo na sua leitura;

c) Tratando-se de declarações obtidas mediante rogatórias ou precatórias legalmente permitidas.

3 – É igualmente permitida a leitura de declarações anteriormente prestadas perante o juiz:

a) Na parte necessária ao avivamento da memória de quem declarar na audiência que já não recorda certos factos, ou

b) Quando houver entre elas e as feitas em audiência, contradições ou discrepâncias.

4 – É permitida a leitura de declarações prestadas perante o juiz ou o ministério público se os declarantes não tiverem comparecido por falecimento ou anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade duradoira.

5 – Verificando-se o disposto na alínea b) do número 2, a leitura pode ter lugar mesmo que se trate de declarações prestadas perante o ministério público ou órgãos de polícia criminal.

6 – Os órgãos de polícia criminal que tiverem recebido declarações cuja leitura não for permitida, bem como quaisquer pessoas que a qualquer título tiverem participado na sua recolha, não podem ser inquiridos como testemunhas sobre o conteúdo daquelas.

7 – A visualização ou a audição de gravações de actos processuais só é permitida quando o for a leitura do respectivo auto nos termos dos números anteriores.

8 – A permissão de uma leitura, visualização ou audição e a sua justificação legal ficam a constar da acta, sob pena de nulidade.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – LEITURA PERMITIDA DE DECLARAÇÕES DO ARGUIDO.

1 – A leitura de declarações anteriormente proferidas pelo arguido, fora do caso referido na alínea b) do número 1, do artigo anterior, só é permitida:

a) A sua própria solicitação, independentemente da entidade perante a qual tiverem sido prestadas; ou

b) Quando tendo sido feitas perante o juiz, houver contradições ou discrepâncias entre elas e as prestadas em audiência.

2 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 6 a 8 do artigo anterior.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ALTERAÇÃO NÃO SUBSTANCIAL DOS FACTOS DESCRITOS NA ACUSAÇÃO OU NA PRONÚNCIA.

1 – Sempre que no decurso da audiência se verificar uma alteração não substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia se a houver, com relevo para a decisão da causa, o presidente ou o seu representante legal, oficiosamente ou a requerimento, comunica a alteração ao arguido e concede-lhe se o requerer, o tempo estritamente necessário para a preparação da defesa.

2 – Ressalva-se do disposto no número anterior o caso de a alteração ter derivado de factos alegados pela defesa.

3 – O disposto no número 1 é correspondentemente aplicável quando o tribunal alterar a qualificação jurídica dos factos descritos na acusação ou na pronúncia.

ARTIGO VIGÉSIMO – ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DOS FACTOS DESCRITOS NA ACUSAÇÃO OU NA PRONÚNCIA.

1 – Uma alteração substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia, não pode ser tomada em conta pelo tribunal para o efeito de condenação no processo em curso, nem implica a extinção da instância.

2 – A comunicação da alteração substancial dos factos ao ministério público vale como denúncia para que ele proceda pelos novos factos, se estes forem autonomizáveis em relação ao objecto do processo.

3 – Ressalvam-se do disposto nos números anteriores os casos em que o ministério público, o arguido e o assistente estiverem de acordo com a continuação do julgamento pelos novos factos, sempre que estes não determinarem a incompetência do tribunal.

4 – Nos casos referidos no número anterior, o presidente ou o seu representante legal concede ao arguido a seu requerimento, prazo para a preparação da defesa não superior a 7 dias, com o consequente adiamento da audiência sempre que exigido.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ALEGAÇÕES ORAIS.

1 – Finda a produção da prova, o presidente ou o seu representante legal concede a palavra, sucessivamente ao ministério público, aos advogados do assistente e das partes civis e ao defensor, para alegações orais nas quais exponham as conclusões, de facto e de direito, que hajam extraído da prova produzida.

2 – É admissível réplica a exercer uma só vez, pelo que sendo o defensor a solicitar a palavra, é o último a ser escutado, sob pena de nulidade. A réplica deve conter-se dentro dos limites estritamente necessários para a refutação dos argumentos contrários que não tenham sido anteriormente discutidos.

3 – As alegações orais não podem exceder uma hora para cada um dos intervenientes e as réplicas vinte minutos, podendo o presidente ou o seu representante legal porém permitir que continue no uso da palavra aquele que esgotado o máximo de tempo legalmente consentido, assim fundadamente o requerer com base na complexidade da causa.

4 – Em casos excepcionais, o tribunal pode ordenar ou autorizar por despacho, a suspensão das alegações para produção de meios de prova supervenientes, sempre que tal se revelar indispensável para a plena decisão da causa. O despacho fixa o tempo concedido para aquele efeito.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ÚLTIMAS DECLARAÇÕES DO ARGUIDO E ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO.

1 – Findas as alegações, o presidente ou o seu representante legal pergunta ao arguido se tem algo mais a alegar em sua defesa, escutando-o em tudo o que declarar a bem dela.

2 – Em seguida o presidente ou o seu representante legal declara encerrada a discussão, sem prejuízo do disposto no artigo 7º, do capítulo único, do título seguinte e retira-se para deliberar.

CAPÍTULO QUARTO – DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTA.

1 – A acta da audiência contém:

a) O lugar, a data e a hora de abertura e de encerramento da audiência e das sessões que a compuseram;

b) O nome dos juízes, dos jurados, do procurador de justiça, do provedor de justiça e do representante do ministério público;

c) A identificação do arguido, do defensor, do assistente, das partes civis e dos respectivos advogados;

d) A identificação das testemunhas, dos peritos, dos consultores técnicos e dos intérpretes e a indicação de todas as provas produzidas ou examinadas em audiência;

e) A decisão de exclusão ou restrição da publicidade, nos termos do artigo 1º, do capítulo primeiro, do presente título;

f) Os requerimentos, decisões e quaisquer outras indicações que por força da lei dela devam constar;

g) A assinatura do presidente ou do seu representante legal e do funcionário da justiça que a lavrar.

2 – O presidente ou o seu representante legal ordena que a transcrição dos requerimentos e protestos verbais seja efectuada somente depois da sentença, sempre que os considerar dilatórios.

ARTIGO SEGUNDO – DOCUMENTAÇÃO DE DECLARAÇÕES ORAIS.

1 – As declarações prestadas oralmente na audiência são sempre documentadas na acta, sob pena de nulidade.

ARTIGO TERCEIRO – FORMA DA DOCUMENTAÇÃO.

1 – A documentação das declarações prestadas oralmente na audiência é efectuada por norma, através de gravação magneto fónica ou audiovisual, sem prejuízo da utilização de meios estenográficos ou estenotípicos, ou de outros meios técnicos idóneos a assegurar a reprodução integral das mesmas. É correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 e 3 do artigo 10º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo.

2 – Sempre que houver lugar a gravação magneto fónica ou audiovisual, é consignado na acta o início e o termo da gravação de cada declaração.

TÍTULO TERCEIRO – SENTENÇA.

CAPÍTULO ÚNICO – SENTENÇA.

ARTIGO PRIMEIRO – DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO.

1 – Salvo em caso de absoluta impossibilidade, declarada e devidamente fundamentada em despacho, a deliberação sucede-se ao encerramento da discussão.

2 – Na deliberação participam todos os juízes e jurados que constituem o tribunal, sob a direcção do presidente ou do seu representante legal.

3 – Cada juiz e cada jurado enunciam as razões da sua opinião, indicando sempre que possível os meios de provas que serviram para formar a sua convicção e votam sobre cada uma das questões, independentemente do sentido do voto que tenham expresso sobre outras. Não é admissível a abstenção.

4 – O presidente ou o seu representante legal recolhe os votos, começando pelos jurados por ordem crescente de idade, sucedendo-lhes os juízes por ordem crescente de exercício jurisdicional e vota em último lugar.

5 – As deliberações são tomadas por maioria simples de votos.

ARTIGO SEGUNDO – SECRETÁRIO.

1 – À deliberação e votação pode assistir o secretário ou o funcionário de justiça que o presidente ou o seu representante legal designar.

2 – O secretário presta ao tribunal todo o auxílio, cooperação e colaboração de que este necessitar durante o processo de deliberação e votação, nomeadamente tomando nota sempre que o presidente ou o seu representante legal o entender, das razões e dos meios de prova indicados por cada membro do tribunal e do resultado da votação de cada uma das questões a considerar.

3 – As notas tomadas pelo secretário, são destruídas pelo presidente ou pelo seu representante legal no imediato momento em que a sentença for elaborada.

ARTIGO TERCEIRO – SEGREDO DA DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO.

1 – Os participantes no acto de deliberação e votação referidos nos artigos anteriores não podem revelar nada do que durante a mesma se tiver passado e se relacionar com a causa, nem exprimir a sua opinião sobre a deliberação tomada, salvo o disposto no número 2 do artigo 9º, do presente capítulo.

2 – A violação do disposto no número anterior é punível com a sanção prevista no artigo 4º, do capítulo terceiro, do título quinto, da parte segunda do CÓDIGO PENAL, sem prejuízo da respectiva responsabilidade disciplinar a que possa dar lugar.

ARTIGO QUARTO – QUESTÃO DA CULPABILIDADE.

1 – O tribunal começa por decidir separadamente as questões prévias ou incidentais sobre as quais ainda não tiver recaído decisão.

2 – Em seguida, se a apreciação do mérito não tiver sido prejudicada, o presidente ou o seu representante legal enumera discriminada e especificamente e submete a deliberação e votação, os factos alegados pela acusação e pela defesa e os que resultarem da discussão da causa, relevantes para as questões de saber:

- a) Se se verificaram os elementos constitutivos do tipo de crime;
- b) Se o arguido praticou o crime ou nele participou, bem como se foi cúmplice ou conivente com o mesmo;
- c) Se o arguido actuou com culpa;
- d) Se se verificou alguma causa que exclua a ilicitude ou a culpa;
- e) Se se verificaram quaisquer outros pressupostos de que a lei faça depender a punibilidade do autor ou a aplicação a este de uma medida de segurança;
- f) Se se verificaram os pressupostos de que depende o arbitramento da indemnização civil.

3 – Seguidamente, o presidente ou o seu representante legal enumera discriminadamente e submete a deliberação e votação todas as questões de direito suscitadas pelos factos referidos no número anterior.

ARTIGO QUINTO – QUESTÃO DA DETERMINAÇÃO DA SANÇÃO.

1 – Sempre que das deliberações e votações realizadas nos termos do artigo anterior, resultar que ao arguido deve ser aplicada uma pena ou uma medida de segurança, o presidente ou o seu representante legal lê ou manda ler toda a

documentação existente nos autos relativa aos antecedentes criminais do arguido, à perícia sobre a sua personalidade e ao relatório social.

2 – Em seguida, o presidente ou o seu representante legal pergunta se o tribunal considera necessária produção de prova suplementar para determinação da espécie e da medida da sanção a aplicar. Se a resposta for negativa ou após a produção da prova suplementar nos termos do artigo 7º, do presente capítulo, o tribunal delibera e vota sobre a espécie e a medida da sanção a aplicar.

3 – Sempre que na deliberação e votação a que se refere a parte final do número anterior, se manifestarem mais de duas opiniões, os votos favoráveis à sanção de maior gravidade somam-se aos favoráveis à sanção de gravidade imediatamente inferior, até se obter maioria.

ARTIGO SEXTO – RELATÓRIO SOCIAL.

1 – O tribunal pode em qualquer altura do julgamento, logo que o considerar exigido à íntegra determinação da sanção que eventualmente possa vir a ser aplicada em função da prova para o efeito produzida em audiência, solicitar a elaboração de relatório social ou de informação dos serviços de reinserção social, ou a respectiva actualização quando os mesmos já constarem do processo.

2 – Independentemente de solicitação, os serviços de reinserção social remetem ao tribunal sempre que o acompanhamento do arguido o aconselhar, o relatório social ou a respectiva actualização.

3 – A leitura em audiência do relatório social ou da informação dos serviços de reinserção social só é permitida a requerimento, nos termos e para os efeitos previstos no artigo seguinte.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 16º, do capítulo terceiro, do título anterior.

ARTIGO SÉTIMO – REABERTURA DA AUDIÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA SANÇÃO.

1 – Sempre que se tornar exigida a produção de prova suplementar, nos termos do número 2 do artigo quinto, do presente capítulo, o tribunal regressa à sala de audiência e declara esta reaberta.

2 – Em seguida procede-se à produção da prova exigida, escutado sempre que possível o perito criminólogo, o técnico de reinserção social e quaisquer pessoas que possam depor com relevo sobre a personalidade e as condições de vida do arguido.

3 – Os interrogatórios são da exclusiva competência do presidente ou do seu representante legal, podendo findo eles os demais juízes, os jurados, o ministério público, o defensor e o advogado do assistente sugerir quaisquer pedidos de esclarecimento ou perguntas úteis à decisão.

4 – Finda a produção da prova suplementar, o ministério público, o advogado do assistente e o defensor podem alegar conclusivamente até um máximo de vinte minutos cada um.

5 – A produção de prova suplementar decorre com exclusão de publicidade, salvo se o presidente ou o seu representante legal por despacho fundamentado entender que da publicidade não pode resultar ofensa à dignidade do arguido.

ARTIGO OITAVO – ABERTURA DA AUDIÊNCIA PARA APLICAÇÃO RETROACTIVA DE LEI PENAL MAIS FAVORÁVEL.

1 – Se após o trânsito em julgado da condenação mas antes de ter cessado a execução da pena, entrar em vigor lei penal mais favorável, o tribunal oficiosamente declara reaberta a audiência para que seja aplicado ao condenado o novo regime.

ARTIGO NONO – ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA SENTENÇA.

1 – Concluída a deliberação e votação, o presidente ou o seu representante legal coadjuvado pelos demais juízes, elaboram a sentença de acordo com as posições que tiverem vencido.

2 – Em seguida, a sentença é assinada por todos os juízes e pelos jurados e sempre que algum dos juízes assinar vencido, declara com precisão os motivos do seu voto.

3 – Regressado o tribunal à sala de audiência, o relatório e o dispositivo da sentença com excepção do veredicto é lida publicamente pelo presidente ou pelo seu representante legal e a fundamentação e o veredicto do dispositivo da sentença é lida por um juiz nomeado entre os jurados. É obrigatória sob pena de nulidade, a leitura da fundamentação ou se esta for muito extensa de uma sua súmula e do dispositivo, podendo a leitura do relatório ser omissa.

4 – A leitura da sentença equivale à sua notificação aos sujeitos processuais que deverem considerar-se presentes na audiência.

5 – Logo após a leitura da sentença, o presidente ou o seu representante legal procede ao seu depósito na secretaria. O secretário apõe a data, subscreve a declaração de depósito e entrega cópia aos sujeitos processuais que o solicitem.

ARTIGO DÉCIMO – LEITURA DA SENTENÇA.

1 – Sempre que atenta a especial complexidade da causa, não for possível proceder imediatamente à elaboração da sentença, o presidente ou o seu representante legal fixa publicamente uma data dentro dos 21 dias seguintes para a leitura da sentença.

2 – Na data fixada procede-se publicamente à leitura da sentença e ao seu depósito na secretaria, nos termos do artigo anterior.

3 – O arguido que não estiver presente considera-se notificado da sentença depois de esta ter sido lida perante o defensor nomeado ou constituído.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REQUISITOS DA SENTENÇA.

1 – A sentença começa por um relatório, que contém:

- a) As indicações tendentes à identificação do arguido;
- b) As indicações tendentes à identificação do assistente e das partes civis;
- c) A indicação do crime ou dos crimes imputados ao arguido, segundo a acusação ou a pronúncia se a tiver havido;
- d) A indicação sumária das conclusões contidas na contestação, se tiver sido apresentada.

2 – Ao relatório segue-se a fundamentação, que consta da enumeração dos factos provados e não provados, bem como de uma exposição tanto quanto possível completa ainda que concisa dos motivos, de facto e de direito, que fundamentam a decisão, com indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal.

3 – A sentença termina pelo dispositivo que contém:

- a) As disposições legais aplicáveis;
- b) O veredicto do tribunal face à decisão condenatória ou absolutória;
- c) A indicação do destino a dar aos bens relacionados com o crime;

- d) As responsabilidades criminais a imputarem a todos os sujeitos processuais pelos incidentes ocorridos no decurso da audiência de julgamento;
- e) A ordem de remessa de boletins ao registo criminal;
- f) A data e as assinaturas dos membros do tribunal.

4 – A sentença observa o disposto neste CÓDIGO e no regulamento das custas processuais em matéria de custas.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SENTENÇA CONDENATÓRIA.

1 – A sentença condenatória especifica os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da sanção aplicada, indicando nomeadamente o início e o regime do seu cumprimento, outros deveres que ao condenado sejam impostos e a sua duração, bem como o plano individual de readaptação social.

2 – Após a leitura da sentença condenatória, o presidente ou o seu representante legal sempre que o julgar conveniente, dirige ao arguido breve alocução, exortando-o a corrigir-se.

3 – Sempre que exigido, o tribunal procede ao reexame da situação do arguido, sujeitando-o às medidas de coacção admissíveis e adequadas às exigências cautelares que o caso requerer.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA.

1 – A sentença absolutória declara a extinção de qualquer medida de coacção e ordena a imediata libertação do arguido preso preventivamente, salvo se este dever continuar preso por outro motivo ou sofrer medida de segurança de internamento.

2 – A sentença absolutória condena o assistente em custas, nos termos previstos neste CÓDIGO e no regulamento das custas processuais.

3 – Se o crime tiver sido cometido por inimputável, a sentença é absolutória, pelo que se nela for aplicada medida de segurança, vale como sentença condenatória para efeitos do disposto no número 1 do artigo anterior e de recurso do arguido.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DECISÃO SOBRE O PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO CIVIL.

1 – A sentença ainda que absolutória, condena o arguido em indemnização civil sempre que o pedido respectivo vier a revelar-se fundado, sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 12º, do capítulo único, do título quinto, do livro primeiro.

2 – Se o responsável civil tiver intervindo no processo penal, a condenação em indemnização civil é proferida contra ele ou contra ele e o arguido solidariamente, sempre que a sua responsabilidade vier a ser reconhecida.

3 – Havendo condenação no que respeita ao pedido de indemnização civil, é o demandado condenado a pagar as custas suportadas pelo demandante nesta qualidade e caso cumule, na qualidade de assistente.

4 – Havendo absolvição no que respeita ao pedido de indemnização civil, é o demandante condenado em custas nos termos previstos no regulamento das custas processuais.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA.

1 – O tribunal ordena oficiosamente no dispositivo, a publicação integral ou por extracto da sentença absolutória, em jornal de âmbito geográfico do próprio acto crime julgado indicado pelo arguido.

2 – As despesas correm a cargo do assistente e valem como custas.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – NULIDADE DA SENTENÇA.

1 – É nula a sentença:

a) Que não contiver as menções referidas no número 2 e na alínea b) do número 3 do artigo 11º, do presente capítulo ou, em processo sumário ou abreviado, não contiver a decisão condenatória ou absolutória, ou as menções referidas nas alíneas a) a d) do número 1 do artigo 9º, do capítulo único, do título primeiro e do artigo 6º, do capítulo único, do título segundo, do livro oitavo;

b) Que condenar por factos diversos dos descritos na acusação ou na pronúncia se a houver, fora dos casos e das condições previstas nos artigos 19º e 20º, do capítulo terceiro, do título anterior;

c) Quando o tribunal deixe de pronunciar-se sobre questões que devesse apreciar ou identifique questões de que não podia tomar conhecimento.

2 – As nulidades da sentença devem ser arguidas ou identificadas em recurso, sendo lícito ao tribunal supri-las, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto no número 4 do artigo 5º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro nono.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CORRECÇÃO DA SENTENÇA.

1 – O tribunal procede, oficiosamente ou a requerimento, à correcção da sentença quando:

a) Fora dos casos previstos no artigo anterior, não tiver sido observado ou não tiver sido integralmente observado o disposto no artigo 11º, do presente capítulo;

b) A sentença contiver erro, lapso, obscuridade ou ambiguidade cuja eliminação não importe modificação essencial.

2 – Se já tiver subido recurso da sentença, a correcção é feita quando possível, pelo tribunal competente para identificação do recurso.

3 – O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável aos demais actos decisórios previstos no artigo 6º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo.

LIVRO OITAVO – PROCESSOS ESPECIAIS.

TÍTULO PRIMEIRO – PROCESSO SUMÁRIO.

CAPÍTULO ÚNICO – PROCESSO SUMÁRIO.

ARTIGO PRIMEIRO – QUANDO TEM LUGAR.

1 – São julgados em processo sumário os detidos em flagrante delito, nos termos dos artigos 2º e 3º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do livro sexto, por crime punível com pena de prisão ou com pena de multa, mesmo em caso de concurso de infracções:

a) Quando à detenção tiver procedido qualquer autoridade judiciária ou entidade policial; ou

b) Quando a detenção tiver sido efectuada por outra pessoa e num prazo que não exceda três horas, o detido tenha sido entregue a uma das entidades referidas na alínea anterior, tendo esta redigido auto sumário da entrega.

ARTIGO SEGUNDO – APRESENTAÇÃO A JULGAMENTO.

1 – A autoridade judiciária, o ministério público ou a entidade policial que tiverem procedido à detenção ou a quem tenha sido efectuada a entrega do detido, apresentam-no imediatamente ou no mais curto prazo possível, ao tribunal competente para o julgamento em processo sumário.

2 – Se houver razões para crer que a audiência de julgamento não se pode iniciar no prazo de vinte e quatro horas, o detido é apresentado a juiz de instrução para efeitos da aplicação de medidas de garantia patrimonial ou de coacção, nomeadamente da pena de prisão preventiva sempre que legalmente admissível, correndo o processo sumário no mais curto prazo possível.

ARTIGO TERCEIRO – IDENTIFICAÇÃO, CONTACTOS E NOTIFICAÇÕES.

1 – A autoridade judiciária ou a entidade policial que tiverem procedido à detenção, identificam, recolhem os contactos e notificam verbalmente no próprio acto, as testemunhas da ocorrência, em número não superior a cinco e o ofendido, sempre que a sua presença for útil, para comparecerem perante o juiz na audiência de julgamento em processo sumário.

2 – No mesmo acto, o arguido é informado de que pode apresentar para o julgamento até cinco testemunhas, sendo estas se presentes identificadas, recolhidos os seus contactos e notificadas verbalmente para a comparência na audiência de julgamento em processo sumário.

ARTIGO QUARTO – LIBERTAÇÃO DO ARGUIDO.

1 – Sempre que a apresentação ao juiz não decorrer em acto seguido à detenção em flagrante delito, o arguido só continua detido se houver razões para crer que:

- a) Não se apresentará voluntariamente perante a autoridade judiciária no local, na data e na hora que lhe forem fixadas;
- b) Quando se verificar o disposto no artigo 1º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro quarto, que apenas a manutenção da detenção permita acautelar; ou
- c) Se tal se mostrar imprescindível para a protecção da vítima ou seus familiares, ou de terceiros.

2 – No caso de libertação nos termos do número anterior, o órgão de polícia criminal sujeita o arguido a termo de identidade e residência e notifica-o para comparecer no local, no dia e na hora que forem designados para ser submetido:

- a) A audiência de julgamento perante o juiz em processo sumário, com advertência de que esta se realizará, mesmo que não compareça, sendo representado por defensor; ou
- b) A interrogatório judicial perante o ministério público e eventual aplicação de medida de coacção ou de garantia patrimonial.

ARTIGO QUINTO – PRINCÍPIOS GERAIS DO JULGAMENTO.

1 – O julgamento em processo sumário regula-se pelas disposições deste CÓDIGO relativas ao julgamento em processo comum, com as modificações constantes deste título.

2 – Os actos e termos do julgamento são reduzidos ao mínimo indispensável ao conhecimento e plena decisão da causa.

ARTIGO SEXTO – AUDIÊNCIA.

1 – O início da audiência de julgamento em processo sumário tem lugar no prazo máximo de vinte e quatro horas após a detenção, salvo quando o arguido solicitar um prazo que não pode exceder os 15 dias posteriores para preparação da sua defesa ou quando esses mesmos dias sejam exigidos ao ministério público para a realização de diligências de prova essenciais à descoberta da verdade.

2 – Se a audiência for adiada, o juiz adverte o arguido de que esta se realizará na data designada, mesmo que não compareça, sendo representado por defensor.

3 – Se faltarem testemunhas de que o ministério público, o assistente ou o arguido não prescindam, a audiência não é adiada, sendo inquiridas as testemunhas presentes pela ordem indicada nas alíneas b) e c) do artigo 2º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro sétimo, sem prejuízo da possibilidade de alterar o rol apresentado.

ARTIGO SÉTIMO – ASSISTENTE E PARTES CIVIS.

1 – Em processo sumário, as pessoas com legitimidade para tal podem constituir-se assistentes ou intervir como partes civis se assim o solicitarem, mesmo que só verbalmente, no início da audiência.

ARTIGO OITAVO – TRAMITAÇÃO.

1 – Se o ministério público não estiver presente no início da audiência e não puder comparecer no imediato, o tribunal procede à sua substituição pelo substituto legal.

2 – O ministério público pode substituir a apresentação da acusação pela leitura do auto de notícia da autoridade que tiver procedido à detenção.

3 – A acusação, a contestação, o pedido de indemnização e a sua contestação, quando verbalmente apresentados, são documentados na acta, nos termos dos artigos 2º e 3º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro sétimo.

4 – A apresentação da acusação e da contestação substituem as exposições introdutórias referidas no artigo 11º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro sétimo.

5 – Finda a produção da prova, a palavra é concedida por uma só vez, ao ministério público, aos representantes do assistente e das partes civis e ao defensor, os quais podem usar dela por um máximo de trinta minutos, improrrogáveis.

ARTIGO NONO – SENTENÇA.

1 – A sentença é logo proferida oralmente e contém:

a) A indicação sumária dos factos provados e não provados, que pode ser feita por remissão para a acusação e contestação, com indicação e exame crítico sucintos das provas;

b) A exposição concisa dos motivos, de facto e de direito, que fundamentam a decisão;

c) Em caso de condenação, os fundamentos sucintos que presidiram à escolha e medidas da sanção aplicada;

d) O dispositivo, nos termos previstos nas alíneas a) a f) do número 3 do artigo 11º, do capítulo único, do título terceiro, do livro sétimo.

2 – O dispositivo é sempre ditado para a acta.

3 – A sentença é sob pena de nulidade, documentada nos termos dos artigos 2º e 3º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro sétimo.

4 – É sempre entregue cópia da gravação ao arguido, ao assistente e ao ministério público no prazo de 48 horas, salvo se aqueles expressamente declararem

prescindir da entrega, sem prejuízo de qualquer sujeito processual a poder requerer nos termos do número 3 do artigo 10º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo.

5 – Sempre que for aplicada pena privativa da liberdade ou as circunstâncias do caso o exijam, o juiz coadjuvado pelos demais juízes logo após a discussão, elabora a sentença por escrito e procede à sua leitura.

ARTIGO DÉCIMO – REENVIO PARA OUTRA FORMA DE PROCESSO.

1 – O tribunal só remete os autos ao ministério público para tramitação sob outra forma processual quando:

- a) Se verificar a inadmissibilidade, no caso, do processo sumário;
- b) Não tenha sido possível, por razões devidamente justificadas, realizar-se no prazo máximo previsto no artigo 6º, do presente capítulo, as diligências de prova exigidas à descoberta da verdade; ou
- c) O procedimento se revelar de excepcional complexidade, nomeadamente derivado ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime;

2 – Sempre que depois de recebidos os autos, o ministério público deduzir acusação em processo comum ou em processo abreviado, a competência para a respectiva identificação mantém-se no tribunal competente para o julgamento sob a forma sumária.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECORRIBILIDADE.

1 – Em processo sumário só é admissível recurso da sentença ou de despacho que puser termo ao processo.

2 – Excepto no caso previsto no número 4 do artigo 9º, do presente capítulo, o prazo para interposição do recurso conta-se a partir da entrega da cópia da gravação da sentença.

TÍTULO SEGUNDO – PROCESSO ABREVIADO.

CAPÍTULO ÚNICO – PROCESSO ABREVIADO.

ARTIGO PRIMEIRO – QUANDO TEM LUGAR.

1 – Em caso de crime punível com pena de multa ou com pena de prisão, mesmo em caso de concurso de infracções, havendo provas simples e evidentes de que resultem indícios suficientes de se ter verificado o crime e de quem foi o seu autor, o juiz de instrução em face do auto de notícia ou após realizar inquérito sumário, deduz acusação para julgamento em processo abreviado.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existem provas simples e evidentes quando:

- a) O autor tenha sido detido em flagrante delito e o julgamento não puder efectuar-se sob a forma de processo sumário;
- b) O autor tenha sido encontrado na posse de bens relacionados com um crime anteriormente praticado ou por qualquer forma os mesmos bens tentar transaccionar ilicitamente;
- c) A prova for essencialmente documental e possa ser recolhida no prazo previsto para a dedução da acusação; ou

d) A prova assentar em testemunhas presenciais com versão uniforme dos factos.

ARTIGO SEGUNDO – ACUSAÇÃO DO PROCESSO.

1 – A acusação do ministério público deve conter os elementos a que se refere o número 3 do artigo 5º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro sexto. A identificação do arguido e a narração dos factos podem ser efectuadas, no todo ou em parte, por remissão para o auto de notícia ou para a denúncia.

2 – A acusação em processo abreviado é deduzida no prazo de 90 dias a contar da:

a) Aquisição da notícia do crime, nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro sexto, tratando-se de crime público; ou

b) Apresentação de queixa, nos restantes casos.

3 – Sempre que o procedimento depender de acusação particular, a acusação do ministério público tem lugar depois de deduzida acusação nos termos do artigo 7º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro sexto.

ARTIGO TERCEIRO – SANEAMENTO DO PROCESSO.

1 – Recebidos os autos, o juiz identifica as questões a que se refere o artigo 1º, do capítulo único, do título primeiro, do livro sétimo.

2 – Sempre que não rejeitar a acusação, o juiz designa dia para a audiência, com precedência sobre os julgamentos em processo comum, sem prejuízo da prioridade a conferir aos processos urgentes.

ARTIGO QUARTO – REENVIO PARA OUTRA FORMA DE PROCESSO.

1 – O tribunal só remete os autos ao ministério público para tramitação sob outra forma processual quando se verificar a inadmissibilidade, no caso, do processo abreviado.

2 - Sempre que depois de recebidos os autos, o ministério público deduzir acusação em processo comum, a competência para a respectiva identificação mantém-se no tribunal competente para o julgamento na forma abreviada.

ARTIGO QUINTO – JULGAMENTO.

1 – O julgamento regula-se pelas disposições relativas ao julgamento em processo comum, com as alterações previstas neste artigo.

2 – Finda a produção da prova, é concedida a palavra ao ministério público, aos representantes do assistente e das partes civis e ao defensor, os quais podem usar dela por um máximo de trinta minutos, prorrogáveis sempre que exigido e assim for requerido. É admitida réplica por um máximo de dez minutos.

ARTIGO SEXTO – SENTENÇA.

1 – É correspondentemente aplicável à sentença o disposto no artigo 9º, do capítulo único, do título anterior.

ARTIGO SÉTIMO – RECORRIBILIDADE.

1 – É correspondentemente aplicável ao processo abreviado o disposto no artigo 11º, do capítulo único, do título anterior.

LIVRO NONO – RECURSOS.

TÍTULO PRIMEIRO – RECURSOS ORDINÁRIOS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO GERAL.

1 – É permitido recorrer dos acórdãos, das sentenças e dos despachos cuja irrecorribilidade não estiver consignado na lei.

ARTIGO SEGUNDO – DECISÕES QUE NÃO ADMITEM RECURSO.

1 – Não é admissível recurso:

- a) De despachos de mero expediente;
- b) De decisões que ordenam actos dependentes da livre resolução do tribunal;
- c) De acórdãos proferidos em recurso pelas relações, que não conheçam a final do objecto do processo;
- d) De acórdãos absolutórios proferidos em recurso pelas relações, que confirmem decisão de 1ª Instância;
- e) De acórdãos proferidos em recurso pelas relações, que apliquem pena não privativa da liberdade;
- f) De acórdãos condenatórios proferidos em recurso pelas relações, que confirmem decisão de 1º Instância e apliquem pena de prisão não superior a 7 anos;
- g) Nos demais casos consignados na lei.

2 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 1º, do capítulo terceiro e 1º, do capítulo quarto, do presente título, mesmo que não seja admissível recurso quanto à matéria penal, é admissível o recurso da parte da sentença relativa à indemnização civil.

ARTIGO TERCEIRO – LEGITIMIDADE E INTERESSE EM AGIR.

1 – Têm legitimidade para recorrer:

- a) O ministério público, de quaisquer decisões discordantes com a sua posição anteriormente afirmada no processo, ainda que no exclusivo interesse do arguido;
- b) O arguido e o assistente, de decisões contra eles proferidas, mesmo não havendo recorrido o ministério público;
- c) As partes civis, da parte das decisões contra cada uma proferida;
- d) Aqueles que nos termos do presente CÓDIGO, tiverem sido condenados ao pagamento de quaisquer importâncias ou tiverem a defender um direito afectado pela decisão.

2 – Não pode recorrer quem não tiver interesse em agir.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO DO RECURSO.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, o recurso interposto de uma sentença abrange toda a decisão.

2 – Salvo se for fundado em motivos estritamente pessoais, o recurso interposto:

- a) Por um dos arguidos, em caso de comparticipação, aproveita aos demais;
- b) Pelo arguido, aproveita ao responsável civil;

c) Pelo responsável civil, aproveita ao arguido, mesmo para efeitos penais.

3 – O recurso interposto apenas contra um dos arguidos, em casos de comparticipação, não prejudica os demais.

ARTIGO QUINTO – LIMITAÇÃO DO RECURSO.

1 – É admissível a limitação do recurso a uma parte da decisão, quando a parte recorrida puder ser separada da parte não recorrida, por forma a tornar possível uma apreciação e uma decisão autónomas.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, é autónoma, nomeadamente a parte da decisão que se referir:

- a) A matéria penal;
- b) A matéria civil;
- c) Em caso de concurso de crimes, a cada um dos crimes;
- d) Em caso de unidade criminosa, à questão da culpabilidade, relativamente àquela que se referir à questão da determinação da sanção;
- e) Em caso de comparticipação criminosa, a cada um dos arguidos, sem prejuízo do disposto nas alíneas a) e c) do número 2 do artigo anterior;
- f) Dentro da questão da determinação da sanção, a cada uma das penas ou medidas de segurança.

3 – A limitação do recurso a uma parte da decisão não prejudica o dever de retirar da sua procedência as consequências legalmente impostas relativamente a toda a decisão recorrida.

ARTIGO SEXTO – RECURSO SUBORDINADO.

1 – Em caso de recurso interposto por uma das partes civis, a parte contrária pode interpor recurso subordinado.

2 – O recurso subordinado é interposto no prazo de 21 dias, contado da data da notificação referida nos números 6 e 7 do artigo 2º, do capítulo seguinte.

3 – Sempre que o primeiro recorrente desistir do recurso, este ficar sem efeito ou o tribunal não tomar conhecimento dele, o recurso subordinado fica sem efeito.

ARTIGO SÉTIMO – RECLAMAÇÃO CONTRA DESPACHO QUE NÃO ADMITIR OU RETIVER O RECURSO.

1 – Do despacho que não admitir ou que retiver o recurso, o recorrente pode reclamar para o presidente do tribunal a que o recurso se dirige.

2 – A reclamação é apresentada na secretaria do tribunal recorrido, no prazo de 7 dias contados da notificação do despacho que não tiver admitido o recurso ou da data em que o recorrente tiver tido conhecimento da retenção.

3 – No requerimento o reclamante expõe as razões que justificam a admissão ou a subida imediata do recurso e indica os elementos com que pretende instruir a reclamação.

4 – A decisão do presidente do tribunal superior ou do seu representante legal é definitiva quando confirmar o despacho de indeferimento, pelo que em caso contrário não vincula o tribunal de recurso.

ARTIGO OITAVO – SUBIDA NOS AUTOS E EM SEPARADO.

1 – Sobem nos próprios autos os recursos interpostos de decisões que coloquem termo à causa e os que com aqueles deverem subir.

2 – Sobem em separado os recursos não referidos no número anterior que deverem subir imediatamente.

ARTIGO NONO – MOMENTO DA SUBIDA.

1 – Sobem imediatamente os recursos cuja retenção os tornaria absolutamente inúteis.

2 – Também sobem imediatamente os recursos interpostos:

- a) De decisões que coloquem termo à causa;
- b) De decisões posteriores às referidas na alínea anterior;
- c) De decisões que apliquem ou mantenham medidas de coacção ou de garantia patrimonial, nos termos deste CÓDIGO;
- d) De decisões que condenem no pagamento de quaisquer importâncias, nos termos deste CÓDIGO;
- e) De despacho em que o juiz não reconhecer impedimento contra si deduzido;
- f) De despacho que recusar ao ministério público legitimidade para a prossecução do processo;
- g) De despacho que não admitir a constituição de assistente ou a intervenção de parte civil;
- h) De despacho que indeferir o requerimento para a abertura da instrução;
- i) Da decisão instrutória, sem prejuízo do disposto no artigo 5º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro sexto;
- j) De despacho que indeferir requerimento de submissão de arguido suspeito de anomalia mental à perícia respectiva.

3 – Sempre que não deverem subir imediatamente, os recursos sobem e são instruídos e julgados conjuntamente com o recurso interposto da decisão que tiver colocado termo à causa.

ARTIGO DÉCIMO – RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO.

1 – Têm efeito suspensivo do processo:

- a) Os recursos interpostos de decisões finais condenatórias, sem prejuízo do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro quarto;
- b) O recurso do despacho de pronúncia, sem prejuízo do disposto no artigo 5º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro sexto.

2 – Suspendem os efeitos da decisão recorrida:

- a) Os recursos interpostos de decisões que condenarem ao pagamento de quaisquer importâncias, nos termos deste CÓDIGO, se o recorrente depositar o seu valor;
- b) O recurso do despacho que julgar quebrada a caução;
- c) O recurso de despacho que ordene a execução da prisão, em caso de não cumprimento de pena não privativa da liberdade;
- d) O recurso de despacho que considere sem efeito o recurso da decisão final condenatória, por falta de pagamento de taxa de justiça.

3 – Os recursos previstos no número 1 do artigo anterior, têm efeito suspensivo do processo quando deles depender a validade ou a eficácia dos actos subsequentes, suspendendo a decisão recorrida nos demais casos.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS.

1 – Interposto recurso de decisão final somente pelo arguido ou pelo ministério público no exclusivo interesse daquele, ou pelo arguido e pelo ministério público no exclusivo interesse do primeiro, o tribunal superior não pode modificar na sua espécie ou medida, as sanções constantes da decisão recorrida, em prejuízo de qualquer dos arguidos, ainda que não recorrentes.

2 – A proibição estabelecida no número anterior não se aplica à agravação da quantia fixada para cada dia de multa, se a situação económica e financeira do arguido tiver entretanto melhorado de forma sensível.

CAPÍTULO SEGUNDO – TRAMITAÇÃO UNITÁRIA.

ARTIGO PRIMEIRO – FUNDAMENTOS DO RECURSO.

1 – Sempre que a lei não restringir a cognição do tribunal ou os respectivos poderes, o recurso pode ter como fundamento quaisquer questões de que pudesse conhecer a decisão recorrida.

2 – Mesmos nos casos em que a lei restrinja a cognição do tribunal de recurso a matéria de direito, o recurso pode ter como fundamentos, desde que o vício resulte do texto da decisão recorrida, por si só ou conjugada com as normas da experiência comum:

- a) A insuficiência para a decisão da matéria de facto provada;
- b) A contradição insanável da fundamentação ou entre a fundamentação e a decisão;
- c) Erro notório na apreciação da prova.

3 – O recurso pode ter ainda como fundamento, mesmo que a lei restrinja a cognição do tribunal de recurso a matéria de direito, a inobservância de requisito cominado sob pena de nulidade que não deva considerar-se sanada.

ARTIGO SEGUNDO – INTERPOSIÇÃO E NOTIFICAÇÃO DO RECURSO.

1 – O prazo para interposição de recurso é de 21 dias e conta-se:

- a) A partir da notificação da decisão;
- b) Tratando-se de sentença, do respectivo depósito na secretaria;
- c) Tratando-se de decisão oral reproduzida em acta, a partir da data em que tiver sido proferida, se o interessado estiver ou dever considerar-se presente.

2 – O recurso de decisão proferida em audiência pode ser interposto por simples declaração na acta.

3 – O requerimento de interposição de recurso é sempre motivado sob pena de não admissão do recurso, podendo a motivação no caso de recurso interposto por declaração na acta ser apresentado no prazo de 21 dias, contado da data da interposição.

4 – Sempre que o recurso tiver por objecto a reapreciação da prova gravada, os prazos estabelecidos nos números 1 e 3 são elevados para 30 dias.

5 – No requerimento de interposição de recurso o recorrente pode requerer que se realize audiência, especificando os pontos da motivação do recurso que pretende ver debatidos.

6 – O requerimento de interposição ou a motivação, são notificados oficiosamente aos demais sujeitos processuais afectados pelo recurso, devendo ser entregue o número de cópias exigido.

7 – O requerimento de interposição de recurso que afecte o arguido julgado na ausência ou a motivação anteriores à notificação da sentença, são notificados àquele

quando esta lhe for notificada, nos termos do número 5 do artigo 5º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro sétimo.

ARTIGO TERCEIRO – MOTIVAÇÃO DO RECURSO E CONCLUSÕES.

1 – A motivação enuncia especificamente os fundamentos do recurso e termina pela formulação de conclusões, deduzidas por artigos, em que o recorrente resume as razões do pedido.

2 – Versando matéria de direito, as conclusões indicam ainda:

a) As normas jurídicas violadas;

b) O sentido em que no entendimento do recorrente, o tribunal recorrido interpretou cada norma ou com que a aplicou e o sentido em que a mesma devia ter sido interpretada ou com que devia ter sido aplicada; e

c) Em caso de erro na determinação da norma aplicável, a norma jurídica que deve ser aplicada no entendimento do recorrente.

3 – Sempre que impugne a decisão proferida sobre matéria de facto, o recorrente deve especificar:

a) Os concretos pontos de facto que considera incorrectamente julgados;

b) As concretas provas que impõem decisão diversa da recorrida;

c) As provas que devem ser renovadas.

4 – Sempre que as provas tenham sido gravadas, as especificações previstas nas alíneas b) e c) do número anterior fazem-se por referência ao consignado na acta, nos termos do disposto no número 2 do artigo 3º, do capítulo quarto, do título segundo, do livro sétimo, devendo o recorrente indicar concretamente as passagens em que se funda a impugnação.

5 – Havendo recursos retidos, o recorrente especifica obrigatoriamente nas conclusões, quais os que mantêm interesse.

6 – No caso previsto no número 4, o tribunal procede à audição ou visualização das passagens indicadas e de outras que considere relevantes para a descoberta da verdade e plena decisão da causa.

ARTIGO QUARTO – RESPOSTA.

1 – Os sujeitos processuais afectados pela interposição do recurso podem responder no prazo de 21 dias, contados da data da notificação referida nos números 6 e 7 do artigo 2º, do presente capítulo.

2 – Sempre que o recurso tiver por objecto a reapreciação da prova gravada, o prazo estabelecido no número anterior é elevado para 30 dias.

3 – A resposta é notificada aos sujeitos processuais por a mesma afectados, devendo ser entregue o número de cópias exigido.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 3 a 5 do artigo anterior.

ARTIGO QUINTO – ADMISSÃO DO RECURSO.

1 – Recebida a resposta dos sujeitos processuais afectados pela interposição do recurso ou expirado o prazo para o efeito, o juiz profere despacho e em caso de admissão fixa o seu efeito e regime de subida.

2 – O recurso não é admitido, sempre que:

a) A decisão for irrecorrível;

b) For interposto fora de tempo;

c) O recorrente não tiver condições exigidas para recorrer; ou

d) Faltar a motivação.

3 – A decisão que admita o recurso ou que determine o efeito que lhe compete ou o regime de subida, não vincula o tribunal superior.

4 – Sempre que o recurso não for interposto de decisão que conheça a final do objecto do processo, o tribunal pode antes de ordenar a remessa do processo ao tribunal superior, sustentar ou reparar aquela decisão.

5 – Havendo arguidos presos, deve mencionar-se tal circunstância, com indicação da data da privação da liberdade e do estabelecimento prisional onde se encontrem.

6 – Subindo o recurso em separado, o juiz deve averiguar se o mesmo se mostra instruído com todos os elementos exigidos à plena decisão da causa, determinando se for o caso, a extracção e junção de certidão das pertinentes peças processuais.

7 – Sempre que o recurso subir nos próprios autos e houver arguidos privados da liberdade, o tribunal ordena, antes da remessa do processo para o tribunal superior, a extracção de certidão das peças processuais exigidas ao reexame.

8 – Havendo vários recursos da mesma decisão, dos quais alguns versem sobre matéria de facto e outros exclusivamente sobre matéria de direito, são todos julgados conjuntamente pelo tribunal competente para conhecer da matéria de facto.

ARTIGO SEXTO – DESISTÊNCIA.

1 – O ministério público, o arguido, o assistente e as partes civis podem desistir do recurso interposto, até ao momento de o processo ser concluso ao relator para exame preliminar.

2 – A desistência faz-se por requerimento ou por termo no processo e é verificada por despacho do relator.

ARTIGO SÉTIMO – VISTA AO PROCURADOR DE JUSTIÇA E AO PROVIDOR DE JUSTIÇA.

1 – Antes de ser apresentado ao relator, o processo vai com vista ao procurador de justiça e ao provedor de justiça junto do tribunal de recurso.

2 – Sempre que tiver sido requerida audiência nos termos do número 5 do artigo 2º, do presente capítulo, a vista ao procurador de justiça e ao provedor de justiça destina-se apenas a tomar conhecimento do processo e dos seus intervenientes, nomeadamente dos representantes do ministério público.

ARTIGO OITAVO – EXAME PRELIMINAR.

1 – Colhido o visto do procurador de justiça e do provedor de justiça o processo é concluso ao relator para exame preliminar.

2 – Sempre que na vista a que se refere o número anterior o procurador de justiça ou o provedor de justiça não se limitar a apor o seu visto, o arguido e os demais sujeitos processuais afectados pela interposição do recurso são notificados, para querendo responder no prazo de 7 dias.

3 – Sempre que a motivação do recurso não contiver conclusões ou destas não for possível deduzir total ou parcialmente as indicações previstas nos números 2 a 5 do artigo 3º, do presente capítulo, o relator convida o recorrente a apresentar, completar ou esclarecer as conclusões formuladas, no prazo de 7 dias, sob pena de o recurso ser rejeitado ou não ser conhecido na parte afectada.

4 – O aperfeiçoamento previsto no número anterior não permite modificar o âmbito do recurso que tiver sido fixado na motivação.

5 – No caso previsto no número 3, os sujeitos processuais afectados pela interposição do recurso, são notificados da apresentação de aditamento ou esclarecimento pelo recorrente, podendo responder-lhe no prazo de 7 dias.

6 – Após exame preliminar, o relator profere decisão sumária sempre que:

- a) Alguma circunstância obstar ao conhecimento do recurso;
- b) O recurso dever ser rejeitado;
- c) Existir causa extintiva do procedimento ou da responsabilidade criminal, que coloque termo ao processo ou seja o único motivo do recurso; ou
- d) A questão a decidir já tiver sido judicialmente apreciada de modo uniforme e reiterado.

7 – Sempre que o recurso não puder ser julgado por decisão sumária, o relator decide no exame preliminar:

- a) Se deve manter-se o efeito que foi atribuído ao recurso;
- b) Se há provas a renovar e pessoas que devam ser convocadas.

8 – Cabe reclamação para a conferência, dos despachos proferidos pelo relator nos termos dos números 6 e 7.

9 – Sempre que o recurso deva ser julgado em conferência, o relator elabora um projecto de acórdão no prazo de 15 dias a contar da data em que o processo lhe for concluso nos termos dos números 1, 2 ou 5.

10 – A reclamação prevista no número 8 é apreciada conjuntamente com o recurso, sempre que este deva ser julgado em conferência.

ARTIGO NONO – VISTOS.

1 – Concluído o exame preliminar, o processo acompanhado do projecto de acórdão se for o caso, vai a visto do presidente e do juiz adjunto, e depois à conferência na primeira sessão que tiver lugar.

2 – Sempre que a natureza do processo e a disponibilidade de meios técnicos o permitirem, são tiradas cópias para que os vistos sejam efectuados simultaneamente.

ARTIGO DÉCIMO – CONFERÊNCIA.

1 – Na conferência intervêm o presidente da secção, o relator e um juiz adjunto.

2 – A discussão é dirigida pelo presidente, que porém só vota para confirmar a plena decisão da causa quando não puder formar-se maioria com os votos do relator e do juiz adjunto.

3 – O recurso é julgado em conferência sempre que:

- a) Tenha sido apresentada reclamação da decisão sumária prevista no número 6 do artigo 8º, do presente capítulo;
- b) A decisão recorrida não conheça a final do objecto do processo, nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 6º, do capítulo único, do título segundo, do livro segundo; ou
- c) Não tiver sido requerida a realização da audiência e não seja necessário proceder à renovação da prova nos termos do artigo 4º, do capítulo seguinte.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REJEIÇÃO DO RECURSO.

1 – O recurso é rejeitado sempre que:

- a) For manifesta a sua improcedência;
- b) Se verifique causa que devia ter determinado a sua não admissão, nos termos do número 2 do artigo 5º, do presente capítulo; ou

c) O recorrente não apresente, complete ou esclareça as conclusões formuladas e esse vício afectar a totalidade do recurso, nos termos do número 3 do artigo 8º, do presente capítulo.

2 – Em caso de rejeição do recurso, a decisão limita-se a identificar o tribunal recorrido, o processo e os sujeitos e a especificar sumariamente os fundamentos da decisão.

3 – Se o recurso for rejeitado, o tribunal condena o recorrente sempre que não for o ministério público, ao pagamento de uma importância entre 3 UC e 10 UC.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO.

1 – Sempre que o processo houver de prosseguir, é aberta conclusão ao presidente da secção, o qual designa a audiência para um dos 21 dias seguintes, determina as pessoas a convocar e manda completar os vistos, se for o caso.

2 – São sempre convocadas para a audiência o ministério público competente pelo processo, o defensor e os representantes do assistente e das partes civis.

3 – As notificações são feitas por via postal.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 9º, do presente capítulo.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA.

1 – A não comparência de pessoas convocadas só determina o adiamento da audiência quando o tribunal o considerar indispensável à realização da justiça.

2 – Sempre que o defensor não comparecer e não houver lugar a adiamento, o tribunal nomeia novo defensor. É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 11º, do capítulo único, do título terceiro, do livro primeiro.

3 – Não é permitido mais de um adiamento da audiência.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – AUDIÊNCIA.

1 – Após o presidente ou o seu representante legal ter declarado aberta a audiência, o relator introduz os debates com uma exposição sumária sobre o objecto do recurso, na qual enuncia as questões que o tribunal julgar merecerem exame especial.

2 – À exposição do relator segue-se a renovação da prova, sempre que a ela houver lugar.

3 – Seguidamente o presidente ou o seu representante legal dá a palavra para alegações, aos representantes do recorrente e dos recorridos, a cada um por um período não superior a trinta minutos, prorrogável em caso de especial complexidade.

4 – Não há lugar a réplica, sem prejuízo da concessão da palavra ao defensor antes do encerramento da audiência, por mais quinze minutos, sempre que ele não tiver sido o último a intervir.

5 – São subsidiariamente aplicáveis as disposições relativas à audiência de julgamento em 1ª instância.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DELIBERAÇÃO.

1 – Encerrada a audiência, o tribunal reúne para deliberar.

2 – São correspondentemente aplicáveis as disposições sobre deliberação e votação em julgamento, tendo presente a natureza das questões que constituem o objecto do recurso.

3 – Sempre que se verificar uma alteração não substancial dos factos descritos na decisão recorrida ou da respectiva qualificação jurídica não conhecida do arguido, este é notificado para querendo se pronunciar no prazo de 7 dias.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ACÓRDÃO.

1 -. Concluída a deliberação e votação, é elaborado acórdão pelo relator coadjuvado pelos demais juízes.

2 – São admissíveis declarações de voto.

3 – Sempre que não for possível lavrar imediatamente o acórdão, o presidente fixa publicamente a data, dentro dos 21 dias seguintes, para a publicação da decisão, após o respectivo registo em livro de lembranças assinado pelos juízes.

4 – É correspondentemente aplicável aos acórdãos proferidos em recurso o disposto nos artigos 16º e 17º, do capítulo único, do título terceiro, do livro sétimo, sendo o acórdão ainda nulo sempre que for lavrado contra o vencimento ou sem o exigido vencimento.

5 – Os acórdãos absolutórios enunciados na alínea d) do número 1 do artigo 2º, do capítulo anterior, que confirmem decisão de 1ª Instância sem qualquer declaração de voto, podem limitar-se a negar provimento ao recurso, remetendo para os fundamentos da decisão impugnada.

6 – O acórdão é notificado aos recorrentes, aos recorridos e ao ministério público.

7 – O prazo para interposição de recurso conta-se a partir da notificação do acórdão.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REENVIO DO PROCESSO PARA NOVO JULGAMENTO.

1 – Sempre que não for possível decidir da causa, por existirem os vícios referidos nas alíneas do número 2 do artigo 1º, do presente capítulo, o tribunal de recurso determina o reenvio do processo para novo julgamento, relativamente à totalidade do objecto do processo ou a questões concretamente identificadas na decisão de reenvio.

2 – O reenvio decretado pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, no âmbito de recurso interposto em 2ª Instância, de acórdão da relação é feito para este tribunal, que admite a renovação da prova ou reenvia o processo para novo julgamento em 1º Instância.

3 – No caso de haver processos conexos, o tribunal superior faz cessar a conexão e ordena a separação de algum ou alguns deles para efeitos de novo julgamento, sempre que o vício referido no número anterior recair apenas sobre eles.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COMPETÊNCIA PARA O NOVO JULGAMENTO.

1 – Sempre que for decretado o reenvio do processo, o novo julgamento compete ao tribunal que tiver efectuado o julgamento anterior, sem prejuízo do disposto no artigo 2º, do capítulo sexto, do título primeiro, do livro primeiro ou no caso de não ser possível, ao tribunal que se encontre mais próximo, de categoria e composição idênticas às do tribunal que proferiu a decisão recorrida.

CAPÍTULO TERCEIRO – RECURSO PERANTE A RELAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO PARA A RELAÇÃO.

1 – Exceptuados os casos em que há recurso directo para o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, o recurso da decisão proferida por tribunal de 1ª Instância interpõe-se para a relação.

ARTIGO SEGUNDO – PODERES DE COGNIÇÃO.

1 – As relações conhecem de facto e de direito.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL EM AUDIÊNCIA.

1 – Na audiência intervêm o presidente da secção, o relator e um juiz adjunto.

2 – Sempre que possível, mantêm-se para a audiência juízes que tiverem intervindo na conferência.

ARTIGO QUARTO – RENOVAÇÃO DA PROVA.

1 – Sempre que dela conhecer de facto e de direito, a relação admite a renovação da prova se se verificarem os vícios referidos nas alíneas do número 2 do artigo 1º, do capítulo anterior e houver razões para crer que aquela permitirá evitar o reenvio do processo.

2 – A decisão que admitir ou recusar a renovação da prova é definitiva e fixa os termos e a extensão com que a prova produzida em 1ª Instância pode ser renovada.

3 – A renovação da prova realiza-se em audiência.

4 – O arguido é sempre convocado para a audiência, mas sempre que tiver sido regularmente convocado, a sua falta não dá lugar a adiamento, salvo decisão do tribunal em contrário.

5 – É correspondentemente aplicado o preceituado quanto à discussão e julgamento em 1ª Instância.

ARTIGO QUINTO – MODIFICABILIDADE DA DECISÃO RECORRIDA.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 1º, do capítulo anterior, a decisão do tribunal de 1ª Instância sobre matéria de facto pode ser modificada:

- a) Se do processo constarem todos os elementos de prova que lhe serviram de base;
- b) Se a prova tiver sido impugnada nos termos do número 3 do artigo 3º, do capítulo anterior; ou
- c) Se tiver havido renovação da prova.

ARTIGO SEXTO – RECORRIBILIDADE DAS SENTENÇAS DA RELAÇÃO.

1 – Em caso de discordância das sentenças aplicadas pela relação face aos recursos apresentados, poderão os sujeitos processuais nos casos previstos na LEI, recorrer para o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

CAPÍTULO QUARTO – RECURSO PERANTE O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO PARA O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

1 – Recorre-se para o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS:

- a) De decisões das relações proferidas em 1ª Instância;
- b) De decisões que não sejam irrecorríveis proferidas pelas relações em recurso, nos termos do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título;
- c) De acórdãos finais proferidos pelo tribunal que apliquem pena de prisão superior a 7 anos, visando exclusivamente o reexame de matéria de direito;
- d) De decisões interlocutórias que devam subir com os recursos referidos nas alíneas anteriores.

2 – Nos casos da alínea c) do número anterior não é admissível recurso prévio para a relação, sem prejuízo do disposto no número 8 do artigo 5º, do capítulo segundo, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – DEMAIS CASOS DE RECURSO.

1 – Recorre-se ainda para o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS nos demais casos que a lei especialmente consignar.

ARTIGO TERCEIRO – PODERES DE COGNIÇÃO.

1 – Sem prejuízo do disposto nos números 2 e 3 do artigo 1º, do capítulo segundo, do presente título, o recurso interposto para o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS visa exclusivamente o reexame de matéria de direito.

ARTIGO QUARTO – AUDIÊNCIA.

1 – Na audiência o tribunal é constituído pelo presidente da secção, pelo relator e por um juiz adjunto.

ARTIGO QUINTO – ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL.

1 – Não sendo possível a participação na audiência dos juízes que intervieram na conferência, são chamados outros juízes, designando-se novo relator ou completando-se os vistos.

ARTIGO SEXTO – IRRECORRIBILIDADE DAS SENTENÇAS DO REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

1 – Com excepção dos recursos relativos à fixação da jurisprudência nos termos do título seguinte, as sentenças proferidas pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS são irrecorríveis, não havendo lugar a qualquer tipo de recurso ou a quaisquer argumentos de órgãos institucionais exteriores ao REINO de PORTUGAL.

TÍTULO SEGUNDO – RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – FIXAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ARTIGO PRIMEIRO – FUNDAMENTO DO RECURSO.

1 – Sempre que no domínio da mesma legislação, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS proferir dois acórdãos, relativamente à mesma questão de direito que assentem em soluções opostas, cabe recurso para o pleno das secções criminais, do acórdão proferido em último lugar.

2 – É também admissível recurso nos termos do número anterior, quando um tribunal de relação proferir acórdão que esteja em oposição com outro, da mesma, de

diferente relação ou do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dele não for admissível recurso ordinário, salvo se a orientação adoptada naquele acórdão estiver de acordo com a jurisprudência já anteriormente fixada pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – Os acórdãos consideram-se proferidos no domínio da mesma legislação, sempre que durante o intervalo da sua prolação, não tiver ocorrido modificação legislativa que interfira, directa ou indirectamente, na resolução da questão de direito controvertida.

4 – Como fundamento do recurso só pode invocar-se acórdão anterior transitado em julgado.

5 – O recurso previsto nos números 1 e 2 pode ser interposto pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis e é obrigatório para o ministério público.

ARTIGO SEGUNDO – INTERPOSIÇÃO E EFEITO.

1 – O recurso para a fixação de jurisprudência é interposto no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado do acórdão proferido em último lugar.

2 – No requerimento de interposição do recurso o recorrente identifica o acórdão com o qual o acórdão recorrido se encontre em oposição e sempre que este estiver publicado, o lugar da publicação e justifica a oposição que origina o conflito de jurisprudência.

3 – O recurso para fixação da jurisprudência não tem efeito suspensivo.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS DE SECRETARIA.

1 – Interposto o recurso, a secretaria faculta o processo aos sujeitos processuais interessados para efeito de resposta no prazo de 7 dias e passa certidão do acórdão recorrido, certificando narrativamente a data de apresentação do requerimento de interposição e da notificação ou do depósito do acórdão.

2 – O requerimento de interposição do recurso e a resposta são autuados com a certidão, e o processo assim formado é presente à distribuição ou enviado para o REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS, se o recurso tiver sido interposto de acórdão da relação.

3 – No processo donde foi interposto o recurso fica certidão do requerimento de interposição e do despacho que admitiu o recurso.

ARTIGO QUARTO – VISTA E EXAME PRELIMINAR.

1 – Recebido no REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, o processo vai com vista ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, por um prazo de 10 dias para cada um e é depois concluso ao relator, por 10 dias, para exame preliminar.

2 – O relator determina que o recorrente junte certidão do acórdão com o qual o recorrido se encontra em oposição.

3 – No exame preliminar o relator verifica a admissibilidade e o regime do recurso e a existência de oposição entre os julgados.

4 – Efectuado o exame, o processo é remetido com projecto de acórdão a vistos do presidente e dos juízes adjuntos por 10 dias e depois à conferência, na primeira sessão que tiver lugar.

5 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 9º, do capítulo segundo, do título anterior.

ARTIGO QUINTO – CONFERÊNCIA.

1 – Sempre que ocorrer motivo de inadmissibilidade ou o tribunal concluir pela não oposição de julgados, o recurso é rejeitado, pelo que sempre que concluir pela oposição, o recurso prossegue.

2 – Sempre que a oposição de julgados já tiver sido reconhecida, os termos do recurso são suspensos até ao julgamento do recurso em que primeiro se tiver concluído pela oposição.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto nos números 1 e 2 do artigo 10º, do capítulo segundo, do título anterior.

ARTIGO SEXTO – PREPARAÇÃO DO JULGAMENTO.

1 – Sempre que o recurso prosseguir, os sujeitos processuais interessados são notificados para apresentarem as suas alegações, por escrito no prazo de 15 dias.

2 – Nas alegações os interessados formulam conclusões que indicam o sentido em que deve fixar-se a jurisprudência.

3 – Juntas as alegações ou expirado o prazo para a sua apresentação, o processo é concluso ao relator, por 30 dias e depois remetido com projecto de acórdão, a visto simultâneo dos demais juízes, por 10 dias.

4 – Terminado o prazo para os vistos, o presidente do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS ou o seu representante legal, manda inscrever o processo em tabela.

ARTIGO SÉTIMO – JULGAMENTO.

1 – O julgamento é realizado em conferência, pelo pleno das secções criminais.

2 – A conferência é presidida pelo presidente do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS ou pelo seu representante legal, que dirige os trabalhos e confirma a plena decisão da causa, sempre que não puder formar-se maioria.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 11º, do capítulo primeiro, do título anterior, ainda que o recurso tenha sido interposto pelo ministério público ou pelo assistente, salvo quando qualquer destes tiver recorrido em desfavor do arguido, no processo em que foi proferido o acórdão recorrido.

ARTIGO OITAVO – PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1 – O acórdão é imediatamente publicado na parte temática portuguesa no quotidiano monárquico e enviado por certidão, aos tribunais de relação para registo em livro próprio.

2 – O presidente do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS ou o seu representante legal, remete ao PRESIDENTE da ÁREA PRESIDENCIAL JURÍDICA cópia do acórdão acompanhada das alegações do ministério público.

ARTIGO NONO – EFICÁCIA DA DECISÃO.

1 – Sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 7º, do presente capítulo, a decisão que resolver o conflito tem eficácia no processo em que o recurso foi interposto e nos processos cuja tramitação tiver sido suspensa nos termos do número 2 do artigo 5º, do presente capítulo.

2 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS revê a decisão recorrida ou reenvia o processo, conforme os casos.

3 – A decisão que resolver o conflito não constitui jurisprudência obrigatória para os tribunais, civis ou militares, mas estes devem fundamentar as divergências relativas à jurisprudência fixada naquela decisão.

ARTIGO DÉCIMO – RECURSO DE DECISÃO PROFERIDA CONTRA JURISPRUDÊNCIA FIXADA PELO REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

1 – É admissível recurso directo para o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, de qualquer decisão proferida contra jurisprudência por ele fixada, a interpor no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado da decisão recorrida, sendo correspondentemente aplicáveis as disposições do presente capítulo.

2 – O recurso pode ser interposto pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis e é obrigatório para o ministério público.

3 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS pode limitar-se a aplicar a jurisprudência fixada, apenas devendo proceder ao seu reexame se julgar que está ultrapassada.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECURSOS NO INTERESSE DA UNIDADE DO DIREITO.

1 – O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS pode determinar que seja interposto recurso para fixação de jurisprudência de decisão transitada em julgado há mais de 30 dias.

2 – Sempre que tiver razões para crer que uma jurisprudência fixada está ultrapassada, o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS pode interpor recurso do acórdão que firmou essa jurisprudência, no sentido do seu reexame. Nas alegações o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS indica logo as razões e o sentido em que jurisprudência anteriormente fixada deve ser modificada.

3 – Nos casos previstos nos números anteriores a decisão que resolver o conflito não tem eficácia no processo em que o recurso tiver sido interposto.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS.

1 – Aos recursos previstos no presente capítulo aplicam-se subsidiariamente as disposições que regulam os recursos ordinários.

CAPÍTULO SEGUNDO – REVISÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – FUNDAMENTOS E ADMISSIBILIDADE DA REVISÃO.

1 – A revisão da sentença transitada em julgado é admissível sempre que:

a) Uma outra sentença transitada em julgado, tiver considerado falsos meios de prova que tenham sido determinantes para a decisão;

b) Uma outra sentença transitada em julgado, tiver dado como provado crime cometido por juiz ou jurado relacionado com o exercício da sua função no processo;

c) Os factos que servirem de fundamento à condenação, forem inconciliáveis com os dados como provados noutra sentença e da oposição resultarem graves dúvidas sobre a justiça da condenação;

d) Se descobrirem novos factos ou meios de prova, que por si próprios ou combinados com os que foram apreciados no processo, suscitem graves dúvidas sobre a justiça da condenação;

e) Se descobrir que serviram de fundamento à condenação provas proibidas nos termos dos números 1 a 5 do artigo 3º, do capítulo único, do título primeiro, do livro terceiro;

f) Seja declarada pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a inconstitucionalidade com força obrigatória geral de norma de conteúdo menos favorável ao arguido que tenha servido de fundamento à condenação;

g) Uma sentença vinculativa do ESTADO PORTUGUÊS, proferida por uma instância internacional, for inconciliável com a condenação ou suscitar graves dúvidas sobre a sua justiça.

2 – Para o efeito do disposto no número anterior, à sentença é equiparado despacho que tiver posto fim ao processo.

3 – Com fundamento na alínea d) do número 1, não é admissível revisão com o único fim de corrigir a medida concreta da sanção aplicada.

4 – A revisão é admissível ainda que o procedimento se encontre extinto, ou a pena prescrita ou cumprida.

ARTIGO SEGUNDO – LEGITIMIDADE.

1 – Têm legitimidade para requerer a revisão:

- a) O ministério público;
- b) O assistente, relativamente a sentenças absolutórias ou a despachos de não pronúncia;
- c) O condenado ou seu defensor, relativamente a sentenças condenatórias.

2 – Têm ainda legitimidade para requerer a revisão e para a continuar quando o condenado tiver falecido, o cônjuge, os descendentes, adoptados, ascendentes, adoptantes, parentes ou afins até ao 4º grau da linha colateral, os herdeiros que mostrem interesse legítimo ou quem do condenado tiver recebido incumbência expressa.

ARTIGO TERCEIRO – FORMULAÇÃO DO PEDIDO.

1 – O requerimento a solicitar a revisão é apresentado no tribunal onde se proferiu a sentença que deve ser revista.

2 – O requerimento é sempre motivado e contém a indicação dos meios de prova.

3 – São juntos ao requerimento a certidão da decisão de que se solicita a revisão e do seu trânsito em julgado, bem como os documentos necessários à instrução do pedido.

ARTIGO QUARTO – TRAMITAÇÃO.

1 – A revisão é processada por apenso aos autos onde se proferiu a decisão a rever.

ARTIGO QUINTO – PRODUÇÃO DE PROVA.

1 – Sempre que o fundamento da revisão for o previsto na alínea d) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, o juiz procede às diligências que considerar indispensáveis para a descoberta da verdade, mandando documentar as declarações prestadas, por redução a escrito ou por qualquer meio de reprodução integral.

2 – O requerente não pode indicar testemunhas que não tiverem sido escutadas no processo, salvo justificando que ignorava a sua existência ao tempo da decisão ou que estiveram impossibilitadas de depor.

ARTIGO SEXTO – INFORMAÇÃO E REMESSA DO PROCESSO.

1 – No prazo de oito dias após ter expirado o prazo de resposta ou terem sido completadas as diligências sempre que a elas houver lugar, o juiz remete o processo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS acompanhado de informação sobre o mérito da solicitação.

ARTIGO SÉTIMO – TRAMITAÇÃO NO REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

1 – Recebido no REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, o processo vai com vista ao ministério público por um prazo de 10 dias e é depois concluso ao relator, pelo prazo de 15 dias.

2 – Seguidamente o processo é remetido com projecto de acórdão a visto dos juízes das secções criminais por 10 dias.

3 – A decisão que autorizar ou denegar a revisão é tomada em conferência pelas secções criminais.

4 – Sempre que o tribunal entender que é exigido proceder a qualquer diligência, ordena-a, indicando o juiz que a ela deve presidir.

5 – Realizada a diligência, o tribunal delibera sem necessidade de novos vistos.

6 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 9º, do capítulo segundo e no artigo 4º, do capítulo quarto, do título anterior.

ARTIGO OITAVO – NEGAÇÃO DA REVISÃO.

1 – Sempre que o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS negar a revisão solicitada pelo assistente, pelo condenado ou por qualquer das pessoas referidas no número 2 do artigo 2º, do presente capítulo, condena o requerente em custas e sempre que considerar que a solicitação manifestamente infundada, no pagamento de uma quantia entre 6 UC e 30 UC.

ARTIGO NONO – AUTORIZAÇÃO DA REVISÃO.

1 – Sempre que for autorizada a revisão, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS reenvia o processo ao tribunal de categoria e composição idênticas às do tribunal que proferiu a decisão a rever e que se encontrar mais próximo.

2 – Sempre que o condenado se encontrar a cumprir pena de prisão ou medida de segurança de internamento, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS decide se a execução deve ser suspensa, em função da gravidade da dúvida sobre a condenação.

3 – Sempre que ordenar a suspensão da execução ou sempre que o condenado não tiver ainda iniciado o cumprimento da sanção, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS decide se ao condenado deve ser aplicada medida de coacção legalmente admissível no caso.

ARTIGO DÉCIMO – ANULAÇÃO DE SENTENÇAS INCONCILIÁVEIS.

1 – Sempre que a revisão for autorizada com fundamento na alínea c) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, por haver sentenças penais inconciliáveis que tenham condenado arguidos diversos pelos mesmos factos, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS anula as sentenças e determina que se proceda a julgamento conjunto de todos os arguidos, indicando o tribunal competente nos termos da lei.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, os processos são apensos, seguindo-se os termos da revisão.

3 – A anulação das sentenças faz cessar a execução das sanções nelas aplicadas, sem prejuízo de o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS decidir se aos condenados devem ser aplicadas medidas de coacção legalmente admissíveis no caso.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MEIOS DE PROVA E ACTOS URGENTES.

1 – Descido o processo, o juiz manda dar vista ao ministério público para indicar meios de prova e ordena a notificação do arguido e do assistente para o mesmo fim.

2 – Seguidamente, o juiz pratica os actos urgentes necessários, nos termos do artigo 10º, do capítulo único, do título primeiro, do livro sétimo e ordena a realização das diligências requeridas e as demais que considerar exigidas para o esclarecimento da causa.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – NOVO JULGAMENTO.

1 – Praticados os actos a que se refere o artigo anterior, é designado dia para julgamento, observando-se em tudo os termos do respectivo processo.

2 – Sempre que a revisão tiver sido autorizada com fundamento nas alíneas a) ou b) do número 1 do artigo 1º, do presente capítulo, não podem intervir no julgamento pessoas condenadas ou acusadas pelo ministério público, por factos que tenham sido determinantes para a decisão a rever.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA NO JUÍZO DE REVISÃO.

1 – Sempre que a decisão revista tiver sido condenatória e o tribunal de revisão absolver o arguido, aquela decisão é anulada, trancado o respectivo registo e o arguido restituído à situação jurídica anterior à condenação.

2 – A sentença que absolver o arguido no tribunal de revisão é afixada por certidão à porta do tribunal da comarca da sua última residência e à porta do tribunal que tiver proferido a condenação e publicada em três números consecutivos de jornal da sede deste último tribunal ou da localidade mais próxima, sempre que naquela não houver jornais.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INDEMNIZAÇÃO.

1 – No caso referido no artigo anterior, a sentença atribui ao arguido indemnização pelos danos sofridos e manda restituir-lhe as quantias relativas a custas e multas que tiver suportado, bem como sempre que tenha estado preso, o montante total correspondente ao número de dias que cumpriu no exercício das responsabilidades penais.

2 – A indemnização é paga pelo órgão de soberania jurídico competente pela sentença que ditou a sua condenação, ficando este sub-rogado no direito do arguido contra os responsáveis por factos que tiverem determinado a decisão revista.

3 – A solicitação do requerente ou sempre que não dispuser de elementos bastantes para fixar a indemnização, o tribunal relega a liquidação para execução de sentença.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SENTENÇA CONDENATÓRIA NO JUÍZO DE REVISÃO.

1 - Sempre que o tribunal de revisão concluir pela condenação do arguido, aplica-lhe a sanção que considerar justa ao caso, descontando-lhe a que já tiver cumprido.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 11º, do capítulo primeiro, do título anterior.

3 - Sempre que a decisão revista tiver sido absolutória, mas no juízo de revisão a sentença for condenatória:

- a) O Arguido que houver recebido indemnização é condenado a restituí-la; e
- b) Ao assistente são restituídas as custas que houver pago.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REVISÃO DE DESPACHO.

1 - Nos casos em que for admitida a revisão de despacho que tiver posto fim ao processo, nos termos do número 2 do artigo 1º, do presente capítulo, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS sempre que conceder a revisão, declara sem efeito o despacho e ordena que o processo prossiga.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LEGITIMIDADE PARA NOVO PEDIDO DE REVISÃO.

1 - Tendo sido negada a revisão ou mantida a decisão revista, não pode haver nova revisão com o mesmo fundamento.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PRIORIDADE DOS ACTOS JUDICIAIS.

1 - Sempre que o condenado a favor de quem foi solicitada a revisão se encontrar preso ou internado, os actos judiciais que deverem praticar-se preferem a qualquer outro serviço.

LIVRO DÉCIMO – EXECUÇÕES.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÕES COM FORÇA EXECUTIVA.

1 - As decisões penais condenatórias transitadas em julgado têm força executiva em todo o espaço territorial português e ainda em espaço territorial estrangeiro, nos termos do consignado em tratados, convenções e normas de direito internacional.

2 - As decisões penais absolutórias são exequíveis logo que proferidas, sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 3º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro quarto.

ARTIGO SEGUNDO – DECISÕES INEXEQUÍVEIS.

1 - Não é exequível decisão penal que:

- a) Não determinar a pena ou a medida de segurança aplicadas ou que aplicar pena ou medida inexistente na lei portuguesa;
- b) Não estiver reduzida a escrito; ou
- c) Tratando-se de sentença penal estrangeira, não tiver sido revista e confirmada nos casos em que for legalmente exigido.

ARTIGO TERCEIRO – PROMOÇÃO DA EXECUÇÃO.

1 – Compete ao ministério público promover a execução das penas e das medidas de segurança, bem como a execução por custas, indemnização e mais quantias devidas ao ESTADO ou a pessoas que lhe incumba representar judicialmente.

ARTIGO QUARTO – TRIBUNAL COMPETENTE PARA A EXECUÇÃO.

1 – A execução corre nos próprios autos perante o presidente do tribunal que proferiu a sentença ou em caso de sentença penal estrangeira a tiver revisto e confirmado, sendo nos casos de recurso e de revisão a competência dos tribunais da relação ou do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS

ARTIGO QUINTO – CONHECIMENTO SUPERVENIENTE DO CONCURSO.

1 – Para o efeito do disposto nos números 1 e 2 do artigo 7º, do capítulo sétimo, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL é territorialmente competente para a execução do julgamento o tribunal, civil ou militar, consignado nos termos do disposto nos artigos 5º ao 8º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro primeiro.

ARTIGO SEXTO – TRAMITAÇÃO.

1 – Para o efeito do disposto nos números 1 e 2 do artigo 7º, do capítulo sétimo, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL, o tribunal designa dia para a realização da audiência nos termos do respectivo processo ordenando, oficiosamente ou a requerimento, as diligências que se lhe afigurem exigidas à plena decisão.

ARTIGO SÉTIMO – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.

1 – Logo que for proferido despacho de pronúncia ou que designe dia para o julgamento de magistrado, jurado, testemunha, perito ou funcionário da justiça por factos que possam ter determinado a condenação do arguido, o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS pode requerer ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS ou ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, que suspenda a execução da sentença até ser decidido o processo, juntando os documentos comprovativos.

2 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS decide em pleno ou o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS decide em pleno das secções criminais, se a execução da sentença deve ser suspensa e em caso afirmativo, se deve ser aplicada medida de coacção ou de garantia patrimonial legalmente admissível no caso.

3 – É correspondentemente aplicável ao julgamento o disposto no artigo 7º, do capítulo segundo, do título segundo, do livro nono.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA PARA QUESTÕES INCIDENTAIS.

1 – Cabe ao tribunal competente para a execução decidir as questões relativas à execução das penas e das medidas de segurança e à extinção da responsabilidade, bem como à prorrogação e ao pagamento em prestações da pena de multa.

2 – É também competência dos tribunais referidos no número anterior a aplicação da amnistia e de outras medidas de clemência consignadas na lei.

ARTIGO NONO – EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.

1 – O tribunal competente para a execução declara extinta a pena ou a medida de segurança, notificando o beneficiário com entrega de cópia e sempre que for o caso remetendo cópias para os serviços prisionais, serviços de reinserção social e outras instituições que determinar.

TÍTULO SEGUNDO – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA A DIVERSAS ENTIDADES.

1 – O ministério público envia aos serviços prisionais e de reinserção social, no prazo de sete dias após o trânsito em julgado, cópia da sentença que aplicar pena privativa da liberdade.

2 – O ministério público indica as datas calculadas para o termo da pena e nos casos de admissibilidade de liberdade condicional, para os efeitos previstos no capítulo quinto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL.

3 – O cômputo previsto no número anterior é homologado pelo juiz e comunicado ao condenado e ao seu advogado.

4 – Em caso de recurso da decisão que aplicar pena privativa da liberdade e de o arguido se encontrar privado da liberdade, o ministério público envia aos serviços prisionais cópia da decisão, com a indicação de que dela foi interposto recurso.

ARTIGO SEGUNDO – ENTRADA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL.

1 – Os condenados em pena de prisão dão entrada no estabelecimento prisional por mandado do juiz competente.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DO TEMPO DE PRISÃO.

1 – Na contagem do tempo de prisão, os anos e dias são computados segundo os critérios seguintes:

a) A prisão fixada em anos, termina no primeiro dia correspondente em que se iniciar o ano ulterior ao último dia do ano da pena de prisão aplicada, considerando-se cada ano um período de 365 dias ou sendo bissexto 366 dias; e

b) A prisão fixada em dias, termina no primeiro dia correspondente ao dia ulterior ao último dia da pena de prisão aplicada, considerando-se cada dia um período de vinte e quatro horas

2 – Sempre que a prisão não for cumprida continuamente, ao dia encontrado segundo os critérios do número anterior acresce-se o tempo correspondente às interrupções.

ARTIGO QUARTO – EXECUÇÃO DA SENTENÇA.

1 – Compete aos REAIS SERVIÇOS PRISIONAIS a execução das sentenças proferidas pelos tribunais com pena de cadeia efectiva, nas REAIS PRISÕES PORTUGUESAS, durante o período de tempo da sentença, no cumprimento do exercício de funções deliberado, com a alimentação e o tratamento devido aos actos crimes praticados e a elaboração periódica de um memorando remetido ao tribunal respectivo, observando a EVOLUÇÃO FÍSICA e PSICOLÓGICA do DETIDO, a

DISCIPLINA e o COMPORTAMENTO, as FUNÇÕES e TRABALHOS por este REALIZADOS.

ARTIGO QUINTO – FISCALIZAÇÃO DAS SENTENÇAS.

1 – Compete aos tribunais competentes pelas sentenças de pena de cadeia efectiva o acompanhamento periódico dos CONDENADOS e das VITIMAS dos processos crimes, tendo como CRITÉRIOS de ACOMPANHAMENTO, no caso dos criminosos, do MEMORANDO PERIÓDICO remetido pelos REAIS SERVIÇOS PRISIONAIS e no caso das vítimas de VISITAS PERIÓDICAS ou de COMUNICAÇÕES PERIÓDICAS face ao ESTADO ACTUAL.

TÍTULO TERCEIRO – EXECUÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA A DIVERSAS ENTIDADES.

1 – O ministério público envia aos serviços prisionais e de reinserção social, no prazo de sete dias após a decisão que condenar o arguido a prisão preventiva, cópia da deliberação.

2 – O ministério público indica as datas calculadas para o termo do processo e para a deliberação da sentença e as consequências penais correspondentes ao acto crime em julgado, para os efeitos previstos no capítulo terceiro, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL.

3 – O cômputo previsto no número anterior é homologado pelo juiz e comunicado ao condenado e ao seu advogado.

4 – Em caso de recurso da decisão que aplicar pena de prisão preventiva, o ministério público envia aos serviços prisionais cópia da decisão, com a indicação de que dela foi interposto recurso.

ARTIGO SEGUNDO – ENTRADA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL.

1 – É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 2º, do capítulo único, do título anterior.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DO TEMPO DE PRISÃO.

1 – Para efeitos da restituição das verbas correspondentes aos dias de exercício das funções penais em caso de absolvição e de desconto da pena a cumprir no caso de sentença condenatória, na contagem do tempo de prisão, aplica-se o disposto no artigo terceiro, do capítulo único, do título anterior.

2 – Sempre que a prisão preventiva não for cumprida continuamente, serão segundo os critérios do número anterior descontados o tempo correspondente às interrupções.

ARTIGO QUARTO – EXECUÇÃO DA SENTENÇA.

1 – Compete aos REAIS SERVIÇOS PRISIONAIS a execução das sentenças proferidas pelos tribunais com pena de prisão preventiva, nas REAIS PRISÕES PORTUGUESAS, durante o período de tempo do decurso do acto processual, no cumprimento do exercício de funções deliberado pelo acto crime em julgado, com a alimentação e o tratamento devido às dúvidas inerentes às responsabilidades do acto

crime em julgado e a elaboração periódica de um memorando remetido ao tribunal respectivo, observando a EVOLUÇÃO FÍSICA e PSICOLÓGICA do DETIDO, a DISCIPLINA e o COMPORTAMENTO, as FUNÇÕES e TRABALHOS por este REALIZADOS.

TÍTULO QUARTO – EXECUÇÃO DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – MODIFICAÇÃO DAS NORMAS DE CONDUTA E DAS PENAS ACESSÓRIAS IMPOSTAS.

1 – A modificação das normas de conduta e penas acessórias impostas ao condenado na sentença que tiver decretado a execução da liberdade sob caução é decidida por despacho, depois de recolhida a prova das circunstâncias relevantes supervenientes ou de que o tribunal só posteriormente tiver tido conhecimento.

2 – O despacho é precedido de parecer do ministério público e de audição do arguido.

ARTIGO SEGUNDO – FALTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO.

1 – Quaisquer autoridades e serviços aos quais seja solicitado apoio ao arguido no cumprimento das normas de conduta ou das penas acessórias impostas comunicam ao tribunal a falta de cumprimento por aquele dos mesmos, para efeitos do disposto nos artigos 5º e 6º, do capítulo quarto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL, remetendo os meios de prova de que tiverem conhecimento.

2 – O tribunal decide por despacho, depois de recolhida a prova, obtido parecer do ministério público e escutado o condenado.

3 – A condenação pela prática de qualquer crime cometido durante o período de liberdade sob caução é imediatamente comunicada ao tribunal competente para a sua execução, sendo-lhe remetida cópia da decisão condenatória.

4 – Para os efeitos do disposto no número 1, a decisão que decretar a imposição das normas de conduta ou das penas acessórias é comunicada às autoridades e serviços aí referidos.

TÍTULO QUINTO – EXECUÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL.

ARTIGO PRIMEIRO – MODIFICAÇÃO DO DEVER, DAS NORMAS DE CONDUTA E OUTRAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS.

1 – A modificação do dever de ressarcir, das normas de conduta e outras obrigações impostas ao condenado na sentença que tiver decretado a execução da liberdade condicional é decidida por despacho, depois de recolhida a prova das circunstâncias relevantes supervenientes ou de que o tribunal só posteriormente tiver tido conhecimento.

2 – O despacho é precedido de parecer do ministério público e de audição do condenado, bem como de parecer dos serviços de reinserção social, sempre que for acompanhada de regime de prova.

ARTIGO SEGUNDO – PLANO DE REINserÇÃO SOCIAL.

1 – A decisão que decretar a execução da liberdade condicional com regime de prova contém o plano de reinserção social que o tribunal solicita com 30 dias de antecedência aos serviços de reinserção social.

2 – Os serviços de reinserção social procedem à elaboração ou no caso de não estar completado à reelaboração do plano de reinserção social, escutado o condenado, no prazo de 30 dias após a sua solicitação e submetem-no à homologação do tribunal.

3 – A decisão uma vez transitada em julgado, é comunicada aos serviços de reinserção social.

ARTIGO TERCEIRO – FALTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO.

1 – Quaisquer autoridades e serviços aos quais seja solicitado apoio ao condenado no cumprimento do dever, das normas de conduta ou outras obrigações impostas comunicam ao tribunal a falta de cumprimento por aquele dos mesmos, para efeitos do disposto no número 3 do artigo 2º, nos números 3, 5 e 6 do artigo 3º e dos artigos 6º e 7º, do capítulo quinto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL, remetendo os meios de prova de que tiverem conhecimento.

2 – O tribunal decide por despacho, depois de recolhida a prova, obtido parecer do ministério público e escutado o condenado na presença dos técnicos que apoiam e fiscalizam o cumprimento das condições da liberdade condicional.

3 – A condenação pela prática de qualquer crime cometido durante o período de liberdade condicional é imediatamente comunicada ao tribunal competente para a sua execução, sendo-lhe remetida cópia da decisão condenatória.

4 – Para os efeitos do disposto no número 1, a decisão que decretar a imposição do dever de ressarcir, das normas de conduta ou outras obrigações é comunicada às autoridades e serviços aí referidos.

ARTIGO QUARTO – CONTAGEM DO TEMPO DA LIBERDADE CONDICIONAL.

1 – É correspondentemente aplicável à contagem do tempo da liberdade condicional, com a respectiva rectificação o disposto no artigo 3º, do capítulo único, do título segundo, do presente livro.

TÍTULO SEXTO – EXECUÇÃO DAS PENAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE.

CAPÍTULO PRIMEIRO – EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.

ARTIGO PRIMEIRO – LOCAL E PRAZO DE PAGAMENTO.

1 – A multa é paga após o trânsito em julgado da decisão que a impõe, no tribunal competente pela decisão e pelo quantitativo nela fixado, não podendo ser acrescida de quaisquer adicionais.

2 – O prazo de pagamento da multa é de 7 dias a contar da notificação para o efeito, salvo no caso de o pagamento da multa ter sido diferido ou autorizado pelo sistema de prestações.

ARTIGO SEGUNDO – NÃO PAGAMENTO DA MULTA.

1 – Findo o prazo de pagamento da multa ou de alguma das suas prestações sem que o pagamento esteja efectuado, procede-se à execução patrimonial.

2 – Tendo o condenado bens suficientes e desembaraçados de que o tribunal tenha conhecimento ou que ele indique no prazo de pagamento, o ministério público promove logo a execução, que segue os termos da execução por custas.

CAPÍTULO SEGUNDO – EXECUÇÃO DA ADMOESTAÇÃO.

ARTIGO ÚNICO – EXECUÇÃO DA ADMOESTAÇÃO.

1 – A admoestação é proferida após trânsito em julgado da decisão que a aplicar.
2 – A admoestação é proferida de imediato, sempre que o ministério público, o arguido e o assistente declararem para a acta que renunciam à interposição de recurso.

3 – O Tribunal executa a admoestação para que esta não se confunda com a alocução referida no número 2 do artigo 12º, do capítulo único, do título terceiro, do livro sétimo.

CAPÍTULO TERCEIRO – EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS.

ARTIGO ÚNICO – EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS.

1 – Para além do disposto no capítulo sexto, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL, o tribunal ordena as providências necessárias para a execução da pena acessória.

TÍTULO SÉTIMO – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.

CAPÍTULO PRIMEIRO – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA PRIVATIVAS DA LIBERDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÕES SOBRE O INTERNAMENTO.

1 – A decisão que decretar o internamento especifica o tipo de instituição em que este deve ser cumprido e determina sempre que for o caso, a duração máxima e mínima do internamento.

2 – O início e a cessação do internamento efectuem-se por mandado do tribunal.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA A DIVERSAS ENTIDADES.

1 – O ministério público envia aos serviços prisionais, de reinserção social e à instituição onde o internamento se efectuar, no prazo de sete dias após o trânsito em julgado, cópia da sentença que aplicar medida de segurança privativa da liberdade.

2 – O ministério público indica expressamente a data calculada para o efeito previsto nos números 2 e 3 do artigo 3º, do capítulo nono, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL e comunicará futuramente eventuais alterações que se verificarem na execução da medida de segurança.

3 – Em caso de recurso da decisão que aplicar medida de segurança de internamento e de o arguido se encontrar privado da liberdade, o ministério público envia aos serviços prisionais cópia da decisão, com a indicação de que dela foi interposto recurso.

ARTIGO TERCEIRO – REEXAME DO INTERNAMENTO.

1 – Havendo lugar a reexame previsto no artigo 6º, do capítulo nono, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL, o tribunal ordena:

a) A realização de perícia psiquiátrica ou sobre a personalidade, devendo o respectivo relatório ser-lhe apresentado no prazo de 30 dias;

b) Oficiosamente ou a requerimento do ministério público, do internado ou do defensor, as diligências que se afigurem com interesse para a decisão.

2 – Sempre que na apreciação da perícia psiquiátrica, se concluir que existem condições favoráveis, o magistrado pode solicitar relatório social contendo análise do enquadramento familiar, social e educativo ou profissional do recluso.

3 – O reexame tem lugar com audição do ministério público, do defensor e do condenado, só podendo a presença deste ser dispensada se o seu estado de saúde tornar a audição inútil ou inviável.

ARTIGO QUARTO – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.

1 – É correspondentemente aplicável à medida de internamento o disposto no artigo 3º, do capítulo único, do título segundo, do presente livro.

CAPÍTULO SEGUNDO – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE.

ARTIGO ÚNICO – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE.

1 – Para além do disposto no capítulo oitavo, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL, o tribunal ordena as providências necessárias para a execução da medida de segurança não privativa da liberdade.

TÍTULO OITAVO – EXECUÇÃO DE BENS E DESTINO DAS MULTAS.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DE BENS E DESTINO DAS MULTAS.

ARTIGO PRIMEIRO – LEI APLICÁVEL.

1 – Em tudo o que não esteja especialmente consignado neste CÓDIGO, a execução de bens rege-se pelo disposto no CÓDIGO de PROCESSO CIVIL e no REGULAMENTO das CUSTAS PROCESSUAIS.

ARTIGO SEGUNDO – ORDEM DOS PAGAMENTOS.

1 – Com o produto dos bens executados efectuam-se os pagamentos pela ordem seguinte:

- a) As indemnizações;
- b) As multas penais e as coimas;
- c) A taxa de justiça;
- d) Os encargos liquidados a favor do órgão de soberania jurídico competente pela condenação;
- e) Os restantes encargos, proporcionalmente;

ARTIGO TERCEIRO – DESTINO DAS MULTAS.

1 – Salvo disposição em contrário, as importâncias de multas e coimas cobradas em juízo reverterem para o órgão de soberania jurídico que as aplicou.

LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADES POR CUSTAS.

TÍTULO ÚNICO – RESPONSABILIDADE POR CUSTAS.

CAPÍTULO ÚNICO – RESPONSABILIDADE POR CUSTAS.

ARTIGO PRIMEIRO – CUSTAS PROCESSUAIS.

1 – Nos termos da LEI as custas processuais são determinadas tendo presente a indemnização a atribuir às vítimas, ofendidos e lesados em processo penal, sendo:

a) Nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES de 100% sobre a indemnização a conceder;

b) Nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES de 1/3 da indemnização a conceder;

c) Nos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES de 100% sobre a indemnização a conceder;

d) REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES:

1 – PROCESSOS de INVASÃO TERRITORIAL, pelo montante da venda em hasta pública de toda a propriedade material apreendida aos condenados em processo penal e declarada perdida a favor do estado;

2 – PROCESSOS de PROPRIEDADE, de 1/3 da indemnização a conceder.

e) Nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES da duplicação dos montantes das custas processuais de 1º Instância;

f) No REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS da duplicação dos montantes das custas processuais de 1º Instância;

g) No REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS da triplicação dos montantes das custas processuais de 1ª Instância

2 – As custas processuais são cobradas após a deliberação da sentença condenatória ou absolutória e são imputados nos termos dos artigos seguintes.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DO ARGUIDO POR CUSTAS.

1 – Só há lugar ao pagamento da taxa quando ocorra condenação em 1ª Instância e decaimento total em qualquer recurso.

2 – O arguido é condenado em uma só taxa de justiça, ainda que responda por vários crimes, desde que sejam julgados em um só processo.

3 – A condenação em taxa de justiça é sempre individual e o respectivo quantitativo é fixado pelo juiz, nos termos do disposto nas alíneas do número 1 do artigo anterior.

ARTIGO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DO ARGUIDO POR ENCARGOS.

1 – O arguido condenado é responsável pelo pagamento, a final, dos encargos a que a sua acção criminosa houver dado lugar.

2 – Sempre que forem vários os arguidos condenados em taxa de justiça e não for possível individualizar a responsabilidade de cada um deles pelos encargos, esta é sempre solidária, salvo se outro critério for fixado na decisão.

3 – Sempre que o assistente for também condenado no pagamento de taxa de justiça, a responsabilidade pelos encargos que não puderem ser imputados à simples acção criminal de um ou de outro é repartida por ambos de igual modo.

ARTIGO QUARTO – RESPONSABILIDADE DO ASSISTENTE POR CUSTAS.

1 – É devida taxa de justiça pelo assistente nos seguintes casos:

- a) Sempre que o arguido for absolvido ou não for pronunciado por todos ou por alguns crimes constantes da acusação que haja deduzido;
- b) Sempre que decair, total ou parcialmente, em recurso que houver interposto ou em que tenha feito oposição;
- c) Sempre que fizer terminar o processo por desistência ou abstenção injustificada de acusar;
- d) Sempre que for rejeitada, total ou parcialmente, acusação que houver deduzido.

2 – Havendo vários assistentes, cada um está obrigado à respectiva taxa de justiça.

ARTIGO QUINTO – CASOS DE ISENÇÃO DO ASSISTENTE.

1 – O assistente é isento do pagamento de taxa de justiça, sempre que por razões supervenientes à acusação que houver deduzido ou com que se tiver conformado e que lhe não sejam imputáveis, o arguido não for pronunciado ou for absolvido.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADE DO ASSISTENTE POR ENCARGOS.

1 – Sempre que o procedimento depender de acusação particular ou queixa, o assistente condenado em taxa de justiça paga também os encargos a que a sua acção criminosa tiver dado lugar.

ARTIGO SÉTIMO – TAXA DEVIDA PELA CONSTITUIÇÃO DE ASSISTENTE.

1 – A constituição de assistente dá lugar ao pagamento de taxa de justiça, nos termos fixados no REGULAMENTO das CUSTAS PROCESSUAIS.

2 – No caso de falecimento ou incapacidade do assistente, o pagamento da taxa já efectuado aproveita àqueles que se apresentarem em seu lugar, a fim de continuarem a assistência.

3 – A taxa devida pela constituição de assistente é cobrada após proferida a sentença e é imputada e cobrada a quem afirme as responsabilidades criminais em processo penal

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE DO DENUNCIANTE.

1 – Paga também custas o denunciante, sempre que se mostrar provado que denunciou de má-fé ou com negligência grave.

ARTIGO NONO – NORMA ESPECIAL.

1 – Sempre que se trate de actos praticados por pessoa que não for sujeito processual penal e estejam em causa condutas que entorpeçam o andamento do processo ou impliquem a disposição substancial de tempo e de meios, o juiz condena o visado ao pagamento de uma taxa fixada entre 3 UC e 10 UC.

ARTIGO DÉCIMO – ISENÇÃO.

1 – O ministério público está isento de custas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CUSTAS NO PEDIDO CÍVEL.

1 – A responsabilidade por custas relativas ao pedido de indemnização civil são aplicáveis as normas do PROCESSO CIVIL.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS.

1 – Sem prejuízo no disposto neste capítulo, é subsidiariamente aplicável o disposto no REGULAMENTO das CUSTAS PROCESSUAIS.

PARTE SEGUNDA ORGÂNICA DO PODER JURÍDICO

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS:

ARTIGO PRIMEIRO – TITULARIDADE E EXERCÍCIO DO PODER JURÍDICO.

1 – O PODER JURÍDICO pertence a SUAS MAJESTADES e a todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL e é EXERCÍDO nos TERMOS da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO SEGUNDO – FUNÇÃO JURISDICIONAL.

1 – Os TRIBUNAIS são os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, com competências, para ADMINISTRAR a JUSTIÇA e fazer CUMPRIR a LEI de igual MODO e FORMA a todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESES e a todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES EXTERNOS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, em NOME de SUAS MAJESTADES e de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS.

2 – Na ADMINISTRAÇÃO da JUSTIÇA, incumbe aos TRIBUNAIS assegurar a DEFESA dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES consignados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, salvaguardando os INTERESSES LEGALMENTE protegidos e o DEVER de IMPOR e EXIGIR com o MÁXIMO RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO, uma só LEI a cumprir para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA a INSTITUIR em prol de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL da VIDA da NAÇÃO PORTUGUESA, com a mais INFIMA PROFUNDIDADE e OBJECTIVIDADE e com a MÁXIMA FIRMEZA EXIGIDA, reprimindo a VIOLAÇÃO da LEGALIDADE MONÁRQUICA, da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS e dirimindo os CONFLITOS de INTERESSES PÚBLICOS e PRIVADOS dos AGENTES ECONÓMICOS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL.

3 – No EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS, os TRIBUNAIS têm DIREITO à COADJUVACÃO de todas as AUTORIDADES consignadas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, que envolvam o PLENO, REGULAR e CORRECTO FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA e o RIGOROSO APURAMENTO da VERDADE das MATÉRIAS PROCESSUAIS.

4 – A LEI poderá INSTITUCIONALIZAR INSTRUMENTOS e FORMAS de COMPOSIÇÃO não JURISDICCIONAL de CONFLITOS.

ARTIGO TERCEIRO – ORGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS.

1 – São ORGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS com competência para ADMINISTRAR o EXERCÍCIO do PODER JURÍDICO, o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, o REAL TRIBUNAL de CONTAS PORTUGUÊS, os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, o REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, a REAL PROVIDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA e a REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA.

ARTIGO QUARTO – INDEPENDÊNCIA, SEPARAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA.

1 – Os TRIBUNAIS, são ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS independentes de quaisquer outros ÓRGÃOS de SOBERANIA, regendo-se pela LEI, pelos PRINCÍPIOS e VALORES INSCRITOS e CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, obedecendo entre si à SEPARAÇÃO dos PODERES para os quais foram CONSTITUÍDOS e actuando no fortalecimento dos laços de UNIÃO, COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO, APOIO e AJUDA, com os demais ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, face ao RIGOROSO e EXACTO APURAMENTO da VERDADE dos FACTOS e à RESOLUÇÃO dos conflitos e diferendos em JULGADO no decurso do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, não podendo nenhum ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES potenciar situações de INGERÊNCIA face aos demais ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, nem delegar as responsabilidades para si DEFINIDAS, CONSTITUÍDAS e INSTITUÍDAS noutros ÓRGÃOS de SOBERANIA.

ARTIGO QUINTO – APRECIACÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE.

1 – Nos ACTOS PROCESSUAIS submetidos a JULGAMENTO, não podem os TRIBUNAIS aplicar NORMAS que INFRIJAM o DISPOSTO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e no REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS e os PRINCÍPIOS e VALORES CONSIGNADOS.

ARTIGO SEXTO – DECISÃO DOS TRIBUNAIS.

1 – As DECISÕES empreendidas pelos TRIBUNAIS são OBRIGATÓRIAS para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e PREVALECEM sobre as de quaisquer outras AUTORIDADES, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES dos TRIBUNAIS, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO SÉTIMO – AUDIÊNCIAS DOS TRIBUNAIS.

1 – As AUDIÊNCIAS dos TRIBUNAIS são PÚBLICAS, salvo quando o ORGÃO de SOBERANIA JURÍDICO competente decidir o CONTRÁRIO, em DESPACHO FUNDAMENTADO, para SALVAGUARDAR a DIGNIDADE dos

REÚS e das VITIMAS e dos seus FAMILIÁRES, para DEFENDER a MORALIDADE PÚBLICA ou para GARANTIR o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO OITAVO – JULGAMENTO, JÚRI E ACESSORIA TÉCNICA.

1 – Os JULGAMENTOS são PRESIDIDOS por o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou pelo seu REPRESENTANTE LEGAL e por o REPRESENTANTE do PROVIDOR de JUSTIÇA e do PROCURADOR de JUSTIÇA, sempre que o PRÓPRIO JUÍZ o entenda NECESSÁRIO, PRECISO e o SOLICITE e por um JÚRI, CONSTITUÍDO em NÚMERO VARIÁVEL por os MAGISTRADOS CONSTITUINTES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO respectivo em exercício de funções e por os ACESSORES TECNICAMENTE QUALIFICADOS representados em cada um JULGAMENTO.

2 – O JÚRI é um ELEMENTO fundamental e PRESENTE em todos os JULGAMENTOS, tendo a COMPOSIÇÃO que no MOMENTO o PRÓPRIO ÓRGÃO de SOBERANIA entenda EXIGIDO, por REUNIÃO dos seus JUÍZES CONSTITUINTES em exercício de funções, em CONSELHO dos MAGISTRADOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e face às TEMÁTICAS e MATÉRIAS visadas por toda a ACÇÃO e MOVIMENTO em JULGAMENTO.

3 – A LEI estabelecerá como TESTEMUNHAS, sempre que NECESSÁRIO e PRECISO a PARTICIPAÇÃO de ACESSORES TECNICAMENTE QUALIFICADOS para o JULGAMENTO de determinadas MATÉRIAS ESPECÍFICAS, que envolvam o CONHECIMENTO de uma DETERMINADA ARTE BASTONÁRIA, SECTOR MINISTERIAL ou ÁREA PRESIDENCIAL de ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO NONO – PATROCÍNIO FORENSE.

1 – A LEI assegura aos ADVOGADOS as RESPONSABILIDADES necessárias, precisas e exigidas ao PLENO EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO, na DEFESA dos INTERESSES PRÓPRIOS, LEGÍTIMOS e CONSTANTES, INDIVIDUAIS e COLECTIVOS dos seus CLIENTES e REGULA o PATROCÍNIO FORENSE como ELEMENTO ESSENCIAL à ADMINISTRAÇÃO da JUSTIÇA.

ARTIGO DÉCIMO – ESTATUTO DOS JUÍZES.

1 – Os JUÍZES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, usufruem do ESTATUTO NOBILIÁRQUICO de SUAS ALTEZAS, exercendo as suas FUNÇÕES DIÁRIAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram ELEITOS, regendo-se pelos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS consignados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para todos os CIDADÃOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e para todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a residirem no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, respondendo CIVIL e CRIMINALMENTE, pelos ACTOS, PALAVRAS, ATITUDES, GESTOS, ACCÇÕES e OMISSÕES que pratiquem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, tendo presente o MAIOR DEVER e RESPONSABILIDADE perante o EXEMPLO que firmam para com todos os CIDADÃOS no EXERCÍCIO dos mesmos ACTOS e na IMPOSIÇÃO de uma só LEI a CUMPRIR, para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA.

2 – Como CONSEQUÊNCIAS do respectivo INCUMPRIMENTO, serão JULGADOS pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUES, que agravará e TRIPLICARÁ as

penas a aplicar a todos os TITULARES de CARGOS JURÍDICOS, perante os CRIMES por estes PRATICADOS, incluindo no IMEDIATO a DESTITUIÇÃO do CARGO que EXERCE, o FIM do MANDATO que CUMPRE, a perda do TÍTULO NOBILIÁRQUICO e para toda a VIDA do ESTATUTO de ELEITO e ELEITOR, correspondendo ao fim do EXERCÍCIO de FUNÇÕES JURÍDICAS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os JUÍZES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consignados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES:

- a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;
- b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;
- c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TITULARES dos ÓRGÃOS JURÍDICOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;
- d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;
- e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os JUÍZES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

- a) Comparecer nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram NOMEADOS e DESIGNADOS, nos DIAS e HORÁRIOS de PREVALÊNCIA do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;
- b) Comparecer às SESSÕES de JULGAMENTO para as quais forem NOMEADOS pelo CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA correspondente, cumprindo as FUNÇÕES de JUÍZ ou de JÚRI, correspondentes à DECISÃO IMPOSTA;
- c) Comparecer aos CONSELHOS de INVESTIGAÇÃO, relativos aos PROCESSOS CRIMINAIS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS correspondentes, que possam EXISTIR, possam ser NOMEADOS e aos quais possam PERTENCER;
- d) Comparecer aos ACTOS de REPRESENTAÇÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA para o qual foram NOMEADOS, por DELEGAÇÃO do CONSELHO dos MAGISTRADOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS correspondentes;
- e) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

f) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das NORMAS JURÍDICAS em CURSO pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO o qual REPRESENTAM.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODERES DOS JUÍZES.

1 – Constituem PODERES dos JUÍZES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS:

a) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de ANÁLISE, CORRECÇÃO e APERFEIÇOAMENTO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS;

b) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar aos ÓRGÃO de SOBERANIA JURIDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO JURÍDICO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;

d) Questionar o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO a que pertencem, em termos de FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO e COMPETÊNCIAS e sobre a ESPECIFICIDADE das MATÉRIAS e TEMAS envoltos do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;

e) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA da VIDA do REINO de PORTUGAL, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os JUÍZES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, o EXERCÍCIO e o DESEMPENHO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICAS para as quais foram INVESTIDOS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS respectivos.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA.

1 – Os JUÍZES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE, na ÁREA de JURISDIÇÃO que lhe CORRESPONDE e estão para DEFENDER, SERVIR e SALVAGUARDAR, os PRINCÍPIOS e VALORES constantes na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e os INTERESSES de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESES e EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA.

1 – Os JUÍZES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao PLENO, EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS MAGISTRADOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram NOMEADOS e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA e sobre as MATÉRIAS e TEMAS dos PROCESSOS PENAIIS em JULGAMENTO.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS, para o desempenho do CARGO de JUÍZ dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES que tenham EXERCIDO, EXERÇAM ou tenham CONCLUÍDO o CICLO EDUCATIVO no CURSO de DIREITO em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE RECONHECIDAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES e que sendo DOUTORES, MESTRES ou LICENCIADOS estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS, dos JUÍZES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos JURÍDICOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada por CONSELHO dos MAGISTRADOS CONSTITUINTES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO correspondente e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os JUÍZES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, em CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA correspondente, que após a OBSERVAÇÃO e ANÁLISE da OPINIÃO de todos os JUÍZES e a ESPECIFICIDADE dos ACTOS PROCESSUAIS sobre a ALÇADA de cada um, procede a uma ACTA de FÉRIAS, do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO respectivo, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar os PERÍODOS, a ESPECIFICIDADE dos actos processuais sobre a sua alçada e a PRESENÇA em todo o MOMENTO da AUSÊNCIA de JUÍZES competentes nas TEMÁTICAS e MATÉRIAS JURÍDICAS, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS correspondentes.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, as ORDENS CONSTITUCIONAIS, INSTITUÍDAS sob a forma de LEIS, PROMULGADAS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, empreendidas após a UNIDADE, CONSENSO e CONCORDÂNCIA dos DOIS ÓRGÃOS de SOBERANIA, face às DELIBERAÇÕES das MATÉRIAS a IMPOR, tendo em vista a DEFINIÇÃO dos PRINCÍPIOS e VALORES do CÓDIGO NORMATIVO PORTUGUÊS, pelo qual se REGEM todos os AGENTES ECONÓMICOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e os PRINCÍPIOS e

VALORES por que se regem todos os CIDADÃOS, FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS, no TERRITÓRIO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO.

2 – São ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, as NORMAS JURÍDICAS, INSTITUÍDAS nas COMUNICAÇÕES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS a SUAS MAJESTADES, tratando as EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES, relativas à REVISÃO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, à REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e à ACÇÃO e MOVIMENTO JURÍDICO GOVERNATIVO, bem como o AVISO e o ALERTA para as IRREGULARIDADES e INCORRECÇÕES, que POTENCIAM no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES, todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES e todos os ORGANISMOS INTERNACIONAIS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS presentes, que após ANÁLISE, RIGOR e FIRMEZA de SUAS MAJESTADES e do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, os remete aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e ORGANISMOS INTERNACIONAIS VISADOS.

3 – São ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, os DESPACHOS NORMATIVOS, empreendidos nas COMUNICAÇÕES INTERNAS entre ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, relativos a toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

4 – São ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, os ACÓRDÃOS INSTITUÍDOS em cada um DECISÃO JURÍDICA.

5 – São ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, os COOPERATOS JURÍDICOS, EMPREENDIDOS nas COMUNICAÇÕES EXTERNAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS com os DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO VIGÉSIMO – PUBLICIDADE DOS ACTOS E PUBLICAÇÃO.

1 – Com a EXCEPÇÃO dos DESPACHOS NORMATIVOS e dos COOPERATOS JURÍDICOS, todos os ACTOS NORMATIVOS empreendidos pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS serão PUBLICADOS, DIVULGADOS e DIFUNDIDOS pelos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO JURÍDICO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

1 – Tendo os MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL como RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE, para com a JUSTIÇA, ALERTAR para a IMPOSIÇÃO da LEI, para o EXEMPLO de todo um SER, ESTAR e CUMPRIR em conformidade com a LEI e para o dar a CONHECER a toda a POPULAÇÃO as FALTAS, INFRACÇÕES e INCORRECÇÕES dos CIDADÃOS faltosos à LEI INSTITUIDA, compete-lhe a todo o MOMENTO, em CONFORMIDADE com as INSTÂNCIAS JÚRIDICAS e sobre as MATÉRIAS e TEMÁTICAS em JULGAMENTO, proporcionar à POPULAÇÃO o CONHECIMENTO dos CRIMES PRATICADOS, os CASOS e FACTOS ocorridos

nos PROCESSOS em JULGADO, relevando a sua EXEMPLAR PUNIÇÃO pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ORGANIZAÇÃO.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS estão DEFINIDOS pelos REAIS TRIBUNAIS CIVIS, estando estes ESTRUTURADOS, por QUINHENTOS e CINQUENTA REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS, correspondendo aos MUNICÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORDENADOS por QUARENTA e TRÊS REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS, correspondendo aos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ORGANIZADOS por NOVE REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS, correspondendo às REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pelos REAIS TRIBUNAIS MILITARES, estando estes ESTRUTURADOS por QUARENTA e TRÊS REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS, correspondendo aos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORDENADOS por NOVE REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS, correspondendo às REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ORGANIZADOS pelo REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, estando ambos os REAIS TRIBUNAIS CIVIS e MILITARES SUBORDINADOS e UNIDOS HIERÁRQUICAMENTE pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e pelo REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – TUTELA ADMINISTRATIVA.

1 – Compete a SUAS MAJESTADES a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, sobre o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e sobre o REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS e compete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre os demais ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES, consistindo na CORRECTA e RIGOROSA RESPONSABILIDADE de verificação dos preceitos e do cumprimento, dos VALORES e PRINCÍPIOS inscritos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, pelos ÓRGÃOS e por todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, em termos da FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DIREITO DE CONTESTAÇÃO DO ACTO ELEITORAL.

1 – A todos os CANDIDATOS aos CARGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, compete o DIREITO de CONTESTAÇÃO do ACTO ELEITORAL do qual participem, utilizando a EXPOSIÇÃO CONTESTUTÁRIA JURÍDICA, como INSTRUMENTO capaz de IMPOR a SUAS MAJESTADES e ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS uma NOVA AVALIAÇÃO do PROCESSO ELEITORAL em causa.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – REFERENDO.

1 – Os DIFERENDOS INSTITUCIONAIS verificados entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, face às POSIÇÕES e DECISÕES das TEMÁTICAS e MATÉRIAS em CURSO na ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA GOVERNATIVA do REINO de PORTUGAL, INSTITUIRAM o REFERENDO como INSTRUMENTO ELEMENTAR e FUNDAMENTAL na RESOLUÇÃO dos PROBLEMAS SUSCITADOS, no qual todos os CIDADÃOS, residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os PORTUGUESES residentes no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, ELEITOS e ELEITORES, podem ser chamados a pronunciar-se, competindo a decisão do ACTO a SUAS MAJESTADES, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, mediante proposta dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e das ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, convocados por ÉDITO REAL, face às matérias das respectivas COMPETÊNCIAS, só podendo ter por objecto questões de RELEVANTE interesse NACIONAL, que devam ser decididas por SUAS MAJESTADES, pelos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e pelas ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, que delegam nas INSTÂNCIAS JÚRÍDICAS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS a RESOLUÇÃO das mesmas, através da APROVAÇÃO do ACTO NORMATIVO, podendo o mesmo afirmar um âmbito REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL, sempre que o DIFERENDO entre os ÓRGÃOS de SOBERANIA, se potenciem em termos do ESPAÇO GEOGRÁFICO definido.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – PRINCÍPIO DA RENOVAÇÃO.

1 – Nenhum CIDADÃO que cumpra os CRITÉRIOS de ELÉGIBILIDADE dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS, pode ser privado do EXERCÍCIO de FUNÇÕES JURÍDICAS, enquanto CANDIDATO a TITULAR dos CARGOS do PODER JURÍDICO, de âmbito INTERNACIONAL, NACIONAL, REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PRINCÍPIO DA CELERIDADE.

1 – A todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS E MILITARES é EXIGIDA, no IMEDIATO MOMENTO após a INSTAURAÇÃO dos PROCESSOS CRIMES movidos pelas AUTORIDADES COMPETENTES, a CELERIDADE EXIGIDA à RESOLUÇÃO dos DIFERENDOS ocorridos, das INFRACÇÕES praticadas à LEI INSTITUÍDA e dos CRIMES praticados INDIVIDUALMENTE e COLECTIVAMENTE na VIDA do REINO de PORTUGAL.

2 – Compete sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO à REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA e à REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA NOMEAR um ADVOGADO, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES correspondentes de DEFESA ou de ACUSAÇÃO, dos PROCESSOS em JULGAMENTO.

3 – Compete ao CONSELHO dos MAGISTRADOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURIDICO envolvidos em cada um PROCESSO JUDICIAL nomear, o JUÍZ que vai PRESIDIR à AUDIÊNCIA na ausência do PRESIDENTE, os JUÍZES que vão constituir o JURÍ de cada um ACTO PROCESSUAL e o JUIZ RESPONSÁVEL

pelo CONSELHO de INVESTIGAÇÃO, a quem compete a CONVOCAÇÃO de PERITOS ESPECÍFICOS QUALIFICADOS nas várias ARTES BASTONÁRIAS, SECTORES MINISTERIAIS e ÁREAS PRESIDENCIAIS envoltas dos actos processuais para completarem os membros do JÚRI, sendo o CONSELHO de INVESTIGAÇÃO composto pelos MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS necessários, precisos e exigidos a PROVAR a VERACIDADE dos FACTOS PROCESSUAIS.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – SEGURANÇA E ORDEM.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS são protegidos VINTE e QUATRO HORAS por DIA pelo CORPO do REAL EXÉRCITO PORTUGUÊS, que mantém a VIGILÂNCIA, a SEGURANÇA e a PROTECÇÃO de toda a INFRA-ESTRUTURA JURÍDICA por turnos CONSECUTIVOS, competindo à GUARDA REAL PORTUGUESA, a ORDEM nas SALAS de AUDIÊNCIA.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – SOM E IMAGEM, GRAVAÇÃO.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, possuem EQUIPAMENTOS de SOM e IMAGEM, que utilizaram para a GRAVAÇÃO dos DEPOIMENTOS de cada um INTERVENIENTE em cada um PROCESSO JURÍDICO, para que CONSTITUAM o REGISTO e façam PROVA de todo o PROCESSO e das INTERVENÇÕES proferidas e que acompanharam o desenrolar de todo o PROCESSO JURÍDICO, nas VÁRIAS FASES PROCESSUAIS das INSTÂNCIAS JURÍDICAS envolvidas, até ao MOMENTO do VEREDICTO FINAL.

ARTIGO TRIGÉSIMO – ARGUIDOS, VITIMAS E TESTEMUNHAS.

1 – Os ARGUIDOS são JULGADOS no ESPAÇO de JURISDIÇÃO da OCORRÊNCIA do ACTO CRIMINAL e SALVO os casos em que a LEI PREVÊ a sua DISPENSA dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, estarão SEMPRE PRESENTES, NA SALA DE AUDIÊNCIA, podendo as TESTEMUNHAS e os PERITOS QUALIFICADOS nas várias MATÉRIAS, por MOTIVOS PESSOAIS e PSICOLÓGICOS, PRESTAR o DEPOIMENTO por outras VIAS e RECURSOS de COMUNICAÇÃO.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, OBEDECENDO ao PRINCÍPIO da CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA do PODER ESTATAL, cujas FUNÇÕES se CENTRAM no APURAR, JULGAR e FAZER CUMPRIR a LEI, os PRINCÍPIOS e VALORES INSCRITOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e o REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, IMPONDO o PODER JURÍDICO do REINO de PORTUGAL, NÃO POSSUEM PATRIMÓNIO, NEM POSSUEM FINANÇAS PRÓPRIAS.

2 – Os CUSTOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO das INFRA-ESTRUTURAS do PODER JURÍDICO, bem como os CUSTOS do EXERCÍCIO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, serão INSCRITOS e ORÇAMENTADOS pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, no ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL de cada um ANO e VIABILIZADOS MENSALMENTE pelo SALDO da CONTA CORRENTE do REAL BANCO DE PORTUGAL, de cada um DUCADO RESPECTIVO e quando por FALTA de LIQUIDEZ do RESPECTIVO DUCADO, por TRANSFERÊNCIA do SALDO da CONTA CORRENTE do ESTADO do REAL BANCO DE PORTUGAL, após

APROVAÇÃO dos BALANÇOS MENSAIS do REINO de PORTUGAL e DELIBERAÇÃO do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO.

3 – Os CUSTOS do DESEMPENHO de FUNÇÕES dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, bem como os ENCARGOS FISCAIS e SOCIAIS serão INSCRITOS e ORÇAMENTADOS pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, no ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL de cada um ANO e VIABILIZADOS MENSALMENTE pelo SALDO da CONTA CORRENTE do ESTADO do REAL BANCO DE PORTUGAL, visando deste modo a JUSTA, CORRECTA e RIGOROSA REPARTIÇÃO dos RECURSOS ESTATAIS por todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, face às suas DESPESAS SALARIAIS CORRENTES e a todo um EVOLUIR PRESENTE e PROGRESSIVO da ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL a EMPREENDER.

4 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, NÃO DISPÕEM de PODERES TRIBUTÁRIOS, sendo este ESTABELECIDO pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO para todo o REINO de PORTUGAL e de ACORDO com os PRINCÍPIOS e OBJECTIVOS a CUMPRIR, no fazer face às EXIGÊNCIAS dos MOMENTOS.

5 – Aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, NÃO COMPETE o ARRECADAR de RECEITAS e de PATRIMÓNIO PRÓPRIO, mas SIM o DEVER de VIABILIZAR a ACÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA ao RENTABILIZAR dos MEIOS FÍSICOS do ESTADO, na PROSECUÇÃO do BEM-ESTAR COMUM da POPULAÇÃO, sendo as RECEITAS APURADAS no EXERCÍCIO e DESEMPENHO das FUNÇÕES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, CONTABILIZADAS e TRANSFERIDAS no IMEDIATO MOMENTO ou no FINAL de cada um TURNO JURÍDICO para as CONTAS do REAL BANCO DE PORTUGAL do DUCADO CORRESPONDENTE à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS DOS QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os QUADROS ESPECÍFICOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTOS:

- a) ADVOGADOS, QUATROCENTOS E TRINTA CONTOS;
- b) CONTABILISTAS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- c) TESOUREIROS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- d) SECRETÁRIOS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- e) BIBLIOTECÁRIOS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- f) MOTORISTAS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- g) TELEFONISTAS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- h) TÉCNICOS de INFORMÁTICA, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- i) TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- j) TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- l) TÉCNICOS de HOTELARIA, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;

m) TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;

n) MÉDICOS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;

o) ENFERMEIROS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – FÉRIAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As FÉRIAS dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, CORRESPONDEM às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, ESTABELECIDAS pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA entre a SUGESTÃO APRESENTADA pelos TÍTULARES dos CARGOS, a ANÁLISE efectuada pela COMISSÃO de PROFISSIONAIS e a APROVAÇÃO do RESPECTIVO REPRESENTANTE MÁXIMO de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

2 – Os TÍTULARES dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, APRESENTAM até ao FINAL do MÊS de OUTUBRO do ANO ANTEREDEDENTE ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO à COMISSÃO de PROFISSIONAIS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CORRESPONDENTE, que após a OBSERVAÇÃO e ANÁLISE da OPINIÃO de todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES e a ESPECIFICIDADE do EXERCÍCIO PROFISSIONAL, PROCEDE a uma ACTA de FÉRIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO RESPECTIVO, a APRESENTAR até ao FINAL do MÊS de NOVEMBRO ao REPRESENTANTE MÁXIMO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CORRESPONDENTE que após VERIFICAR os PERÍODOS, o EXERCÍCIO PROFISSIONAL e a PRESENÇA em todo o MOMENTO da sua AUSÊNCIA de PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS nas mesmas ARTES BASTONÁRIAS, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE na INSTITUIÇÃO.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – AUSÊNCIAS E FALTAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS.

1 – As AUSÊNCIAS e FALTAS dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, deveram ser COMUNICADAS no IMEDIATO, pelo REPRESENTANTE MÁXIMO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO RESPECTIVO, ao DUCADO da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO CORRESPONDENTE.

2 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA COMPORTA, no CONTINUO DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos QUADROS ESPECÍFICOS ESTATAIS a todos os CIDADÃOS, do FUNDAMENTAL CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, NÃO PERMITE FALTAS INJUSTIFICADAS ao LONGO de cada uma LEGISLATURA, PODENDO EXISTIR FALTAS por MOTIVOS de SAÚDE, CONFIRMADAS por a ÁREA da SAÚDE e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, CONFIRMADAS pelos MOTIVOS e RAZÕES das MESMAS.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – PROFISSIONAIS QUALIFICADOS EXTRAORDINÁRIOS.

1 – Sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, face às EXIGÊNCIAS das RESPONSABILIDADES, FUNÇÕES e COMPETÊNCIAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ENVOLTOS do PROCESSO de ELEIÇÃO dos CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos ÓRGÃOS respectivos, ELEGERAM das DEMAIS CANDIDATURAS SELECIONADAS à correspondente ELEIÇÃO, os respectivos JUÍZES com BASE no CRITÉRIO da EQUITATIVIDADE da SELECÇÃO pelas ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO correspondentes e da Mais-valia dos ELEITOS ao CARGO a EXERCER.

TÍTULO SEGUNDO – REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, é o ÓRGÃO JURÍDICO, ao qual COMPETE ESPECIFICAMENTE DELIBERAR, as TRANSFORMAÇÕES a OPERAR, na VIDA do REINO de PORTUGAL, em RAZÃO de MATÉRIA de NATUREZA ORGÂNICA do PODER JURÍDICO, DISCIPLINAR NOBILIÁRQUICO e ELECTIVO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, é um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, que AUFERE de ESTATUTO PRÓPRIO.

2 – Os seus ELEMENTOS usufruem de ESTATUTO PRÓPRIO já CONSAGRADO e DEFINIDO em termos HIERÁRQUICOS, pelas RESPONSABILIDADES que EXERCEM DIÁRIAMENTE no DESEMPENHO das suas FUNÇÕES JURÍDICAS e LEGISLATIVAS, em prol do CICLO MONÁRQUICO EVOLUTIVO LABORAL do REINO de PORTUGAL, nos ÓRGÃOS para que foram NOMEADOS.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, é PRESIDIDO por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, por o PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, por o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, por o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS e por o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, ÓRGÃO COMPOSTO por DOIS REPRESENTANTES do REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS, por CINCO REPRESENTANTES do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, por DOIS REPRESENTANTES do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, por CINCO REPRESENTANTES do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, por os NOVE PRESIDENTES de cada um dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS, por os NOVE REPRESENTANTES de cada um dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS, por um REPRESENTANTE dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS, por um REPRESENTANTE dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS, por um REPRESENTANTE dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS, por o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, por o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, por o BASTONÁRIO NACIONAL da ORDEM dos ADVOGADOS, por o PRESIDENTE da ASSEMBLEIA

REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS e por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL JURÍDICA.

ARTIGO QUARTO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – Os ELEMENTOS constituintes do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, não OBEDECEM a quaisquer CRITÉRIOS de ELEIÇÃO, sendo NOMEADOS por SUAS MAJESTADES, pelo DESEMPENHO de FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES que CUMPREM nos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL, traduzindo a RAZÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a IDENTIDADE de toda uma ACÇÃO e a REALIDADE de todo o MOVIMENTO das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS em OBSERVAÇÃO, DEBATE e DEFINIÇÃO, potenciando a UNIDADE da ORIENTAÇÃO a PRODUIR.

ARTIGO QUINTO – RESIDÊNCIA OFICIAL.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, reunirá no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, cito em LISBOA, CAPITAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO SEXTO – CONVOCAÇÃO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, é CONVOCADO por MISSIVA REAL de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ANALISADAS, CORRIGIDAS e APROVADAS, pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO SÉTIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, reunirá sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA, que o PRESIDEM e por VONTADE EXPRESSA dos REPRESENTANTES da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA que o COMPÕE.

2 – Compete a SUA MAJESTADE, em todas as REUNIÕES do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, citando “ Ao (número) DIA, do MÊS de (NOME), do ANO (número), em NOME de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, com toda a MINHA REALEZA, NOBREZA e HONRA, com todo o MEU SENTIDO de ESTADO, JUSTIÇA e de UNIDADE, com todo o MEU RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO, dou por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, a REALIZAR nos PASSOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA, do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA: (MATÉRIAS), pelo que dou INÍCIO à DISCUSSÃO”.

3 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presente a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS,

deseja um BOM MANJAR a toda a FAMÍLIA REAL e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO.”

4 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, citando “Em NOME de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA.”

5 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA, citando “Em NOME de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, realizada no (número) DIA, do MÊS de (NOME), do ANO (número), nos PASSOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA, do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO das seguintes RESOLUÇÕES JURÍDICAS (EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, SOLUÇÕES) e das VOTAÇÕES que ORIGINARAM o (número) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, Majestosamente.”

6 – Compete a SUA MAJESTADE, a DEFINIÇÃO durante o DIA das FASES de EXPOSIÇÃO, ANÁLISE, SOLUÇÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES JURÍDICAS em CURSO, concedendo ao longo da SESSÃO PLENÁRIA e no momento PRIORIDADE, às EXPOSIÇÕES, QUESTÕES e DÚVIDAS a PROFERIR pelos ELEMENTOS CONSTITUINTES de cada uma REUNIÃO, às quais RESPONDE SUA MAJESTADE ou os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA presentes VISADOS por este PROBLEMA, de forma à CORRECTA PERCEPÇÃO das DIFICULDADES REAIS que as DELIBERAÇÕES a IMPÔR ou NÃO, poderão AFECTAR e PERTURBAR a VIDA do REINO de PORTUGAL e da POPULAÇÃO PORTUGUESA.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS:

- a) DELIBERAR sobre a ORGÂNICA do PODER JURÍDICO, em termos de COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, FUNÇÃO e DISCIPLINA;
- b) DELIBERAR sobre a DISCIPLINA da ESTRUTURA NOBILIÁRQUICA;
- c) EMPOSSAR e NOMEAR os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- d) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- e) Julgar SUAS MAJESTADES, MAGISTRADOS, PROCURADORES DE JUSTIÇA e PROVIDORES de JUSTIÇA pelos crimes praticados no exercício das suas funções e competências;
- f) EXERCER as DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI.

2 – Compete aos demais PRESIDENTES do REAL CONSELHO SUPERIOR de MAGISTRATURA PORTUGUÊS e aos seus elementos constitutivos, praticar os actos jurisdicionais relativos ao inquérito, dirigir a instrução, presidir ao debate instrutório e proferir despacho de pronúncia ou não pronúncia nos processos referidos na alínea e) do número anterior.

ARTIGO NONO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL e pelos DEMAIS MEMBROS, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS e do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA de REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “Eu, (NOME PRÓPRIO), MEMBRO da FAMÍLIA REAL, com o TÍTULO NOBILIÁRQUICO (NOME), com todo o MEU RESPEITO, LEALDADE e FIDELIDADE, a SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, afirmo CUMPRIR a COOPERAÇÃO, APOIO e COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL do ÓRGÃO de SOBERANIA para o qual FUI INVESTIDO, no FIRMAR com CONSCIÊNCIA, CORAÇÃO e JUSTIÇA as TOMADAS de DECISÃO a IMPOR, pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, correspondendo com toda a MINHA VONTADE, RIGOR e DEDICAÇÃO ao EXERCÍCIO das FUNÇÕES por MIM a EXERCER, tendo presente o MEU VALOR, CONTRIBUTO e Mais-valia, para a VIDA deste ÓRGÃO de SOBERANIA.

ARTIGO DÉCIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para o REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA, após a ELEIÇÃO dos ELEITOS para os ÓRGÃOS de SOBERANIA que o COMPÕE e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TÍTULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR de MAGISTRATURA PORTUGUÊS, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que foram INVESTIDOS, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no

DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS SUAS ALTEZAS e SUAS EXCELÊNCIAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TITULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que SUAS MAJESTADES e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, reponham toda a HIERARQUIA JURÍDICA e LEGISLATIVA abalada.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, os ACORDÃOS, empreendidos após as DELIBERAÇÕES das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS em ASSUNTO por todos os TÍTULARES dos CARGOS em EXERCÍCIO de FUNÇÕES que o CONSTITUEM e revestem um CARÁCTER de LEI, sendo remetidos ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, que os PUBLICARÁ na INTEGRA.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, não tendo PERÍODOS nem DATAS estabelecidas e DEFINIDAS para a sua REALIZAÇÃO, não podem ser MARCADAS para o DIA VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, nem para os DIAS FESTIVOS de COMEMORAÇÃO do REINO de PORTUGAL e serão MARCADAS por SUAS MAJESTADES, tendo presente a COMUNICAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e LEGISLATIVOS, face aos PERÍODOS e DATAS de AUSÊNCIA dos ELEMENTOS ELEITOS que o COMPÕEM.

2 – As SESSÕES PLENÁRIAS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, têm INÍCIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINAM após a DELIBERAÇÃO das MATÉRIAS em CURSO, existindo uma PAUSA para ALMOÇO, para o LANCHE e para o JANTAR se a mesma se proporcionar, sendo o INÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, precedida por uma

INTERPRETAÇÃO MUSICAL da FANFARRA REAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, que ENTOARAM o HINO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, seguido de DUAS PEÇAS do seu DESÍGNIO, tendo INÍCIO este ACTO às OITO e MEIA da MANHÃ.

3 – As AUSÊNCIAS e FALTAS dos ELEMENTOS CONSTITUINTES do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, deveram ser COMUNICADAS no IMEDIATO, por ESCRITO a SUAS MAJESTADES, após a RECEPÇÃO das MISSIVAS REAIS de SUAS MAJESTADES, com uma JUSTIFICAÇÃO para o facto e constando nesta o NOME do REPRESENTANTE NOMEADO por o TITULAR do CARGO JURÍDICO e LEGISLATIVO para a sua SUBSTITUIÇÃO.

4 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA e LEGISLATIVA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada uma LEGISLATURA, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA da SAÚDE e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, funciona em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS CONSTITUINTES e em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA para o qual foi CONVOCADO, por ORDEM de SUA MAJESTADE, quando dos ATRASOS dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS nesta constantes, da demora na SUBSTITUIÇÃO de algum dos TÍTULARES e da AUSÊNCIA de algum dos TÍTULARES da SESSÃO PLENÁRIA, devendo SUA MAJESTADE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS da ASSEMBLEIA a que PRESIDE a um OUTRO ELEMENTO que a PRESIDE.

2 – A DISCUSSÃO das MATÉRIAS e dos TEMAS a DELIBERAR, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROBLEMA, EFECTUADO pelo TITULAR do CARGO JURÍDICO e LEGISLATIVO que lhe deu ORIGEM, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS nesta constante se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre a sua INTERVENÇÃO na RESOLUÇÃO do PROBLEMA e um DEBATE sobre as SOLUÇÕES a empreender face à RESOLUÇÃO do PROBLEMA e das MATÉRIAS em ESTUDO.

3 – A SOLUÇÃO encontrada para a RESOLUÇÃO do PROBLEMA, será colocada a VOTAÇÃO, que compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO do PROBLEMA, a NECESSIDADE de terminar com o PROBLEMA, as VANTAGENS da RESOLUÇÃO do PROBLEMA, a VONTADE de SOLUCIONAR o PROBLEMA e as DIFICULDADES MATERIAIS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS que se colocam à RESOLUÇÃO do PROBLEMA.

4 – As DELIBERAÇÕES do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS deste ÓRGÃO constantes, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada um dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um TÍTULAR dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS que a PRESIDEM e que a COMPÕEM, de um VOTO, competindo a SUA MAJESTADE e aos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS que a PRESIDEM, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de a remeter em ACORDÃO ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que o PUBLIQUE e IMPONHA como LEI.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, por serem ELEITOS para o EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, pelos CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, asseguram o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE no ÓRGÃO que lhe CORRESPONDE e estão para DEFENDER, SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESES e EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao PLENO, EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS que o COMPÕE e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS em REFLEXÃO.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consagrados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES nos ÓRGÃOS que REPRESENTAM.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, como RESPONSABILIDADES e DEVERES têm o de:

- a) Comparecer às REUNIÕES PLENÁRIAS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, para o qual foram NOMEADOS;
- b) Comparecer às COMISSÕES que possam EXISTIR e às quais possam pertencer;
- c) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;
- d) Desempenhar os CARGOS designados por SUA MAJESTADE, na SESSÃO PLENÁRIA do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;
- e) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES em CURSO.

ARTIGO VIGÉSIMO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os ELEITOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, o EXERCÍCIO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES JURÍDICAS e LEGISLATIVAS INERENTES ao EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES nos ÓRGÃOS PRÓPRIOS para os quais foram INVESTIDOS.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PODERES DOS ELEITOS DO REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS.

1 – Constituem PODERES dos ELEITOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS:

- a) Apresentar RESOLUÇÕES relativas às TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS envoltas da RAZÃO, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA;
- b) Questionar SUAS MAJESTADES, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA para que foram INVESTIDOS e sobre as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS a DELIBERAR;
- c) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ELEMENTOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS que COMPÕEM o REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem ÚTEIS para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, não auferem de qualquer VENCIMENTO pelo desempenho das suas FUNÇÕES.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Os ACORDÃOS empreendidos pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, JORNAL QUOTIDIANO MONÁRQUICO, no CANAL TELEVISIVO OFICIAL, CANAL CONSTITUCIONAL e na ESTAÇÃO de RÁDIO OFICIAL, ESTAÇÃO RÉGIA, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS REALIZADOS pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e PREVALECEM na NATUREZA da sua RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO sobre quaisquer outras AUTORIDADES, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, o REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, tem o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as DEMAIS AUTORIDADES.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, usam o TRAJO ESPECÍFICO correspondente ao EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES JURÍDICAS nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, remete ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, o RELATÓRIO ANUAL da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ENUNCIANDO as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS ENVOLTAS do EXERCÍCIO da sua ACÇÃO, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS

de PUBLICAÇÃO, COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO OFICIAIS da COROA REAL PORTUGUESA.

2 – O REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, DELEGARÁ num ELEMENTO CONSTITUINTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a PARTICIPAÇÃO no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelo JUÍZ PRESIDENTE que a PRESIDE.

TÍTULO TERCEIRO – REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, é o TRIBUNAL ao qual COMPETE ESPECIFICAMENTE ADMINISTRAR a JUSTIÇA, em RAZÃO de MATÉRIA de NATUREZA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os JUÍZES presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os JUÍZES a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, no REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS é COMPOSTO por QUARENTA e TRÊS JUÍZES, representantes de cada um dos QUARENTA E TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, DEFINIDOS na ORDENAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo INÍCIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA AVALIAR o DECURSO dos ACTOS PROCESSUAIS em CURSO nas SECÇÕES INSTITUÍDAS (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à DISCUSSÃO. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, para COMUNICAÇÃO da PAUSA para ALMOÇO, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos ACTOS PROCESSUAIS, das SECÇÕES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), da SESSÃO em PLENÁRIO (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, a DEFINIÇÃO durante o DIA das FASES de EXERCÍCIO por SECÇÃO e por PLENÁRIO, regulando o PERÍODO da SESSÃO PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a EXPOSIÇÃO, ANÁLISE, SOLUÇÃO e VOTAÇÃO dos ACTOS PROCESSUAIS em CURSO, concedendo no momento PRIORIDADE, aos ACTOS PROCESSUAIS cujas DÚVIDAS suscitadas coloquem em CAUSA a UNANIMIDADE das SECÇÕES INSTITUÍDAS e do PLENÁRIO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

- a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- b) VERIFICAR a MORTE e DECLARAR a IMPOSSIBILIDADE FÍSICA PERMANENTE de SUAS MAJESTADES e dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA NACIONAIS, bem como VERIFICAR os IMPEDIMENTOS TEMPORÁRIOS do EXERCÍCIO das FUNÇÕES respectivas;
- c) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA de SUAS MAJESTADES do TERRITÓRIO PORTUGUÊS, ao PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, aos DUQUES dos respectivos DUCADOS e ao MARECHAL dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, ao MARECHAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e ao MARECHAL da GUARDA REAL PORTUGUESA;
- d) COROAR o SUCESSOR da FAMÍLIA REAL ao TRONO de PORTUGAL;
- e) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – São competências do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

- a) PROMULGAR, PUBLICAR e IMPOR a LEI dos ACTOS NORMATIVOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, SUBMETIDOS por SUAS MAJESTADES;
- b) APRECIAR a INCONSTITUCIONALIDADE e a ILEGALIDADE nos termos da LEI, dos ACTOS NORMATIVOS da VIDA do REINO de PORTUGAL;

- c) JULGAR nos termos da LEI, em ULTIMA INSTÂNCIA a REGULARIDADE e a VALIDAÇÃO dos ACTOS do PROCESSO ELEITORAL;
- d) APRECIAR e DELIBERAR sobre as DECLARAÇÕES CONTESTUTÁRIAS dos ACTOS do PROCESSO ELEITORAL aos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL;
- e) VERIFICAR previamente a CONSTITUCIONALIDADE e a LEGALIDADE dos REFERENDOS a EXISTIR na VIDA do REINO de PORTUGAL, bem como a APRECIAR os REQUISITOS relativos ao respectivo UNIVERSO ELEITORAL;
- f) JULGAR nos termos da LEI, a REQUERIMENTO dos ELEMENTOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, os RECURSOS relativos à PERDA de MANDATO dos respectivos ELEMENTOS CONSTITUINTES;
- g) ELEGER os seus REPRESENTANTES aos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;
- h) FISCALIZAR o ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL.

3 – São competências do PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS em matéria penal:

- a) Conhecer dos conflitos de competências entre secções;
- b) PRESIDIR ao ESTADO-MAIOR da GUARDA REAL PORTUGUESA na AUSÊNCIA do TERRITÓRIO do MARECHAL da GUARDA REAL PORTUGUESA;
- c) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

4 – São competências das secções criminais do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS em matéria penal:

- a) Julgar os recursos que não sejam da competência do pleno das secções;
- b) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

5 – As secções funcionam com Cinco juízes.

6 – Compete aos presidentes das secções criminais do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS em matéria penal exercer as atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e

RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILÍARES e HOMENAGEADOS SUAS ALTEZAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo ÍNICIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS, sendo o INÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA precedida por uma INTERPRETAÇÃO MUSICAL da FANFARRA REAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, que ENTOARAM o HINO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, seguido de DUAS PEÇAS do seu DESIGNÍO, tendo ÍNICIO o ACTO às OITO HORAS e MEIA da MANHÃ.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA do PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e da CONCORDÂNCIA do PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a AUSÊNCIA dos JUÍZES que compõem o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDE, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JÚRIDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, deveram ser comunicadas pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, funciona por SECCÕES ou em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do PRESIDENTE, quando dos ATRASOS dos JUÍZES que COMPÕEM o ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos JUÍZES da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o PRESIDENTE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos QUARENTA e DOIS JUÍZES sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos JUÍZES ELEITOS.

2 – A DISCUSSÃO dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROCESSO, EFECTUADO por o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO em REUNIÃO do PLENÁRIO ou por um JUÍZ PRESIDENTE, NOMEADOS pelo CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO por SECÇÃO e a OBSERVAÇÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da SECÇÃO ou do PLENÁRIO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os JUÍZES CONSTITUINTES da SECÇÃO ou do PLENÁRIO se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre as DÚVIDAS SUSCEPTÍVEIS de uma ANÁLISE mais PROFUNDA e DELICADA e um DEBATE sobre os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS e REGENTES face à MATÉRIA, considerados ALVO de possível VIOLAÇÃO.

3 – Os ACTOS PROCESSUAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO ou da SECÇÃO, após a sua DISCUSSÃO e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS face a cada um ACTO PROCESSUAL, as INCONGRUÊNCIAS dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO face aos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS e a NECESSIDADE de EXCLUIR a PERMISSIBILIDADE da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, impondo a RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS deste ÓRGÃO, constituintes do PLENÁRIO ou das respectivas SECÇÕES, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM JUIZ verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um JUÍZ do PLENÁRIO ou das SECÇÕES, de UM VOTO, competindo ao JUIZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou a SECÇÃO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO respectiva, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de no caso de DELIBERAÇÃO por SECÇÕES de elaborar um MEMORANDO dirigido ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, enunciando as NORMAS do ACTO PROCESSUAL sobre as quais a SECÇÃO se debruçou e a solução que a SECÇÃO propõe, com INDICAÇÃO SUMÁRIA dos respectivos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS visados por a MATÉRIA, competindo ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, decidir em conformidade com a DECISÃO da SECÇÃO em caso de UNANIMIDADE dos seus JUÍZES constituintes ou SUBMETTER a DELIBERAÇÃO do PLENÁRIO em caso de DISSONÂNCIA, FORMULANDO após a DELIBERAÇÃO o ACORDÃO do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

5 – Após o ACORDÃO INSTITUÍDO, COMPETIRÁ ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, comunicar por NOTIFICAÇÃO, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES REQUERENTES, a sua DECISÃO face ao ACTO PROCESSUAL em ANÁLISE.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS

GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os JUÍZES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO DOIS MIL OITOCENTOS e SESSENTA CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Com a EXCEPÇÃO dos DESPACHOS NORMATIVOS e dos COOPERATOS, todos os ACTOS NORMATIVOS empreendidos pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, JORNAL, QUOTIDIANO MONÁRQUICO, no CANAL TELEVISIVO OFICIAL, CANAL CONSTITUCIONAL e na ESTAÇÃO de RÁDIO OFICIAL, ESTAÇÃO RÉGIA, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e PUBLICAÇÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REFERENDO.

1 – Os DIFERENDOS INSTITUCIONAIS a EXISTIR entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, mediante PROPOSTA dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e das ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS, INSTITUIRAM como ACTO NORMATIVO ESSENCIAL e ELEMENTAR à RESOLUÇÃO do DIFERENDO, o REFERENDO, em MATÉRIAS das respectivas COMPETÊNCIAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, só podendo ter por objecto questões de RELEVANTE interesse NACIONAL, que devam ser decididas por SUAS MAJESTADES, pelos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e pelas ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS, que delegam na INSTÂNCIA JÚRIDICA, a RESOLUÇÃO da mesma, podendo o REFERENDO afirmar um âmbito REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL, sempre que o DIFERENDO entre os ÓRGÃOS de SOBERANIA, se potenciem em termos do ESPAÇO GEOGRÁFICO definido, constando:

a) ALTERAÇÕES à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, LEGISLATIVA, ADMINISTRATIVA e PRODUTIVA,

relacionados com a função, organização, formação, composição, competências e funcionamento dos ÓRGÃOS de SOBERANIA;

b) QUESTÕES e ACTOS ECONÓMICOS, relacionados com o conteúdo ORÇAMENTAL, TRIBUTÁRIO e FINANCEIRO;

c) QUESTÕES e ACTOS HUMANOS, relacionados com o modo de SER, ESTAR e EXISTIR HUMANO PORTUGUÊS;

d) QUESTÕES e ACTOS CULTURAIS, relacionados com a HERANÇA perpetuada pelos NOSSOS ANTEPASSADOS REAIS, desde o ano MIL CENTO e VINTE e OITO, que produziram toda uma RAZÃO de EXISTIR SOBERANO, com IDIOMA, com LAÇOS e TRAÇOS que UNEM todo o NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS;

e) QUESTÕES de ÂMBITO EXTERNO;

f) RECTIFICAÇÃO das FRONTEIRAS.

2 – Cada um referendo recairá sobre uma MATÉRIA ESPECÍFICA, devendo ser formuladas as questões com toda a OBJECTIVIDADE, CLAREZA e PRECISÃO que se lhe IMPÕE, para respostas de SIM e de NÃO, num número máximo de perguntas a FIXAR por LEI em cada momento, a qual determinará igualmente as demais condições de FORMULAÇÃO e de EFECTIVAÇÃO de REFERENDOS.

3 – SUAS MAJESTADES, submetem ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a FORMULAÇÃO dos CONTEÚDOS do REFERENDO, de modo a que o mesmo seja APROVADO ou REVOGADO por o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, que o CONFIRMA ou DEVOLVE com as CORRECÇÕES necessárias e precisas, para que o mesmo seja APROVADO ou CORRIGIDO pelo ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO, as vezes necessárias até o CONTEÚDO corresponder e EXPLICITAR com o MÁXIMO RIGOR e PRECISÃO o DIFERENDO EXISTENTE e as DIFERENTES ANÁLISES, para que o ELEITORADO possa DECIDIR sobre a APROVAÇÃO ou a RECUSA da MATÉRIA em QUESTÃO.

4 – Aprovado o CONTEÚDO do REFERENDO, SUAS MAJESTADES, por ÉDITO REAL, fazem PUBLICAR nos TRÊS DIAS consecutivos ao ACORDO entre AMBAS as INSTÂNCIAS de SOBERANIA, os CONTEÚDOS FORMALIZADOS e colocam à DISCUSSÃO na PRAÇA PÚBLICA, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no TERRITÓRIO IMPERIAL e no MUNDO se a questão o IMPUSER, durante QUINZE DIAS as diferentes CORRENTES de OPINIÃO, pelo que no FIM-DE-SEMANA a seguir ao TÉRMINO da discussão e durante os DOIS DIAS que o constituem, se proceda à VOTAÇÃO do mesmo, podendo os ELEITOS e ELEITORES NACIONAIS que se ausentem do seu CÍRCULO ELEITORAL, VOTAR em qualquer um ÓRGÃO LEGISLATIVO do ESTADO PORTUGUÊS, os ELEITOS e ELEITORES residentes no IMPÉRIO, VOTAR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVO de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS e os ELEITOS e ELEITORES residentes no MUNDO, em cada uma EMBAIXADA do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO.

5 – O REFERENDO passa a ter efeito VINCULATIVO, após a ANÁLISE do RESULTADO da VOTAÇÃO dos ELEITOS e ELEITORES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no TERRITÓRIO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO, pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA e

ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM em MATÉRIA de NATUREZA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL sobre as dos restantes TRIBUNAIS e de quaisquer outras AUTORIDADES, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES do TRIBUNAL relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, EXERCE a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e tem sede INSTITUCIONAL, na CAPITAL do REINO de PORTUGAL, LISBOA.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ORGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, tem o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO NONO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES no REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um JUÍZ ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um JUÍZ, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVIDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, pelo PROVIDOR

de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante as MATÉRIAS em RESOLUÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante as MATÉRIAS em RESOLUÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS INTEGRA nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, TRÊS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, remete ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, o RELATÓRIO ANUAL da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ENUNCIANDO as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS ENVOLTAS do EXERCÍCIO da sua ACÇÃO, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO OFICIAIS da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

2 – O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, DELEGARÁ num ELEMENTO CONSTITUINTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a PARTICIPAÇÃO no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelo JUÍZ PRESIDENTE que a PRESIDE.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PROCESSO.

1 – ESPÉCIES.

São considerados como ACTOS PROCESSUAIS, para OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e DELIBERAÇÃO da CONSTITUCIONALIDADE e da LEGALIDADE MONÁRQUICA, pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS as seguintes ESPÉCIES de PROCESSOS:

- a) PROCESSOS de FISCALIZAÇÃO LEGISLATIVOS da CONSTITUCIONALIDADE MONÁRQUICA;
- b) PROCESSOS de FISCALIZAÇÃO JURÍDICOS da CONSTITUCIONALIDADE MONÁRQUICA;
- c) PROCESSOS de FISCALIZAÇÃO GOVERNATIVOS da CONSTITUCIONALIDADE MONÁRQUICA;

- d) RECURSOS;
- e) RECLAMAÇÕES;
- f) PARECERES;
- g) OUTROS PROCESSOS.

2 – ENDEREÇADO.

Todos os ACTOS PROCESSUAIS, submetidos ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e DELIBERAÇÃO da CONSTITUCIONALIDADE e da LEGALIDADE MONÁRQUICA das ACÇÕES e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL, LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVO e PRODUTIVO da VIDA do REINO PORTUGAL, deverão ser ENDEREÇADOS ao PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ao qual competirá ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL a DEFINIÇÃO, tendo em conta a TEMÁTICA do PROCESSO, da sua RESOLUÇÃO por SESSÃO PLENÁRIA do ÓRGÃO ou por INSTITUIÇÃO da RESOLUÇÃO por SECÇÕES, previamente INSTITUÍDAS e DEFINIDAS em termos da sua COMPOSIÇÃO por REUNIÃO do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO, devendo ESPECIFICAR as NORMAS cuja APRECIACÃO se REQUER e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS VIOLADOS.

3 – RECEBIMENTO.

Compete à SECRETARIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, AUTUAR e REGISTAR todos os PROCESSOS e REQUERIMENTOS submetidos ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, segundo a CLASSIFICAÇÃO imposta nos LIVROS CORRESPONDENTES, LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, GOVERNATIVOS, RECURSOS, RECLAMAÇÕES, PARECERES e OUTROS PROCESSOS, assinalando a DATA de ENTRADA, a ENTIDADE EMISSORA, a sua LOCALIZAÇÃO no ESPAÇO, REGIONAL, CONCELHIO e MUNICÍPAL, a FUNÇÃO por esta a CUMPRIR na VIDA do REINO de PORTUGAL e o TEMA, ficando por preencher até às DECISÕES do JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, o ESPAÇO no LIVRO correspondente à sua ADMISSÃO ou REJEIÇÃO pelo PRESIDENTE ou pelo seu REPRESENTANTE LEGAL, a DATA da DELIBERAÇÃO, o VEREDICTO FINAL e a DATA da COMUNICAÇÃO do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS aos ÓRGÃOS ou ENTIDADES REQUERENTES, sendo CONCLUSO o ACTO PROCESSUAL ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, que DECIDE sobre a sua ADMISSÃO ou REJEIÇÃO.

4 – ADMISSÃO.

a) Compete ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, num PRAZO de VINTE e QUATRO HORAS após a SECRETARIA do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS AUTUAR e REGISTAR cada um ACTO PROCESSUAL, DECIDIR sobre a sua ADMISSÃO ou REJEIÇÃO, tendo presente como CRITÉRIOS de FORMULAÇÃO da DECISÃO, a LEGITIMIDADE da PESSOA, ÓRGÃO ou ENTIDADE REQUERENTE, a SUPRESSÃO das DEFICIÊNCIAS nos PROCESSO já ANTERIORMENTE apresentado e o CUMPRIMENTO dos PRAZOS de PROSECUÇÃO dos ACTOS, pelo AUTOR do ACTO PROCESSUAL.

b) A DECISÃO do PRESIDENTE ou do seu REPRESENTANTE LEGAL que ADMITE o PEDIDO, não faz PRECLUDIR a possibilidade do TRIBUNAL vir em DEFINITIVO a REJEITÁ-LO.

c) A DELIBERAÇÃO do PRESIDENTE do ÓRGÃO ou do seu REPRESENTANTE LEGAL, sobre a ADMISSÃO ou REJEIÇÃO de cada um ACTO

PROCESSUAL, PRESSUPÕE a NOTIFICAÇÃO do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS aos AUTORES REQUERENTES, do DESPACHO de COMUNICAÇÃO JUSTIFICATIVO da DELIBERAÇÃO INSTITUÍDA, empreendido pela SECRETARIA do ÓRGÃO, sendo no caso de REJEIÇÃO, os AUTOS submetidos ao CONSELHO dos MAGISTRADOS e entregues CÓPIAS do ACTO PROCESSUAL a todos os JUÍZES CONSTITUINTES do ÓRGÃO.

5 – DISTRIBUIÇÃO.

Compete ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, após a ADMISSÃO do ACTO PROCESSUAL a IMEDIATA DEFINIÇÃO da DISTRIBUIÇÃO dos ACTOS PROCESSUAIS, por SESSÃO PLENÁRIA ou por SECÇÃO, tendo como PRINCÍPIO BASE de FORMULAÇÃO desta DECISÃO, que os PROCESSOS que visem e representem alterações à ORDEM CONSTITUCIONAL PORTUGUESA, à ORDEM JURÍDICA e os ÉDITOS INSTITUÍDOS por SUAS MAJESTADES, serão ANALISADOS e DELIBERADOS em SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, por todos os JUÍZES constituintes e que os PROCESSOS relativos à ORDEM GOVERNATIVA da ACÇÃO e do MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, LEGISLATIVOS, EXECUTIVOS, FISCALIZADORES, GOVERNATIVOS e DIPLOMÁTICOS e os RECURSOS, RECLAMAÇÕES, PARECERES e OUTROS PROCESSOS, serão ANALISADOS e DELIBERADOS por SECÇÕES do ÓRGÃO, sendo NOMEADO em CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO, o JUÍZ PRESIDENTE, o JUIZ RELATOR e os três JUÍZES ADJUNTO da SECÇÃO, no IMEDIATO MOMENTO após a ADMISSÃO, sendo entregue CÓPIA do ACTO PROCESSUAL a todos os JUÍZES CONSTITUINTES, da SESSÃO PLENÁRIA ou da SECÇÃO.

6 – RELATORES.

a) Compete ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, ser o RELATOR de todos os PROCESSOS em RESOLUÇÃO por SESSÃO PLENÁRIA, podendo NOMEAR, DELEGAR e SOLICITAR APOIO e COLABORAÇÃO aos DEMAIS JUÍZES CONSTITUINTES do ÓRGÃO, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, competindo aos DEMAIS JUÍZES do ÓRGÃO, ser os RELATORES nos VÁRIOS ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO por SECÇÕES, sendo NOMEADOS por CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO, tendo presente a ESPECIALIDADE MANIFESTADA por cada um JUÍZ, em prol de cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA em ANÁLISE, a ROTATIVIDADE de RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES por cada um a CUMPRIR e a ELEVAÇÃO das COMPETÊNCIAS por cada um a FIRMAR no ÓRGÃO.

b) Aos RELATORES dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e RESOLUÇÃO por SECÇÃO, compete no PRAZO de TRÊS DIAS ÚTEIS, a contar da DATA da sua CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR, ANALISAR e DECIDIR sobre o ACTO PROCESSUAL e elaborar o MEMORANDO do PROCESSO, contendo o ENUNCIADO das QUESTÕES sobre as quais o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO deverá PRONUNCIAR-SE e das SOLUÇÕES que para as mesmas PROPÕE, com INDICAÇÃO SUMÁRIA dos respectivos FUNDAMENTOS e PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, a REMETER ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, que DECIDIRÁ em conformidade com a DECISÃO da SECÇÃO, no caso de uma TOTAL UNANIMIDADE dos seus JUÍZES

CONSTITUINTES, ou SUBMETERÁ a REUNIÃO da SESSÃO PLENÁRIA, em caso de DIFERENDO INSTITUÍDO.

7 – DESISTÊNCIA.

Em CASO ALGUM, poderá ocorrer a DESISTÊNCIA do PEDIDO de CONSTITUCIONALIDADE ou LEGALIDADE de um ACTO PROCESSUAL ADMITIDO pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

8 – NOTIFICAÇÕES.

a) As NOTIFICAÇÕES empreendidas pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS aos ÓRGÃOS ou ENTIDADES REQUERENTES dos ACTOS PROCESSUAIS, para EFEITOS da sua ADMISSÃO ou REJEIÇÃO, da CORRECÇÃO das DEFICIÊNCIAS que o PROCESSO incorre e do ACÓRDÃO INSTITUÍDO pelo ÓRGÃO, são EFECTUADOS mediante PROTOCOLO ou por VIA POSTAL, TELEGRÁFICA, TELEX, TELECÓPIA ou por VIA INFORMÁTICA, mediante os MEIOS de COMUNICAÇÃO constantes dos ÓRGÃOS ou ENTIDADES REQUERENTES do PROCESSO, sendo estas processadas pela SECRETARIA do ÓRGÃO nos PRAZOS definidos pela LEI, acompanhadas de CÓPIA do DESPACHO ou do ACORDÃO do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, com os respectivos FUNDAMENTOS e da PETIÇÃO APRESENTADA.

b) As NOTIFICAÇÕES tratando-se de ÓRGÃOS COLEGIAIS ou dos seus TITULARES, são ENDEREÇADOS na PESSOA do respectivo PRESIDENTE ou do RESPONSÁVEL MÁXIMO pelo ÓRGÃO.

9 – PRAZOS.

Os PRAZOS dos ACTOS PROCESSUAIS, para ANÁLISE e DELIBERAÇÃO da CONSTITUCIONALIDADE e da LEGALIDADE MONÁRQUICA do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, são CONTINUOS, sendo de QUINZE DIAS ÚTEIS o PRAZO para a DELIBERAÇÃO do ÓRGÃO de cada um ACTO PROCESSUAL, ACRESCE-SE a DILAÇÃO de DOIS DIAS quando os ACTOS PROCESSUAIS respeitem a ÓRGÃOS ou ENTIDADES SEDIADAS nos ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e o PRAZO de CINCO DIAS, quando os ACTOS respeitem a ÓRGÃOS ou ENTIDADES SEDIADAS fora do TERRITÓRIO PORTUGUÊS, sendo de QUINZE DIAS, o PRAZO para que os ÓRGÃOS ou ENTIDADES REQUERENTES possam SUPRIR as DEFICIÊNCIAS constantes do ACTO PROCESSUAL.

10 – DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE.

O REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, pode DECLARAR INCONSTITUCIONAL, além das NORMAS REQUERIDAS para AVERIGUAÇÃO da CONSTITUCIONALIDADE, o ACTO PROCESSUAL que as INCORPORA, com FUNDAMENTAÇÃO na VIOLAÇÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS PORTUGUESES REGENTES.

11- ACORDÃO.

Compete ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, com a COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO dos respectivos JUÍZES RELATORES de cada uma SECÇÃO, ELABORAR, REDIGIR e ASSINAR o ACORDÃO do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, face aos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE.

12 – DIREITO DE CONTESTAÇÃO DO ACORDÃO.

A todos os ÓRGÃOS e ENTIDADES REQUERENTES dos ACTOS PROCESSUAIS, em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO da CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE MONÁRQUICA, pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, é devido o DIREITO de se PRONUNCIAR face ao ACORDÃO

INSTITUÍDO pelo TRIBUNAL, solicitando no PRAZO de DEZ DIAS ÚTEIS, por uma AUDIÊNCIA com os RELATORES do ACORDÃO, com o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e com o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

TÍTULO QUARTO – REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, é o TRIBUNAL ao qual COMPETE ESPECIFICAMENTE ADMINISTRAR a JUSTIÇA, em RAZÃO de MATÉRIA de NATUREZA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA, FISCAL, SALARIAL E CONTABILISTICA DO REINO DE PORTUGAL, zelando pela FISCALIZAÇÃO da LEGALIDADE e TRANSPARÊNCIA das CONTAS PÚBLICAS e dos INTERESSES PARTICULARES envoltos dos ACTOS PROCESSUAIS.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os CONTABILISTAS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os CONTABILISTAS a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS, após o TÉRMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES,

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, no REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS é COMPOSTO por QUARENTA e TRÊS CONTABILISTAS, representantes de cada um dos QUARENTA E TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, DEFINIDOS na ORDENAÇÃO do

ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo INÍCIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao CONTABILISTA que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o CONTABILISTA (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA AVALIAR o DECURSO dos ACTOS PROCESSUAIS em CURSO nas SECÇÕES INSTITUÍDAS (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à DISCUSSÃO. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o CONTABILISTA (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao CONTABILISTA que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o CONTABILISTA (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao CONTABILISTA que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o CONTABILISTA (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA

TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos ACTOS PROCESSUAIS, das SECÇÕES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), da SESSÃO em PLENÁRIO (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO, deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao CONTABILISTA que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, a DEFINIÇÃO durante o DIA das FASES de EXERCÍCIO por SECÇÃO e por PLENÁRIO, regulando o PERÍODO da SESSÃO PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a EXPOSIÇÃO, ANÁLISE, SOLUÇÃO e VOTAÇÃO dos ACTOS PROCESSUAIS em CURSO, concedendo no momento PRIORIDADE, aos ACTOS PROCESSUAIS cujas DÚVIDAS suscitadas coloquem em CAUSA a UNANIMIDADE das SECÇÕES INSTITUÍDAS e do PLENÁRIO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

- a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- b) COROAR o SUCESSOR da FAMÍLIA REAL ao TRONO de PORTUGAL;
- c) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – São competências do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

- a) RECEBER do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS a relação de AUSÊNCIAS e FALTAS e PROCESSAR os SALÁRIOS dos AGENTES e FUNCIONÁRIOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS do REINO de PORTUGAL;
- b) ELEGER os seus REPRESENTANTES ao REAL CONSELHO JURÍDICO e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;
- c) APRECIAR e JULGAR as CONTAS do ESTADO, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS;
- d) EMITIR PARECERES sobre o ORÇAMENTO e BALANÇOS do REINO de PORTUGAL, bem como sobre o PROCESSO CONTABILÍSTICO;
- e) PROCEDER a AUDITORIAS tendo em vista a TRANSPARÊNCIA da VIDA PÚBLICA ESTATAL, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS;
- f) FISCALIZAR o ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL;

3 – São competências do PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS em matéria penal:

- a) Conhecer dos conflitos de competências entre secções;
- b) PRESIDIR ao ESTADO-MAIOR dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES; na AUSÊNCIA do TERRITÓRIO do MARECHAL dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES,
- c) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

4 – São competências das secções criminais do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS em matéria penal:

- a) Julgar os recursos que não sejam da competência do pleno das secções;
- b) Exercer as demais atribuições conferidas por lei

5 – As secções funcionam com Cinco juízes.

6 – Compete aos presidentes das secções criminais do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS em matéria penal exercer as atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para o REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às

SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os CONTABILISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que os ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada, reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo ÍNICIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA do PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS e da CONCORDÂNCIA do PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a AUSÊNCIA dos CONTABILISTAS que compõem o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDE, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, deveram ser comunicadas pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a

PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, funciona por SECÇÕES ou em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do PRESIDENTE, quando dos ATRASOS dos CONTABILISTAS que COMPÕEM o ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos CONTABILISTAS da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o PRESIDENTE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos QUARENTA e DOIS CONTABILISTAS sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos CONTABILISTAS ELEITOS.

2 – A DISCUSSÃO dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROCESSO, EFECTUADO por o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO em REUNIÃO do PLENÁRIO ou por um CONTABILISTA PRESIDENTE constituinte do ÓRGÃO, NOMEADO pelo CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO por SECÇÃO e a OBSERVAÇÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da SECÇÃO ou do PLENÁRIO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os CONTABILISTAS CONSTITUINTES da SECÇÃO ou do PLENÁRIO se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre as DÚVIDAS SUSCEPTÍVEIS de uma ANÁLISE mais PROFUNDA e DELICADA e um DEBATE sobre os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS e REGENTES face à MATÉRIA, considerados ALVO de possível VIOLAÇÃO.

3 – Os ACTOS PROCESSUAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO ou da SECÇÃO, após a sua DISCUSSÃO, ANÁLISE e apuramento RIGOROSO dos ACTOS PROCESSUAIS e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS face a cada um ACTO PROCESSUAL, as INCONGRUÊNCIAS dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO face aos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS e a NECESSIDADE de EXCLUIR a PERMISSIBILIDADE da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, impondo a RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, são FIRMADOS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS deste ÓRGÃO, constituintes do PLENÁRIO ou das respectivas SECÇÕES, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM CONTABILISTA verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um

CONTABILISTA do PLENÁRIO ou das SECÇÕES, de UM VOTO, competindo ao CONTABILISTA que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou a SECÇÃO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO respectiva, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de no caso de DELIBERAÇÃO por SECÇÕES de elaborar um MEMORANDO dirigido ao CONTABILISTA que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, enunciando as NORMAS do ACTO PROCESSUAL sobre as quais a SECÇÃO se debruçou e a solução que a SECÇÃO propõe, com INDICAÇÃO SUMÁRIA dos respectivos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS visados por a MATÉRIA, competindo ao CONTABILISTA que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, decidir em conformidade com a DECISÃO da SECÇÃO em caso de UNANIMIDADE dos seus CONTABILISTAS constituintes ou SUBMETTER a DELIBERAÇÃO do PLENÁRIO em caso de DISSONÂNCIA, FORMULANDO após a DELIBERAÇÃO o ACORDÃO do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

5 – Após o ACORDÃO INSTITUÍDO, COMPETIRÁ ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, comunicar por NOTIFICAÇÃO, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES REQUERENTES, a sua DECISÃO face ao ACTO PROCESSUAL em ANÁLISE.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CONTABILISTAS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO DOIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Com a EXCEPÇÃO dos DESPACHOS NORMATIVOS e dos COOPERATOS, todos os ACTOS NORMATIVOS empreendidos pelos REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, JORNAL, QUOTIDIANO MONÁRQUICO, no CANAL TELEVISIVO OFICIAL, CANAL CONSTITUCIONAL e na ESTAÇÃO de RÁDIO OFICIAL, ESTAÇÃO RÉGIA, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM em MATÉRIA de NATUREZA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA, FISCAL, SALARIAL E CONTABILISTICA sobre as dos DEMAIS TRIBUNAIS e de quaisquer outras AUTORIDADES, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES do TRIBUNAL, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, EXERCE a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e tem sede INSTITUCIONAL, na CAPITAL do REINO de PORTUGAL, LISBOA.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, o REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, tem o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS TRIBUNAIS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES no REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um CONTABILISTA ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS, que perante as intervenções de cada um CONTABILISTA, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CIRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do

TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVEDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, pelo PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante as MATÉRIAS em RESOLUÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante as MATÉRIAS em RESOLUÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS INTEGRA NOS SEUS QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS ADVOGADOS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, TRÊS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS DE HIGIENE, LIMPEZA E ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS DE HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS DE AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO E UM ENFERMEIRO.

2 – OS ELEITOS AO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NOS QUADROS ESPECÍFICOS DO REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, SÃO PROPOSTOS PELAS ARTES BASTONÁRIAS E APROVADOS E NOMEADOS PELO PRESIDENTE DO REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA.

1 – Os ELEITOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e estão para DEFENDER, SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESES e EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA.

1 – Os ELEITOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao PLENO, EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS que o COMPÕE e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS em REFLEXÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os CONTABILISTAS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consagrados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TITULARES dos ÓRGÃOS JURÍDICOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os CONTABILISTAS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

a) Comparecer no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO para o qual foram NOMEADOS e DESIGNADOS, nos DIAS e HORÁRIOS de PREVALÊNCIA do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;

b) Comparecer às COMISSÕES que possam existir e às quais possam pertencer;

c) Comparecer às SESSÕES de JULGAMENTO para as quais forem NOMEADOS pelo CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA, cumprindo as FUNÇÕES de JÚRI e de PERITOS LEGAIS, correspondentes à DECISÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS IMPOSTA;

d) Comparecer aos CONSELHOS de INVESTIGAÇÃO, relativos aos PROCESSOS CRIMINAIS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, que possam EXISTIR, possam ser NOMEADOS e aos quais possam PERTENCER;

e) Comparecer aos ACTOS de REPRESENTAÇÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO para o qual foram NOMEADOS, por DELEGAÇÃO do CONSELHO dos CONTABILISTAS;

f) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

g) Desempenhar os CARGOS designados pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, na SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS;

h) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES em CURSO pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO o qual REPRESENTAM.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PODERES DOS CONTABILISTAS.

1 – Constituem PODERES dos CONTABILISTAS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS:

a) Apresentar ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO do qual fazem parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de ANÁLISE, CORRECÇÃO e APERFEIÇOAMENTO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS;

b) Apresentar ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO do qual fazem parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURIDICO do qual fazem parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO JURÍDICO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;

d) Questionar o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO a que pertencem, em termos de FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO e COMPETÊNCIAS e sobre a ESPECIFICIDADE das MATÉRIAS e TEMAS envoltos no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;

e) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA da VIDA do REINO de PORTUGAL, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, o EXERCÍCIO e o DESEMPENHO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICAS para as quais foram INVESTIDOS, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, remete ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, o RELATÓRIO ANUAL da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ENUNCIANDO as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS ENVOLTAS do EXERCÍCIO da sua ACÇÃO, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO OFICIAIS da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

2 – O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, DELEGARÁ num ELEMENTO CONSTITUINTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a PARTICIPAÇÃO no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelo JUÍZ PRESIDENTE que a PRESIDE.

ARTIGO TRIGÉSIMO – ESTATUTO DOS CONTABILISTAS DO REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

1 – Os CONTABILISTAS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, usufruem do ESTATUTO NOBILIÁRQUICO de SUAS ALTEZAS, exercendo as suas FUNÇÕES DIÁRIAS, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO para o qual foram ELEITOS, regendo-se pelos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS consignados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para todos os CIDADÃOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e para todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a residirem no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, respondendo CIVIL e CRIMINALMENTE, pelos ACTOS, PALAVRAS, ATITUDES, GESTOS, ACCÇÕES e OMISSÕES que pratiquem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, tendo presente o MAIOR DEVER e RESPONSABILIDADE perante o EXEMPLO que firmam para com todos os CIDADÃOS no EXERCÍCIO dos mesmos ACTOS e na IMPOSIÇÃO de uma só LEI a CUMPRIR, para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA.

2 – Como CONSEQUÊNCIAS do respectivo INCUMPRIMENTO, serão JULGADOS pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUES, que agravará e TRIPLICARÁ as penas a aplicar a todos os TITULARES de CARGOS JURÍDICOS, perante os CRIMES por estes PRATICADOS, incluindo no IMEDIATO a DESTITUIÇÃO do CARGO que EXERCE, o FIM do MANDATO que CUMPRE, a perda do TÍTULO NOBILIÁRQUICO e para toda a VIDA do ESTATUTO de ELEITO e ELEITOR, correspondendo ao fim do EXERCÍCIO de FUNÇÕES JURÍDICAS.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS, para o desempenho do CARGO de CONTABILISTAS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES que tenham CONCLUÍDO o CICLO EDUCATIVO no CURSO de CONTABILIDADE em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE RECONHECIDAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES e que sendo DOUTORES, MESTRES ou LICENCIADOS estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS, dos CONTABILISTAS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos JURÍDICOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, em CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, que após a OBSERVAÇÃO e ANÁLISE da OPINIÃO de todos os CONTABILISTAS e a ESPECIFICIDADE das MATÉRIAS sobre a ALÇADA de cada um, procede a uma ACTA de FÉRIAS, do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar os PERÍODOS, a ESPECIALIDADE de cada um JUÍZ e a PRESENÇA em todo o MOMENTO da AUSÊNCIA, de JUÍZES

especializados nas mesmas TEMÁTICAS e MATÉRIAS, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PROCESSO.

1 – INICIATIVA.

a) O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, EXERCE a sua FUNÇÃO de PROCESSAMENTO dos SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, com BASE nos ELEMENTOS FORNECIDOS pelos DUCADOS RESPECTIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS do REINO de PORTUGAL relativos às AUSÊNCIAS e FALTAS dos QUADROS ESPECÍFICOS e pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS relativamente aos PROFISSIONAIS QUALIFICADOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA e dos REPRESENTANTES e QUADROS ESPECÍFICOS DIPLOMÁTICOS do REINO de PORTUGAL no EXTERIOR e mediante REQUERIMENTO dos REPRESENTANTES MÁXIMOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO ESTATAL ou por INICIATIVA PRÓPRIA relativamente a FACTOS que CONSTATE serem considerados SUSCEPTÍVEIS de AVERIGUAÇÃO, ACTUA na FISCALIZAÇÃO, APURAMENTO e JULGAMENTO da LEGALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA das CONTAS PÚBLICAS do REINO de PORTUGAL.

b) Os REQUERIMENTOS apresentados ao REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, obedecem aos INTERESSES DIRECTOS, PESSOAIS e LEGÍTIMOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS e não OBEDECEM nem são CONDICIONADAS por quaisquer PRAZOS.

2 – ESPÉCIES.

São considerados como ACTOS PROCESSUAIS, para OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e DELIBERAÇÃO, da FISCALIZAÇÃO da LEGALIDADE das CONTAS PÚBLICAS do REINO de PORTUGAL, pelo REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS as seguintes ESPÉCIES de PROCESSOS:

- a) PROCESSOS de FISCALIZAÇÃO do BALANÇO ANUAL e MENSAL do REINO de PORTUGAL;
- b) PROCESSOS de FISCALIZAÇÃO do ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL;
- c) PROCESSOS de FISCALIZAÇÃO do BALANÇO ANUAL e MENSAL dos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL;
- d) PROCESSOS de FISCALIZAÇÃO do BALANÇO ANUAL e MENSAL das EMPRESAS ESTATAIS do REINO de PORTUGAL;
- e) PROCESSOS de FISCALIZAÇÃO do BALANÇO ANUAL e MENSAL das INSTITUIÇÕES ESTATAIS do REINO de PORTUGAL;
- f) PARECERES;
- g) OUTROS PROCESSOS.

3 – ENDEREÇADO.

Todos os ACTOS PROCESSUAIS, submetidos ao REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, para OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e DELIBERAÇÃO da FISCALIZAÇÃO da LEGALIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS do REINO de PORTUGAL, deverão ser ENDEREÇADOS ao PRESIDENTE do ÓRGÃO, ao qual competirá a DEFINIÇÃO, tendo em conta a TEMÁTICA do PROCESSO, da sua RESOLUÇÃO por SESSÃO PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou

por INSTITUIÇÃO da RESOLUÇÃO por SECÇÕES, previamente INSTITUÍDAS e DEFINIDAS em termos da sua COMPOSIÇÃO por REUNIÃO do CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO, devendo ESPECIFICAR as RUBRICAS CONTABILISTICAS cuja APRECIACÃO se REQUER e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS VIOLADOS.

4 – RECEBIMENTO.

Compete à SECRETARIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, AUTUAR e REGISTAR todos os PROCESSOS e REQUERIMENTOS submetidos ao REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, segundo a CLASSIFICAÇÃO imposta nos LIVROS CORRESPONDENTES, REINO de PORTUGAL, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ESTATAIS, INSTITUIÇÕES ESTATAIS, PARECERES e OUTROS PROCESSOS, assinalando a DATA de ENTRADA, a ENTIDADE EMISSORA e a VISADA pelo ACTO PROCESSUAL, as suas LOCALIZAÇÕES no ESPAÇO, REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL, a FUNÇÃO por estas a CUMPRIR na VIDA do REINO de PORTUGAL e o TEMA, ficando por preencher até às DECISÕES do PRESIDENTE do ÓRGÃO ou do seu REPRESENTANTE LEGAL, o ESPAÇO no LIVRO correspondente à sua ADMISSÃO ou REJEIÇÃO, a DATA da DELIBERAÇÃO, o VEREDICTO FINAL e a DATA da COMUNICAÇÃO do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS aos ÓRGÃOS e ENTIDADES REQUERENTES e VISADAS pelo ACTO PROCESSUAL, sendo CONCLUSO o ACTO PROCESSUAL, ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, que DECIDE sobre a sua ADMISSÃO ou REJEIÇÃO.

5 – ADMISSÃO.

a) Compete ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, num PRAZO de VINTE e QUATRO HORAS após a SECRETARIA do ÓRGÃO AUTUAR e REGISTAR cada um ACTO PROCESSUAL, DECIDIR sobre a sua ADMISSÃO ou REJEIÇÃO, tendo presente como CRITÉRIOS de FORMULAÇÃO da DECISÃO, a LEGITIMIDADE da SUSPEITA REQUERIDA e as INICIATIVAS PRÓPRIAS do ÓRGÃO no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES.

b) A DECISÃO do PRESIDENTE que ADMITE o PEDIDO, não faz PRECLUDIR a possibilidade do TRIBUNAL vir em DEFINITIVO a REJEITÁ-LO.

c) A DELIBERAÇÃO do PRESIDENTE do ÓRGÃO ou do seu REPRESENTANTE LEGAL, sobre a ADMISSÃO ou REJEIÇÃO de cada um ACTO PROCESSUAL, PRESSUPÕE a NOTIFICAÇÃO do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS aos AUTORES REQUERENTES, do DESPACHO de COMUNICAÇÃO JUSTIFICATIVO da DELIBERAÇÃO INSTITUÍDA, empreendido pela SECRETARIA do ÓRGÃO, sendo no caso de REJEIÇÃO, os AUTOS submetidos ao CONSELHO dos CONTABILISTAS e entregues CÓPIAS do ACTO PROCESSUAL a todos os CONTABILISTAS CONSTITUINTES do ÓRGÃO.

6 – DISTRIBUIÇÃO.

Compete ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, após a ADMISSÃO do ACTO PROCESSUAL a IMEDIATA DEFINIÇÃO da DISTRIBUIÇÃO dos ACTOS PROCESSUAIS, por SESSÃO PLENÁRIA ou por SECÇÃO, tendo como PRINCÍPIO BASE de FORMULAÇÃO da DECISÃO, que os PROCESSOS que visem e representem a FISCALIZAÇÃO da LEGALIDADE dos BALANÇO ANUAL ou MENSAL e os ORÇAMENTOS do REINO de PORTUGAL, serão ANALISADOS e DELIBERADOS em SESSÃO PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, por todos os JUÍZES constituintes do ÓRGÃO e que os PROCESSOS relativos à FISCALIZAÇÃO da LEGALIDADE do BALANÇO ANUAL

ou MENSAL dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, PARECERES e OUTROS PROCESSOS, serão ANALISADOS e DELIBERADOS por SECÇÕES do ÓRGÃO, sendo NOMEADO em CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO, o CONTABILISTA PRESIDENTE, o CONTABILISTA RELATOR e os três CONTABILISTAS ADJUNTOS CONSTITUINTES da SECÇÃO, no IMEDIATO MOMENTO após a ADMISSÃO, sendo entregue CÓPIA do ACTO PROCESSUAL a todos os JUÍZES CONSTITUINTES, da SESSÃO PLENÁRIA ou da SECÇÃO.

7 – RELATORES.

a) Compete ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, ser o RELATOR de todos os PROCESSOS em RESOLUÇÃO por SESSÃO PLENÁRIA, podendo NOMEAR, DELEGAR e SOLICITAR APOIO e COLABORAÇÃO aos DEMAIS CONTABILISTAS CONSTITUINTES do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, competindo aos DEMAIS CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ser os RELATORES nos VÁRIOS ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO por SECÇÕES, sendo NOMEADOS por CONSELHO dos CONTABILISTAS do ÓRGÃO, tendo presente a ESPECIALIDADE MANIFESTADA por cada um CONTABILISTA, em prol de cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA em ANÁLISE, a ROTATIVIDADE de RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES por cada um a CUMPRIR e a ELEVAÇÃO das COMPETÊNCIAS por cada um a FIRMAR no ÓRGÃO.

b) Aos RELATORES dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e RESOLUÇÃO por SECÇÃO, compete no PRAZO de TRÊS DIAS ÚTEIS ou no mais CURTO ESPAÇO de TEMPO possível, a contar da DATA da sua CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR, ANALISAR e DECIDIR com base na AUDITORIA ao REGISTO CONTABILISTICO das ENTIDADES ESTATAIS visadas pelo ACTO PROCESSUAL, elaborar o MEMORANDO do PROCESSO, contendo o ENUNCIADO das RUBRICAS CONTABILISTICAS sobre as quais o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO se DEBRUÇOU e sobre as suas CONCLUSÕES, com INDICAÇÃO SUMÁRIA dos respectivos FUNDAMENTOS e PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, a REMETER ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, que DECIDIRÁ em conformidade com a DECISÃO da SECÇÃO, no caso de uma TOTAL UNANIMIDADE dos seus CONTABILISTAS CONSTITUINTES, ou SUBMETERÁ a REUNIÃO da SESSÃO PLENÁRIA, em caso de DIFERENDO INSTITUIDO.

8 – DESISTÊNCIA.

Em CASO ALGUM, poderá ocorrer a DESISTÊNCIA do PEDIDO de FISCALIZAÇÃO da LEGALIDADE das CONTAS PÚBLICAS de um ACTO PROCESSUAL ADMITIDO pelo REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

9 – NOTIFICAÇÕES.

a) As NOTIFICAÇÕES empreendidas pelo REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS aos ÓRGÃOS ou ENTIDADES REQUERENTES e VISADAS pelos ACTOS PROCESSUAIS, para EFEITOS da ADMISSÃO ou REJEIÇÃO, da ANALISE das RUBRICAS CONTABILISTICAS e dos DOCUMENTOS respectivos, da CORRECÇÃO das DEFICIÊNCIAS e IRREGULARIDADES decorrentes do ACTO de PROCESSO CONTABILISTICO e do ACÓRDÃO INSTITUÍDO pelo ÓRGÃO, são EFECTUADOS mediante PROTOCOLO ou por VIA POSTAL, TELEGRÁFICA, TELEX, TELECÓPIA ou por VIA INFORMÁTICA, mediante os MEIOS de COMUNICAÇÃO constantes dos ÓRGÃOS ou ENTIDADES VISADAS e

REQUERENTES do ACTO PROCESSUAL, sendo estas processadas pela SECRETARIA do ÓRGÃO nos PRAZOS definidos pela LEI, acompanhadas de CÓPIA do DESPACHO ou do ACORDÃO do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, com os respectivos FUNDAMENTOS LEGAIS APRESENTADOS.

b) As NOTIFICAÇÕES tratando-se de ÓRGÃOS COLEGIAIS ou dos seus TITULARES, são ENDEREÇADOS na PESSOA do respectivo PRESIDENTE ou do RESPONSÁVEL MÁXIMO pelo ÓRGÃO.

10 – PRAZOS.

Os PRAZOS dos ACTOS PROCESSUAIS, para ANÁLISE e DELIBERAÇÃO da FISCALIZAÇÃO da LEGALIDADE das CONTAS PÚBLICAS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, são CONTINUOS, sendo de DEZ DIAS ÚTEIS o PRAZO para a DELIBERAÇÃO de cada um ACTO PROCESSUAL, podendo o mesmo ser PRORROGADO pelo PRÓPRIO DECURSO da AUDITORIA e pela EXIGÊNCIA do PRÓPRIO ACTO PROCESSUAL, sendo de DEZ DIAS, o PRAZO para que os ÓRGÃOS ou ENTIDADES VISADAS pelo ACTO PROCESSUAL possam SUPRIR as DEFICIÊNCIAS e IRREGULARIDADES CONTABILÍSTICAS constantes do ACTO PROCESSUAL.

11 – DECLARAÇÃO DA ILEGALIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS.

O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, pode DECLARAR A ILEGALIDADE das CONTAS PÚBLICAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, além das RUBRICAS REQUERIDAS para AVERIGUAÇÃO da LEGALIDADE das CONTAS PÚBLICAS, as DEMAIS RUBRICAS CONTABILÍSTICAS que INCORPORA os BALANÇOS, com FUNDAMENTAÇÃO na VIOLAÇÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS PORTUGUESES REGENTES.

12 – ACORDÃO.

Compete ao PRESIDENTE do ÓRGÃO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, com a COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO dos respectivos CONTABILISTAS RELATORES de cada uma SECÇÃO, ELABORAR, REDIGIR e ASSINAR o ACORDÃO do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, face aos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE.

13 – DIREITO DE CONTESTAÇÃO DO ACORDÃO.

A todos os ÓRGÃOS e ENTIDADES VISADAS pelos ACTOS PROCESSUAIS, em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO da FISCALIZAÇÃO da LEGALIDADE das CONTAS PÚBLICAS do REINO de PORTUGAL, pelo REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, é devido o DIREITO de se PRONUNCIAR face ao ACORDÃO INSTITUÍDO pelo TRIBUNAL, solicitando no PRAZO de DEZ DIAS ÚTEIS, por uma AUDIÊNCIA com os RELATORES do ACORDÃO, com o PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e com o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

14 – INSTRUÇÃO.

a) Compete ao PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, pedidos de INFORMAÇÃO, INSPECÇÕES, EXAMES, INQUIRIÇÕES ou outros PROCEDIMENTOS LEGAIS, que não COLIDAM com os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, quando sobre o ESTATUTO de SUSPEITAS das CONSTATAÇÕES do REQUERENTE do ACTO PROCESSUAL e é efectuada por MEIOS FORMAIS, com SUJEIÇÃO às LEIS PROCESSUAIS relativas à produção de PROVA.

b) As DILIGÊNCIAS são efectuadas pelo PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou pelos DEMAIS CONTABILISTAS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, com a CELERIDADE e o CARÁCTER de URGÊNCIA exigido à RESOLUÇÃO das SUSPEITAS e à DEFESA da INTEGRIDADE dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS e dos seus REPRESENTANTES sobre o ESTATUTO de SUSPEITAS de ACTOS ILÍCITOS, podendo ABRANGER em toda a sua ACÇÃO a INTERACÇÃO de outras AUTORIDADES.

15 – DEVER DE COOPERAÇÃO.

a) O REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, tem o DEVER de COOPERAR com os JUÍZES CONSTITUINTES dos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e SOLICITADO, face à RESOLUÇÃO dos DIFERENDOS em JULGAMENTO e sobre as SUSPEIÇÕES e ACUSAÇÕES geradas na PRAÇA PÚBLICA, prestando os ESCLARECIMENTOS e as INFORMAÇÕES que detenham sobre os PROCESSOS.

b) Ao REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, é devido o DEVER de PRESTAREM, todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, sempre que SOLICITADOS e nos TEMPOS devidos a COLABORAÇÃO, ESCLARECIMENTOS e INFORMAÇÕES, por VIA da RESOLUÇÃO dos PROCESSOS INSTAURADOS, bem como o DEVER de COOPERAR com as INSPECÇÕES e com a FACULTAÇÃO de DADOS ELEMENTARES no DECURSO do PROCESSO, não PREJUDICANDO as RESTRIÇÕES LEGAIS respeitantes ao SEGREDO de JUSTIÇA, nem a INVOCACÃO de INTERESSES SUPERIORES do ESTADO e do SEGREDO DE ESTADO, nos casos devidamente JUSTIFICADOS pelos ÓRGÃOS COMPETENTES.

c) O PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, pode DETERMINAR a PRESENÇA no ÓRGÃO, dos REPRESENTANTES MÁXIMOS de quaisquer ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO ESTATAL, bem como dos CONTABILISTAS respectivos, mediante NOTIFICAÇÃO, a fim de lhe ser PRESTADA a COOPERAÇÃO devida. O INCUMPRIMENTO, não JUSTIFICADO do DEVER de COOPERAÇÃO, por parte dos REPRESENTANTES MÁXIMOS e dos respectivos CONTABILISTAS, CONSTITUI CRIME de DESOBEDIÊNCIA à LEI e à JUSTIÇA, sendo PUNIDO segundo a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA como crime por desobediência a ordem legítima de autoridade pública.

16 – DEPOIMENTOS.

a) O PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou o seu REPRESENTANTE LEGAL, pode solicitar a qualquer um REPRESENTANTE MÁXIMO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO ESTATAL e aos respectivos CONTABILISTAS, o DEPOIMENTO ou INFORMAÇÕES que JULGAR NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS, constantes dos ACTOS PROCESSUAIS, sendo a COMPARÊNCIA no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO JUSTIFICATIVO da FALTA no EXERCÍCIO das FUNÇÕES CORRESPONDENTES.

b) Em caso de RECUSA ou FALTA de COMPARÊNCIA no DIA e HORA designado, mediante aviso POSTAL REGISTADO, o REAL TRIBUNAL CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO da ENTIDADE VISADA, NOTIFICA os INTERVENIENTES FALTOSOS, por DESOBEDIÊNCIA ao REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS e por CRIME DELIBERADO, de FALTA INJUSTIFICADA de COMPARÊNCIA ou de RECUSA de DEPOIMENTO, sendo este JULGADO no mesmo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

c) As DESPESAS de DESLOCAÇÃO, TRANSPORTE e quando NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO pelas CIRCUNSTÂNCIAS decorrentes do PROCESSO, ALOJAMENTO que forem AUTORIZADAS pelo PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL de CONTAS PORTUGUÊS ou pelo seu REPRESENTANTE LEGAL, são RESTITUÍDAS mediante FACTURAS apresentadas e em conformidade com os VALORES ATRIBUIDOS para cada uma DESPESA, pelo próprio TRIBUNAL.

17 – ARQUIVAMENTO.

a) São mandadas ARQUIVAR os REQUERIMENTOS, quando o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou o seu REPRESENTANTE LEGAL, CONCLUA que os mesmos não tem FUNDAMENTO LEGAL, quando não EXISTAM ELEMENTOS SUFICIENTES para ser ADOPTADO qualquer GÊNERO de PROCEDIMENTO LEGAL ou quando a SUSPEITA INVOCADA já tenha sido REPARADA.

b) As SOLICITAÇÕES cuja COMPETÊNCIA não são IMPUTADAS ao REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, serão ENCAMINHADAS para os ÓRGÃOS COMPETENTES respectivos.

18 – AUDIÇÃO PRÉVIA.

O PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, deverá ESCUTAR os REPRESENTANTES MÁXIMOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO ESTATAL e os respectivos CONTABILISTAS, quando sobre o ESTATUTO de SUSPEIÇÕES, permitindo-lhes que PRESTEM os ESCLARECIMENTOS devidos, antes de FORMULAR quaisquer CONCLUSÕES sobre os FACTOS que constatem ser PUNÍVEIS de ACÇÃO JURÍDICA.

19 – PROCESSO-CRIME.

Sempre que o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou o seu REPRESENTANTE LEGAL, CONSTATE EXISTIR PROVAS FIDEDIGNAS de ATENTADO, VIOLAÇÃO e FRAUDE das CONTAS PÚBLICAS do REINO de PORTUGAL, INSTITUIRÁ um PROCESSO-CRIME contra os RESPONSÁVEIS pelos ACTOS FRAUDULENTOS E CRIMINOSOS, APURANDO nos termos da LEI, os MONTANTES ENVOLTOS do CRIME e DELIBERANDO o ACORDÃO do ÓRGÃO com uma PENA TRÊS VEZES SUPERIOR aos MONTANTES envoltos do PROCESSO-CRIME.

20 – PUBLICIDADE.

Sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO para ESCLARECIMENTO da OPINIÃO PÚBLICA e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou o seu REPRESENTANTE LEGAL, ORDENARÁ a PUBLICAÇÃO de COMUNICADOS ou INFORMAÇÕES sobre as CONCLUSÕES alcançadas nos PROCESSOS sobre a sua ALÇADA ou sobre outros ASSUNTOS relativos à sua ACTIVIDADE, utilizando os MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO OFICIAIS da COROA REAL PORTUGUESA e OUTROS MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, BENEFICIANDO do REGIME LEGAL da PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA de NOTAS OFICIOSAS, prevista na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

21 – IRRECORRIBILIDADE DOS ACTOS DO REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS.

Os ACTOS do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, não são SUSCEPTÍVEIS de RECURSO por parte dos REPRESENTANTES MÁXIMOS dos

ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS e dos CONTABILISTAS respectivos, só podendo ser OBJECTO de RECLAMAÇÃO para o PRÓPRIO REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS nas INSTÂNCIAS COMPETENTES respectivas.

22 – REQUERIMENTOS DE Má-fé.

Quando se verifique, que o AUTOR do REQUERIMENTO age perante os FACTOS CONSUMADOS de Má-fé, o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou o seu REPRESENTANTE LEGAL PARTICIPA ao MINISTÉRIO PÚBLICO os FACTOS, para a INSTAURAÇÃO do devido PROCEDIMENTO CRIMINAL e para o AGRAVAMENTO em caso de JULGAMENTO, da PENA DELIBERADA ou a DELIBERAR.

23 – RECOMENDAÇÕES.

a) Sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou o seu REPRESENTANTE LEGAL, pronunciará RECOMENDAÇÕES sobre os ACTOS da ACÇÃO CONTABILISTICA IRREGULARES aos REPRESENTANTES MÁXIMOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, de modo à CORRECÇÃO dos mesmos, competindo à ENTIDADE da RECOMENDAÇÃO, com a MÁXIMA CELERIDADE possível, COMUNICAR no PRAZO de DEZ DIAS a POSIÇÃO que quanto a ela AFIRMA, que sendo CONTRÁRIA à RECOMENDAÇÃO deverá ser OBRIGATORIAMENTE FUNDAMENTADA, podendo o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou o seu REPRESENTANTE LEGAL quando não OBTIVER a COLABORAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA ao ESCLARECIMENTO dos FACTOS, DIRIGIR RECOMENDAÇÕES às ENTIDADES COMPETENTES, expondo os MOTIVOS da sua tomada de POSIÇÃO.

b) As CONCLUSÕES do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, são SEMPRE COMUNICADAS, aos REPRESENTANTES MÁXIMOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES ESTATAIS REQUERENTES da SOLICITAÇÃO, bem como às ENTIDADES visadas por a mesma, COMPETINDO ao PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos CASOS de INICIATIVA PRÓPRIA do ÓRGÃO, COMUNICAR às ENTIDADES VISADAS as suas CONCLUSÕES.

24 – CUSTAS PROCESSUAIS e DISPENSA de ADVOGADO.

Os REQUERIMENTOS apresentados ao REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS são ISENTOS de CUSTAS PROCESSUAIS e não OBRIGAM à CONSTITUIÇÃO de ADVOGADO.

TÍTULO QUINTO – REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, é o ÓRGÃO SUPERIOR da HIERARQUIA dos REAIS TRIBUNAIS JUDICIAIS CIVIS e MILITARES PORTUGUESES, é o TRIBUNAL ao qual COMPETE IMPOR a TERCEIRA JUSTIÇA, o VEREDICTO FINAL, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA CRIMINAL.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da

DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para as NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os JUÍZES presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os JUÍZES a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE da REGIÃO ADMINISTRATIVA, no REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS é COMPOSTO por NOVE JUÍZES, representantes de cada uma das NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, DEFINIDAS na ORGANIZAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDAS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo INÍCIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO

PLENÁRIA do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE dos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos JULGAMENTOS em CURSO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências do REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

- a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- b) REGISTAR as AUSÊNCIAS e FALTAS dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL, bem como dar ASSENTIMENTO aos seus PRESIDENTES;

- c) REMETER até ao DIA QUINZE de cada MÊS ao REAL TRIBUNAL de CONTAS a LISTAGEM de AUSÊNCIAS e FALTAS dos PROFISSIONAIS QUALIFICADOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- d) COORDENAR e ORIENTAR a ACÇÃO e o MOVIMENTO do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS e dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES;
- e) VERIFICAR a MORTE e DECLARAR a IMPOSSIBILIDADE FÍSICA PERMANENTE de SUAS MAJESTADES e dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA NACIONAIS, bem como VERIFICAR os IMPEDIMENTOS TEMPORÁRIOS do EXERCÍCIO das FUNÇÕES respectivas;
- f) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA de SUAS MAJESTADES do TERRITÓRIO PORTUGUÊS, aos DUQUES dos respectivos DUCADOS e ao MARECHAL dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e da GUARDA REAL PORTUGUESA;
- g) COROAR o SUCESSOR da FAMÍLIA REAL ao TRONO de PORTUGAL;
- h) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- i) PROMOVER o PROCESSO de ACUSAÇÃO contra SUAS MAJESTADES e os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA NACIONAIS por CRIMES PRATICADOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;
- j) COMPETE ao PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS na AUSÊNCIA do TERRITÓRIO do MARECHAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, PRESIDIR ao ESTADO-MAIOR das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

2 – São competências do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

- a) JULGAR os RECURSOS e os processos de REVISÃO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do REINO de PORTUGAL;
- b) ELEGER os seus REPRESENTANTES aos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;
- c) VERIFICAR previamente a CONSTITUCIONALIDADE e a LEGALIDADE dos REFERENDOS a EXISTIR na VIDA do REINO de PORTUGAL, bem como APRECIAR os REQUISITOS relativos ao respectivo UNIVERSO ELEITORAL;
- d) FISCALIZAR o ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL;
- e) Uniformizar a jurisprudência, nos termos dos artigos 1º e seguintes, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro nono, da parte primeira do PROCESSO PENAL.

3 – São competências do PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS em matéria penal:

- a) Conhecer dos conflitos de competências entre secções;

b) Autorizar a interceptação, a gravação e a transcrição de conversações ou comunicações em que intervenham SUAS MAJESTADES ou elementos dos ÓRGÃOS de SOBERANIA NACIONAIS da vida do REINO de PORTUGAL e determinar a sua destruição nos termos dos artigos 1º e 4º, do capítulo quarto, do título terceiro, do livro terceiro, da parte primeira do PROCESSO PENAL;

c) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

4 – São competências das secções criminais do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS em matéria penal:

a) Julgar os recursos que não sejam da competência do pleno das secções;

b) Conhecer dos pedidos de HABEAS CORPUS em virtude de prisão ilegal da vida do REINO de PORTUGAL;

c) Conhecer dos pedidos de revisão da vida do REINO de PORTUGAL;

d) Decidir sobre o pedido de atribuição de competência a outro tribunal da mesma espécie e hierarquia, nos casos de obstrução ao exercício da jurisdição pelo tribunal competente;

e) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

5 – As secções funcionam com três juízes.

6 – Compete aos presidentes das secções criminais do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS em matéria penal:

a) Conhecer dos conflitos de competência entre relações, entre estas e os tribunais de 1º ou entre tribunais de 1ª e 2ª instância de diferentes concelhos de administração ou região administrativa;

b) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os JURISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo INÍCIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS, sendo o INÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA precedida por uma INTERPRETAÇÃO MUSICAL da FANFARRA REAL das REAIS FORÇAS

ARMADAS PORTUGUESA, que ENTOARAM o HINO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, seguido de DUAS PEÇAS do seu DESIGNÍO, tendo INÍCIO o ACTO às OITO HORAS e MEIA da MANHÃ.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA do PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e da CONCORDÂNCIA do PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a AUSÊNCIA dos JUÍZES que compõem o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDE, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, deveram ser comunicadas pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, funciona por SECÇÕES ou em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do PRESIDENTE, quando dos ATRASOS dos JUÍZES que COMPÕEM o ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos JUÍZES da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o PRESIDENTE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos OITO JUÍZES sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos JUÍZES ELEITOS.

2 – A DISCUSSÃO dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROCESSO, EFECTUADO por o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO em REUNIÃO do PLENÁRIO ou por um JUÍZ PRESIDENTE, NOMEADOS pelo CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO por SECÇÃO e a OBSERVAÇÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da SECÇÃO ou do PLENÁRIO do ÓRGÃO de SOBERANIA

JURÍDICO, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os JUÍZES CONSTITUINTES da SECÇÃO ou do PLENÁRIO se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre as DÚVIDAS SUSCEPTÍVEIS de uma ANÁLISE mais PROFUNDA e DELICADA e um DEBATE sobre os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS e REGENTES face à MATÉRIA, considerados ALVO de possível VIOLAÇÃO.

3 – Os ACTOS PROCESSUAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO ou da SECÇÃO, após a sua DISCUSSÃO e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS face a cada um ACTO PROCESSUAL, as INCONGRUÊNCIAS dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO face aos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS e a NECESSIDADE de EXCLUIR a PERMISSIBILIDADE da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, impondo a RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS deste ÓRGÃO, constituintes do PLENÁRIO ou das respectivas SECÇÕES, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM JUIZ verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um JUÍZ do PLENÁRIO ou das SECÇÕES, de UM VOTO, competindo ao JUIZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou a SECÇÃO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO respectiva, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de no caso de DELIBERAÇÃO por SECÇÕES de elaborar um MEMORANDO dirigido ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, enunciando as NORMAS do ACTO PROCESSUAL sobre as quais a SECÇÃO se debruçou e a solução que a SECÇÃO propõe, com INDICAÇÃO SUMÁRIA dos respectivos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS visados por a MATÉRIA, competindo ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, decidir em conformidade com a DECISÃO da SECÇÃO em caso de UNANIMIDADE dos seus JUÍZES constituintes ou SUBMETTER a DELIBERAÇÃO do PLENÁRIO em caso de DISSONÂNCIA, FORMULANDO após a DELIBERAÇÃO o ACORDÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

5 – Após o ACORDÃO INSTITUÍDO, COMPETIRÁ ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, comunicar por NOTIFICAÇÃO, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES REQUERENTES, a sua DECISÃO face ao ACTO PROCESSUAL em ANÁLISE.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os JUÍZES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, AUFEREM de VENCIMENTOS

CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO DOIS MIL OITOCENTOS e SESENTA CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelos REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, JORNAL, QUOTIDIANO MONÁRQUICO, no CANAL TELEVISIVO OFICIAL, CANAL CONSTITUCIONAL e na ESTAÇÃO de RÁDIO OFICIAL, ESTAÇÃO RÉGIA, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REFERENDO.

1 – Os DIFERENDOS INSTITUCIONAIS a EXISTIR entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, mediante PROPOSTA dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e das ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS, INSTITUIRAM como ACTO NORMATIVO ESSENCIAL e ELEMENTAR à RESOLUÇÃO do DIFERENDO, o REFERENDO, em MATÉRIAS das respectivas COMPETÊNCIAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, só podendo ter por objecto questões de RELEVANTE interesse NACIONAL, que devam ser decididas por SUAS MAJESTADES, pelos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e pelas ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS, que delegam na INSTÂNCIA JÚRIDICA, a RESOLUÇÃO da mesma, podendo o REFERENDO afirmar um âmbito REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL, sempre que o DIFERENDO entre os ÓRGÃOS de SOBERANIA, se potenciem em termos do ESPAÇO GEOGRÁFICO definido, constando:

a) ALTERAÇÕES à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, LEGISLATIVA, ADMINISTRATIVA e PRODUTIVA, relacionados com a função, organização, formação, composição, competências e funcionamento dos ÓRGÃOS de SOBERANIA;

b) QUESTÕES e ACTOS ECONÓMICOS, relacionados com o conteúdo ORÇAMENTAL, TRIBUTÁRIO e FINANCEIRO;

c) QUESTÕES e ACTOS HUMANOS, relacionados com o modo de SER, ESTAR e EXISTIR HUMANO PORTUGUÊS;

d) QUESTÕES e ACTOS CULTURAIS, relacionados com a HERANÇA perpetuada pelos NOSSOS ANTEPASSADOS REAIS, desde o ano

MIL CENTO e VINTE e OITO, que produziram toda uma RAZÃO de EXISTIR SOBERANO, com IDIOMA, com LAÇOS e TRAÇOS que UNEM todo o NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS;

e) QUESTÕES de ÂMBITO EXTERNO;

f) RECTIFICAÇÃO das FRONTEIRAS.

2 – Cada um referendo recairá sobre uma MATÉRIA ESPECÍFICA, devendo ser formuladas as questões com toda a OBJECTIVIDADE, CLAREZA e PRECISÃO que se lhe IMPÕE, para respostas de SIM e de NÃO, num número máximo de perguntas a FIXAR por LEI em cada momento, a qual determinará igualmente as demais condições de FORMULAÇÃO e de EFECTIVAÇÃO de REFERENDOS.

3 – SUAS MAJESTADES, submetem ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a FORMULAÇÃO dos CONTEÚDOS do REFERENDO, de modo a que o mesmo seja APROVADO ou REVOGADO por o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, que o CONFIRMA ou DEVOLVE com as CORRECÇÕES necessárias e precisas, para que o mesmo seja APROVADO ou CORRIGIDO pelo ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO, as vezes necessárias até o CONTEÚDO corresponder e EXPLICITAR com o MÁXIMO RIGOR e PRECISÃO o DIFERENDO EXISTENTE e as DIFERENTES ANÁLISES, para que o ELEITORADO possa DECIDIR sobre a APROVAÇÃO ou a RECUSA da MATÉRIA em QUESTÃO.

4 – Aprovado o CONTEÚDO do REFERENDO, SUAS MAJESTADES, por ÉDITO REAL, fazem PUBLICAR nos TRÊS DIAS consecutivos ao ACORDO entre AMBAS as INSTÂNCIAS de SOBERANIA, os CONTEÚDOS FORMALIZADOS e colocam à DISCUSSÃO na PRAÇA PÚBLICA, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no TERRITÓRIO IMPERIAL e no MUNDO se a questão o IMPUSER, durante QUINZE DIAS as diferentes CORRENTES de OPINIÃO, pelo que no FIM-DE-SEMANA a seguir ao TÉRMINO da discussão e durante os DOIS DIAS que o constituem, se procede à VOTAÇÃO do mesmo, podendo os ELEITOS e ELEITORES NACIONAIS que se ausentem do seu CÍRCULO ELEITORAL, VOTAR em qualquer um ÓRGÃO LEGISLATIVO do ESTADO PORTUGUÊS, os ELEITOS e ELEITORES residentes no IMPÉRIO, VOTAR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS e os ELEITOS e ELEITORES residentes no MUNDO, em cada uma EMBAIXADA do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO.

5 – O REFERENDO passa a ter efeito VINCULATIVO, após a ANÁLISE do RESULTADO da VOTAÇÃO dos ELEITOS e ELEITORES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no TERRITÓRIO IMPERIAL e no MUNDO, pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM em MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA CRIMINAL sobre todos os REAIS TRIBUNAIS JUDICIAIS PORTUGUESES, CIVIS e MILITARES e quaisquer outras AUTORIDADES, sem PREJUÍZO da COMPETÊNCIA PRÓPRIA do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES do TRIBUNAL relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, EXERCE a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e tem sede INSTITUCIONAL, na CAPITAL do REINO de PORTUGAL, LISBOA.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, tem o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO NONO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES no REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um JUÍZ ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um JUÍZ, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVIDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, pelo PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, pelo

PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS INTEGRA nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, TRÊS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, remete ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, o RELATÓRIO ANUAL da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ENUNCIANDO as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS ENVOLTAS do EXERCÍCIO da sua ACÇÃO, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO OFICIAIS da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

2 – O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, DELEGARÁ num ELEMENTO CONSTITUINTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a PARTICIPAÇÃO no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelo JUÍZ PRESIDENTE que a PRESIDE.

TÍTULO SEXTO – REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, são os TRIBUNAIS aos quais COMPETE IMPOR a SEGUNDA JUSTIÇA, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA CRIMINAL, de ÂMBITO do ESPAÇO, HOMEM e do MOVIMENTO PERPETRADO, sem RECURSO a ARMAS ou ACTOS VIOLENTOS.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os JUÍZES presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os JUÍZES a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de

SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, são COMPOSTOS por o CONJUNTO de JUÍZES de cada REGIÃO ADMINISTRATIVA, representantes de cada um dos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO respectivos, DEFINIDOS na ORDENAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo ÍNICIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE dos PROCESSOS CRIMES em

JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, do REAL TRIBUNAL CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS, citando “Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos JULGAMENTOS em CURSO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

b) COORDENAR e ORIENTAR a ACCÃO e o MOVIMENTO dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS e MUNICIPAIS PORTUGUESES da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO;

c) VERIFICAR a MORTE e DECLARAR a IMPOSSIBILIDADE FÍSICA PERMANENTE dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS REGIONAIS da sua área de circunscrição, bem como VERIFICAR os IMPEDIMENTOS TEMPORÁRIOS do EXERCÍCIO das FUNÇÕES respectivas;

d) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS REGIONAIS da sua área de circunscrição;

e) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

f) PROMOVER o PROCESSO de ACUSAÇÃO contra ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA REGIONAIS por CRIMES PRATICADOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, sem recurso a armas ou actos violentos.

2 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

a) JULGAR os RECURSOS MEDIANOS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do REINO de PORTUGAL, remetidos pelos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS e MUNICIPAIS PORTUGUESES;

b) ELEGER o seu REPRESENTANTE ao REAL CONSELHO JURÍDICO de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS.

3 – São competências dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES em matéria penal:

a) Conhecer dos conflitos de competências entre secções;

b) Autorizar a intercepção, a gravação e a transcrição de conversações ou comunicações em que intervenham os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS REGIONAIS da sua área de circunscrição, competindo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS determinar a sua destruição;

c) SUBSTITUIR o GOVERNANTE da respectiva área de circunscrição na REPRESENTAÇÃO dos actos a realizar, na sua AUSÊNCIA do TERRITÓRIO;

d) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

4 – São competências das secções criminais dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES em matéria penal:

a) Julgar os recursos que não sejam da competência do pleno das secções;

b) Conhecer dos pedidos de HABEAS CORPUS em virtude de prisão ilegal, da sua área de circunscrição;

c) Conhecer dos pedidos de revisão da sua área de circunscrição;

d) Julgar os processos de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira sem recurso a armas ou a actos violentos;

e) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

5 – As secções funcionam com três juízes.

6 – Compete aos presidentes das secções criminais dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES em matéria penal:

a) Conhecer dos conflitos de competência entre tribunais de 1ª Instância da sua área de circunscrição;

b) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILÍARES e HOMENAGEADOS os JURISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada, reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo ÍNICIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES e da CONCORDÂNCIA dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, a AUSÊNCIA dos JUÍZES que compõem cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, deveram ser comunicadas pelos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, funcionam por SECÇÕES ou em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do PRESIDENTE, quando dos ATRASOS dos JUÍZES que COMPÕEM o ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos JUÍZES da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o PRESIDENTE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos JUÍZES sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos JUÍZES ELEITOS.

2 – A DISCUSSÃO dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROCESSO, EFECTUADO por o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO em REUNIÃO do PLENÁRIO ou por um JUÍZ PRESIDENTE, NOMEADOS pelo CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO por SECÇÃO e a OBSERVAÇÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da SECÇÃO ou do PLENÁRIO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os JUÍZES CONSTITUINTES da SECÇÃO ou do PLENÁRIO se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre as DÚVIDAS SUSCEPTÍVEIS de uma ANÁLISE mais PROFUNDA e DELICADA e um DEBATE sobre os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS e REGENTES face à MATÉRIA, considerados ALVO de possível VIOLAÇÃO.

3 – Os ACTOS PROCESSUAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO ou da SECÇÃO, após a sua DISCUSSÃO e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS face a cada um ACTO PROCESSUAL, as INCONGRUÊNCIAS dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO face aos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS e a NECESSIDADE de EXCLUIR a PERMISSIBILIDADE da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, impondo a RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS deste ÓRGÃO, constituintes do PLENÁRIO ou das respectivas SECÇÕES, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM JUIZ verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um JUÍZ do PLENÁRIO ou das SECÇÕES, de UM VOTO, competindo ao JUIZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou a SECÇÃO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO respectiva, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de no caso de DELIBERAÇÃO por SECÇÕES de elaborar um MEMORANDO dirigido ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, enunciando as NORMAS do ACTO PROCESSUAL sobre as quais a SECÇÃO se debruçou e a solução que a SECÇÃO propõe, com INDICAÇÃO SUMÁRIA dos respectivos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS visados por a MATÉRIA, competindo ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE, LEGAL decidir em conformidade com a DECISÃO da SECÇÃO em caso de UNANIMIDADE dos seus JUÍZES constituintes

ou SUBMETER a DELIBERAÇÃO do PLENÁRIO em caso de DISSONÂNCIA, FORMULANDO após a DELIBERAÇÃO o ACORDÃO do REAL TRIBUNAL CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS.

5 – Após o ACORDÃO INSTITUÍDO, COMPETIRÁ ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, comunicar por NOTIFICAÇÃO, aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES REQUERENTES, a sua DECISÃO face ao ACTO PROCESSUAL em ANÁLISE.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os JUÍZES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivos, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM sobre as DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES e sobre as DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICÍPAIS PORTUGUESES, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES dos TRIBUNAIS, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, EXERCEM a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA correspondente à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e têm sede INSTITUCIONAL, em cada uma das CAPITAIS REGIONAIS do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um JUÍZ ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um JUÍZ, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVEDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES REGIONAIS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES REGIONAIS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, QUATRO MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS, para cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE de cada um REAL TRIBUNAL CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS.

TÍTULO SÉTIMO – REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, são os TRIBUNAIS aos quais COMPETE IMPOR a PRIMEIRA JUSTIÇA, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA CRIMINAL, de ÂMBITO do ESPAÇO e do MOVIMENTO PERPETRADO, sem RECURSO a ARMAS ou ACTOS VIOLENTOS.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os JUÍZES presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os JUÍZES a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma

ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do MUNICÍPIO, nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TITULARES de CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, são COMPOSTOS por o CONJUNTO de JUÍZES de cada CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, representantes de cada um dos MUNICÍPIOS respectivos, DEFINIDOS na ESTRUTURAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo ÍNICIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE dos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para a REFEIÇÃO, do REAL TRIBUNAL CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO),

deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá INICÍO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos JULGAMENTOS em CURSO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

b) VERIFICAR a MORTE e DECLARAR a IMPOSSIBILIDADE FÍSICA PERMANENTE dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS CONCELHIOS da sua área de circunscrição, bem como VERIFICAR os IMPEDIMENTOS TEMPORÁRIOS do EXERCÍCIO das FUNÇÕES respectivas;

c) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS CONCELHIOS da sua área de circunscrição;

d) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

e) PROMOVER o PROCESSO de ACUSAÇÃO contra ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA CONCELHIOS por CRIMES PRATICADOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, sem recurso a armas ou actos violentos.

2 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS

pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

- a) ELEGER o seu REPRESENTANTE ao REAL CONSELHO JURÍDICO de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;
- b) Conhecer dos pedidos de HABEAS CORPUS em virtude de prisão ilegal, da sua área de circunscrição;
- c) Conhecer dos pedidos de revisão da sua área de circunscrição;
- d) JULGAR os ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do REINO de PORTUGAL, relativos ao PATRIMÓNIO, à VIDA EM SOCIEDADE, à IDENTIDADE CULTURAL E A INTEGRIDADE PESSOAL e ao ESTADO, perpetrado sem RECURSO a ARMAS ou ACTOS VIOLENTOS;
- e) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

3 – São competências dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES em matéria penal:

- a) Autorizar a intercepção, a gravação e a transcrição de conversações ou comunicações em que intervenham os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS CONCELHIOS da sua área de circunscrição, competindo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS determinar a sua destruição;
- b) SUBSTITUIR o CONSELHEIRO da respectiva área de circunscrição na REPRESENTAÇÃO dos actos a realizar, na sua AUSÊNCIA do TERRITÓRIO;
- c) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, são EMPOSSADOS por DELEGAÇÃO de SUAS MAJESTADES em SUAS ALTEZAS CONSTITUINTES do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e em SUAS ALTEZAS CONSTITUINTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, cito nas CAPITAIS REGIONAIS do REINO de PORTUGAL, durante os TRÊS DIAS ANTERIORES à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS ALTEZAS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e a SUAS ALTEZAS, dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL,

CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os JURISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada, reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, realizam-se todos os dias do ANO, tendo ÍNICIO às ZERO HORAS e TERMINANDO às VINTE e QUATRO HORAS de cada um DIA, existindo TRÊS TURNOS JURÍDICOS que se vão ALTERNANDO ao longo da SESSÃO PLENÁRIA tendo como HORÁRIOS das ZERO HORAS às OITO HORAS, das OITO HORAS às DEZASSEIS HORAS e das DEZASSEIS HORAS às VINTE e QUATRO HORAS, existindo TRÊS PERÍODOS de PAUSA ao longo do dia para REFEIÇÃO, das TRÊS HORAS às QUATRO HORAS, das DOZE HORAS às TREZE HORAS e das DEZANOVE HORAS às VINTE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES e da CONCORDÂNCIA dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, a AUSÊNCIA dos JUÍZES que compõem cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, deveram ser comunicadas pelos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou do seu REPRESENTANTE LEGAL para cada um TURNO, quando dos ATRASOS dos JUÍZES que COMPÕEM cada um ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos JUÍZES das SESSÕES PLENÁRIAS, devendo os PRESIDENTES ou o seu REPRESENTANTE LEGAL para cada um TURNO, na sua AUSÊNCIA dos PLENÁRIOS por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos JUÍZES sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos JUÍZES ELEITOS.

2 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, compreendem nas suas FASES PROCESSUAIS de JULGAMENTO dos PROCESSOS CRIMES, a EXPOSIÇÃO pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou pelo seu REPRESENTANTE LEGAL em cada um TURNO, do ESPAÇO GEOGRÁFICO, das DATAS e dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, a MENÇÃO dos NOMES, CADASTRO e ANTECEDENTES CRIMINAIS dos RÉUS, VITIMAS e das TESTEMUNHAS e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFRINGIDOS e VIOLADOS pelo ACTO em JULGADO, competindo ao PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL em cada um TURNO a NOMEAÇÃO de um JUÍZ para CONSTITUIR o CONSELHO de INVESTIGAÇÃO, a quem compete CONVOCAR com CARACTER de URGÊNCIA os demais ELEMENTOS do JÚRI de entre os ELEMENTOS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS envoltas das MATÉRIAS dos ACTOS PROCESSUAIS e INICIAR o JULGAMENTO IMPIEDOSO, CÉLERE, RIGOROSO, DIRECCIONADO e JUSTO dos ACTOS CRIMINOSOS em JULGADO e dos seus INTERVENIENTES, de modo ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS.

3 – Os PROCESSOS CRIMES, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO após a FASE PROCESSUAL de JULGAMENTO e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS VIOLADOS, as ORIGENS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS dos ACTOS para os RÉUS, para as VITIMAS e para toda a POPULAÇÃO PORTUGUESA e as INCONGRUÊNCIAS dos INTERVENIENTES em todo o PROCESSO JURÍDICO, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os JUÍZES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES em cada um TURNO e dos DEMAIS ELEMENTOS constituintes do JÚRI, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face aos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, as ATENUANTES dos ACTOS sempre que se considerem EXISTIR, dispondo cada um JUÍZ e DEMAIS ELEMENTOS do JÚRI, de UM VOTO, competindo aos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou ao seu REPRESENTANTE em cada um TURNO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO, de em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os DEMAIS JUÍZES FORMULAR a SENTENÇA e a PENA a APLICAR, ELABORAREM o ACÓRDÃO a INSTITUIR face ao PROCESSO-CRIME, PROFERIR o VEREDICTO FINAL do REAL TRIBUNAL CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS e de o COMUNICAR aos RÉUS, às VITIMAS e aos MEIOS de INFORMAÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os JUÍZES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO MIL QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivos, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM sobre as DECISÕES de todas as AUTORIDADES não JURÍDICAS, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES dos TRIBUNAIS, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, EXERCEM a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO correspondente à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e têm sede INSTITUCIONAL, em cada uma das CAPITAIS CONCELHIAS do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um JUÍZ ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um JUÍZ, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVEDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, NOMEANDO um DEFENSOR JURÍDICO para o ARGUIDO sempre que se verifique a AUSÊNCIA do mesmo.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, NOMEANDO um DEFENSOR JURÍDICO para as VITÍMAS sempre que se verifique a AUSÊNCIA do mesmo.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, SETE CONTABILISTAS, SETE TESOUREIROS, QUINZE SECRETÁRIOS, SETE BIBLIOTECÁRIOS, SETE MOTORISTAS, SETE TELEFONISTAS, SETE TÉCNICOS de INFORMÁTICA, SETE TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, SETE TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, SETE TÉCNICOS de

HOTELARIA, SETE TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, SETE MÉDICOS e SETE ENFERMEIROS.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS, para cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE de cada um REAL TRIBUNAL CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS.

TÍTULO OITAVO – REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, são os TRIBUNAIS aos quais COMPETE IMPOR a PRIMEIRA JUSTIÇA, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA CRIMINAL, de ÂMBITO HUMANO, sem RECURSO a ARMAS ou ACTOS VIOLENTOS.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para todas as ALDEIAS, VILAS e CIDADE que COMPÕEM cada um MUNICÍPIO, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os JUÍZES presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, todos os JUÍZES a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e todos os CIDADÃOS que tenham concluído o CICLO EDUCATIVO no CURSO de DIREITO, em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE reconhecidas pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES e que sendo DOUTORES, MESTRES ou LICENCIADOS, estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS de cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE, que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS de cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne ISOLADAMENTE os SETE CANDIDATOS ELEITOS para cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a

ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE de cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE, nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TITULARES de CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, são COMPOSTOS por o CONJUNTO de JUÍZES de cada um MUNICÍPIO, representantes de cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE respectivas, DEFINIDAS na ESTRUTURAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDAS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo ÍNICIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE dos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para a REFEIÇÃO, do REAL TRIBUNAL CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de

PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá INICÍO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO) dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos JULGAMENTOS em CURSO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

b) VERIFICAR a MORTE e DECLARAR a IMPOSSIBILIDADE FÍSICA PERMANENTE dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS MUNICIPAIS da sua área de circunscrição, bem como VERIFICAR os IMPEDIMENTOS TEMPORÁRIOS do EXERCÍCIO das FUNÇÕES respectivas;

c) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS MUNICIPAIS da sua área de circunscrição;

d) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

e) PROMOVER o PROCESSO de ACUSAÇÃO contra ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA MUNICIPAIS por CRIMES PRATICADOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, sem recurso a armas ou actos violentos.

2 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

a) ELEGER o seu REPRESENTANTE ao REAL CONSELHO JURÍDICO de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;

b) Conhecer dos pedidos de HABEAS CORPUS em virtude de prisão ilegal, da sua área de circunscrição;

- c) Conhecer dos pedidos de revisão da sua área de circunscrição;
- d) JULGAR os ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do REINO de PORTUGAL, relativos ao HOMEM, à HUMANIDADE e ao PLANETA TERRA, perpetrado sem RECURSO a ARMAS ou ACTOS VIOLENTOS;
- e) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

3 – São competências dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES em matéria penal:

- a) Autorizar a intercepção, a gravação e a transcrição de conversações ou comunicações em que intervenham os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, NOTARIAIS, SOCIAIS e FISCAIS MUNICIPAIS da sua área de circunscrição, competindo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS determinar a sua destruição;
- b) PRESIDIR o DUCADO, na AUSÊNCIA do TERRITÓRIO PORTUGUÊS do DUQUE ou DUQUESA do respectivo DUCADO;
- c) SUBSTITUIR o AUTARCA da respectiva área de circunscrição na REPRESENTAÇÃO dos actos a realizar, na sua AUSÊNCIA do TERRITÓRIO;
- d) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, são EMPOSSADOS por DELEGAÇÃO de SUAS MAJESTADES em SUAS ALTEZAS CONSTITUINTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES e em SUAS ALTEZAS CONSTITUINTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, cito nas CAPITAIS CONCELHIAS do REINO de PORTUGAL, durante os SETE DIAS ANTERIORES à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS ALTEZAS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES e a SUAS ALTEZAS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os JURISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, realizam-se todos os dias do ANO, tendo INÍCIO às ZERO HORAS e TERMINANDO às VINTE e QUATRO HORAS de cada um DIA, existindo TRÊS TURNOS JURÍDICOS que se vão ALTERNANDO ao longo da SESSÃO PLENÁRIA tendo como HORÁRIOS das ZERO HORAS às OITO HORAS, das OITO HORAS às DEZASSEIS HORAS e das DEZASSEIS HORAS às VINTE e QUATRO HORAS, existindo TRÊS PERÍODOS de PAUSA ao longo do dia para REFEIÇÃO, das TRÊS

HORAS às QUATRO HORAS, das DOZE HORAS às TREZE HORAS e das DEZANOVE HORAS às VINTE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES e da CONCORDÂNCIA dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, a AUSÊNCIA dos JUÍZES que compõem cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, deveram ser comunicadas pelos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no contínuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou do seu REPRESENTANTE LEGAL para cada um TURNO, quando dos ATRASOS dos JUÍZES que COMPÕEM cada um ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos JUÍZES das SESSÕES PLENÁRIAS, devendo os PRESIDENTES ou o seu REPRESENTANTE LEGAL para cada um TURNO, na sua AUSÊNCIA dos PLENÁRIOS por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos JUÍZES sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos JUÍZES ELEITOS.

2 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, compreendem nas suas FASES PROCESSUAIS de JULGAMENTO dos PROCESSOS CRIMES, a EXPOSIÇÃO pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou pelo seu REPRESENTANTE LEGAL em cada um TURNO, do ESPAÇO GEOGRÁFICO, das DATAS e dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, a MENÇÃO dos NOMES, CADASTRO e ANTECEDENTES CRIMINAIS dos REÚS, VITIMAS e das TESTEMUNHAS e os PRINCÍPIOS

CONSTITUCIONAIS INFRINGIDOS e VIOLADOS pelo ACTO em JULGADO, competindo ao PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL em cada um TURNO a NOMEAÇÃO de um JUÍZ para CONSTITUIR o CONSELHO de INVESTIGAÇÃO, a quem compete CONVOCAR com CARACTER de URGÊNCIA os demais ELEMENTOS do JÚRI de entre os ELEMENTOS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS envoltas das MATÉRIAS dos ACTOS PROCESSUAIS e INICIAR o JULGAMENTO IMPIEDOSO, CÉLERE, RIGOROSO, DIRECCIONADO e JUSTO dos ACTOS CRIMINOSOS em JULGADO e dos seus INTERVENIENTES, de modo ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS.

3 – Os PROCESSOS CRIMES, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO após a FASE PROCESSUAL de JULGAMENTO e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS VIOLADOS, as ORIGENS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS dos ACTOS para os RÉUS, para as VITIMAS e para toda a POPULAÇÃO PORTUGUESA e as INCONGRUÊNCIAS dos INTERVENIENTES em todo o PROCESSO JURÍDICO, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os JUÍZES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES em cada um TURNO e dos DEMAIS ELEMENTOS constituintes do JÚRI, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face aos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, as ATENUANTES dos ACTOS sempre que se considerem EXISTIR, dispondo cada um JUÍZ e DEMAIS ELEMENTOS do JÚRI, de UM VOTO, competindo aos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou ao seu REPRESENTANTE em cada um TURNO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO, de em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os DEMAIS JUÍZES FORMULAR a SENTENÇA e a PENA a APLICAR, ELABORAREM o ACÓRDÃO a INSTITUIR face ao PROCESSO-CRIME, PROFERIR o VEREDICTO FINAL do REAL TRIBUNAL CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS e de o COMUNICAR aos RÉUS, às VITIMAS e aos MEIOS de INFORMAÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por ALDEIAS, VILAS e CIDADES que COMPÕEM os QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os JUÍZES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTE às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO SETECENTOS e QUINZE CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivos, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM sobre as DECISÕES de todas as AUTORIDADES não JURÍDICAS, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES dos TRIBUNAIS, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, EXERCEM a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em cada um MUNICÍPIO correspondente à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e têm sede INSTITUCIONAL, em cada uma das CAPITAIS MUNICIPAIS do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um JUÍZ e por todos os CIDADÃOS que tenham CONCLUÍDO o CICLO EDUCATIVO no CURSO de DIREITO, em ESCOLAS PORTUGUEAS ou OFICIALMENTE RECONHECIDAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES ISOLADAMENTE, aos

ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um JUÍZ, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER para cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVIDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES MUNICIPAIS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, NOMEANDO um DEFENSOR JURÍDICO para o ARGUIDO sempre que se verifique a AUSÊNCIA do mesmo.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES MUNICIPAIS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, NOMEANDO um DEFENSOR JURIDICO para as VITÍMAS sempre que se verifique a AUSÊNCIA do mesmo.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, SETE CONTABILISTAS, SETE TESOUREIROS, QUINZE SECRETÁRIOS, SETE BIBLIOTECÁRIOS, SETE MOTORISTAS, SETE TELEFONISTAS, SETE TÉCNICOS de INFORMÁTICA, SETE TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, SETE TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, SETE TÉCNICOS de HOTELARIA, SETE TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, SETE MÉDICOS e SETE ENFERMEIROS.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, são

PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS, para cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE de cada um REAL TRIBUNAL CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS.

TÍTULO NONO – REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – O REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, é o TRIBUNAL ao qual COMPETE IMPOR a SEGUNDA JUSTIÇA, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA CRIMINAL, no ÂMBITO de toda a sua ÁREA de ACÇÃO sobre o ESPAÇO, HOMEM e o MOVIMENTO PERPETRADO, nos ACTOS PROCESSUAIS com RECURSO a ARMAS e ACTOS VIOLENTOS, à INVASÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e aos CRIMES de NATUREZA MILITAR.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para as NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os JUÍZES presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, todos os JUÍZES a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e os REPRESENTANTES JURÍDICOS MILITARES dos TRÊS RAMOS das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO MILITAR REGIONAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE da REGIÃO ADMINISTRATIVA, no REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – O REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, é COMPOSTO por NOVE JUÍZES, representantes de cada uma das REGIÕES ADMINISTRATIVAS respectivas, DEFINIDAS na ORGANIZAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDAS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo ÍNICIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE dos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos

PROCESSOS CRIMES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos JULGAMENTOS em CURSO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

- a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- b) COORDENAR e ORIENTAR a ACÇÃO e o MOVIMENTO dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS e CONCELHIOS PORTUGUESES;
- c) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA dos MARQUESES e dos ALMIRANTES MOR dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS do TERRITÓRIO PORTUGUÊS;
- d) COROAR o SUCESSOR da FAMÍLIA REAL ao TRONO de PORTUGAL;
- e) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- f) PROMOVER o PROCESSO de ACUSAÇÃO contra ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA REGIONAIS por CRIMES PRATICADOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, com recurso a armas ou actos violentos.

2 – São competências do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

- a) JULGAR os RECURSOS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do REINO de PORTUGAL, remetidos pelos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS e CONCELHIOS PORTUGUESES;
- b) ELEGER os seus REPRESENTANTES ao REAL CONSELHO JURÍDICO de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;
- c) FISCALIZAR o ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL.

3 – São competências do PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS em matéria penal:

- a) Conhecer dos conflitos de competências entre secções;
- b) PRESIDIR as REAIS CHANCELARIAS dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e da GUARDA REAL PORTUGUESA, na AUSÊNCIA dos MARQUESES do TERRITÓRIO;
- c) Autorizar a intercepção, a gravação e a transcrição de conversações ou comunicações em que intervenham os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS REGIONAIS, competindo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS determinar a sua destruição;
- d) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

4 – São competências das secções criminais do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS em matéria penal:

- a) Julgar os recursos que não sejam da competência do pleno das secções;

b) Conhecer dos pedidos de HABEAS CORPUS em virtude de prisão ilegal da vida do REINO de PORTUGAL;

c) Conhecer dos pedidos de revisão da vida do REINO de PORTUGAL;

d) Julgar os processos judiciais de extradição;

e) Julgar os processos de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira, com recurso a armas ou a actos violentos;

f) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

5 – As secções funcionam com três juízes.

6 – Compete aos presidentes das secções criminais do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS em matéria penal:

a) Conhecer dos conflitos de competência entre tribunais militares de 1ª instância de diferentes concelhos de administração ou região administrativa;

b) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para o REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILÍARES e HOMENAGEADOS os JURISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo ÍNICIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA do PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS e da CONCORDÂNCIA do PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a AUSÊNCIA dos JUÍZES que compõem o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, deveram

ser comunicadas pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no contínuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – O REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, funciona por SECÇÕES ou em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do PRESIDENTE, quando dos ATRASOS dos JUÍZES que COMPÕEM o ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos JUÍZES da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o PRESIDENTE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos OITO JUÍZES sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos JUÍZES ELEITOS.

2 – A DISCUSSÃO dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROCESSO, EFECTUADO por o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO em REUNIÃO do PLENÁRIO ou por um JUÍZ PRESIDENTE, NOMEADOS pelo CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, quando da DISCUSSÃO do PROCESSO por SECÇÃO e a OBSERVAÇÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da SECÇÃO ou do PLENÁRIO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os JUÍZES CONSTITUINTES da SECÇÃO ou do PLENÁRIO se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre as DÚVIDAS SUSCEPTÍVEIS de uma ANÁLISE mais PROFUNDA e DELICADA e um DEBATE sobre os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS e REGENTES face à MATÉRIA, considerados ALVO de possível VIOLAÇÃO.

3 – Os ACTOS PROCESSUAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO ou da SECÇÃO, após a sua DISCUSSÃO e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS face a cada um ACTO PROCESSUAL, as INCONGRUÊNCIAS dos ACTOS PROCESSUAIS em ANÁLISE e DELIBERAÇÃO face aos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS e a NECESSIDADE de EXCLUIR a PERMISSIBILIDADE da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, impondo a RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS deste ÓRGÃO, constituintes do PLENÁRIO

ou das respectivas SECÇÕES, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM JUIZ verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um JUIZ do PLENÁRIO ou das SECÇÕES, de UM VOTO, competindo ao JUIZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou a SECÇÃO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO respectiva, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de no caso de DELIBERAÇÃO por SECÇÕES de elaborar um MEMORANDO dirigido ao JUIZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, enunciando as NORMAS do ACTO PROCESSUAL sobre as quais a SECÇÃO se debruçou e a solução que a SECÇÃO propõe, com INDICAÇÃO SUMÁRIA dos respectivos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS visados por a MATÉRIA, competindo ao JUIZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL, decidir em conformidade com a DECISÃO da SECÇÃO em caso de UNANIMIDADE dos seus JUIZES constituintes ou SUBMETTER a DELIBERAÇÃO do PLENÁRIO em caso de DISSONÂNCIA, FORMULANDO após a DELIBERAÇÃO o ACORDÃO do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS.

5 – Após o ACORDÃO INSTITUÍDO, COMPETIRÁ ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, comunicar por NOTIFICAÇÃO, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES REQUERENTES, a sua DECISÃO face ao ACTO PROCESSUAL em ANÁLISE.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os JUIZES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO DOIS MIL OITOCENTOS e SESSENTA CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – O REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelo REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivas dos PROCESSOS CRIMES REGIONAIS ou CONCELHIOS, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM sobre as DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES e sobre as DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES do TRIBUNAL, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – O REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, EXERCE a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e tem sede INSTITUCIONAL, na CAPITAL do REINO de PORTUGAL, LISBOA.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, o REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, tem o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES no REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um JUÍZ ou REPRESENTANTE JURÍDICO MILITAR ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um JUÍZ ou REPRESENTANTE, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam

TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVEDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, pelo PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – O REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS INTEGRA nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, TRÊS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS.

TÍTULO DÉCIMO – REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, são os TRIBUNAIS ao qual COMPETE IMPOR a PRIMEIRA JUSTIÇA, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA CRIMINAL, no ÂMBITO de toda a sua ÁREA de ACÇÃO sobre o ESPAÇO, nos ACTOS PROCESSUAIS com RECURSO a ARMAS e ACTOS VIOLENTOS, à INVASÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e aos CRIMES de NATUREZA MILITAR.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os JUÍZES presentes no TERRITÓRIO

PORTUGUÊS, todos os JUÍZES a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e os REPRESENTANTES JURÍDICOS MILITARES dos TRÊS RAMOS das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO MILITAR CONCELHIO PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, nos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, são COMPOSTOS por o CONJUNTO de JUÍZES de cada REGIÃO ADMINISTRATIVA, representantes de cada um dos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO respectivos, DEFINIDOS na ORDENAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo INÍCIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL

TRIBUNAL MILITAR REGIONAL PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE dos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para a REFEIÇÃO, do REAL TRIBUNAL MILITAR REGIONAL PORTUGUÊS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL MILITAR REGIONAL PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL MILITAR REGIONAL PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos JULGAMENTOS em CURSO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

b) VERIFICAR a MORTE e DECLARAR a IMPOSSIBILIDADE FÍSICA PERMANENTE dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS REGIONAIS da sua área de circunscrição, bem como VERIFICAR os IMPEDIMENTOS TEMPORÁRIOS do EXERCÍCIO das FUNÇÕES respectivas;

c) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA dos ALMIRANTES e GENERAIS MOR dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS REGIONAIS da sua área de circunscrição;

d) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

e) PROMOVER o PROCESSO de ACUSAÇÃO contra ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA CONCELHIOS por CRIMES PRATICADOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, com recurso a armas ou actos violentos.

2 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

a) ELEGER o seu REPRESENTANTE ao REAL CONSELHO JURÍDICO de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;

b) Conhecer dos pedidos de HABEAS CORPUS em virtude de prisão ilegal, da sua área de circunscrição;

c) Conhecer dos pedidos de revisão da sua área de circunscrição;

d) JULGAR os ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do REINO de PORTUGAL, relativos ao PATRIMÓNIO, à VIDA EM SOCIEDADE, à IDENTIDADE CULTURAL E A INTEGRIDADE PESSOAL e ao ESTADO, perpetrado com RECURSO a ARMAS ou ACTOS VIOLENTOS e à invasão territorial;

e) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

3 – São competências dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES em matéria penal:

a) Autorizar a interceptação, a gravação e a transcrição de conversações ou comunicações em que intervenham os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS CONCELHIOS da sua área de circunscrição, competindo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS determinar a sua destruição;

b) PRESIDIR as REAIS FILIAIS REGIONAIS dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e da GUARDA REAL PORTUGUESA, na AUSÊNCIA dos ALMIRANTES do TERRITÓRIO;

c) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES, pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e pelo REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e do

REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram

INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLENCIAS aos FAMILIÁRES e HOMENAGEADOS os JURISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada, reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, realizam-se todos os dias do ANO, tendo ÍNICIO às ZERO HORAS e TERMINANDO às VINTE e QUATRO HORAS de cada um DIA, existindo TRÊS TURNOS JURÍDICOS que se vão ALTERNANDO ao longo da SESSÃO PLENÁRIA tendo como HORÁRIOS das ZERO HORAS às OITO HORAS, das OITO HORAS às DEZASSEIS HORAS e das DEZASSEIS HORAS às VINTE e QUATRO HORAS, existindo TRÊS PERÍODOS de PAUSA ao longo do dia para REFEIÇÃO, das TRÊS HORAS às QUATRO HORAS, das DOZE HORAS às TREZE HORAS e das DEZANOVE HORAS às VINTE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES e da CONCORDÂNCIA dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, a AUSÊNCIA dos JUÍZES que compõem cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, deveram ser comunicadas pelos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou do seu REPRESENTANTE LEGAL para cada um TURNO, quando dos ATRASOS dos JUÍZES que COMPÕEM cada um ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos JUÍZES das SESSÕES PLENÁRIAS, devendo os PRESIDENTES ou o seu REPRESENTANTE LEGAL para cada um TURNO, na sua AUSÊNCIA dos PLENÁRIOS por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos JUÍZES sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos JUÍZES ELEITOS.

2 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, compreendem nas suas FASES PROCESSUAIS de JULGAMENTO dos PROCESSOS CRIMES, a EXPOSIÇÃO pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou pelo seu REPRESENTANTE LEGAL em cada um TURNO, do ESPAÇO GEOGRÁFICO, das DATAS e dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, a MENÇÃO dos NOMES, CADASTRO e ANTECEDENTES CRIMINAIS dos REÚS, VITIMAS e das TESTEMUNHAS e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFRINGIDOS e VIOLADOS pelo ACTO em JULGADO, competindo ao PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL em cada um TURNO a NOMEAÇÃO de um JUÍZ para CONSTITUIR o CONSELHO de INVESTIGAÇÃO, a quem compete CONVOCAR com CARACTER de URGÊNCIA os demais ELEMENTOS do JÚRI de entre os ELEMENTOS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS envoltas das MATÉRIAS dos ACTOS PROCESSUAIS e INICIAR o JULGAMENTO IMPIEDOSO, CÉLERE, RIGOROSO, DIRECCIONADO e JUSTO dos ACTOS CRIMINOSOS em JULGADO e dos seus INTERVENIENTES, de modo ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS.

3 – Os PROCESSOS CRIMES, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO após a FASE PROCESSUAL de JULGAMENTO e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS VIOLADOS, as ORIGENS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS dos ACTOS para os RÉUS, para as VITIMAS e para toda a POPULAÇÃO PORTUGUESA e as INCONGRUÊNCIAS dos INTERVENIENTES em todo o PROCESSO JURÍDICO, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os JUÍZES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES em cada um TURNO e dos DEMAIS ELEMENTOS constituintes do JÚRI, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face aos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, as ATENUANTES dos ACTOS sempre que se considerem EXISTIR, dispondo cada um JUÍZ e DEMAIS ELEMENTOS do JÚRI, de UM VOTO, competindo aos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou ao seu REPRESENTANTE em cada um TURNO, o apuramento do

ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO, de em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os DEMAIS JUÍZES FORMULAR a SENTENÇA e a PENA a APLICAR, ELABORAREM o ACÓRDÃO a INSTITUIR face ao PROCESSO-CRIME, PROFERIR o VEREDICTO FINAL do REAL TRIBUNAL MILITAR REGIONAL PORTUGUÊS e de o COMUNICAR aos RÉUS, às VITIMAS e aos MEIOS de INFORMAÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os JUÍZES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivos, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM sobre as DECISÕES de todas as AUTORIDADES não JURÍDICAS, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES dos TRIBUNAIS, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, EXERCEM a sua ÁREA de JURISDIÇÃO, em cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA correspondente à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e têm sede INSTITUCIONAL, em cada uma das CAPITAIS REGIONAIS do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um JUÍZ ou REPRESENTANTE JURÍDICO MILITAR ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um JUÍZ ou REPRESENTANTE, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVEDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES REGIONAIS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, NOMEANDO um DEFENSOR JURÍDICO para os ARGUIDOS, sempre que se verifique a AUSÊNCIA do mesmo.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES REGIONAIS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, NOMEANDO um DEFENSOR JURÍDICO para as VITIMAS, sempre que se verifique a AUSÊNCIA do mesmo.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, SETE CONTABILISTAS, SETE TESOUREIROS, QUINZE SECRETÁRIOS, SETE BIBLIOTECÁRIOS, SETE MOTORISTAS, SETE TELEFONISTAS, SETE TÉCNICOS de INFORMÁTICA, SETE TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, SETE TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, SETE TÉCNICOS de HOTELARIA, SETE TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, SETE MÉDICOS e SETE ENFERMEIROS.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS, para cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO MILITAR REGIONAL PORTUGUÊS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE de cada um REAL TRIBUNAL MILITAR REGIONAL PORTUGUÊS.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, são os TRIBUNAIS ao qual COMPETE IMPOR a PRIMEIRA JUSTIÇA, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA CRIMINAL, no ÂMBITO de toda a sua ÁREA de ACÇÃO sobre o HOMEM e o MOVIMENTO PERPETRADO, nos ACTOS PROCESSUAIS com RECURSO a ARMAS e ACTOS VIOLENTOS.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os JUÍZES presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, todos os JUÍZES a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e os REPRESENTANTES JURÍDICOS MILITARES dos TRÊS RAMOS das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES,

que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO JURÍDICO em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do MUNICÍPIO, nos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, são COMPOSTOS por o CONJUNTO de JUÍZES de cada CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, representantes de cada um dos MUNICÍPIOS respectivos, DEFINIDOS na ESTRUTURAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo INÍCIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL MILITAR CONCELHIO PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE dos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para a REFEIÇÃO, do REAL TRIBUNAL MILITAR CONCELHIO PORTUGUÊS, citando “Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL TRIBUNAL MILITAR CONCELHIO PORTUGUÊS, convocando o CONSELHO dos MAGISTRADOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL MILITAR CONCELHIO PORTUGUÊS, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos JULGAMENTOS em CURSO.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

a) EMPOSSAR e NOMEAR os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

b) VERIFICAR a MORTE e DECLARAR a IMPOSSIBILIDADE FÍSICA PERMANENTE dos ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS CONCELHIOS da sua área de circunscrição, bem como VERIFICAR os IMPEDIMENTOS TEMPORÁRIOS do EXERCÍCIO das FUNÇÕES respectivas;

c) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA dos GENERAIS, CORONÉIS MOR e CORONÉIS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS CONCELHIOS e MUNICIPAIS da sua área de circunscrição;

d) ELEGER os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

e) PROMOVER o PROCESSO de ACUSAÇÃO contra ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA MUNICIPAIS por CRIMES PRATICADOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, com recurso a armas ou actos violentos.

2 – São competências dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES para além das DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI, para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

a) ELEGER o seu REPRESENTANTE ao REAL CONSELHO JURÍDICO de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;

b) Conhecer dos pedidos de HABEAS CORPUS em virtude de prisão ilegal, da sua área de circunscrição;

c) Conhecer dos pedidos de revisão da sua área de circunscrição;

d) JULGAR os ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do REINO de PORTUGAL, relativos ao HOMEM, à HUMANIDADE e ao PLANETA TERRA, perpetrado com RECURSO a ARMAS ou ACTOS VIOLENTOS;

e) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

3 – São competências dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES em matéria penal:

a) Autorizar a interceptação, a gravação e a transcrição de conversações ou comunicações em que intervenham os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS MUNICIPAIS da sua área de circunscrição, competindo ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS determinar a sua destruição;

b) PRESIDIR as REAIS SUCURSAIS REGIONAIS dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e da GUARDA REAL PORTUGUESA, na AUSÊNCIA dos GENERAIS do TERRITÓRIO;

c) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, são EMPOSSADOS por DELEGAÇÃO de SUAS MAJESTADES em SUAS ALTEZAS CONSTITUINTES do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, em SUAS ALTEZAS CONSTITUINTES do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS e em SUAS ALTEZAS CONSTITUINTES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, cito nas CAPITAIS REGIONAIS do REINO de PORTUGAL, durante os TRÊS DIAS ANTERIORES à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS ALTEZAS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a SUAS ALTEZAS do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS e a SUAS ALTEZAS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que

USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILÍARES e HOMENAGEADOS os JURISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada, reponha a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, realizam-se todos os dias do ANO, tendo INÍCIO às ZERO HORAS e TERMINANDO às VINTE e QUATRO HORAS de cada um DIA, existindo TRÊS TURNOS JURÍDICOS que se vão ALTERNANDO ao longo da SESSÃO PLENÁRIA, tendo como HORÁRIOS das ZERO HORAS às OITO HORAS, das OITO HORAS às DEZASSEIS HORAS e das DEZASSEIS HORAS às VINTE e QUATRO HORAS, existindo TRÊS PERÍODOS de PAUSA ao longo do dia para REFEIÇÃO, das TRÊS HORAS às QUATRO HORAS, das DOZE HORAS às TREZE HORAS e das DEZANOVE HORAS às VINTE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES e da CONCORDÂNCIA dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, a AUSÊNCIA dos JUÍZES que compõem cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, deveram ser comunicadas pelos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no contínuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS nos TURNOS JURÍDICOS em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou do seu REPRESENTANTE LEGAL para cada um TURNO, quando dos ATRASOS dos JUÍZES que COMPÕEM cada um ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos JUÍZES das SESSÕES PLENÁRIAS, devendo os PRESIDENTES ou o seu REPRESENTANTE LEGAL para cada um TURNO, na sua AUSÊNCIA dos PLENÁRIOS por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos JUÍZES sob a ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos JUÍZES ELEITOS.

2 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, compreendem nas suas FASES PROCESSUAIS de JULGAMENTO dos PROCESSOS CRIMES, a EXPOSIÇÃO pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou pelo seu REPRESENTANTE LEGAL em cada um TURNO, do ESPAÇO GEOGRÁFICO, das DATAS e dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, a MENÇÃO dos NOMES, CADASTRO e ANTECEDENTES CRIMINAIS dos REÚS, VITIMAS e das TESTEMUNHAS e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFRINGIDOS e VIOLADOS pelo ACTO em JULGADO, competindo ao PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou ao seu REPRESENTANTE LEGAL em cada um TURNO a NOMEAÇÃO de um JUÍZ para CONSTITUIR o CONSELHO de INVESTIGAÇÃO, a quem compete CONVOCAR com CARACTER de URGÊNCIA os demais ELEMENTOS do JÚRI de entre os ELEMENTOS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS envoltas das MATÉRIAS dos ACTOS PROCESSUAIS e INICIAR o JULGAMENTO IMPIEDOSO, CÉLERE, RIGOROSO, DIRECCIONADO e JUSTO dos ACTOS CRIMINOSOS em JULGADO e dos seus INTERVENIENTES, de modo ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS.

3 – Os PROCESSOS CRIMES, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO após a FASE PROCESSUAL de JULGAMENTO e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS VIOLADOS, as ORIGENS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS dos ACTOS para os RÉUS, para as VITIMAS e para toda a POPULAÇÃO PORTUGUESA e as INCONGRUÊNCIAS dos INTERVENIENTES em todo o PROCESSO JURÍDICO, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os JUÍZES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO em efectividade de FUNÇÕES em cada um TURNO e dos DEMAIS ELEMENTOS constituintes do JÚRI, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face aos PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, as ATENUANTES dos ACTOS sempre que se considerem EXISTIR, dispondo cada um JUÍZ e DEMAIS ELEMENTOS do JÚRI, de UM VOTO, competindo aos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou ao seu REPRESENTANTE em cada um TURNO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO, de em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os

DEMAIS JUÍZES FORMULAR a SENTENÇA e a PENA a APLICAR, ELABORAREM o ACÓRDÃO a INSTITUIR face ao PROCESSO-CRIME, PROFERIR o VEREDICTO FINAL do REAL TRIBUNAL MILITAR CONCELHIO PORTUGUÊS e de o COMUNICAR aos RÉUS, às VITIMAS e aos MEIOS de INFORMAÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os JUÍZES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO MIL QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES serão PUBLICADOS, COMUNICADOS e DIVULGADOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivos, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA e ENTIDADES PÚBLICAS e PRIVADAS e PREVALECEM sobre as DECISÕES de todas as AUTORIDADES não JURÍDICAS, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES dos TRIBUNAIS, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, EXERCEM a sua ÁREA de JURISDIÇÃO, em cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO correspondente à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e têm sede INSTITUCIONAL, em cada uma das CAPITAIS CONCELHIAS do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um JUÍZ ou REPRESENTANTE JURÍDICO MILITAR ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um JUÍZ ou REPRESENTANTE, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do TRIBUNAL, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROVEDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, NOMEANDO um DEFENSOR JURÍDICO para os ARGUIDOS, sempre que se verifique a AUSÊNCIA do mesmo.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

1 – A REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, faz-se representar junto dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, pelos REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, perante os PROCESSOS CRIMES em JULGAMENTO, NOMEANDO um DEFENSOR JURÍDICO para as VITIMAS, sempre que se verifique a AUSÊNCIA do mesmo.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, SETE CONTABILISTAS, SETE TESOUREIROS, QUINZE SECRETÁRIOS, SETE BIBLIOTECÁRIOS, SETE MOTORISTAS, SETE TELEFONISTAS, SETE TÉCNICOS de INFORMÁTICA, SETE TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, SETE TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, SETE TÉCNICOS de HOTELARIA, SETE TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, SETE MÉDICOS e SETE ENFERMEIROS.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS, para cada um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO MILITAR CONCELHIO e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE de cada um REAL TRIBUNAL MILITAR CONCELHIO PORTUGUÊS.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – A REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, é um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ao qual COMPETE especificamente ADMINISTRAR a DEFESA dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS ou VÍTIMAS nos PROCESSOS movidos nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, ou de SUSPEIÇÕES e ACUSAÇÕES, gerados pela OPINIÃO PÚBLICA.

2 – A REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA em UNISSONO com a REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, são os ÓRGÃOS SUPERIORES do MINISTÉRIO PÚBLICO.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DE ACTUAÇÃO.

1 – A REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, exerce a sua FUNÇÃO JURISDICIONAL, em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES, tendo SEDE INSTITUCIONAL na CAPITAL do REINO de PORTUGAL, LISBOA e GABINETES do PROVIDOR CITO nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS PORTUGUESES, INSTITUÍDOS na ORGANIZAÇÃO JURÍDICA do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em termos REGIONAIS, CONCELHIOS e MUNICIPAIS e EXERCE a sua FUNÇÃO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, tendo como ÂMBITO de ACTUAÇÃO os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e

INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS, de SUSPEITOS ou ACUSADOS e a PROTECÇÃO e DEFESA dos seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS LEGÍTIMOS.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE QUEIXA.

1 – Todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS ou VÍTIMAS, de SUSPEITOS ou ACUSADOS, podem APRESENTAR QUEIXA ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, quando não vejam ASSEGURADOS e ACAUTELADOS em ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS e na OPINIÃO PÚBLICA, os seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, que as APRECIA de forma RIGOROSA, DIRIGINDO aos ÓRGÃOS COMPETENTES as RECOMENDAÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à CORRECÇÃO das INJUSTIÇAS verificadas.

ARTIGO QUARTO – AUTONOMIA.

1 – A REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, é um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO AUTÓNOMO e INDEPENDENTE dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, previsto na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, competindo mediante SOLICITAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, de apresentação de QUEIXA ou por INICIATIVA PRÓPRIA, a INTERVENÇÃO nos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO QUINTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – A REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, é COMPOSTA, por o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e por todos os seus REPRESENTANTES INSTITUÍDOS no PLANO da ORGANIZAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, CONSTITUÍDOS e DEFINIDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo NOVE os REPRESENTANTES REGIONAIS, QUARENTA e TRÊS os REPRESENTANTES CONCELHIOS e QUINHENTOS e CINQUENTA os REPRESENTANTES MUNICIPAIS.

ARTIGO SEXTO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES para os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da data da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES, que tenham CONCLUÍDO o CURSO de DIREITO em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE RECONHECIDAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e que sendo DOUTORES, MESTRES ou LICENCIADOS, estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS MUNICIPAIS, que FILMARAM e GRAVARAM para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS

e por um PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS MUNICIPAIS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a definir os LUGARES e as POSIÇÕES de cada um na HIERARQUIA MUNICIPAL JURÍDICA, ELEGENDO desta forma o REPRESENTANTE MUNICIPAL ao CARGO de REPRESENTANTE do PROVIDOR de JUSTIÇA CONCELHIO e o REPRESENTANTE do PROVIDOR de JUSTIÇA MUNICIPAL.

3 – ELEITOS os REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um MUNICÍPIO ao CARGO CONCELHIO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE CONCELHIO para o CARGO de REPRESENTANTE REGIONAL do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, fazendo após a DELIBERAÇÃO do CANDIDATO CONCELHIO ao CARGO REGIONAL, subir na HIERARQUIA o CANDIDATO MUNICIPAL da CIRCUNSCRIÇÃO em FALTA ao CARGO CONCELHIO e colocando o TERCEIRO ELEITO e ELEITOR na HIERARQUIA MUNICIPAL ao CARGO MUNICIPAL.

4 – ELEITOS os REPRESENTANTES CONCELHIOS para o CARGO de REPRESENTANTE REGIONAL do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o REPRESENTANTE da REGIÃO ao CARGO de PROVIDOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

5 – ELEITOS os REPRESENTANTES REGIONAIS para o CARGO de PROVIDOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, SUAS MAJESTADES e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS NACIONAIS, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de QUINZE DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o PROVIDOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

6 – ELEITO o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, os REPRESENTANTES REGIONAIS ao CARGO de PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, constituem-se no IMEDIATO REPRESENTANTES REGIONAIS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, competindo aos DOIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS NACIONAIS, por NORMA ELEITORAL, comunicar no

imediatamente, ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, a ELEGER num PRAZO de DEZ DIAS, o seu REPRESENTANTE ao CARGO REGIONAL, de modo a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, possam num PRAZO de DEZ DIAS ELEGER o REPRESENTANTE do PROVIDOR de JUSTIÇA REGIONAL.

7 – ELEITO o REPRESENTANTE REGIONAL do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS em FALTA, todos os REPRESENTANTES CONCELHIOS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO ao CARGO de REPRESENTANTES REGIONAIS do PROVIDOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, CONSTITUEM-SE no imediato REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, COMPETINDO ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do REPRESENTANTE CONCELHIO em FALTA, por NORMA ELEITORAL, comunicar no imediato, ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a REPRESENTANTE REGIONAL do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, a ELEGER num PRAZO de DEZ DIAS, o seu REPRESENTANTE ao CARGO de REPRESENTANTE CONCELHIO, de modo a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a REPRESENTANTE REGIONAL do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, possam num PRAZO de DEZ DIAS ELEGER o REPRESENTANTE CONCELHIO.

8 – ELEITO o REPRESENTANTE CONCELHIO do PROVIDOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS em FALTA, todos os REPRESENTANTES MUNICIPAIS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO ao CARGO de REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, CONSTITUEM-SE no imediato REPRESENTANTES MUNICIPAIS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, COMPETINDO ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO MUNICIPAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a REPRESENTANTE CONCELHIO a ELEGER num PRAZO de CINCO DIAS o seu ELEITO a REPRESENTANTE MUNICIPAL do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

9 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TITULARES dos CARGOS na REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

ARTIGO SÉTIMO – POSSE E JURAMENTO.

1 – O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, é EMPOSSADO por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – Os REPRESENTANTES REGIONAIS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO REGIONAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

3 – Os REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES,

nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

4 – Os REPRESENTANTES MUNICIPAIS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO MUNICIPAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

5 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO OITAVO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os CARGOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO no PRIMEIRO DIA do OITAVO MÊS, após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA após ELEIÇÃO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO NONO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES de JULGAMENTO, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e

ATTITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os PROVIDORES com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS da CIRCUNSCRIÇÃO abrangida, procedam de acordo com os CRITÉRIOS ELEITORAIS definidos para cada uma ELEIÇÃO, à REPOSIÇÃO de toda a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO DÉCIMO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, exercem FUNÇÕES todos os dias do ANO, na REAL PROVIDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA e nos GABINETES da PROVIDORIA, presentes nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS PORTUGUESES, GERINDO os TEMPOS de EXERCÍCIO de FUNÇÕES a CUMPRIR, mediante os ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, as SOLICITAÇÕES dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou dos seus REPRESENTANTES LEGAIS, as QUEIXAS apresentadas pelos REQUERENTES, as suas INICIATIVAS PRÓPRIAS em prol das RESPONSABILIDADES que EXERCEM na VIDA do REINO de PORTUGAL e dos PERÍODOS de FÉRIAS de cada um PROVIDOR de JUSTIÇA.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS e da CONCORDÂNCIA do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS NACIONAIS, das respectivas CIRCUNSCRIÇÕES ou das DEMAIS e na REPRESENTAÇÃO das MISSÕES do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO correspondente, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JÚRIDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, nos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, deveram ser comunicadas pelos respectivos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, de modo que o mesmo REPONHA a todo o momento a PIRAMIDE HIERÁRQUICA JURÍDICA, convocando os TITULARES dos CARGOS

HIERÁRQUICAMENTE INFERIORES ou SUPERIORES, a firmar as responsabilidades do TITULAR AUSENTE.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no contínuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO aos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INDEPENDÊNCIA E AMOVIBILIDADE.

1 – O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, CONSTITUÍDOS no PLANO da ORGANIZAÇÃO JURÍDICA PORTUGUESA, são INDEPENDENTES no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, não podendo cessar FUNÇÕES antes do TERMINO do MANDATO para que foram NOMEADOS, salvo nos CASOS previstos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, podendo face às EXIGÊNCIAS da ACÇÃO, MOVIMENTO e RESPONSABILIDADE dos seus ELEMENTOS CONSTITUINTES ser AMOVÍVEIS por INSTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS que COMPÕEM a REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, para FIRMAR os COMPROMISSOS JURÍDICOS em CURSO nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONSELHO DO PROVIDOR.

1 – O CONSELHO do PROVIDOR, é um ÓRGÃO PRESIDIDO pelo PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e COMPOSTO pelos NOVE REPRESENTANTES REGIONAIS do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, que REUNIRÁ na REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO pelos seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, por CONVOCAÇÃO do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, para ESCLARECER as DÚVIDAS surgidas no ÂMBITO da sua ACÇÃO e PRESTAR o APOIO DIRECTO e PESSOAL ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS. ÓRGÃO NÃO REMUNERADO.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, o EXERCÍCIO e o DESEMPENHO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICAS para as quais foram INVESTIDOS, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO respectivo.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SIGILO PROFISSIONAL.

1 – O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, os REPRESENTANTES do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os QUADROS ESPECÍFICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA e dos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, OBEDECEM e REGEM-SE pelo PRINCÍPIO do SIGILO

PROFISSIONAL, relativamente aos FACTOS que constatem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, competindo ao PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e aos REPRESENTANTES do PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS a COOPERAÇÃO quando solicitada com os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e quando CONFIRMADA pelo PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, com os MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ESTATUTO DOS PROVEDORES.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, usufruem do ESTATUTO NOBILIÁRQUICO de SUAS ALTEZAS, exercendo as suas FUNÇÕES DIÁRIAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram ELEITOS, regendo-se pelos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS consagrados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para todos os CIDADÃOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e para todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a residirem no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, respondendo CIVIL e CRIMINALMENTE, pelos ACTOS, PALAVRAS, ATITUDES, GESTOS, ACÇÕES e OMISSÕES que pratiquem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, tendo presente o MAIOR DEVER e RESPONSABILIDADE perante o EXEMPLO que firmam para com todos os CIDADÃOS no EXERCÍCIO dos mesmos ACTOS e na IMPOSIÇÃO de uma só LEI a CUMPRIR, para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA.

2 – Como CONSEQUÊNCIAS do respectivo INCUMPRIMENTO, serão JULGADOS pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUES, que agravará e TRIPLICARÁ as penas a aplicar a todos os TITULARES de CARGOS JURÍDICOS, perante os CRIMES por estes PRATICADOS, incluindo no IMEDIATO a DESTITUIÇÃO do CARGO que EXERCE, o FIM do MANDATO que CUMPRE, a perda do TÍTULO NOBILIÁRQUICO e para toda a VIDA do ESTATUTO de ELEITO e ELEITOR, correspondendo ao fim do EXERCÍCIO de FUNÇÕES JURÍDICAS.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consagrados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA, que FACULTA o ACESSO aos DADOS que entendam NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS, nas MATÉRIAS PROCESSUAIS em JULGADO, para DEFESA dos ARGUIDOS em PROCESSO de JULGAMENTO e em casos de SUSPEIÇÕES e ACUSAÇÕES presentes na PRAÇA PÚBLICA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TITULARES dos ÓRGÃOS JURÍDICOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, como RESPONSABILIDADES e DEVERES têm o de:

a) Comparecer nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram NOMEADOS e DESIGNADOS, nos DIAS e HORÁRIOS dos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO;

b) Comparecer nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais forem NOMEADOS e DESIGNADOS pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUESA, por AUSÊNCIA do TITULAR do CARGO RESIDENTE, nos DIAS e HORÁRIOS dos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO;

c) Comparecer aos ACTOS de REPRESENTAÇÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO para o qual forem NOMEADOS, por DELEGAÇÃO do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou pelos seus REPRESENTANTES HIERÁRQUICOS SUPERIORES;

d) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

e) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO nos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO dos PROCESSOS CRIMES para os quais foram SOLICITADOS.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PODERES DOS PROVIDORES.

1 – Constituem PODERES dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA:

a) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de ANÁLISE, CORRECÇÃO e APERFEIÇOAMENTO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS;

b) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar aos ÓRGÃO de SOBERANIA JURIDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO JURÍDICO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;

d) Questionar os REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, em termos de FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO e COMPETÊNCIAS e sobre a ESPECIFICIDADE das MATÉRIAS e TEMAS envoltos do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;

e) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA da VIDA do REINO de PORTUGAL, elementos, informações e publicações

OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO;

f) Efectuar com ou sem AVISO PRÉVIO, VISITAS a qualquer ENTIDADE envolta nos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, relativas ao esclarecimento de quaisquer factos que CONSTEM dos PROCESSOS, escutando os respectivos ÓRGÃOS e AGENTES e solicitar por INFORMAÇÕES, bem como a EXIBIÇÃO de DOCUMENTOS que REPUTAR convenientes;

g) Proceder a INVESTIGAÇÕES e INQUÉRITOS que considere NECESSÁRIOS e CONVENIENTES, adoptando em MATÉRIA de RECOLHA e PRODUÇÃO de PROVAS, os PROCEDIMENTOS que não COLIDAM com os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS LEGÍTIMOS das VITIMAS, LESADOS ou OFENDIDOS;

h) Procurar em colaboração com os ÓRGÃOS e ENTIDADES competentes, as SOLUÇÕES mais adequadas à DEFESA dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos ARGUIDOS, SUSPEITOS e ACUSADOS, de FORMA ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, o PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO VIGÉSIMO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES na REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um CIDADÃO, que tenha CONCLUÍDO o CURSO de DIREITO em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE reconhecidas pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS, que perante as intervenções de cada um, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam

TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS da REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – GARANTIA E AUXÍLIO DE AUTORIDADE.

1 – O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são AUTORIDADES JURÍDICAS em quaisquer ACTOS no qual se façam REPRESENTAR, devendo todas as AUTORIDADES e AGENTES da AUTORIDADE PRESTAR o AUXÍLIO que lhes for solicitado para o PLENO DESEMPENHO das suas FUNÇÕES.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – LIMITES DE INTERVENÇÃO.

1 – Sendo a REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ESSENCIAL e ELEMENTAR no DECURSO dos ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS em JULGAMENTO, não COMPETE ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, nem aos REPRESENTANTES do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, INGERIR ou INTERFERIR com os PROCEDIMENTOS LEGAIS e com o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, no DECURSO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, não podendo ANULAR, REVOGAR ou MODIFICAR os ACTOS e os PODERES dos JUÍZES CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e as suas DELIBERAÇÕES, nem INTERVIR na SUSPENSÃO de QUAISQUER PRAZOS dos PROCESSOS em CONTENCIOSO.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, REMETEM ANUALMENTE às ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, um RELATÓRIO da sua ACTIVIDADE, ENUNCIANDO as QUEIXAS RECEBIDAS, as INICIATIVAS EFECTUADAS, as DILIGÊNCIAS REALIZADAS e os RESULTADOS obtidos, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO correspondentes à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO.

2 – O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, poderão PARTICIPAR no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADOS pelos JUÍZES que as PRESIDEM.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE, na ÁREA de JURISDIÇÃO que lhe CORRESPONDE e estão para DEFENDER, SERVIR e SALVAGUARDAR, os PRINCÍPIOS e VALORES constantes na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e os INTERESSES de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESES e EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os

INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao PLENO, EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os MAGISTRADOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, de ser INFORMADO sobre as MATÉRIAS e TEMAS dos PROCESSOS PENAIIS em JULGAMENTO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES e o DIREITO de DETER o CONHECIMENTO sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos JURÍDICOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo CONSELHO do PROVIDOR e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, que REÚNE o CONSELHO do PROVIDOR, para OBSERVAR, ANALISAR e CONCLUIR sobre a OPINIÃO de todos os TITULARES dos CARGOS, procedendo a uma ACTA de FÉRIAS, da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar os PERÍODOS e a PRESENÇA em todo o MOMENTO de SUBSTITUTOS face às AUSÊNCIAS verificadas, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS correspondentes.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – TUTELA ADMINISTRATIVA.

1 – Compete a SUAS MAJESTADES a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre a REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA e compete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre os demais ÓRGÃOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, consistindo na CORRECTA e RIGOROSA RESPONSABILIDADE de verificação dos preceitos e do cumprimento, dos VALORES e PRINCÍPIOS inscritos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, pelos ÓRGÃOS e por todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, em termos da FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – A REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA INTEGRA nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, DOIS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO TRIGÉSIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo INÍCIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES, às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS para cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, USUFRUINDO como VENCIMENTO:

- a) O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS DOIS MIL OITOCENTOS e SESENTA CONTOS;
- b) Os PROVIDORES de JUSTIÇA REGIONAIS DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS;
- c) Os PROVIDORES de JUSTIÇA CONCELHIOS MIL QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- d) Os PROVIDORES de JUSTIÇA MUNICIPAIS SETECENTOS e QUINZE CONTOS.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – A REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – PROCEDIMENTO.

1 – INICIATIVA.

a) O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, EXERCEM as suas FUNÇÕES com BASE nos PROCESSOS CRIMES em JULGADO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, em QUEIXAS APRESENTADAS por CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO, de ARGUIDOS ou VÍTIMAS nos PROCESSOS CRIMES em JULGADO ou de

SUSPEITAS e de ACUSAÇÕES ou por INICIATIVA PRÓPRIA, relativamente a FACTOS que OBSERVEM ser considerados na VIDA do REINO de PORTUGAL, SUSCEPTÍVEIS da DEFESA dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS.

b) As QUEIXAS apresentadas ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e aos seus REPRESENTANTES, obedecem aos INTERESSES DIRECTOS, PESSOAIS e LEGÍTIMOS dos ARGUIDOS, VÍTIMAS, SUSPEITOS e ACUSADOS e não OBEDECEM nem são CONDICIONADAS por quaisquer PRAZOS.

2 – APRESENTAÇÃO DE QUEIXA.

As QUEIXAS deverão ser dirigidas ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS devendo ser APRESENTADAS na PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA ou nos GABINETES JURÍDICOS do PROVIDOR presentes nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS PORTUGUESES, no IMEDIATO MOMENTO do ACTO JURÍDICO em JULGADO, sempre que SOLICITADO a PRESENÇA do PROVIDOR de JUSTIÇA ou quando a mesma DESEJADA, por ESCRITO e ORALMENTE, sendo a mesma transformada em AUTO, devendo constar como DADOS constantes da INSTAURAÇÃO do PROCESSO, a IDENTIDADE, a MORADA e a cópia do BILHETE de IDENTIFICAÇÃO, do CIDADÃO, ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, sendo a sua ASSINATURA ou MARCA de IDENTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA para que a mesma CONSTITUA PROVA da INSTAURAÇÃO do PROCESSO.

3 – QUEIXAS TRANSMITIDAS PELAS ASSEMBLEIAS REAIS.

As ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS, por VIA do seu JUÍZ PRESIDENTE, JUÍZ MINISTERIAL e JUÍZ BASTONÁRIO, poderão CONVOCAR o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES em cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO e SOLICITAR-LHES as DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à PROSECUÇÃO das PETIÇÕES ou QUEIXAS que lhe sejam REMETIDAS.

4 – APRECIACÃO PRELIMINAR das QUEIXAS.

As QUEIXAS, são OBJECTO de uma APRECIACÃO PRELIMINAR tendente a AVALIAR a sua ADMISSIBILIDADE, sendo INDEFERIDAS LIMINARMENTE as QUEIXAS apresentadas por Má-fé ou DESPROVIDAS de FUNDAMENTO LEGAL.

5 – INSTRUÇÃO.

a) Compete ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou aos seus REPRESENTANTES, pedidos de INFORMAÇÃO, INSPECÇÕES, EXAMES, INQUIRIÇÕES ou outros PROCEDIMENTOS LEGAIS, que não COLIDAM com os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de VITIMAS, LESADOS ou OFENDIDOS das ACUSAÇÕES do REQUERENTE e é efectuada por MEIOS INFORMAIS e EXPEDITOS, sem SUJEIÇÃO às LEIS PROCESSUAIS relativas à produção de PROVA.

b) As DILIGÊNCIAS são efectuadas pelo PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou pelos seus REPRESENTANTES em cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA, com a CELERIDADE e o CARÁCTER de URGÊNCIA exigido à RESOLUÇÃO dos CONFLITOS e à DEFESA dos ARGUIDOS, SUSPEITOS e ACUSADOS de ACTOS ILÍCITOS, podendo ABRANGER em toda a sua ACÇÃO a INTERACÇÃO de outras AUTORIDADES.

6 – DEVER DE COOPERAÇÃO.

a) O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os seus REPRESENTANTES, têm o DEVER de COOPERAR com os JUÍZES CONSTITUINTES dos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES e com a REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e SOLICITADO, face à RESOLUÇÃO dos DIFERENDOS em JULGAMENTO e sobre SUSPEIÇÕES e ACUSAÇÕES GERADAS na PRAÇA PÚBLICA, prestando os ESCLARECIMENTOS e as INFORMAÇÕES que detenham sobre os PROCESSOS.

b) Ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e aos seus REPRESENTANTES, é devido o DEVER de PRESTAREM, todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, sempre que SOLICITADOS e nos TEMPOS devidos a COLABORAÇÃO, ESCLARECIMENTOS e INFORMAÇÕES, por VIA da RESOLUÇÃO dos PROCESSOS INSTAURADOS, bem como o DEVER de COOPERAR com as INSPECÇÕES e com a FACULTAÇÃO de DADOS ELEMENTARES no DECURSO dos PROCESSOS, não PREJUDICANDO as RESTRIÇÕES LEGAIS respeitantes ao SEGREDO de JUSTIÇA, nem a INVOCAÇÃO de INTERESSES SUPERIORES do ESTADO e do SEGREDO DE ESTADO, nos casos devidamente JUSTIFICADOS pelos ÓRGÃOS COMPETENTES.

c) O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, podem DETERMINAR a PRESENÇA na REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA ou nos GABINETES JURÍDICOS do PROVIDOR, de todo o CIDADÃO, REPRESENTANTE DE ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA OU INSTITUIÇÃO, mediante NOTIFICAÇÃO, a fim de lhe ser PRESTADA a COOPERAÇÃO devida. O INCUMPRIMENTO, não JUSTIFICADO do DEVER de COOPERAÇÃO, por parte dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, CONSTITUI CRIME de DESOBEDIÊNCIA à LEI e à JUSTIÇA, sendo PUNIDO nos termos do CÓDIGO PENAL como crime de desobediência a ordem legítima de autoridade pública.

7 – DEPOIMENTOS.

a) O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, podem solicitar a todo o CIDADÃO, REPRESENTANTE de ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÕES, o DEPOIMENTO ou INFORMAÇÕES que JULGAR NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS, ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS, constantes do ARGUIDO em PROCESSO-CRIME ou dos SUSPEITOS e ACUSADOS, sendo a COMPARÊNCIA no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO JUSTIFICATIVO da FALTA no EXERCÍCIO das FUNÇÕES CORRESPONDENTES.

b) Em caso de RECUSA ou FALTA de COMPARÊNCIA no DIA e HORA designado, mediante aviso POSTAL REGISTADO, o REAL TRIBUNAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO respectiva ao facto OCORRIDO, NOTIFICA os INTERVENIENTES FALTOSOS, por DESOBEDIÊNCIA ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e por CRIME DELIBERADO, de FALTA INJUSTIFICADA de COMPARÊNCIA ou de RECUSA de DEPOIMENTO, sendo este JULGADO no mesmo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

c) As DESPESAS de DESLOCAÇÃO, TRANSPORTE e quando NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO pelas CIRCUNSTÂNCIAS decorrentes do PROCESSO, ALOJAMENTO que forem AUTORIZADAS pelo PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são RESTITUÍDAS mediante FACTURAS apresentadas e em conformidade com os VALORES ATRIBUÍDOS para cada uma DESPESA, pela CONTA do REAL TRIBUNAL em que decorra o processo.

8 – ARQUIVAMENTO.

a) São mandadas ARQUIVAR as QUEIXAS, quando o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, CONCLUAM que a mesma não tem FUNDAMENTO LEGAL, quando não EXISTAM ELEMENTOS SUFICIENTES para ser ADOPTADO qualquer GÉNERO de PROCEDIMENTO LEGAL ou quando a INJUSTIÇA INVOCADA já tenha sido REPARADA.

b) As QUEIXAS cuja COMPETÊNCIA não forem IMPUTADAS à REAL PROVIDORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, serão ENCAMINHADAS para os ÓRGÃOS COMPETENTES respectivos.

9 – ENCAMINHAMENTO.

a) Sempre que o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, reconheçam nos ARGUMENTOS apresentados pelos REQUERENTES sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS, SUSPEITAS ou ACUSAÇÕES, RAZÕES que potenciem FACTORES do ESTATUTO de VITIMA, ENCAMINHARAM para o MINISTÉRIO PÚBLICO para a promoção do processo penal.

b) Compete ao PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou aos seus REPRESENTANTES, INFORMAR e ALERTAR os REQUERENTES das QUEIXAS APRESENTADAS, dos MEIOS LEGAIS CONSTITUIDOS na LEI, necessários ao SUPRIR dos DIFERENDOS INSTITUIDOS.

10 – ACÇÕES SEM ACTO PROCESSUAL JURÍDICO.

Nos casos de ACÇÕES por SUSPEITAS ou ACUSAÇÕES, sem a INSTAURAÇÃO do ACTO PROCESSUAL JURÍDICO, o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, poderão limitar-se a chamadas de ATENÇÃO aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, ENVOLTAS das QUEIXAS apresentadas, FUNDAMENTANDO-AS com as devidas JUSTIFICAÇÕES e EXPLICAÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS, à RESOLUÇÃO dos DIFERENDOS INSTITUÍDOS.

11 – AUDIÇÃO PRÉVIA.

O PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, deverão ESCUTAR os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS, SUSPEITAS ou ACUSAÇÕES, permitindo-lhes que PRESTEM os ESCLARECIMENTOS devidos, antes de FORMULAR quaisquer CONCLUSÕES sobre os FACTOS que constatem.

12 – PARTICIPAÇÃO DE INFRACÇÕES.

Sempre que no DECURSO dos PROCESSOS em ANÁLISE pela REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, resultarem INDÍCIOS SUFICIENTES da PRÁTICA pelo ARGUIDO, SUSPEITO ou ACUSADO, de CRIME, INFRACÇÃO e VIOLAÇÃO nos respectivos ACTOS PROCESSUAIS, à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os seus REPRESENTANTES, comunicarão os FACTOS PROCESSUAIS ao MINISTÉRIO PÚBLICO da ÁREA da CIRCUNSCRIÇÃO respectiva, que actuará de ACORDO com os seus PRINCÍPIOS LEGAIS CONSTITUÍDOS.

13 – PUBLICIDADE.

Sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO para ESCLARECIMENTO da OPINIÃO PÚBLICA e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, ORDENARÁ aos seus REPRESENTANTES a PUBLICAÇÃO de COMUNICADOS ou INFORMAÇÕES sobre as CONCLUSÕES alcançadas nos PROCESSOS sobre a sua ALÇADA ou sobre outros ASSUNTOS

relativos à sua ACTIVIDADE, utilizando os MEIOS de PUBLICAÇÃO, COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO OFICIAIS da COROA REAL PORTUGUESA e os DEMAIS MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, BENEFICIANDO do REGIME LEGAL da PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA de NOTAS OFICIOSAS, prevista na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

14 – IRRECORRIBILIDADE DOS ACTOS DO PROVEDOR.

Os ACTOS do PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos seus REPRESENTANTES em cada uma CIRCUNSCRIÇÃO, não são SUSCEPTÍVEIS de RECURSO por parte dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES REQUERENTES da QUEIXA, só podendo ser OBJECTO de RECLAMAÇÃO para o PRÓPRIO PROVEDOR ou para os seus REPRESENTANTES nas INSTÂNCIAS COMPETENTES respectivas.

15 – QUEIXAS DE Má-fé.

Sempre que se verifique, que o AUTOR da QUEIXA age perante os FACTOS CONSUMADOS de Má-fé, o PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES PARTICIPAM ao MINISTÉRIO PÚBLICO os FACTOS, para a INSTAURAÇÃO do respectivo PROCEDIMENTO CRIMINAL e para o AGRAVAMENTO em caso de JULGADO, da PENA DELIBERADA ou a DELIBERAR.

16 – RECOMENDAÇÕES.

a) As RECOMENDAÇÕES do PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos seus REPRESENTANTES, são DIRIGIDOS aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES respectivas da QUEIXA, de modo à CORRECÇÃO dos ACTOS ou SITUAÇÕES IRREGULARES, competindo à ENTIDADE da RECOMENDAÇÃO, com a MÁXIMA CELERIDADE possível, COMUNICAR no PRAZO de DEZ DIAS a POSIÇÃO que quanto a ela AFIRMA, que sendo CONTRÁRIA à RECOMENDAÇÃO deverá ser OBRIGATORIAMENTE FUNDAMENTADA, podendo o PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES quando não OBTIVER a COLABORAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA ao ESCLARECIMENTO dos FACTOS, DIRIGIR RECOMENDAÇÕES às ENTIDADES COMPETENTES, expondo os MOTIVOS da sua tomada de POSIÇÃO.

b) As CONCLUSÕES do PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou dos seus REPRESENTANTES são SEMPRE COMUNICADAS, aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES REQUERENTES da QUEIXA e aos VISADOS por a mesma, COMPETINDO ao PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou aos seus REPRESENTANTES, nos CASOS de INICIATIVA PRÓPRIA, COMUNICAR às ENTIDADES VISADAS as suas CONCLUSÕES.

17 – CUSTAS PROCESSUAIS E DISPENSA DE ADVOGADO.

As QUEIXAS apresentadas ao PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou aos seus REPRESENTANTES, são ISENTAS de CUSTAS PROCESSUAIS e não OBRIGAM à CONSTITUIÇÃO de ADVOGADO.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – A REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, é um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ao qual COMPETE especificamente ADMINISTRAR a DEFESA dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, dos

CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS ou VITIMAS, nos PROCESSOS movidos nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES e quando se SINTAM LESADOS e OFENDIDOS nos seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS.

2 – A REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA em UNISSONO com a REAL PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, são os ÓRGÃOS SUPERIORES do MINISTÉRIO PÚBLICO.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DE ACTUAÇÃO.

1 – A REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, exerce a sua FUNÇÃO JURISDICCIONAL, em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES, tendo SEDE INSTITUCIONAL na CAPITAL do REINO de PORTUGAL, LISBOA e GABINETES do PROCURADOR CITO nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS PORTUGUESES, INSTITUÍDOS na ORGANIZAÇÃO JURÍDICA do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em termos REGIONAIS, CONCELHIOS e MUNICIPAIS e EXERCE a sua FUNÇÃO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, tendo como ÂMBITO de ACTUAÇÃO os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS ou VÍTIMAS, de LESADOS ou OFENDIDOS e a PROTECÇÃO e DEFESA dos seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS LEGÍTIMOS.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE QUEIXA.

1 – Todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS ou VITIMAS, de LESADOS ou OFENDIDOS, podem APRESENTAR QUEIXA ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, quando não vejam ASSEGURADOS e ACAUTELADOS em ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS e na OPINIÃO PÚBLICA, os seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, que as APRECIA de forma RIGOROSA, DIRIGINDO aos ÓRGÃOS COMPETENTES as RECOMENDAÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à CORRECÇÃO das INJUSTIÇAS verificadas.

ARTIGO QUARTO – AUTONOMIA.

1 – A REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, é um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO AUTÓNOMO e INDEPENDENTE dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, previsto na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, competindo mediante SOLICITAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, de apresentação de QUEIXA ou por INICIATIVA PRÓPRIA, a INTERVENÇÃO nos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO QUINTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – A REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, é COMPOSTA, por o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e por todos os seus REPRESENTANTES INSTITUÍDOS no PLANO da ORGANIZAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, CONSTITUÍDOS e DEFINIDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo NOVE os REPRESENTANTES REGIONAIS, QUARENTA e TRÊS os REPRESENTANTES CONCELHIOS e QUINHENTOS e CINQUENTA os REPRESENTANTES MUNICIPAIS.

ARTIGO SEXTO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES para os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, são proporcionadas por CONCURSO REAL JURÍDICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da data da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES, que tenham CONCLUÍDO o CURSO de DIREITO em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE RECONHECIDAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e que sendo DOUTORES, MESTRES ou LICENCIADOS, estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM para que constitua o REGISTO e expresse a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS e por um PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES,

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS MUNICIPAIS, os ÓRGÃOS JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a definir os LUGARES e as POSIÇÕES de cada um na HIERARQUIA MUNICIPAL JURÍDICA, ELEGENDO desta forma o REPRESENTANTE MUNICIPAL ao CARGO de REPRESENTANTE do PROCURADOR de JUSTIÇA CONCELHIO e o REPRESENTANTE do PROCURADOR de JUSTIÇA MUNICIPAL.

3 – ELEITOS os REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um MUNICÍPIO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE CONCELHIO para o CARGO de REPRESENTANTE REGIONAL do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, fazendo após a DELIBERAÇÃO do CANDIDATO CONCELHIO ao CARGO REGIONAL, subir na HIERARQUIA o CANDIDATO MUNICIPAL da CIRCUNSCRIÇÃO em FALTA ao CARGO CONCELHIO e colocando o TERCEIRO ELEITO e ELEITOR na HIERARQUIA MUNICIPAL ao CARGO MUNICIPAL.

4 – ELEITOS os REPRESENTANTES CONCELHIOS para o CARGO de REPRESENTANTE REGIONAL do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um

CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o REPRESENTANTE da REGIÃO ao CARGO de PROCURADOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

5 – ELEITOS os REPRESENTANTES REGIONAIS para o CARGO de PROCURADOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, SUAS MAJESTADES e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS NACIONAIS, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de QUINZE DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o PROCURADOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

6 – ELEITO o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, os REPRESENTANTES REGIONAIS ao CARGO de PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, constituem-se no IMEDIATO REPRESENTANTES REGIONAIS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, competindo aos DOIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS NACIONAIS, por NORMA ELEITORAL, comunicar no imediato, ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, a ELEGER num PRAZO de DEZ DIAS, o seu REPRESENTANTE ao CARGO REGIONAL, de modo a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, possam num PRAZO de DEZ DIAS ELEGER o REPRESENTANTE do PROCURADOR de JUSTIÇA REGIONAL.

7 – ELEITO o REPRESENTANTE REGIONAL do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS em FALTA, todos os REPRESENTANTES CONCELHIOS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO ao CARGO de REPRESENTANTES REGIONAIS do PROCURADOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, CONSTITUEM-SE no imediato REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, COMPETINDO ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do REPRESENTANTE CONCELHIO em FALTA, por NORMA ELEITORAL, comunicar no imediato, ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a REPRESENTANTE REGIONAL do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, a ELEGER num PRAZO de DEZ DIAS, o seu REPRESENTANTE ao CARGO de REPRESENTANTE CONCELHIO, de modo a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a REPRESENTANTE REGIONAL do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, possam num PRAZO de DEZ DIAS ELEGER o REPRESENTANTE CONCELHIO.

8 – ELEITO o REPRESENTANTE CONCELHIO do PROCURADOR DE JUSTIÇA PORTUGUÊS em FALTA, todos os REPRESENTANTES MUNICIPAIS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO ao CARGO de REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, CONSTITUEM-SE no imediato REPRESENTANTES MUNICIPAIS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, COMPETINDO ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO MUNICIPAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a REPRESENTANTE

CONCELHIO a ELEGER num PRAZO de CINCO DIAS o seu ELEITO a REPRESENTANTE MUNICIPAL do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

9 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TITULARES dos CARGOS na REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA.

ARTIGO SÉTIMO – POSSE E JURAMENTO.

1 – O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, é EMPOSSADO por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – Os REPRESENTANTES REGIONAIS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO REGIONAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

3 – Os REPRESENTANTES CONCELHIOS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

4 – Os REPRESENTANTES MUNICIPAIS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO MUNICIPAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

5 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO OITAVO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os CARGOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO no PRIMEIRO DIA do OITAVO MÊS, após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e CESSA após ELEIÇÃO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO NONO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES de JULGAMENTO, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os PROCURADORES com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS da CIRCUNSCRIÇÃO abrangida, procedam de acordo com os CRITÉRIOS ELEITORAIS definidos para cada uma ELEIÇÃO, à REPOSIÇÃO de toda a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO DÉCIMO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, exercem FUNÇÕES todos os dias do ANO na REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA e nos GABINETES do PROCURADOR, presentes nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, GERINDO os TEMPOS de EXERCÍCIO de FUNÇÕES a CUMPRIR, mediante os ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, as SOLICITAÇÕES dos PRESIDENTES dos

ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou dos seus REPRESENTANTES LEGAIS, as QUEIXAS apresentadas pelos REQUERENTES, as suas INICIATIVAS PRÓPRIAS em prol das RESPONSABILIDADES que EXERCEM na VIDA do REINO de PORTUGAL e dos PERÍODOS de FÉRIAS de cada um PROCURADOR de JUSTIÇA.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS e da CONCORDÂNCIA do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS NACIONAIS, das respectivas CIRCUNSCRIÇÕES ou das DEMAIS e na REPRESENTAÇÃO das MISSÕES do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO correspondente, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, nos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, deveram ser comunicadas pelos respectivos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, de modo que o mesmo REPONHA a todo o momento a PIRAMIDE HIERÁRQUICA JURÍDICA, convocando os TITULARES dos CARGOS HIERÁRQUICAMENTE INFERIORES ou SUPERIORES, a firmar as responsabilidades do TITULAR AUSENTE.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO aos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INDEPENDÊNCIA E AMOVIBILIDADE.

1 – O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, CONSTITUÍDOS no PLANO da ORGANIZAÇÃO JURÍDICA PORTUGUESA, são INDEPENDENTES no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, não podendo cessar FUNÇÕES antes do TERMINO do MANDATO para que foram NOMEADOS, salvo nos CASOS previstos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, podendo face às EXIGÊNCIAS da ACÇÃO, MOVIMENTO e RESPONSABILIDADE dos seus ELEMENTOS CONSTITUINTES ser AMOVÍVEIS por INSTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS que COMPÕEM a REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, para FIRMAR os COMPROMISSOS JURÍDICOS em CURSO nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONSELHO DO PROCURADOR.

1 – O CONSELHO do PROCURADOR, é um ÓRGÃO PRESIDIDO pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e COMPOSTO pelos NOVE REPRESENTANTES REGIONAIS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS,

que REUNIRÁ na REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO pelos seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, por CONVOCAÇÃO do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, para ESCLARECER as DÚVIDAS surgidas no ÂMBITO da sua ACÇÃO e PRESTAR o APOIO DIRECTO e PESSOAL ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS. ÓRGÃO NÃO REMUNERADO.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, o EXERCÍCIO e o DESEMPENHO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICAS para as quais foram INVESTIDOS, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO respectivo.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SIGILO PROFISSIONAL.

1 – O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, os REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os QUADROS ESPECÍFICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA e dos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, OBEDECEM e REGEM-SE pelo PRINCÍPIO do SIGILO PROFISSIONAL, relativamente aos FACTOS que constatem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, competindo ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e aos REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS a COOPERAÇÃO quando solicitada com os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e quando CONFIRMADA pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, com os MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ESTATUTO DOS PROCURADORES.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS na REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, usufruem do ESTATUTO NOBILIÁRQUICO de SUAS ALTEZAS, exercendo as suas FUNÇÕES DIÁRIAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram ELEITOS, regendo-se pelos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS consagrados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para todos os CIDADÃOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e para todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a residirem no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, respondendo CIVIL e CRIMINALMENTE, pelos ACTOS, PALAVRAS, ATITUDES, GESTOS, ACÇÕES e OMISSÕES que pratiquem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, tendo presente o MAIOR DEVER e RESPONSABILIDADE perante o EXEMPLO que firmam para com todos os CIDADÃOS no EXERCÍCIO dos mesmos ACTOS e na IMPOSIÇÃO de uma só LEI a CUMPRIR, para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA.

2 – Como CONSEQUÊNCIAS do respectivo INCUMPRIMENTO, serão JULGADOS pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUES, que agravará e TRIPLICARÁ as penas a aplicar a todos os TITULARES de CARGOS JURÍDICOS, perante os CRIMES por estes PRATICADOS, incluindo no IMEDIATO a DESTITUIÇÃO do CARGO que EXERCE, o FIM do MANDATO que CUMPRE, a perda do TÍTULO NOBILIÁRQUICO e para toda a VIDA do ESTATUTO de ELEITO e ELEITOR, correspondendo ao fim do EXERCÍCIO de FUNÇÕES JURÍDICAS.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consagrados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA, que FACULTA o ACESSO aos DADOS que entendam NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS, nas MATÉRIAS PROCESSUAIS em JULGADO, para DEFESA das VITIMAS em PROCESSO de JULGAMENTO e em casos de LESADOS e OFENDIDOS presentes na PRAÇA PÚBLICA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TITULARES dos ÓRGÃOS JURÍDICOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, como RESPONSABILIDADES e DEVERES têm o de:

a) Comparecer nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram NOMEADOS e DESIGNADOS, nos DIAS e HORÁRIOS dos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO;

b) Comparecer nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais forem NOMEADOS e DESIGNADOS pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUESA, por AUSÊNCIA do TITULAR do CARGO RESIDENTE, nos DIAS e HORÁRIOS dos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO;

c) Comparecer aos ACTOS de REPRESENTAÇÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO para o qual foram NOMEADOS, por DELEGAÇÃO do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou pelos seus REPRESENTANTES HIERÁRQUICOS SUPERIORES;

d) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

e) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO nos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO dos PROCESSOS CRIMES para os quais foram SOLICITADOS.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PODERES DOS PROCURADORES.

1 – Constituem PODERES dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA:

a) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de ANALISE, CORRECÇÃO e APERFEIÇOAMENTO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS;

b) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar aos ÓRGÃO de SOBERANIA JURIDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO JURÍDICO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;

d) Questionar os REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, em termos de FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO e COMPETÊNCIAS e sobre a ESPECIFICIDADE das MATÉRIAS e TEMAS envoltos do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;

e) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA da VIDA do REINO de PORTUGAL, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO;

f) Efectuar com ou sem AVISO PRÉVIO, VISITAS a qualquer ENTIDADE envolta nos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, relativas ao esclarecimento de quaisquer factos que CONSTEM dos PROCESSOS, escutando os respectivos ÓRGÃOS e AGENTES e solicitar por INFORMAÇÕES, bem como a EXIBIÇÃO de DOCUMENTOS que REPUTAR convenientes;

g) Proceder a INVESTIGAÇÕES e INQUÉRITOS que considere NECESSÁRIOS e CONVENIENTES, adoptando em MATÉRIA de RECOLHA e PRODUÇÃO de PROVAS, os PROCEDIMENTOS que não COLIDAM com os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS LEGÍTIMOS dos ARGUIDOS, SUSPEITOS ou ACUSADOS;

h) Procurar em colaboração com os ÓRGÃOS e ENTIDADES competentes, as SOLUÇÕES mais adequadas à DEFESA dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS das VITIMAS, dos LESADOS e dos OFENDIDOS, de FORMA ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

ARTIGO VIGÉSIMO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES na REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL JURÍDICO, por cada um CIDADÃO, que tenha CONCLUÍDO o CURSO de DIREITO em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE reconhecidas pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – GARANTIA E AUXÍLIO DE AUTORIDADE.

1 – O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são AUTORIDADES JURÍDICAS em quaisquer ACTOS no qual se façam REPRESENTAR, devendo todas as AUTORIDADES e AGENTES da AUTORIDADE PRESTAR o AUXÍLIO que lhes for solicitado para o PLENO DESEMPENHO das suas FUNÇÕES.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – LIMITES DE INTERVENÇÃO.

1 – Sendo a REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, um ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ESSENCIAL e ELEMENTAR no DECURSO dos ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS em JULGAMENTO, não COMPETE ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, nem aos REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, INGERIR ou INTERFERIR com os PROCEDIMENTOS LEGAIS e com o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, no DECURSO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, não podendo ANULAR, REVOGAR ou MODIFICAR os ACTOS e os PODERES dos JUÍZES CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e as suas DELIBERAÇÕES, nem INTERVIR na SUSPENSÃO de QUAISQUER PRAZOS dos PROCESSOS em CONTENCIOSO.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, REMETEM ANUALMENTE às

ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, um RELATÓRIO da sua ACTIVIDADE, ENUNCIANDO as QUEIXAS RECEBIDAS, as INICIATIVAS EFECTUADAS, as DILIGÊNCIAS REALIZADAS e os RESULTADOS obtidos, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO correspondentes à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO.

2 – O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, poderão PARTICIPAR no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADOS pelos JUÍZES que as PRESIDEM.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – REPRESENTAÇÃO JÚRIDICA.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE, na ÁREA de JURISDIÇÃO que lhe CORRESPONDE e estão para DEFENDER, SERVIR e SALVAGUARDAR, os PRINCÍPIOS e VALORES constantes na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e os INTERESSES de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESES e EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao PLENO, EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os MAGISTRADOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, de ser INFORMADO sobre as MATÉRIAS e TEMAS dos PROCESSOS PENAIIS em JULGAMENTO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES e o DIREITO de DETER o CONHECIMENTO sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos JURÍDICOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo CONSELHO do PROCURADOR e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, que REÚNE o CONSELHO do PROCURADOR, para OBSERVAR, ANALISAR e CONCLUIR sobre a OPINIÃO de todos os TITULARES dos CARGOS, procedendo a uma ACTA de FÉRIAS, da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar os PERÍODOS e a PRESENÇA em todo o MOMENTO de SUBSTITUTOS face às AUSÊNCIAS verificadas, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS correspondentes.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – TUTELA ADMINISTRATIVA.

1 – Compete a SUAS MAJESTADES a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre a REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA e compete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre os demais ÓRGÃOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, consistindo na CORRECTA e RIGOROSA RESPONSABILIDADE de verificação dos preceitos e do cumprimento, dos VALORES e PRINCÍPIOS inscritos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, pelos ÓRGÃOS e por todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, em termos da FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – A REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA INTEGRA nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, DOIS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS da REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO TRIGÉSIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo ÍNICIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS da REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES, às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS para cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, USUFRUINDO como VENCIMENTO:

- a) O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS DOIS MIL OITOCENTOS e SESENTA CONTOS;
- b) Os PROCURADORES de JUSTIÇA REGIONAIS DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS;
- c) Os PROCURADORES de JUSTIÇA CONCELHIOS MIL QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- d) Os PROCURADORES de JUSTIÇA MUNICIPAIS SETECENTOS e QUINZE CONTOS.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – A REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – PROCEDIMENTO.

1 – INICIATIVA.

a) O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os REPRESENTANTES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, EXERCEM as suas FUNÇÕES com BASE nos PROCESSOS CRIMES em JULGADO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, em QUEIXAS APRESENTADAS por CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUIDOS ou VITIMAS nos PROCESSOS CRIMES em JULGADO ou quando LESADOS e OFENDIDOS nos seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS ou por INICIATIVA PRÓPRIA, relativamente a FACTOS que OBSERVEM ser considerados na VIDA do REINO de PORTUGAL, SUSCEPTÍVEIS de ACUSAÇÃO e da EXIGÊNCIA dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS.

b) As QUEIXAS apresentadas ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e aos seus REPRESENTANTES, obedecem aos INTERESSES DIRECTOS, PESSOAIS e LEGÍTIMOS dos ARGUIDOS ou das VITIMAS, LESADOS e OFENDIDOS e não OBEDECEM nem são CONDICIONADAS por quaisquer PRAZOS.

2 – APRESENTAÇÃO DE QUEIXA.

As QUEIXAS deverão ser dirigidas ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS devendo ser APRESENTADAS na REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA ou nos GABINETES JURÍDICOS do PROCURADOR presentes nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS PORTUGUESES, no IMEDIATO MOMENTO do ACTO JURÍDICO em JULGADO, sempre que SOLICITADO a PRESENÇA do PROCURADOR de JUSTIÇA ou quando a mesma DESEJADA, por ESCRITO e ORALMENTE, sendo a mesma transformada em AUTO, devendo constar como DADOS constantes da INSTAURAÇÃO do PROCESSO, a IDENTIDADE, a MORADA e a cópia do BILHETE de IDENTIFICAÇÃO, do CIDADÃO, ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, sendo a sua ASSINATURA ou MARCA de IDENTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA para que a mesma CONSTITUA PROVA da INSTAURAÇÃO do PROCESSO.

3 – QUEIXAS TRANSMITIDAS PELAS ASSEMBLEIAS REAIS.

As ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS, por VIA do seu JUÍZ PRESIDENTE, JUÍZ MINISTERIAL e JUÍZ BASTONÁRIO, poderão CONVOCAR o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES em cada

uma CIRCUNSCRIÇÃO e SOLICITAR-LHES as DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à PROSECUÇÃO das PETIÇÕES ou QUEIXAS que lhe sejam REMETIDAS.

4 – APRECIACÃO PRELIMINAR DAS QUEIXAS.

As QUEIXAS, são OBJECTO de uma APRECIACÃO PRELIMINAR tendente a AVALIAR a sua ADMISSIBILIDADE, sendo INDEFERIDAS LIMINARMENTE as QUEIXAS apresentadas por Má-fé ou DESPROVIDAS de FUNDAMENTO LEGAL.

5 – INSTRUÇÃO.

a) Compete ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou aos seus REPRESENTANTES, pedidos de INFORMAÇÃO, INSPECÇÕES, EXAMES, INQUIRições ou outros PROCEDIMENTOS LEGAIS, que não COLIDAM com os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de ARGUÍDOS, SUSPEIÇÕES ou ACUSAÇÕES do REQUERENTE e é efectuada por MEIOS INFORMAIS e EXPEDITOS, sem SUJEIÇÃO às LEIS PROCESSUAIS relativas à produção de PROVA.

b) As DILIGÊNCIAS são efectuadas pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou pelos seus REPRESENTANTES em cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA, com a CELERIDADE e o CARÁCTER de URGÊNCIA exigido à RESOLUÇÃO dos CONFLITOS e à DEFESA das VÍTIMAS, LESADOS e OFENDIDOS em ACTOS ILÍCITOS, podendo ABRANGER em toda a sua ACÇÃO a INTERACÇÃO de outras AUTORIDADES.

6 – DEVER DE COOPERAÇÃO.

a) O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os seus REPRESENTANTES, têm o DEVER de COOPERAR com os JUÍZES CONSTITUINTES dos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES e com a REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e SOLICITADO, face à RESOLUÇÃO dos DIFERENDOS em JULGAMENTO e sobre os LESADOS e OFENDIDOS gerados na PRAÇA PÚBLICA, prestando os ESCLARECIMENTOS e as INFORMAÇÕES que detenham sobre os PROCESSOS.

b) Ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e aos seus REPRESENTANTES, é devido o DEVER de PRESTAREM todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, sempre que SOLICITADOS e nos TEMPOS devidos a COLABORAÇÃO, ESCLARECIMENTOS e INFORMAÇÕES, por VIA da RESOLUÇÃO dos PROCESSOS INSTAURADOS, bem como o DEVER de COOPERAR com as INSPECÇÕES e com a FACULTAÇÃO de DADOS ELEMENTARES no DECURSO dos PROCESSOS, não PREJUDICANDO as RESTRIÇÕES LEGAIS respeitantes ao SEGREDO de JUSTIÇA, nem a INVOCAÇÃO de INTERESSES SUPERIORES do ESTADO e do SEGREDO DE ESTADO, nos casos devidamente JUSTIFICADOS pelos ÓRGÃOS COMPETENTES.

c) O PROCURADOR de JUSTIÇA ou os seus REPRESENTANTES, podem DETERMINAR a PRESENÇA na REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA ou nos GABINETES JURÍDICOS do PROCURADOR, de todo o CIDADÃO, REPRESENTANTE DE ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA OU INSTITUIÇÃO, mediante NOTIFICAÇÃO, a fim de lhe ser PRESTADA a COOPERAÇÃO devida. O INCUMPRIMENTO, não JUSTIFICADO do DEVER de COOPERAÇÃO, por parte dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, CONSTITUI CRIME de DESOBEDIÊNCIA à LEI e à JUSTIÇA,

sendo PUNIDO nos termos do CÓDIGO PENAL como crime de desobediência a ordem legítima de autoridade pública.

7 – DEPOIMENTOS.

a) O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, podem solicitar a todo o CIDADÃO, REPRESENTANTE de ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÕES, o DEPOIMENTO ou INFORMAÇÕES que JULGAR NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS, ao APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS, constantes das VÍTIMAS em PROCESSO-CRIME, dos LESADOS ou OFENDIDOS, sendo a COMPARÊNCIA no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO JUSTIFICATIVO da FALTA no EXERCÍCIO das FUNÇÕES CORRESPONDENTES.

b) Em caso de RECUSA ou FALTA de COMPARÊNCIA no DIA e HORA designado, mediante aviso POSTAL REGISTADO, o REAL TRIBUNAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO respectiva ao facto OCORRIDO, NOTIFICA os INTERVENIENTES FALTOSOS, por DESOBEDIÊNCIA ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO e por CRIME DELIBERADO, de FALTA INJUSTIFICADA de COMPARÊNCIA ou de RECUSA de DEPOIMENTO, sendo este JULGADO no mesmo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO.

c) As DESPESAS de DESLOCAÇÃO, TRANSPORTE e quando NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO pelas CIRCUNSTÂNCIAS decorrentes do PROCESSO, ALOJAMENTO que forem AUTORIZADAS pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, são RESTITUÍDAS mediante FACTURAS apresentadas e em conformidade com os VALORES ATRIBUIDOS para cada uma DESPESA, pela CONTA do REAL TRIBUNAL em que decorra o processo.

8 – ARQUIVAMENTO.

a) São mandadas ARQUIVAR as QUEIXAS, quando o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, CONCLUAM que a mesma não tem FUNDAMENTO LEGAL, quando não EXISTAM ELEMENTOS SUFICIENTES para ser ADOPTADO qualquer GÉNERO de PROCEDIMENTO LEGAL ou quando a INJUSTIÇA INVOCADA já tenha sido REPARADA.

b) As QUEIXAS cuja COMPETÊNCIA não forem IMPUTADAS à REAL PROCURADORIA de JUSTIÇA PORTUGUESA, serão ENCAMINHADAS para os ÓRGÃOS COMPETENTES respectivos.

9 – MEIOS LEGAIS.

Compete ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou aos seus REPRESENTANTES, INFORMAR e ALERTAR os REQUERENTES das QUEIXAS APRESENTADAS, dos MEIOS LEGAIS CONSTITUIDOS na LEI, necessários ao SUPRIR dos DIFERENDOS INSTITUIDOS.

10 – ACÇÕES SEM ACTO PROCESSUAL JURÍDICO.

Nos casos de ACÇÕES sem a INSTAURAÇÃO do ACTO PROCESSUAL JURÍDICO e sem FUNDAMENTOS LEGAIS PASSÍVEIS de o CONSTITUIR, o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, poderão limitar-se a chamadas de ATENÇÃO aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, envoltas das QUEIXAS apresentadas, FUNDAMENTANDO-AS com as devidas JUSTIFICAÇÕES e EXPLICAÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS, à RESOLUÇÃO dos DIFERENDOS INSTITUÍDOS.

11 – AUDIÇÃO PRÉVIA.

O PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES, deverão ESCUTAR os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de

SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de VÍTIMAS, LESADOS ou OFENDIDOS, permitindo-lhes que PRESTEM os ESCLARECIMENTOS devidos, antes de FORMULAR quaisquer CONCLUSÕES sobre os FACTOS que constatem.

12 – PARTICIPAÇÃO DE INFRACÇÕES.

Sempre que no DECURSO dos PROCESSOS em ANÁLISE pela REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA, resultarem nos ARGUMENTOS APRESENTADOS, INDÍCIOS SUFICIENTES da PRÁTICA pela VÍTIMA, LESADO ou OFENDIDO, de CRIME, INFRACÇÃO e VIOLAÇÃO nos respectivos ACTOS PROCESSUAIS, à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e os seus REPRESENTANTES, comunicarão os FACTOS PROCESSUAIS ao MINISTÉRIO PÚBLICO da ÁREA da CIRCUNSCRIÇÃO respectiva, que actuará de ACORDO com os seus PRINCÍPIOS LEGAIS CONSTITUÍDOS.

13 – PUBLICIDADE.

Sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO para ESCLARECIMENTO da OPINIÃO PÚBLICA e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, ORDENARÁ aos seus REPRESENTANTES a PUBLICAÇÃO de COMUNICADOS ou INFORMAÇÕES sobre as CONCLUSÕES alcançadas nos PROCESSOS sobre a sua ALÇADA ou sobre outros ASSUNTOS relativos à sua ACTIVIDADE, utilizando os MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO OFICIAIS da COROA REAL PORTUGUESA e os DEMAIS MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, BENEFICIANDO do REGIME LEGAL da PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA de NOTAS OFICIOSAS, prevista na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

14 – IRRECORRIBILIDADE DOS ACTOS DO PROCURADOR.

Os ACTOS do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos seus REPRESENTANTES em cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, não são SUSCEPTÍVEIS de RECURSO por parte dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES REQUERENTES da QUEIXA, só podendo ser OBJECTO de RECLAMAÇÃO para o PRÓPRIO PROCURADOR ou para os seus REPRESENTANTES nas INSTÂNCIAS COMPETENTES respectivas.

15 – QUEIXAS DE Má-fé.

Sempre que se verifique, que o AUTOR da QUEIXA age perante os FACTOS CONSUMADOS de Má-fé, o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os seus REPRESENTANTES PARTICIPAM ao MINISTÉRIO PÚBLICO os FACTOS, para a INSTAURAÇÃO do respectivo PROCEDIMENTO CRIMINAL e para o AGRAVAMENTO em caso de JULGADO, da PENA DELIBERADA ou a DELIBERAR.

16 – RECOMENDAÇÕES.

a) As RECOMENDAÇÕES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos seus REPRESENTANTES, são DIRIGIDOS aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES respectivas da QUEIXA, de modo à CORRECÇÃO dos ACTOS ou SITUAÇÕES IRREGULARES, competindo à ENTIDADE da RECOMENDAÇÃO, com a MÁXIMA CELERIDADE possível, COMUNICAR no PRAZO de DEZ DIAS a POSIÇÃO que quanto a ela AFIRMA, que sendo CONTRÁRIA à RECOMENDAÇÃO deverá ser OBRIGATORIAMENTE FUNDAMENTADA, podendo o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou os

seus REPRESENTANTES quando não OBTIVER a COLABORAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA ao ESCLARECIMENTO dos FACTOS, DIRIGIR RECOMENDAÇÕES às ENTIDADES COMPETENTES, expondo os MOTIVOS da sua tomada de POSIÇÃO.

b) As CONCLUSÕES do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou dos seus REPRESENTANTES são SEMPRE COMUNICADAS, aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES REQUERENTES da QUEIXA e aos VISADOS por a mesma, COMPETINDO ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou aos seus REPRESENTANTES, nos CASOS de INICIATIVA PRÓPRIA, COMUNICAR às ENTIDADES VISADAS as suas CONCLUSÕES.

17 – CUSTAS PROCESSUAIS E DISPENSA DE ADVOGADO.

As QUEIXAS apresentadas ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS ou aos seus REPRESENTANTES, são ISENTAS de CUSTAS PROCESSUAIS e não OBRIGAM à CONSTITUIÇÃO de ADVOGADO.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – MINISTÉRIO PÚBLICO.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – O MINISTÉRIO PÚBLICO é o ÓRGÃO dos PROCURADORES de JUSTIÇA e dos PROVEDORES de JUSTIÇA, ao qual COMPETE especificamente REPRESENTAR o ESTADO e DEFENDER os INTERESSES que a LEI DETERMINAR, bem como com observância do disposto no presente TÍTULO e no CONSIGNADO na PARTE PRIMEIRA do PROCESSO PENAL, PARTICIPAR na EXECUÇÃO das DIRECTRIZES CRIMINAIS definidas pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EXERCER a ACÇÃO PENAL ORIENTADA pelo PRINCÍPIO da LEGALIDADE e DEFENDER a LEGALIDADE MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DE ACTUAÇÃO.

1 – O MINISTÉRIO PÚBLICO exerce a sua FUNÇÃO JURISDICIONAL, em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES, tendo GABINETES CITOS nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS e MILITARES PORTUGUESES de 1º INSTÂNCIA, INSTITUÍDOS na ORGANIZAÇÃO JURÍDICA do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em termos MUNICIPAIS, CONCELHIOS e REGIONAIS e EXERCE a sua FUNÇÃO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, tendo como ÂMBITO de ACTUAÇÃO nos termos da LEI a promoção do PROCESSO PENAL, ADMINISTRANDO as FORMAS e MÉTODOS de IMPUTAR com JUSTIÇA aos ARGUIDOS, SUSPEITOS e ACUSADOS, os ACTOS e FACTOS relativos à VIOLAÇÃO dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS a CUMPRIR e a FIRMAR, face à VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE ACUSAÇÃO PARTICULAR, QUEIXA E PARTICIPAÇÃO.

1 – Todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, quando sobre o ESTATUTO de VITIMAS, OFENDIDOS ou de LESADOS, podem APRESENTAR ACUSAÇÃO PARTICULAR, QUEIXA ou PARTICIPAÇÃO ao MINISTÉRIO PÚBLICO, que as APRECIA de forma à promoção do PROCESSO PENAL.

ARTIGO QUARTO – AUTONOMIA.

1 – O MINISTÉRIO PÚBLICO é um ÓRGÃO AUTÓNOMO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, previsto na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, competindo mediante SOLICITAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, de apresentação de ACUSAÇÃO PARTICULAR, QUEIXA ou PARTICIPAÇÃO, ou por INICIATIVA PRÓPRIA, a promoção do PROCESSO PENAL.

ARTIGO QUINTO – SUBORDINAÇÃO.

2 – Os AGENTES do MINISTÉRIO PÚBLICO são MAGISTRADOS RESPONSÁVEIS, HIERARQUICAMENTE SUBORDINADOS à REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA e à REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA a quem compete em UNISSONO a sua NOMEAÇÃO, COLOCAÇÃO, TRANSFERÊNCIA e o EXERCÍCIO da ACÇÃO DISCIPLINAR.

ARTIGO SEXTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – O MINISTÉRIO PÚBLICO é COMPOSTO por 4 515 MAGISTRADOS INSTITUÍDOS no PLANO da ORGANIZAÇÃO dos REAIS TRIBUNAIS CIVIS e MILITARES PORTUGUESES de 1ª INSTÂNCIA, CONSTITUÍDOS e DEFINIDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo 3 850 os seus REPRESENTANTES nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, 301 os seus REPRESENTANTES nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, 301 os seus REPRESENTANTES nos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES e 63 os seus REPRESENTANTES nos REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES.

ARTIGO SÉTIMO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – Os MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO são ELEITOS por NOMEAÇÃO em UNISSONO dos PROVIDORES de JUSTIÇA e dos PROCURADORES de JUSTIÇA em EXERCÍCIO nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS e MILITARES PORTUGUESES de 1ª INSTÂNCIA, tendo presente os JURISTAS, ADVOGADOS e CRIMINALISTAS agregados às ORDENS BASTONÁRIAS JURÍDICAS a EXERCER FUNÇÕES nas respectivas ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA, podendo ser NOMEADOS MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO de outras ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA, sempre que se verificar a AUSÊNCIA de PROFISSIONAIS em EXERCÍCIO na respectiva ÁREA de JURISDIÇÃO.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS e CONCELHIOS PORTUGUESES, por SUAS ALTEZAS dos REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS e REGIONAIS PORTUGUESES, por o PROCURADOR de JUSTIÇA e por o PROVIDOR de JUSTIÇA respectivos, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO MUNICIPAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS ALTEZAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, ao PROCURADOR de JUSTIÇA e ao PROVIDOR de

JUSTIÇA, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os CARGOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO no PRIMEIRO DIA da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO JURÍDICO e CESSA após ELEIÇÃO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES de JULGAMENTO, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES

CONDOLÊNCIAS aos FAMILIÁRES e HOMENAGEADOS os MAGISTRADOS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o PROVIDOR de JUSTIÇA e o PROCURADOR de JUSTIÇA da CIRCUNSCRIÇÃO abrangida em UNISSONO, procedam de acordo com os CRITÉRIOS ELEITORAIS definidos à REPOSIÇÃO de toda a HIERARQUIA JURÍDICA abalada.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, exercem FUNÇÕES todos os dias do ANO nos GABINETES do MINISTÉRIO PÚBLICO presentes nos REAIS TRIBUNAIS CIVIS e MILITARES PORTUGUESES de 1ª INSTÂNCIA, GERINDO os TEMPOS de EXERCÍCIO de FUNÇÕES a CUMPRIR, mediante os ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, as SOLICITAÇÕES dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ou dos seus REPRESENTANTES LEGAIS, as ACUSAÇÕES PARTICULARES, QUEIXAS e PARTICIPAÇÕES apresentadas pelos REQUERENTES, as suas INICIATIVAS PRÓPRIAS em prol das RESPONSABILIDADES que EXERCEM na VIDA do REINO de PORTUGAL e dos PERÍODOS de FÉRIAS de cada um MAGISTRADO do MINISTÉRIO PÚBLICO.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES e do REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS e da CONCORDÂNCIA dos PROCURADORES de JUSTIÇA e dos PROVIDORES de JUSTIÇA respectivos, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS NACIONAIS, das respectivas CIRCUNSCRIÇÕES ou das DEMAIS e na REPRESENTAÇÃO das MISSÕES do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO correspondente, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, nos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, deveram ser comunicadas pelos respectivos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS ao PROCURADOR de JUSTIÇA e ao PROVIDOR de JUSTIÇA respectivo, de modo que os mesmos REPONHAM a todo o momento a PIRAMIDE HIERÁRQUICA JURÍDICA, convocando os demais TITULARES, a firmar as responsabilidades do TITULAR AUSENTE.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO JURÍDICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO JURÍDICO aos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INDEPENDÊNCIA E AMOVIBILIDADE.

1 – Os MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO CONSTITUÍDOS no PLANO da ORGANIZAÇÃO JURÍDICA PORTUGUESA, são INDEPENDENTES no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, não podendo cessar FUNÇÕES antes do TERMINO do MANDATO para que foram NOMEADOS, salvo nos CASOS previstos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, podendo face às EXIGÊNCIAS da ACÇÃO, MOVIMENTO e RESPONSABILIDADE dos seus ELEMENTOS CONSTITUINTES e às características próprias dos actos processuais em julgado, ser AMOVÍVEIS por INSTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS no qual EXERCEM as suas FUNÇÕES, para FIRMAR os COMPROMISSOS JURÍDICOS em CURSO nos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONSELHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1 – O CONSELHO do MINISTÉRIO PÚBLICO, é um ÓRGÃO PRESIDIDO pelo PROCURADOR de JUSTIÇA e pelo PROVIDOR de JUSTIÇA e é COMPOSTO pelos MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO da respectiva ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA, que REUNIRÁ no REAL TRIBUNAL PORTUGUÊS correspondente da sua ACTUAÇÃO, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO pelos seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, por CONVOCAÇÃO em UNISSONO do PROCURADOR de JUSTIÇA e do PROVIDOR de JUSTIÇA, para ESCLARECER as DÚVIDAS surgidas no ÂMBITO da sua ACÇÃO e PRESTAR o APOIO DIRECTO e PESSOAL ao PROCURADOR de JUSTIÇA e ao PROVIDOR de JUSTIÇA. ÓRGÃO NÃO REMUNERADO.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, o EXERCÍCIO e o DESEMPENHO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICAS para as quais foram INVESTIDOS, no ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO respectivo.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SIGILO PROFISSIONAL.

1 – Os MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, OBEDECEM e REGEM-SE pelo PRINCÍPIO do SIGILO PROFISSIONAL, relativamente aos FACTOS que constatem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, competindo ao PROCURADOR de JUSTIÇA e ao PROVIDOR de JUSTIÇA respectivo a COOPERAÇÃO quando solicitada com os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e quando CONFIRMADA em UNISSONO pelo PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e pelo PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, com os MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ESTATUTO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, usufruem do ESTATUTO NOBILIÁRQUICO de SUAS ALTEZAS, exercendo as suas FUNÇÕES DIÁRIAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram ELEITOS, regendo-se pelos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS consagrados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA

PORTUGUESA para todos os CIDADÃOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e para todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a residirem no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, respondendo CIVIL e CRIMINALMENTE, pelos ACTOS, PALAVRAS, ATITUDES, GESTOS, ACÇÕES e OMISSÕES que pratiquem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, tendo presente o MAIOR DEVER e RESPONSABILIDADE perante o EXEMPLO que firmam para com todos os CIDADÃOS no EXERCÍCIO dos mesmos ACTOS e na IMPOSIÇÃO de uma só LEI a CUMPRIR, para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA.

2 – Como CONSEQUÊNCIAS do respectivo INCUMPRIMENTO, serão JULGADOS pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUES, que agravará e TRIPLICARÁ as penas a aplicar a todos os TITULARES de CARGOS JURÍDICOS, perante os CRIMES por estes PRATICADOS, incluindo no IMEDIATO a DESTITUIÇÃO do CARGO que EXERCE, o FIM do MANDATO que CUMPRE, a perda do TÍTULO NOBILIÁRQUICO e para toda a VIDA do ESTATUTO de ELEITO e ELEITOR, correspondendo ao fim do EXERCÍCIO de FUNÇÕES JURÍDICAS.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consagrados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA, que FACULTA o ACESSO aos DADOS que entendam NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS, nas MATÉRIAS PROCESSUAIS em JULGADO, para DEFESA das VITIMAS em PROCESSO de JULGAMENTO e em casos de LESADOS e OFENDIDOS presentes na PRAÇA PÚBLICA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TÍTULARES dos ÓRGÃOS JURÍDICOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, como RESPONSABILIDADES e DEVERES têm o de:

a) Comparecer nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais foram NOMEADOS e DESIGNADOS, nos DIAS e HORÁRIOS dos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO;

b) Comparecer nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS para os quais forem NOMEADOS e DESIGNADOS em UNISSONO pelos PROCURADORES de JUSTIÇA e pelos PROVEDORES de JUSTIÇA, por AUSÊNCIA do TITULAR do CARGO RESIDENTE, nos DIAS e HORÁRIOS dos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO;

c) Comparecer aos ACTOS de REPRESENTAÇÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO para o qual foram NOMEADOS, por DELEGAÇÃO em UNISSONO do PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS e do PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, ou pelos seus REPRESENTANTES HIERÁRQUICOS;

d) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

e) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO nos ACTOS PROCESSUAIS de JULGAMENTO dos PROCESSOS CRIMES para os quais foram SOLICITADOS.

ARTIGO DÉCIMO NONO – PODERES DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1 – Constituem PODERES dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO:

a) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de ANÁLISE, CORRECÇÃO e APERFEIÇOAMENTO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS;

b) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar aos ÓRGÃO de SOBERANIA JURIDICOS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO JURÍDICO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;

d) Questionar os REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, em termos de FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO e COMPETÊNCIAS e sobre a ESPECIFICIDADE das MATÉRIAS e TEMAS envoltos do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;

e) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA da VIDA do REINO de PORTUGAL, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO;

f) Efectuar com ou sem AVISO PRÉVIO, VISITAS a qualquer ENTIDADE envolta nos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, relativas ao esclarecimento de quaisquer factos que CONSTEM dos PROCESSOS, escutando os respectivos ÓRGÃOS e AGENTES e solicitar por INFORMAÇÕES, bem como a EXIBIÇÃO de DOCUMENTOS que REPUTAR convenientes;

g) Proceder a INVESTIGAÇÕES e INQUÉRITOS que considere NECESSÁRIOS e CONVENIENTES, adoptando em MATÉRIA de RECOLHA e PRODUÇÃO de PROVAS, os PROCEDIMENTOS que não COLIDAM com

os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS LEGÍTIMOS dos ARGUIDOS, SUSPEITOS ou ACUSADOS;

h) Procurar em colaboração com os ÓRGÃOS e ENTIDADES competentes, apurar as RESPONSABILIDADES dos ACTOS CRIMES de FORMA ao APURAMENTO da VERACIDADE PROCESSUAL e à IMPUTAÇÃO dos FACTOS aos seus AUTORES MATERIAIS.

ARTIGO VIGÉSIMO – COADJUVACÃO DAS AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, os MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO das AUTORIDADES da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES no MINISTÉRIO PÚBLICO todo o CIDADÃO, que tenha CONCLUÍDO o CURSO de DIREITO em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE reconhecidas pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES e que EXERÇA ou tenha EXERCIDO FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO para mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do MINISTÉRIO PÚBLICO, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – GARANTIA E AUXÍLIO DE AUTORIDADE.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO são AUTORIDADES JURÍDICAS em quaisquer ACTOS no qual se façam REPRESENTAR, devendo todas as AUTORIDADES e AGENTES da AUTORIDADE PRESTAR o AUXÍLIO que lhes for solicitado para o PLENO DESEMPENHO das suas FUNÇÕES.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – LIMITES DE INTERVENÇÃO.

1 – Sendo o MINISTÉRIO PÚBLICO um ÓRGÃO JURÍDICO ESSENCIAL e ELEMENTAR à PROMOÇÃO do PROCESSO PENAL, não COMPETE aos MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, INGERIR ou INTERFERIR com os PROCEDIMENTOS LEGAIS e com o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, no DECURSO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, não podendo ANULAR, REVOGAR ou MODIFICAR os ACTOS e os PODERES dos JUÍZES CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e as suas

DELIBERAÇÕES, nem INTERVIR na SUSPENSÃO de QUAISQUER PRAZOS dos PROCESSOS em CONTENCIOSO.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – Os MAGISTRADOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, REMETEM ANUALMENTE às ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, um RELATÓRIO da sua ACTIVIDADE, ENUNCIANDO as ACUSAÇÕES PARTICULARES, QUEIXAS E PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS, as INICIATIVAS EFECTUADAS, as DILIGÊNCIAS REALIZADAS e os RESULTADOS obtidos, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO correspondentes à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO.

2 – Compete aos PROCURADORES de JUSTIÇA e aos PROVIDORES de JUSTIÇA REPRESENTAR o MINISTÉRIO PÚBLICO na PARTICIPAÇÃO do EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADOS pelos JUÍZES que as PRESIDEM.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE, na ÁREA de JURISDIÇÃO que lhe CORRESPONDE e estão para DEFENDER, SERVIR e SALVAGUARDAR, os PRINCÍPIOS e VALORES constantes na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e os INTERESSES de todas as VÍTIMAS, OFENDIDOS e LESADOS da VIDA do REINO de PORTUGAL e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao PLENO, EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os MAGISTRADOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, de ser INFORMADO sobre as MATÉRIAS e TEMAS dos PROCESSOS PENAIIS em JULGAMENTO nos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES e o DIREITO de DETER o CONHECIMENTO sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS, dos TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos JURÍDICOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo CONSELHO do MINISTÉRIO PÚBLICO e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua

SUGESTÃO, ao PROCURADOR de JUSTIÇA e ao PROVIDOR de JUSTIÇA respectivos, que em UNISSONO REÚNEM o CONSELHO do MINISTÉRIO PÚBLICO, para OBSERVAR, ANALISAR e CONCLUIR sobre a OPINIÃO de todos os TITULARES dos CARGOS, procedendo a uma ACTA de FÉRIAS, dos CONSELHOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar os PERÍODOS e a PRESENÇA em todo o MOMENTO de SUBSTITUTOS face às AUSÊNCIAS verificadas, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS correspondentes.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – TUTELA ADMINISTRATIVA.

1 – Compete aos PROCURADORES de JUSTIÇA e aos PROVIDORES de JUSTIÇA a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre o MINISTÉRIO PÚBLICO respectivo, consistindo na CORRECTA e RIGOROSA RESPONSABILIDADE de verificação dos preceitos e do cumprimento, dos VALORES e PRINCÍPIOS inscritos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, pelos ÓRGÃOS e por todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, em termos da FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS.

ARTIGO TRIGÉSIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, do MINISTÉRIO PÚBLICO, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo ÍNICIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS JURÍDICOS do MINISTÉRIO PÚBLICO, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES, às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO SETECENTOS e QUINZE CONTOS.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – O MINISTÉRIO PÚBLICO dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

DIPLOMA DO
PROCESSO PENAL
APROVADO E PROMULGADO
EM NOVE DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E DOZE
POR
SUA MAJESTADE,
EL REI SUPREMO O IMPERADOR,
DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS.



ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO NO TEMPO.

- 1 – As penas e medidas de segurança são determinadas pela lei vigente no momento da prática do facto ou do preenchimento dos pressupostos de que dependam.
- 2 – O facto punível segundo a lei vigente no momento da sua prática deixa de o ser se uma lei nova o revogar e eliminar do número das infracções, sendo nos casos em que tenha existido condenação, ainda que transitadas em julgado, declarado a cessação da execução e os correspondentes efeitos penais.

3 – Sempre que a lei vigorar para um período determinado de tempo, continua a ser punível o facto praticado durante todo esse período.

4 – Quando as disposições penais vigentes no momento da prática do facto punível forem diferentes das estabelecidas em leis posteriores, é sempre aplicado o regime posterior, sendo nos casos em que tenha existido condenação, ainda que transitadas em julgado, declarado a cessação da execução e os seus efeitos penais, logo que a parte da pena que se encontrar cumprida atinja o limite máximo da pena prevista na lei posterior.

ARTIGO TERCEIRO – MOMENTO DA PRÁTICA DO FACTO.

1 – O facto considera-se praticado no momento em que o autor actuou ou no caso de omissão deveria ter actuado, independentemente do momento em que o resultado típico se tenha produzido.

ARTIGO QUARTO – APLICAÇÃO NO ESPAÇO.

1 – Salvo tratado ou convenção internacional em contrário, a lei penal portuguesa é aplicável a factos praticados:

- a) Em todo o espaço territorial português, independentemente da nacionalidade do autor;
- b) A bordo de meios de transportes internacionais portugueses, independentemente da nacionalidade do autor;

ARTIGO QUINTO – FACTOS PRATICADOS FORA DO ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

1 – Salvo tratado ou convenção internacional em contrário, a lei penal portuguesa é aplicável a factos praticados fora do espaço territorial português:

- a) Sempre que o autor se encontrar em espaço territorial português e não se processar a sua extradição para o estado soberano competente pela jurisdição do acto crime.
- b) Por cidadãos portugueses, órgãos de soberania, empresas e instituições portuguesas em estados soberanos exteriores ao reino de Portugal, que não tenham sido julgados e condenados pelos crimes praticados por o estado soberano competente pela jurisdição do acto crime.

2 – A lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do espaço territorial português, sempre que o estado português se obrigue a julgar por tratado ou convenção internacional.

ARTIGO SEXTO – RESTRIÇÕES À APLICAÇÃO DA LEI PORTUGUESA.

1 – A aplicação da lei portuguesa a factos praticados fora do espaço territorial português, só tem lugar quando o autor não tiver sido julgado no estado soberano competente pela jurisdição do acto crime ou se houver subtraído ao cumprimento total ou parcial da condenação.

2 – O julgamento do facto nos termos do número anterior, é processado segundo a lei portuguesa relativamente ao crime cometido, sendo aplicado a moldura penal correspondente, nos termos do disposto no número 3 do artigo 4º, do capítulo único, do título segundo, do livro quinto, da parte primeira do PROCESSO PENAL.

ARTIGO SÉTIMO – LUGAR DA PRÁTICA DO FACTO.

1 – O facto considera-se praticado tanto no lugar em que total ou parcialmente e sob qualquer forma de comparticipação, o autor actuou ou no caso de omissão devia ter actuado, como naquele em que o resultado típico ou o resultado não compreendido no tipo de crime se tiver produzido.

2 – No caso de tentativa, o facto considera-se igualmente praticado no lugar em que de acordo com a representação do autor, o resultado se deveria ter produzido.

ARTIGO OITAVO – APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO PENAL.

1 – As disposições deste diploma são aplicáveis aos factos puníveis pelo direito penal militar e da marinha mercante e pela demais legislação de carácter especial, salvo disposição em contrário.

ARTIGO NONO – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS PARA ADOLESCENTES E LIDERES.

1 – Compete aos órgãos de soberania competentes pelos processos crimes, sempre que os actos crimes forem praticados por adolescentes dos 12 anos aos 17 anos e por líderes dos 18 anos aos 21 anos, adaptar a pena de prisão efectiva que ao acto crime corresponda a pena de internamento em estabelecimento de correcção, pelo mesmo período de tempo da pena a aplicar, sendo o parâmetro da alimentação a pão e água, substituído por uma alimentação ao jantar a pão e água.

2 – Sempre que o prazo da pena aplicada ao acto crime praticado ultrapassar os 21 anos de idade do autor, compete aos órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais, transferir os condenados dos estabelecimentos de correcção para as reais prisões portuguesas nos termos da lei, pelo remanescente do período de pena a cumprir pelo acto crime cometido, sendo o parâmetro da alimentação que por força da idade tiver sido adaptado nos termos do número anterior reposto para a moldura penal aplicada ao acto crime praticado.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIME.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO CRIME.

1 – Por acto crime, compreende-se todo o acto reprovável, imoral e obsceno punido nos termos da lei portuguesa, preparado, tentado e executado segundo a variável das circunstâncias, meios e protagonistas, com ou sem quaisquer vantagens ou benefícios para o seu autor ou para terceiros, mas sempre com o prejuízo das vítimas ou ofendidos.

ARTIGO SEGUNDO – ACTOS DE EXECUÇÃO DE UM CRIME.

1 - Por acto de execução de um crime, compreende-se o facto que ocorra no momento da consumação e execução do próprio crime realizado e todas as circunstâncias, meios e protagonistas envolvidos no mesmo.

ARTIGO TERCEIRO – ACTO PRESUMÍVEL DE UM CRIME.

1 – Por acto presumível de um crime, compreende-se os autores, factos e circunstâncias que SUAS ALTEZAS considerem ser relevantes para o apuramento da razão, verdade e realidade do acto crime em julgamento.

ARTIGO QUARTO – ACTO ESPONTÂNEO DE UM CRIME.

1 – Por acto espontâneo de um crime, compreende-se os factos praticado pelo autor em defesa da honra e dos valores e princípios constitucionais, morais e dos bons costumes instituídos na vida do reino de Portugal e que originam um acto crime.

2 – O acto espontâneo de um crime obriga-se à exclusão da ilicitude nos termos do artigo 1º, do capítulo terceiro, do título segundo.

ARTIGO QUINTO – ACTO IMPAR DE UM CRIME.

1 - Por acto impar de um crime, compreende-se o facto praticado pelo autor cumprindo as leis, preceitos e procedimentos naturais de uma determinada acção que originar um acto crime e consequências para terceiros.

2 – O acto impar de um crime está sujeito à atenuação especial da pena nos termos do artigo 2º e 3º, do capítulo sétimo, do título terceiro, podendo o órgão de soberania jurídico competente pelo processo declarando o réu culpado, exclui-lo do cumprimento da pena, sempre que verificado a pronta e efectiva determinação do autor até ao limite das suas capacidades e possibilidades, na reparação ou minimização dos danos, prejuízos e transtornos causados com o acto crime.

ARTIGO SEXTO – ACTO PONTUAL DE UM CRIME.

1 – Por acto pontual de um crime, compreende-se o acto crime que ocorra isolado num determinado momento e cujo seu autor não possua antecedentes criminais, estímulos ou motivações para a prática do mesmo.

2 – O acto pontual de um crime obriga-se à atenuação especial da pena nos termos do artigo 2º e 3º, do capítulo sétimo, do título terceiro.

ARTIGO SÉTIMO – ACTO RECTIFICATIVO DE UM CRIME.

1 – Por acto rectificativo de um crime, compreende-se os factos praticados pelo autor de um acto crime, de modo e forma a corrigir, rectificar ou minimizar os danos, prejuízos e transtornos causados com a realização do mesmo.

2 – Com a exclusão da actuação por dolo, o acto rectificativo de um crime obriga-se à atenuação especial da pena nos termos do artigo 2º e 3º, do capítulo sétimo, do título terceiro.

ARTIGO OITAVO – ACTO PREMEDITADO DE UM CRIME.

1 – Por acto premeditado de um crime, compreende-se todo o acto conscientemente elaborado no tempo, forma e espaço com o sentido da preparação, tentativa ou execução de um acto crime, com a finalidade da obtenção para si próprio ou para terceiros de vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou o prejuízo deliberado das vítimas ou ofendidos.

2 – O acto premeditado de um crime está sujeito aos pressupostos da reincidência nos termos do artigo 4º e 5º, do capítulo sétimo, do título terceiro.

ARTIGO NONO – ACTO CONTINUADO DE UM CRIME.

1 – Por acto continuado de um crime, compreende-se os factos do mesmo tipo de crime praticados reiteradamente no tempo de forma homogénea ou de um conjunto de crimes que ofendam o mesmo bem jurídico, que não sendo denunciado e julgado na sua génese pelas autoridades jurídicas, persista ao longo de um período de tempo até a sua denúncia, julgamento e condenação.

2 – O acto continuado de um crime está sujeito aos pressupostos da reincidência nos termos do artigo 4º e 5º, do capítulo sétimo, do título terceiro.

ARTIGO DÉCIMO – ACTO POR MALÍCIA DE UM CRIME.

1 – Por acto por malícia de um crime, compreende-se os factos envoltos da preparação, tentativa ou execução de um acto crime, cujo autor actue apenas e só com intenção de prejudicar e causar prejuízo, privações ou transtornos às vítimas ou ofendidos, sem a intenção de obter contrapartidas, usufruto ou benefício para si próprio ou para terceiros do acto crime realizado.

2 – O acto por malícia de um crime está sujeito aos pressupostos da reincidência nos termos do artigo 4º e 5º, do capítulo sétimo, do título terceiro.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ORIGENS DE UM ACTO CRIME.

1 – Por origens de um acto crime, compreende-se os autores, factos e circunstâncias envoltos da preparação, tentativa ou execução da realização de um acto crime.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CAUSAS DE UM ACTO CRIME.

1 – Por causas de um acto crime, compreende-se os factos e as circunstâncias envoltas do descuido, estímulo ou motivação da preparação, tentativa ou execução de um acto crime.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO - CONSEQUÊNCIAS DE UM ACTO CRIME.

1 – Por consequências de um acto crime, compreende-se os danos, prejuízos e transtornos emocionais, físicos e materiais causados com o acto crime praticado e a perda de vidas humanas.

TÍTULO SEGUNDO – FACTO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS DA PUNIÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMISSÃO POR ACÇÃO E POR OMISSÃO.

1 – Quando um tipo legal de crime compreender um certo resultado, o facto abrange não só a acção adequada a produzi-lo como a omissão da acção adequada a evitá-lo, salvo se outra for a intenção da lei.

2 – A comissão de um resultado por omissão só é punível quando sobre o omitente recair um dever jurídico que pessoalmente o obrigue a evitar esse resultado.

3 – No caso previsto no número anterior a pena pode ser especialmente atenuada.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS SINGULARES E COLECTIVAS.

1 – As pessoas singulares e as pessoas colectivas, públicas e privadas, são nos termos do presente diploma susceptíveis de responsabilidade criminal.

2 – As pessoas colectivas e entidades equiparadas, públicas e privadas, são responsáveis pelos crimes quando cometidos:

a) Em seu nome e no seu interesse colectivo próprio por cidadãos que nelas ocupem uma posição de liderança; ou

b) Por quem aja e actue sob a autoridade de cidadãos referidos na alínea anterior em virtude de uma violação dos deveres de vigilância ou controlo que lhes incumbem.

3 – Compreende-se que ocupam uma posição de liderança os órgãos ou representantes da pessoa colectiva ou entidade equiparada e quem na mesma detiver a autoridade para exercer o controlo da sua actividade.

4 – Para efeitos da responsabilidade criminal consideraram-se entidades equiparadas a pessoas colectivas as sociedades civis e as associações de facto.

5 – A responsabilidade das pessoas colectivas ou entidades equiparadas é excluída sempre que o autor aja e actue contra ordens ou instruções expressas de quem de direito.

6 – A responsabilidade das pessoas colectivas ou entidades equiparadas não exclui a responsabilidade individual dos respectivos autores, nem depende da responsabilização destes.

7 – A cisão, a fusão e a dissolução não determinam a extinção da responsabilidade criminal da pessoa colectiva ou entidade equiparada, respondendo pela prática do crime:

- a) A pessoa colectiva em que a fusão se tornar efectuada;
- b) As pessoas colectivas que resultarem da cisão;
- c) Os cidadãos que detiveram a autoridade de controlo da actividade no momento da prática do crime, no caso da dissolução.

8 – Sem prejuízo do direito de regresso, os cidadãos que ocupem uma posição de liderança, são subsidiariamente responsáveis pelo pagamento de coimas e indemnizações em que a pessoa colectiva ou entidade equiparada for condenada, relativamente aos crimes:

- a) Praticados no período de exercício do seu cargo, sem a sua oposição expressa;
- b) Praticados anteriormente, quando tiver sido por sua responsabilidade que o património da pessoa colectiva ou entidade equiparada se tornou insuficiente para o respectivo pagamento; ou
- c) Praticados anteriormente, quando a decisão definitiva de as aplicar tiver sido notificada durante o período de exercício do seu cargo e lhes seja imputável a falta de pagamento;

9 – Sendo vários os cidadãos responsáveis nos termos do número anterior é solidária a sua responsabilidade.

10 – Se as coimas ou indemnizações forem aplicadas a uma entidade sem personalidade jurídica, responde por as mesmas o património comum e na sua falta ou insuficiência, solidariamente o património de cada um dos associados.

ARTIGO TERCEIRO – ACTUAÇÃO EM NOME DE OUTREM.

1 – É punível quem aja ou actue voluntariamente como titular de um órgão de pessoa colectiva ou em representação legal ou voluntária de outrem, mesmo quando o respectivo tipo de crime exigir:

- a) Determinados elementos pessoais e os mesmos só se verificarem na pessoa do representado; ou
- b) Que o autor pratique o facto no seu próprio interesse e o representante aja e actue no interesse do representado.

2 – A ineficácia do acto que serve de fundamento à representação não impede a aplicação do disposto no número anterior.

ARTIGO QUARTO – DOLO E NEGLIGÊNCIA.

1 – Só é punível o facto praticado com dolo ou nos casos especialmente previstos na lei, com negligência.

ARTIGO QUINTO – DOLO.

1 – Age com dolo quem representando um facto que preenche um determinado tipo de crime, actuar conscientemente com intenção de o realizar.

2 – Age com dolo quem representar a realização de um facto que preenche um determinado tipo de crime como consequência necessária da sua conduta.

3 – Quando a realização de um facto que preenche um determinado tipo de crime for representada como consequência possível da conduta, há dolo se o agente actuar conformando-se com aquela realização.

ARTIGO SEXTO – NEGLIGÊNCIA.

1 – Age com negligência quem por não proceder com o cuidado e a exigência a que está obrigado e de que é capaz:

- a) Representar como possível a realização de um facto que preenche um determinado tipo de crime, mas actuar sem se conformar com essa realização; ou
- b) Não chegar sequer a representar a possibilidade de realização do facto.

ARTIGO SÉTIMO – ERRO SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FACTO.

1 – O erro sobre elementos de facto ou de direito de um determinado tipo de crime, ou sobre proibições cujo conhecimento for razoavelmente indispensável para que o autor possa deter a consciência da ilicitude do facto, exclui o dolo.

2 – O preceituado no número anterior abrange o erro sobre um estado que a existir excluiria a ilicitude do facto ou a culpa do autor.

3 – Fica ressalvada a punibilidade da negligência nos termos gerais.

ARTIGO OITAVO – ERRO SOBRE A ILICITUDE.

1 – Age sem culpa quem actuar sem consciência da ilicitude do facto, se o erro lhe não for censurável.

2 – Se o erro lhe for censurável, o autor é punido com a pena aplicável ao crime doloso respectivo.

ARTIGO NONO – AGRAVAÇÃO DA PENA PELO RESULTADO.

1 – Quando a pena aplicável a um facto for agravada em função da produção de um resultado, a agravação é sempre condicionada pela possibilidade de imputação desse resultado ao autor pelo menos a título de negligência.

ARTIGO DÉCIMO – INIMPUTABILIDADE EM RAZÃO DA IDADE.

1 – Os cidadãos menores de 12 anos são considerados inimputáveis.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INIMPUTABILIDADE EM RAZÃO DE ANOMALIA PSÍQUICA.

1 – É inimputável todo o cidadão que por força de uma anomalia psíquica for incapaz de no momento da prática do facto, avaliar a ilicitude deste ou de se determinar de acordo com essa avaliação.

2 – Pode ser declarado inimputável, todo o cidadão que por força de uma anomalia psíquica grave, não accidental e cujos efeitos não domina, sem que por esse facto possa ser censurado, detiver no momento da prática do facto, a capacidade para avaliar a ilicitude do facto ou para se determinar de acordo com a mesma avaliação sensivelmente diminuída.

3 – A comprovada incapacidade do autor para ser influenciado pelas penas pode constituir índice da situação prevista no número anterior.

4 – A imputabilidade não é excluída quando a anomalia psíquica tiver sido provocada pelo autor com intenção de praticar o facto.

CAPÍTULO SEGUNDO – FORMAS DO CRIME.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS.

1 – Por acto preparatório de um crime, compreende-se o facto que antecede a realização de um acto crime específico, que for criado ou praticado de forma intencional e direccionado à sua realização e que influencie de forma directa ou indirecta na génese, decurso e percurso de toda a sua preparação, tentativa ou execução.

2 – Os actos preparatórios de um acto crime tentado ou executado, são puníveis nos termos da lei com a moldura penal aplicável à própria execução e consumação do acto crime.

ARTIGO SEGUNDO – TENTATIVA.

1 – Há tentativa sempre que o autor pratique actos de execução de um crime, que decidiu cometer, sem que este chegue a consumir-se e a produzir os respectivos efeitos.

2 – São actos de execução:

- a) Os que preencherem um elemento constitutivo de um determinado tipo de crime;
- b) Os que forem idóneos a produzir o resultado típico; ou
- c) Os que segundo a experiência comum e salvo circunstâncias imprevisíveis, forem de natureza a fazer supor, suspeitar e esperar que lhe sigam actos das espécies enunciadas nas alíneas anteriores.

ARTIGO TERCEIRO – PUNIBILIDADE DA TENTATIVA.

1 – A tentativa de um acto crime, é punível nos termos da lei com a moldura penal aplicável à própria execução e consumação do acto crime.

2 – A tentativa não é punível quando for manifesta a inaptidão dos meios empregados pelo autor ou se constate a inexistência de objecto essencial à consumação do crime.

ARTIGO QUARTO – DESISTÊNCIA.

1 – A tentativa de um acto crime deixa de ser punível sempre que o autor voluntariamente desistir de prosseguir na execução do crime, impedir a sua consumação ou não obstante a sua consumação, impedir a verificação do resultado não compreendido no determinado tipo de crime.

2 – Sempre que a consumação ou a verificação do resultado forem impedidos por factos independentes da conduta do desistente, a tentativa do acto crime é punível nos termos da lei com a moldura penal aplicável à sua própria execução e consumação.

ARTIGO QUINTO – DESISTÊNCIA EM FUNÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO.

1 – Se vários autores participarem no facto, não é punível a tentativa dos que voluntariamente o denunciarem às autoridades e dos que de forma integra impedirem ou se esforçarem para impedir a consumação ou a verificação do resultado, ainda que outros cidadãos participem e prossigam na preparação, tentativa ou execução do acto crime ou o consumem.

ARTIGO SEXTO – AUTORIA.

1 – É punível como autor quem executar o facto por si mesmo ou por intermédio de outrem, quem tomar parte directa na sua execução, por acordo ou juntamente com outro ou outros, quem de forma directa ou indirecta colabore, auxilie ou participe de forma consciente e espontânea na preparação, tentativa ou execução de um acto crime e ainda quem dolosamente determinar outra pessoa à prática do facto, desde que haja actos de preparação, tentativa ou execução de um acto crime.

ARTIGO SÉTIMO – CUMPLICIDADE.

1 – É punível como cúmplice quem dolosamente e por quaisquer meios e formas, prestar auxílio material ou moral à prática por outrem de um acto crime, bem como estimular, fomentar ou participar directa ou indirectamente nos seus actos de preparação, tentativa ou execução.

2 – A cumplicidade é punível nos termos da lei com a moldura penal aplicável à própria execução e consumação do acto crime.

ARTIGO OITAVO – CONIVÊNCIA.

1 – É punível como conivente quem consciente da realização da preparação, tentativa ou execução de um acto crime, não obste à sua execução e infrinja o dever, responsabilidade e o compromisso de o travar, impedir ou denunciar em tempo justo às autoridades competentes de modo e forma à sua prevenção.

2 – A conivência é punível nos termos da lei com a moldura penal aplicável à própria execução e consumação do acto crime.

ARTIGO NONO – ILICITUDE NA COMPARTICIPAÇÃO.

1 – Sempre que a ilicitude ou o grau de ilicitude do facto dependerem de certas qualidades ou relações especiais do autor, para tornar aplicável a todos os comparticipantes a pena respectiva, basta que essas qualidades ou relações se verifiquem em qualquer deles, excepto se outra for a intenção da norma incriminadora.

ARTIGO DÉCIMO – CULPA NA COMPARTICIPAÇÃO.

1 – Todo o comparticipante é punido segundo a sua culpa no acto crime, independentemente do grau de culpa dos demais comparticipantes, sendo punido nos termos da lei com a moldura penal aplicável à própria execução e consumação do acto crime preparado, tentado ou executado.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO.

1 – O número de crimes determina-se pelo número de tipos de crime efectivamente cometidos e pelo número de vezes que o mesmo tipo de crime for preenchido pela conduta do autor.

2 – Constitui um só crime continuado a realização plúrima do mesmo tipo de crime ou de vários tipos de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogénea.

CAPÍTULO TERCEIRO – CAUSAS QUE EXCLUEM A ILICITUDE E A CULPA.

ARTIGO PRIMEIRO – EXCLUSÃO DA ILICITUDE.

1 – O facto não é punido quando a ilicitude for excluída pela ordem jurídica considerada na sua totalidade.

2 – Nomeadamente não é ilícito o facto praticado:

- a) No exercício de um direito constitucional consignado;
- b) No cumprimento de um dever constitucional imposto ou ordem legítima de autoridade;
- c) Em defesa de um valor moral;
- d) Com intenção de demover e evitar a vítima à prática e realização de um crime mais gravoso;
- e) Com excepção dos casos especialmente previstos na lei, com o consentimento do titular do interesse jurídico lesado.
- f) Em legítima defesa; ou
- g) Em defesa da honra;

3 – Compreende-se por exclusão de pena, os factos e as circunstâncias que se considerem relevantes nas origens, causas e consequências de um acto crime praticado, para desculpabilizar e excluir de pena o seu autor ou autores.

ARTIGO SEGUNDO – LEGÍTIMA DEFESA.

1 – Constitui legítima defesa o facto praticado como meio necessário, preciso e exigido a repelir a agressão actual e ilícita de interesses juridicamente protegidos do autor ou de terceiros.

ARTIGO TERCEIRO – EXCESSO DE LEGITIMA DEFESA.

1 – Sempre que exista excesso dos meios empregues em legítima defesa, o facto é ilícito, mas a pena pode ser especialmente atenuada.

2 – O autor não é punido se o excesso empregue resultar de perturbação, medo ou susto, não censuráveis.

ARTIGO QUARTO – DEFESA DA HONRA.

1 – Constitui defesa da honra o facto praticado como meio necessário, preciso e exigido a repelir a difamação, injúria ou calúnia actual e ilícita de interesses juridicamente protegidos do autor ou de terceiros.

ARTIGO QUINTO – EXCESSO DE DEFESA DA HONRA.

1 – Sempre que exista excesso dos meios empregues em defesa da honra, o facto é ilícito, mas a pena pode ser especialmente atenuada.

2 – O autor não é punido se o excesso empregue resultar de sentido de justiça, não censurável.

ARTIGO SEXTO – DIREITO DE NECESSIDADE.

1 – Não é ilícito o facto praticado como meio adequado a afastar um perigo actual e ilícito que ameace interesses juridicamente protegidos do autor ou de terceiros, sempre que se verifique os seguintes requisitos:

- a) Não ter sido voluntariamente criado pelo autor a situação de perigo, salvo tratando-se de proteger o interesse de terceiros;
- b) Existir sensível superioridade do interesse a salvar relativamente ao interesse sacrificado; e
- c) Ser razoável impor ao lesado o sacrifício do seu interesse em atenção à natureza ou ao valor do interesse ameaçado.

ARTIGO SÉTIMO – ESTADO DE NECESSIDADE DESCULPANTE.

1 – Age sem culpa quem praticar um facto ilícito adequado a afastar um perigo actual e não removível de outro modo, que ameace a vida, a integridade física, a honra ou a liberdade do autor ou de terceiros, sempre que não for razoável exigir-lhe segundo as circunstâncias do caso, comportamento diferente.

2 – Se o perigo ameaçar interesses jurídicos diferentes dos referidos no número anterior e se verificarem os demais pressupostos mencionados, pode a pena ser especialmente atenuada ou excepcionalmente pode o seu autor ser dispensado da pena.

ARTIGO OITAVO – CONFLITO DE DEVERES.

1 – Não é ilícito o facto de quem em caso de conflito no cumprimento de deveres jurídicos ou de ordens legítimas da autoridade, satisfizer dever ou ordem de valor igual ou superior ao do dever ou da ordem que sacrificar.

2 – O dever de obediência hierárquica cessa sempre que conduzir à prática de quaisquer crimes.

ARTIGO NONO – OBEDIÊNCIA INDEVIDA DESCULPANTE.

1 – Age sem culpa o funcionário que cumpra uma ordem de hierárquico superior sem deter o conhecimento que a mesma conduz à prática de um crime, não sendo o facto evidente no quadro das responsabilidades e circunstâncias por ele representadas.

ARTIGO DÉCIMO – CONSENTIMENTO EFECTIVO.

1 – Com excepção dos casos especialmente previstos na lei, o consentimento por parte do titular do interesse jurídico protegido exclui a ilicitude do facto quando se referir a interesses jurídicos livremente disponíveis e o facto não ofender a moral e os bons costumes.

2 – O consentimento pode ser expresso por qualquer meio que traduza uma vontade integral, livre e esclarecida do titular do interesse juridicamente protegido e pode ser livremente revogado até à execução do facto.

3 – O consentimento só é eficaz e válido se for prestado por quem tiver mais de 16 anos e possuir o discernimento exigido a avaliar o seu sentido e o seu alcance no momento em que o presta.

4 – Sempre que o consentimento não for do conhecimento do autor, o mesmo é punido nos termos da lei com a moldura penal aplicável à própria execução e consumação do acto crime preparado, tentado ou executado.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSENTIMENTO PRESUMIDO.

1 – Ao consentimento efectivo é equiparado o consentimento presumido.

2 – Há consentimento presumido quando o facto em que o autor aja ou actua permitir conscientemente supor que o titular do interesse juridicamente protegido teria eficazmente consentido o facto cometido, se detivesse o pleno conhecimento das circunstâncias em que o mesmo decorra e é praticado.

TÍTULO TERCEIRO – CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO FACTO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

ARTIGO ÚNICO – FINALIDADES DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.

1 – A aplicação de penas e de medidas de segurança visa:

- a) A protecção de bens jurídicos;
- b) A defesa da ordem, segurança e protecção dos princípios e valores constitucionais, morais e dos bons costumes regentes no reino de Portugal;
- c) A responsabilização de todos os cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, pelos actos crimes preparados, tentados ou executados;
- d) Assegurar os meios e instrumentos aplicados aos crimes cometidos afirmando o exemplo, como modo e forma de precaver o cometimento dos mesmos crimes no futuro, por os mesmos ou outros autores.

e) A reintegração do autor na sociedade;

2 – Em caso algum a pena pode ultrapassar a medida de culpa.

3 – A medida de segurança só pode ser aplicada se for proporcionada à gravidade do facto e à perigosidade o autor.

CAPÍTULO SEGUNDO – PENA DE PRISÃO, PENA DE MULTA E ADMOESTAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – PENA DE PRISÃO.

1 - Em caso algum a pena de prisão será substituída por pena de multa ou por outra pena não privativa da liberdade aplicável, de modo e forma a defender, proteger e assegurar o não cometimento de crimes futuros.

ARTIGO SEGUNDO – DURAÇÃO E CONTAGEM DOS PRAZOS DA PENA DE PRISÃO.

1 – A pena de prisão tem a duração mínima de 10 dias e a duração máxima, com meras excepções, equivalente aos anos da idade da soberania, independência e auto-determinação do reino de Portugal no globo terrestre à data da sentença do respectivo processo-crime, sendo o ano da proclamação da soberania portuguesa o ano de 1128.

2 – Por norma o limite máximo da pena de prisão é o equivalente:

- a) Ao valor dos montantes envolvidos dos prejuízos e transtornos causados pelo acto crime, multiplicado por três; ou
- b) Ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima à data dos factos e a idade média de vida dos cidadãos estimada nos 85 anos de idade.

3 – A contagem dos prazos de pena de prisão é feita segundo os critérios estabelecidos na lei processual penal e na sua falta na lei civil.

ARTIGO TERCEIRO – PRESSUPOSTOS E DURAÇÃO DA PENA DE PRISÃO.

1 – Tendo presente que a lei portuguesa é só uma a cumprir por todos os cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, por igual, independentemente da condição, função ou título nobiliárquico ou da pena de prisão a que corresponda cada um acto crime, a efectivação de pena de prisão visa realizar de forma adequada, justa e rigorosa as finalidades da punição e a servir de exemplo a possíveis infractores.

ARTIGO QUARTO – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO.

1 – A execução da pena de prisão, servindo a defesa dos princípios constitucionais, morais e dos bons costumes regentes na vida do reino de Portugal, a

defesa da sociedade e a prevenção da prática dos crimes e violações à lei, deve orientar-se no sentido:

a) Da reabilitação e reintegração social do recluso, dotando-o e preparando-o de modo e forma a conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, isento do cometimento de crimes;

b) De relevar o exercício de funções de cariz natural, prisionais e infra-estrutural nas respectivas áreas de circunscrição geográfica do cumprimento da pena de prisão, de modo e forma a um renascer, aprofundar e fortalecer o sentido da responsabilidade, da razão e da LEI.

2 – Compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo acto processual proceder ao agravamento da sentença decretada, pelo triplo dos dias do montante do valor dos prejuízos e transtornos causados, sempre que o recluso infringir e violar grosseiramente os deveres, responsabilidades e compromissos das tarefas em exercício na pena aplicada, sendo o dia valorizado a 7,15 contos.

3 – A execução da pena de prisão é regulada em legislação própria, na qual são fixados os deveres, responsabilidades e compromissos a que o recluso se obriga e os direitos para si consignados.

ARTIGO QUINTO – ESPAÇO DA PENA DE PRISÃO.

1 – O espaço da pena de prisão obriga-se à exigência da alteração das condições de sociabilidade presentes à data do cometimento do acto crime pelo próprio autor, sendo o espaço consignado nos termos da lei para cada um acto crime praticado, pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, tendo como base as exigências de cariz natural, prisional e infra-estrutural dos municípios, dos estabelecimentos prisionais e do exercício das actividades realizadas pelas reais forças armadas portuguesa e pelos diferentes sectores de actividade económicos do reino de Portugal prementes do exercício das mesmas competências.

ARTIGO SEXTO – ALIMENTAÇÃO, PAUSA E VISITA DA PENA DE PRISÃO.

1 – A alimentação, pausa e visita da pena de prisão obriga-se ao consignado nos termos da lei para cada um acto crime praticado, tendo presente a sua gravidade e as consequências pelo mesmo geradas, visando deste modo e forma uma reflexão integral, séria e honesta do autor face ao facto da prática de actos geradores do mal e do prejuízo de terceiros.

2 – Compreende-se por pausa e visita os dias deliberados pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo para que os familiares ou amigo e o recluso se encontrem e se restabeçam de forças para a correcção dos erros e para o superar da punição aplicada, com duração para os familiares directos de três horas e demais familiares e amigos uma hora.

ARTIGO SÉTIMO – SUSPENSÃO DA PENA DE PRISÃO.

1 – A negação e recusa do recluso no cumprimento do exercício das actividades decretadas na sentença aplicada ou a interrupção pelo recluso do exercício das mesmas actividades, obrigam o órgão de soberania jurídico competente pelo acto processual a declarar a pena em suspenso pelo período de tempo do incumprimento, retomando a pena o seu percurso normal após o reatamento pelo recluso do exercício das mesmas actividades.

2 – Sempre que por motivo de saúde grave, o recluso se obrigar à interrupção do exercício de funções, o tempo que o recluso estiver sob baixa médica contará para os dias da pena cumprida.

3 – A baixa médica referida no número anterior será prescrita pelo responsável máximo do departamento clínico do estabelecimento prisional envolto do processo, devendo sempre que exigido ser solicitado pareceres de especialistas da respectiva área de circunscrição geográfica do estabelecimento prisional, inscritos na arte bastonária dos médicos, para o apuramento da veracidade da condição física, psicológica e emocional do recluso.

4 – É suspensa nos termos da lei por três dias não contando os mesmos dias para o cumprimento da pena aplicada sempre que se verificar o falecimento de familiares do recluso.

5 – Compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo acto processual nos termos do número anterior, a requerimento dos familiares do recluso emitir a declaração dos entes queridos e remeter no imediato momento ao estabelecimento prisional do cumprimento da sentença, para que os serviços prisionais procedam de acordo com as normas de segurança exigidas ao facto ao transporte, segurança e cuidado do recluso no decurso do acto fúnebre, sendo após o mesmo acto conduzido ao estabelecimento prisional do cumprimento da sentença.

6 – Compete aos agentes prisionais envolvidos do acto fúnebre referido no número anterior, zelar pelo cumprimento da pena de prisão relativamente à alimentação do recluso, não podendo a mesma ser violada.

ARTIGO OITAVO – PENA DE PRISÃO CUMULATIVAS.

1 – Ao processo-crime envolto do cometimento de vários crimes, a pena de prisão é cumulativa dos actos crimes praticados, sendo adoptado e adaptado pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo os parâmetros da pena de prisão do acto crime praticado mais gravoso para o autor.

ARTIGO NONO – PENA DE MULTA.

1 – As penas de multa são única e exclusivamente aplicadas aos actos crime previstos na lei e à correspondente obrigação da responsabilização, das pessoas colectivas e entidades equiparadas nos crimes cometidos pelos seus titulares de cargos, funcionários e agentes no exercício da sua actividade económica e dos herdeiros nos casos de morte do autor e da exigência de reparação ou minimização dos danos provocados.

2 – A pena de multa é fixada em dias, de acordo com os critérios estabelecidos no número 1 do artigo 1º, do capítulo sétimo, do presente título.

3 – Cada dia de multa corresponde a uma quantia de 7,15 contos, correspondendo o número de dias de multa aos montantes totais dos prejuízos e transtornos causados com o acto crime ou à indemnização a conceder à família das vítimas nos casos de perdas humanas.

4 – As penas de multa impostas não podem em caso algum representar para a pessoa singular, pessoa colectiva ou entidade equiparada obrigações cujo cumprimento não seja razoável de se lhe exigir, nomeadamente não podem colocar em situação de ruptura financeira ou em processo de insolvência.

5 – Sempre que a situação económica e financeira do condenado o justificar, o órgão de soberania jurídico competente pelo processo pode nos termos do artigo 1º, do capítulo primeiro, do título sexto, do livro décimo, da parte primeira do PROCESSO PENAL, ordenar o pagamento da multa na sua plenitude ou a sua repartição por

prestações mensalmente deliberadas de acordo com os rendimentos auferidos pelo cônjuge ou pela entidade, num prazo que não exceda o limite de tempo da pena aplicada ao acto crime cometido.

6 – A falta de pagamento de uma das prestações implica e obriga ao pagamento da pena de multa na sua plenitude.

7 – A reincidência dos actos crimes praticados e a violação da falta de pagamento das prestações, serão transformados em pena de prisão efectiva equivalente ao montante consignado do valor da pena de multa aplicada, nos termos do número 3, não sendo consideradas na aplicação da pena de prisão efectiva as prestações que até ao momento tenham sido efectuadas.

ARTIGO DÉCIMO – ADMOESTAÇÃO.

1 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entenda necessário, preciso e exigido a prevenir, precaver e evitar o cometimento dos mesmos ou de outros actos crimes pelo arguido e sem prejuízo das penas a aplicar pelos actos crimes cometidos, pode o órgão de soberania jurídico proferir uma admoestação ao arguido.

2 – A admoestação consiste numa solene censura oral feita em audiência pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo ao cidadão ou ao representante legal da pessoa colectiva ou entidade equiparada, ou na sua falta a outro cidadão que na mesma ocupe uma posição de liderança e sempre que pela natureza, forma e decurso do acto crime, não tenha originado para terceiros consequências e riscos graves ou que as suas consequências foram rectificadas, corrigidas ou minimizadas pelo próprio autor ou por terceiros.

3 – A admoestação tem lugar ainda que o dano tenha sido reparado na sua plenitude e visa realizar de forma íntegra, justa e adequada às finalidades da punição.

CAPÍTULO TERCEIRO – PRISÃO PREVENTIVA.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS, DURAÇÃO E APLICAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

1 – Sempre que revogada a liberdade condicional nos termos do artigo 7º, do capítulo quinto, do presente título e sempre que após a instauração de processo-crime, o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, atendendo as circunstâncias do facto e à personalidade do arguido, entenda, suponha e suspeite que os mesmos ou outros actos crimes possam vir a ser praticados pelo arguido, ordena a prisão preventiva nos termos do artigo 5º, do capítulo primeiro, do título segundo, da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – Em caso algum a deliberação pelo órgão de soberania competente pelo processo da pena de prisão preventiva se substituirá por a pena de liberdade sob caução, de modo e forma a defender, proteger e assegurar o não cometimento de crimes futuros.

3 – A prisão preventiva tem o prazo de duração do decurso do acto de julgamento do processo-crime e do apuramento da veracidade dos factos e dos seus autores.

ARTIGO SEGUNDO – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO PREVENTIVA.

1 – A execução da pena de prisão preventiva, servindo a defesa dos princípios constitucionais, morais e dos bons costumes regentes na vida do reino de Portugal, a

defesa da sociedade e a prevenção da prática dos crimes e violações à lei, deve orientar-se no sentido:

a) Da reabilitação e reintegração social do arguido, dotando-o e preparando-o de modo e forma a conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, isento do cometimento de crimes;

b) De relevar o exercício de funções de cariz natural, prisionais e infra-estrutural correspondente ao acto crime em julgado na respectiva área de circunscrição geográfica dos arguidos, de modo e forma a um renascer, aprofundar e fortalecer o sentido da responsabilidade, da razão e da LEI.

2 – A execução da pena de prisão preventiva é regulada em legislação própria, na qual são fixados os deveres, responsabilidades e compromissos a que o arguido se obriga e os direitos para si consignados.

ARTIGO TERCEIRO – ESPAÇO DA PENA DE PRISÃO.

1 – O espaço da pena de prisão preventiva obriga-se ao estabelecimento prisional da área de circunscrição geográfica do arguido.

ARTIGO QUARTO – ALIMENTAÇÃO, PAUSA E VISITA DA PENA DE PRISÃO PREVENTIVA.

1 – Tendo presente a celeridade do decurso dos actos processuais pelos órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais e das probabilidades de inocência que medeiam entre o momento da apresentação de queixa ou acusação particular até ao momento da declaração da sentença e do apuramento da veracidade dos factos e dos seus autores, na deliberação da pena de prisão preventiva, o órgão de soberania jurídico pauta-se:

a) Na alimentação do arguido por a aplicação de uma alimentação regular limitada aos serviços prisionais do próprio estabelecimento de cumprimento da pena;

b) Na pausa do exercício de funções e nos dias deliberados de visita dos familiares e amigos por a aplicação do sábado e do domingo obrigando-se ao disposto no número 2 do artigo 6º, do capítulo anterior.

ARTIGO QUINTO – EXTINÇÃO DA PENA DE PRISÃO PREVENTIVA.

1 – A pena de prisão preventiva é extinta nos termos dos números 1, 2 e 3 do artigo 3º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro quarto, da parte primeira, da matéria primeira do PROCESSO PENAL

2 – Sempre que extinta a prisão preventiva por via da absolvição do arguido cessa a prisão do detido, sendo restituída ao cidadão inocente o montante integral do valor do exercício de funções cumprido no decurso da pena, sendo o dia valorizado a 7,15 contos.

3 – Sempre que após proferida a sentença o arguido em prisão preventiva for condenado no acto processual, compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo decretar o cumprimento da pena aplicada pelo acto crime praticado, sendo razão de desconto na pena a aplicar o período efectivo da pena de prisão preventiva cumprido.

ARTIGO SEXTO – REGIME DA PRISÃO PREVENTIVA.

1 – São correspondentemente aplicados à prisão preventiva o disposto nos artigos do presente capítulo e no título segundo, do livro quatro, da parte primeira, da matéria primeira do PROCESSO PENAL.

2 – Sempre que imposta a prisão preventiva compete aos serviços prisionais a execução da pena de prisão preventiva do arguido, até à declaração da sentença do acto processual.

CAPÍTULO QUARTO – LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS, DURAÇÃO E APLICAÇÃO DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – Sempre que após a instauração de processo-crime, as circunstâncias do facto suscitem ou subsistam no órgão de soberania jurídico competente pelo processo, sérias dúvidas face à responsabilidade do arguido no acto crime praticado, compete ao órgão de soberania jurídico decretar a libertação sob caução do respectivo arguido nos termos do artigo 5º, do capítulo primeiro, do título segundo, da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA,

2 – A aplicação da liberdade sob caução depende sempre do consentimento do condenado.

3 – A liberdade sob caução tem o prazo de duração do decurso do acto de julgamento do processo-crime e do apuramento da veracidade dos factos e dos seus autores.

ARTIGO SEGUNDO – CAUÇÃO.

1 – A caução é fixada em 7% do montante estimado das consequências do acto crime praticado, do valor dos danos, prejuízos e transtornos causados pelo acto crime em julgado ou da indemnização a conceder às vítimas do acto crime praticado, sendo entregue no imediato momento de deliberação pelo órgão de soberania competente pelo processo do montante em caução.

2 – A caução pode ser ajustada pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo no decurso do acto processual, sendo reforçada ou suavizada tendo presente a realidade da dimensão dos factos e as consequências do acto crime praticado.

3 – A caução pode ser prestada por meio de transferência bancária, depósito, penhor, hipoteca, fiança bancária ou fiança, nos concretos termos em que o juiz o admitir.

4 – Precedendo autorização do juiz, pode o arguido que tiver prestado caução por qualquer um dos meios referidos no número anterior, substituí-lo por outro.

5 – A prestação da caução é processada por apenso.

6 – Ao arguido que não preste caução é correspondentemente aplicável o disposto no artigo arresto preventivo do PROCESSO PENAL.

7 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 2º e no artigo 7º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro quarto, do PROCESSO PENAL

ARTIGO TERCEIRO – NORMAS DE CONDUTA E OBRIGAÇÕES DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – A liberdade sob caução obriga-se a normas de conduta, nos termos do artigo 3º, do capítulo seguinte, deliberadas pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, até proferida a sentença.

2 – A pena de liberdade sob caução obriga o arguido:

a) A responder a convocatórias do magistrado responsável pela execução da liberdade sob caução;

b) A informar o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sobre alterações de residência e de emprego, bem como sobre qualquer deslocação ou ausência da sua área de residência e data do previsível regresso;

c) A obter autorização prévia do magistrado responsável pela execução da liberdade sob caução para se deslocar para outro estado soberano mundial.

ARTIGO QUARTO – PENAS ACESSÓRIAS.

1 – Compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo decretar na pena de liberdade sob caução ao arguido o cumprimento de penas acessórias nos termos do capítulo sexto, do presente título, que entender exigidas à prevenção no imediato do cometimento de novo acto crime no futuro.

ARTIGO QUINTO – VIOLAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – Se durante o período da liberdade sob caução o arguido por quaisquer motivos, deixar de cumprir as normas de conduta e as penas acessórias impostas ou não corresponder às obrigações para com o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, pode o mesmo:

a) Fazer uma solene advertência;

b) Exigir garantias do cumprimento das normas, penas e obrigações que condicionam a liberdade sob caução;

c) Impor novas normas de conduta e penas acessórias, bem como obrigações acrescidas;

d) Revogar a liberdade sob caução e declarar o cumprimento do período de tempo da liberdade sob caução até à declaração da sentença proferida pelo órgão de soberania jurídico em pena de prisão preventiva, nos termos do capítulo anterior.

ARTIGO SEXTO – REVOGAÇÃO DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – As dúvidas que fundamentam a aplicação da liberdade sob caução nos termos do número 1, do artigo 1º, do presente capítulo, é revogada para além do disposto no artigo 1º e 2º do capítulo terceiro, do título segundo, do livro quarto, da parte primeira, da matéria primeira do PROCESSO PENAL, sempre que no seu decurso, o condenado:

a) Infringir grosseiramente ou reiteradamente as normas de conduta, penas acessórias e obrigações impostas; ou

b) Cometer crime pelo qual venha a ser condenado e revelar que as finalidades que estavam na base da liberdade sob caução não puderam por meio dela ser alcançadas.

2 – A revogação da liberdade sob caução obriga ao cumprimento integral da pena de prisão preventiva, nos termos do capítulo anterior, até à declaração de sentença do órgão de soberania jurídico competente pelo processo, sendo declarada perdida a favor do estado a caução depositada.

ARTIGO SÉTIMO – EXTINÇÃO DA PENA DE LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – A pena de liberdade sob caução é declarada extinta nos termos dos números 1, 3 e 4 do artigo 3º, do capítulo terceiro, do título segundo, do livro quarto, da parte primeira, da matéria primeira do PROCESSO PENAL

2 – Sempre que extinta a liberdade sob caução por via da absolvição do arguido cessam as normas de conduta, as penas acessórias e as obrigações a que o mesmo esteja obrigado, bem como todos os incidentes gerados no período de tempo decorrente do próprio processo por falta de cumprimento de norma de conduta, de pena acessória ou obrigação jurídica, sendo restituída ao cidadão inocente o montante integral do valor da caução.

3 – Sempre que após proferida a sentença o arguido em liberdade sob caução for condenado no acto processual, compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo declarar a caução perdida a favor do estado, não sendo a mesma ou o período de cumprimento da pena de liberdade sob caução razão de qualquer desconto na pena a aplicar pelo acto crime praticado.

ARTIGO OITAVO – REGIME DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – São correspondentemente aplicados à liberdade sob caução o disposto nos artigos do presente capítulo e no título segundo, do livro quatro, da parte primeira, da matéria primeira do PROCESSO PENAL.

2 – A revogação da liberdade sob caução determina a execução da pena de prisão preventiva, nos termos do capítulo anterior.

3 – Sempre que a liberdade sob caução não for concedida ou vier a ser revogada, compete aos serviços prisionais a execução da pena de prisão preventiva do arguido, até à declaração da sentença do acto processual, não sendo concedida nova liberdade sob caução.

CAPÍTULO QUINTO – LIBERDADE CONDICIONAL.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS, DURAÇÃO E APLICAÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL.

1 – A condição de liberdade condicional, resulta de indultos concedidos por SUAS MAJESTADES tendo presente a comunicação do real conselho superior de magistratura portuguesa para cada um ano de exercício jurídico, quando cumpridos 2/3 da pena de prisão aplicada ao acto crime cometido, no mínimo de 183 dias se:

a) For fundadamente de supor e esperar que atentas às circunstâncias do acto crime, a vida anterior do autor, a sua personalidade e a evolução da mesma durante a execução da pena, bem como o desempenho do exercício das funções específicas delegadas, que o condenado uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável e íntegro, sem o cometimento de novos crimes; e

b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz e harmonia social.

2 – A aplicação da liberdade condicional depende sempre do consentimento do condenado.

3 – A liberdade condicional perdurará pelo tempo de prisão que falte cumprir na respectiva pena, não tendo um período de tempo mínimo nem máximo de aplicação, sob o dever de ressarcir e normas de conduta declarados pelo órgão de soberania jurídico competente pelo acto processual.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE RESSARCIR.

1 – A liberdade condicional pode ser subordinada ao cumprimento do dever imposto ao condenado e destinado a reparar o mal do crime, de ressarcir o órgão de soberania jurídico competente pelo processo pelo montante do valor total dos dias da liberdade condicional, sendo os mesmos contabilizados a 7, 15 contos o dia.

2 – O dever de ressarcir imposto em caso algum representará para o condenado obrigações cujo cumprimento não seja razoável de se lhe exigir.

3 – O dever de ressarcir pode ser modificado até ao termo do período da execução sempre que ocorrerem circunstâncias relevantes supervenientes ou de que o tribunal só posteriormente tiver conhecimento.

ARTIGO TERCEIRO – NORMAS DE CONDUTA.

1 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, pode impor ao condenado o cumprimento pelo tempo de duração da liberdade condicional, de normas de conduta de conteúdo positivo, susceptíveis de fiscalização e destinadas a promover a sua reintegração na sociedade, nomeadamente:

- a) Residir em determinado lugar;
- b) Frequentar programas ou actividades;
- c) Cumprir determinadas obrigações.

2 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, pode complementarmente impor ao condenado o cumprimento de outras normas de conduta, designadamente:

- a) Não exercer determinadas funções;
- b) Não frequentar certos meios ou lugares;
- c) Não residir em certos lugares ou regiões;
- d) Não comunicar, acompanhar, alojar ou receber determinados cidadãos;
- e) Não frequentar certas associações ou não participar em determinados eventos ou reuniões;
- f) Não ter em seu poder objectos capazes de facilitarem a prática de crimes.

3 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, pode ainda e sempre que se verifique que durante o cumprimento de pena de prisão, o condenado esteve sujeito a tratamento ou acompanhamento médico derivado de dependências, nomeadamente do álcool, tabaco, medicamentos, estupefacientes, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, ordenar o contínuo prosseguir do tratamento ou acompanhamento médico em instituições habilitadas, certificadas e qualificadas nos termos da lei.

4 – As normas de conduta impostas não podem em caso algum representar para o condenado obrigações cujo cumprimento não seja razoável de se lhe exigir.

5 – As normas de conduta impostas podem ser modificadas até ao termo do período da liberdade condicional, sempre que ocorram circunstâncias relevantes supervenientes ou de que o órgão de soberania jurídico só posteriormente detiver o conhecimento.

6 – O tribunal pode determinar que os serviços de reinserção social auxiliem, apoiem e fiscalizem o condenado no cumprimento das normas de conduta impostas.

ARTIGO QUARTO – LIBERDADE CONDICIONAL COM REGIME DE PROVA.

1 – O tribunal pode determinar que a liberdade condicional seja acompanhada de regime de prova, se o considerar conveniente e adequado a promover a reintegração do condenado na sociedade.

2 – O regime de prova assenta num plano de reinserção social, executado com vigilância, apoio e auxílio, durante o período de tempo de duração da liberdade condicional, dos serviços de reinserção social da área de circunscrição geográfica do condenado.

3 – O regime de prova é ordenado sempre que o condenado for menor de 21 anos à data do cometimento do acto crime, sempre que a pena de prisão que originou a liberdade condicional tiver sido aplicada em medida superior a 3 anos ou sempre que o autor for considerado inimputável nos termos do artigo 11º, do capítulo primeiro, do título segundo.

ARTIGO QUINTO – PLANO DE REINERÇÃO SOCIAL.

1 – O plano de reinserção social contém os objectivos de reabilitação e reintegração social a atingir pelo condenado, as actividades que este deve desenvolver, o respectivo faseamento e as medidas de apoio, auxílio e vigilância a adoptar pelos serviços de reinserção social.

2 – Os serviços de reinserção social são compostos por elementos dos órgãos de soberania jurídicos, policiais e sociais da área de circunscrição geográfica do condenado.

3 – O plano de reinserção social é dado a conhecer ao condenado, sendo-lhe exigido no imediato momento o seu acordo prévio.

4 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo pode impor o dever de ressarcir e as normas de conduta referidas nos artigos 2º e 3º, deste capítulo, bem como pode impor outras obrigações que sejam pertinentes ao plano de readaptação e ao aprofundamento do sentido de responsabilidade social do condenado, nomeadamente:

- a) Responder a convocatórias do magistrado responsável pela execução da liberdade condicional e dos técnicos de reinserção social;
- b) Receber visitas dos técnicos de reinserção social e comunicar-lhe ou colocar à sua disposição informações e documentos comprovativos dos seus meios de subsistência;
- c) Informar os técnicos de reinserção social sobre alterações de residência e de emprego, bem como sobre qualquer deslocação ou ausência da área de residência e data do previsível regresso;
- d) Obter autorização prévia do magistrado responsável pela execução da liberdade condicional para se deslocar para outro estado soberano mundial.

ARTIGO SEXTO – FALTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LIBERDADE CONDICIONAL.

1 – Se durante o período da liberdade condicional o condenado por quaisquer motivos, deixar de cumprir o dever de ressarcir ou as normas de conduta impostos ou não corresponder ao plano de reinserção social, pode o órgão de soberania jurídico competente pelo processo:

- a) Fazer uma solene advertência;
- b) Exigir garantias do cumprimento das obrigações que condicionam a liberdade condicional;
- c) Impor novos deveres ou normas de conduta ou introduzir exigências acrescidas no plano de reinserção social;
- d) Prorrogar o prazo estipulado de liberdade condicional por um período igual ou superior a 1 ano;
- e) Revogar a liberdade condicional e declarar o cumprimento do período de tempo da liberdade condicional em pena de prisão efectiva.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL.

1 – A suspensão da execução da pena de prisão em liberdade condicional é revogada sempre que no seu decurso, o condenado:

- a) Infringir grosseiramente ou reiteradamente o dever de ressarcir ou as normas de conduta impostas ou o plano de reinserção social; ou
- b) Cometer crime pelo qual venha a ser condenado e revelar que as finalidades que estavam na base da liberdade condicional não puderam por meio dela ser alcançadas.

2 – A revogação da liberdade condicional obriga ao cumprimento integral do período deliberado de liberdade condicional, em pena de prisão efectiva, sem que o condenado possa exigir a restituição de prestações que haja efectuado ou reivindicar o período de liberdade condicional cumprido.

ARTIGO OITAVO – EXTINÇÃO DA PENA DE LIBERDADE CONDICIONAL.

1 – A pena de liberdade condicional é declarada extinta se decorrido o período da liberdade condicional não existirem motivos que possam conduzir à sua revogação.

2 – Se findo o período da liberdade condicional, se encontrar pendente processo por crime que possa determinar a sua revogação ou incidente por falta de cumprimento do dever de ressarcir, das normas de conduta ou do plano de reinserção social, a pena só é declarada extinta quando o processo ou o incidente findarem e não existir lugar à revogação ou prorrogação do período da liberdade condicional.

ARTIGO NONO – LIBERDADE CONDICIONAL E LIBERDADE COM REGIME DE PROVA.

1 – Até 183 dias antes de se atingir o período de concessão da liberdade condicional ou da liberdade com regime de prova, compete à administração penitenciária competente pelo recluso enviar parecer fundamentado sobre a respectiva concessão ao órgão de soberania competente pelo processo, aplicando-se o disposto nos artigos anteriores.

ARTIGO DÉCIMO – REGIME DA LIBERDADE CONDICIONAL.

1 – É correspondentemente aplicado à liberdade condicional o disposto nos artigos do presente capítulo.

2 – A revogação da liberdade condicional determina a execução da pena de prisão por cumprir.

3 – Sempre que a liberdade condicional ou a liberdade com regime de prova não for concedida ou vier a ser revogada, compete aos serviços prisionais a manutenção da pena de prisão efectiva do recluso, até ao termo da pena, não sendo concedida nova liberdade condicional.

CAPÍTULO SEXTO – PENAS ACESSÓRIAS E EFEITOS DA PENA.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

1 – Nenhuma pena envolve como efeito necessário a perda de direitos civis ou profissionais.

2 – A lei pode fazer corresponder a certos crimes a proibição do exercício de determinados direitos, igualdades, liberdades e garantias ou profissões.

ARTIGO SEGUNDO – PROIBIÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES.

1 – Todo o titular de cargo, funcionário ou agente que no exercício da sua actividade administrativa, de secretariado ou de produção, no sector público ou privado, cometer um acto crime, é proibido do exercício das mesmas funções por um período correspondente ao dobro do tempo da pena aplicada, podendo a proibição se tornar definitiva e consequentemente afastado da ordem profissional bastonária a que está agregado sempre que se verifique que o facto:

a) For praticado com grave abuso de função ou com manifesta e grave violação dos deveres, responsabilidades e compromissos a que se obriga;

b) Revelar indignidade no exercício do cargo; ou

c) Implicar a perda de confiança necessária, precisa e exigida ao exercício de funções.

2 – O período de proibição do exercício profissional contará a partir do primeiro dia em que o autor estiver privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

3 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sentencie que um titular de cargo, funcionário ou agente, do sector público ou privado, fique proibido do exercício da sua função profissional, comunica a condenação à arte bastonária respectiva que observará a todos os sectores de actividade envoltos da mesma arte bastonária, para que procedam à respectiva proibição do exercício profissional por parte do autor.

4 – O tribunal decreta a apreensão, pelo tempo que durar a proibição, dos documentos que titulem a profissão.

ARTIGO TERCEIRO – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES.

1 – Todo o arguido que no exercício de funções estatais for condenado à proibição do exercício de funções, é no imediato momento da condenação demitido da função estatal que desempenhe.

2 – Todo o arguido que no exercício de funções privadas for condenado à proibição do exercício de funções e não for demitido disciplinarmente da função privada que desempenhe, incorre na suspensão de funções profissionais pelo período de tempo correspondente à proibição do exercício de funções declarada pela sentença condenatória.

3 – À suspensão prevista nos números anteriores estão envoltos os efeitos que de acordo com a legislação respectiva, acompanham a sanção disciplinar de suspensão do exercício de funções.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2, 3 e 4 do artigo anterior.

ARTIGO QUARTO – EFEITOS DA PROIBIÇÃO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES.

1 – A proibição e a suspensão do exercício de funções, públicas ou privadas determinam a correspondente perda de direitos e regalias atribuídas ao titular do cargo, funcionário ou agente, pelo período de tempo correspondente.

2 – A proibição do exercício de funções estatais interdita para toda a vida do autor a sua admissão nos quadros do estado português no exercício de qualquer função.

3 – A proibição do exercício de funções privadas impossibilita o titular do cargo, funcionário ou agente de ser nomeado para o exercício de quaisquer cargos ou funções a cumprir na respectiva entidade no qual o arguido cometeu o acto crime, bem como de

poder ser nomeado para o exercício de funções em qualquer entidade com a mesma equivalência de dignidade, confiança e exigência que o cargo ou função de cujo exercício profissional foi proibido.

ARTIGO QUINTO – PROIBIÇÃO DE CONDUZIR MEIOS DE TRANSPORTE COM MOTOR.

1 – É condenado na proibição de condução de meios de transporte com motor, por um período de tempo correspondente ao dobro da pena da sentença proferida, todo o cidadão que for punido pelos crimes contra a segurança das comunicações, bem como:

a) Por crimes cometidos com utilização de meio de transporte e cuja execução tiver sido por este facilitado de forma relevante; ou

b) Por crime de desobediência cometido mediante recusa de submissão às provas legalmente estabelecidas para detecção de condução de meios de transporte sob o efeito de álcool, estupefacientes, plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas, medicamentos ou demais produtos com efeito análogo.

2 – A proibição produz efeitos a partir do trânsito em julgado da decisão e pode abranger a condução de meios de transporte com motor de qualquer classe e categoria.

3 – O título de condução do meio de transporte fica imediatamente apreendido com a instauração do processo-crime, ficando retida na secretaria do tribunal competente pela decisão, durante todo o período de tempo da proibição sendo restituída ao seu titular após o término da sentença.

4 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, comunica no imediato às entidades emitentes do respectivo título de condução a proibição de condução do autor e os prazos respectivos da proibição, bem como comunica as situações de incumprimento respeitantes à infracção cometida.

5 – Tratando-se de título de condução com valor internacional emitido em estado soberano constituinte do império português ou em estado soberano externo ao império português, é comunicado pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, a decisão imposta à entidade emitente do respectivo título de condução, o prazo da proibição, bem como as situações de incumprimento respeitantes à infracção cometida.

6 – O período de proibição de condução de meio de transporte com motor inicia-se no imediato momento da sentença proferida relativamente ao acto crime cometido, aquando da privação da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

7 – Cessa o disposto no número 1 sempre que pelo mesmo facto tiver lugar a aplicação da cassação do título ou a interdição da concessão do título de condução nos termos do artigo 3º, do capítulo décimo, do presente título.

ARTIGO SEXTO – FREQUÊNCIA DE PROGRAMAS E TERAPIAS.

1 – Todo o cidadão que pelas circunstâncias do facto praticado forem reveladoras da influência, perturbação e dependência do autor, face a produtos ou qualquer serviço prestado, os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais ordenam a frequência em programas e terapias de reabilitação, cura e tratamento das dependências, nos próprios estabelecimentos prisionais ou em estabelecimentos devidamente habilitados, credenciado e qualificado nos termos da lei para o mesmo efeito, durante o período de tempo que entenderem ser o exigido à reabilitação e cura do cidadão.

2 – Todo o cidadão que pelas circunstâncias do facto praticado forem reveladoras de uma conduta hostil, agressiva e violenta do autor, pode o órgão de

soberania jurídico competente pelo processo, ordenar a frequência em programas específicos de prevenção da violência, em associações ou estabelecimentos devidamente habilitados, credenciado e qualificado nos termos da lei para o mesmo efeito, durante o período de tempo que entenderem ser o exigido à reabilitação e cura do cidadão.

3 – A frequência de programas e terapias é comunicada às respectivas entidades envolvidas da reabilitação dos arguidos e dos condenados, às quais compete fazer cumprir a reabilitação respectiva e zelar pela plena execução da sentença.

4 – A comunicação referida no número anterior obriga a entidade em causa a informar o tribunal sobre a regularidade da frequência e sempre que for o caso do não cumprimento por parte do condenado, com indicação dos motivos que forem do seu conhecimento.

5 – A sujeição do condenado a tratamento médico ou a cura em entidade adequada durante o período da sentença, é executada mediante mandado emitido para o efeito pelo tribunal competente pela sentença.

6 – Os responsáveis pela entidade informam o tribunal da evolução e termo do tratamento ou cura, podendo sugerir medidas que considerem adequadas ao êxito do mesmo.

ARTIGO SÉTIMO – EXCLUSÃO DO ESTATUTO DE ELEITO, ELEITOR OU JURADO.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais decretam nos termos de cada uma sentença independentemente do acto crime praticado a suspensão do estatuto de eleito, eleitor e jurado pelo dobro do período de tempo da sentença aplicada.

2 – A suspensão do estatuto de eleito, eleitor ou jurado referido no número anterior pode ser tornada definitiva e ser decretado a exclusão do estatuto de eleito, eleitor ou jurado sempre que as circunstância do facto praticado forem reveladoras de perversidade ou censurabilidade e sempre que forem praticados por cidadãos eleitos no exercício de funções estatais.

3 – O período de exclusão do estatuto de eleito, eleitor ou jurado contará a partir do primeiro dia em que o autor estiver privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

4 – A exclusão do estatuto de eleito, eleitor ou jurado é registado no caderno eleitoral dos órgãos de soberania jurídicos, de modo e forma à plena execução da sentença.

ARTIGO OITAVO – PROIBIÇÃO DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais decretam nos termos de cada uma sentença que pelas circunstâncias do facto praticado forem reveladoras de agressividade, violência ou conflito por parte do autor, a proibição de detenção, uso e porte de arma, munições e acessórios, pelo dobro do período de tempo da sentença aplicada.

2 - Pode a proibição nos termos do número anterior se tornar definitiva sempre que se verifique que o facto for praticado com recurso a arma ou com grave violação dos deveres, responsabilidades e compromissos a que as mesmas se obrigam na sua detenção, uso e porte e sempre que se verifique a constante e permanente condição de agressividade, violência ou conflito por parte do autor.

3 – O período de proibição de detenção, uso e porte de arma contará a partir do primeiro dia em que o autor estiver privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

4 – A proibição de detenção, uso e porte de arma implica nomeadamente a sua detenção, uso e porte para efeitos pessoais, funcionais, laborais, desportivos, venatórios ou quaisquer outros, bem como a concessão ou renovação da licença ou de autorização de aquisição de arma, durante todo o período de tempo de interdição, devendo todas as armas na propriedade do arguido ou condenado, ficar apreendidas nos próprios locais do exercício de tiro correspondente nos termos do diploma das armas, munições e acessórios, até ao momento do termino da sentença de proibição respectiva.

5 – A decisão de proibição é comunicada à guarda real portuguesa e às entidades envolvidas do processo de atribuição de licenças e autorizações para a detenção, uso e porte de arma, bem como às entidades de aquisição e compra das mesmas.

ARTIGO NONO – PROIBIÇÃO DE AUSÊNCIA.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais, decretam a proibição de ausência da área de residência, de se ausentar para o estrangeiro ou não se ausentar sem autorização do órgão de soberania jurídico competente pelo processo, salvo para lugares predeterminados nomeadamente para o local de trabalho ou estabelecimento de ensino, a todo o arguido a cumprir pena de liberdade sob caução ou a pena de liberdade condicional, durante todo o período de tempo de duração da pena aplicada.

2 – A proibição de ausência é comunicada à autoridade policial da área de residência do arguido ou condenado, à qual compete fiscalizar a plena execução da sentença.

3 – A proibição de o arguido se ausentar para o estrangeiro implica a entrega à guarda do tribunal do passaporte que possuir e a comunicação da proibição às autoridades competentes pela concessão ou renovação de passaporte e do controlo das fronteiras.

ARTIGO DÉCIMO – INTERDIÇÃO DE ESPAÇOS.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais, decretam a interdição e a frequência de certos espaços, lugares e locais envolvidos das próprias circunstâncias do facto praticado, pelo dobro do período de tempo da sentença aplicada, sempre que o acto crime tenha sido praticado num espaço específico, ou o mesmo espaço ou a sua frequência tenha contribuído ou influenciado decisivamente nas circunstâncias do facto praticado,

2 - Pode a interdição e frequência nos termos do número anterior se tornar definitiva sempre que se verifique a relação directa entre o facto praticado e os próprios espaços ou a sua frequência.

3 – O período de interdição e frequência de espaços contará a partir do primeiro dia em que o autor estiver privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

4 – A interdição e frequência de espaços, lugares e locais é comunicada à guarda real portuguesa, ao real instituto português envolto da supervisão do sector de actividade e aos proprietários ou responsáveis máximos pelos mesmos espaços referenciados, de modo e forma à plena execução da pena aplicada.

5 – A decisão de interdição e frequência pode compreender a obrigação de apresentação do condenado no órgão de soberania policial da sua área de residência em

dias de realização de eventos que com as circunstâncias do facto influenciaram na aplicação da pena de interdição e frequência de espaços.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE PERMANÊNCIA.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais, decretam a proibição de não permanecer ou não permanecer sem autorização, na área de uma determinada aldeia, vila ou cidade ou na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habitem, trabalhem ou estudem os ofendidos, os seus familiares ou outras pessoas sobre as quais possam ser cometidos novos crimes, pelo dobro do período de tempo da sentença aplicada, sempre que o acto crime tenha sido praticado numa área específica ou a mesma e a sua frequência tenha contribuído ou influenciado decisivamente nas circunstâncias do facto praticado ou possam vir a ter no futuro.

2 - Pode a proibição de permanência nos termos do número anterior se tornar definitiva sempre que se verifique a relação directa entre o facto praticado e as próprias áreas ou a sua frequência.

3 – O período de proibição de permanência em áreas contará a partir do primeiro dia em que o autor estiver privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

4 – A proibição de permanência em determinadas áreas é comunicada às autoridades policiais competentes pelas respectivas áreas de jurisdição, de modo e forma à plena execução da pena aplicada.

5 – A decisão de proibição de permanência de área pode compreender a obrigação de apresentação do condenado no órgão de soberania policial da sua área de residência em dias de realização de eventos ou da frequência dos ofendidos, seus familiares ou outras pessoas que com as circunstâncias do facto influenciaram na aplicação da pena de proibição de permanência em determinada área.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INTERDIÇÃO DE CONTACTO.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais, decretam a proibição de comunicar, acompanhar, alojar ou receber certos cidadãos que influenciaram nas próprias circunstâncias do facto praticado, pelo dobro do período de tempo da sentença aplicada, sempre que o acto crime tenha sido praticado com o comparticipação, consentimento ou convivência dos mesmos cidadãos, ou o contacto do arguido ou condenado com os mesmos cidadãos tenha contribuído ou influenciado decisivamente nas circunstâncias do facto praticado,

2 - Pode a proibição de comunicar, acompanhar, alojar ou receber certos cidadãos nos termos do número anterior se tornar definitiva sempre que se verifique a relação directa entre o facto praticado e os próprios cidadãos.

3 – O período de proibição de comunicar, acompanhar, alojar ou receber certos cidadãos contará a partir do primeiro dia em que o autor estiver privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

4 – A proibição de comunicar, acompanhar, alojar ou receber certos cidadãos é comunicada à guarda real portuguesa e aos próprios cidadãos cuja lei quer proibir o contacto, de modo e forma à plena execução da pena aplicada.

5 – A decisão de proibição de comunicar, acompanhar, alojar ou receber certos cidadãos pode compreender a obrigação de apresentação do arguido ou condenado no órgão de soberania policial da sua área de residência em dias de realização de eventos que com as circunstâncias do facto e os mesmos cidadãos influenciaram na aplicação da pena de proibição de comunicar, acompanhar, alojar ou receber certos cidadãos.

6 – A pena acessória de interdição de contacto com a vítima, pode incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho da mesma e o seu cumprimento pode ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais decretam a obrigação de apresentação periódica ou momentânea a autoridades jurídicas, policiais, de reinserção social e entidades de saúde, durante todo o período de tempo da sentença aplicada, a todos os arguidos a cumprir pena de liberdade sob caução, aos condenados a cumprir pena de liberdade condicional com regime de prova nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo quinto, do presente título e a todos os arguidos ou condenados a cumprir a pena de interdição de espaços nos termos do artigo 10º, do presente capítulo, a pena de proibição de permanência nos termos do artigo 11º, do presente capítulo e a pena de proibição de contactos nos termos do artigo anterior.

2 – A obrigação de apresentação periódica ou momentânea, tem presente as exigências profissionais do arguido e o local em que habita.

3 – A obrigação de apresentação é comunicada às autoridades policiais, de reinserção social e entidades de saúde, às quais compete decretar a obrigação de comparência do arguido ou do condenado de modo à plena execução da sentença.

4 – Sendo determinada apresentação periódica perante o tribunal, as apresentações são anotadas no processo.

5 – Sempre que for determinada apresentação perante outra entidade, o tribunal faz a esta a comunicação referida no número 3, devendo a entidade em causa informar o tribunal sobre a regularidade das apresentações e sempre que for o caso do não cumprimento por parte do condenado, com indicação dos motivos que forem do seu conhecimento.

6 – A sujeição do condenado a apresentação a entidade durante o período da sentença é executada mediante mandado emitido para o efeito pelo tribunal competente pela sentença.

7 – Os responsáveis pela entidade podem sugerir medidas que considerem adequadas ao êxito das apresentações.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRIVAÇÃO DE GESTÃO.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos competentes pelos processos, podem decretar sempre que os apoios, subsídios ou outros benefícios adquiridos pelo arguido a título pessoal ou familiar influenciem nas circunstâncias do facto praticado, a privação da gestão dos mesmos pelo dobro do período de tempo da sentença aplicada, devendo os mesmos ser confiados à respectiva entidade envolta do processo de atribuição.

2 – Pode a privação nos termos do número anterior se tornar definitiva sempre que se verificar a relação directa entre os apoios, subsídios ou outros benefícios e o acto crime praticado.

3 – O período de privação de gestão de apoios, subsídios ou outros benefícios adquiridos contará a partir do primeiro dia em que o autor estiver privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

4 – A privação de gestão é comunicada às próprias entidades responsáveis pelos benefícios atribuídos e ao órgão de soberania fiscal e social da área de residência do condenado, aos quais compete decretar a suspensão dos benefícios e zelar pela plena execução da sentença.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – INIBIÇÃO DO EXERCÍCIO DO PODER PATERNAL.

1 – Todo o cidadão que pelas circunstâncias do facto praticado forem reveladoras de uma conduta irresponsável, desajustada e inadequada dos progenitores face aos seus descendentes e a todo o seu processo de crescimento da personalidade, estabilidade emocional e assimilação dos valores sociais regentes da vida do reino de Portugal, ou face a outras crianças, adolescentes ou líderes, bem como forem reveladoras de perversidade e censurabilidade pode o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, sem prejuízo do disposto no artigo 13º, do capítulo quinto, do título segundo, da parte segunda do CÓDIGO PENAL, inibir o autor do direito, responsabilidade e exercício do poder paterno, da tutela ou da curatela por o período equivalente à pena aplicada.

2 – A inibição do exercício do poder paterno é comunicada às autoridades de reinserção social e aos órgão de soberania notarial e fiscal da área de residência do condenado, aos quais compete fiscalizar a inibição respectiva e zelar pela plena execução da sentença.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VIOLAÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS.

1 – A violação das penas acessórias decretadas pelos órgãos de soberania competentes pelos actos processuais, fazem o arguido ou condenado incorrer em crime de desobediência a ordem legítima de autoridade pública nos termos do artigo 2º, do capítulo segundo, do título quinto, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL.

CAPÍTULO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO, ATENUAÇÃO E AGRAVAÇÃO DA MEDIDA DA PENA.

ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA.

1 – A determinação de medida da pena dentro dos limites definidos na lei, é estabelecida em função da culpa do autor, da responsabilização da reparação ou minimização dos prejuízos e transtornos causados com o acto crime ou da privação do direito de viver em liberdade, nos casos de perdas humanas e da elementar exigência da consciencialização e prevenção dos actos crimes respectivos.

2 – Na determinação concreta da pena o órgão de soberania jurídico pelo processo atende a todas as circunstâncias que não fazendo parte do tipo de crime, depuserem a favor ou contra o autor, nomeadamente:

- a) O grau da ilicitude do facto, o modo de execução do mesmo, a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres, responsabilidades e compromissos impostos ao autor;
- b) A intensidade do dolo ou negligência;
- c) Os sentimentos manifestados no cometimento do acto crime e os fins ou motivos que o determinaram;
- d) As condições pessoais familiares, educativas, laborais, comunitárias e sociais do autor, bem como a sua relação com os órgãos de soberania da sua área de circunscrição geográfica;
- e) A conduta anterior ao acto crime praticado e posterior ao mesmo e a disponibilidade do autor no imediato momento do cometimento do acto crime para reparar ou minimizar as consequências do acto provocado.

f) A falta de preparação e responsabilidade inerentes a uma conduta integra, responsável e lícita, manifestada no acto crime, quando essa falta deva ser censurada através da aplicação da pena correspondente.

3 – Na sentença são expressamente referidos os fundamentos da medida de pena.

ARTIGO SEGUNDO – ATENUAÇÃO ESPECIAL DA PENA.

1 – O órgão de soberania jurídico competente pelo acto processual atenua especialmente a pena, para além dos casos expressamente previstos na lei, sempre que existam factos ou circunstâncias anteriores, contemporâneas ou posteriores ao acto crime, que diminuam por forma acentuada a ilicitude do facto, a culpa do autor ou a necessidade da pena a aplicar pelo acto crime praticado.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, são considerados entre outras as circunstâncias em que:

a) O autor tenha actuado sob influência directa de grave ameaça ou sob ascendente de pessoa individual ou colectiva de quem dependa ou a quem deva obediência;

b) Tenha sido a conduta do autor determinada por motivo honroso, por forte solicitação ou tentação da própria vítima ou por provocação injusta ou ofensa imerecida;

c) Com excepção da actuação por dolo, o autor tenha tentado contrariar os resultados negativos do acto crime, nomeadamente na tentativa sincera de reparação dos prejuízos e transtornos causados, até ao limite das suas capacidades e condição.

3 – Só pode ser tomada em conta uma vez a circunstância ou circunstâncias envoltas do acto crime, que correspondam à atenuação especialmente prevista na lei e à prevista no presente artigo.

4 – Em caso algum a atenuação especial da pena contempla as penas de multa.

5 – A pena especialmente atenuada que tiver sido em concreto fixada é passível de liberdade condicional nos termos gerais.

ARTIGO TERCEIRO – TERMOS DA ATENUAÇÃO ESPECIAL.

1 – A atenuação especial da pena obriga relativamente aos limites da pena aplicável a que a mesma seja reduzida para 1/3 da pena.

ARTIGO QUARTO – PRESSUPOSTOS DA REINCIDÊNCIA.

1 – É punido como reincidente quem por si só ou sob qualquer forma de comparticipação, cometer qualquer acto crime que deva ser punido com pena de prisão efectiva superior a 183 dias, tendo no período antecedente de dez anos sido condenado por outro acto crime de pena de prisão efectiva de mais de 183 dias ou tendo estado a cumprir pena durante o mesmo período, ou pena de liberdade condicional e sempre que ao autor for de censurar o facto por a condenação ou condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência contra o crime.

2 – As condenações proferidas por os órgãos de soberania jurídicos dos estados soberanos constituintes do império português e dos estados soberanos exteriores ao império português contam para a reincidência nos termos do número anterior, sempre que o facto constitua crime, segundo a lei portuguesa.

3 – O indulto e a amnistia não obstem à verificação da reincidência.

4 – O silêncio dos arguidos em acto processual de julgamento, implica a condenação imediata do arguido pelos actos crimes praticados, obrigando-se aos termos da reincidência e dos seus efeitos nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO QUINTO – EFEITOS DA REINCIDÊNCIA.

1 – Em caso de reincidência, a pena aplicável ao crime cometido é agravada para o triplo, permanecendo inalterados os demais parâmetros da sentença condenatória.

ARTIGO SEXTO – NORMAS DA PUNIÇÃO DO CONCURSO DE CRIMES.

1 – Sempre que um autor praticar vários crimes antes de transitar em julgado a condenação por qualquer deles, é condenado numa única pena cumulativa dos actos crimes praticados, obrigada aos termos da reincidência.

2 – Na medida da pena são considerados em conjunto os factos e a personalidade do autor.

3 – A pena aplicável observa a soma das penas concretamente aplicadas aos vários actos crimes cometidos, não existindo um limite de anos mínimos e máximos da pena a aplicar, mas a pena na sua plenitude.

4 – Se as penas aplicadas aos crimes em concurso forem de prisão e outras de multa, a diferente natureza das mesmas mantêm-se na pena única resultante da aplicação dos critérios estabelecidos nos números anteriores.

5 – As penas acessórias e as medidas de segurança são sempre aplicadas ao autor, ainda que previstas por uma só das leis aplicáveis.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO SUPERVENIENTE DO CONCURSO DE CRIMES.

1 – Se após uma condenação transitada em julgado se provar que o autor praticou anteriormente aquela condenação outro ou outros crimes, são aplicáveis as normas constantes do disposto no artigo anterior, sendo as penas inerentes aos actos crimes em falta, acrescentados na pena a cumprir pelo autor, até ao limite de anos que lhe for imputado pelos actos crime cometidos, obrigando-se aos termos da reincidência.

2 – O disposto no número anterior só é aplicável relativamente aos crimes cuja condenação transitou em julgado.

3 – As penas acessórias e as medidas de segurança aplicadas na sentença anterior mantêm-se, salvo quando se mostrarem desnecessárias, inadequadas ou insuficientes, tendo em vista a nova deliberação.

ARTIGO OITAVO – PUNIÇÃO DO CRIME CONTINUADO.

1 – O crime continuado é punível com a pena aplicável à conduta mais grave que integra a continuação e obriga-se aos termos da reincidência.

2 – Sempre que após uma condenação transitada em julgado, for confirmada uma conduta mais grave que integre a continuação, a pena que lhe corresponder, substitui a anterior.

ARTIGO NONO – MEDIDAS PROCESSUAIS DO DESCONTO.

1 – O período de detenção, de prisão preventiva e de liberdade condicional cumprido pelo arguido são descontados por inteiro no cumprimento da pena de prisão.

2 – As penas de multa não se obrigam a quaisquer desconto ou perdão, sendo um acto isolado.

ARTIGO DÉCIMO – DESCONTO DA PENA ANTERIOR.

1 – Se a pena imposta por decisão transitada em julgado for posteriormente substituída por outra, é descontado nesta a pena anterior, na medida em que já estiver cumprida.

2 – Sempre que a pena anterior e posterior forem de diferente natureza a sentença proferida posteriormente agregará a pena anterior.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MEDIDA PROCESSUAL OU PENA SOFRIDAS NO EXTERIOR.

1 – É descontado nos termos dos artigos 9º e 10º, do presente capítulo, qualquer medida processual ou pena que o autor tenha cumprido pelo mesmo ou mesmos factos nos estados soberanos constituintes do império português e nos estados soberanos externos ao império português.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – AGRAVAÇÃO DA PENA.

1 – Por agravação de pena, compreende-se os factos e as circunstâncias que nos termos do consignado na lei para cada um acto crime praticado, se considerem relevantes para a agravação de pena a aplicar aos autores.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PERVERSIDADE E CENSURABILIDADE.

1 – São susceptíveis de revelar especial censurabilidade ou perversidade nos actos crimes, entre os demais factos consignados nos termos do disposto em cada um acto crime, a circunstância em que o autor:

a) For familiar ou mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmos que sem coabitação efectiva, for adoptado ou adoptante da vítima;

b) Praticar o facto contra cidadão particularmente indefeso, em razão da sua idade, debilidade, doença ou gravidez, ou empresa ou instituição debilitada e vulnerável na sua autoridade, autonomia e autodeterminação;

c) For determinado por malícia, leviandade e por avidez, pelo prazer de praticar o acto crime e causar humilhação, prejuízo ou privação;

d) For determinado por instintos de desrespeito, intolerância e incompreensão legislativa, religiosa, de cor, origem étnica ou nacional, sexo ou orientação sexual da vítima;

e) Tiver em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, bem como facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do autor de um crime;

f) Praticar o facto em conjunto com outros cidadãos ou utilizar meios ou método particularmente perigoso, que se possa traduzir na prática de um crime de perigo comum;

g) Utilizar bebidas, plantas filantrópicas, estupefacientes, substâncias medicinais ou outro qualquer produto para destabilizar a integridade da vítima;

h) Praticar o facto contra elementos e bens materiais dos órgãos de soberania, presidentes, ministros e bastonários e bens materiais de empresas e institutos, públicos ou privados, profissional no exercício das suas funções, iminências religiosas e bens patrimoniais de veneração e culto religioso, bem como contra responsáveis comunitários nas diversas áreas e bens materiais patrimoniais comunitários, públicos e privados;

i) Explorar situação de acidente, calamidade pública ou de perigo comum;

j) Actue sobre bem material, fechado e guardado em gaveta, cofre ou outro receptáculo equipado com fechadura ou outro dispositivo destinado à sua conservação, protecção e segurança;

l) Introduzir-se ilegitimamente em infra-estrutura alheia ou aí permanecer escondido com a intenção de praticar o acto;

m) Usurpar de título, uniforme ou insígnia de entidade, pública ou privada, ou alegar falsa ordem de autoridade pública;

n) Fizer da prática de crimes o seu modo de vida;

o) Deixar a vítima em situação de apuros ou perigo, ou em difícil situação económica;

p) For funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade;

q) Praticar o acto crime contra o planeta em área de reserva natural protegida nos termos da lei; ou

r) Praticar o acto crime num espaço ou momento de especial censurabilidade social.

CAPÍTULO OITAVO – PESSOAS COLECTIVAS.

ARTIGO PRIMEIRO – PENAS APLICADAS ÀS PESSOAS COLECTIVAS.

1 – Pelos crimes perpetrados no desempenho do exercício profissional por titulares de cargos, funcionários ou agentes de pessoas colectivas ou entidades equiparadas, ao serviço da respectiva entidade respondem em pena de multa os accionistas, administradores e sócios gerentes, sem prejuízo do respectivo processo-crime instaurado ao autor ou autores morais do acto crime.

2 – Pelos mesmos crimes podem ser aplicadas às pessoas colectivas ou entidades equiparadas as seguintes penas acessórias:

a) Vigilância judiciária;

b) Injunção judiciária;

c) Interdição do exercício de actividade;

d) Proibição de celebrar certos contratos ou contratos com determinadas entidades;

e) Privação do direito a subsídios, subvenções ou incentivos estatais concedidos ao sector de actividade em exercício;

f) Encerramento do estabelecimento e consequente dissolução;

g) Publicidade da decisão condenatória.

ARTIGO SEGUNDO – PENA DE MULTA.

1 – Os limites mínimos e máximos da pena de multa aplicada às pessoas colectivas ou entidades equiparadas são determinadas tendo como referência a pena de prisão prevista para as pessoas singulares.

2 – Cada dia de prisão previsto corresponde para as pessoas colectivas ou entidades equiparadas a um dia de multa, nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo segundo, do presente título.

ARTIGO TERCEIRO – ADMOESTAÇÃO.

1 – Sem prejuízo da pena de multa a aplicar à pessoa colectiva ou entidade equiparada pelos actos crimes praticados pelos seus titulares de cargos, funcionários e agentes no exercício da sua actividade económica, pode o órgão de soberania jurídico

competente pelo processo sempre que entenda exigido proferir uma admoestação, aplicando o disposto no artigo 10º, do capítulo segundo, do presente título.

ARTIGO QUARTO – VIGILÂNCIA JUDICIÁRIA.

1 – Sempre que o órgão de soberania competente pelo processo entender ser necessário, preciso e exigido ao controlo da prevenção dos actos crimes cometidos pela entidade no exercício da sua actividade económica no tempo futuro, poderá nomear um representante judicial.

2 – O representante judicial é um quadro técnico da arte bastonária de supervisionamento, fiscalização e controlo das irregularidades e violações à lei que determinaram a condenação, sendo os seus encargos mensais suportados pela respectiva entidade.

3 – A pena de vigilância judiciária é decretada pelo período de tempo que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entender ser o necessário, preciso e exigido à prevenção do cometimento de novos actos crime.

4 – Em caso algum o representante judicial tem poderes de gestão ou direcção da pessoa colectiva ou entidade equiparada.

5 – O representante judicial informa o órgão de soberania jurídico competente pelo processo da evolução da actividade da pessoa colectiva ou entidade equiparada, trimestralmente e sempre que exigido por preparação, tentativa ou execução de novo acto crime, relevando o modo de actuação da entidade face à prevenção dos mesmos ou de outros actos crime futuros.

5 – O período de vigilância judiciária contará a partir do primeiro dia em que o representante judicial iniciar o exercício da respectiva competência.

6 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sentencie que uma pessoa colectiva ou entidade equiparada fique obrigado a vigilância judiciária, comunica a condenação ao sector ministerial que observará a todos os sectores de actividade envoltos do sector ministerial, bem como aos órgãos de soberania notariais, sociais, fiscais e policiais para que procedam à fiscalização da vigilância judiciária respectiva por parte do autor.

7 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do sector de actividade, das normas processuais envoltas do exercício da respectiva actividade ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolta da própria nomeação do representante judicial, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de vigilância judiciária.

8 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, revoga a pena de vigilância judiciária e ordena o cumprimento da pena de dissolução nos termos do artigo 10º, do presente capítulo, sempre que a pessoa colectiva ou entidade equiparada cometer novo acto crime pelo qual venha a ser condenada e revelar que as finalidades da pena de vigilância judiciária não puderam por meio delas ser alcançadas.

ARTIGO QUINTO – INJUNÇÃO JUDICIÁRIA.

1 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo pode ordenar à pessoa colectiva ou entidade equiparada que adopte determinadas providências ou procedimento orgânico, designadamente os que forem exigidos ao cessar a actividade ilícita ou evitar as suas consequências.

2 – O órgão de soberania jurídico determina o período de tempo em que a injunção deve ser cumprida a partir do trânsito em julgado da sentença.

3 – O período de injunção judiciária contará a partir do momento em que for proferida a sentença condenatória que obrigue a pessoa colectiva ou entidade equiparada a adoptar as respectivas providências ou procedimento orgânico.

4 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sentencie que uma pessoa colectiva ou entidade equiparada fique obrigado a injunção judiciária, comunica a condenação ao sector ministerial que observará a todos os sectores de actividade envoltos do sector ministerial, bem como aos órgãos de soberania notariais, sociais, fiscais e policiais para que procedam à fiscalização da injunção judiciária respectiva por parte do autor.

5 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do sector de actividade, das normas processuais envoltas do exercício da respectiva actividade ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolta da própria atribuição da pena da injunção judiciária, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de injunção judiciária.

6 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, revoga a pena de injunção judiciária e ordena a pena de dissolução nos termos do artigo 10º, do presente capítulo, sempre que a pessoa colectiva ou entidade equiparada não adoptar nos prazos devidos as providências ou procedimentos orgânicos determinados e revelar que as finalidades da pena de injunção judiciária não puderam por meio delas ser alcançadas.

ARTIGO SEXTO – PROIBIÇÃO DE CELEBRAR CONTRATOS.

1 – O órgão de soberania competente pelo processo pode impor a pena de proibição de celebrar certos contratos ou contratos com determinados cidadãos ou entidades às pessoas colectivas ou entidades equiparadas.

2 – A pena de celebrar contratos é aplicável pelo período de tempo que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entender ser o correcto e o exigido à acção de prevenção do acto crime.

3 – A proibição de celebrar contratos contará a partir do momento em que for proferida a sentença condenatória que obrigue a pessoa colectiva ou entidade equiparada a cessar a celebração dos respectivos contratos.

4 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sentencie que uma pessoa colectiva ou entidade equiparada fique obrigado à proibição de certos contratos, comunica a condenação ao sector ministerial que observará a todos os sectores de actividade envoltos do sector ministerial, bem como aos órgãos de soberania notariais, sociais, fiscais e policiais para que procedam à fiscalização da proibição respectiva por parte do autor.

5 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do sector de actividade, das normas processuais envoltas do exercício da respectiva actividade ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolta da própria atribuição da pena de proibição de celebrar contratos, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de proibição de celebrar contratos.

6 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, revoga a pena de celebrar contratos e ordena a pena de dissolução nos termos do artigo 10º, do presente capítulo, sempre que a pessoa colectiva ou entidade equiparada violar a proibição nos prazos devidos e revelar que as finalidades da pena de proibição de celebrar contratos não puderam por meio delas ser alcançadas.

ARTIGO SÉTIMO – PRIVAÇÃO DO DIREITO A SUBSÍDIOS, SUBVENÇÕES E INCENTIVOS.

1 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, pode determinar a privação do direito de subsídios, subvenções ou incentivos outorgados pelo estado ou por entidades privadas, às pessoas colectivas ou entidades equiparadas.

2 – A pena de privação do direito a subsídios, subvenções e incentivos é aplicável pelo período de tempo que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entender ser o correcto e o exigido à acção de prevenção do acto crime.

3 – A privação do direito a subsídios, subvenções e incentivos contará a partir do momento em que for proferida a sentença condenatória que obrigue a pessoa colectiva ou entidade equiparada a privar-se do direito ao respectivo subsídio, subvenção ou incentivos.

4 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sentencie que uma pessoa colectiva ou entidade equiparada fique obrigado à privação do direito a subsídios, subvenções e incentivos, comunica a condenação ao sector ministerial que observará a todos os sectores de actividade envolvidos do sector ministerial, bem como às próprias entidades concessionárias desses mesmos subsídios, subvenções e incentivos para que procedam à execução da privação respectiva por parte do autor.

5 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do sector de actividade, das normas processuais envolvidas do exercício da respectiva actividade ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolta da própria atribuição da pena de privação do direito de subsídios, subvenções e incentivos, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de privação do direito de subsídios, subvenções e incentivos.

6 – As entidades outorgantes dos subsídios, subvenções e incentivos que violarem o disposto neste artigo lei e que concederem os mesmos ou quaisquer outros subsídios, subvenções ou incentivos à respectiva pessoa colectiva ou entidade equiparada, serão responsabilizados criminalmente, respondendo o seu autor ou autores por o crime de desobediência a ordem legítima de autoridade pública, nos termos do artigo 2º, do capítulo 2º, do título quinto, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL.

ARTIGO OITAVO – INTERDIÇÃO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE, PRODUTO OU SERVIÇO PRESTADO.

1 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo pode determinar a interdição do exercício de actividade, produto ou serviço prestado à pessoa colectiva ou entidade equiparada.

2 – A pena de interdição do exercício de actividade é aplicável pelo período de tempo que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entender ser o correcto e o exigido à acção de prevenção do acto crime, no prazo mínimo de 1 ano civil, contado a partir do trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo de ser imputada medida de interdição decretada pelo mesmo facto a título provisório.

3 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, revoga a pena de interdição do exercício de actividade, produto ou serviço prestado e ordena a pena de dissolução nos termos do artigo 10º, do presente capítulo, sempre que a pessoa colectiva ou entidade equiparada violar a interdição do exercício de actividade, produto ou serviço prestado executando quaisquer tipos de acções nos prazos devidos e revelar que as finalidades da pena de interdição do exercício de actividade, produto ou serviço prestado não puderam por meio delas ser alcançadas.

4 – O período de proibição da interdição do exercício da actividade, produto ou serviço prestado contará a partir do momento em que for proferida a sentença condenatória que obrigue pessoa colectiva ou entidade equiparada a suspender o exercício da respectiva actividade, produto ou serviço prestado.

5 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sentencie que uma pessoa colectiva ou entidade equiparada fique interdito do exercício de actividade, produto ou serviço prestado, comunica a condenação ao sector ministerial que observará a todos os sectores de actividade envolvidos do sector ministerial, bem como aos órgãos de soberania notariais, sociais, fiscais e policiais para que procedam à respectiva fiscalização da interdição respectiva por parte do autor.

6 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do sector de actividade, das normas processuais envolvidas do exercício da respectiva actividade ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolta da própria atribuição da pena de interdição do exercício de actividade, produto ou serviço prestado, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de interdição do exercício de funções, produto ou serviço prestado.

7 – O tribunal decreta a apreensão, pelo tempo que durar a interdição, dos documentos que titulem a actividade, produto ou serviço prestado.

ARTIGO NONO – ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO.

1 - O órgão de soberania jurídico competente pelo processo pode determinar o encerramento do estabelecimento do exercício de actividade à pessoa colectiva ou entidade equiparada.

2 – A pena de encerramento do estabelecimento do exercício de actividade é aplicável pelo período de tempo que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entender ser o correcto e o exigido à acção de prevenção do acto crime, no prazo mínimo de 1 ano civil.

3 – Poderá o órgão de soberania competente pelo processo, tendo presente as circunstâncias do acto crime praticado e a possibilidade de o mesmo se poder repetir, decretar pelo encerramento definitivo do estabelecimento do exercício de actividade, sempre que se verifiquem que os requisitos inerentes ao crime praticado permaneçam validos no exercício da sua actividade futura.

4 – O encerramento do estabelecimento contará a partir do momento em que for proferida a sentença condenatória que obrigue a pessoa colectiva ou entidade equiparada a encerrar o respectivo estabelecimento de actividade.

5 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sentencie que uma pessoa colectiva ou entidade equiparada fique obrigado a encerrar o estabelecimento da actividade, comunica a condenação ao sector ministerial que observará a todos os sectores de actividade envolvidos do sector ministerial, bem como aos órgãos de soberania notariais, sociais, fiscais e policiais para que procedam à respectiva fiscalização do encerramento respectivo por parte do autor.

6 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do sector de actividade, das normas processuais envolvidas do exercício da respectiva actividade ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolta da própria atribuição da pena de encerramento de estabelecimento do exercício de actividade, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de encerramento de estabelecimento do exercício de actividade e reabilitar os anteriores corpos administrativos ao reinício de actividade, segundo as circunstâncias actuais adequadas à prevenção do respectivo acto crime.

7 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, revoga a pena de encerramento de estabelecimento do exercício de actividade e ordena a pena de dissolução nos termos do artigo seguinte, sempre que a pessoa colectiva ou entidade equiparada violar o encerramento do estabelecimento do exercício de actividade, executando quaisquer tipos de actividades nos prazos devidos e revelar que as finalidades da pena de encerramento de estabelecimento do exercício de actividade não puderam por meio delas ser alcançadas.

8 – Não obsta à aplicação da pena de encerramento a transmissão do estabelecimento de exercício de actividade ou a cedência de direitos de qualquer natureza, relacionados com o exercício de actividade, efectuados após proferida a sentença condenatória.

9 – Tendo presente o agregar dos desempregados às reais forças armadas portuguesa, nos termos do artigo 15º, do capítulo terceiro, do título segundo, da matéria segunda, da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, o encerramento do estabelecimento constitui justa causa para o despedimento dos funcionários e para a suspensão das respectivas remunerações.

ARTIGO DÉCIMO – PENA DE DISSOLUÇÃO.

1 – A pena de dissolução é decretada pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo:

a) Sempre que a pessoa colectiva ou entidade equiparada tiver sido constituída com a intenção exclusiva ou predominante de praticar os respectivos actos crimes;

b) Quando a prática reiterada de crimes revelar que a pessoa colectiva ou entidade equiparada está a ser utilizada exclusiva ou predominantemente para esse efeito, por quem na mesma ocupa uma posição de liderança;

c) Sempre que revogada a pena de vigilância judiciária, nos termos do artigo 4º, do presente capítulo;

d) Sempre que revogada a pena de injunção judiciária, nos termos do artigo 5º, do presente capítulo;

e) Sempre que revogada a pena de proibição de celebrar contratos, nos termos do artigo 6º, do presente capítulo.

f) Sempre que revogada a pena de interdição do exercício de actividade, produto ou serviço prestado, nos termos do artigo 8º, do presente capítulo;

g) Sempre que revogada a pena de encerramento de estabelecimento, nos termos do artigo anterior.

2 – A pena de dissolução contará a partir do momento em que for proferida a sentença condenatória que obrigue pessoa colectiva ou entidade equiparada a dissolver o exercício da sua actividade económica.

5 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo sentencie que uma pessoa colectiva ou entidade equiparada fique obrigado à dissolução da actividade económica, comunica a condenação ao sector ministerial que observará a todos os sectores de actividade envolvidos do sector ministerial, bem como aos órgãos de soberania notariais, sociais, fiscais e policiais para que procedam à respectiva fiscalização do encerramento respectivo por parte do autor.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PUBLICIDADE DA DECISÃO CONDENATÓRIA.

1 – A decisão condenatória de pessoa colectiva ou entidade equiparada é obrigatoriamente publicada, divulgada e difundida nos meios de comunicação social da

sua área de residência, bem como através de afixação de edital, por um período não inferior a 30 dias no próprio estabelecimento ou local do exercício da actividade, de modo e forma à sua visibilidade ao público.

2 – A publicidade da decisão condenatória é realizada por extracto, do qual consta os elementos da infracção, as sanções aplicadas e a identificação da pessoa colectiva ou entidade equiparada condenada e dos seus titulares administrativos, bem como as demais pessoas singulares ou colectivas envolvidas do acto crime praticado.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VIOLAÇÃO DAS PENAS APLICADAS ÀS PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS.

1 – A violação das penas aplicadas pelos órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais às pessoas colectivas e entidades equiparadas, sem prejuízo do disposto nos termos de revogação das mesmas e da aplicação da pena de dissolução nos termos do artigo 10º, do presente capítulo, obrigam os representantes legais das mesmas entidades a incorrer em crime de desobediência a ordem legítima de autoridade nos termos do artigo 2º, do capítulo segundo, do título quinto, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL.

CAPÍTULO NONO – MEDIDAS DE SEGURANÇA PRIVATIVAS DA LIBERDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – INTERNAMENTO EM ESTABELECIMENTO DE CORRECÇÃO, CURA, TRATAMENTO OU SEGURANÇA.

1 – Todo o cidadão que tendo praticado um facto ilícito típico for considerado inimputável nos termos do artigo 10º e 11º, do capítulo primeiro, do título segundo, pode nos termos da lei, ser mandado internar em estabelecimento de correcção, cura, tratamento ou segurança, sempre que em virtude do facto praticado, existirem fundados receios que os mesmos factos ou outros factos venham pelo arguido a ser praticados, bem como compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo acto processual substituir a pena de prisão por pena de internamento sempre que a condenada à data da sentença proferida estiver grávida ou sempre que o condenado apresentar deficiência grave que seja incompatível com a privação da liberdade em estabelecimento prisional.

2 – O prazo do internamento em estabelecimento de correcção, cura, tratamento ou segurança, perdurará pelo período de tempo correspondente à pena a aplicar pelo acto crime perpetrado ou ao período de gravidez e da recuperação pós parto, obrigando-se à liberdade condicional nos termos do disposto no capítulo quinto, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – CESSAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO INTERNAMENTO.

1 – O internamento cessa sem prejuízo da obrigação aos termos da liberdade condicional sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo verificar que cessou o estado de perigosidade criminal que lhe deu origem.

2 – Se ao facto praticado pelo inimputável corresponder crime punível com pena igual ou superior a 3 anos e o perigo de novos factos da mesma espécie ou de quaisquer outras for de tal ordem grave que desaconselhe à concessão de liberdade condicional ou à sua libertação, o internamento pode ser prorrogado por períodos sucessivos de 3 anos, até se verificar o disposto no número 1.

ARTIGO TERCEIRO – REVISÃO DA SITUAÇÃO DO INTERNADO.

1 – Sempre que for invocada a existência de causa justificativa de cessação do internamento, o órgão de soberania competente pelo processo apreciará a questão antes de ser exercida qualquer deliberação sobre o respectivo processo e o seu autor.

2 – A apreciação independentemente do requerimento é obrigatória anualmente sobre o início do internamento ou sobre a decisão que o tiver mantido.

3 – Fica ressalvado em qualquer caso, o prazo mínimo de internamento fixado no número 2 do artigo 1º, do presente capítulo.

ARTIGO QUARTO – LIBERDADE CONDICIONAL DE INIMPUTÁVEL COM REGIME DE PROVA.

1 – Sempre que após o período mínimo de pena de internamento efectivo e se da revisão da situação do internado referida no artigo anterior, resultarem razões para acreditar, crer e esperar que o remanescente da pena por cumprir possa decorrer em meio aberto, o órgão de soberania competente pelo processo reabilita o cidadão internado para cumprir o respectivo período em liberdade condicional com regime de prova nos termos do artigo 4º, do capítulo quinto, do presente título.

2 – O período de liberdade condicional com regime de prova é fixado tendo presente o remanescente da pena por cumprir pelo acto crime sentenciado, nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo quinto, do presente título.

3 – É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 9º, do presente capítulo.

4 – Sempre que não existirem motivos que conduzam à revogação da liberdade condicional com regime de prova, findo o período de tempo respectivo e sem se encontrar pendente quaisquer processo ou incidente que possa conduzir à revogação, a medida é declarada extinta.

ARTIGO QUINTO – REVOGAÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL DE INIMPUTÁVEL COM REGIME DE PROVA.

1 – A liberdade condicional de inimputável com regime de prova para além do disposto no artigo 7º, do capítulo quinto, do presente título, é revogada sempre que o comportamento do autor revelar que o internamento é indispensável.

2 – A revogação da liberdade condicional com regime de prova determina o reinternamento do autor, sendo correspondentemente aplicável o disposto no artigo 2º, do presente capítulo.

ARTIGO SEXTO – REEXAME DA MEDIDA DE INTERNAMENTO.

1 – Não pode ter início a execução da medida de segurança de internamento, sem que seja apreciada a subsistência dos pressupostos que fundaram a sua aplicação.

2 – Compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo confirmar, revogar ou extinguir a medida decretada.

ARTIGO SÉTIMO – INIMPUTÁVEIS EXTERIORES AO IMPÉRIO PORTUGUÊS.

1 – Sem prejuízo do disposto em tratado ou convenção ratificada por Portugal, todo o cidadão exterior ao reino de Portugal que cometer um acto crime e for considerado inimputável, será julgado e sentenciado nos termos da lei portuguesa, obrigando-se ao cumprimento da pena em espaço territorial português, sendo após o termo da pena extraditado para o seu estado soberano de origem nos termos da lei.

ARTIGO OITAVO – PRESSUPOSTOS E REGIME DE EXECUÇÃO DE INTERNAMENTO.

1 – Em caso algum o órgão de soberania jurídico competente pelo processo ordenará que a pena de internamento declarada na sentença possa ser substituída na sua execução.

ARTIGO NONO – NORMAS DE CONDUTA E REINserÇÃO SOCIAL DE INIMPUTÁVEIS.

1 – A decisão da obrigação de normas de condutas e do plano de reinserção social a inimputáveis necessárias, precisas e exigidas à prevenção da perigosidade do autor, implica:

a) O dever de se submeter e sujeitar a tratamento e regime de cura ambulatoriais apropriados e de se prestar a exames e observações nos estabelecimentos que lhe forem indicados.

b) A vigilância tutelar dos serviços de reinserção social, nos termos do artigo 5º, do capítulo quinto, do título terceiro.

ARTIGO DÉCIMO – REGIME DE EXECUÇÃO DE PENA E DE MEDIDA DE SEGURANÇA PRIVATIVAS DA LIBERDADE.

1 – A medida de internamento é executada sempre que se declare o autor inimputável em virtude da idade ou de perturbação psíquica, sendo nos demais casos imposta a pena de prisão efectiva.

2 – Quer a sentença proferida pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo seja pela pena de internamento ou pela pena de prisão efectiva, a mesma obriga aos termos do capítulo quinto, do presente título e do presente capítulo e sempre que a libertação se revelar compatível e exequível com a defesa da paz, ordem e harmonia social.

3 – Sempre que a liberdade condicional com regime de prova for revogada, nos termos do artigo 7º, do capítulo quinto, do presente título ou do artigo 5º do presente capítulo, o órgão de soberania jurídico competente pelo processo decreta pelo internamento ou pela prisão efectiva do condenado pelo mesmo período de tempo.

4 – Sempre que a inimputabilidade for concedida em função da idade nos termos do artigo 10º, do capítulo primeiro, do título segundo e sempre que a sentença ultrapassar os 21 anos de idade do autor, compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo a transferência do inimputável do estabelecimento de internamento para as reais prisões portuguesas, de modo e forma ao cumprimento do remanescente da sentença.

CAPÍTULO DÉCIMO – MEDIDAS DE SEGURANÇA NÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – INTERDIÇÃO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADES, PRODUTO OU PROCEDIMENTO ORGÂNICO POR PESSOA SINGULAR.

1 – Todo o cidadão condenado por crime cometido com grave abuso de profissão no exercício da sua actividade económica, humana ou cultural que exerça ou com grosseira violação dos deveres, responsabilidades e compromissos à mesma inerente, mesmo que considerado inimputável, é interdito do exercício da respectiva actividade, produto ou procedimento orgânico em face do facto praticado e da

personalidade do autor, sempre que existirem fundados receios de que possa vir a praticar os mesmos ou outros actos crimes.

2 – A pena de interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico por pessoa individual é aplicável pelo período de tempo que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entender ser o correcto e o exigido à acção de prevenção do acto crime, no prazo mínimo de 1 ano civil, contado a partir do trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo de ser imputada medida de interdição decretada pelo mesmo facto a título provisório.

3 – O período de interdição do exercício de actividade é fixado tendo presente as circunstâncias do acto crime e a sua presença no exercício da actividade futura do autor, podendo ditar pela interdição ou proibição de actividade, produto ou procedimento orgânico.

4 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do sector de actividade, das normas processuais envolvidas do exercício da respectiva actividade ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolta da própria atribuição da pena de interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico.

5 – A pena de interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico prevalecerá no mínimo pelo dobro do tempo da sentença aplicada no qual o autor esteja privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança, sendo reexaminada a situação que fundamentou a aplicação da pena no período de 183 dias para o final da pena aplicada pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, confirmando-a ou revogando-a.

6 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, revoga a pena de interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico e ordena a pena de dissolução da respectiva actividade, sempre que a pessoa individual violar a interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico executando quaisquer tipos de acções nos prazos devidos e revelar que as finalidades da pena de interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico não puderam por meio delas ser alcançadas.

7 – O órgão de soberania jurídico competente pelo acto processual, para além de revogar ou suspender os alvarás, licenças e autorizações concedidos para o exercício da respectiva actividade, por tempo determinado ou em definitivo, pode também aplicar com a alteração do texto de pessoas colectivas ou entidades equiparadas para pessoa singular, o disposto nos artigos 4º ao 11º, do capítulo oitavo, do presente título.

8 – A interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico é comunicada às autoridades competentes de supervisão, fiscalização e controlo do sector de actividade económico, bem como às autoridades administrativas fiscais, sociais e notariais, a quem compete decretar a interdição respectiva e zelar pela plena execução da sentença.

ARTIGO SEGUNDO – PROIBIÇÃO DE COMPRA DE PRODUTO OU SERVIÇO PRESTADO.

1 – Todo o cidadão condenado por crime cometido sob influência de certos produtos ou sob ascendente de um serviço prestado, mesmo que considerado inimputável, é proibido da sua compra ou usufruto em face do facto praticado e da personalidade do autor, sempre que existirem fundados receios de que possa vir a

praticar os mesmos ou outros actos crimes sob a influência dos mesmos produtos ou serviços prestados.

2 – A pena de proibição de compra de produto ou serviço prestado é aplicável sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entender ser o correcto e o exigido à acção de prevenção do acto crime, no prazo mínimo de 1 ano civil, contado a partir do trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo de ser imputada medida de proibição decretada pelo mesmo facto a título provisório.

3 – O período de proibição de compra de produto ou serviço prestado é fixado tendo presente as circunstâncias do acto crime e a sua presença na sociabilidade futura do autor, podendo ditar pela proibição em definitivo de compra de produto ou serviço prestado sempre que se verifique a responsabilidade directa do produto ou do serviço prestado nas circunstâncias do facto praticado.

4 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do mercado de consumo e pela qualificação dos serviços prestados, das normas processuais envolvidas do consumo, uso e utilização dos respectivos produtos ou serviços prestados ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolva da própria atribuição da pena de proibição de compra de produtos ou serviços prestados, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de proibição de compra de produto ou serviço prestado.

5 – A pena de proibição de compra de produto ou serviço prestado prevalecerá no mínimo pelo dobro do tempo da sentença aplicada no qual o autor esteja privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança, sendo reexaminada a situação que fundamentou a aplicação da pena no período de 183 dias para o final da pena aplicada pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, confirmando-a ou revogando-a.

6 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, revoga a pena de proibição de compra de produto ou serviço prestado, sempre que a pessoa individual violar a proibição de compra de produto ou serviço prestado, executando quaisquer tipos de acções nos prazos devidos e revelar que as finalidades da pena de proibição de compra de produto ou serviço prestado não puderam por meio delas ser alcançadas.

7 – A revogação nos termos do número anterior decretadas pelos órgãos de soberania jurídicos competentes pelos actos processuais, fazem o arguido ou condenado incorrer em crime de desobediência a ordem legítima de autoridade nos termos do artigo 2º, do capítulo segundo, do título quinto, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL.

8 – A proibição de compra de produto ou serviço prestado é comunicado às autoridades competentes de supervisão, fiscalização e controlo do sector de actividade económico, a quem compete decretar a proibição e zelar pela plena execução da sentença.

ARTIGO TERCEIRO – CASSAÇÃO DO TÍTULO E INTERDIÇÃO DE CONCESSÃO DO TÍTULO DE CONDUÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE COM MOTOR.

1 – Sempre que em caso de condenação por crime praticado na condução de meio de transporte com motor, com o mesmo relacionado ou com grosseira violação dos deveres, responsabilidades e compromissos que a cada um condutor lhe está incumbido, o órgão de soberania jurídico competente pelo processo decreta a cassação do título de condução, quando em face do facto praticado e da personalidade do autor:

a) Existir fundado receio que outros factos da mesma espécie possam vir a ser praticados; ou

b) Dever o mesmo autor ser considerado inapto para a condução de meio de transporte com motor.

2 – É susceptível de constituir e revelar a inaptidão referida na alínea b) do número anterior a prática de factos que integrem os crimes, nomeadamente de:

a) Omissão de auxílio, nos termos do artigo 1º, do capítulo oitavo, do título segundo, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL, se for previsível que dele pudesse resultar graves danos para a vida, o corpo ou a saúde de algum cidadão;

b) Condução perigosa de cariz desportivo, nos termos do artigo 4º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL;

c) Condução de meio de transporte sob efeito de álcool, estupefacientes, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, medicamentos ou produtos com efeito análogo, nos termos do artigo 5º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL;

d) Condução perigosa de meio de transporte, nos termos do artigo 6º, do capítulo sexto, do título terceiro, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL;

e) Facto ilícito típico cometido em estado de embriaguez nos termos do artigo 17º, do capítulo sétimo, do título terceiro, da parte segunda, do CÓDIGO PENAL.

3 – Sempre que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo decretar a cassação do título, determina que ao autor não possa ser concedido novo título de condução de meio de transporte com motor de qualquer classe ou categoria, durante o período de tempo da cassação. É correspondentemente aplicável o disposto nos números 3, 4, 5 e 6 do artigo 5º, do capítulo sexto, do presente título.

4 – Se o autor relativamente aos quais se verificarem os pressupostos dos números 1 e 2 do presente artigo não for portador de título de condução, compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo decretar a interdição de concessão do título, nos termos do número anterior, sendo a sentença comunicada à direcção geral do meio de transporte respectivo. É correspondentemente aplicável o disposto no número 6 do artigo 5º, do capítulo sexto, do presente título.

5 – A cassação do título e a interdição da concessão do título de condução de meio de transporte é aplicável pelo período de tempo que o órgão de soberania jurídico competente pelo processo entender ser o correcto e o exigido à acção de prevenção do acto crime, no prazo mínimo de 1 ano civil, contado a partir do trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo de ser imputada medida de interdição decretada pelo mesmo facto a título provisório.

6 – O período de cassação do título e da interdição de concessão do título de condução de meio de transporte é fixado tendo presente as circunstâncias do acto crime e a sua presença no exercício da actividade futura do autor, podendo ditar pela interdição ou proibição de condução ou de concessão do título de condução de meio de transporte.

7 – Sempre que pelas circunstâncias da evolução do meio de transporte, das normas processuais envolvidas do respectivo meio de transporte ou de quaisquer outros factos que com a circunstância envolta da própria cassação do título ou da interdição de concessão do título de condução de meio de transporte, influencie decisivamente na eliminação do risco de crime, poderá o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar extinta a pena de cassação do título ou a pena de interdição da concessão de título de condução de meio de transporte.

8 – A pena de cassação do título e a pena de concessão de título de condução de meio de transporte com motor, prevalecerá no mínimo pelo dobro do tempo da sentença

aplicada no qual o autor esteja privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança, sendo reexaminada a situação que fundamentou a aplicação da pena no período de 183 dias para o final da pena aplicada pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, confirmando-a ou revogando-a.

9 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo, revoga a pena de cassação de título ou a pena de concessão de título de condução de meio de transporte com motor e ordena a pena de proibição vitalícia de condução e de concessão do título de condução de qualquer meio de transporte com motor, sempre que a pessoa individual violar a interdição de condução ou de concessão do título de condução imposta, executando quaisquer tipos de acções nos prazos devidos e revelar que as finalidades da pena de interdição de condução e da pena de concessão do título de condução de meio de transporte com motor não puderam por meio delas ser alcançadas.

10 – Sempre que seja decretada a pena de cassação do título de condução de meio de transporte com motor, a obtenção de novo título quando possível, obriga a exame especial de condução do meio de transporte correspondente.

ARTIGO QUARTO – APLICAÇÃO DE NORMAS DE CONDUTA.

1 – Sempre que verificados os pressupostos da reincidência previstos no artigo 4º, do capítulo sétimo, do presente título ou de a sua ausência se dever à falta de imputabilidade, o órgão de soberania jurídico compete pelo processo, pode impor ao autor o cumprimento de normas de conduta nos termos do artigo 3º, do capítulo quinto, do presente título, sempre que as mesmas se revelarem adequadas a evitar a prática de outros factos ilícitos típicos da mesma espécie.

2 – É correspondentemente aplicável o dever de ressarcir nos termos do artigo 2º, do capítulo quinto, do presente título, os números 2 ao 6 do artigo 1º e do artigo 2º, do presente capítulo, os números 5 ao 9 do artigo anterior e o disposto nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO QUINTO – EXTINÇÃO DAS MEDIDAS.

1 – A pena é declarada extinta se decorrido o período da medida da interdição do exercício de actividade, produto ou procedimento orgânico nos termos do artigo 1º do presente capítulo, da pena de proibição de compra de produto ou serviço prestado nos termos do artigo 2º ou da cassação de título ou de interdição de concessão de título de condução de meio de transporte com motor, nos termos do artigo 3º do presente capítulo, não existirem motivos que possam conduzir à sua revogação.

2 – Se findo o período da interdição do exercício da actividade, produto ou procedimento orgânico, da proibição de produto ou serviço prestado ou da cassação de título ou da interdição da concessão de título de condução de meio de transporte com motor, se encontrar pendente processo por crime que possa determinar a sua revogação ou incidente por falta de cumprimento do dever de ressarcir, das normas de conduta ou do plano de reinserção social, a pena só é declarada extinta quando o processo ou o incidente findarem e não existir lugar à revogação ou prorrogação do período da interdição do exercício de actividade, da proibição de produto ou serviço prestado ou da cassação de título ou da interdição de concessão de título de condução de meio de transporte com motor.

3 – A extinção de medidas de coacção relativas à aplicação de normas de conduta processa-se sempre que verificados o disposto no número 4 dos artigos 1º e 2º e no número 7 do artigo 3º, do presente capítulo ou a requerimento do interdito sempre que os pressupostos das mesmas deixaram de subsistir, declarando o órgão de soberania

jurídico competente pelo processo extintas as respectivas medidas que houver decretado.

4 – Em caso de indeferimento do órgão de soberania jurídico competente pelo processo, não poderá ser apresentado novo requerimento antes de decorrido 1 ano após a declaração do presente indeferimento.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – INTERNAMENTO DE IMPUTÁVEIS PORTADORES DE ANOMALIA PSÍQUICA.

ARTIGO PRIMEIRO – ANOMALIA PSÍQUICA ANTERIOR.

1 – Sempre que o autor à data do crime cometido seja portador de antecedentes psíquicos e tendo presente que o regime dos estabelecimentos prisionais comuns lhe seria prejudicial ou que o próprio poderia perturbar seriamente esse regime, o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, ordenará o seu internamento em estabelecimento destinado a inimputáveis pelo período de tempo correspondente à duração da pena aplicada.

2 – O internamento previsto no número anterior não impede a concessão da liberdade condicional nos termos do artigo 1º, do capítulo quinto, do presente título, nem a transferência do autor para estabelecimento prisional comum, pelo tempo de privação da liberdade que faltar cumprir na pena aplicada, logo que cessar a causa determinante do internamento.

3 – O internamento referido no número 1 resultante de anomalia psíquica anterior com os efeitos previstos no número 1 do artigo 1º, do capítulo nono é descontado por inteiro na pena.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 1º e demais artigos do capítulo nono, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – ANOMALIA PSÍQUICA POSTERIOR.

1 – Sempre que o autor após a prática do acto crime e sem ser portador de antecedentes psíquicos que o comprometam e coloquem na condição de inimputável, reunir as condições psicológicas, físicas e sensoriais exigidas à condição de inimputabilidade por via de anomalia psíquica, compete ao órgão de soberania competente pelo processo, declarar nos termos da lei a sua inimputabilidade e o seu internamento em estabelecimento próprio pelo período de tempo correspondente à duração da pena aplicada.

2 – Ao internamento referido no número anterior, aplica-se o regime previsto no número 2 do artigo anterior.

3 – O internamento referido no número 1 resultante de anomalia psíquica posterior com os efeitos previstos no número 1 do artigo 1º, do capítulo nono, do presente título é descontado na pena.

4 – É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo 1º e demais artigos do capítulo nono, do presente título.

ARTIGO TERCEIRO – SIMULAÇÃO DE ANOMALIA PSÍQUICA.

1 – As alterações ao regime normal de execução de pena, fundadas no que dispõem os preceitos anteriores deste capítulo, caducam logo que se mostrar provada que a anomalia psíquica do autor é simulada.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – PERDA DE INSTRUMENTOS, PRODUTOS E VANTAGENS.

ARTIGO PRIMEIRO – PERDA DE INSTRUMENTOS E PRODUTOS.

1 – São declarados perdidos a favor do estado os objectos que tiverem servido ou estiverem destinados a servir para a prática de um facto ilícito típico ou que por este tiverem sido produzidos, sempre que pela natureza ou pelas circunstâncias criadas do caso, colocarem em perigo a segurança dos cidadãos, a moral ou a ordem pública, ou oferecerem sério risco de puder ser usados e utilizados no cometimento de novos factos ilícitos típicos.

2 – O disposto no número anterior tem lugar ainda que nenhuma pessoa específica possa ser punida pelo facto.

3 – Sempre que a lei não fixar destino especial aos objectos perdidos nos termos do número 1, pode o órgão de soberania jurídico competente pelo processo declarar que os mesmos possam ser total ou parcialmente destruídos, ou eliminados do mercado de consumo.

ARTIGO SEGUNDO – OBJECTOS PERTENCENTES A TERCEIROS.

1 – Sem prejuízo do disposto nos números seguintes a perda não tem lugar se os objectos não pertencerem à data dos factos a nenhum dos autores ou beneficiários.

2 – Sempre que no período de tempo que medeia entre a data dos factos e a declaração de perda proferida pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, o autor ou o beneficiário tiver alienado os objectos com o intuito de os mesmos não serem declarados perdidos a favor do estado, compete ao órgão de soberania competente pelo processo, anular a respectiva operação de alienação de modo e forma a que os mesmos constem dos bens ou vantagens a perder em favor do estado.

3 – Ainda que os objectos pertençam a terceiros, é decretada a perda a favor do estado, sempre que os seus titulares tiverem concorrido de forma censurável, para a sua utilização ou produção, tiverem do facto retirado quaisquer vantagens ou benefícios, bem como quando os objectos forem por qualquer título adquiridos após a prática do facto, conhecendo os adquirentes a sua proveniência ilícita.

4 – Sempre que os objectos consistam em inscrições, representações ou registos lavrados em papel, noutro suporte ou meio de expressão audiovisual, pertencentes a terceiros de boa-fé, não existirá lugar a perda, procedendo-se à restituição depois de apagadas as inscrições, representações ou registos que integrem o facto ilícito típico, pelo que não sendo possível o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, ordena a destruição, existindo lugar à indemnização correspondente nos termos da lei civil.

ARTIGO TERCEIRO – PERDA DE VANTAGENS.

1 – Toda a recompensa dada ou prometida aos autores de um facto ilícito típico para os próprios ou para terceiros, é perdida a favor do estado.

2 – São perdidas também a favor do estado, sem prejuízo dos direitos do ofendido ou de terceiros de boa-fé, os bens materiais, direitos ou vantagens que através do facto ilícito, tiverem sido adquiridos pelos autores para os próprios ou para terceiros e representarem uma vantagem patrimonial de qualquer espécie.

3 – O disposto nos números anteriores aplica-se aos bens materiais, direitos ou vantagens obtidos mediante transacção ou troca com bens materiais, direitos ou vantagens directamente conseguidos por meio de facto ilícito típico.

4 – Sempre que a recompensa, os bens materiais, direitos ou vantagens referidos nos números anteriores não puderem ser apropriados em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao estado do respectivo valor.

5 – Sempre que no período de tempo que medeia entre a data dos factos e a declaração de perda proferida pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, o autor ou o beneficiário tiver alienado as vantagens com o intuito de as mesmas não serem declaradas perdidas a favor do estado, compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo, anular a respectiva operação de alienação de modo e forma a que as mesmas constem dos bens ou vantagens a perder em favor do estado.

6 – Ainda que as vantagens pertençam a terceiros, é decretada a perda a favor do estado, sempre que os seus titulares tiverem concorrido de forma censurável, para a sua obtenção, tiverem do facto retirado quaisquer vantagens ou benefícios, bem como quando as vantagens forem por qualquer título adquiridas após a prática do facto, conhecendo os adquirentes a sua proveniência ilícita.

ARTIGO QUARTO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS.

1 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido transformados ou convertidos em outros bens materiais, são estes perdidos a favor do estado, em substituição dos que lhe deram origem.

2 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido misturados com bens licitamente adquiridos, são estes perdidos a favor do estado até à proporção do valor estimado dos que foram ilicitamente misturados.

ARTIGO QUINTO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS.

1 – O disposto no artigo 3º e 4º do presente capítulo é também aplicável aos juros, lucros, dividendos e outros benefícios obtidos por via dos bens nos mesmos referidos.

ARTIGO SEXTO – PAGAMENTO DIFERIDO OU A PRESTAÇÕES E ATENUAÇÃO.

1 – Sempre que a aplicação do artigo 3º, do presente capítulo vier a traduzir-se em concreto no pagamento de uma soma pecuniária, é correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 a 7 do artigo 9º, do capítulo segundo, do presente título.

2 – Sempre que atenta a situação económica da pessoa em causa, a aplicação do número 4 do artigo 3º, do presente capítulo se mostrar injusta ou demasiado severa, pode o órgão de soberania jurídico competente pelo processo atenuar equitativamente o montante das prestações, aumentando o período de responsabilização de modo e forma ao cumprimento integral da respectiva pena aplicada.

ARTIGO SÉTIMO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – As recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens declarados perdidos a favor do estado, reverterem para o órgão de soberania jurídico envolto do respectivo acto processual, constando da relação de receitas adquiridas no exercício da sua actividade jurídica.

2 – Os bens materiais considerados perdidos a favor do estado, são analisados, quantificados e qualificados de modo e forma à sua venda em hasta pública, sendo os bens materiais que pela sua natureza ou característica, possam vir a ser utilizados na prática de crimes ou infracções à lei, destruídos no caso de não oferecerem quaisquer interesse criminalístico, científico ou didáctico.

3 – Na falta de convenção internacional, os bens materiais apreendidos a solicitação de estado estrangeiro ou os fundos provenientes da sua venda, são repartidos equitativamente entre o estado requerente e o estado requerido.

ARTIGO OITAVO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS.

1 – Todo o terceiro que invocar a titularidade de bem material, direito ou vantagem, quando o mesmo sujeito a apreensão ou a medidas legalmente previstas aplicada a arguido por facto ilícito típico, pode deduzir no processo a defesa dos seus direitos, através de requerimento em que alegue a sua boa-fé, indicando todos os elementos de prova.

2 – Entende-se por boa-fé a inocência de que os objectos ou vantagens estivessem nas situações previstas no número 1 do artigo 1º e nos números 1 e 2 do artigo 3º, do presente capítulo.

3 – Ao requerimento a que se refere o número 1, é declarada a autorização do terceiro para que o órgão de soberania jurídico responsável pelo respectivo acto processual possa consultar os elementos pessoais e familiares que entenda necessário, preciso e exigido ao apuramento da veracidade da boa-fé constante, nomeadamente dados fiscais, sociais, notariais, financeiros e da área jogo, competindo ao respectivo órgão de soberania jurídico de forma célere e no mais curto espaço de tempo deduzir oposição.

4 – Realizadas as diligências necessárias, precisas e exigidas, o órgão de soberania jurídico decide.

5 – Se face à titularidade dos bens materiais, direitos ou vantagens a questão se revelar complexa ou susceptível de causar perturbação ao normal processamento dos actos processuais, pode o juiz determinar o adiamento da decisão até ao rigoroso apuramento da veracidade da sua propriedade.

TÍTULO QUARTO – ACUSAÇÃO PARTICULAR, QUEIXA-CRIME E PARTICIPAÇÃO.

CAPÍTULO ÚNICO – ACUSAÇÃO PARTICULAR, QUEIXA-CRIME E PARTICIPAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – TITULARES DO DIREITO DE ACUSAÇÃO PARTICULAR.

1 – Sempre que o procedimento criminal depender de acusação particular, tem legitimidade para acusar a própria vítima ou vítimas do acto crime, considerando-se todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, lesada cujos interesses a lei especialmente quer proteger com a incriminação, sendo obrigatória a sua constituição como assistente no processo penal.

ARTIGO SEGUNDO – EXTENSÃO DOS EFEITOS DA ACUSAÇÃO.

1 – A apresentação da acusação contra um dos participantes no crime torna o procedimento criminal extensivo aos demais participantes.

ARTIGO TERCEIRO – EXTINÇÃO DO DIREITO DE ACUSAÇÃO.

1 – O direito de acusação extingue-se no prazo de 183 dias a contar da data em que o titular deter o conhecimento do facto e dos seus autores.

2 – O Direito de acusação previsto no número 6 do artigo 5º, do presente capítulo, extingue-se no prazo de 183 dias a contar da data em que o ofendido perfizer 21 anos.

3 - O não exercício tempestivo do direito de acusação relativamente a um dos participantes no acto crime, iliba os demais participantes de não puderem ser perseguidos sem acusação particular.

4 – Sendo vários os titulares do direito de acusação particular, o prazo conta-se autonomamente para cada um dos ofendidos.

5 – O direito de acusação particular para os actos crimes praticados anteriormente à publicação do presente diploma prescrevem no período de três anos a contar da entrada em vigor do mesmo, sendo julgado no imediatamente momento do conhecimento dos factos pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo, respondendo em pena de multa em caso de morte ou incapacidade do autor ou autores os seus herdeiros, nos termos dos números 2 a 7 do artigo 9º, do capítulo segundo, do título terceiro.

ARTIGO QUARTO – RENÚNCIA E DESISTÊNCIA DA ACUSAÇÃO.

1 – O direito de acusação particular não pode ser exercido se o titular do direito de acusação particular a ele expressamente tiver renunciado ou tiver praticado factos donde a renúncia necessariamente se deduza.

2 – O queixoso pode desistir da acusação particular, desde que não haja oposição do arguido, até à declaração da sentença da 1ª instância, sendo a desistência impeditiva de que a acusação particular possa ser renovada.

3 – A desistência da acusação particular relativamente a um dos participantes no acto crime aproveita os demais participantes, salvo oposição destes, a não puderem ser perseguidos sem acusação particular.

4 – Após perfazer 16 anos o ofendido pode requerer que seja posto termo ao processo, nas condições previstas nos números 2 e 3 do presente artigo, quando tiver sido exercido o direito de queixa nos termos dos números 4 do artigo seguinte ou tiver sido dado início ao procedimento criminal nos termos do disposto no número 5 do artigo seguinte.

ARTIGO QUINTO – TÍTULARES DO DIREITO DA QUEIXA.

1 – Sempre que a vítima falecer e não renunciar em vida à queixa ou se vir privado das faculdades físicas, psicológicas e emocionais exigidos à apresentação da acusação particular, o procedimento criminal depende de queixa-crime dos ofendidos com o acto crime, sendo obrigatória a constituição de assistente no processo penal.

2- O direito de queixa pertence salvo se alguma delas houver participado no acto crime:

- a) Ao cônjuge, aos descendentes, adoptados e adoptantes, bem como à pessoa que com o ofendido viva em condições análogas à dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva;
- b) Aos irmãos e seus descendentes;
- c) Aos herdeiros legítimos;
- d) A quem detiver a incumbência expressa do titular do direito de acusação particular; e
- e) Aos órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, ofendidas que não possam deduzir acusação particular.

3 – Qualquer uma das pessoas pertencentes às classes referidas nas alíneas do número anterior pode apresentar queixa independentemente das demais, competindo ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo, reunir as queixas crimes relativas ao mesmo acto crime, numa única queixa englobando as circunstâncias e os factos inerentes a cada uma.

4 – Sempre que o ofendido for menor de 16 anos ou não possuir o discernimento para entender o alcance e o significado do exercício do direito de acusação particular, a queixa pertence ao tutor ou representante legal e na sua falta às pessoas indicadas sucessivamente nas alíneas do número 2, aplicando-se o disposto no número anterior.

5 – Compete ao ministério público dar início ao procedimento no prazo de 24 horas a contar da data em que tiver conhecimento dos factos e dos seus autores, sempre que o interesse do ofendido o aconselhar e:

a) Este for menor ou não possuir o discernimento para entender o alcance e o significado do exercício do direito de acusação particular; ou

b) O direito de queixa não puder ser exercido porque a titularidade competiria apenas ao autor ou autores do acto crime.

6 – Se o direito de queixa não for exercido nos termos do número 4, nem for dado início ao procedimento criminal nos termos do número anterior, o ofendido pode exercer o direito de acusação particular a partir da data em que perfizer 16 anos de idade.

7 – É correspondentemente aplicável aos casos em que o procedimento criminal dependa de queixa-crime, o disposto nos artigos 2º a 4º, do presente capítulo.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO.

1 – Sempre que o procedimento criminal depender de participação, tem legitimidade para participar todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, sem qualquer interesse processual na causa, sendo a mesma razão de acusação particular ou de queixa-crime pelas vítimas ou ofendidos com o acto crime.

TÍTULO QUINTO – EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PROCEDIMENTO CRIMINAL.

ARTIGO PRIMEIRO – NÃO PRESCRIÇÃO DO PRAZO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL.

1 – Com excepção da amnistia nos termos do disposto no número 2 do artigo 2º, do capítulo terceiro, do presente título, em caso algum o procedimento criminal prescreve no tempo, decorrendo do próprio exercício e celeridade dos órgãos de soberania jurídicos competentes pelos respectivos processos e das circunstâncias e factos envoltos dos actos crimes, sendo sempre que decorrido a morte do seu autor ou a sua transição para a condição de incapacidade, transferida para os herdeiros a responsabilidade pelo cumprimento da pena, em pena de multa, nos termos do artigo 9º, do capítulo segundo, do título terceiro.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL.

1 – O procedimento criminal fica em suspenso, para além dos casos especialmente previstos na lei, durante o tempo em que:

a) O procedimento criminal não puder legalmente iniciar-se ou continuar, por falta de autorização legal ou de sentença a proferir pelo órgão de soberania jurídico competente pelo processo ou por efeito de devolução de qualquer questão prejudicial a juízo não penal.

b) O procedimento criminal estiver pendente a partir da notificação da acusação ou não tendo esta sido deduzida, a partir da notificação da decisão instrutória que pronunciar o arguido;

c) Vigorar a declaração de contumácia;

d) A sentença não puder ser notificada ao arguido julgado na ausência;
ou

e) O cidadão cumprir em estado soberano exterior ao reino de Portugal pena ou medida de segurança privativas da liberdade pelo mesmo acto crime praticado;

2 – O procedimento criminal retoma o seu decurso normal a partir do dia em que cessar a causa de suspensão.

CAPÍTULO SEGUNDO – PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA.

ARTIGO PRIMEIRO – FORÇA DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.

1 – Com excepção da morte, da amnistia e do indulto, nos termos do capítulo terceiro, do presente título, em caso algum uma pena ou medida de segurança proferida por órgão de soberania competente pelo respectivo processo, prescreve na sua execução, estando o arguido obrigado à responsabilidade do cumprimento integral da pena ou das medidas de segurança aplicadas pelo acto crime cometido.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.

1 – As penas e as medidas de segurança ficam em suspenso, para além dos casos especialmente previstos na lei, durante o tempo em que:

a) Por força da lei, a execução não puder começar ou continuar a ter lugar;

b) Vigorar a declaração de contumácia;

c) O condenado estiver a cumprir outra pena ou medida de segurança privativa da liberdade; ou

d) Perdurar a dilação do pagamento de multa;

2 – A pena ou medida de segurança retoma o seu decurso normal a partir do dia em que cessar a causa de suspensão.

ARTIGO TERCEIRO – ININTERRUPÇÃO DE PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.

1 – Com excepção da morte, da amnistia e do indulto, nos termos do capítulo terceiro, do presente título, em caso algum uma pena ou medida de segurança depois de aplicada na sua execução se pode interromper.

CAPÍTULO TERCEIRO – CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA.

ARTIGO PRIMEIRO – CAUSAS DE EXTINÇÃO.

1 – A responsabilidade criminal extingue-se para além do cumprimento da pena e das medidas de segurança ou de no decurso do cumprimento da sentença surgirem provas criminais que relevem a inocência do cidadão condenado, por via da morte do autor, pela amnistia e pelo indulto.

2 – No caso de extinção de pessoa colectiva ou entidade equiparada e sem prejuízo das penas ou das medidas de segurança aplicadas pelos actos crimes praticados aos corpos sociais administrativos e directivos, o respectivo património responde pelas multas e indemnizações em que aquela for condenada.

ARTIGO SEGUNDO – EFEITOS.

1 – A morte do autor transforma e transfere a pena de internamento ou de prisão efectiva do autor em pena de multa, respondendo pela mesma os seus herdeiros e extingue as medidas de segurança aplicadas.

2 – A amnistia extingue o procedimento criminal e no caso de ter existido condenação, faz cessar a execução da pena e dos seus efeitos bem como as medidas de segurança aplicadas.

3 – O indulto extingue a pena no todo ou em parte ou substituída por liberdade condicional.

TÍTULO SEXTO – INDEMNIZAÇÃO DE PERDAS E DANOS POR CRIME.

CAPÍTULO ÚNICO – INDEMNIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO PRIMEIRO – INDEMNIZAÇÃO.

1 – Por indemnização, compreende-se a verba total ou mensal atribuída pelas instâncias jurídicas, às vítimas de um acto crime ou aos seus herdeiros, até ao limite máximo do montante a indemnizar pelas consequências do acto crime geradas, equivalendo na íntegra ao montante do valor próprio do objecto jurídico, dos bens materiais, danos, prejuízos, transtornos e perdas causados, bem como da exigência da sua minimização, reparação ou conservação.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE EMERGENTE DO CRIME.

1 – Compete a cada um órgão de soberania jurídico competente por cada um processo indemnizar a vítima ou os seus herdeiros pelo valor do montante dos danos e transtornos causados com o acto crime praticado ou pelo valor atribuído às consequências do acto crime praticado pelo autor, bem como as que não puderem ser satisfeitas pelo autor.

2 – Compete a cada um órgão de soberania competente por cada um processo ser ressarcido em cada mês de exercício civil pela remuneração conferida ao condenado pelo exercício das tarefas cumpridas no decurso da pena ou das medidas de segurança.

3 – O órgão de soberania competente pelo processo atribui a totalidade da indemnização num acto único sempre que o autor possua os meios financeiros exigidos a cobrir a totalidade da indemnização a atribuir às vítimas.

4 – Sempre que o autor não possua os meios financeiros exigidos a cobrir a indemnização a conceder às vítimas pelo acto crime praticado, compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo, declarar perdidos a favor do estado até ao

limite da indemnização a atribuir, os bens patrimoniais do autor, sendo os mesmos leiloados em hasta pública.

5 – Sempre que o autor não possua os meios financeiros ou bens patrimoniais exigidos a cobrir a indemnização a atribuir às vítimas, compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo, atribuir uma mensalidade às vítimas equivalente ao valor do exercício de tarefas cumpridas pelo autor no decurso da pena ou das medidas de segurança, até ao limite máximo da indemnização a conceder e a atribuir.

6 – O estado fica sub-rogado no direito do lesado à indemnização até ao limite máximo do valor dos danos e transtornos causados ou do montante do valor atribuído às consequências do acto crime praticado pelo autor.

TÍTULO SÉTIMO – REABILITAÇÃO SOCIAL DOS RECLUSOS.

CAPÍTULO ÚNICO – REABILITAÇÃO SOCIAL.

ARTIGO PRIMEIRO – EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PROFISSIONAIS E ESCOLARES.

1 – Com excepção dos actos crime praticados por titulares de cargos, funcionários e agentes ao serviço do estado, todos os reclusos que passados 30 dias após o cumprimento da pena ou da liberdade condicional quando confrontados com a inexistência do exercício de funções profissionais no sector público ou privado, serão reabilitados no exercício de funções ao serviço das reais forças armadas portuguesa,

2 – Sempre que os reclusos após o cumprimento da pena ou em liberdade condicional forem menores de 21 anos, compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo no imediato momento da libertação decretar a matrícula do recluso em estabelecimento de ensino da sua área de residência e a sua frequência e assiduidade no respectivo ano escolar,

ARTIGO SEGUNDO – REINserÇÃO SOCIAL.

1 – Sem prejuízo do dever de ressarcir, das normas de conduta ou das medidas de segurança a que se obrigue o recluso nos termos da liberdade ou da liberdade condicional, compete aos serviços de reinserção social zelar desde o primeiro minuto de libertação pelas condições de habitabilidade e de sociabilidade do recluso.

TÍTULO OITAVO – PREVENÇÃO DOS ACTOS CRIMES.

CAPÍTULO ÚNICO – PREVENÇÃO.

ARTIGO ÚNICO – COMPETÊNCIAS.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos toda a acção pedagógica de prevenção, esclarecimento e sensibilização dos cidadãos e entidades face aos actos crimes praticados, nos meios de comunicação social, em estabelecimentos de ensino e nos próprios lugares de exercício de actividades envoltas de actos crimes, de molde a prevenir, alertar e consciencializar face aos mesmos, bem como ao cuidado e exigência da responsabilização dos actos gerados e das consequências jurídicas dos próprios actos crimes.

2 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos competentes por cada um processo, remeter ao respectivo sector ministerial ou arte bastonária dos actos crimes

praticados no exercício de actividades económicas ou de funções profissionais, a exposição das circunstâncias e factos envolvidos dos actos crimes praticados, de modo e forma a evitar a reincidência dos mesmos actos crimes, por os mesmos ou outros autores.

3 – Compete a cada um sector ministerial ou arte bastonária adequar os instrumentos de prevenção e adaptar os procedimentos orgânicos das acções envolvidas da respectiva actividade ou do exercício de funções profissionais nos termos do número anterior à realidade da prevenção dos actos crimes, que possam ser produzidos pela falta de normas orgânicas, com os agentes envolvidos da supervisão, fiscalização e controlo do respectivo sector ministerial.

4 – Compete ao parlamento, avaliar, planear e executar as acções, directrizes e programas específicos de prevenção dos actos crimes praticados, tendo presente a sua natureza pluridisciplinar.

5 – Compete à família a responsabilidade de educar os descendentes no sentido da integridade, responsabilidade e nobreza, de os acompanhar em todo o processo de crescimento, desenvolvimento e integração social, bem como o de alertar para os actos crimes e para as consequências jurídicas dos actos gerados,

6 – Compete às áreas presidenciais do desporto, das artes culturais e das ciências promover, fomentar e estimular os cidadãos em toda a fase do ciclo de vida humano, na integração de acções e actividades envolvidas dos seus respectivos objectivos.

7 – Compete à área presidencial da educação:

a) Integrar nos currículos escolares os crimes que possam ser cometidos no exercício das matérias em estudo, com incidência específica na prevenção dos actos crimes;

b) Providenciar no sentido de que a formação inicial e contínua dos professores e auxiliares de educação os habilite e qualifique a desenvolver tal vertente; e

c) Desenvolver programas específicos de prevenção dos actos crimes em todos os ciclos educativos.

TÍTULO NONO – DIVULGAÇÃO DA SENTENÇA.

CAPÍTULO ÚNICO – DIVULGAÇÃO PÚBLICA DA SENTENÇA.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUSPOSTOS DA DIVULGAÇÃO.

1 – Sempre que o órgão de soberania competente pelo processo-crime, a requerimento ou não do titular do direito de queixa ou de acusação particular, entender exigido o conhecimento público da sentença condenatória, pelas próprias circunstâncias de perversidade e censurabilidade envolvidas do acto crime, ordena a sua publicação tendo presente os meios de comunicação social adequados aos factos, circunstâncias e ao seu domínio territorial em termos do espaço municipal, concelhio, regional ou nacional das vítimas e dos arguidos.

2 – As sentenças condenatórias de pessoas colectivas e entidades equiparadas, são sempre publicadas, nos termos do disposto no número 1.

ARTIGO SEGUNDO – FIXAÇÃO DA DIVULGAÇÃO.

1 – O órgão de soberania jurídico competente pelo processo fixa os termos concretos de execução do conhecimento público da sentença.

PARTE SEGUNDA CRIMES

TÍTULO PRIMEIRO – CONTRA O PATRIMÓNIO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÃO PERLIMINAR.

ARTIGO ÚNICO – DEFINIÇÕES LEGAIS.

1 – Para efeitos da lei penal, compreende-se por:

- a) VALOR, o montante avaliado em termos comerciais, industriais, científicos, artístico, histórico, patrimonial ou emocional para o bem material adjacente ao acto criminoso;
- b) BEM MATERIAL, todo o equipamento, máquina, material, instrumento, utensílio, ferramenta, acessório, matéria, objecto, documento, projecto, dinheiro ou qualquer outro bem ou produto específico, com valor próprio.
- c) ARROMBAMENTO, o rompimento, fractura ou destruição, no todo ou em parte, do dispositivo destinado a fechar, selar ou impedir a entrada, exterior ou interior de infra-estrutura imóvel, de lugar fechado, adjacente ou dela dependente, ou de equipamento ou receptáculo próprio constituído para a defesa, segurança e protecção de bem material;
- d) ESCALAMENTO, a introdução em infra-estrutura imóvel ou de lugar fechado, adjacente ou dela dependente, por local não destinado a esta função, nomeadamente, telhados, portas de terraço ou varandas, janelas, paredes, aberturas subterrâneas, por qualquer dispositivo destinado a fechar, selar ou impedir a entrada ou passagem ou por qualquer instalação de serviços básicos ou de recurso natural constante;
- e) CHAVES FALSAS, as chaves:
 - 1 – Imitadas, contrafeitas ou alteradas;
 - 2 – As verdadeiras quando fora do poder, propriedade e detenção dos seus proprietários por direito;
 - 3 – As gazuas ou quaisquer instrumentos que possam servir para abrir, fechaduras ou dispositivos de segurança.
- f) MARCO, qualquer construção, plantação, valado, tapume ou outro género de sinal, destinado a estabelecer os limites entre diferentes propriedades, colocados por decisão judicial ou com o acordo de quem esteja legitimamente autorizado para o exercer;

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – ASSALTO.

1 – Todo o cidadão que com ilegítima intenção de apropriação, para si ou para terceiros, do usufruto ou bem material da acção e actividade de órgão de soberania, empresa ou instituição, por via do constrangimento pessoal, do recurso a intimidação, violência ou ameaça de violência com perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou colocando a vítima ou vítimas na impossibilidade de resistir, cometer ou tentar cometer assalto:

- a) A infra-estrutura, económica, humana e cultural;
 - b) A viaturas cofres destinadas ao transporte e segurança de valores, ou
 - c) A equipamentos de operação financeiras constantes na vida do reino de Portugal;
- é punido:

- a. Pela devolução do bem material apropriado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material roubado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;
 - 4 – Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;
 - 5 – Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico, histórico ou religioso;
 - 6 – Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto;
 - 7 – Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei; ou
 - 8 - Pelo uso e utilização de acto de tortura ou acto de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima;
- b. O dobro da pena se o bem material não for restituído; e
- c. Um terço da pena se o bem material for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pela devolução do bem material apropriado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a um dia de visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – ROUBO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a ilegítima intenção de apropriação, para si ou para terceiros, se apoderar ou tentar apoderar de bem material alheio por via do constrangimento pessoal, com recurso a intimidação, violência ou ameaça de violência com perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou colocando-a na impossibilidade de resistir, é punido:

- a. Pela devolução do bem material apropriado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem roubado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;
 - 4 – Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;
 - 5 – Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico, histórico ou religioso;
 - 6 – Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto;
 - 7 – Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei; ou
 - 8 - Pelo uso e utilização de acto de tortura ou acto de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima;
- b. O dobro da pena se o bem material não for restituído; e

c. Um terço da pena se o bem material for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

- a. Pela devolução do bem material apropriado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – FURTO DE MEIO DE TRANSPORTE.

1 – Todo o cidadão que usar, utilizar e conduzir ou tentar conduzir, meio de transporte, sem o consentimento e autorização dos seus legítimos proprietários ou dos seus responsáveis no momento, é punido:

a. Pela devolução do meio de transporte apropriado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do meio de transporte e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 - Pela reincidência dos actos criminosos;

2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se for uma viatura pertença dos órgãos de soberania;

4 – Se for uma viatura pertença das forças de segurança, ordem ou prevenção;

5 – Se for uma viatura de serviço médico;

6 – Se for uma viatura de cariz funerário; ou

7 – Se for uma viatura de cariz diplomático;

- b. O dobro da pena se o meio de transporte não for restituído;
- c. Um terço da pena se o meio de transporte for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – ATENUAÇÃO, A pena é descontada para metade se entre o autor e a vítima coexistirem laços familiares directos ou análogos à família, ainda que sem coabitação;

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pela devolução do bem material apropriado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – USURPAÇÃO DE BEM IMÓVEL E RECURSO HÍDRICO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por meio de intimidação, violência ou ameaça de violência com perigo iminente para a vida ou para a integridade física,

a) Invadir, forçar ou ocupar bem imóvel ou o tentar, com intenção de exercer o direito de propriedade, de posse, uso ou servidão não tutelados por lei, sentença ou acto administrativo; ou

b) Desviar, contrariar ou represar recursos hídricos ou o tentar, com intenção de alcançar, para si ou para outrem, benefício ilegítimo, sem que para este efeito esteja legalmente autorizado;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 - Pela reincidência dos actos criminosos;

2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

3 – Se o bem imóvel ou o recurso hídrico afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;

4 – Se o bem imóvel ou o recurso hídrico afirmar uma natureza altamente perigosa;

5 – Se o bem imóvel e o recurso hídrico afirmar um importante valor científico, artístico, histórico ou religioso;

6 – Se o bem imóvel estiver oficialmente posto sob protecção oficial pela lei; ou

7 - Pelo uso e utilização de acto de tortura ou acto de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima;

b. O dobro da pena se o bem imóvel ou o recurso hídrico permanecer usurpado até ao acto processual de julgamento;

c. Um terço da pena se o bem imóvel e o recurso hídrico não forem restituídos na sua integral plenitude à data dos factos.

3 – ATENUAÇÃO, A pena é descontada para metade se entre o autor e a vítima coexistirem laços familiares directos ou análogos à família, ainda que sem coabitação;

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pela restituição integral do bem material ou recurso hídrico usurpado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se

prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – ALTERAÇÃO DE MARCOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que ilegítimamente com intenção de apropriação de bem imóvel, total ou parcial, para si ou para terceiro, destruir, arrancar ou alterar marco, ou o tentar, é punido:

- a) Pela reposição integral dos marcos originais;
- b) Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem imóvel apropriado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c) Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d) Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e) No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f) Com um dia de pausa mensal;
- g) Com uma alimentação a pão e água;
- h) Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se o bem imóvel apropriado afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;
 - 4 – Se o bem imóvel apropriado afirmar uma natureza altamente perigosa;
 - 5 – Se o marco afirmar um importante valor científico, artístico, histórico ou religioso;
 - 6 – Se o bem imóvel estiver oficialmente posto sob protecção oficial pela lei; ou
 - 7 – Se o bem imóvel apropriado for pertença do estado e do património público;
- b. O dobro da pena se o bem imóvel permanecer usurpado até ao acto processual de julgamento;
- c. Um terço da pena se o bem imóvel usurpado não for restituído na sua integral plenitude à data dos factos.

3 – ATENUAÇÃO, A pena é descontada para metade se entre o autor e a vítima coexistirem laços familiares directos ou análogos à família, ainda que sem coabitação;

4 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pela restituição integral do bem imóvel apropriado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos,

sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação a pão e a água;

g. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – FURTO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a ilegítima intenção de apropriação, para si ou para terceiros, se apoderar ou tentar apoderar de bem material alheio:

a) **FURTO PREMEDITADO**, consciente da preparação dos actos, da escolha do espaço e da execução do método no momento, é punido:

a. Pela devolução do bem material apropriado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material furtado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) **FURTO PRIVILEGIADO**, dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, é punido:

a. Pela devolução do bem material apropriado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material furtado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz natural;

f. Com um dia de pausa semanal;

- g. Com uma alimentação regular;
- h. Com direito a uma visita semanal;
- c) FURTO A PEDIDO DA VITIMA, determinado por um pedido sério, justo e responsável, instante e expreso que a vítima lhe tenha confesso, é punido:
 - a. Pela devolução do bem material apropriado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material furtado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
 - d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz prisional;
 - f. Com um dia de pausa semanal;
 - g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita semanal;
- d) FURTO POR NEGLIGÊNCIA, por via de acto negligente, é punido:
 - a. Pela devolução do bem material apropriado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material furtado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
 - d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz natural;
 - f. Com um dia de pausa semanal;
 - g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita semanal;
- e) FURTO QUALIFICADO, em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade dos valores sociais e morais, é punido:
 - a. Pela devolução do bem material apropriado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material furtado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz prisional;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;

2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 - Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;

4 - Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;

5 - Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico ou histórico;

6 - Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto; ou

7 - Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei;

b. O dobro da pena se o bem material não for restituído;

c. Um terço da pena se o bem material for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

3 - É susceptível de revelar especial censurabilidade ou perversidade no caso de FURTO QUALIFICADO, entre as demais, a circunstância em que o autor:

a) For familiar ou mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmos que sem coabitação efectiva, for adoptado ou adoptante da vítima;

b) Praticar o facto contra cidadão particularmente indefeso, em razão da sua idade, debilidade, doença ou gravidez, ou empresa ou instituição debilitada e vulnerável na sua autoridade, autonomia e autodeterminação;

c) For determinado por leviandade e por avidez, pelo prazer de furtar e causar humilhação, prejuízo ou privação;

d) For determinado por instintos de desrespeito, intolerância e incompreensão legislativa, religiosa, de cor, origem étnica ou nacional, sexo ou orientação sexual da vítima;

e) Tiver em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, bem como facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do autor de um crime;

f) Praticar o facto em conjunto com outros cidadãos ou utilizar método particularmente perigoso, que se possa traduzir na prática de um crime de perigo comum;

g) Utilizar bebidas, plantas filantrópicas, estupefacientes, substâncias medicinais ou outro qualquer produto para destabilizar a integridade da vítima;

h) Praticar o facto contra elementos e bens materiais dos órgãos de soberania, presidentes, ministros e bastonários e bens materiais de empresas e institutos, públicos ou privados, profissional no exercício das suas funções, iminências religiosas e bens patrimoniais de veneração e culto religioso, bem como contra responsáveis comunitários nas diversas áreas e bens materiais patrimoniais comunitários, públicos e privados;

i) Explorar situação de acidente, calamidade pública ou de perigo comum;

j) Actue sobre bem material, fechado e guardado em gaveta, cofre ou outro receptáculo equipado com fechadura ou outro dispositivo destinado à sua conservação, protecção e segurança.

l) Introduzir-se ilegalmente em infra-estrutura alheia ou aí permanecer escondido com a intenção de praticar o acto;

m) Usurpar de título, uniforme ou insígnia de entidade, pública ou privada, ou alegar falsa ordem de autoridade pública;

n) Fizer da prática de crimes o seu modo de vida;

- o) Deixar a vítima em situação de apuros ou perigo, ou em difícil situação económica; ou
- p) For funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

ARTIGO SÉTIMO – ABUSO DE CONFIANÇA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que ilegítimamente se apropriar ou tentar apropriar de bem material que lhe tenha sido entregue, para a sua transmissão a terceiros, para sua guarda, para uso, utilização e usufruto das suas funções ou propriedades temporariamente, ou por outro título não translativo da propriedade, é punido:

- a) Pela devolução do bem material apropriado;
- b) Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material apropriado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c) Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d) Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e) No exercício de funções de cariz prisional;
- f) Com um dia de pausa mensal;
- g) Com uma alimentação a pão e água;
- h) Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 - Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;
 - 4 - Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;
 - 5 - Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico, histórico ou religioso;
 - 6 - Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto; ou
 - 7 - Se o autor tiver recebido o bem material em depósito imposto por lei em razão de ofício, emprego ou profissão, ou na qualidade de tutor, curador ou depositário judicial;
- b. O dobro da pena se o bem material não for restituído;
- c. Um terço da pena se o bem material for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – ATENUAÇÃO, A pena é descontada para metade se entre o autor e a vítima coexistirem laços familiares directos ou análogos à família, ainda que sem coabitação;

ARTIGO OITAVO – USUFRUTO INDEVIDO DE SERVIÇOS BÁSICOS.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento e autorização do destinatário de um serviço básico, de saneamento, água, electricidade, telecomunicações ou gás, se apropriar ou tentar apropriar indevidamente do seu usufruto para proveito próprio ou de outrem, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO NONO – APROPRIAÇÃO ILEGÍTIMA POR ACESSÃO OU ACHADO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que ilegitimamente se apropriar ou tentar apoderar de bem material, que esteja na sua posse ou detenção por efeito de força natural, erro, caso fortuito, haja achado ou encontrado, ou por outra qualquer maneira independente da sua vontade, é punido:

- a. Pela devolução do bem material apropriado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem apropriado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita semanal;

2 – AGRAVAÇÃO, acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;

4 – Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;

5 – Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico, histórico ou religioso;

6 – Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto; ou

- 7 – Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei;
- b. O dobro da pena se o bem material não for restituído;
- c. Um terço da pena se o bem material for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – ATENUAÇÃO, A pena é descontada para metade se entre o autor e a vítima coexistirem laços familiares directos ou análogos à família, ainda que sem coabitação;

ARTIGO DÉCIMO – RECUSA DE RESTITUIÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que encontrado em flagrante delito de assalto, furto ou roubo, resistir, conservar na sua posse, ou não restituir os bens subtraídos, é condenado para o dobro da pena a aplicar pelo crime de furto ou roubo praticado, numa pena nunca inferior ao dobro do número de dias exigidos e consignados para o respectivo crime, permanecendo inalterados os demais parâmetros legais da sentença respectiva.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DANO COM VIOLÊNCIA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que destruir, danificar, desfigurar ou tornar inutilizável, no todo ou em parte bem material alheio, por via do constrangimento pessoal, com recurso a intimidação, violência ou ameaça de violência com perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou colocando-a na impossibilidade de resistir, ou o tentar, é punido:

- a. Pela reparação integral do bem material danificado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da reparação do bem material danificado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
- 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;

4 – Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;

5 – Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico ou histórico;

6 – Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto;

7 – Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei; ou

8 - Pelo uso e utilização de acto de tortura ou acto de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima;

b. O dobro da pena se o bem material não for reparável; e

c. Um terço da pena se o bem material sendo reparado não cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pela reparação integral do bem material danificado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DANO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que destruir, danificar, desfigurar ou tornar inutilizável, no todo ou em parte bem material alheio ou o tentar:

a) DANO PREMEDITADO, consciente da preparação dos actos, da escolha do espaço e da execução do método no momento, é punido

a. Pela reparação integral do bem material danificado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da reparação do bem material danificado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) DANO PRIVILEGIADO, dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, é punido:

- a. Pela reparação integral do bem material danificado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da reparação do bem material danificado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação regular;
- h. Com direito a uma visita semanal;

c) DANO A PEDIDO DA VITIMA, determinado por um pedido sério, justo e responsável, instante e expresso que a vítima lhe tenha confesso, é punido:

- a. Pela reparação integral do bem material danificado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da reparação do bem material danificado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita semanal;

d) DANO POR NEGLIGÊNCIA, por via de acto negligente, é punido

- a. Pela reparação integral do bem material danificado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da reparação do bem material danificado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita semanal;

e) DANO QUALIFICADO, em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade dos valores sociais e morais, é punido:

- a. Pela reparação integral do bem material danificado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da reparação do bem

material danificado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;

4 – Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;

5 – Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico ou histórico;

6 – Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto; ou

7 – Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei;

b. O dobro da pena se o bem material não for reparável;

c. Um terço da pena se o bem material sendo reparado não cumpra a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – É susceptível de revelar especial censurabilidade ou perversidade no caso de DANO QUALIFICADO, entre as demais, a circunstância em que o autor:

a) For familiar ou mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmos que sem coabitação efectiva, for adoptado ou adoptante da vítima;

b) Praticar o facto contra cidadão particularmente indefeso, em razão da sua idade, debilidade, doença ou gravidez, ou empresa ou instituição debilitada e vulnerável na sua autoridade, autonomia e autodeterminação;

c) For determinado por leviandade e por avidez, pelo prazer de danificar e causar humilhação, prejuízo ou privação;

d) For determinado por instintos de desrespeito, intolerância e incompreensão legislativa, religiosa, de cor, origem étnica ou nacional, sexo ou orientação sexual da vítima;

e) Tiver em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, bem como facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do autor de um crime;

f) Praticar o facto em conjunto com outros cidadãos ou utilizar método particularmente perigoso, que se possa traduzir na prática de um crime de perigo comum;

g) Praticar o facto contra bens materiais dos órgãos de soberania, empresas ou institutos, públicos ou privados, bens materiais no exercício das suas funções, bens patrimoniais de veneração e culto religioso ou bens materiais patrimoniais comunitários, públicos e privados;

h) Explorar situação de acidente, calamidade pública ou de perigo comum;

i) Actue sobre bem material, fechado e guardado em gaveta, cofre ou outro receptáculo equipado com fechadura ou outro dispositivo destinado à sua conservação, protecção e segurança.

j) Introduzir-se ilegitimamente em infra-estrutura alheia ou aí permanecer escondido com a intenção de praticar o acto;

l) Usurpar de título, uniforme ou insígnia de entidade, pública ou privada, ou alegar falsa ordem de autoridade pública;

m) Fizer da prática do dano o seu modo de vida;

n) Deixar a vítima em situação de apuros ou perigo, ou em difícil situação económica; ou

o) For funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – GRAFITO.

1 – Todo o cidadão que sem o consentimento e respectiva autorização dos legítimos proprietários, inscrever em muro, edifício, monumento, arvore ou meio de transporte, palavra, frase ou desenho, é punido:

a) Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b) Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c) Numa pena nunca inferior a 90 dias;

d) Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e) No exercício de funções de cariz natural;

f) Com um dia de pausa semanal;

g) Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h) Com direito a uma visita semanal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 - Pela reincidência dos actos criminosos;

2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

3 – Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico, histórico ou religioso;

4 – Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei;

b. O dobro da pena se o dano causado não for reparável;

c. Um terço da pena se o dano causado sendo reparado não cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROSECUÇÃO DO DANO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que encontrado em flagrante delito de dano de bem material, prosseguir na sua destruição, danificação, desfiguração ou inutilização, no todo ou em parte, é condenado para o dobro da pena a aplicar pelo crime de dano praticado, numa pena nunca inferior ao dobro do número de dias exigidos e consignados para o respectivo crime, permanecendo inalterados os demais parâmetros legais da sentença respectiva.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a propriedade, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO EM GERAL.

ARTIGO PRIMEIRO – CONTRABANDO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) Introduzir ou tentar introduzir em espaço territorial português; ou
- b) Exportar ou tentar exportar;

bens materiais interditos por lei ou à margem dos procedimentos alfandegários exigidos e obrigatórios, branqueando, camuflando e ocultando a transacção comercial imperial ou internacional tentada ou realizada, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – BRANQUEAMENTO DE OPERAÇÕES COMERCIAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) No exercício da sua actividade profissional, não emitir o respectivo talão, recibo ou factura de uma operação comercial realizada, de um bem material ou serviço prestado, camuflando, branqueando e ocultando a realização da mesma;

b) Não declarar de forma rigorosa, correcta e integra a realidade total dos rendimentos auferidos em cada ano de exercício laboral às instâncias fiscais competentes, camuflando, branqueando e ocultando a realização dos mesmos; ou

c) Realizar uma transacção comercial, de um bem material ou serviço prestado, sem estar colectado nas instâncias notariais, fiscais, sociais e financeiras competentes e legitimamente credenciado e qualificado para a realização da mesma;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – TROCA COMERCIAL DIRECTA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que no exercício da sua actividade profissional, ocultar, camuflar e branquear a realização de uma operação comercial entre dois agentes económicos, por via da troca de bens materiais ou serviços prestados no tempo, com inexistência de operação financeira, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUARTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO PROFISSIONAL.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento e autorização do seu titular ou titulares, revelar ou tentar revelar segredo profissional alheio de que tenha conhecimento em virtude de qualquer fonte que não as razões e motivos de ordem da actividade económica e do exercício profissional, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ou se do acto praticado resultarem vantagens patrimoniais ou não patrimoniais; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima ou a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – EXPLORAÇÃO.

1 – Todo o cidadão que no exercício da sua actividade profissional de administrador no ciclo de vida laboral do reino de Portugal de um órgão de soberania, empresa ou instituição, em plena solvência e viabilidade económica e financeira do sector de actividade, não honrar, respeitar e cumprir os acordos laborais contratados para com os seus operários e os deveres, responsabilidades e compromissos laborais para com os mesmos consignados na constituição portuguesa e na lei; ou

2 – Todo o cidadão que no exercício da sua actividade de secretaria ou de produção no ciclo de vida do reino de Portugal, na plenitude das suas capacidades físicas, não honrar, respeitar e cumprir os acordos laborais contratados para com a sua base administrativa e os deveres, responsabilidades e compromissos laborais para com a mesma consignados na constituição portuguesa e na lei;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica das vítimas;

ARTIGO SEXTO – SABOTAGEM LABORAL.

1 – Todo o funcionário que no exercício da sua função, responsabilidade e competência laborais, prejudicar, colocar e puser em perigo o decurso correcto, normal e regular do respectivo sector de actividade económico, destruindo, danificando ou tornando não utilizáveis, no todo ou em parte, mesmo que temporariamente, infra-estrutura ou obra, equipamentos, máquinas ou materiais próprios do sector de actividade ou boicotar os modos, métodos e técnicas em uso e utilização, provocando e causando danos, prejuízos e perdas à respectiva entidade empregadora, ou o tentar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da entidade patronal;

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto provocado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se

prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SÉTIMO – EXTORSÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de obter para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, constranger, chantagear ou comprometer outrem, por meio de intimidação, violência ou ameaça com mal importante, à prática ou abstenção de um acto lesivo e prejudicial do seu património pessoal ou de terceiros, ou o tentar, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO OITAVO – INFIDELIDADE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que tendo-lhe sido confiado, por lei ou por acto jurídico, o encargo, responsabilidade e o compromisso de dispor, administrar ou fiscalizar interesses patrimoniais alheios, causar ou tentar causar aos mesmos intencionalmente e com grave violação dos deveres que lhe incumbem, prejuízo patrimonial importante, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO NONO – USURA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de obter benefício patrimonial, para si ou para terceiro, explorar ou tentar explorar situação de dependência, debilidade ou vulnerabilidade da vítima, fazendo com que se comprometa e obrigue a conceder ou prometer sobre qualquer forma, a seu favor ou de terceiros, vantagem pecuniária que for segundo as circunstâncias, manifestamente inadequada, desproporcionada e desajustada com a contraprestação, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se o autor fizer da usura modo de vida;
 - 4 – Dissimular a vantagem pecuniária ilegítima por via da exigência de letra ou contrato simulado; ou
 - 5 – Provocar por via do acto a ruína patrimonial da vítima;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO DÉCIMO – ABUSO DE CARTÃO DE GARANTIA, DÉBITO OU CRÉDITO.

1 – Todo o cidadão que de forma ilegítima e sem o consentimento e respectiva autorização do seu proprietário, usar, utilizar e servir-se ou tentar servir-se de cartão de garantia, débito ou crédito;

2 – Todo o cidadão que legitimamente habilitado para uso e utilização de cartão de garantia, débito ou crédito que lhe esteja conferido ou confiado, servir-se ou tentar servir-se de forma indevida, abusiva ou leviana, provocando prejuízo a proprietário ou a terceiro; ou

3 – Todo o cidadão que legitimamente habilitado para uso e utilização de cartão de garantia, débito ou crédito que lhe esteja conferido ou confiado, violar, deturpar ou corromper, os fins e os propósitos a que se destina e propõe ou o tentar; é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TÍTULOS DE GARANTIA, DÉBITO E CRÉDITO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) Subscrever um título de garantia, débito ou crédito, com intenção de não respeitar, corresponder e cumprir os deveres, responsabilidades e compromissos inerentes à sua subscrição;
 - b) Antecipar e desrespeitar as datas inerentes à subscrição de um título de garantia, débito ou crédito; ou
 - c) Transferir para terceiros os deveres, responsabilidades e compromissos da subscrição de um título de garantia, débito e crédito;
- é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

3 – Compete à instituição financeira da emissão do título, no imediato momento do seu incumprimento:

a) Comunicar a falta de provisão para a responsabilidade do compromisso firmado ao seu autor e aos co-titulares no caso de conta conjunta, para que procedam no prazo de trinta dias à correspondente regularização da situação;

b) Comunicar a proibição da subscrição de títulos ou de celebrar convenções com entidades financeiras de idêntica natureza durante os trinta dias seguintes;

c) Solicitar a devolução dos demais títulos respectivos que o autor e co-titulares da conta possuam da referida entidade financeira ou de outras entidades financeiras com as quais tenha sido celebrado convenção de idêntica natureza;

d) Solicitar a discriminação de títulos de idêntica natureza por vencer, subscritos pelo autor e co-titulares da conta anteriormente ao incumprimento verificado, montantes e datas de vencimento;

e) Comunicar ao real banco de Portugal o incumprimento verificado, mencionando o nome dos titulares da conta;

4 – Compete ao real banco de Portugal após a comunicação por entidade financeira de uma situação de incumprimento, informar no imediato momento as demais entidades financeiras de que devem rescindir e abster-se de fornecer títulos ou de celebrar convenções de idêntica natureza, aos respectivos titulares da conta bancária do facto.

5 – Sempre que na data acordada para se solver uma situação de incumprimento de títulos não se verificar o respectivo pagamento, compete à entidade financeira emitente do título, proceder no imediato momento à instauração do processo criminal aos titulares da conta respectiva, bem como remeter às autoridades jurídicas competentes da deliberação do processo-crime os elementos de prova do motivo de não cumprimento do título, através da emissão da declaração de insuficiência de saldo, da indicação dos titulares da conta e respectiva ficha bancária de assinaturas.

6 – Sempre que a conta bancária do título emitido for uma conta conjunta, a sentença é extensível a todos os seus titulares, salvo quando os co-titulares da conta demonstrem serem alheios aos actos que motivaram a sua emissão, bem como ao seu não pagamento.

7 – Toda a entidade financeira que não respeitar a injunção a que se refere a alínea a) e e) do número 4) e o número 5) do presente artigo, bem como se cobrar de um título antes da data inscrita, é punido com pena de multa equivalente ao triplo do montante constante do título em incumprimento.

8 - Todo o cidadão ou entidade que não respeitar a injunção a que se refere a alínea b), c) e d) do número 4) deste artigo, são punidos com o dobro da pena a aplicar pelo crime cometido.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – BURLA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de obter para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, induzir em erro, lapso ou engano cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, ou o tentar,

determinando a vítima à prática de actos lesivos do seu próprio interesse patrimonial ou de outrem:

- a) **BURLA PREMEDITADA**, consciente da preparação dos actos, da escolha do espaço e da execução do método no momento, é punido:
 - a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz prisional;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) **BURLA PRIVILEGIADA**, dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, é punido:
 - a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;
 - d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz natural;
 - f. Com um dia de pausa semanal;
 - g. Com uma alimentação regular;
 - h. Com direito a uma visita semanal;
- c) **BURLA A PEDIDO DA VITIMA**, determinado por um pedido sério, justo e responsável, instantâneo e expresso que a vítima lhe tenha confesso, é punido:
 - a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
 - d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz prisional;
 - f. Com um dia de pausa semanal;
 - g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita semanal;
- d) **BURLA POR NEGLIGÊNCIA**, por via de acto negligente, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita semanal;

e) **BURLA QUALIFICADA**, em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade dos valores sociais e morais, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – **AGRAVAÇÃO**, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- 3 – Se incidir sobre bem material que conste da propriedade intelectual e afirme um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;
- 4 – Se incidir sobre bem material que afirme uma natureza altamente perigosa;
- 5 – Se incidir sobre bem material que afirme um importante valor científico, artístico ou histórico;
- 6 – Se incidir sobre bem material que conste de segredo e o mesmo for revelado com o acto; ou
- 7 – Se incidir sobre bem material que esteja oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de reparação dos actos lesivos;

c. Um terço da pena se o acto lesivo sendo reparado não cumpre a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – É susceptível de revelar especial censurabilidade ou perversidade no caso de **BURLA QUALIFICADA**, entre as demais, a circunstância em que o autor:

a) For familiar ou mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmos que sem coabitação efectiva, for adoptado ou adoptante da vítima;

b) Praticar o facto contra cidadão particularmente indefeso, em razão da sua idade, debilidade, doença ou gravidez, ou empresa ou instituição debilitada e vulnerável na sua autoridade, autonomia e autodeterminação;

c) For determinado por leviandade e por avidez, pelo prazer de burlar e causar humilhação, prejuízo ou privação;

d) For determinado por instintos de desrespeito, intolerância e incompreensão legislativa, religiosa, de cor, origem étnica ou nacional, sexo ou orientação sexual da vítima;

e) Tiver em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, bem como facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do autor de um crime;

f) Praticar o facto em conjunto com outros cidadãos ou utilizar método particularmente perigoso, que se possa traduzir na prática de um crime de perigo comum;

g) Praticar o facto contra órgãos de soberania e os seus elementos, empresas ou institutos, públicos ou privados e os seus elementos, funcionário no exercício das suas funções, instituições religiosas e suas iminências religiosas, responsáveis comunitários nas suas diversas áreas, públicos ou privados;

h) Explorar situação de acidente, calamidade pública ou de perigo comum;

i) Usurpar de título, uniforme ou insígnia de entidade, pública ou privada, ou alegar falsa ordem de autoridade pública;

j) Utilizar bebidas, plantas filantrópicas, estupefacientes, substâncias medicinais ou outro qualquer produto para destabilizar a integridade da vítima;

l) Fizer da prática da burla o seu modo de vida;

m) Deixar a vítima em situação de apuros ou perigo, ou em difícil situação económica; ou

n) For funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – BURLA RELATIVA A SEGUROS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de obter para si ou para terceiro, indemnização do valor total ou parcial de bem segurado, induzir em erro, lapso ou engano companhia de seguro ou os seus agentes e peritos, ou o tentar, com dados e factos que astuciosamente provocou, agravou ou alienou, determinando ilegítimamente a companhia de seguros à sua respectiva indemnização, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição da indemnização indevidamente arrecadada e dos transtornos causados;
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da companhia de seguros.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – BURLA INFORMÁTICA E NAS COMUNICAÇÕES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a intenção de obter para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo,

- a) Interferir sem consentimento e respectiva autorização no processamento, resultado ou tratamento de dados informáticos, bem como na sua transferência, uso e utilização, ou o tentar;
 - b) Estruturar, programar ou utilizar programa informático de forma incorrecta, incompleta ou abusiva ou adulterar, transformar ou modificar programa informático, ou o tentar;
 - c) Usar, utilizar e servir-se de equipamento, instrumento, ferramenta, programa ou outro utensílio de cariz informático sem a respectiva autorização e certificação legal, ou o tentar; ou
 - d) Usar, utilizar ou servir-se de programas, dispositivos electrónicos ou outros meios que independente do modo de actuação, se destinem a diminuir, alterar ou impedir, total ou parcialmente, o normal e regular funcionamento ou exploração de serviços de telecomunicações, ou o tentar;
- é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ou dos equipamentos informáticos afectados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – BURLA RELATIVA A TRABALHO OU EMPREGO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a intenção de obter para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo:

a) Iludir, aliciar ou prometer trabalho ou emprego por via de acto de recrutamento fictício, falso e abusivo, com obrigatoriedade de caução de inscrição, ou o tentar;

b) Iludir, aliciar ou prometer trabalho ou emprego por via de deslocação pessoal a local de trabalho fictício, causando prejuízo material aos candidatos ao exercício de funções, ou o tentar; ou

c) Iludir, aliciar ou prometer trabalho ou emprego em funções profissionais ou condições de trabalho e de habitabilidade dissonantes, disformes e deturpadas da realidade que projecta e anuncia, ou o tentar;
é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Se envolver a circulação transfronteiriça dos trabalhadores;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – BURLA DE ACORDO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a intenção de não respeitar, corresponder ou cumprir os deveres, responsabilidades e compromissos de um acordo, contrato ou tratado comercial, não o renunciar, rescindir ou impedir na sua prossecução, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – BURLA DE DONATIVO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de não respeitar, corresponder ou cumprir os deveres, responsabilidades e compromissos de uma angariação de donativos monetário, de géneros ou de outro qualquer bem específico, destinado ao apoio, auxílio e ajuda a terceiros, o não entregar, devolver e restituir às entidades promotoras; ou

2 – Toda a entidade promotora dos deveres, responsabilidades e compromissos de uma angariação de donativos monetário, de géneros ou de outro qualquer bem específico, destinado ao apoio, auxílio e ajuda a terceiros, que não cumprir os objectivos da sua missão ou não os distribuir de forma rigorosa, integra e justa face ao objectivo a cumprir;

é punida:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos donativos angariados e não devolvidos e dos transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade da missão a cumprir;

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – BURLA PARA OBTENÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE, HABITAÇÃO OU ESTABELECIMENTO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de não pagar se servir de meio de transporte, habitação ou estabelecimento, de cidadão particular ou de empresa que faça do seu fornecimento comércio ou indústria e se negar a solver a dívida contraída, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes do usufruto indevidamente arrecadados e dos transtornos causados;

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima.

ARTIGO DÉCIMO NONO – BURLA PARA OBTENÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS OU SERVIÇO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de não pagar:

a) Se servir de alimentos e bebidas em estabelecimento que faça do seu fornecimento comércio ou indústria;

b) Usar, usufruir e utilizar habitação, quarto ou serviço de hotel ou estabelecimento análogo;

c) Usar, usufruir ou utilizar meio de transporte;

d) Entrar em recinto público ou privado que requer um valor monetário;

e) Usar, usufruir ou utilizar serviço específico de entidade pública ou privada, obrigado a um valor monetário.

f) Requisitar, requerer ou se obrigar a um valor monetário, pela elaboração de documento, certidão ou outro acto material, obrigatório ou disponível aos agentes económico, formulado por entidade pública ou privada;

e se negar a solver a dívida contraída, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 90 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa semanal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita semanal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes do usufruto indevidamente arrecadados e dos transtornos causados;
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima.

ARTIGO VIGÉSIMO – BURLA PARA OBTENÇÃO DE ROUPAS, CALÇADO E ACESSÓRIOS DE MODA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de não pagar se servir de roupa, calçado ou acessórios de moda em estabelecimento que faça do seu fornecimento comércio ou indústria e se negar a solver a dívida contraída, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 90 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita semanal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes do usufruto indevidamente arrecadados e dos transtornos causados;
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO EM GERAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra o património em geral, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES CONTRA OS DIREITOS PATRIMONIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – ABUSO DE PATENTE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) Sem respeitar os direitos consignados nos termos da lei para o legítimo proprietário de uma marca, bem material ou serviço, qualificados e certificados pela REAL ACADEMIA DOS SAGES PORTUGUESES, possuir, deter, transaccionar, comercializar, usar ou utilizar a mesma com intenção de obter benefício patrimonial, para si ou para terceiros, ou o tentar; ou
 - b) Com a intenção de obter benefício patrimonial ou honorífico, falsificar ou tentar falsificar o registo de patente na REAL ACADEMIA DOS SAGES PORTUGUESES de uma marca, bem material ou serviço específico;
- é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO SEGUNDO – PIRATARIA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) Sem respeitar os direitos consignados nos termos da lei para o legítimo proprietário de uma marca, bem material ou serviço, registado, qualificado e certificado pela REAL ACADEMIA DOS AUTORES PORTUGUESES, possuir, deter, transaccionar, comercializar, usar ou utilizar a mesma com intenção de obter benefício patrimonial, para si ou para terceiros, ou o tentar; ou
 - b) Com a intenção de obter benefício patrimonial ou honorífico, falsificar ou tentar falsificar o registo de obra de arte na REAL ACADEMIA DOS AUTORES PORTUGUESES de uma marca, bem material ou serviço específico;
- é punido:**

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO TERCEIRO – ESPECULAÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de obter vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiros, ou o prejuízo de pessoa, por via de comentários, documentos ou notação técnica falsos, adulterados e deturpados, depreciar ou valorizar um bem material, serviço ou entidade económica, humana e cultural, individual ou colectiva, em toda a sua acção, actuação e valor patrimonial, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO QUARTO – INSOLVÊNCIA DOLOSA.

1 – Todo o devedor que com intenção de não honrar os compromissos acordados e de prejudicar os seus credores:

- a) Destruir, danificar, inutilizar, alienar ou fazer desaparecer em todo ou em parte o seu património, ou o tentar;
- b) Desvalorizar ou tentar desvalorizar ficticiamente o seu activo, dissimulando bem patrimonial, invocando dívidas supostas, reconhecendo créditos fictícios e incitando terceiros à sua reclamação ou simulando por qualquer outra forma situação patrimonial inferior à realidade, nomeadamente por meio de contabilidade falsa, adulterada ou inexacta, falso balanço, ocultação, destruição ou branqueamento de documento ou operação comercial, ou não cumprindo a organização da contabilidade exigida nos termos da lei;
- c) Branquear ou tentar branquear operações e transacções comerciais de modo e forma a simular, criar ou agravar prejuízos e reduzir lucros;
- d) Comprar ou tentar comprar mercadorias a crédito, com o fim de a vender, usar ou utilizar em pagamento por valor sensivelmente inferior ao corrente; ou

- e) Vender ou tentar vender a matéria, bem ou serviço do exercício da sua actividade económica, por valor sensivelmente inferiores ao corrente;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica dos credores;

3 – Sempre que o devedor afirme o carácter de pessoa colectiva privada, seja empresa ou instituição, é punido o autor material e moral que no momento exercer de facto a gestão ou direcção efectiva dos actos e factos praticados neste artigo.

ARTIGO QUINTO – INSOLVÊNCIA NEGLIGENTE.

1 – Todo o devedor que:

- a) Por grave incúria ou imprudência, prodigalidade ou despesas manifestamente elevadas, especulações ruinosas ou grave negligência no exercício da sua actividade, criar um estado de insolvência; ou
- b) Consciente das dificuldades económicas e financeiras da sua empresa ou instituição, privada, não requerer em devido tempo providência de recuperação e viabilidade;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica dos credores;

3 – Sempre que o devedor afirme o carácter de pessoa colectiva privada, seja empresa ou instituição, é punido o autor material e moral que no momento exercer de facto a gestão ou direcção efectiva dos actos e factos praticados neste artigo.

ARTIGO SEXTO – FRUSTRAÇÃO DE CRÉDITOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que após prolação de sentença condenatória exequível, destruir, danificar, inutilizar, branquear, ocultar, sonegar ou fizer desaparecer, no todo ou em parte o seu património, ou o tentar, com a intenção de frustrar total ou parcialmente a satisfação de um crédito de outrem, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica dos credores;

3 – Sempre que o devedor afirme o carácter de pessoa colectiva privada, seja empresa ou instituição, é punido o autor material e moral que no momento exercer de facto a gestão ou direcção efectiva dos actos e factos praticados neste artigo.

ARTIGO SÉTIMO – FAVORECIMENTO DE CREDITORES.

1 – Todo o devedor que consciente da condição de insolvência ou da sua iminência e inevitabilidade, agir ou tentar agir com intenção de favorecer certos credores em detrimento de outros, nomeadamente solvendo dividas ainda não vencidas ou de maneira diferente da forma usual de pagamento, ou der garantias para dívidas para as quais não estava obrigado, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica dos credores;

3 – Sempre que o devedor afirme o carácter de pessoa colectiva privada, seja empresa ou instituição, é punido o autor material e moral que no momento exercer de facto a gestão ou direcção efectiva dos actos e factos praticados neste artigo.

ARTIGO OITAVO – RECEPÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de obter, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial, dissimular ou tentar dissimular bem material obtido por outrem mediante facto ilícito contra o património, nomeadamente a receber em penhor, a adquirir por qualquer título, a detiver, conservar, transmitir ou contribuir para a sua transmissão, ou por qualquer forma assegurar, para si ou para terceiros a sua posse; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem previamente se ter assegurado da sua legítima proveniência, receber, adquirir ou tentar adquirir, a qualquer título, bem material, que pela sua qualidade, pela condição de quem lhe oferece ou pelo montante do valor proposto subentenda que provem de facto ilícito contra o património;

é punido:

- a. Pela devolução do bem material receptado com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material receptado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição do bem material receptado e dos transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO NONO – TRÁFICO E VICIAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE FURTADOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de obter, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial, traficar, dissimular ou tentar dissimular meio de transporte, peças ou acessórios a estes referentes, obtido por outrem mediante facto ilícito contra o património, nomeadamente o receber em penhor, o adquirir por qualquer título, o detiver, conservar, transmitir ou contribuir para a sua transmissão, ou por qualquer forma assegurar, para si ou para terceiros a sua posse;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem previamente se ter assegurado da sua legítima proveniência, receber, adquirir ou tentar adquirir, a qualquer título, meio de transporte, peças ou acessórios a estes referentes, que pela sua qualidade, pela condição de quem lhe oferece ou pelo montante do valor proposto subentenda que provem de facto ilícito contra o património; ou

3 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a intenção de obter, para si ou para terceiros, vantagem patrimonial, viciar meio de transporte, peças ou acessórios a estes referentes, obtidos por outrem mediante facto ilícito contra o património, de modo à sua colocação no mercado de consumo ou ao seu uso e utilização próprio ou de terceiros;

é punido:

- a. Pela devolução do bem material receptado ou viciado com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material receptado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição do bem material receptado e dos transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO DÉCIMO – AUXÍLIO MATERIAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e auxiliar outrem a aproveitar-se ou tentar aproveitar-se do benefício de bem material obtido por meio de facto ilícito contra o património, é punido:

- a. Pela restituição do montante, do benefício do bem material obtido e dos transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do benefício do bem material obtido e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição do bem material receptado e dos transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da vítima;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PERTURBAÇÃO DE ARREMATACÕES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a intenção de obstruir, impedir ou prejudicar os resultados de uma arrematação judicial ou pública autorizada ou imposta nos termos da lei, bem como de concurso regido pelo direito público:

a) De alguma forma prejudicar, perturbar e destabilizar o decurso do respectivo acto, ou o tentar; ou

b) Violar a liberdade dos respectivos actos, impondo ou tentando impor por meio de dádiva, promessa, chantagem, intimidação, violência ou ameaça de violência com mal importante, que alguém não lance, se abstenha ou não concorra e participe;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica do licitador ou licitadores;

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ÂMBITO DO OBJECTO DA RECEPÇÃO.

1 – São equiparados aos bens materiais os valores ou produtos com os mesmos directamente obtidos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA OS DIREITOS PATRIMONIAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra os direitos patrimoniais, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SECTOR PRIVADO.

ARTIGO PRIMEIRO – APROPRIAÇÃO ILEGÍTIMA.

1 – Todo o cidadão que por força do cargo que exerce, ocupa e desempenha, detiver a administração, gerência ou a capacidade de dispor de bens materiais ou serviços do sector privado e por qualquer forma deles se apropriar ilegitimamente ou permitir intencionalmente que outrem se aproprie, ou o tentar, é punido:

- a. Pela devolução do bem material apropriado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material apropriado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;
 - 4 – Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;
 - 5 – Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico ou histórico;
 - 6 – Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto; ou

- 7 – Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição do bem material apropriado; ou
- c. Um terço da pena se o bem material for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

ARTIGO SEGUNDO – ADMINISTRAÇÃO DANOSA.

1 – Todo o cidadão que no exercício do cargo que exerce, ocupa e desempenha no sector privado, infringir, ultrajar e corromper, ou o tentar, procedimentos legais, normas de controlo ou leis económicas de uma gestão exequível, racional e sustentável, provocando dano patrimonial importante, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da própria entidade pública ou cooperativa.

ARTIGO TERCEIRO – CORRUPÇÃO PASSIVA.

1 – Todo o funcionário do sector privado que no exercício das suas funções ou derivado das mesmas, por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou por sua indicação, acordo ou conhecimento a terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para a prática de um acto legal decorrente do exercício dos deveres, responsabilidades e compromissos do seu cargo profissional, ainda que anteriores ou posteriores à solicitação ou aceitação; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, atribuir ou prometer a funcionário do sector privado ou por sua indicação, acordo ou conhecimento a terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para a prática de um acto legal decorrente do exercício dos deveres, responsabilidades e compromissos do seu cargo profissional, ainda que anteriores ou posteriores à atribuição ou promessa;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envolvidos do processo-crime;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Todo o tipo e género de vantagens patrimoniais ou não patrimoniais, sob a forma de oferta, são punidos para ambas as partes por lei, com os dias de multa que ao seu valor comercial actual corresponder multiplicados por três a reverter para o estado.

ARTIGO QUARTO – CORRUPÇÃO ACTIVA.

1 – Todo o funcionário do sector privado que no exercício das suas funções ou derivado das mesmas, por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou por sua indicação, acordo ou conhecimento a terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para a prática de um acto ou omissão ilegais contrários aos deveres, responsabilidades e compromissos do seu cargo profissional, ainda que anteriores ou posteriores à solicitação ou aceitação; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, atribuir ou prometer a funcionário do sector privado ou por sua indicação, acordo ou conhecimento a terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para a prática de um acto ou omissão ilegais contrários aos deveres, responsabilidades e compromissos do seu cargo profissional, ainda que anteriores ou posteriores à atribuição ou promessa;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – PECULATO.

1 – Todo o funcionário do sector privado que ilegítimamente:

- a) Se apropriar, apoderar ou confiscar, hipotecar, empenhar ou por qualquer forma onerar, para proveito próprio ou de terceiros, de dinheiro ou de bem material, público ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções profissionais;
 - b) Usar, utilizar ou permitir que outrem use ou utilize, para fins alheios aos que se destinam, infra-estrutura, equipamento ou bem material, público ou privado, que lhe for entregue, esteja na sua posse ou lhe for acessível em razão das suas funções profissionais; ou
 - c) E sem razões de interesse privado que o justifiquem, usar e utilizar dinheiro público ou particular para fins diferentes daquele a que está legalmente afectado;
- é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do dinheiro ou do bem material envolto do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do dinheiro ou do bem material envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO.

1 – Todo o funcionário do sector privado que com intenção de obter, para si ou para terceiros, participação económica ilícita, lesar e prejudicar em negócio jurídico os interesses patrimoniais privados, que no todo ou em parte lhe cumpre e estão conferidos, em razão do exercício das suas funções profissionais administrativas, de secretariado ou produtivas, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – Todo o funcionário do sector privado que por qualquer modo e forma receber, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial:

- a) Por intervenção e participação em negócio jurídico, durante o período de exercício das suas funções profissionais, legislativas, administrativas ou produtivas, sem lesar ou prejudicar os interesses patrimoniais privados que lhe estão confiados; ou
 - b) Por efeito de um acto de cobrança, arrecadação, liquidação ou pagamento, que por força das suas funções profissionais, total ou parcialmente, esteja encarregue de ordenar ou fazer, não se tendo verificado prejuízo para a entidade privada ou para os interesses que lhe estão confiados;
- é punido:
- a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – RECUSA DE COOPERAÇÃO.

1 – Todo o funcionário do sector privado que notificado por requisição legal de autoridade competente para exercer o dever, responsabilidade e o compromisso de cooperação à administração da justiça ou a qualquer serviço público, sem motivo legítimo o não exercer, se recusar a exercer ou exercendo o não faça correctamente, é punido nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo segundo, do título quinto.

ARTIGO OITAVO – ABUSO DE PODER.

1 – Todo o funcionário do sector privado que, sem correspondência dos crimes previstos neste capítulo, abusar das competências que lhe estão conferidas no âmbito do exercício das suas funções profissionais ou violar os deveres, responsabilidades e compromissos a estas adjacentes, com intenção de obter para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou para lesar e causar prejuízo a outra pessoa, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envolvidos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envolvidos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima.

ARTIGO NONO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO POR FUNCIONÁRIO.

1 – Todo o funcionário do sector privado que sem o devido consentimento ou autorização, denunciar, divulgar e revelar segredo, que lhe tenha sido confiado, tenha tido acesso ou lhe tenha sido facilitado por via do exercício das suas funções e competências profissionais, com intenção de obter para si ou para terceiro benefício ou com a consciência de lesar ou prejudicar os interesses privados que lhe estão legados ou de terceiros, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena:

1 – Se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal;

2 – Se o acto lesivo agravar de forma grave a relação institucional do reino de Portugal com estado ou entidade portuguesa ou estrangeira; ou

3 – Se o funcionário praticar o acto criando perigo para a vida, para a integridade física de outrem ou para bens patrimoniais alheios.

ARTIGO DÉCIMO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE CORRESPONDÊNCIA OU DE TELECOMUNICAÇÕES.

1 – Todo o funcionário do sector privado que no exercício das suas funções e competências profissionais, em serviços privados de correio, telégrafos, telefones ou telecomunicações e que sem o devido consentimento ou autorização:

a) Escamotear, suprimir, subtrair, danificar ou destruir carta, encomenda, telegrama ou outra comunicação confiada aos seus serviços e que lhe é acessível em razão das suas funções;

b) Abrir carta, encomenda ou outra comunicação que lhe é acessível em razão das suas funções, ou sem abrir deter o conhecimento do seu conteúdo;

c) Revelar a terceiros comunicações entre determinados agentes da comunicação, efectuadas por correio, telegrafo, telefone ou outros meios de comunicação daqueles serviços, de que deteve conhecimento em razão das suas funções;

d) Gravar, reproduzir ou revelar a terceiro o conteúdo, total ou parcial, de comunicações entre agentes da comunicação, ou tornar possível a sua audição, leitura ou conhecimento;

e) Fomentar, promover e permitir os factos referidos nas alíneas anteriores;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECUSA E ABANDONO DE FUNÇÕES OU POSTO.

1 – Todo o funcionário do sector privado que no exercício das suas funções profissionais, no período compreendido pelo seu horário de trabalho ou pelas necessidades e exigências imediatas e momentâneas de serviço extraordinário, com intenção de impedir, paralisar ou interromper o serviço privado e o decurso correcto, normal e regular da sua acção, não comparecer, recusar, abandonar as suas funções ou posto, ou negligenciar o seu cumprimento, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave o correcto, normal e regular funcionamento da entidade ou a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONCUSSÃO.

1 – Todo o funcionário do sector privado que no exercício das suas funções profissionais ou de poderes destas decorrentes, por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, receber para si, para a entidade,

individual ou colectiva, a que está agregado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro de cliente, vantagem patrimonial que lhe não seja devida ou seja superior à devida, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envolvidos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou

3 – Se o facto for praticado por meio de intimidação, violência ou ameaça com mal importante;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envolvidos do processo-crime; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO POR FUNCIONÁRIO.

1 – Todo o funcionário do sector privado que abusar das competências que lhe estão conferidas no âmbito do exercício das suas funções profissionais e sem o respectivo consentimento ou autorização do seu proprietário ou proprietários, invadir e se introduzir em habitação, empresa ou estabelecimento ou nela permanecer depois de intimado a retirar-se ou violar domicilio profissional de quem pela natureza do exercício da sua actividade, estiver vinculado ao dever de sigilo, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a estabilidade emocional da vítima;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SECTOR PRIVADO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos cometidos no exercício de funções no sector privado, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONCEITO DE FUNCIONÁRIO DO SECTOR PRIVADO.

- 1 – Para efeitos da lei penal, por funcionário do sector privado compreende-se:
- a) Todo o cidadão que exerça uma actividade profissional no espaço territorial português, temporária ou permanente, a cargo de pessoa privada individual ou colectiva, sobre o qual exerce a título remuneratório, gratuito, voluntário ou obrigatório as responsabilidades para com os direitos, igualdades, liberdades e garantias relativas ao mesmo consignados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, bem como o de exercer o direito relativo aos deveres, responsabilidades e compromissos inerentes ao exercício profissional a desempenhar;
 - b) Todo o cidadão de estado soberano membro constituinte do império português ou de estados soberanos terceiros, ao serviço de órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada do respectivo estado soberano, como funcionário, agente ou qualquer outro título, provisoriamente ou temporariamente, mediante remuneração ou a título gratuito, voluntário ou obrigatório, a desempenhar ou participar em determinada actividade legislativa, judicial ou executiva, administrativa, de secretariado ou produção no espaço territorial português;
 - c) Todo o cidadão ao serviço de uma organização internacional de direito público ou privado como funcionário, agente ou qualquer outro título, provisoriamente ou temporariamente, mediante remuneração ou a título gratuito, voluntário ou obrigatório, a desempenhar ou participar em determinada actividade administrativa, de secretariado ou produção no espaço territorial português;

CAPÍTULO SEXTO – CRIMES CONTRA O SECTOR PÚBLICO OU COOPERATIVO AGRAVADOS PELA QUALIDADE DO AUTOR.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSPIRAÇÃO POR ESPECULAÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de obter vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiros, ou de prejudicar deliberadamente o estado português, por via de comentários, documentos ou notação técnica falsos, adulterados e deturpados, depreciar ou valorizar a acção, actuação e valor patrimonial de órgão de soberania, empresa ou instituição estatal, ou do próprio estado português na sua plenitude soberana, independente e autónoma dos demais estados soberanos do planeta terra, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do acto, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

ARTIGO SEGUNDO – ALICIAMENTO DAS FORÇAS DE INTERVENÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que intentar o recrutamento de elementos das forças da segurança, ordem ou prevenção, para uma sublevação contra o estado português ou para uma acção de guerra contra estado soberano estrangeiro, colocando em perigo o respeito, responsabilidade e o compromisso de todas as nações soberanas para uma convivência pacífica entre os povos, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do acto, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

ARTIGO TERCEIRO – APROPRIAÇÃO ILEGÍTIMA.

1 – Todo o cidadão que por força do cargo que exerce, ocupa e desempenha, detiver a administração, gerência ou a capacidade de dispor de bens materiais ou serviços do sector público ou cooperativo e por qualquer forma deles se apropriar

ilegitimamente ou permitir intencionalmente que outrem se aproprie, ou o tentar, é punido:

- a. Pela devolução do bem material apropriado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do bem material apropriado e dos transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 6 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 - Se o bem material constar da propriedade intelectual e afirmar um importante significado para o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural do reino de Portugal;
 - 4 - Se o bem material afirmar uma natureza altamente perigosa;
 - 5 - Se o bem material afirmar um importante valor científico, artístico ou histórico;
 - 6 - Se o bem material constar de segredo e o mesmo for revelado com o acto; ou
 - 7 - Se o bem material estiver oficialmente arrolado ou posto sob protecção oficial pela lei;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição do bem material apropriado; ou
- c. Um terço da pena se o bem material for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

ARTIGO QUARTO – ADMINISTRAÇÃO DANOSA.

1 – Todo o cidadão que no exercício do cargo que exerce, ocupa e desempenha no sector público ou cooperativo, infringir, ultrajar e corromper, ou o tentar, procedimentos legais, normas de controlo ou leis económicas de uma gestão exequível, racional e sustentável, provocando dano patrimonial importante, nomeadamente contraindo empréstimos cuja duração ultrapasse o limite do seu mandato ou do exercício das suas funções, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 6 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica da própria entidade pública ou cooperativa.

ARTIGO QUINTO – ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, que não tendo declarado nos próprios anos em termos fiscais, sociais e financeiros o usufruto integral do exercício da sua actividade profissional, laboral ou institucional, permanente, sazonal ou ocasional, bem como não tendo registado em termos notariais a propriedade de bens imóveis e bens móveis exigidos nos termos da lei portuguesa ou que possam estar na propriedade de terceiros e que no período de vigência entre a publicação do diploma da criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e a sua entrada em vigor o não denunciarem em manifesto voluntário nos termos do número 1 e 2 do artigo 5º, do capítulo terceiro, do título terceiro do mesmo diploma ou não procederem ao registo de propriedade nos órgãos de soberania notariais, quando sob instauração de processo-crime de enriquecimento ilícito, é punido:

- a) Com a perda dos bens patrimoniais a favor do estado nos termos do capítulo décimo segundo, do título terceiro, da parte primeira do CÓDIGO PENAL;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do património ilícito liquidado, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se for titular de cargo, agente ou funcionário no exercício de funções no sector público ou cooperativo.
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes do património ilícito liquidado; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – É da estrita competência do arguido em acto processual de julgamento por enriquecimento ilícito provar a licitude do património em sua posse e detenção, sob pena da sua perda a favor do estado.

ARTIGO SEXTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA O SECTOR PÚBLICO OU COOPERATIVO AGRAVADOS PELA QUALIDADE DO AUTOR.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do autor, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

TÍTULO SEGUNDO – CONTRA O HOMEM.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES CONTRA A VIDA INTRA-UTERINA.

ARTIGO PRIMEIRO – ABORTO.

1 – Todo o cidadão que com ou sem habilitações profissionais, agindo à margem da lei, em local alheio às unidades oficiais de saúde próprias, habilitadas e qualificadas para o efeito, com ou sem consentimento da progenitora ou progenitores, respeitando ou não os tempos de gestação do feto, provocar a interrupção da gravidez de uma mulher por qualquer meio, técnica ou método empregue, colocando em risco a saúde da mulher; ou

2 – Toda a mulher grávida que agindo por iniciativa própria ou sob conselho de terceiros, que não os profissionais de saúde legalmente autorizados e qualificados, com o consentimento ou não do progenitor, der o consentimento para a prática do aborto descrito no número anterior ou por si só ingerir, usar ou utilizar substância natural ou química ou meio, técnica ou método para que se faça abortar;

é punida:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 9 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pelo uso e utilização de processo e método traumático, doloroso e cruel, aumentando e agravando o sofrimento da mulher e as suas consequências;

b. O dobro da pena se for efectuado sem as condições higiénicas e técnicas necessárias, precisas e exigidas ao auxílio em todo o processo, consequências e tratamento; e

c. Um terço da pena se for praticado por cidadão sem formação, qualificação ou certificação profissional na área da saúde à data dos factos.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da mãe, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ NÃO PUNÍVEL.

1 – Não é punível a interrupção da gravidez efectuada por equipa médica qualificada, ou sobre a sua direcção, em unidades oficiais de saúde próprias, habilitadas e qualificadas para o efeito, com o consentimento da progenitora ou progenitores, quando:

a) Constituir o único meio de remover perigo de morte ou de grave e irreversível lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida;

b) Se mostrar indicada para evitar perigo de morte ou de grave e duradoura lesão para o corpo ou para a saúde física e psíquica da mulher grávida e for realizada nas primeiras doze semanas de gravidez;

c) Houver seguros motivos para prever que o nascituro virá a sofrer, de forma incurável, de grave doença ou malformação congénita e for realizada nas primeiras vinte e quatro semanas de gravidez, excepcionando-se as situações de fetos inviáveis, caso em que a interrupção poderá ser praticada em todo o momento;

d) A gravidez tenha resultado de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual e a interrupção for realizada nas primeiras dezasseis semanas;

e) For realizada, por opção da progenitora ou progenitores, nas primeiras dez semanas de gravidez.

2 – A verificação das circunstâncias que tornam não punível a interrupção da gravidez é certificada em atestado médico, escrito e assinado antes da intervenção por médico diferente daquele por quem, ou sob cuja direcção a interrupção é realizada.

3 – A situação prevista na alínea e) do número anterior circunscreve-se apenas e só à comprovação de que a gravidez não excede as dez semanas.

4 – O consentimento é prestado:

a) Nos casos referidos nas alíneas a), b), c) e d) do número 1, em documento assinado pela progenitora ou progenitores ou a seu rogo e sempre que possível com a antecedência mínima de três dias relativamente à data da intervenção;

b) No caso referido na alínea e) do número 1, em documento assinado pela progenitora ou progenitores ou a seu rogo, o qual deverá ser entregue no estabelecimento de saúde oficial até ao momento da intervenção e sempre após um período de reflexão não inferior a sete dias a contar da data da realização da primeira consulta destinada a facultar à progenitora ou progenitores o acesso à informação de planeamento familiar e para a formação da sua livre, consciente e responsável decisão.

5 – No caso de a progenitora ser menor de dezoito anos ou psiquicamente incapaz, conforme os casos o consentimento é prestado pelos tutores legais ou na sua ausência por quaisquer familiares da linha colateral em exercício de funções laborais.

6 – Se não for possível obter o consentimento nos termos dos números 4º e 5º e a efectivação da interrupção da gravidez se revestirem de urgência, o médico socorrendo-se sempre que possível do parecer de outros médicos decide em consciência face à situação.

7 – Para efeitos do disposto no presente artigo, o número de semanas de gravidez é comprovado eco graficamente ou por outro meio adequado de acordo com as leges artis.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A VIDA INTRA-UTERINA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a vida intra-uterina, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A VIDA.

ARTIGO PRIMEIRO – INFANTICÍDIO.

1 – Todo o cidadão que matar ou tentar matar recém-nascido durante ou após o parto, é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva de 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

ARTIGO SEGUNDO – HOMICÍDIO.

1 – Todo o cidadão que matar outro cidadão ou o tentar,

a) **HOMICÍDIO PREMEDITADO**, consciente da preparação dos actos, da escolha do espaço e da execução do método no momento, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) **HOMICÍDIO PRIVILEGIADO**, dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação regular;
- h. Com direito a uma visita semanal;

c) **HOMICÍDIO A PEDIDO DA VITIMA**, determinado por um pedido sério, justo e responsável, instantâneo e expresso que o cidadão lhe tenha confesso, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- d) HOMICÍDIO POR NEGLIGÊNCIA, por via de acto negligente, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

- e) HOMICÍDIO QUALIFICADO, em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade dos valores sociais e morais, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – É susceptível de revelar especial censurabilidade ou perversidade no caso de HOMICÍDIO QUALIFICADO, entre as demais, a circunstância em que o autor:

- a) For familiar ou mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmos que sem coabitação efectiva, for adoptado ou adoptante da vítima;
- b) Praticar o facto contra cidadão particularmente indefeso, em razão da sua idade, debilidade, doença ou gravidez;
- c) Empregar tortura ou acto de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima;
- d) For determinado por leviandade e por avidez, pelo prazer de matar e causar sofrimento;
- e) For determinado por instintos de desrespeito, intolerância e incompreensão legislativa, religiosa, de cor, origem étnica ou nacional, sexo ou orientação sexual da vítima;

f) Tiver em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, bem como facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do autor de um crime;

g) Praticar o facto em conjunto com outros cidadãos ou utilizar método particularmente perigoso, que se possa traduzir na prática de um crime de perigo comum;

h) Utilizar veneno ou outro qualquer meio insidioso;

i) Praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidente de empresas e institutos públicos e privados, jurado, testemunha, profissional no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juiz ou árbitro desportivo sob a jurisdição das respectivas federações desportivas;

j) For funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

ARTIGO TERCEIRO – INCITAMENTO OU AJUDA AO SUICÍDIO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que estimular, encorajar, instigar, desafiar, provocar, excitar ou aqular outro cidadão ao suicídio ou lhe prestar colaboração, auxílio e ajuda para que realize esse objectivo, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 9 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Pelo uso e utilização de processo traumático, doloroso e cruel, aumentando e agravando o sofrimento da vítima e as suas consequências;

b. O dobro da pena se a vítima for menor de vinte e um anos ou se por qualquer motivo tiver a sua capacidade de valoração ou de determinação sensivelmente diminuída; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água,
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – PROPAGANDA AO SUICÍDIO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por via verbal, escrita ou outro meio de expressão, publicar, divulgar ou difundir propaganda com ideais relativos às formas, instrumentos ou métodos preconizados como meio para produzir a morte, de forma adequada a provocar suicídio, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 9 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
- b. O dobro da pena se a mensagem for direccionada a menores de vinte e um anos ou cidadãos que por qualquer motivo tiverem a sua capacidade de valoração ou de determinação sensivelmente diminuída; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a estabilidade social e moral da vida do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e a água,
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – EXPOSIÇÃO OU ABANDONO.

1 – Todo o cidadão que colocar ou tentar colocar em perigo a vida de outro cidadão:

- a) Expondo-a em lugar que a sujeite a uma situação de que por si só, não possa defender-se; ou
- b) Abandonando-a sem defesa, sempre que ao agente lhe competir o dever, responsabilidade e o compromisso de a proteger, zelar e cuidar, bem como o de a guardar, vigiar ou assistir;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se a vítima for menor de vinte e um anos, maior de setenta anos ou se por qualquer motivo tiver a sua capacidade de valoração ou de determinação sensivelmente diminuída; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto provocado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – EUTANÁSIA.

1 – A eutanásia como meio de antecipação da morte de doentes incuráveis e do término do sofrimento para os pacientes e para os seus familiares, subscritos nos termos da lei pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, de acordo com os modos, métodos e procedimentos que se mostrarem indicados e que forem levados a efeito, de acordo com as leyes artis, por equipa médica qualificada, ou sobre a sua direcção, em unidades oficiais de saúde próprias, habilitadas e qualificadas para o efeito, não constitui crime contra a vida.

2 – A verificação das circunstâncias que tornam não punível a eutanásia é certificada pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS em atestado médico, escrito e assinado antes da intervenção por os médicos das diferentes patologias envolvidos do estado clínico da vítima, diferente daquele por quem, ou sob cuja direcção a eutanásia é realizada, por a própria vítima sempre que possível e pelos seus tutores legais, cônjuge ou familiares da linha colateral em exercício de funções laborais, sempre após um período de reflexão não inferior a sete dias a contar da data do conhecimento, análise e avaliação do diagnóstico patológico dos médicos envolvidos do processo.

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A VIDA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a vida, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA.

ARTIGO PRIMEIRO – OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA.

1 – Todo o cidadão que ofender ou tentar ofender o corpo ou a saúde de outro cidadão:

- a) Privando-o de importante órgão ou membro ou desfigurando-o grave e permanentemente;
- b) Retirando-lhe ou afectando-lhe de maneira grave, as faculdades motoras e a capacidade do exercício de funções, as capacidades intelectuais, de procriação ou de fruição sexual ou a possibilidade de fazer uso do corpo, sentidos, sentimentos ou da linguagem;
- c) Provocando-lhe doença particularmente dolorosa ou permanente ou anomalia psíquica grave ou incurável; ou
- d) Provocando-lhe perigo para a vida,

1 – OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA PREMEDITADA, consciente da preparação dos actos, da escolha do espaço e da execução do método no momento, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 15 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA PRIVILEGIADA, dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 15 anos;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação regular;
- h. Com direito a uma visita semanal;

3 – OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA A PEDIDO DA VÍTIMA, determinado por um pedido sério, justo e responsável, instantâneo e expresso que o cidadão lhe tenha confesso, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 15 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

4 – OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA POR NEGLIGÊNCIA, por via de acto negligente, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 15 anos;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

5 – OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA QUALIFICADA, em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade dos valores sociais e morais, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 15 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

6 - OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA POR VIA DA TRADIÇÃO, por via de rituais e crenças tradicionais de mutilação dos órgãos genitais, característicos de algumas regiões específicas do império português, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 15 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – Compete aos profissionais médicos deliberar sobre as capacidades motoras, sensoriais e psicológicas das vítimas, sobre as condições, instrumentos e métodos em uso no crime e sobre as qualificações e capacidades de intervenção do autor ou autores do crime, competindo a SUAS ALTEZAS, decidir em conformidade com o relatório clínico as razões, motivos e os fins do autor ou do ofendido e a amplitude previsível da ofensa.

3 - É susceptível de revelar especial censurabilidade ou perversidade no caso de OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA QUALIFICADA, entre as demais, a circunstância em que o autor:

- a) For familiar ou mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmos que sem coabitação efectiva, for adoptado ou adoptante da vítima;
- b) Praticar o facto contra cidadão particularmente indefeso, em razão da sua idade, debilidade, doença ou gravidez;
- c) Empregar tortura ou acto de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima;
- d) For determinado por levandade e por avidez, pelo prazer de torturar e causar sofrimento;
- e) For determinado por instintos de desrespeito, intolerância e incompreensão legislativa, religiosa, de cor, origem étnica ou nacional, sexo ou orientação sexual da vítima;
- f) Tiver em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, bem como facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do autor de um crime;
- g) Praticar o facto em conjunto com outros cidadãos ou utilizar método particularmente perigoso, que se possa traduzir na prática de um crime de perigo comum;
- h) Utilizar veneno ou outro qualquer meio insidioso;
- i) Praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidente de empresas e institutos públicos e privados, jurado, testemunha, profissional no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juiz ou árbitro desportivo sob a jurisdição das respectivas federações desportivas;
- j) For funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

ARTIGO SEGUNDO – INTERVENÇÕES E TRATAMENTOS MÉDICO-CIRURGICOS.

1 – As intervenções e os tratamentos que, segundo o estado dos conhecimentos, da ciência e da experiência da medicina, se mostrarem indicados e forem levados a efeito, de acordo com as *leges artis*, por um profissional de saúde legalmente autorizado, com intenção de prevenir, diagnosticar, debelar ou minorar doença, sofrimento, lesão ou fadiga corporal ou perturbação mental, não se consideram ofensa à integridade física.

2 – Todo o profissional de saúde legalmente autorizado, que realize intervenções ou tratamentos violando a *leges artis* e criarem deste modo um perigo para a vida ou perigo de grave ofensa para o corpo ou para a saúde dos seus pacientes, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o autor detendo o conhecimento do diagnóstico patológico da vítima o subestimar e o infringir com substâncias medicinais, cuidados e tratamentos medicinais de risco, adversos e gravosos; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

- b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

1 – Todo o cidadão que de modo reiterado ou não, infligir insultos, maus-tratos físicos ou psicológicos, castigos corporais, privações de liberdade, ofensas sexuais ou tratar cruelmente:

- a) Cônjuge ou cidadão com a qual mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva;
- b) Familiar, ascendente ou descendente, adoptado ou adoptante;
- c) Cidadão particularmente indefeso, em razão da sua idade, debilidade, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três,

sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Se o acto for praticado na presença de menor de 18 anos;

b. O dobro da pena se o autor exercer funções de relevância no plano comunitário e social da vida do reino de Portugal, do Império Português ou de órgãos Internacionais; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – MAUS-TRATOS.

1 – Todo o cidadão que tendo ao seu cuidado, à sua guarda e sob a sua orientação, a responsabilidade de direcção, educação, cuidado, tratamento ou de exercício de funções laborais de cidadão menor, ancião ou cidadão particularmente indefeso, em razão da sua idade, debilidade, doença ou gravidez e:

- a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, insultos, maus-tratos físicos ou psicológicos, castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais ou a tratar cruelmente;
- b) A empregar e colocar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou
- c) A sobrecarregar com trabalho excessivo;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Se o acto for praticado na presença de menor de 18 anos;
- b. O dobro da pena se o autor exercer funções de relevância no plano comunitário e social da vida do reino de Portugal, do Império Português ou de órgãos Internacionais; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água,
 - h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – VIOLAÇÃO DE NORMAS DE SEGURANÇA.

1 – Todo o cidadão que não observando as disposições legais ou regulamentares de segurança, sujeitar ou tentar sujeitar funcionário a perigo de vida ou a perigo de grave ofensa para o corpo ou para a saúde, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se o autor exercer funções de relevância no plano comunitário e social da vida do reino de Portugal, do Império Português ou de órgãos Internacionais; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na

íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO EM RIXA.

1 – Todo o cidadão que incentivar, intervier ou tomar parte em rixa de duas ou mais pessoas, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima;
- c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se a vítima for incapaz de opor resistência e de se defender; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA.

1 – Todo o cidadão que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a integridade física e psicológica, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL.

ARTIGO PRIMEIRO – SEQUESTRO.

1 – Todo o cidadão que detiver, prender, mantiver preso, detido ou enclausurado outro cidadão ou de qualquer modo ou forma o privar da liberdade, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente em meses ao número de dias de sequestro da vítima, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se for praticado com o falso pretexto de que a vítima sofria de anomalia psíquica;

4 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;

5 – Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juizes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas;

6 – Se for praticado mediante simulação de autoridade pública; ou

7 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

b. O dobro da pena se o autor for tutor, responsável ou familiar, ou com a vítima mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva, bem como for adoptado ou adoptante; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos

e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – ESCRAVIDÃO.

1 – Todo o cidadão:

a) Que conduzir ao estado ou condição de servidão, sujeição e cativeiro outro cidadão, no exercício de funções exaustivas de cariz doméstico, laboral ou sexual, sem a retribuição de qualquer género de remuneração respectiva e justa e sem o respeito pelos valores humanos e morais da vida do reino de Portugal, tornando-o absolutamente dependente, privando-o da liberdade e submetendo-o a um poder absoluto; ou

b) Que alienar, ceder ou adquirir cidadão para dele se apossar com os fins previstos na alínea anterior,

é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente em meses ao número de dias de escravidão da vítima, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;

b. O dobro da pena:

1 - Se o autor fizer do acto criminoso, integral ou parcialmente, o exercício da sua actividade económica ou o seu modo de vida; ou

2 - Se for tutor, responsável ou familiar, ou com a vítima mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva, bem como for adoptado ou adoptante; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 - Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – TRÁFICO DE PESSOAS.

1 - Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que negociar, transaccionar, oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher cidadão para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;

b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;

c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar,

d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou

e) Mediante a obtenção do consentimento de cidadão que detém o controlo sobre a vítima;

2 - Todo o cidadão que mediante pagamento ou outra contra-partida oferecer, entregar, solicitar, aceitar, obtiver ou prestar consentimento na adopção de menor à margem da lei; ou

3 Todo o cidadão que tendo conhecimento da prática dos crimes praticados nos números anteriores, utilizar os serviços ou órgãos da vítima;

é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente em meses ao número de dias de sequestro ou rapto da vítima, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;

b. O dobro da pena se o autor fizer do acto criminoso, integral ou parcialmente, o exercício da sua actividade económica ou o seu modo de vida; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

5 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – RAPTO.

1 – Todo o cidadão que por meio de violência, ameaça ou astúcia, capturar e mantiver outro cidadão aprisionado com a intenção de:

a) Submeter a vítima a extorsão;

- b) Cometer crime contra a liberdade e autodeterminação sexual da vítima;
- c) Obter resgate ou recompensa; ou
- d) Constranger a autoridade pública ou terceiros, a uma acção ou omissão, a suportar uma actividade ou a praticar um acto contrário à lei e aos valores morais;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente em meses ao número de dias de rapto da vítima, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;
 - 3 – Se for praticado com o falso pretexto de que a vítima sofria de anomalia psíquica;
 - 4 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;
 - 5 – Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juizes ou árbitro desportivo sob a jurisdição das respectivas federações desportivas;
 - 6 – Se for praticado mediante simulação de autoridade pública; ou
 - 7 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.
- b. O dobro da pena se o autor for tutor, responsável ou familiar, ou com a vítima mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva, bem como adoptado ou adoptante; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – REFÉNS.

1 – Todo o cidadão que com intenção de realizar finalidades ideológicas, legislativas, filosóficas ou confessionais ou de alertar a comunidade para determinada realidade, sequestrar ou raptar outro cidadão, atentando por via de ameaças contra a sua vida, infligindo ofensas à integridade física graves ou mantendo-o detido, visando deste modo constranger um estado, órgão de soberania, empresa, instituição ou cidadão a uma acção ou omissão, a suportar uma actividade ou a praticar um acto contrário à lei e aos valores morais, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente em anos ao número de dias de sequestro ou rapto da vítima, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se for praticado com o falso pretexto de que a vítima sofria de anomalia psíquica;
 - 4 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;
 - 5 – Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juízes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas;

- 6 – Se for praticado mediante simulação de autoridade pública; ou
- 7 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

b. O dobro da pena se a opressão for efectuada sobre funcionário, agente económico ou familiar, ou que com a vítima mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva, bem como for adoptado ou adoptante; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – AMEAÇA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por via de palavra, gesto ou sinal indicativo do mal que se quer fazer a alguém, intimidar, amedrontar ou por em perigo outrem com a prática de crime contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou os seus bens patrimoniais, de modo e forma adequada a provocar-lhe medo, receio ou inquietação ou prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
 - a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;
 - 4 – Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juízes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas; ou
 - 5 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.
 - b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
 - c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;
- 3 – Se do acto crime:
 - a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
 - b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SÉTIMO – COACÇÃO.

- 1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por meio de imposição, violência, ameaça com mal importante ou chantagem, constranger ou tentar constranger outrem a uma acção ou omissão, ou a suportar determinada actividade, é punido:
 - a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;

4 – Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juízes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas; ou

5 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na

íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO OITAVO – INTERVENÇÕES E TRATAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ARBITRÁRIOS.

1 – Todo o profissional de saúde legalmente autorizado que tendo em vista as exigências, responsabilidade e competências do exercício das suas funções, realizarem intervenções ou tratamentos sem consentimento do paciente, de tutor ou familiar; ou

2 – Todo o cidadão que se opuser ou não der o consentimento no imediato momento para que um profissional de saúde legalmente autorizado possa exercer uma intervenção médica em paciente da mesma necessitado;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o autor detendo o conhecimento do diagnóstico patológico da vítima o subestimar e o infringir com substâncias, cuidados e tratamentos medicinais de risco, adversos e gravosos; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

4 – Para efeitos do disposto neste artigo, o consentimento só é eficaz quando o paciente tiver sido devidamente esclarecido sobre o diagnóstico da patologia e a índole, alcance, envergadura e possíveis consequências da intervenção ou tratamento, salvo em situação de emergência médica ou se o mesmo implicar a comunicação de circunstâncias que a serem conhecidas pelo paciente, poriam em perigo a sua vida ou seriam susceptíveis de lhe causar dano à saúde, física ou psíquica.

ARTIGO NONO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a liberdade pessoal, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMES CONTRA A LIBERDADE E AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL.

ARTIGO PRIMEIRO – COACÇÃO SEXUAL.

1 – Todo o cidadão que por meio de imposição, violência, ameaça com mal importante ou chantagem, constranger ou tentar constranger outro cidadão a simular, sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, acto sexual de relevo sem imediata reacção de refutação por parte da vítima; ou

2 – Todo o cidadão que por meio do abuso da autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger ou tentar constranger outro cidadão a simular, sofrer ou praticar consigo ou com outrem, acto sexual de relevo sem imediata reacção de refutação por parte da vítima,

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar gravidez na vítima ou se o autor for portador de alguma doença transmissível; e
- c. Um terço da pena:

- 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
- ou
- 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
- 4 – Se do acto crime:
- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
- a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – VIOLAÇÃO.

1 – Todo o cidadão que por meio de imposição, violência ou de ameaça com mal importante, ou depois de para o mesmo fim o tornar inconsciente, vulnerável ou posto na impossibilidade de resistir, constranger cidadão:

- a) A sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, penetração vaginal, anal ou oral; ou
 - b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos;
- Com ou sem imediata reacção de refutação em caso de inconsciência da vítima, é punido:
- a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar gravidez na vítima ou se o autor for portador de alguma doença transmissível; e
- c. Um terço da pena:
 - 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
 - 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
 - 3 – Se resultar de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral,
- 3 – Se do acto crime:
 - a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – ABUSO SEXUAL.

- 1 – Todo o cidadão que praticar acto sexual de relevo com:
 - a) ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS, menor de catorze anos, ou o induzir a praticar com terceiro, por via de actos de assédio sexual, de conversa, escrito, espectáculo ou objecto pornográfico;
 - b) ABUSO SEXUAL DE MENOR DEPENDENTE OU NÃO DEPENDENTE, menor de vinte e um anos a quem lhe tenha sido confiado a tutela e a responsabilidade de proteger, zelar e cuidar, dar educação, conforto e assistência ou não dependente;
 - c) ABUSO SEXUAL DE CIDADÃO INCAPAZ DE RESISTÊNCIA, cidadão inconsciente, especial ou debilitado ao ponto de não opor resistência, aproveitando-se do seu estado, incapacidade e debilidade;
 - d) ABUSO SEXUAL DE CIDADÃO INTERNADO, cidadão que lhe seja confiado ou se encontre ao seu cuidado em:
 - 1 – Estabelecimento de execução criminal de privação das liberdades pessoais;
 - 2 – Hospital, hospício, clínica de convalescença ou de saúde, asilo, ou outro estabelecimento destinado a apoio, assistência ou tratamento; ou
 - 3 – Estabelecimento de educação, correcção ou lares;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar gravidez na vítima ou se o autor for portador de alguma doença transmissível; e
- c. Um terço da pena:
 - 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
 - 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
 - 3 – Se resultar de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral,

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;

- b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – FRAUDE SEXUAL.

1 – Todo o cidadão que aproveitando-se fraudulentamente de erro sobre a sua identidade pessoal, praticar ou tentar praticar com outro cidadão acto sexual de relevo, é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar gravidez na vítima ou se o autor for portador de alguma doença transmissível; e
- c. Um terço da pena:
 - 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
 - 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
 - 3 – Se resultar de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral,

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – PROCRIAÇÃO ARTIFICIAL NÃO CONSENTIDA.

1 – Todo o cidadão que praticar ou tentar praticar acto de procriação artificial em mulher, sem o seu consentimento e autorização, é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar gravidez ou se o genoma introduzido for portador de alguma doença transmissível; e
- c. Um terço da pena:
 - 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
 - 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
 - 3 – Se resultar de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral,

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto provocado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – LENOCÍNIO.

1 – Todo o cidadão que profissionalmente ou com intenção lucrativa fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição, é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos
- 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- 3 – Se o autor cometer o crime:
 - a – Por via de violência ou ameaça de violência;
 - b – Por ardil ou manobra fraudulenta; ou
 - c – Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho;

b. O dobro da pena:

- 1 – Se o acto criminoso provocar gravidez;
- 2 – Se os cidadãos envoltos do crime forem portador de alguma doença transmissível;
- 3 – For praticado com menor de 21 anos; e
- 4 – Com cidadão com incapacidade psíquica ou em situação de vulnerabilidade; e

c. Um terço da pena:

- 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
- 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
- 3 – Se resultar de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral,

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS SEXUAIS COM ADOLESCENTES.

1 – Todo o cidadão que tendo mais de vinte e um anos, praticar ou tentar praticar acto sexual de relevo com cidadão maior de catorze anos e menor de dezasseis anos, ou induzir a que a mesma o pratique com outrem, abusando da sua inocência e inexperiência, é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima e para os familiares directos;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - b. O dobro da pena:
 - 1 – Se o acto criminoso provocar gravidez;
 - 2 – Se o autor for portador de alguma doença transmissível;
 - 3 – Se for praticado em cidadão com incapacidade psíquica ou em situação de vulnerabilidade; e
 - c. Um terço da pena:
 - 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
 - 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
 - 3 – Se resultar de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral,
- 3 – Se do acto crime:
- a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto provocado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
 - b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO OITAVO – PROSTITUIÇÃO.

- 1 – Todo o cidadão que praticar ou tentar praticar acto sexual de relevo com outro cidadão mediante pagamento, promessa ou contrapartida, é punido:
- a. Pelas consequências do acto provocado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
 - a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - b. O dobro da pena:
 - 1 – Se o acto criminoso provocar gravidez;
 - 2 – Se o autor for portador de alguma doença transmissível;
 - 3 – Se for praticado com menor de 21 anos;
 - 4 – Se for praticado com cidadão com incapacidade psíquica ou em situação de vulnerabilidade; e
 - c. Um terço da pena:
 - 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
 - 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
 - 3 – Se resultar de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral,

ARTIGO NONO – PORNOGRAFIA.

- 1 – Todo o cidadão que tentar ou:
 - a) Usar menor de vinte e um anos em espectáculo pornográfico ou o aliciar para o mesmo fim;
 - b) Usar menor de vinte e um anos em fotografia, filme ou gravação pornográfica, independentemente do seu suporte ou o aliciar para o mesmo fim;
 - c) Produzir, distribuir, importar, exportar, promover, publicitar, divulgar, exhibir ou ceder a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea b); ou
 - d) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea b) com o propósito de os comercializar, distribuir, importar, exportar, promover, publicitar, divulgar, exhibir ou ceder;
- é punido:
 - a. Pelas consequências do acto provocado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
 - a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - b. O dobro da pena se o acto criminoso for praticado por profissional com intenção economicista ou for praticado com cidadão com incapacidade psíquica ou em situação de vulnerabilidade; e

c. Um terço da pena:

- 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima;
- 2 – Se for praticado sobre familiar, ascendente, descendente, adoptante ou adoptado; ou
- 3 – Se resultar de uma relação familiar, de tutela ou curatela ou de dependência hierárquica, económica ou laboral,

ARTIGO DÉCIMO – IMPORTUNAÇÃO SEXUAL.

1 – Todo o cidadão que incomodar com solicitações ou súplicas repetidas, enfadar, aborrecer, for incómodo, causar transtorno e desconforto a outro cidadão praticando perante ele actos de carácter exibicionista sexuais ou constrangendo-o a contacto de natureza sexual, é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa semanal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita semanal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se a vítima for incapaz de opor resistência e de se defender; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUBVERSÃO SEXUAL.

1 – Todo o cidadão que com excepção dos laços familiares, praticar na via pública ou em recinto público ou privado actos de afecto com cidadão do mesmo sexo, obscenos e subversivos da razão, existência e evolução da vida humana e dos valores e princípios do amor e da instituição família,

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o acto for praticado com mais de dois cidadãos e for classificado como orgia; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ASSÉDIO SEXUAL.

1 – Todo o cidadão que com palavras, gestos, acções, actos ou comportamentos desadequados e desajustados aos valores e princípios da família, do amor e do respeito pelo ser humano, importunar, ameaçar ou ofender a integridade sexual de outro cidadão, é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 183 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa semanal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita semanal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se a vítima for incapaz de opor resistência e de se defender; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INIBIÇÃO DO PODER PATERNAL.

1 – Todo o cidadão que for condenado pelos crimes deste capítulo e que exerçam a tutela ou curatela sobre a vítima ou outros cidadãos menores de vinte e um anos, pode atenta a concreta gravidade do facto ser inibido para toda a vida do direito, responsabilidade e exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROIBIÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES.

1 – Todo o cidadão que for condenado pelos crimes deste capítulo e que exerçam funções profissionais que impliquem menores de vinte e um anos sob a sua responsabilidade, guarda e protecção, pode atenta a concreta gravidade do facto ser proibido do exercício das suas funções profissionais.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE E AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a liberdade e autodeterminação sexual, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO SEXTO – CRIMES CONTRA A HONRA.

ARTIGO PRIMEIRO – OFENSA AO ESTADO OU ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que, por via verbal, escrita ou outro meio de expressão, sem razão ou fundamento para que em boa-fé, os possa reputar verdadeiros, afirmar ou propalar factos não verídicos, insultando e ofendendo a credibilidade, prestígio e a confiança de órgão de soberania, empresa ou instituição pública ou privada, do estado português, estado soberano imperial português, estado soberano mundial ou entidade internacional, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 - Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO SEGUNDO – OPRESSÃO SOBRE CIDADÃO.

1 – Todo o cidadão que por meio de imposição, violência, ameaça com mal importante, chantagem, insultos ou ofensas oprimir, forçar e constranger ou tentar constranger outro cidadão na sua honra e no seu direito de liberdade e personalidade própria, ou a suportar determinada actividade, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

3 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;

4 – Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juízes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas; ou

5 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena:

1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima; ou

2 – Se for exercida nos meios académicos, desportivos, laborais, militares, policiais, sapadores ou institucionais sociais;

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – CALÚNIA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que, por via dos meios de comunicação ou de circunstâncias que facilitem a sua divulgação, acusar, denegrir, desacreditar, enegrecer, maldizer, manchar com factos ofensivos a honra, dignidade e reputação da vítima, tendo consciência de que é falso, ofendendo, desonrando e desacreditando a vítima publicamente, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - 3 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;
 - 4 – Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juízes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas; ou
 - 5 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO QUARTO – DIFAMAÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que, dirigindo-se a terceiros por via verbal, escrita ou outro meio de expressão, imputar a outro cidadão ou família, mesmo sob a forma de suspeita, um facto falso ou formular sobre a mesma um juízo falso, ofensivos da sua honra, dignidade e reputação, ou reproduzir uma tal imputação ou juízo, desonrando, enegrecendo, maldizendo, manchando e desacreditando a vítima publicamente, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- 3 - Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;
- 4 - Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juízes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas; ou
- 5 - Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO QUINTO – INJÚRIA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que, dirigindo-se directamente à vítima por via verbal, escrita ou outro meio de expressão, imputar factos, mesmo sob a forma de suspeitas, falsos, atentatórios e ofensivos da sua honra, dignidade e reputação, desonrando, escarnecendo, ofendendo, insultando, ultrajando, afrontando ou sobrecarregando a vítima, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 - Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- 3 - Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;
- 4 - Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juízes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas; ou

5 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO SEXTO – OFENSA À MEMÓRIA DE ENTE QUERIDO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que, por via verbal, escrita ou outro meio de expressão, insultar e ofender memória de cidadão falecido, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 - Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se for contra cidadão particularmente indefeso, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez;

4 – Se praticar o facto contra elementos dos órgãos de soberania, presidentes de empresas e institutos públicos e privados, jurados, testemunhas, profissionais no exercício das suas funções, iminências religiosas, responsáveis comunitários nas diversas áreas, juízes ou árbitros desportivos sob a jurisdição das respectivas federações desportivas; ou

5 – Se for funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica dos familiares da vítima;

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A HONRA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a honra, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO SÉTIMO – CRIMES CONTRA A RESERVA DA VIDA PRIVADA.

ARTIGO PRIMEIRO – PERTURBAÇÃO DA VIDA PRIVADA.

1 – Todo o cidadão que com intenção, atentar, dificultar e perturbar a paz, a ordem e a harmonia de habitação e respectiva família, órgão de soberania, empresa, instituição ou estabelecimento, por via do uso dos meios de comunicação ou de demais formas, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou

3 Se a vítima for uma entidade de colaboração, cooperação e auxílio, de apoio, assistência ou emergência, ou for um órgão de soberania da prevenção, segurança ou ordem;

b. O dobro da pena:

1 – Se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados;

2 – Se a perturbação for praticada para obter recompensa ou enriquecimento, para o autor ou para outrem, ou para causar prejuízos e transtornos deliberados ao estado ou a terceiros;

3 – Se a perturbação for efectuada com recurso aos meios de comunicação social; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a estabilidade emocional da vítima ou o normal e regular funcionamento, exercício e função do serviço prestado pela entidade;

ARTIGO SEGUNDO – DEVASSA DA VIDA PRIVADA.

1 – Todo o cidadão que com a intenção de desvendar, revelar e expor factos ou actos da vida pública ou privada dos cidadãos e suas famílias, dos órgãos de soberania, empresas ou instituições, públicas e particulares:

a) Interceptar, gravar, registar, utilizar, transmitir ou divulgar conversa, comunicação efectuada pelos meios de comunicação ou facturação detalhada;

b) Captar, fotografar, filmar, registar ou divulgar imagem dos cidadãos, de objectos ou espaços íntimos;

c) Observar ou escutar às ocultas cidadãos que se encontrem em lugar privado; ou

- d) Divulgar factos relativos à vida privada ou a doença grave de outro cidadão;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena:

1 – Se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados;

2 – Se a devassa for praticada para obter recompensa e enriquecimento, para o autor ou para outrem, ou para causar prejuízos e transtornos deliberados ao estado ou a terceiros;

3 – Se a devassa for efectuada com recurso aos meios de comunicação social; ou

4 – Se for praticado com a intenção de chantagear ou extorquir vantagem patrimonial ou não patrimonial; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO TERCEIRO – DEVASSA POR MEIO INFORMÁTICO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que criar, manter ou utilizar ficheiro automatizado de dados individuais identificáveis de cidadãos referentes à sua vida privada, origem étnica ou nacional, convicções ideológicas legislativas, filosóficas, religiosas ou à sua orientação sexual ou o tentar, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena:

1 – Se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados;

2 – Se a devassa for praticada para obter recompensa ou enriquecimento, para o autor ou para outrem, ou para causar prejuízos e transtornos deliberados ao estado ou a terceiros;

3 – Se a devassa for efectuada com recurso aos meios de comunicação social; ou

4 – Se for praticado com a intenção de chantagear ou extorquir vantagem patrimonial ou não patrimonial; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou vítimas;

ARTIGO QUARTO – VIOLAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento e autorização do destinatário, abrir encomenda, carta ou qualquer outro escrito que se encontre fechado e lhe não seja dirigido, ou detiver o seu conhecimento por processos técnicos do seu conteúdo, ou impedir por qualquer modo, que seja recebido pelo seu destinatário; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem o respectivo consentimento e autorização do destinatário, divulgar o conteúdo de cartas, encomendas e escritos fechados;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena:

1 – Se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados;

2 – Se a violação for praticada para obter recompensa ou enriquecimento, para o autor ou para outrem, ou para causar prejuízos e transtornos deliberados ao estado ou a terceiros;

3 – Se a violação for efectuada com recurso aos meios de comunicação social; ou

4 – Se for praticado com a intenção de chantagear ou extorquir vantagem patrimonial ou não patrimonial; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO QUINTO – VIOLAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento e autorização dos agentes de uma comunicação, efectuada por via dos meios de telecomunicações, manipular, invadir e se intrometer no seu conteúdo ou dela tomar conhecimento indevidamente; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem o respectivo consentimento e autorização dos agentes de uma comunicação efectuada por via dos meios de telecomunicações, divulgar o conteúdo das mesmas;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena:

1 – Se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados;

2 – Se a violação for praticada para obter recompensa ou enriquecimento, para o autor ou para outrem, ou para causar prejuízos e transtornos deliberados ao estado ou a terceiros;

3 – Se a violação for efectuada com recurso aos meios de comunicação social; ou

4 – Se for praticado com a intenção de chantagear ou extorquir vantagem patrimonial ou não patrimonial; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO PESSOAL.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento e autorização do seu titular ou titulares, revelar ou tentar revelar segredo pessoal alheio de que tenha conhecimento em virtude e razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena:

- 1 – Se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados;

- 2 – Se a violação for praticada para obter recompensa ou enriquecimento, para o autor ou para outrem, ou para causar prejuízos e transtornos deliberados ao estado ou a terceiros; ou

- 3 – Se a violação for efectuada com recurso aos meios de comunicação social; ou

- 4 – Se for praticado com a intenção de chantagear ou extorquir vantagem patrimonial ou não patrimonial; ou

- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO SÉTIMO – APROVEITAMENTO INDEVIDO DE SEGREDO.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento e autorização do seu titular ou titulares, se aproveitar ou tentar aproveitar de segredo relativo à actividade económica, humana e cultural de que tenha conhecimento em virtude e razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte, para usufruto próprio ou de terceiros, provocando deste modo prejuízo ao estado ou a outrem, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

- e. No exercício de funções de cariz prisional;

- f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e água;

- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO OITAVO – VIOLAÇÃO DO DOMICÍLIO.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento ou autorização do seu proprietário ou proprietários, invadir e se introduzir em habitação, órgão de soberania, empresa, instituição ou estabelecimento ou nela permanecer depois de intimado a retirar-se, por qualquer motivo que não as razões e motivos de ordem profissional, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a estabilidade emocional da vítima;

ARTIGO NONO – VIOLAÇÃO DE LUGAR VEDADO AO PÚBLICO.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento ou autorização do seu proprietário ou proprietários, invadir e se introduzir ou permanecer num espaço, recinto ou local vedado, sinalizado ou definido por lei para fins específicos económicos, humanos e culturais, ou nele permanecer depois de intimado a retirar-se, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a estabilidade emocional da vítima;

ARTIGO DÉCIMO – VIOLAÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE.

1 – Todo o cidadão que sem o respectivo consentimento ou autorização do seu proprietário, proprietários ou responsáveis superiores no momento, invadir e se introduzir em meio de transporte, rodoviário, ferroviário, aéreo ou marinho, ou nele permanecer depois de intimado a retirar-se, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a estabilidade emocional da vítima;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A RESERVA DA VIDA PRIVADA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a reserva da vida privada, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO OITAVO – CRIMES CONTRA OS DEMAIS BENS JURÍDICOS PESSOAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OMISSÃO DE AUXÍLIO.

1 – Todo o cidadão que em caso de grave necessidade, como:

- a) Acidente ou desastre com graves consequência;
- b) Catástrofe natural ou humana;
- c) Calamidade pública; ou
- d) Situação de perigo comum;

Que coloque em perigo a vida humana, a integridade física ou a liberdade de um outro cidadão, deixar de lhe prestar o auxílio necessário, preciso e exigido ao afastamento do perigo, seja por acção pessoal ou pela promoção do imediato socorro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima ou vítimas, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima ou vítimas, cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se o auxílio for para prestar a vítima de um acto que o próprio autor do crime provocou;

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a saúde da vítima ou vítimas.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima ou vítimas, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima ou vítimas e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – SUBTRACÇÃO ÀS GARANTIAS DO ESTADO DE DIREITO PORTUGUÊS.

1 – Todo o cidadão que por meio de intimidação, violência, ameaça ou qualquer meio ardiloso:

a) Fizer ou tentar fazer com que outro cidadão saia do âmbito da protecção da lei penal portuguesa e se exponha a ser perseguido por razões ideológicas, legislativas, filosóficas ou confessionais, com risco para a vida, a integridade física ou a liberdade, tornando-se objecto de represálias, actos de violência ou de medidas contrárias aos princípios fundamentais do estado de direito português; ou

b) Impedir ou tentar impedir que outro cidadão abandone a situação de perigo referida na alínea anterior ou a forçar a permanecer;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – GRAVAÇÕES E FOTOGRAFIAS ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão que sem consentimento e respectiva autorização, gravar ou tentar gravar palavras proferidas por um outro cidadão e não destinadas ao público, mesmo que lhe sejam dirigidas ou que utilizar ou permitir que se utilizem as mesmas gravações, mesmo que lícitamente produzidas; ou

2 – Todo o cidadão que sem consentimento e contra a vontade, fotografar ou filmar ou tentar fotografar ou filmar outro cidadão, mesmo que em eventos em que tenha legitimamente participado ou utilizar ou permitir que se utilizem as mesmas fotografias ou filmes, mesmo que lícitamente obtidos;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena:

1 – Se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados;

2 – Se a gravação, fotografia ou filme for praticado para obter recompensa ou enriquecimento, para o autor ou para outrem, ou para causar prejuízos e transtornos deliberados ao estado ou a terceiros; ou

3 – Se a gravação, fotografia ou filme for revelado nos meios de comunicação social; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA OS DEMAIS BENS JURÍDICOS PESSOAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra os demais bens jurídicos pessoais, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

TÍTULO TERCEIRO – CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.

ARTIGO PRIMEIRO – BIGAMIA.

1 – Todo o cidadão que:

a) Sendo casado contrair outro casamento; ou

b) Contrair casamento com cidadão casado;

é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 7 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar gravidez na união ilícita ou for praticado com cidadão com incapacidade psíquica ou em situação de vulnerabilidade; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica do cônjuge ou do cidadão da união ilícita.

ARTIGO SEGUNDO – FALSIFICAÇÃO DO ESTADO CIVIL.

1 – Todo o cidadão que:

a) Não fizer constar do registo civil a data de nascimento; ou

b) Usurpar, alterar, supuser ou encobrir o seu estado civil ou a posição jurídica de outro cidadão, colocando em perigo a verificação oficial do seu estado civil ou a sua posição jurídica familiar;

é punido:

a. Pelas consequências do acto provocado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 7 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar erro considerável em serviço de entidade pública ou privada e prejuízos respectivos; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica de terceiros com o seu acto.

ARTIGO TERCEIRO – OBSCENIDADE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Produzir, distribuir, importar, exportar, promover, publicitar, divulgar, difundir, exibir ou ceder a qualquer título ou por qualquer meio, actos imorais, obscenos e subversivos dos valores do amor e da família de cariz sexual; ou

b) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea a) com o propósito de os comercializar, distribuir, importar, exportar, promover, publicitar, divulgar, difundir, exibir ou ceder;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 7 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o acto criminoso for visualizado por cidadãos menores de vinte e um anos; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal

ARTIGO QUARTO – SUBTRACÇÃO DE MENOR.

1 – Todo o cidadão que:

- a) Subtrair menor;
- b) Por meio de intimidação, violência ou de ameaça com mal importante determinar menor a fugir; ou
- c) De um modo reiterado e injustificado, não cumprir o regime estabelecido para a convivência do menor na regulação do exercício das responsabilidades parentais, ao recusar, atrasar ou dificultar significativamente a sua entrega ou acolhimento;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 7 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar risco de perigo para a integridade do menor ou se for praticado em cidadão menor com incapacidade psíquica ou em situação de vulnerabilidade; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação de saúde de menor.

ARTIGO QUINTO – AUSÊNCIA PROGENITORA.

1 – Todo o pai ou mãe que antes do fim do ciclo educativo e do início do ciclo laboral dos filhos se ausentar e abandonar os princípios e valores da família geradores do respeito, responsabilidade e o compromisso para com a sua plena integração, ascensão e realização na comunidade e sociedade, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar risco para a integridade física e psicológica do dependente ou se for relativa a cidadão menor com incapacidade psíquica ou em situação de vulnerabilidade; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integração comunitária e social do menor.

ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PENSÃO DE ALIMENTOS.

1 – Todo o cidadão que estando legalmente obrigado a prestar pensão de alimentos:

a) Em condições de o fazer, não cumprir a obrigação no prazo dos dois meses seguintes ao vencimento; ou

b) Se colocar na impossibilidade de o fazer e violar a obrigação a que está sujeito;
é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se o acto criminoso provocar risco de perigo ou privacidade para a integridade física e psicológica dos menores ou se for relativa a cidadão menor com incapacidade psíquica ou em situação de vulnerabilidade;

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a situação económica do tutor ou responsável pelos menores.

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a família, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A CRENÇA RELIGIOSA.

ARTIGO PRIMEIRO – PERTURBAÇÃO, IMPEDIMENTO OU ULTRAJE DE ACTO DE CULTO RELIGIOSO.

1 – Todo o cidadão que:

a) Por meio de intimidação, violência ou de ameaça com mal importante perturbar ou impedir o exercício legítimo de culto religioso; ou

b) Publicamente com blasfémias vilipendiar ou escarnecer de acto de culto religioso ou instituição religiosa;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade comunitária e social da instituição religiosa;

ARTIGO SEGUNDO – ULTRAJE POR MOTIVO DE CRENÇA RELIGIOSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que publicamente desrespeitar, escarnecer e ofender outro cidadão em razão da sua fé, crença ou função religiosa, de modo e forma a perturbar a paz pública; ou

2 – Todo o cidadão que profanar templo ou lugar sagrado, ou objecto de culto ou de veneração religiosa, de modo e forma a perturbar a paz pública;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

ARTIGO TERCEIRO – BRUXARIA.

1 – Todo o cidadão que praticar actos e rituais da espiritualidade criativa de cada um cidadão, com recurso a palavras sagradas ou blasfémias e a elementos naturais, vegetais, animais ou humanos ou bens pessoais de cidadão, perturbadores da paz das forças da natureza vivas ou de cidadão vivo ou já falecido, em prol de actos de suposto repouso, benefício ou prejuízo, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima ou vítimas;

ARTIGO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A CRENÇA RELIGIOSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a crença religiosa, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS ENTES QUERIDOS.

ARTIGO PRIMEIRO – PROFANAÇÃO DE CADÁVER.

1 – Todo o cidadão que

- a) Sem consentimento e respectiva autorização de quem de direito subtrair, destruir ou ocultar cadáver ou parte dele, ou cinzas de cidadão falecido, ou o tentar;
- b) Profanar cadáver ou parte dele, ou cinzas de cidadão falecido, ou o tentar, praticando actos ofensivos do respeito devido aos entes queridos;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 7 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se ofensa for praticada a cidadão benemérito, integro e honrado em termos comunitários e sociais no reino de Portugal; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a estabilidade emocional dos familiares do cidadão falecido;

ARTIGO SEGUNDO – PROFANAÇÃO DE SANTUÁRIO.

1 – Todo o cidadão que profanar ou tentar profanar lugar onde repousa cidadão falecido ou monumento aí erigido em sua memória, praticando actos ofensivos do respeito devido aos entes queridos, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e a harmonia social da comunidade inerente ao acto praticado;

ARTIGO TERCEIRO – PERTURBAÇÃO OU IMPEDIMENTO DE CERIMÓNIA FÚNEBRE.

1 – Todo o cidadão que por meio de intimidação, violência ou de ameaça com mal importante perturbar ou impedir a realização de cortejo ou de cerimónia fúnebre, ou o tentar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade do cidadão falecido e dos seus familiares;

ARTIGO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS ENTES QUERIDOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra o respeito aos

entes queridos, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E CONTRAFACÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÕES LEGAIS.

1 – Para efeitos do disposto neste capítulo considera-se:

- a) **DOCUMENTO** – A declaração corporizada em escrito ou registada em disco, fita gravada ou qualquer outro meio técnico, inteligível para a generalidade dos cidadãos ou para um determinado círculo de cidadãos, que permitindo reconhecer o emitente, é idónea para provar facto juridicamente relevante, quer tal destino lhe seja dado no momento da sua emissão, quer posteriormente; Qualquer objecto elaborado com o fim de reproduzir ou representar um cidadão, um facto, um dito ou um acontecimento que por si só representa um meio de prova; Bem como o sinal materialmente feito, dado ou posto em algo para provar facto juridicamente relevante e cujo âmbito permite reconhecer à generalidade dos cidadãos ou a um certo círculo de cidadãos o seu destino e a prova que dele resulta.
- b) **NOTAÇÃO TÉCNICA** – A notação de um certificado, análise ou perícia, atestado, diagnóstico ou declaração de um valor, de um peso ou de uma medida, de um estado ou do decurso de um acontecimento, feita por via de aparelho técnico que actua, total ou parcialmente, de forma automática que permite reconhecer à generalidade dos cidadãos ou a um determinado círculo de cidadãos os seus resultados e se destina à prova de facto juridicamente relevante, quer tal destino lhe seja dado no momento da sua realização, quer posteriormente.
- c) **DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OU DE VIAGEM** – O cartão de identificação do cidadão, bilhete de identidade, cartão de contribuinte, cartão da segurança social, cartão da saúde, cartão bancário, cartão de eleitor, cartão do cidadão, o passaporte, visto, a autorização ou título de residência, a carta de condução, o boletim de nascimento, a cédula ou outros certificados ou atestados a que a lei atribui força de identificação dos cidadãos, ou do seu estado ou situação profissional, donde resultem direitos ou vantagens, designadamente no que visa a subsistência, aboletamento, deslocação, assistência, saúde ou meios de ganhar a vida ou de melhorar o seu nível.
- d) **MOEDA** – A moeda papel, compreendendo as notas do banco e a moeda metálica legalmente instituída ao longo de toda a história humana financeira nos vários estados soberanos mundiais; os títulos de débito e de crédito nacionais e estrangeiros constantes por força da lei, de um tipo de papel e de impressão específico, destinado especialmente a garantirem o perigo de imitações e que pela sua natureza e finalidade, não possam, por si só, deixar de incorporar um valor patrimonial; os bilhetes, títulos ou fracções de lotaria e de jogo; os cartões de garantia, de débito e crédito.

ARTIGO SEGUNDO – FALSIFICAÇÃO OU CONTRAFACÇÃO DE DOCUMENTO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de causar prejuízo a cidadão, empresa, instituição ou ao estado, de tentar obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo, ou de promover, preparar, facilitar, executar ou encobrir outro crime:

- a) Fabricar, produzir ou elaborar documento falso ou qualquer dos componentes destinados a corporizá-lo, ou o tentar;
- b) Falsificar ou alterar documento ou qualquer dos componentes que a integram, ou o tentar;
- c) Abusar da assinatura de outro cidadão para falsificar ou contrafazer documento, ou o tentar;
- d) Fizer constar falsamente de documento ou de qualquer dos seus componentes facto juridicamente relevante, ou o tentar;
- e) Usar ou tentar usar o próprio documento descrito nas alíneas anteriores; ou
- f) Por outro meio, facultar ou detiver documento falsificado ou contrafeito, ou o tentar;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou de terceiros;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO TERCEIRO – FALSIFICAÇÃO DE NOTAÇÃO TÉCNICA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de causar prejuízo a outro cidadão, empresa, instituição ou ao estado, ou de obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo:

- a) Fabricar ou tentar fabricar notação técnica falsa;
- b) Falsificar ou alterar notação técnica, ou o tentar;
- c) Fizer constar ou subtrair falsamente de notação técnica facto juridicamente relevante, ou o tentar; ou

- d) Fizer ou tentar fazer uso de notação técnica a que se referem as alíneas anteriores, falsificada por terceiros;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou de terceiros;

3 – É equiparável à falsificação de notação técnica a acção perturbadora sobre aparelhos, instrumentos e utensílios técnicos, tecnológicos ou automáticos por meio do qual se influenciem os resultados da notação.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO QUARTO – DANIFICAÇÃO OU SUBTRACÇÃO DE DOCUMENTO E NOTACÇÃO TÉCNICA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de causar prejuízo a outro cidadão, empresa, instituição ou ao estado, ou de obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo, destruir, danificar, tornar não utilizável, fazer desaparecer, dissimular ou subtrair documento ou notação técnica ou o tentar, de que não pode no momento a vítima dispor e que outro cidadão por via de autoridade possa legalmente exigir para apresentação, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou de terceiros;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO QUINTO – FALSIFICAÇÃO, DANIFICAÇÃO OU SUBTRACÇÃO PRATICADA POR FUNCIONÁRIO.

1 – Todo o funcionário que no exercício das suas funções, responsabilidades e competências, com ou sem intenção de obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo,

a) Omitir ou tentar omitir em documento, a que a lei atribui fé pública, facto a que esse documento se destine a certificar, comprovar ou autenticar;

b) Intercalar ou tentar intercalar acto ou documento em protocolo, registo ou livro oficial, sem cumprir as formalidades legais;

c) Fabricar, falsificar ou alterar notação técnica, fizer constar em notação técnica facto juridicamente relevante ou fizer uso de notação técnica falsificada por terceiros, ou o tentar; ou

d) Destruir, danificar, tornar não utilizável, fizer desaparecer, dissimular ou subtrair documento ou notação técnica de outrem ou o tentar,

Causando prejuízo a terceiros ou ao estado, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou de terceiros;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO SEXTO – ATESTADO FALSO.

1 – Todo o profissional:

- a) ATESTADO FALSO POR PROFISSIONAL DA SAÚDE, de saúde humana legalmente autorizado que passar ou tentar passar atestado ou certificado que reconheça não corresponder à verdade, sobre o estado e condição do corpo ou da saúde física ou mental, o nascimento e a morte de um cidadão, destinado a fazer fé perante as autoridades publicas ou a lesar interesses legítimos de outro cidadão ou entidade;
- b) ATESTADO FALSO POR VETERINÁRIO, de saúde animal legalmente autorizado que passar ou tentar passar atestado ou certificado que reconheça não corresponder à verdade, sobre o estado ou condição de um animal ou rebanho, destinado a fazer fé perante as autoridades, os controlos de qualidade e de certificação ou a lesar interesses legítimos de outro cidadão ou entidade; ou
- c) ATESTADO FALSO POR BIÓLOGO, de saúde biológica legalmente autorizado que passar ou tentar passar atestado ou certificado que reconheça não corresponder à verdade, sobre o estado ou condição de um ecossistema específico ou ciclo de biodiversidade terreno, destinado a fazer fé perante as autoridades, os controlos de qualidade e de certificação ou a lesar interesses legítimos de outro cidadão ou entidade;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) Deturpar, distorcer e ocultar a realidade de uma perícia, peritagem ou auditoria ou de quaisquer uma outra avaliação técnica, tecnológica e científica económica, humana e cultural de bem material ou serviço;
 - b) Passar atestado ou certificado de saúde humana, veterinária ou biológica, ou de qualidade, certificação, registo, validade ou garantia de bem material ou serviço, ignorando se correspondem à verdade os factos deste constantes e descritos ou que arrogar falsamente as qualidades, responsabilidades ou funções nos mesmos referidos; ou
 - c) Usar, utilizar e fazer uso dos atestados ou certificados falsos descritos nas alíneas anteriores, com o fim de enganar autoridade pública ou privados ou prejudicar interesses de terceiros;
- é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou de terceiros;

6 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO SÉTIMO – USO DE BILHETE DE IDENTIFICAÇÃO OU DE VIAGEM ALHEIO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de:

a) Causar prejuízo a outrem, de obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo ou de promover, preparar, facilitar, executar ou encobrir outro crime, utilizar ou tentar utilizar documento de identificação ou de viagem emitido a favor de outro cidadão; ou

b) Tornar possível o facto descrito na alínea anterior, facultar ou tentar facultar documento de identificação ou de viagem a pessoa a favor do qual não foi emitido;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou de terceiros;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO OITAVO – CONTRAFACÇÃO DE MOEDA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem autorização legal e com a intenção de a colocar em circulação como legítima:

a) Praticar ou tentar praticar contrafacção de moeda;

b) Falsificar ou alterar o valor facial de moeda legítima para valor igual ou superior, ou o tentar; ou

c) Depreciar ou tentar depreciar moeda legítima, diminuindo por qualquer modo e forma o seu valor;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade institucional da moeda do reino ou a situação económica do real banco de Portugal, das demais instituições financeiras do reino de Portugal e das entidades respectivas.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua razão e os seus autores materiais.

ARTIGO NONO – PASSAGEM DE MOEDA FALSA DE CONCERTO COM O FALSIFICADOR.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que concertando-se ou tentando concertar-se com cidadão ou entidade que praticou a contrafacção de moeda, com menor, igual ou maior valor do que a moeda legítima, por qualquer modo e forma incluindo a exposição à venda, a colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade institucional da moeda do reino ou a situação económica do real banco de Portugal, das demais instituições financeiras do reino de Portugal e das entidades respectivas.

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO – PASSAGEM DE MOEDA FALSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por qualquer modo e forma, incluindo a exposição à venda, colocar, passar ou puser em circulação:

a) Moeda falsa ou falsificada, como legítima ou intacta, ou o tentar;

b) Moeda depreciada, pelo seu pleno valor, ou o tentar; ou

c) Moeda com o mesmo ou maior valor que o da legítima, fabricada sem autorização legal, ou o tentar;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade institucional da moeda do reino ou a situação económica do real banco de Portugal, das demais instituições financeiras do reino de Portugal e das entidades respectivas.

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – AQUISIÇÃO DE MOEDA FALSA PARA SER POSTA EM CIRCULAÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que adquirir, receber em depósito, transportar, exportar, importar ou por qualquer outro modo e forma introduzir ou tentar introduzir em espaço territorial português, para si ou para terceiros:

- a) Moeda falsa ou falsificada, como legítima ou intacta;
- b) Moeda depreciada, pelo seu pleno valor; ou
- c) Moeda com o mesmo ou maior valor que o da legítima, mas fabricada sem autorização legal;

Com a intenção de por qualquer meio, incluindo a exposição à venda, a colocar, passar ou pôr em circulação ou o tentar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade institucional da moeda do reino ou a situação económica do real banco de Portugal, das demais instituições financeiras do reino de Portugal e das entidades respectivas;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONTRAFACÇÃO DE VALORES SELADOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) Praticar ou tentar praticar contrafacção ou falsificação de valores selados ou timbrados, cujo fornecimento seja exclusivo de outro cidadão, empresa, instituição ou órgão de soberania, nomeadamente papel selado de letra, selos fiscais ou postais ou outros, com intenção de os empregar ou por qualquer modo e forma, incluindo a exposição à venda, os colocar, passar ou pôr em circulação como legítimos ou intactos;
- b) Concertando-se ou tentando concertar-se com cidadão ou entidade que praticou a contrafacção de valores selados ou timbrados, por qualquer modo e forma incluindo a exposição à venda, os colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar;

c) Por qualquer modo e forma, incluindo a exposição à venda, colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar, valores selados ou timbrados falsificados como legítimos e intactos; ou

d) Adquirir, receber em depósito, transportar, exportar, importar ou por qualquer outro modo e forma introduzir ou tentar introduzir em espaço territorial português, para si ou para terceiros valores selados ou timbrados, como legítimos e intactos com a intenção de por qualquer meio, incluindo a exposição à venda, os colocar, passar ou pôr em circulação ou o tentar;
é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONTRAFACÇÃO DE SELOS, CUNHOS, MARCAS OU CHANCELAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Praticar ou tentar praticar contrafacção ou falsificação de selos, cunhos, marcas ou chancelas, cuja detenção seja da exclusividade de outro cidadão, empresa, instituição ou órgão de soberania, com intenção de os empregar como autênticos ou intactos;

b) Concertando-se ou tentando concertar-se com cidadão ou entidade que praticou a contrafacção de selos, cunhos, marcas ou chancelas, por qualquer modo e forma incluindo a exposição à venda, os colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar;

c) Por qualquer modo e forma, incluindo a exposição à venda, colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar, selos, cunhos, marcas ou chancelas, falsos ou falsificados como legítimos e intactos;

d) Adquirir, receber em depósito, transportar, exportar, importar ou por outro modo e forma introduzir ou tentar introduzir no espaço territorial

português, para si ou para terceiros, selos, cunhos, marcas ou chancelas falsos ou falsificados, cuja detenção seja da exclusividade de outro cidadão, empresa, instituição ou do estado; ou

e) Com intenção de causar prejuízo a outro cidadão, empresa, instituição ou órgão de soberania ou de obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo usar e utilizar ou o tentar selo, cunho, marca, ou chancela sem autorização de quem de direito;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTRAFACÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE CONSUMO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Praticar ou tentar praticar contrafacção ou falsificação de bens ou serviços de consumo, cuja detenção seja da exclusividade de outra entidade, com intenção de os empregar como autênticos ou genuínos;

b) Concertando-se ou tentando concertar-se com cidadão ou entidade que praticou a contrafacção de bens ou serviços de consumo, por qualquer modo e forma incluindo a exposição à venda, os colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar;

c) Por qualquer modo e forma, incluindo a exposição à venda, colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar, bens ou serviços de consumo, falsos ou falsificados como legítimos e genuínos;

d) Adquirir, receber em depósito, transportar, exportar, importar ou por outro modo e forma introduzir ou tentar introduzir no espaço territorial português, para si ou para terceiros, bens ou serviços de consumo falsos ou falsificados, cuja detenção seja da exclusividade de outra entidade; ou

e) Com intenção de causar prejuízo a outra entidade ou de obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo usar e utilizar bem ou serviço de consumo sem autorização de quem de direito;
é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – FALSIFICAÇÃO DE PESOS E MEDIDAS E DE EQUIPAMENTOS, APARELHOS E INSTRUMENTOS DE PRECISÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Praticar ou tentar praticar contrafacção ou falsificação de equipamentos, aparelhos e instrumentos de precisão, com a intenção de os empregar como autênticos ou intactos;

b) Concertando-se ou tentando concertar-se com cidadão ou entidade que praticou a contrafacção de equipamentos, aparelhos e instrumentos de precisão, por qualquer modo e forma incluindo a exposição à venda, os colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar;

c) Por qualquer modo e forma, incluindo a exposição à venda, colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar, equipamentos, aparelhos e instrumentos de precisão falsos ou falsificados como legítimos e intactos;

d) Adquirir, receber em depósito, transportar, exportar, importar ou por outro modo e forma introduzir ou tentar introduzir no espaço territorial português, para si ou para terceiros, equipamentos, aparelhos e instrumentos de precisão falsos ou falsificados; ou

e) Com intenção de causar prejuízo a outro cidadão, empresa, instituição ou órgão de soberania ou de obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo:

1) Apuser sobre pesos, medidas e instrumentos de precisão uma punção falsa ou tiver falsificado a existente, ou o tentar;

2) Alterar qualquer que seja a sua natureza, pesos, medidas ou instrumentos de precisão, que estejam sujeitos legalmente à existência de uma punção específica, ou o tentar; ou

3) Utilizar pesos, medidas ou instrumentos de precisão falsos ou falsificados, ou o tentar;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou vítimas;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FALSIFICAÇÃO DE OBRAS DE ARTE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Praticar ou tentar praticar falsificação de obras de arte, de um determinado artista com intenção de as empregar como autênticas e originais;

b) Concertando-se ou tentando concertar-se com cidadão ou entidade que praticou a falsificação de obras de arte, por qualquer modo e forma incluindo a exposição à venda, os colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar;

c) Por qualquer modo e forma, incluindo a exposição à venda, colocar, passar ou puser em circulação ou o tentar, obras de arte falsas ou falsificados como legítimas e originais;

d) Adquirir, receber em depósito, transportar, exportar, importar ou por outro modo e forma introduzir ou tentar introduzir no espaço territorial português, para si ou para terceiros, obras de arte falsas ou falsificadas, cuja detenção seja da exclusividade de artista ou de outra entidade; ou

e) Com intenção de causar prejuízo a artista ou outra entidade ou de obter para si ou para terceiros benefício ilegítimo usar e utilizar obra de arte sem autorização de quem de direito;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – BENS MATERIAIS PASSÍVEIS DE ACTOS DE FALSIFICAÇÃO E CONTRAFACÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que indevidamente e sem a devida autorização e certificação legal, detiver, transportar, fabricar, exportar, importar, fornecer, expor à venda, reter ou adquirir para si ou para terceiros:

- a) Formas, cunhos, clichés, prensas de cunhar, punções, negativos, fotografias, equipamentos ou instrumentos que pela sua natureza, são utilizáveis para a realização de crimes de falsificação e contrafacção;
- b) Papel, holograma ou outro elemento igual ou susceptível de se confundir com os que são particularmente fabricados para evitar imitações ou os utilizados no fabrico de documento autêntico ou de igual valor, ou
- c) Bem material em uso na fabricação de moeda, valores selados ou timbrados, selos, cunhos, marcas e chancelas e na alteração de pesos, medidas e instrumentos de precisão.

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou vítimas;

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais:

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E CONTRAFACÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos de falsificação e contrafacção, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMES DE PERIGO COMUM.

ARTIGO PRIMEIRO – INCÊNDIOS, EXPLOSÕES E OUTRAS CONDUTAS ESPECIALMENTE PERIGOSAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que provocar ou tentar provocar:

a) Incêndio,

1 – Em infra-estrutura, edifício, construção, estação ou paragem de meio de transporte ou meio de transporte; ou

2 – Em centrais ou equipamentos de serviços básicos como o saneamento, água, electricidade, gás e telecomunicações;

b) Explosão por qualquer modo e forma, incluindo a utilização de explosivos;

c) A libertação de gases tóxicos e asfixiantes;

d) A Emissão de radiações ou a libertação de substâncias radioactivas,

e) Inundação, desprendimento de avalanche, massa de terra ou de pedras; ou

f) Desmoronamento ou desabamento de construção;

e criar deste modo perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, ou prejuízos para os bens patrimoniais alheios, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – ENERGIA NUCLEAR.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que libertar ou tentar libertar energia nuclear, criando deste modo perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, ou prejuízos para os bens patrimoniais alheios, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto provocado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – BENS MATERIAIS PASSÍVEIS DE ACTOS DE PERIGO COMUM.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Para preparar a execução de um dos crimes presentes neste capítulo, fabricar, dissimular, adquirir para si ou para terceiros, entregar, detiver, ou importar substância explosiva ou capaz de produzir explosão nuclear, radioactiva ou própria à fabricação de gases tóxicos ou asfixiantes, ou aparelhagem necessária, precisa e exigida à prática de um acto criminoso;

b) Não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, deter e possuir ilegalmente, substância explosiva, instrumentos ou equipamentos para as transformar e manipular de modo e forma a poder usar e utilizar na prática de um acto criminoso; ou

c) Não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, deter e possuir ilegalmente fora dos locais reservados para o seu uso e utilização, arma, munição ou engenho da classe A, de cariz policial ou militar, de modo e forma a poder usar e utilizar na prática de um acto criminoso;

é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos tentados e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos.

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos tentados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUARTO – VIOLÊNCIA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Produzir, distribuir, importar, exportar, promover, publicitar, divulgar, difundir, exhibir ou ceder a qualquer título ou por qualquer meio, actos da vida em sociedade, imorais, obscenos e subversivos dos valores da paz, ordem e harmonia da sociedade de cariz violento ou perigoso; ou

b) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea a) com o propósito de os comercializar, distribuir, importar, exportar, promover, publicitar, divulgar, difundir, exhibir ou ceder;

é punido:

a. Pelas consequências do acto provocado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 7 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o acto criminoso for visualizado por cidadãos menores de vinte e um anos; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal

3 – Não constitui crime de perigo comum, os factos publicitados, transmitidos e difundidos pelos órgãos de comunicação social, com a respectiva aprovação do real conselho superior da comunicação social português e com os alertas necessários, precisos e exigidos a não ferir a susceptibilidade dos espectadores, leitores e ouvintes mais sensíveis aos factos.

ARTIGO QUINTO – INFRACÇÃO DE NORMAS DE CONSTRUÇÃO, DANO EM INSTALAÇÕES E PERTURBAÇÃO DE SERVIÇOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) No âmbito da sua actividade profissional infringir ou tentar infringir o caderno de encargos ou os procedimentos legais, regulamentares ou técnicos, que devam ser observados no planeamento, direcção ou execução de construção, demolição ou instalação, ou na reabilitação, conservação e restauro;
- b) Que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, possuir ou deter património imobiliário em estado degradado;
- c) Que envolto da execução de construção, reabilitação, conservação e restauro de habitação, edifício ou infra-estrutura não cumprir, respeitar e afirmar nos termos da lei por um período de dez anos a responsabilidade da reparação das falhas e problemas de construção inerentes ao mesmo,
- d) Destruir, danificar ou tornar inutilizável, ou o tentar, total ou parcialmente, aparelhagem, instrumento ou meio existente em local de trabalho destinado a prevenir e a precaver acidentes ou infringir os procedimentos legais, regulamentares e técnicos e omitir a instalação de tais meios ou aparelhagem;
- e) Destruir, danificar ou tornar inutilizável, ou o tentar, total ou parcialmente, instalação para aproveitamento, produção, armazenamento, condução ou distribuição de água, óleo, gasolina, calor, electricidade, gás ou energia nuclear ou para a protecção contra as forças da natureza; ou
- f) Impedir ou perturbar, ou o tentar, a exploração de serviços básicos da população, de saneamento, água, electricidade, gás ou comunicação, subtraindo ou desviando, destruindo, danificando ou tornando inutilizável, total ou parcialmente os equipamentos que servem tais serviços;

E criar deste modo perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, ou para bens patrimoniais alheios, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DE NORMAS URBANISTICAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que de forma ilícita proceder ou tentar proceder a construção, reconstrução ou ampliação de imóvel que incida sobre a via pública, a propriedade de domínio público, a zona histórica, terreno de reserva ecológica nacional, reserva agrícola nacional ou terreno protegido por lei delimitado para um determinado fim específico, consciente da desconformidade da

sua conduta, face ao plano director municipal e às normas urbanísticas aplicáveis, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Poderão os órgãos jurídicos na decisão da sentença e caso a obra persista erguida decretar pela demolição da mesma e pela restituição do solo ao seu estado original, sendo os seus custos suportados pelo autor do acto.

ARTIGO SÉTIMO – INSTRUMENTOS DE ESCUTA TELEFÓNICA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, que infringir as condições legais ou as prescrições de autoridade competente e comercializar, importar, fabricar, guardar, comprar, vender, ceder ou adquirir a qualquer título, transportar, distribuir, detiver instrumento ou aparelhagem especificamente destinada à montagem de escuta telefónica, ou à violação de correspondência ou de telecomunicações, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade comunitária e social ou a situação económica da vítima ou vítimas;

ARTIGO OITAVO – CORRUPÇÃO DE SUBSTÂNCIAS ALIMENTARES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) No tratamento, aproveitamento, produção, confecção, fabrico, embalagem, transporte, ou demais actividade que sobre elas incidam no ciclo produtivo, de substâncias para fins alimentares sólidas e líquidas, destinadas ao consumo de terceiros, para serem ingeridas ou mastigadas, as adulterar, corromper, falsificar, reduzir o seu valor nutritivo ou lhe juntar e adicionar outras substâncias, ou o tentar; ou
- b) Comercializar, importar, exportar, dissimular, vender, expuser à venda, tiver em depósito para venda ou por qualquer forma entregar ao consumo alheio, ou o tentar, substâncias referidas na alínea anterior ou que foram utilizadas fora as datas da sua validade, ou que estiverem deterioradas, corruptas ou alteradas por acção do tempo ou dos agentes a cuja acção estão expostos.

E criar deste modo perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do prejuízo causado com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima ou vítimas, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a saúde da vítima ou vítimas.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima

no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO NONO – CORRUPÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICINAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) No tratamento, aproveitamento, produção, confecção, fabrico, embalagem, transporte, ou demais actividade que sobre elas incidam no ciclo produtivo, de substâncias para fins medicinais ou cirúrgicos sólidas, líquidas e gasosas, destinadas ao consumo de terceiros, para serem injectadas, ingeridas, mastigadas ou inaladas, as adulterar, corromper, falsificar, reduzir o seu valor terapêutico ou lhe juntar e adicionar outras substâncias, ou o tentar; ou

b) Comercializar, importar, exportar, dissimular, vender, expuser à venda, tiver em depósito para venda ou por qualquer forma entregar ao consumo alheio, ou o tentar, substâncias referidas na alínea anterior ou que foram utilizadas fora as datas da sua validade, ou que estiverem deterioradas, corruptas ou alteradas por acção do tempo ou dos agentes a cuja acção estão expostos.

E criar deste modo perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, é punido:

a. Pela restituição dos montantes do prejuízo causado com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima ou vítimas, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

- h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
 - a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
 - c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a saúde da vítima ou vítimas.
- 3 – Se do acto crime:
 - a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO – CORRUPÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS.

- 1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:
 - a) No tratamento, aproveitamento, produção, confecção, fabrico, embalagem, transporte, ou demais actividade que sobre elas incidam no ciclo produtivo, de substâncias químicas sólidas, líquidas e gasosas, destinadas ao uso, utilização e consumo de terceiros, para fins domésticos, produtivos ou industriais, as adulterar, corromper, falsificar, reduzir o seu valor químico ou lhe juntar e adicionar outras substâncias, ou o tentar; ou
 - b) Comercializar, importar, exportar, dissimular, vender, expuser à venda, tiver em depósito para venda ou por qualquer forma entregar ao consumo alheio, ou o tentar, substâncias referidas na alínea anterior ou que foram utilizadas fora as datas da sua validade, ou que estiverem deterioradas, corruptas ou alteradas por acção do tempo ou dos agentes a cuja acção estão expostos;

E criar deste modo perigo para a vida ou para a integridade física humana, animal e vegetal, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do prejuízo e transtornos causado com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a situação económica da vítima ou vítimas.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto provocado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROPAGAÇÃO DE DOENÇA.

1 – Todo o cidadão que consciente de ser portador de uma doença contagiosa e transmissível, não usar e utilizar os meios, instrumentos e métodos de prevenção adequadas a precaver e a prevenir a sua transmissão e contágio a terceiros na sua relação familiar e social, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima ou vítimas,

multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima ou vítimas, cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a saúde da vítima ou vítimas.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar doença incurável para a vítima ou vítimas, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ALTERAÇÃO DE ANÁLISE.

1 – Todo o profissional de saúde legalmente autorizado ou funcionário à sua responsabilidade que fornecer ou tentar fornecer dados, elementos ou resultados inexactos de uma análise, exame, de um registo auxiliar de diagnóstico ou de um tratamento médico ou cirúrgico, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade ou a situação económica da vítima ou de terceiros;

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ALTERAÇÃO DE RECEITUÁRIO.

1 – Todo o farmacêutico legalmente autorizado ou funcionário à sua responsabilidade que fornecer ou tentar fornecer substâncias medicinais em desacordo com o prescrito em receita médica, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima ou vítimas, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a saúde da vítima ou vítimas.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima ou vítimas, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RECUSA DE MÉDICO.

1 – Todo o profissional de saúde legalmente autorizado, que recusar ou tentar recusar o auxílio da sua profissão em caso de perigo para a vida ou de perigo grave para a integridade física de outro cidadão, que não possa ser removido no imediato de outra maneira e forma, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SUBVERSÃO, ADULTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que agindo à margem da lei e da obrigatoriedade de licença específica de instância legal competente subverter, adulterar e transformar:

a) Meio de transporte; ou

b) Habitação ou edifício;

é punido

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos tentados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – POLUIÇÃO SONORA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, por via da sua acção provocar poluição sonora mediante a utilização de aparelhos, máquinas ou equipamentos, de instalações ou meios de transporte, perturbadores do bem-estar de terceiros, é punido

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c) Numa pena nunca inferior a 30 dias;
- d) Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e) No exercício de funções de cariz natural;
- f) Com um dia de pausa mensal;
- g) Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h) Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Se realizado no período nocturno;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – EXCLUSÃO – Exclui-se da pena quem actuar devidamente certificado pelas autoridades competentes para a realização num determinado período de tempo, de uma acção, actuação e competência, inevitável de poluição sonora.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DE PERIGO COMUM.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos de perigo comum, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO SEXTO – CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – CAPTURA OU DESVIO DE MEIO DE TRANSPORTE.

1 – Todo o cidadão que interceptar, apossar ou desviar da sua rota normal, aeronave, embarcação, locomotiva ou veículo rodoviário em movimento, com ou sem passageiros a bordo, ou o tentar é punido:

a. Pela devolução do meio de transporte apropriado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do meio de transporte e dos transtornos causados, multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para as vítimas, cônjuges e para os seus familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 - Pela reincidência dos actos criminosos;

2 - Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se for uma viatura pertença dos órgãos de soberania;

4 – Se for uma viatura pertença das forças de segurança, ordem ou prevenção;

5 – Se for uma viatura de serviço médico;

6 – Se for uma viatura de cariz funerário; ou

7 – Se for uma viatura de cariz diplomático;

b. O dobro da pena se o meio de transporte não for restituído;

c. Um terço da pena se o meio de transporte for restituído sem cumprir a sua integral plenitude à data dos factos.

3 – ATENUAÇÃO, A pena é descontada para metade se entre o autor e a vítima coexistirem laços familiares directos ou análogos à família, ainda que sem coabitação;

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

6 – Considera-se:

- a) Uma aeronave em voo desde que terminado o embarque, tenham sido fechadas todas as portas exteriores até que uma dessas portas seja aberta para o desembarque. Em caso de aterragem forçada o voo é considerado como estando a decorrer até que autoridade competente se responsabilize pela aeronave, como pelos cidadãos e bens a bordo;
- b) Um navio em curso de navegação desde que o pessoal de terra ou a tripulação comecem as operações preparatórias de uma determinada viagem até à chegada ao local de destino;
- c) Uma locomotiva em curso de circulação desde que terminado o embarque de passageiros, se inicia a marcha até ao momento em que deva ter lugar o desembarque; ou
- d) Um veículo rodoviário em trânsito desde que terminado o embarque do seu condutor, passageiros ou bens materiais, se inicia a marcha até ao momento em que deva ter lugar o desembarque.

ARTIGO SEGUNDO – ATENTADO À SEGURANÇA DE MEIO DE TRANSPORTE.

1 – Todo o cidadão que atentar contra a segurança de aeronave, embarcação, locomotiva ou veículo rodoviário:

- a) Destruindo, suprimindo, danificando ou tornando inutilizável, no todo ou em parte, instalação, equipamento, material ou sinalização;
- b) Obstruindo, em parte ou no todo, as vias de circulação e o seu normal e regular funcionamento e circulação;
- c) Comunicando falso aviso ou sinal; ou
- d) Praticando acto presumível de acidente;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos tentados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – LANÇAMENTO DE PROJÉCTIL.

1 – Todo o cidadão que arremessar ou tentar arremessar projectil contra aeronave, embarcação, locomotiva ou veículo rodoviário parado ou em movimento, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima ou vítimas, cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos.
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;

- h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.
- 3 – Se do acto crime:
- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – CONDUÇÃO PERIGOSA DE CARIZ DESPORTIVO.

1 – Todo o cidadão que se envolver na via pública ou equiparada em competições, exibições e disputas de cariz desportivo ou análogas, com meios de transporte, à margem da lei e dos locais específicos para a sua realização, violando grosseiramente o código normativo e deontológico de condução do meio de transporte e criando perigo para a vida ou para a integridade física de outrem ou para bens patrimoniais alheios é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos tentados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – CONDUÇÃO PERIGOSA DE MEIO DE TRANSPORTE SOB EFEITO.

1 – Todo o cidadão que devidamente habilitado, certificado e credenciado para a condução de meio de transporte, violar grosseiramente o código normativo e deontológico de condução do meio de transporte, por se encontrar sob o efeito do álcool, estupefacientes, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, medicamentos ou outros produtos com efeito análogo perturbadores da aptidão física, sensorial e psicológica, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos tentados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou se o autor realizar o crime no exercício da sua actividade profissional de condução de veículos.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – CONDUÇÃO PERIGOSA DE MEIO DE TRANSPORTE.

1 – Todo o cidadão que:

a) Exercer a condução de um meio de transporte, sem estar nos termos da lei habilitado, certificado e devidamente credenciado para a condução desse mesmo meio de transporte;

b) Exercer a condução de um meio de transporte, devidamente habilitado, certificado e credenciado, sem se encontre nas plenitudes das suas faculdades, capacidades e aptidões físicas e psicológicas, encontrando-se debilitado e incapaz de responder à exigência de condução e de garantir a segurança normal e regular da sua circulação;

c) Devidamente habilitado, certificado e credenciado para a condução de um meio de transporte, violar grosseiramente o código normativo e deontológico

de condução do meio de transporte, criando perigo para a vida ou para a integridade física de outrem ou para bens patrimoniais alheios; ou

d) Exercer a condução de um meio de transporte, sem estar devidamente acompanhado do respectivo documento de propriedade, de habilitação para a sua condução, do seguro, selo e certificado de vistoria respectivo, bem como dos demais documentos exigidos nos termos da lei;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos tentados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SÉTIMO – PERTURBAÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE COLECTIVO EM MOVIMENTO.

1 – Todo o cidadão que por meio de intimidação, violência ou ameaça de violência ou por via de tumulto, desordem e vozearias, impedir, perturbar e perverter a ordem, a paz e a harmonia de meio de transporte colectivo em movimento, colocando em risco a concentração e a estabilidade do respectivo motorista, maquinista, piloto ou capitão, da tripulação ou dos respectivos passageiros, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos tentados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO OITAVO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes contra a segurança das comunicações, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO SÉTIMO – CRIMES CONTRA A ORDEM, HARMONIA E A TRANQUILIDADE PÚBLICA.

ARTIGO PRIMEIRO – INSTIGAÇÃO PÚBLICA A UM CRIME.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de reprodução técnica promover, provocar e incitar à prática de um crime determinado, acto promíscuo ou imoral, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

ARTIGO SEGUNDO – APOLOGIA PÚBLICA DE UM CRIME.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de reprodução técnica, louvar ou recompensar outro cidadão por ter praticado um crime, acto promíscuo ou imoral, de forma adequada a criar focos potenciais geradores da prática de outros crimes da mesma espécie, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

ARTIGO TERCEIRO – AMEAÇA COM PRÁTICA DE UM CRIME.

1 – Todo o cidadão que mediante ameaça da prática de um crime ou simulação que um crime vai ser praticado e cometido, causar alarme, inquietação e preocupação entre a população, é punido com um terço da pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUARTO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.

1 – Todo o cidadão que promover, fundar ou constituir grupo, organização ou associação em conformidade ou não com a lei, cujo âmbito, finalidade e actividade seja dirigida à prática de crimes;

2 – Todo o cidadão que liderar, chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação criminosa; ou

3 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se associe, colabore e coopere com grupo, organização ou associação criminosa ou a apoiar:

- a) Fornecendo armas, munições, meios, equipamentos ou instrumentos para a prática dos crimes;
- b) Dando guarda e guarida aos meios, equipamentos e instrumentos do crime ou aos seus elementos;

- c) Fornecendo locais próprios definidos para as suas reuniões ou para guardar o usufruto dos crimes praticados;
- d) Estabelecendo os contactos necessários, precisos e exigidos a alienar, comercializar e branquear o usufruto dos crimes; ou
- e) No auxílio do recrutamento de novos elementos,

é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo, somado pelo número de vezes que o crime foi praticado ou tentado, multiplicado por três, sempre com um dia de folga mensal, uma alimentação a pão e água e com um dia de visita mensal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática dos crimes, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – Por associação criminosa, considera-se um grupo de dois ou mais cidadãos, agindo de forma concertada num determinado período de tempo, na preparação, pratica ou execução de uma determinada acção criminosa.

ARTIGO QUINTO – PUBLICIDADE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por via dos meios de comunicação social, dos meios informáticos ou de quaisquer outros meios, promover, fomentar, publicitar, divulgar ou difundir o uso, utilização ou o consumo de bens de consumo de risco acrescido para a integridade física, psicológica e emocional do homem em sociedade, como álcool, tabaco, estupefacientes, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, medicamentos ou armas, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal

3 – Não constitui crime contra a ordem, harmonia e a tranquilidade pública, os factos publicitados, transmitidos e difundidos pelos órgãos de comunicação social, meios informáticos ou quaisquer outros meios com a respectiva aprovação do real conselho superior da comunicação social português, envoltos dos alertas e cuidados necessários, precisos e exigidos à moderação do uso, utilização ou consumo dos mesmos.

ARTIGO SEXTO – JOGO ILEGAL.

1 – Todo o cidadão que se encontrar em práticas de jogo ilícito à margem dos locais próprios específicos, definidos e estabelecidos nos termos da lei para a realização dos mesmos actos e dos deveres, responsabilidades e compromissos fiscais e sociais;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se encontrar a operar em práticas de jogo on-line à margem dos registos, licenças e certificações exigidas nos termos da lei para a realização das mesmas e dos deveres, responsabilidades e compromissos fiscais e sociais;

3 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se encontrar a operar com roletas populares, rifas ou brindes à margem dos registos, licenças e certificações exigidas nos termos da lei para a realização dos mesmos e dos deveres, responsabilidades e compromissos fiscais e sociais;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal e as relações institucionais de Portugal com o estado soberano envolto da entidade do crime.

ARTIGO SÉTIMO – FANATISMO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por via dos meios de comunicação social, dos meios informáticos ou de quaisquer outros meios, promover, fomentar, publicitar, divulgar ou difundir ideais extremistas de incitamento à rivalidade desportista, religioso, legislativa ou territorial, por via de actos de violência, pressões ou represálias, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena:

1 – Se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

2 – Se o acto criminoso for praticado por responsável comunitário das entidades envoltas; ou

3 – Se for praticado por cidadão em exercício de funções e competências na função pública; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO OITAVO – ADEPTOS DESPORTIVOS.

1 – Todo o adepto desportivo que em realização de eventos desportivos ou em defesa dos interesses clubistas próprios se envolver, participar e tomar parte em rebelião, sublevação, revolta, tumulto popular, desordem ou arruaça organizada contra a autoridade estabelecida, durante o qual foram cometidos colectivamente crimes de violência contra cidadãos ou contra a propriedade estatal ou privada:

a) SEM ARMAS, com ausência de armas, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) COM ARMAS, com o uso e utilização de armas, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – Se for o próprio autor ou um dos autores morais da rebelião, se a tiver promovido, provocado e dirigido, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior ao dobro da pena a aplicar para o crime de participação em rebelião respectivo;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

5 – Considera-se motim armado, o motim em que um ou mais cidadãos estejam na posse e detenção de qualquer género de objecto capaz de pelo seu uso, utilização e técnica provocar actos de ofensa à integridade física de outro cidadão ou danos patrimoniais, públicos ou privados.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO EM MOTIM.

1 – Todo o cidadão que se envolver, participar e tomar parte em rebelião, sublevação, revolta, tumulto popular, desordem ou arruaça organizada contra a autoridade estabelecida, durante o qual foram cometidos colectivamente crimes de violência contra cidadãos ou contra a propriedade estatal ou privada:

a) SEM ARMAS, com ausência de armas, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

- h. Com direito a uma visita mensal;
- b) COM ARMAS, com o uso e utilização de armas, é punido:
 - a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;

2 – Se for o próprio autor ou um dos autores morais do motim, se o tiver promovido, provocado e dirigido, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior ao dobro da pena a aplicar para o crime de participação em motim respectivo;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

5 – Considera-se motim armado, o motim em que um ou mais cidadãos estejam na posse e detenção de qualquer género de objecto capaz de pelo seu uso, utilização e técnica provocar actos de ofensa à integridade física de outro cidadão ou danos patrimoniais, públicos ou privados.

ARTIGO DÉCIMO – DESOBEDIÊNCIA À ORDEM DE DISPERSÃO E ENCAMINHAMENTO.

1 – Todo o cidadão que não obedecer ou tentar desobedecer a ordem legítima das forças da ordem para se retirar de ajuntamento ou de uma reunião pública ou para se encaminhar e dirigir num determinado sentido, modo e forma, com a advertência de que a desobediência constitui crime, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ou se for o promotor da reunião ou do ajuntamento; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESOBEDIÊNCIA AO ESTADO DE SÍTIO OU ESTADO DE EMERGÊNCIA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não cumprir e respeitar ou tentar desrespeitar os condicionalismos, exigências e as privações de direitos, liberdades, igualdades e garantias, impostas pela declaração do estado de sítio ou do estado de emergência, bem como os deveres, responsabilidades e compromissos inerentes à declaração, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ABUSO E SIMULAÇÃO DE SINAIS DE PERIGO.

1 – Todo o cidadão que usar e utilizar abusivamente sinal ou chamada de alarme, emergência ou socorro, ou simuladamente fizer crer que é necessário, preciso e exigido auxílio, apoio e colaboração em virtude de desastre, perigo ou situação de necessidade colectiva, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia e o normal e regular funcionamento da entidade envolta do crime.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ABUSO DE DESIGNAÇÃO, SINAL OU UNIFORME.

1 – Todo o cidadão que ilegitimamente e com intenção de fazer crer que lhe pertencem, usar ou utilizar designação, sinal, uniforme ou traje próprio de um órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, nacional ou estrangeira, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias.
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a integridade comunitária e social da entidade envolta do crime.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VENDA A MENORES.

1 – Todo o estabelecimento comercial que vender a menores de dezasseis anos bebida alcoólica, tabaco, planta filantrópica, substância ou preparação psicotrópica, ou medicamento, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias.
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a integridade comunitária e social da entidade envolta do crime.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – GREVE, PARALISAÇÃO E DISSOLUÇÃO.

1 – Todo o cidadão que no exercício da sua actividade profissional no ciclo de vida laboral da vida do reino de Portugal e dos deveres, responsabilidades e compromissos inerentes às suas funções e competências, para reivindicar aumento de salários ou de condições laborais, no período compreendido pelo seu horário de trabalho ou pelas necessidades e exigências imediatas e momentâneas de serviço extraordinário,

com intenção de impedir, paralisar ou interromper o decurso correcto, normal e regular da sua acção, não comparecer, recusar, abandonar as suas funções ou posto, ou negligenciar o seu cumprimento, produzindo prejuízos e transtornos para as populações e para o reino de Portugal; ou

2 – Todo o cidadão que no exercício da sua actividade profissional de administrador no ciclo de vida laboral do reino de Portugal de uma empresa ou instituição, para pressionar os trabalhadores a aceitarem determinadas condições ou para refutar, retaliar ou ceder a um movimento grevista dos seus operários, dissolver e encerrar a sua actividade, produzindo prejuízos e transtornos às populações e ao reino de Portugal;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – MANIFESTAÇÕES.

1 – Todo o movimento de expressão pública e colectiva de um sentimento ou de uma opinião realizado de forma ordeira, pacífica e sem armas, aprovado pela real assembleia das áreas presidenciais concelhia da circunscrição respectiva e mediante comunicação e cumprimento pelo respectivo movimento dos procedimentos deliberados pela guarda real portuguesa do município da sua realização, não constitui crime contra a ordem, harmonia e tranquilidade pública.

2 – A manifestação dos produtores portugueses por via do desperdício de alimentos ou quaisquer produtos como sinal de insatisfação, protesto e reivindicação por quaisquer circunstâncias económicas, constitui crime nos termos da lei, sendo punido os seus autores:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EMBRIAGUEZ E INTOXICAÇÃO.

1 – Todo o cidadão que se colocar em estado de inimputabilidade por via da ingerência, ingestão e consumo de bebida alcoólica, estupefacientes, plantas filantrópicas ou medicamentos e causar distúrbios, desacatos e desordem na via pública ou em locais públicos ou privados, provocando actos de violência ou danos materiais, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 90 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa semanal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita semanal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – MENDICIDADE.

1 – Todo o cidadão que no espaço territorial português, não cumprir os parâmetros legais da acção social portuguesa e se diminuir à condição de pedinte, utilizando cidadão menor, cidadão especial ou sensibilizando os cidadãos para as mazelas físicas e psicológicas pessoais próprias, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 90 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se fizer da mendicidade modo de vida; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RECOLHA DE LIXOS.

1 – Todo o cidadão que no espaço territorial português, não cumprir os parâmetros legais da acção social portuguesa e se diminuir à prática da recolha de lixo e detritos, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 90 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se fizer recolha do lixo modo de vida; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONDUTA VIOLENTA.

1 – Todo o cidadão que na plenitude das suas capacidades físicas e sem alterações no comportamento de qualquer ordem adoptar uma atitude repressora, hostil e perigosa para com terceiros e causar distúrbios, desacatos e desordem na via pública ou em locais públicos ou privados, provocando actos de violência ou danos materiais, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa semanal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita semanal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se

prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PALAVRÃO, BLASFÉMIA E HERESIA.

1 – Todo o cidadão que na via pública, em estabelecimento público ou privado ou em residência, proferir, produzir ou reproduzir por via verbal, escrita, gestual ou por qualquer outra forma palavra, gesto, acção, atitude ou imagem obscena, grosseira ou ofensiva da paz, ordem e tranquilidade da comunidade e dos princípios e valores da educação e moralidade regentes, afectando a harmonia de terceiros, é punido com pena de multa de 10 contos por cada um palavrão, blasfémia ou heresia produzido.

2 – Se o acto referido no número 1) deste artigo for proferido, produzido ou reproduzido por cidadão:

- a) No pleno exercício das suas funções e competências na função pública;
- b) Titulado com ordem honorífica;
- c) Responsável comunitário nas diversas áreas; ou
- d) No pleno exercício de funções e competências escolares, dos meios de comunicação social, desportivas, culturais ou religiosas;

é punido com pena de multa de 100 Contos por cada um palavrão, blasfémia ou heresia produzido.

3 – Se o acto referido no número 1) deste artigo for proferido, produzido ou reproduzido por artista das artes culturais em espectáculo ou obra musical, escrita, de dança, de artes belas, de teatro, de cinema ou fotográfica, é punido com pena de multa de 1 000 contos por cada um palavrão, blasfémia ou heresia produzido, bem como serão censurados, cancelados e anulados todos os demais espectáculos ou obras que com os mesmos actos criminosos estiverem relacionados.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – CLANDESTINOS.

1 – Todo o cidadão dos países constituintes do império português ou estrangeiro que tente ou que:

- a) Infrinja as leis da emigração do reino de Portugal e os períodos deliberados, constituídos e instituídos de permanência no espaço territorial português; ou
- b) Se encontrar a residir em espaço territorial português, em habitação fixa ou móvel, sem possuir qualquer género de cadastro fiscal, social, notarial, educativo ou financeiro;

é punido pela confiscação dos seus bens materiais pessoais e pela repatriação para o seu estado soberano de origem.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A ORDEM, HARMONIA E A TRANQUILIDADE PÚBLICA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes contra a ordem, harmonia e tranquilidade pública, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

TÍTULO QUARTO – CONTRA A IDENTIDADE CULTURAL E A INTEGRIDADE PESSOAL.

CAPÍTULO ÚNICO – IDENTIDADE CULTURAL E INTEGRIDADE PESSOAL.

ARTIGO PRIMEIRO – DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENÓFOBA, LEGISLATIVA, RELIGIOSA E SEXUAL.

1 – Todo o cidadão que fundar, formar ou constituir grupo, organização ou associação em conformidade ou não com a lei, cujo âmbito, finalidade e actividade seja dirigida a fomentar, promover e incitar à discriminação, ao ódio ou à violência contra cidadãos ou os seus interesses pessoais, por causa da cor, origem étnica ou nacional, a sua ideologia legislativa, a sua religião, sexo ou orientação sexual;

2 – Todo o cidadão que desenvolver actividades de publicidade e propaganda com os propósitos de fomentar, promover e incitar à discriminação, ao ódio ou à violência contra cidadãos ou os seus interesses pessoais, por causa da cor, origem étnica ou nacional, a sua ideologia legislativa, a sua religião, sexo ou orientação sexual e de estabelecer contactos com aliados da mesma ideologia; ou

3 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se associar, integrar ou participar em organização ou actividades referidas nos números anteriores, ou com a mesma ou o mesmo colaborar, cooperar, auxiliar, prestar assistência, apoiar ou financiar nos seus propósitos:

- a) Fornecendo armas, munições, meios, equipamentos ou instrumentos para a prática das discriminações;
- b) Dando guarda e guarida aos meios, equipamentos e instrumentos da discriminação ou aos seus elementos;
- c) Fornecendo locais próprios definidos para as suas reuniões;
- d) Promovendo, fomentando e fornecendo os modos, meios e métodos de publicitação, difusão e divulgação da sua ideologia; ou
- e) Estabelecendo os contactos necessários, precisos e exigidos ao recrutamento de novos elementos;

4 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que em reunião pública, por escrito, gesto ou outra forma de expressão destinado a publicação, divulgação e difusão pelos meios de comunicação social ou por sistema informático:

- a) Promover, fomentar e provocar actos de violência contra cidadão ou grupo de cidadãos, ou contra os seus interesses pessoais por causa da sua cor, origem étnica ou nacional, ideologia legislativa, religião, sexo ou orientação sexual;
- b) Difamar ou injuriar cidadão ou grupo de cidadãos ou os seus interesses pessoais por causa da sua cor, origem étnica ou nacional, ideologia legislativa, religião, sexo ou orientação sexual; ou
- c) Intimidar, ameaçar e constranger cidadão ou grupo de cidadãos, ou os seus interesses pessoais por causa da sua cor, origem étnica ou nacional, ideologia legislativa, religião, sexo ou orientação sexual;

Com a intenção de fomentar, promover e incitar à sua discriminação, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal e as relações institucionais de Portugal com o estado soberano envolto do crime.

6 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS CRUÉIS, DEGRADANTES OU DESUMANOS.

1 – Todo o cidadão que tendo como função profissional a prevenção, perseguição, investigação ou conhecimento de infracções criminais, contra ordenacionais ou disciplinares, a execução de sanções da mesma natureza ou a protecção, guarda ou vigilância de cidadão detido ou preso, o torturar ou o tratar de forma cruel, degradante ou desumano para:

a) Obter do mesmo ou de outrem confissão, depoimento, declaração ou informação;

b) O castigar por acto cometido ou supostamente cometido por o mesmo ou por outrem; ou

c) O intimidar ou para intimidar outrem;

2 – Todo o cidadão que por sua iniciativa ou por ordem de superior, usurpar a sua função referida no número anterior para praticar qualquer dos actos nas alíneas anteriores descritos;

3 – Todo o cidadão que no exercício das suas funções profissionais referidas no número 1:

a) Produzir ofensa à integridade física grave;

b) Empregar meios ou métodos de tortura particularmente graves, nomeadamente espancamentos, choques eléctricos, simulacros de execução ou substâncias alucinatórias; ou

c) Praticar de modo habitual, reiterado e sistemático os actos referidos neste artigo;

é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se a vítima estiver ao abrigo de processo de inquérito de averiguação e apuramento das responsabilidades de acto criminoso; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima ou se for praticado sobre cidadão menor de 21 anos ou especial.

5 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte ou o suicídio da vítima, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

6 – Para efeitos da lei penal, por tortura, tratamento cruel, degradante ou desumano compreende-se o acto que consista em infligir sofrimento físico ou psicológico agudo, cansaço físico ou psicológico grave ou o emprego de produtos químicos, drogas ou outros meios, naturais ou artificiais, com intenção de perturbar e destabilizar a capacidade de determinação ou a livre e espontânea manifestação de vontade da vítima.

7 – O disposto no número anterior não abrange os sofrimentos inerentes à execução das sanções previstas no número 1) ou por ela ocasionados, nem as medidas legais privativas ou restritivas da liberdade, bem como não se compreende por tratamento cruel, degradante e desumano a utilização do método de alimentação a pão e água.

ARTIGO TERCEIRO – OMISSÃO DE DENÚNCIA.

1 – Todo o superior hierárquico que tendo conhecimento da prática de actos de tortura, tratamento cruel, degradante ou desumano por seu subordinado, não denunciar no prazo máximo de 3 dias após o conhecimento, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do tratamento, cura e reabilitação da vítima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se a vítima estiver ao abrigo de processo de inquérito de averiguação e apuramento das responsabilidades de acto criminoso; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a saúde da vítima.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte ou o suicídio da vítima, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A IDENTIDADE CULTURAL E A INTEGRIDADE PESSOAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes contra a identidade cultural e a integridade pessoal, são punidos com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

TÍTULO QUINTO – CONTRA O ESTADO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO.

ARTIGO PRIMEIRO – TRAIÇÃO À PÁTRIA.

1 – Todo o cidadão que por meio de violência, ameaça de violência, usurpação ou abuso de funções de soberania, incompetência, irresponsabilidade ou subserviência governativa:

- a) Tentar separar da mãe pátria ou entregar a estado soberano externo, ou submeter à soberania estrangeira, todo o território português ou parte dele;
- b) Tentar corromper as linhas de fronteira do reino de Portugal, aéreas, marinhas e terrestres;
- c) Produzir uma gestão governativa danosa, colocando o reino na condição de dependência e submissão face a estados soberanos externos ou organismos internacionais;
- d) Fragilizar, corromper ou destruir a moeda portuguesa e o tecido produtivo português e o âmbito, valoração e poder de toda a sua acção;
- e) Atentar, deturpar ou denegrir, o idioma, os laços e traços característicos económicos, humanos e culturais próprios do nobre povo português;
- f) Ofender, desonrar e desacreditar a independência, una, soberana e indivisível de Portugal no mundo; ou
- g) Intentar, promover e incitar por qualquer modo e meio, incluindo o referendo popular à unidade soberana dos reinos ibéricos ou ao federalismo da comunidade europeia;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos em que Portugal é um estado soberano à data da condenação, reportando o início

da fundação do reino Portugal ao ano de mil cento e vinte e oito, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Sem direito a dia de pausa;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

ARTIGO SEGUNDO – SERVIÇO MILITAR EM FORÇAS INIMIGAS.

1 – Todo o cidadão português que sob a alçada de bandeira de estado soberano externo tomar armas contra Portugal, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade das vítimas do conflito no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, somado do número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do conflito multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os cônjuges e para os familiares directos das vítimas;

c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

2 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem residindo em espaço territorial do estado inimigo antes da declaração de guerra ou das hostilidades, for forçado pelas leis militares desse estado soberano a tomar armas contra Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – INTELIGÊNCIAS COM O ESTRANGEIRO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que estabelecer ou tentar estabelecer inteligências com estado, partidos, ou entidade estrangeira ou com os seus agentes com intenção de:

a) INTELIGÊNCIAS COM O ESTRANGEIRO PARA PROVOCAR GUERRA, promover, criar ou provocar guerra ou uma acção armada contra Portugal; ou

b) INTELIGÊNCIAS COM O ESTRANGEIRO PARA CONSTRANGER O ESTADO PORTUGUÊS, constranger o estado português na sua independência, autonomia e autodeterminação, de:

1 – Declarar a guerra e fazer a paz;

2 – Omitir, declarar ou manter ou não a neutralidade.

3 – Sujeitar-se à ingerência, interferência e submissão de estado soberano, partido ou entidade estrangeira, adequada

a colocar em perigo a independência, soberania e integridade de Portugal no mundo.

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que de forma directa ou indirecta, receber ou aceitar vantagens patrimoniais ou não patrimoniais que não lhe sejam devidas, para facilitar ou tentar facilitar a ilegítima ingerência de entidades externas na vida do reino de Portugal, de modo e forma a colocar em perigo a independência, autonomia, e autodeterminação própria portuguesa;

é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade das vítimas do conflito no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, somado do número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do conflito multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os cônjuges e para os familiares directos das vítimas;

c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

ARTIGO QUARTO – PRÁTICA DE ACTOS ADEQUADOS A GERAR CONFLITOS E PROVOCAR GUERRA.

1 – Todo o cidadão português ou cidadão estrangeiro ou apátrida residente ou encontrando-se em espaço territorial português, órgão de soberania, empresa ou instituição que praticar ou tentar praticar actos reprováveis, indignos e insolentes não autorizados pelas instâncias governativas portuguesas, adequados a expor e submeter o estado português a declaração de guerra ou a uma acção armada, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade das vítimas do conflito no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, somado do número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do conflito multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os cônjuges e para os familiares directos das vítimas;

c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

ARTIGO QUINTO – COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUXÍLIO A FORÇAS ARMADAS INIMIGAS.

1 – Todo o cidadão português ou cidadão estrangeiro ou apátrida residente ou encontrando-se em espaço territorial português, órgão de soberania, empresa ou instituição que em tempo de guerra ou de acção armada contra Portugal,

- a) Colaborar, cooperar e auxiliar a execução das operações militares inimigas, ou o tentar;
- b) Causar ou tentar causar danos, estragos e prejuízos à execução dos planos de defesa militar, policial e sapadores portugueses; ou
- c) Estabelecer ou tentar estabelecer contacto, entendimentos e orientações, por via directa ou indirecta com o estrangeiro, de modo e forma à prática dos actos referidos nas alíneas anteriores;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade das vítimas do conflito no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, somado do número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do conflito multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os cônjuges e para os familiares directos das vítimas;
- c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Sem direito a visitas;

ARTIGO SEXTO – CAMPANHA CONTRA O ESFORÇO DE GUERRA.

1 – Todo o cidadão português ou cidadão estrangeiro ou apátrida residente ou encontrando-se em espaço territorial português, órgão de soberania, empresa ou instituição legalmente constituída no reino de Portugal que em tempo de guerra:

- a) Publicar, divulgar e difundir ou o tentar difundir pública e conscientemente afirmações falsas, ofensivas ou grosseiramente deformadas da realidade, com intenção de perturbar, impedir e desvalorizar o esforço de guerra de Portugal; ou
- b) Promover, colaborar e auxiliar ou tentar auxiliar nos meios, instrumentos e métodos de fomento das operações inimigas no território,

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade das vítimas do conflito no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, somado do número de dias

dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do conflito multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os cônjuges e para os familiares directos das vítimas;

c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

ARTIGO SÉTIMO – SABOTAGEM CONTRA A DEFESA NACIONAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Prejudicar, colocar e puser em perigo a defesa nacional, destruindo, danificando ou tornando não utilizáveis, no todo ou em parte, mesmo que temporariamente, infra-estruturas e obras militares ou equipamentos ou materiais próprios das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa ou dos reais sapadores portugueses, ou o tentar; ou

b) Com o intento de sabotar a defesa nacional, comercializar, importar, exportar, fabricar, guardar, comprar, vender, ceder, adquirir, distribuir, transportar, detiver ou usar arma ilegal, engenho ou substância explosiva ou capaz de provocar explosão nuclear, radioactiva ou específica para a fabricação de gases tóxicos ou asfixiante, ou o tentar;
é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO OITAVO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE ESTADO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colocando em perigo interesses próprios do estado português, relativos à independência, autonomia, autodeterminação, soberania, à integridade ou à segurança interna e externa do estado português:

- a) Transmitir, tornar acessível a cidadão ou entidade não autorizada, ou tornar público; ou
- b) Destruir, danificar, inutilizar, falsificar, subtrair, fizer desaparecer ou dissimular;

Facto ou documento, plano ou objecto, que pela sua relevância devam em nome dos interesses nacionais permanecer secretos, ou o tentar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ou se for praticado por funcionário, no activo ou não, que detenha conhecimento por via das suas funções, competências e responsabilidades profissionais; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a relação institucional do reino de Portugal com estado ou entidade estrangeira.

ARTIGO NONO – ESPIONAGEM.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Colaborar, cooperar e auxiliar estado, entidade ou serviço de informações estrangeiros, ou os seus agentes na comunicação, transmissão e revelação de; ou

b) Recrutar, acolher ou receber agente de estado, entidade ou serviço de informações estrangeiro com o intento de comunicar, transmitir e revelar;

Segredo de estado português, ou o tentar, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ou se for praticado por funcionário, no activo ou não, que detenha conhecimento por via das suas funções, competências e responsabilidades profissionais; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a relação institucional do reino de Portugal com estado ou entidade estrangeira.

ARTIGO DÉCIMO – MEIOS DE PROVA DE INTERESSE NACIONAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que destruir, danificar, inutilizar falsificar, subtrair, fizer desaparecer ou dissimular meio de prova sobre facto relativo há relações do estado português com estado, empresa ou instituição estrangeira, adequado a colocar em perigo interesses nacionais e os direitos ou deveres adjacentes ao facto, ou o tentar, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ou se for praticado por funcionário, no activo ou não, que detenha conhecimento por via das suas funções, competências e responsabilidades profissionais; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a relação institucional do reino de Portugal com o estado soberano ou entidade estrangeira.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INFEDILIDADE DIPLOMÁTICA.

1 – Todo o cidadão que representando oficialmente o estado português,

a) Conduzir ou tentar conduzir acordo comercial com estado, empresa ou instituição estrangeira com o intento de lesar e causar prejuízos e transtornos ao próprio estado português; ou

b) Usar e abusar das funções, responsabilidades e competências que lhe foram conferidas e afirmar ou tentar afirmar compromissos, responsabilidades e deveres para o estado português, sem que para estes esteja habilitado e autorizado;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a relação institucional do reino de Portugal com o estado soberano ou entidade estrangeira.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – USURPAÇÃO DE AUTORIDADE PÚBLICA PORTUGUESA.

1 – Todo o cidadão que em espaço territorial português com usurpação de funções, responsabilidades e competências exercer ou tentar exercer a favor de estado ou entidade estrangeira, ou dos seus agentes, acto privativo e exclusivo da autoridade portuguesa, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a relação institucional do reino de Portugal com o estado soberano ou entidade estrangeira.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTREGA ILÍCITA DE CIDADÃO A ENTIDADE ESTRANGEIRA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que usando da violência, ameaça, intimidação, fraude ou outro modo e forma de actuação, entregar ou tentar entregar ilicitamente cidadão, nacional ou estrangeiro, a estado ou entidade pública ou privada estrangeira ou aos seus agentes, contrariando os parâmetros e procedimentos de ordem legal jurídicos portugueses, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias da ausência do espaço territorial português do cidadão entregue, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de regresso do cidadão ao espaço territorial português; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a relação institucional do reino de Portugal com o estado soberano ou entidade estrangeira.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a aplicação de uma sentença de pena de morte para o cidadão entregue, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade da vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - f. Com uma alimentação a pão e a água;
 - g. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para a vítima e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CRIMES CONTRA CIDADÃO QUE USUFRUA DE PROTECÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Todo o cidadão que atentar ou tentar atentar contra a vida, a integridade física ou a liberdade de cidadão que usufrua de protecção internacional encontrando-se o ofendido em espaço territorial português no desempenho de funções oficiais, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para a vítima, cônjuge e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que insultar, denegrir ou ofender a honra de cidadão que usufrua de protecção internacional encontrando-se o ofendido em espaço territorial português no desempenho de funções oficiais, ou o tentar, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a relação institucional do reino de Portugal com o estado soberano ou entidade estrangeira.

4 – Usufruem de protecção internacional para efeitos do disposto neste artigo:

a) Chefe de estado, incluindo membro de órgão colegial que exerça nos termos constitucionais, as funções de chefe de estado, chefe de governo ou ministro dos negócios estrangeiros, bem como membros da família que os acompanhem; e

b) Representante ou funcionário de estado estrangeiro ou agente de organização internacional que no momento do crime, usufrua de protecção especial segundo o direito internacional, bem como membros da sua família com que vivam.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ULTRAJE DE SÍMBOLOS ESTRANGEIROS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que publicamente por palavras, gestos, divulgação de escrito ou outro meio e modo de comunicação com o público, ofender, insultar e injuriar bandeira oficial, ou outro símbolo de soberania de estado estrangeiro ou de organização internacional do qual Portugal seja membro efectivo, activo e participativo, ou o tentar, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a relação institucional do reino de Portugal com o estado soberano estrangeiro.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE E DE PROCEDIBILIDADE.

1 – O procedimento criminal pelos crimes contra estados estrangeiros, organizações internacionais e seus agentes, depende salvo tratado ou convenção

internacional em contrário, de participação do governo português e do governo estrangeiro ou de representante da organização internacional

2 – Relativamente ao procedimento jurídico das queixas apresentadas por estado estrangeiro, seu representante ou funcionário é necessário que obedeça à aplicação das disposições legais de que:

- a) Portugal mantenha relações diplomáticas com o estado estrangeiro; e
- b) Haja reciprocidade no tratamento penal do facto, no momento da sua prática e do seu julgamento.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ALTERAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

1 – Todo o cidadão, estado ou entidade, portuguesa ou estrangeira, que tentar destruir, alterar ou subverter o estado de direito constitucional monárquico português implantado:

- a) POR MEIO DE VIOLÊNCIA E INVASÃO TERRITORIAL, por meio de violência, ameaça de violência ou invasão territorial; ou
- b) POR MEIO DE TRAIÇÃO LEGISLATIVA E JURÍDICA, por meio de acção e actuação legislativa infiel, inimiga e traidora da realeza, nobreza e honra do nobre povo português, da consciência, coração e justiça da identidade portuguesa e da força, coragem e poder de toda uma razão soberana, una e indivisível portuguesa, com a convivência dos órgãos de soberania do poder jurídico;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos em que Portugal é um estado soberano à data da condenação, reportando o início da fundação do reino Portugal ao ano de mil cento e vinte e oito, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Sem direito a dia de pausa;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Sem direito a visitas;

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – INCITAMENTO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que publicamente estimular, encorajar, instigar, desafiar, provocar, excitar ou açar os habitantes do território português ou elementos das forças da segurança ou da ordem ao serviço de Portugal:

- a) Á GUERRA CIVIL, ao caos, à desordem e à guerra civil, ou o tentar;
- b) À ALTERAÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DE DIREITO MONARQUICO, à alteração violenta do estado de direito monárquico português, ou o tentar; ou
- c) À DESOBEDIÊNCIA COLECTIVA, à rebelião, resistência e desobediência colectiva das leis, da ordem e da autoridade estatal, ou o tentar;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a intenção de destruir, alterar ou subverter o estado de direito monárquico português,

publicar, divulgar ou difundir ou tentar difundir por qualquer meio de comunicação com o público:

a) Notícias falsas, tendenciosas e deformadas da realidade, susceptíveis de provocar, alarme, inquietação e insegurança na população;

b) As notícias referidas na alínea anterior de modo e forma a provocar ou tentar provocar, divisões, sublevações e atritos no seio das forças da ordem, segurança e prevenção, ou entre estas forças e os demais órgãos de soberania; é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade das vítimas do conflito no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, somado do número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do conflito multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os cônjuges e para os familiares directos das vítimas;

c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

ARTIGO DÉCIMO NONO – ATENTADO CONTRA SUAS MAJESTADES E FAMÍLIA REAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que atentar ou tentar atentar contra a vida, a integridade física ou a liberdade de SUAS MAJESTADES ou MEMBROS da FAMÍLIA REAL ou dos VICE-REIS e RAINHAS que os substituírem na sua ausência do espaço territorial português, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos em que Portugal é um estado soberano à data da condenação, reportando o início da fundação do reino Portugal ao ano de mil cento e vinte e oito, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Sem direito a dia de pausa;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Sem direito a visitas;

ARTIGO VIGÉSIMO – OFENSA À HONRA DE SUAS MAJESTADES E FAMÍLIA REAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que insultar, injuriar ou difamar, SUAS MAJESTADES ou MEMBROS da FAMÍLIA REAL, ou VICE-REIS e RAINHAS, ou o tentar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade de SUAS MAJESTADES e da FAMÍLIA REAL.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – SABOTAGEM.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a intenção de destruir, alterar e subverter o estado de direito constitucional monárquico português, destruir, danificar ou tornar não utilizáveis, obstruir, impedir ou impossibilitar o funcionamento ou desviar dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente,

- a) Infra-estruturas, vias ou meios de comunicação, transmissão ou transportes, ou o tentar;
- b) Infra-estrutura, instalação ou equipamento de cariz económico, humano e cultural, ou o tentar;
- c) Infra-estrutura, instalação ou equipamento de serviços públicos ou serviços básicos destinados ao abastecimento e satisfação das necessidades vitais da população, ou o tentar; ou
- d) A acção e movimentação das forças da segurança, ordem ou prevenção, ou o tentar;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade das vítimas do conflito no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, somado do número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do conflito multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os cônjuges e para os familiares directos das vítimas;
- c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Sem direito a visitas;

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – LIGAÇÕES COM O ESTRANGEIRO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com intenção de destruir, alterar ou subverter pela violência o estado de direito constitucional monárquico português implantado, estabelecer ou tentar estabelecer relação e comunicação com governo de estado, partido ou entidade estrangeira, ou com os seus agentes para:

- a) Receber instruções, orientações e directivas;
- b) Receber dinheiro, valores, equipamentos, materiais ou armas;
- c) Colaborar, cooperar e auxiliar em actividades de:
 - 1 – Recolha, preparação ou divulgação pública de notícias falsas, tendenciosas ou grosseiramente deformadas da realidade;
 - 2 – Aliciamento e recrutamento de agentes com os fins específicos à realização de determinada tarefa;
 - 3 – Protecção, guarda e guarida dos agentes, meios e instrumentos envolvidos das acções criminosas,
 - 4 – Exequibilidade operacional das mesmas actividades, nomeadamente fornecendo local para reuniões, subsidiando-as e patrocinando-as ou fazendo promoção e propaganda das mesmas actividades;
 - 5 – Fomento de promessas ou dádivas ou recolha de contributos ou donativos; ou
 - 6 – Intimidação, ameaça ou chantagem de outro cidadão, ou usar e utilizar fraude contra o mesmo;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade das vítimas do conflito no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, somado do número de dias dos prejuízos e transtornos causados em todo o período de tempo do conflito multiplicados por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para os cônjuges e para os familiares directos das vítimas;
- c. Numa pena nunca inferior a 85 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Sem direito a visitas;

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS.

1 – Todo o cidadão que por iniciativa própria ou de cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, com o seu consentimento, concordância ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua

promessa, palavra e compromisso, para usar, utilizar e abusar da sua influência real ou suposta, junto de qualquer uma entidade estatal, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do processo envolto do crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – COACÇÃO CONTRA ÓRGÃOS DE SOBERANIA.

1 – Todo o cidadão que por meio da intimidação, violência ou ameaça de violência, obstruir, impedir ou constranger o livre exercício das funções de órgão de soberania ou dos seus respectivos elementos, ou o tentar, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PERTURBAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE ÓRGÃO DE SOBERANIA.

1 – Todo o cidadão que com tumultos, desordem ou vozearias, ou por qualquer outra forma e modo, perturbar ou perverter a ordem, a paz e a harmonia de órgão de soberania e o seu normal, regular e correcto funcionamento, ou o tentar, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade do órgão de soberania.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ULTRAJE DE SIMBOLOS NACIONAIS, REGIONAIS, CONCELHIOS E MUNICIPAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que publicamente, por palavras, gestos, divulgação de escrito ou outro meio de comunicação com o público, ultrajar ou tentar ultrajar:

- a) Os símbolos monárquicos portugueses, a bandeira ou o hino nacional; ou
 - b) Os símbolos monárquicos regionais, concelhios e municipais,
- Ou faltar ou tentar faltar ao respeito que lhe é devido e exigido, é punido:
- a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz prisional;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – FALSIFICAÇÃO DE RECENSEAMENTO ELEITORAL E CADERNOS ELEITORAIS.

1 – Todo o cidadão que:

- a) Fornecer elementos falsos no acto de inscrição do recenseamento eleitoral, nomeadamente o certificado de residência, profissional ou de habilitações literário, ou o tentar;
- b) Inscrever cidadão no recenseamento eleitoral, consciente de que não consagra o direito de aí se inscrever, ou o tentar;
- c) Impedir a inscrição no recenseamento eleitoral de outro cidadão, consciente da lei e do direito constitucional que lhe assiste, ou o tentar;
- d) Não eliminar do caderno eleitoral, cidadão falecido ou excluído do direito eleitoral por sentença jurídica, ou o tentar; ou
- e) Por qualquer modo e forma forjar e falsificar o recenseamento eleitoral ou os cadernos eleitorais, ou o tentar;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 731 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for praticado em período compreendido por acto eleitoral; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – OBSTRUÇÃO À INSCRIÇÃO DE ELEITOR.

1 – Todo o cidadão que por meio de intimidação, violência, ameaça de violência, chantagem ou artifício fraudulento, determinar ou tentar determinar cidadão:

- a) A não se inscrever no recenseamento eleitoral;
- b) A inscrever-se fora da sua área de circunscrição geográfica eleitoral;

ou

c) A inscrever-se após o término do período exigido por lei para a sua inscrição, tendo existido acto eleitoral ou não no período compreendido;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 731 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for praticado em período compreendido por acto eleitoral; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PERTURBAÇÃO DE ACTO ELEITORAL.

1 – Todo o cidadão que por meio de intimidação, violência ou ameaça de violência ou por via de tumulto, desordem e vozearias, impedir, perturbar e perverter a ordem, a paz e a harmonia da realização, funcionamento ou eleição, de acto eleitoral aos órgãos de soberania ou de acto eleitoral de referendo próprio da vida do reino português, ou o tentar, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 731 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for praticado para intimidar eleito no pleno exercício do seu direito constitucional ou se o autor do acto se encontrar armado; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO TRIGÉSIMO – FRAUDE EM ELEIÇÃO.

1 – Todo o eleitor que exercer o seu direito de eleição, em eleições aos órgãos de soberania ou o seu direito de opinião em referendo a realizar, em mais do que uma área de circunscrição geográfico eleitoral, ou o tentar, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 731 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for praticado com recurso a falsificação de identidade do eleitor; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – COACÇÃO DE ELEITOR.

1 – Todo o cidadão que por meio de intimidação, violência, ameaça de violência, chantagem ou outro artifício fraudulento, impedir, forçar ou constranger a integridade, consciência e virtuosismo próprio de eleitor na preparação, execução e intervenção de acto eleitoral, ou o tentar, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 731 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz prisional;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for praticado em período compreendido por acto eleitoral; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – CORRUPÇÃO DE ELEITOR.

1 – Todo o cidadão, que comprar, vender ou transmitir intervenção escrita elaborada, constituída e produzida para um acto eleitoral específico da vida do reino de Portugal aos órgãos de soberania, ou o tentar, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 3 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for praticado entre membros da mesma família por via directa ou indirecta ou por força de laços de amizade instituídos;
- e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ULTRAJE EM ELEIÇÃO.

1 – Todo o eleitor que exercer ou tentar exercer o seu direito de eleição aos órgãos de soberania da vida do reino, por via de intervenção escrita elaborada, constituída e produzida por outro cidadão, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 3 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for praticado entre membros da mesma família por via directa ou indirecta ou por força de laços de amizade instituídos;
- e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – INCONGRUÊNCIA EM ELEIÇÃO.

1 – Todo o responsável por órgão de soberania jurídico envolto de um acto eleitoral que falsear ou tentar falsear intencionalmente o decurso do acto e os critérios de avaliação jurídicos da respectiva eleição, bem como o apuramento, a publicação ou a acta oficial dos eleitores, eleitos e dos resultados da votação eleitoral, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 3 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for praticado em proveito de membro da sua família por via directa ou indirecta ou de cidadão com o qual mantenha laços institucionais de amizade; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – VIOLAÇÃO DO SEGREDO DE ESCRUTÍNIO.

1 – Todo o cidadão que em acto eleitoral a órgão de soberania ou acto eleitoral de referendo da vida do reino de Portugal, realizada por escrutínio secreto, deter o conhecimento da orientação de voto de eleito ou eleitor e o comunicar, divulgar e difundir ou tentar difundir a terceiros, violando disposição legal destinada a assegurar o segredo do escrutínio, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 3 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se o crime for divulgado, difundido ou noticiado por órgãos de comunicação social antes do anúncio pelos órgãos de soberania próprios dos resultados do escrutínio; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade e idoneidade do acto eleitoral.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – VIOLAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

1 – Todo o meio de transporte rodoviário, ferroviário, marinho ou aéreo que violar e entrar em espaço territorial português, terrestre, marinho e aéreo, sem a necessária, precisa e exigida autorização e consentimento nos termos da lei das respectivas autoridades portuguesas competentes, é punido com a confiscação do meio de transporte e de todo o seu recheio material e com a repatriação da tripulação e passageiros para o seu estado soberano de origem.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a segurança do estado, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A AUTORIDADE PUBLICA.

ARTIGO PRIMEIRO – RESISTÊNCIA E COACÇÃO SOBRE FUNCIONÁRIO.

1 – Todo o cidadão que:

a) Usar ou tentar usar de intimidação, violência, ameaça de violência, chantagem ou ofensa à integridade física, a elementos das forças da ordem, segurança, prevenção ou profissional de saúde em acção de socorro, auxílio e assistência médica; ou

b) No exercício da função de condução de meio de transporte, aéreo, marinho, ferroviário ou rodoviário, desrespeitar, insurgir-se e desobedecer a ordem, sinal ou apelo de paragem dos elementos das forças da ordem, segurança ou prevenção;

Para se opor a que pratique acto relativo ao exercício das suas funções, ou para o constringer a praticar acto relativo ao exercício das suas funções mas contrário aos seus deveres;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – DESOBEDIÊNCIA A ORDEM LEGÍTIMA DE AUTORIDADE PÚBLICA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que desrespeitar, insurgir-se e desobedecer a ordem ou mandado legítimo, emanado de autoridade pública portuguesa e comunicado pelos seus elementos, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;

- h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
 - a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
 - c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – DESTRUIÇÃO, ALIENAÇÃO E SUBTRACÇÃO DO PATRIMÓNIO SOB O CONTROLO DO PODER PÚBLICO.

1 – Todo o cidadão que destruir, danificar, inutilizar, alienar ou por qualquer outro modo e forma subtrair, total ou parcialmente, ao poder público a que está sujeito, documento ou bem material, que tiver sido arrestada, apreendida ou que está sob a alçada de providência cautelar, ou o tentar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUARTO – QUEBRA DE MARCAS E DE SELOS.

1 – Todo o cidadão que abrir, romper ou inutilizar, ou o tentar, total ou parcialmente, marcas ou selos, colocado legitimamente por funcionário competente, sobre documento ou bem material, para identificar, manter inviolável ou para certificar que sobre o mesmo recai uma acção de arresto, apreensão ou providência cautelar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – RECUSA DE COOPERAÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se abster, recusar ou se alhear em situação imediata de emergência e socorro, da colaboração, cooperação e do auxílio às forças de intervenção sapadoras, militares, policiais ou a profissional médico em pleno exercício das suas funções, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal e agravar de forma sério as consequências inerentes à falta do auxílio solicitado.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – DESONRA.

1 – Todo o cidadão que se recusar e insurgir contra o estágio profissional obrigatório nas reais forças armadas portuguesas após o término do ciclo educativo ou que no decurso da sua fase laboral carecendo do exercício de funções, públicas ou privadas se recusar e negar a integrar os quadros das reais forças armadas portuguesas, é punido com a deportação do espaço territorial português.

ARTIGO SÉTIMO – USURPAÇÃO DE FUNÇÕES.

- 1 – Todo o cidadão que:
- a) Exercer funções ou praticar actos próprios de funcionários dos órgãos de soberania, empresas ou instituições estatais, sem que para tal esteja autorizado;
 - b) Exercer profissão ou praticar actos próprios de uma determinada profissão estatal, para a qual a lei exige o preenchimento integral de determinadas condições, sem estar devida e correctamente habilitado, qualificado e certificado em todos os seus parâmetros; ou
 - c) Persistir, permanecer e perseverar no exercício de funções públicas, após lhe ter sido notificado oficialmente o termo do mandato, demissão ou suspensão de funções;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – EDITAIS.

1 – Todo o cidadão que arrancar, destruir, danificar ou alterar, edital afixado por funcionário competente ou impedir ou tentar impedir por qualquer modo e forma a sua afixação, publicação, divulgação ou difusão, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO NONO – TIRADA DE PRESOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

- a) Por meio de intimidação, violência, ameaça, chantagem ou artifício libertar ou tentar libertar cidadão legalmente privado da liberdade;
- b) Promover, instigar e fomentar os meios, métodos e fórmulas de colaborar, cooperar e auxiliar à evasão de cidadão legalmente privado da liberdade;

é punido com a pena correspondente à aplicada ao cidadão legalmente privado da liberdade.

ARTIGO DÉCIMO – AUXÍLIO DE FUNCIONÁRIO À EVASÃO.

1 – Todo o agente prisional encarregado ou não da guarda de cidadão legalmente privado da liberdade que o libertar, deixar evadir-se, facilitar, promover ou por qualquer outro modo e forma colaborar, cooperar e auxiliar na sua evasão, é punido com a pena correspondente à aplicada ao cidadão legalmente privado da liberdade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – NEGLIGÊNCIA NA GUARDA.

1 – Todo o agente prisional encarregado da guarda de cidadão legalmente privado da liberdade que por negligência, permitir a sua evasão, é punido com a pena correspondente à aplicada ao cidadão legalmente privado da liberdade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – EVASÃO.

1 – Todo o cidadão que encontrando-se legalmente sujeito a medidas de coação restritivas das liberdades pessoais ou privado da liberdade, se evadir ou tentar evadir-se das suas responsabilidades, é punido:

a) Sem agravação de pena a cumprir pelo crime cometido ou em apuramento da veracidade dos factos e dos seus autores morais, em caso de entrega voluntária às autoridades competentes; ou

b) Com o dobro da pena a cumprir pelo crime cometido em caso de ser capturado pelas autoridades competentes, sempre com ou sem um dia de folga mensal, uma alimentação a pão e água e com ou sem um dia de visita mensal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VIOLAÇÃO DE IMPOSIÇÕES, PROIBIÇÕES OU INTERDIÇÕES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que violar, transgredir e desobedecer a imposições, proibições ou interdições determinadas por sentença judicial, a título de pena aplicada, pena acessória ou de medida de segurança não privativa da liberdade, é punido com o dobro da pena a cumprir pelo crime cometido ou não, sempre com ou sem um dia de folga mensal, uma alimentação a pão e água e com ou sem um dia de visita mensal.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – MOTIM DE PRESOS.

1 – Todos os cidadãos privados da liberdade, detidos nos estabelecimentos prisionais, estabelecimentos de correcção ou internados em unidades de saúde que se revoltarem, sublevarem e insurgirem e que concertando as suas forças:

a) Atacarem funcionário legalmente encarregue da sua guarda, vigilância ou tratamento, ou o constrangerem a praticar acto ou abster-se de o praticar; ou

b) Promoverem a sua evasão ou a evasão de terceiro;

são punidos com o dobro da pena a cumprir pelo crime cometido, sempre com ou sem um dia de folga mensal, uma alimentação a pão e água e com ou sem um dia de visita mensal.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE PÚBLICA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a autoridade pública, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA.

ARTIGO PRIMEIRO – BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Realizar, converter, transferir, auxiliar ou facilitar, operação de conversão ou de transferência de vantagens patrimoniais ou não patrimoniais, por si ou por terceiros, directa ou indirectamente à margem da lei e dos procedimentos, deveres, responsabilidades e compromissos legais inerentes;

b) Ocultar, iludir ou dissimular facto ilícito de conversão ou transferências de vantagens patrimoniais ou não patrimoniais, relativo ao exercício da sua função profissional, laboral ou institucional, de modo e forma a

forjar a sua origem ilícita ou a proteger os seus autores de serem alvo de uma acção judicial; ou

c) Encobrir, esconder e mentir sobre um facto ilícito, de conversão ou transferências de vantagens patrimoniais ou não patrimoniais, ocultando a sua real e verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou titularidade dos seus autores, dos direitos e deveres consagrados e das vantagens patrimoniais ou não patrimoniais acordadas;
é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

4 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção subjacente tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

ARTIGO SEGUNDO – DENEGAÇÃO DE JUSTIÇA E PREVARICAÇÃO.

1 – Todo o funcionário que:

a) Envolto de inquérito processual, processo jurisdicional, por contra-ordenação ou disciplinar, promover ou não promover, conduzir, decidir ou abster-se, ou praticar actos no exercício de poderes decorrentes do cargo que exerce, consciente da ilicitude dos seus actos e da infracção à lei e ao direito; ou

b) Sendo para tal competente, ordenar ou executar medida privativa da liberdade de forma ilegal, ou omitir ordená-la ou executá-la nos termos da lei;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena:

1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal;

2 – Se for praticado para beneficiar ou prejudicar terceiros; ou

3 – Se do acto resultar privação da liberdade para terceiros.

ARTIGO TERCEIRO – PREVARICAÇÃO DE ADVOGADO OU SOLICITADOR.

1 – Todo o advogado ou solicitador que:

a) De forma negligente ou intencional prejudicar causa entregue ao seu patrocínio; ou

b) Na mesma causa entregue ao seu patrocínio, advogar ou exercer solicitadoria relativamente a pessoas cujos interesses estejam em conflito, com o intento de actuar em benefício ou em prejuízo de alguma delas;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a integridade comunitária e social ou a situação económica da vítima.

ARTIGO QUARTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE JUSTIÇA.

1 – Todo o cidadão que por via de contacto directo ou indirecto com acto de processo penal, abrangido por a lei do segredo de justiça ou cujo próprio decurso do processo não for permitida a assistência do público em geral e ilegitimamente contra a lei denunciar, pronunciar-se ou revelar, no todo ou em parte o seu teor, é punido:

- a. Pelas consequências do acto provocado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a um terço da pena a aplicar ao arguido pelo crime cometido, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se com o acto praticado resultarem vantagens patrimoniais ou não patrimoniais; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – PERJÚRIO.

1 – Todo o cidadão que depois de advertido pelas autoridades judiciais competentes das consequências penais em que incorre ou de ter prestado juramento, prestar depoimento ou declarações falsas, deturpadas ou deformadas sobre factos sobre os quais deve depor ou os ocultar e omitir; ou

2 – Todo o arguido, vítima, assistente jurídico, partes civis ou entidade, pública ou privada, que prestar em acto de processo penal, declarações falsas, deturpadas ou deformadas sobre dados pessoais e familiares do arguido e das vítimas e os respectivos antecedentes criminais ou os ocultar ou omitir;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a um terço da pena a aplicar ao arguido pelo crime cometido, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- 3 – Se o autor actuar com intenção lucrativa;
- 4 – Se do facto resultar demissão de lugar ou perda de posição profissional ou destruição das relações familiares ou sociais de terceiros;
- 5 – Se do facto resultar a condenação de inocentes;

b. O dobro da pena se colocar em causa com a sua intervenção a integridade da vítima ou do arguido, ou a privação da liberdade de terceiros; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena:

a. O autor que no decurso dos actos de processo penal se retractar voluntariamente no respectivo órgão de soberania jurídico, a tempo de a retractação ser tomada em conta na deliberação da sentença e de não se ter verificado nem ter resultado prejuízo para terceiros.

b. Se a falsidade disser respeito a circunstâncias irrelevantes que não tenham significado essencial para a prova a que o depoimento se destinar.

ARTIGO SEXTO – FALSIDADE DE TESTEMUNHO, PERICIA, INTERPRETAÇÃO OU TRADUÇÃO.

1 – Todo o cidadão que com o estatuto de testemunha, perito, técnico, tradutor ou intérprete, perante tribunal ou funcionário judicial competente para a recolha de meio de prova, depoimento, relatório, informação ou tradução, prestar depoimento, apresentar relatório, der informações ou fizer traduções falsas, deturpadas ou deformadas ou ocultar ou omitir factos relevantes para o processo; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, que sendo notificado pelos órgãos de soberania jurídicos para apresentar relatório, informação ou tradução, num acto de processo penal, sem justa causa, se evadir, negar e recusar;

é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a um terço da pena a aplicar ao arguido pelo crime cometido, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- 3 – Se o autor actuar com intenção lucrativa;

4 – Se do facto resultar demissão de lugar ou perda de posição profissional ou destruição das relações familiares ou sociais de terceiros;

5 – Se do facto resultar a condenação de inocentes;

b. O dobro da pena se colocar em causa com a sua intervenção a integridade da vítima ou do arguido ou a privação da liberdade de terceiros; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena:

a. O autor que no decurso dos actos de processo penal se retractar voluntariamente no respectivo órgão de soberania jurídico, a tempo de a retractação ser tomada em conta na deliberação da sentença e de não se ter verificado nem ter resultado prejuízo para terceiros.

b. Se a falsidade disser respeito a circunstâncias irrelevantes que não tenham significado essencial para a prova a que o depoimento, relatório, informação ou tradução se destinar.

ARTIGO SÉTIMO – SUBORNO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que induzir, aliciar ou tentar corromper através de dádiva, oferenda ou de promessa de valor patrimonial ou não patrimonial, arguido, testemunha, perito, técnico, tradutor ou intérprete num acto de processo penal, é punido:

a. Pelas consequências do acto provocado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a um terço da pena a aplicar ao arguido pelo crime cometido, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz prisional;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

3 – Se o acto de suborno for consumado;

4 – Se do facto resultar demissão de lugar ou perda de posição profissional ou destruição das relações familiares ou sociais de terceiros;

5 – Se do facto resultar a condenação de inocentes;

b. O dobro da pena se colocar em causa com a sua intervenção a integridade da vítima ou do arguido ou a privação da liberdade de terceiros; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena o autor que no decurso dos actos de processo penal se retractar voluntariamente no respectivo órgão de soberania jurídico, a tempo de a retractação ser tomada em conta na deliberação da sentença e de não se ter verificado nem ter resultado prejuízo para terceiros.

ARTIGO OITAVO – DENÚNCIA CALUNIOSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por qualquer meio e modo publicamente ou perante autoridade, com a consciência da falsidade do facto, especular, denunciar ou imputar a terceiros a suspeita da prática de crime, com o intento de sobre a mesma recair a instauração de procedimento judicial, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime denunciado, agravada de um terço se apresentar, alterar ou desvirtuar meio de prova ou se do facto resultar a privação da liberdade do ofendido.

ARTIGO NONO – SIMULAÇÃO DE CRIME.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem o imputar a pessoa concreta e determinada, denunciar, iludir e criar a suspeita da prática de um crime a autoridade competente, consciente da falsidade do facto, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime simulado.

ARTIGO DÉCIMO – FAVORECIMENTO PESSOAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que impedir, frustrar ou iludir, total ou parcialmente, actividade probatória ou preventiva de autoridade competente, com a consciência e a intenção de evitar que outra pessoa sob suspeita ou condenação pela prática de um crime, seja submetido a interrogatório ou ao cumprimento e execução de pena ou medida de segurança respectiva, ou o tentar;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com a consciência e a intenção de impedir, frustrar e iludir, total ou parcialmente, interrogatório ou o cumprimento e execução de pena ou medida de segurança respectiva, colaborar, cooperar e auxiliar outra pessoa sob suspeita ou acusação pela prática de um crime, ou o tentar; ou

3 – Todo o funcionário que intervenha ou tenha competência para, intervir em processo judicial, ordenar a execução de pena ou medida de segurança ou cumprir a sua execução, impedir, frustrar ou iludir actividade probatória ou preventiva de autoridade competente referente a pessoa sob suspeita ou condenação pela prática de um crime ou com a mesma colaborar, cooperar e o auxiliar na evasão das suas responsabilidades criminais, ou o tentar;

é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se da pena o cônjuge, os adoptantes, adoptados e os parentes, da pessoa pela qual se actuou, bem como o cidadão que viva em situação análoga à dos cônjuges, mesmo que sem coabitação efectiva.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MEIO DE PROVA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que ocultar, omitir, falsear, adulterar, corromper ou destruir facto em uso e utilização na preparação, tentativa ou execução de um acto criminoso, com vista a sonegar o apuramento da veracidade dos factos constantes do processo-crime, é punido com a pena correspondente ao próprio crime praticado.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a realização da justiça, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS.

ARTIGO PRIMEIRO – CORRUPÇÃO PASSIVA.

1 – Todo o funcionário público que no exercício das suas funções ou derivado das mesmas, por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou por sua indicação, acordo ou conhecimento a terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para a prática de um acto legal decorrente do exercício dos deveres, responsabilidades e compromissos do seu cargo profissional, ainda que anteriores ou posteriores à solicitação ou aceitação; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, atribuir ou prometer a funcionário público ou por sua indicação, acordo ou conhecimento a terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para a prática de um acto legal decorrente do exercício dos deveres, responsabilidades e compromissos do seu cargo profissional, ainda que anteriores ou posteriores à atribuição ou promessa;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Todo o tipo e género de vantagens patrimoniais ou não patrimoniais, sob a forma de oferta, são punidos para ambas as partes por lei, com os dias de multa que ao seu valor comercial actual corresponder multiplicados por três a reverter para o estado.

ARTIGO SEGUNDO – CORRUPÇÃO ACTIVA.

1 – Todo o funcionário público que no exercício das suas funções ou derivado das mesmas, por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou por sua indicação, acordo ou conhecimento a terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para a prática de um acto ou omissão ilegais contrários aos deveres, responsabilidades e

compromissos do seu cargo profissional, ainda que anteriores ou posteriores à solicitação ou aceitação; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, atribuir ou prometer a funcionário público ou por sua indicação, acordo ou conhecimento a terceiros, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para a prática de um acto ou omissão ilegais contrários aos deveres, responsabilidades e compromissos do seu cargo profissional, ainda que anteriores ou posteriores à atribuição ou promessa;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envolvidos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envolvidos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – PECULATO.

1 – Todo o funcionário público que ilegitimamente

a) Se apropriar, apoderar ou confiscar, hipotecar, empenhar ou por qualquer forma onerar, para proveito próprio ou de terceiros, de dinheiro ou de bem material, público ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções profissionais;

b) Usar, utilizar ou permitir que outrem use ou utilize, para fins alheios aos que se destinam, infra-estrutura, equipamento ou bem material, público ou particular, que lhe for entregue, esteja na sua posse ou lhe for acessível em razão das suas funções profissionais; ou

c) E sem razões de interesse público que o justifiquem, usar e utilizar dinheiro público para fins diferentes daquele a que está legalmente afectado;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes do dinheiro ou do bem material envolto do processo-crime;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do dinheiro ou do bem material envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUARTO – PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO.

1 – Todo o funcionário público que com intenção de obter, para si ou para terceiros, participação económica ilícita, lesar e prejudicar em negócio jurídico os interesses patrimoniais estatais, que no todo ou em parte lhe cumpre e estão conferidos, em razão do exercício das suas funções profissionais legislativas, administrativas ou produtivas, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – Todo o funcionário público que por qualquer modo e forma receber, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial:

- a) Por intervenção e participação em negócio jurídico, durante o período de exercício das suas funções profissionais, legislativas, administrativas ou produtivas, sem lesar ou prejudicar os interesses patrimoniais estatais; ou
 - b) Por efeito de um acto de cobrança, arrecadação, liquidação ou pagamento, que por força das suas funções profissionais, total ou parcialmente, esteja encarregue de ordenar ou fazer, não se tendo verificado prejuízo para a fazenda pública ou para os interesses que lhe estão confiados;
- é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – EMPREGO DE FORÇA PÚBLICA CONTRA A EXECUÇÃO DA LEI OU DE ORDEM LEGÍTIMA.

1 – Todo o funcionário público que legitimamente investido da competência para requisitar ou ordenar o emprego da força pública, a requisitar ou ordenar para impedir a execução de lei, mandado da justiça ou ordem legítima de autoridade pública, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos,

sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – RECUSA DE COOPERAÇÃO.

1 – Todo o funcionário público que notificado por requisição legal de autoridade competente para exercer o dever, responsabilidade e o compromisso de cooperação à administração da justiça ou a qualquer serviço público, sem motivo legítimo o não exercer, se recusar a exercer ou exercendo o não faça correctamente, é punido:

a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima.

ARTIGO SÉTIMO – ABUSO DE PODER.

1 – Todo o funcionário público que, sem correspondência dos crimes previstos neste capítulo, abusar das competências que lhe estão conferidas no âmbito do exercício das suas funções profissionais ou violar os deveres, responsabilidades e compromissos a estas adjacentes, com intenção de obter para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou para lesar e causar prejuízo a outra pessoa, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima.

ARTIGO OITAVO – VIOLAÇÃO DE NORMAS URBANISTAS POR FUNCIONÁRIO.

1 – Todo o funcionário público que:

- a) Comunicar, informar ou prestar informações ou instruções falsas sobre as leis ou os seus regulamentos aplicáveis, em processo de licenciamento, certificação ou de autorização, consciente da desconformidade da sua conduta com as normas urbanistas, com a intenção da sua aprovação ou rejeição; ou
- b) Decidir favoravelmente ou negativamente processo de licenciamento, certificação ou de autorização, consciente da desconformidade da sua conduta com as normas urbanísticas;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e
- c. Um terço da pena:
 - 1 – Se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal;
 - 2 – A situação económica da vítima; ou
 - 3 – Se o licenciamento ou a autorização incidir sobre a via pública, a propriedade de domínio público, a zona histórica, terreno de reserva ecológica nacional, reserva agrícola nacional ou terreno protegido por lei delimitado para um determinado fim específico.

ARTIGO NONO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO POR FUNCIONÁRIO.

1 – Todo o funcionário público que sem o devido consentimento ou autorização, denunciar, divulgar e revelar segredo, que lhe tenha sido confiado, tenha tido acesso ou lhe tenha sido facilitado por via do exercício das suas funções e competências profissionais, com intenção de obter para si ou para terceiro benefício ou com a consciência de lesar ou prejudicar interesse público ou de terceiros, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena:

1 – Se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal;

2 – Se o acto lesivo agravar de forma grave a relação institucional do reino de Portugal com estado ou entidade portuguesa ou estrangeira; ou

3 – Se o funcionário praticar o acto criando perigo para a vida, para a integridade física de outrem ou para bens patrimoniais alheios.

ARTIGO DÉCIMO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE CORRESPONDÊNCIA OU DE TELECOMUNICAÇÕES.

1 – Todo o funcionário público de serviços dos correios, telégrafos, telefones ou telecomunicações que sem o devido consentimento ou autorização:

- a) Escamotear, suprimir, subtrair, danificar ou destruir carta, encomenda, telegrama ou outra comunicação confiada aos seus serviços e que lhe é acessível em razão das suas funções;
- b) Abrir carta, encomenda ou outra comunicação que lhe é acessível em razão das suas funções, ou sem abrir deter o conhecimento do seu conteúdo;
- c) Revelar a terceiros comunicações entre determinados agentes da comunicação, efectuadas por correio, telegrafo, telefone ou outros meios de comunicação daqueles serviços, de que deteve conhecimento em razão das suas funções;
- d) Gravar, reproduzir ou revelar a terceiro o conteúdo, total ou parcial, de comunicações entre agentes da comunicação, ou tornar possível a sua audição, leitura ou conhecimento;
- e) Fomentar, promover e permitir os factos referidos nas alíneas anteriores;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 9 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECUSA E ABANDONO DE FUNÇÕES OU POSTO.

1 – Todo o funcionário público que no exercício das suas funções profissionais, no período compreendido pelo seu horário de trabalho ou pelas necessidades e exigências imediatas e momentâneas de serviço extraordinário, com intenção de impedir, paralisar ou interromper o serviço público e o decurso correcto, normal e regular da sua acção, não comparecer, recusar, abandonar as suas funções ou posto, ou negligenciar o seu cumprimento, produzindo prejuízos e transtornos à população e ao reino de Portugal, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 6 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave o correcto, normal e regular funcionamento da entidade ou a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONCUSSÃO.

1 – Todo o funcionário público que no exercício das suas funções profissionais ou de poderes destas decorrentes, por iniciativa própria ou de interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, receber para si, para o estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida ou seja superior à devida, nomeadamente imposto, contribuição, taxa, multa, coima ou emolumento, é punido:

a. Pela restituição dos montantes envoltos do processo-crime;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio envolto do processo-crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Se o facto for praticado por meio de intimidação, violência ou ameaça com mal importante;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo-crime; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a situação económica da vítima.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO POR FUNCIONÁRIO.

1 – Todo o funcionário público que abusar das competências que lhe estão conferidas no âmbito do exercício das suas funções profissionais e sem o respectivo consentimento ou autorização do seu proprietário ou proprietários, invadir e se introduzir em habitação, empresa ou estabelecimento ou nela permanecer depois de intimado a retirar-se ou violar domicílio profissional de quem pela natureza do exercício da sua actividade, estiver vinculado ao dever de sigilo, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz prisional;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou a estabilidade emocional da vítima;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos cometidos no exercício de funções públicas, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO.

1 – Para efeitos da lei penal, por funcionário público compreende-se:

- a) Todo o profissional qualificado com funções legislativas, judiciais ou executivas, administrativas, de secretariado ou produtivas, a exercer funções, responsabilidades e competências em órgãos de soberania, empresas ou instituições estatais;
- b) Todos os profissionais agregados a empresas com participação maioritária de capital público e das empresas concessionárias de serviços públicos;

c) Todos os elementos dos quadros específicos adjacentes ao serviço e funcionamento das entidades estatais; ou

d) Todos os cidadãos que no tempo, de forma remunerada ou a título gratuito, voluntário ou obrigatório intervenham, desempenhem ou participem directamente em actividades das entidades estatais;

TÍTULO SEXTO – CONTRA A HUMANIDADE.

CAPÍTULO ÚNICO – TERRORISMO E ORGANIZAÇÃO TERRORISTA.

ARTIGO PRIMEIRO – TERRORISMO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa, instituição ou organização que por via do uso de armas, engenho ou substância explosiva ou capaz de provocar explosão nuclear, radioactiva ou específica para a fabricação de gases tóxicos ou asfixiante, atentar contra a vida da população ou destruir, danificar ou tornar não utilizáveis, no todo ou em parte infra-estruturas, vias ou meios de comunicação, transmissão ou transportes, infra-estrutura, instalação ou equipamento de cariz económico, humano ou cultural, ou de serviços públicos ou básicos da população, ou monumento constante do património arquitectónico histórico português, ou o tentar;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com o intento de provocar acto terrorista, comercializar, importar, exportar, fabricar, guardar, comprar, vender, ceder, adquirir, distribuir, transportar, detiver ou usar arma ilegal, engenho ou substância explosiva ou capaz de provocar explosão nuclear, radioactiva ou específica para a fabricação de gases tóxicos ou asfixiante, ou o tentar; ou

3 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que atentar contra sistema ou base de dados informáticos de um órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, por via da introdução de vírus ou outros instrumentos ou meios cibernautas;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado pelo número de vezes que o crime foi tentado ou praticado, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ou tentados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal ou da vítima, ou vítimas.

5 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – ORGANIZAÇÃO TERRORISTA, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E DE TERRORISTAS.

1 – Todo o cidadão que promover, fundar ou constituir organização terrorista, cujo âmbito, finalidade e actividade seja dirigida à prática do crime de terrorismo;

2 – Todo o cidadão que liderar, chefiar ou dirigir organização terrorista; ou

3 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se associe, colabore e coopere com organização terrorista ou a apoiar:

a) Fornecendo armas, munições, meios, equipamentos ou instrumentos para a prática dos crimes;

b) Financiando as operações, transacções ou relações de negócios por si realizadas;

c) Dando guarda e guarida aos meios, equipamentos e instrumentos do crime ou aos seus elementos;

d) Fornecendo locais próprios definidos para as suas reuniões;

e) Estabelecendo os contactos necessários, precisos e exigidos a alienar, camuflar e branquear as operações, transacções ou relações de negócios dos crimes praticados; ou

f) No auxílio do recrutamento de novos elementos;

é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime de terrorismo nos termos do artigo anterior.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática dos crimes, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – Por organização terrorista, considera-se um grupo de dois ou mais cidadãos, agindo de forma concertada num determinado período de tempo, na preparação, pratica ou execução de actos terroristas.

6 – Tendo presente que a reivindicação da independência, soberania e auto-determinação dos nobres povos no planeta terra, só se tornará efectiva por via dos órgãos de soberania jurídicos e legislativos dos estados soberanos que sobre os mesmos exercem os poderes soberanos e não por actos de criminalidade terrorista que vitimam as populações indefesas e que destroem as infra-estruturas de auxílio, apoio e suporte das comunidades, compete a todos os estados soberanos mundiais a reflexão, afirmação e a deliberação mundial em uníssono no órgão próprio das NAÇÕES UNIDAS, do respeito, responsabilidade e compromisso de todos os estados soberanos mundiais para com a realeza de cada uma identidade histórica planetária de idioma, laços, traços e características próprias económicas, humanas e culturais, bem como por cada uma crença, fé ou credo, que cultive os princípios e valores geradores de toda uma paz no globo terrestre.

7 – Todos os elementos de organizações terroristas mundiais capturados no espaço territorial português e sem prejuízo do artigo 10º, do capítulo primeiro, título segundo, da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, serão julgados e punidos pelos crimes tentados ou praticados nos termos da lei portuguesa.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES COMETIDOS CONTRA A HUMANIDADE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos cometidos contra a humanidade, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

TÍTULO SÉTIMO – CONTRA O PLANETA TERRA.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES CONTRA A MATÉRIA SÓLIDA.

ARTIGO PRIMEIRO – CENTRAIS GEOTÉRMICAS ARTIFICIAIS.

1 – Todo o cidadão, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, criar central geotérmica artificial ou fizer prospecções e sondagens relativas à sua criação e instalação, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ao ecossistema e à comunidade com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravção da instabilidade do solo e do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSTÂNCIAS NUCLEARES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, deter e possuir, substâncias nucleares ilegalmente ou receptáculos para albergar as mesmas substâncias sem as necessárias, precisas e exigidas condições de prevenção, protecção e segurança, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio das matérias ilegais apreendidas;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das matérias ilegais apreendidas, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – ATENTADO A INSTALAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO OU RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que atentar contra instalação de transformação ou reciclagem de resíduos sólidos, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – EXTRACÇÃO ILEGAL DE MATÉRIAS SÓLIDAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que ilegalmente retirar, recolher e extrair matérias sólidas presentes no solo ou subsolo terrestre e marinho, é punido:

a. Pela restituição dos montantes do valor próprio das quantidades de matérias extraídas com o seu acto;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das quantidades de matéria extraída, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou
 - 3 – Pela agravamento da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DOS SOLOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, poluir e contaminar o solo ou o subsolo terrestre ou marinho, ou degradar a sua qualidade por via:

- a) Do não cumprimento dos serviços de saneamento, reciclagem ou de tratamento dos resíduos domésticos e industriais;
- b) De depósito de resíduos e detritos derivados da sua actividade económica ou de acto doméstico próprio; ou
- c) Do exercício de funções agrícolas, pecuárias, extractivas ou pesqueiras contrárias aos procedimentos e ao uso e utilização de bens e produtos habilitados, certificados e qualificados para as diferentes fases e operações em cada uma área de actividade;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ao ecossistema e à comunidade com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:

- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
 - c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.
- 3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – EROSÃO DOS SOLOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, provocar erosão do solo ou do subsolo terrestre ou marinho por via:

- a) Do abandono do exercício de actividade de cultivo, cuidado ou tratamento de espaço destinado a fins agrícolas, pecuário ou de natureza ambiental;
- b) Da plantação de espécies vegetais nocivas à fertilidade dos solos; ou
- c) De práticas e procedimentos de risco erosivo no exercício da sua actividade económica agrícola, pecuária, extractiva ou pesqueira;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ao ecossistema e à comunidade com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou

3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – ECO PONTOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que atentar contra os ECO PONTOS específicos colocados na via pública, é punido:

a. Pela restituição dos montantes do valor próprio dos ECO PONTOS destruídos ou danificados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos ECO PONTOS destruídos ou danificados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 90 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz natural;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou

3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS E DETRITOS SÓLIDOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que no âmbito da sua acção de habitabilidade ou do exercício da sua actividade económica, não distinguir e separar os diferentes resíduos e detritos sólidos pela sua composição, não os colocar

no eco ponto devido ou os não devolver aos estabelecimentos de venda específicos dos mesmos bens ou produtos para que os mesmos os direccionem à sua reciclagem, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio dos resíduos e detritos não separados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos resíduos e detritos não separados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO NONO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A MATÉRIA SÓLIDA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a matéria sólida, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A MATÉRIA LÍQUIDA.

ARTIGO PRIMEIRO – COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, deter e possuir matérias combustíveis líquidas ilegalmente ou receptáculos para albergar as mesmas matérias sem as necessárias, precisas e exigidas condições de prevenção, protecção e segurança, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio das matérias ilegais apreendidas;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das matérias ilegais apreendidas, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – ATENTADO A INSTALAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO OU RECICLAGEM DE RESÍDUOS LÍQUIDOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que atentar contra instalação de transformação ou reciclagem de resíduos líquidos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos,

sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TERCEIRO – INUNDAÇÕES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que com autoridade legal sobre o domínio e controlo de recurso hídrico, na iminência da deliberação sobre a libertação de grande porção de água, geradora de uma subida anormal do leito dos recursos hídricos adjacentes e de provocar cheias e inundações nas populações, não comunicar e alertar as autoridades da protecção civil para que accionem atempadamente os sistemas de alerta às populações, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento

dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – EXTRACÇÃO ILEGAL DE MATÉRIAS LIQUIDAS.

1 – Todo o cidadão, empresa ou instituição que ilegalmente retirar, recolher e extrair matérias no estado líquido presentes no solo ou subsolo terrestre e marinho, é punido:

a. Pela restituição dos montantes do valor próprio das quantidades de matérias extraídas com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das quantidades de matéria extraída, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz natural;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, poluir e contaminar recurso hídrico, fluvial, lacustre ou marítimo por via:

- a) Do não cumprimento dos serviços de saneamento, reciclagem ou de tratamento dos resíduos domésticos e industriais;
- b) De depósito de resíduos e detritos derivados da sua actividade económica ou de acto doméstico próprio; ou
- c) Do exercício de funções agrícolas, pecuárias, extractivas ou pesqueiras contrárias aos procedimentos e ao uso e utilização de bens e produtos habilitados, certificados e qualificados para as diferentes fases e operações em cada uma área de actividade;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ao ecossistema e à comunidade com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravamento da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – DESVIO DE RECURSO HÍDRICO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem o uso da força, intimação ou violência, ilegitimamente desviar, contrariar ou represar recurso hídrico, com intenção de alcançar, para si ou para outrem, benefício ilegítimo, sem que para este efeito esteja legalmente autorizado, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ao ecossistema e à comunidade com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 731 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravamento da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS E DETRITOS LIQUIDOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que no âmbito da sua acção de habitabilidade ou do exercício da sua actividade económica, não distinguir e separar os diferentes resíduos e detritos líquidos pela sua composição, não os colocar no eco ponto devido ou os não devolver aos estabelecimentos de venda específicos dos mesmos bens ou produtos para que os direccionem à sua reciclagem, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio dos resíduos e detritos não separados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos resíduos e detritos não separados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;

- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz natural;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

- 3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A MATÉRIA LÍQUIDA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a matéria líquida, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA A MATÉRIA GASOSA.

ARTIGO PRIMEIRO – COMBUSTÍVEIS GASOSOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, deter e possuir matérias gasosas combustíveis ilegalmente ou receptáculos para albergar as mesmas matérias sem as necessárias, precisas e exigidas condições de prevenção, protecção e segurança, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio das matérias ilegais apreendidas;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das matérias ilegais apreendidas, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

- 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSTÂNCIAS RADIOACTIVAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, deter e possuir, substâncias gasosas radioactivas ilegalmente ou receptáculos para albergar as mesmas substâncias sem as necessárias, precisas e exigidas condições de prevenção, protecção e segurança, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio das matérias ilegais apreendidas;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das matérias ilegais apreendidas, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – ATENTADO A INSTALAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO OU RECICLAGEM DE RESÍDUOS GASOSOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que atentar contra instalação de transformação ou reciclagem de resíduos gasosos, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – EXTRACÇÃO ILEGAL DE MATÉRIAS GASOSAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que ilegalmente retirar, recolher e extrair matérias gasosas presentes no solo ou subsolo terrestre e marinho ou na atmosfera, é punido:

a. Pela restituição dos montantes do valor próprio das quantidades de matérias extraídas com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das quantidades de matéria extraída, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou
 - 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUINTO – POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DA ATMOSFERA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, poluir e contaminar a atmosfera por via:

- a) Do não cumprimento dos serviços de saneamento, reciclagem ou de tratamento dos resíduos domésticos e industriais;
- b) Da libertação de gases nocivos derivados da sua actividade económica ou de acto doméstico próprio;
- c) Do exercício de funções agrícolas, pecuárias, extractivas, pesqueiras e industriais contrárias aos procedimentos e ao uso e utilização de bens e produtos habilitados, certificados e qualificados para as diferentes fases e operações em cada uma área de actividade; ou
- d) Da não existência de instalações próprias de despoluição exigidas ao tratamento e minimização dos gases produzidos no exercício da sua actividade;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados ao ecossistema e à comunidade com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:

- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
 - c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.
- 3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS E DETRITOS GASOSOS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que no âmbito da sua acção de habitabilidade ou do exercício da sua actividade económica, não distinguir e separar os diferentes resíduos e detritos gasosos pela sua composição, não os colocar no eco ponto devido ou os não devolver aos estabelecimentos de venda específicos dos mesmos bens ou produtos para que os direccionem à sua reciclagem, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio dos resíduos e detritos não separados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos resíduos e detritos não separados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou

3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A MATÉRIA GASOSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra a matéria gasosa, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES CONTRA O PLÂNCTON.

ARTIGO PRIMEIRO – INCÊNDIO FLORESTAL E DESFLORESTAÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente provocar:

a) Incêndio em floresta, mata, arvoredos ou seara, próprias ou alheias; ou

b) A desflorestação de espaço natural com objectivos agrícolas, pecuários, extractivos, industriais, comerciais, urbanos ou com outros fins; é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou

3 – Se o espaço natural queimado estiver classificado como património natural português;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – PESCA NOCIVA DE PLÂNCTON.

1 – Todo o cidadão, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, destruir, danificar ou colocar em perigo de extinção espécie vegetal marinha, por via de práticas de recolha e pesca nocivas ao equilíbrio de ecossistema marinho, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz natural;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas; ou

- 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – FLORA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que:

a) Não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, por via da sua acção eliminar espécie vegetal protegida nos termos da lei, em número significativo para o seu ecossistema envolvente, a colocar em risco de extinção ou mesmo a extinguir; ou

b) De forma ilegal detiver para comercializar exemplares de espécie vegetal protegida nos termos da lei, com ou sem vida, ou bens materiais obtidos a partir da mesma;

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Se o espaço natural envolvente estiver classificado como património natural português;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUARTO – ADULTERAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, adulterar as características próprias de espécie vegetal, produzindo por via do seu uso, utilização e consumo um perigo para o homem, animais, culturas, plantações ou florestas, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
 - c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e a água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – PLANTAÇÃO DE ESPÉCIES NOCIVAS AO SOLO.

- 1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade

competente, plantar espécies vegetais nocivas à fertilidade dos solos ou contrariar as quotas deliberadas da mesma espécie vegetal para cada um ano de exercício, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEXTO – ABATE ILEGAL E DESVITALIZAÇÃO DE ARVORES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente cortar ilegalmente árvore da via pública ou de espaço público ou privado ou a desvitalizar de alguma forma, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

- 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – ABANDONO DE CULTIVO DE ÁREA AGRÍCOLA.

1 – Todo o cidadão, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, abandonar por mais de três anos o cultivo de área de terreno agrícola, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
- 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – AUSÊNCIA DE CUIDADO, TRATAMENTO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇO NATURAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, abandonar o cuidado, tratamento e reabilitação de espaço natural público ou privado, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
- 3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do

processo-crime;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO NONO – CENTRAIS DE BIOMASSA E QUEIMADAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente:

- a) Não cumprir com os serviços das centrais de bio massa; ou
- b) Provocar queimadas;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz natural;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
- 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO – ABANDONO DE MEIO DE TRANSPORTE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que abandonar meio de transporte na via pública ou em propriedade privada, sem corresponder com há sua entrega nos locais próprios de abate, reciclagem ou utilização específica das mesmas, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio da viatura abandonada com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da viatura abandonada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 183 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESTRUIÇÃO DE ESPAÇO NATURAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, destruir ou danificar espaço natural, jardim ou canteiro público ou privado, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 90 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravamento da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ABUSO E POLUIÇÃO DE ESPAÇO NATURAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente:

- a) Abusar de espécie vegetal e colocar pregos, arames, plásticos, cordas ou quaisquer outros objectos, ou cortar os seus ramos, para fins específicos; ou
 - b) Colocar lixos, resíduos ou detritos sólidos, líquidos e gasosos em espaço natural público ou privado;
- é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio dos resíduos e detritos não separados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos resíduos e detritos colocados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;
- d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena:

- 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela agravção da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA O PLÂNCTON.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra o plâncton, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMES CONTRA OS ANIMAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, usarem, utilizarem e abusarem de espécies animais com objectivos científicos, envoltos de experiências, pesquisas e tratamentos, bárbaros, cruéis e deploráveis, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio dos animais em todo o espaço de tempo em que decorrerem as experiências;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos animais em todo o espaço de tempo em que decorrerem as experiências, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes do valor próprio dos animais em experiência; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SEGUNDO – COMBATES DE ANIMAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente:

- a) Organizarem lutas e combates de animais; ou
- b) Possuir animais e treiná-los com o objectivo de os usar e utilizar em lutas e combates de animais;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio dos animais incitados;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos animais incitados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes do valor próprio dos animais incitados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – FAUNA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que

a) Não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, por via da sua acção eliminar espécie animal protegida nos termos da lei, em número significativo para o seu ecossistema envolvente, a colocar em risco de extinção ou mesmo a extinguir; ou

b) De forma ilegal detiver para comercializar exemplares de espécie animal protegida nos termos da lei, com ou sem vida, ou bens materiais obtidos a partir da mesma;

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
 - a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Se o espaço natural envolvente estiver classificado como património natural português;
 - b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
 - c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO QUARTO – PROPAGAÇÃO DE PRAGA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, produzir ou difundir vírus, verme, praga ou parasita e criar deste modo perigo para a vida humana, animal, para culturas, plantações ou florestas, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
 - a. O triplo da pena:
 - 1 – Pela reincidência dos actos criminosos;
 - 2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou
 - 3 – Pela propagação da mesma em termos internacionais;
 - b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
 - c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos,

sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – ADULTERAÇÃO DE ESPÉCIES ANIMAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, adulterar as características próprias de espécie animal, produzindo por via do seu consumo um perigo para o homem ou para os animais, ou alterações no seu aspecto, modo e comportamento face ao contacto com o homem, meio ambiente e com a diversidade de espécies do ecossistema envolto, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz natural;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena:

1 – Pela reincidência dos actos criminosos;

2 – Pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas; ou

3 – Pela agravação da instabilidade do ecossistema envolto do processo-crime;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – CORRUPÇÃO DE RAÇÃO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, corromper ou adulterar as características próprias de ração destinada a animais domésticos, pecuários ou selvagens, colocando em perigo a vida dos mesmos, dos ciclos de biodiversidade animal deste dependente e do homem por via do contacto directo ou indirecto no ciclo de consumo alimentar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;

- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SÉTIMO – TRATAMENTO VIOLENTO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, não cumprir, respeitar e corresponder às exigências de cuidado, tratamento e alimentação das espécies animais à sua guarda, bem como da sua educação e enquadramento social, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio do animal maltratado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do animal maltratado, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – TÉCNICAS DE ABATE.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, não cumprir, respeitar e corresponder às directrizes processuais de abate das espécies animais à sua guarda ou quando não dotado dos meios próprios de abate

certificados não recorrer aos serviços de saúde veterinária comunitários para o mesmo efeito, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio do animal abatido;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do animal abatido, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias.
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO NONO – ABANDONO E ATENTADO À VIDA ANIMAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, abandonar animal à sua guarda ou que por qualquer meio o envolva, na via pública ou em lugar privado, não cumprindo, respeitando e correspondendo à sua entrega aos serviços de saúde veterinários, bem como atentar contra a sua vida nomeadamente na realização de espectáculos ou exposições públicas ou privadas, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio do animal abandonado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do animal abandonado, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO – CAÇA ILEGAL DE ESPÉCIE ANIMAL.

1 – Todo o cidadão que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, caçar fora dos períodos legislados, exceder o número da espécie específica deliberada nos termos da lei para cada um dia de acto de esforço, ou caçar espécie animal protegida por lei ou a abandonar quando a mesma ferida sem cumprir, respeitar e corresponder à sua entrega aos serviços de saúde veterinários, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio do animal abatido;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do animal abatido, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem por precipitação abater o animal ou ferir e o entregar aos serviços de saúde veterinários no imediato.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ANIMAIS SELVAGENS EM CATIVEIRO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, detiver e possuir em cativeiro espécie animal selvagem sem cumprir, respeitar e corresponder à sua entrega aos serviços de saúde veterinários, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes do valor próprio do animal em cativeiro;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do animal em cativeiro, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz natural;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGISTO VETERINÁRIO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, não denunciar aos serviços de saúde veterinários a posse de um animal ou das suas crias para o exigido registo e cuidados veterinários, é punido:

a. Pela restituição dos montantes do valor próprio do animal não registado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio do animal não registado, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz natural;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes do valor próprio do animal não registado; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE POR ANIMAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que não observando disposições legais, regulamentares ou obrigatórias impostas por autoridade competente, não possuir seguro de animal à sua guarda e se recusar a restituir e reparar os danos causados por o mesmo a terceiros, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 30 dias;

d. Na real prisão portuguesa da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz natural;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes do valor próprio do animal não registado; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a uma visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA OS ANIMAIS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos contra os animais, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime respectivo.

Para que se consciencialize,
todo o possível infractor.

DIPLOMA DO
CÓDIGO PENAL

APROVADO E PROMULGADO
EM VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DOZE

POR

SUA MAJESTADE,
EL REI SUPREMO O IMPERADOR,
DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS.

ÍNDICE

REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS:

REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS – 1:

MATÉRIA PRIMEIRA
PROCESSO PENAL – 2.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E GERAIS – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÕES LEGAIS – 2.

ARTIGO SEGUNDO – LEGALIDADE DO PROCESSO – 3.

ARTIGO TERCEIRO – APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 3.

ARTIGO QUARTO – INTEGRAÇÃO DE LACUNAS – 3.

ARTIGO QUINTO – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO – 3.

ARTIGO SEXTO – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO – 3.

ARTIGO SÉTIMO – SUFICIÊNCIA DO PROCESSO PENAL – 4.

ARTIGO OITAVO – REVISÃO, REABERTURA E TRANSFORMAÇÃO DAS SENTENÇAS ANTERIORMENTE APLICADAS – 4.

PARTE PRIMEIRA
PRINCÍPIOS UNIVERSAIS – 4.

LIVRO PRIMEIRO – SUJEITOS DO PROCESSO – 5.

TÍTULO PRIMEIRO – JUÍZ E TRIBUNAL – 5.

CAPÍTULO PRIMEIRO – JURISDIÇÃO – 5.

ARTIGO PRIMEIRO – ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL – 5.

ARTIGO SEGUNDO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL PENAL – 5.

CAPÍTULO SEGUNDO – COMPETÊNCIA – 5.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS – 5.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DOS TRIBUNAIS – 5.

ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DA PENA APLICÁVEL – 5.

ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DO JUIZ DE INSTRUÇÃO – 6.

ARTIGO QUINTO – NORMAS GERAIS DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL – 6.

ARTIGO SEXTO – CRIME COMETIDO A BORDO DE MEIO DE TRANSPORTE – 6.

ARTIGO SÉTIMO – CRIME DE LOCALIZAÇÃO DUVIDOSA OU DESCONHECIDA – 7.

ARTIGO OITAVO – CRIME COMETIDO NO ESTRANGEIRO – 7.

ARTIGO NONO – PROCESSO RESPEITANTE A MAGISTRADO – 7.

ARTIGO DÉCIMO – CASOS DE CONEXÃO – 7.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONEXÃO DE PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DE TRIBUNAIS COM SEDE NA MESMA COMARCA – 8.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIA MATERIAL E FUNCIONAL DETERMINADA PELA CONEXÃO – 8.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DETERMINADA PELA CONEXÃO – 8.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – UNIDADE E APENSAÇÃO DOS PROCESSOS – 8.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS – 8.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA – 9.

CAPÍTULO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA – 9.

ARTIGO PRIMEIRO – CONHECIMENTO E DEDUÇÃO DA INCOMPETÊNCIA – 9.

ARTIGO SEGUNDO – EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA – 9.

CAPÍTULO QUARTO – CONFLITOS DE COMPETÊNCIA – 9.

ARTIGO PRIMEIRO – CASOS DE CONFLITO E SUA CESSAÇÃO – 9.

ARTIGO SEGUNDO – DENÚNCIA DO CONFLITO – 10.

ARTIGO TERCEIRO – RESOLUÇÃO DO CONFLITO – 10.

CAPÍTULO QUINTO – OBSTRUÇÃO AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO – 10.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS E EFEITOS – 10.

ARTIGO SEGUNDO – APRECIÇÃO E DECISÃO – 10.

CAPÍTULO SEXTO – IMPEDIMENTOS, RECUSAS E ESCUSAS – 11.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPEDIMENTOS – 11.

ARTIGO SEGUNDO – IMPEDIMENTO POR PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO – 11.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO E SEU EFEITO – 11.

ARTIGO QUARTO – RECURSO – 12.

ARTIGO QUINTO – RECUSAS E ESCUSAS – 12.

ARTIGO SEXTO – PRAZOS – 12.

ARTIGO SÉTIMO – PROCESSO E DECISÃO – 13.

ARTIGO OITAVO – TERMOS POSTERIORES – 13.

ARTIGO NONO – EXTENSÃO DO REGIME DE IMPEDIMENTOS, RECUSAS E ESCUSAS – 13.

TÍTULO SEGUNDO – MINISTÉRIO PÚBLICO E ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL – 13.

CAPÍTULO ÚNICO – MINISTÉRIO PÚBLICO E ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL – 14.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGITIMIDADE – 14.

ARTIGO SEGUNDO – LEGITIMIDADE EM PROCEDIMENTO DEPENDENTE DE QUEIXA – 14.

ARTIGO TERCEIRO – LEGITIMIDADE EM PROCEDIMENTO DEPENDENTE DE ACUSAÇÃO PARTICULAR – 14.

ARTIGO QUARTO – HOMOLOGAÇÃO DA DESISTÊNCIA DA QUEIXA OU DA ACUSAÇÃO PARTICULAR – 14.

ARTIGO QUINTO – LEGITIMIDADE NO CASO DE CONCURSO DE CRIMES – 15.

ARTIGO SEXTO – POSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO – 15.

ARTIGO SÉTIMO – IMPEDIMENTOS, RECUSAS E ESCUSAS – 15.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL – 15.

ARTIGO NONO – ORIENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA FUNCIONAL DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL – 16.

TÍTULO TERCEIRO – ARGUIDO E SEU DEFENSOR – 16.

CAPÍTULO ÚNICO – ARGUIDO E SEU DEFENSOR – 16.

ARTIGO PRIMEIRO – QUALIDADE DE ARGUIDO – 16.

ARTIGO SEGUNDO – CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO – 16.

ARTIGO TERCEIRO – DEMAIS CASOS DE CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO – 17.

ARTIGO QUARTO – POSIÇÃO PROCESSUAL – 17.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS E DEVERES PROCESSUAIS – 17.

ARTIGO SEXTO – DEFENSOR – 18.

ARTIGO SÉTIMO – DIREITOS DO DEFENSOR – 18.

ARTIGO OITAVO – OBRIGATORIEDADE DE ASSISTÊNCIA – 18.

ARTIGO NONO – ASSISTÊNCIA A VÁRIOS ARGUIDOS – 18.

ARTIGO DÉCIMO – DEFENSOR NOMEADO – 18.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUBSTITUIÇÃO DE DEFENSOR – 19.

TÍTULO QUARTO – ASSISTENTE – 19.

CAPÍTULO ÚNICO – ASSISTENTE – 19.

ARTIGO PRIMEIRO – ASSISTENTE – 19.

ARTIGO SEGUNDO – POSIÇÃO PROCESSUAL E ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES – 20.

ARTIGO TERCEIRO – REPRESENTAÇÃO JUDICIÁRIA DOS ASSISTENTES – 21.

TÍTULO QUINTO – PARTES CIVIS – 21.

CAPÍTULO ÚNICO – PARTES CIVIS – 21.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DE ADESÃO – 21.

ARTIGO SEGUNDO – PEDIDO EM SEPARADO – 21.

ARTIGO TERCEIRO – PESSOAS COM RESPONSABILIDADES MERAMENTE CIVIL – 22.

ARTIGO QUARTO – LEGITIMIDADE E PODERES PROCESSUAIS – 22.

ARTIGO QUINTO – DEVER DE INFORMAÇÃO – 22.

ARTIGO SEXTO – REPRESENTAÇÃO – 22.

ARTIGO SÉTIMO – FORMULAÇÃO DO PEDIDO – 23.

ARTIGO OITAVO – CONTESTAÇÃO – 23.

ARTIGO NONO – PROVAS – 23.

ARTIGO DÉCIMO – JULGAMENTO – 23.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RENÚNCIA, DESISTÊNCIA E CONVERSÃO DO PEDIDO – 23.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – LIQUIDAÇÃO EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA E SUSPENSÃO DE INDEMNIZAÇÃO CIVIL A ATRIBUIR – 23.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REPARAÇÃO DA VÍTIMA EM CASOS ESPECIAIS – 24.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – EXEQUIBILIDADE PROVISÓRIA – 24.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CASO JULGADO – 24.

LIVRO SEGUNDO – ACTOS PROCESSUAIS – 24.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 24.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 24.

ARTIGO PRIMEIRO – MANUTENÇÃO DA ORDEM NOS ACTOS PROCESSUAIS – 24.

ARTIGO SEGUNDO – PUBLICIDADE DO PROCESSO E SEGREDO DE JUSTIÇA – 25.

ARTIGO TERCEIRO – ASSISTÊNCIA DO PÚBLICO A ACTOS PROCESSUAIS – 26.

ARTIGO QUARTO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – 27.

ARTIGO QUINTO – CONSULTA DE AUTO E OBTENÇÃO DE CERTIDÃO E INFORMAÇÃO POR SUJEITOS PROCESSUAIS – 27.

ARTIGO SEXTO – CONSULTA DE AUTO E OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POR OUTRAS PESSOAS – 28.

ARTIGO SÉTIMO – JURAMENTO E COMPROMISSO – 28.

TÍTULO SEGUNDO – FORMA DOS ACTOS E SUA DOCUMENTAÇÃO – 29.

CAPÍTULO ÚNICO – FORMA DOS ACTOS E SUA DOCUMENTAÇÃO – 29.

ARTIGO PRIMEIRO – IDIOMA DOS ACTOS E NOMEAÇÃO DE INTÉRPRETE – 29.

ARTIGO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO DE SURDO, DE DEFICIENTE AUDITIVO OU DE MUDO – 29.

ARTIGO TERCEIRO – FORMA ESCRITA DOS ACTOS – 30.

ARTIGO QUARTO – ASSINATURA – 30.

ARTIGO QUINTO – ORALIDADE DOS ACTOS – 30.

ARTIGO SEXTO – ACTOS DECISÓRIOS – 31.

ARTIGO SÉTIMO – EXPOSIÇÕES, MEMORIAIS E REQUERIMENTOS – 31.

ARTIGO OITAVO – AUTO – 31.

ARTIGO NONO – REDACÇÃO DO AUTO – 32.

ARTIGO DÉCIMO – REGISTO E TRANSCRIÇÃO – 32.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REFORMA DE AUTO PERDIDO, EXTRAVIADO OU DESTRUÍDO – 32.

TÍTULO TERCEIRO – TEMPO DOS ACTOS E ACELERAÇÃO DO PROCESSO – 33.

CAPÍTULO ÚNICO – TEMPO DOS ACTOS E ACELERAÇÃO DO PROCESSO – 33.

ARTIGO PRIMEIRO – QUANDO SE PRATICAM OS ACTOS – 33.

ARTIGO SEGUNDO – CONTAGEM DOS PRAZOS DE ACTOS PROCESSUAIS – 33.

ARTIGO TERCEIRO – PRAZO E SEU EXCESSO – 33.

ARTIGO QUARTO – PRAZO PARA TERMOS E MANDADOS – 33.

ARTIGO QUINTO – RENÚNCIA AO DECURSO E PRÁTICA DE ACTO FORA DO PRAZO – 34.

ARTIGO SEXTO – SANÇÃO PELA PRÁTICA EXTEMPORÂNEA DE ACTOS PROCESSUAIS – 34.

ARTIGO SÉTIMO – ACELERAÇÃO DE PROCESSO ATRASADO – 34.

ARTIGO OITAVO – TRAMITAÇÃO DO PEDIDO DE ACELERAÇÃO – 35.

ARTIGO NONO – PEDIDO MANIFESTAMENTE INFUNDADO – 35.

TÍTULO QUARTO – COMUNICAÇÃO DOS ACTOS E CONVOCAÇÃO PARA ELES – 35.

CAPÍTULO ÚNICO – COMUNICAÇÃO DOS ACTOS E CONVOCAÇÃO PARA ELES – 35.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DOS ACTOS PROCESSUAIS – 35.

ARTIGO SEGUNDO – CONVOCAÇÃO PARA ACTO PROCESSUAL – 36.

ARTIGO TERCEIRO – NORMAS GERAIS SOBRE NOTIFICAÇÕES – 36.

ARTIGO QUARTO – CASOS ESPECIAIS – 38.

ARTIGO QUINTO – DIFICULDADES EM EFECTUAR NOTIFICAÇÃO OU CUMPRIR MANDADO – 38.

ARTIGO SEXTO – FALTA INJUSTIFICADA DE COMPARECIMENTO – 39.

ARTIGO SÉTIMO – JUSTIFICAÇÃO DA FALTA DE COMPARECIMENTO – 39.

TÍTULO QUINTO – NULIDADES – 40.

CAPÍTULO ÚNICO – NULIDADES – 40.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – 40.

ARTIGO SEGUNDO – NULIDADES INSANÁVEIS – 40.

ARTIGO TERCEIRO – NULIDADES DEPENDENTES DE ARGUIÇÃO – 40.

ARTIGO QUARTO – SANAÇÃO DE NULIDADES – 41.

ARTIGO QUINTO – EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE – 41.

ARTIGO SEXTO – IRREGULARIDADES – 41.

LIVRO TERCEIRO – PROVA – 41.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 42.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 42.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO DA PROVA – 42.

ARTIGO SEGUNDO – LEGALIDADE DA PROVA – 42.

ARTIGO TERCEIRO – MÉTODOS PROIBIDOS DE PROVA – 42.

ARTIGO QUARTO – LIVRE APRECIÇÃO DA PROVA – 42.

TÍTULO SEGUNDO – MEIOS DE PROVA – 43.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PROVA TESTEMUNHAL – 43.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E LIMITES DO DEPOIMENTO – 43.

ARTIGO SEGUNDO – DEPOIMENTO INDIRECTO – 43.

ARTIGO TERCEIRO – VOZES PÚBLICAS E CONVICÇÕES PESSOAIS – 43.

ARTIGO QUARTO – CAPACIDADE E DEVER DE TESTEMUNHAR – 43.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS E DEVERES DA TESTEMUNHA – 43.
ARTIGO SEXTO – IMPEDIMENTOS – 44.
ARTIGO SÉTIMO – RECUSA DE DEPOIMENTO – 44.
ARTIGO OITAVO – SEGREDO PROFISSIONAL – 44.
ARTIGO NONO – SEGREDO DE ESTADO – 45.
ARTIGO DÉCIMO – NORMAS DA INQUIRIRÇÃO – 45.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRERROGATIVAS E MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTECÇÃO – 46.

CAPÍTULO SEGUNDO – DECLARAÇÕES DO ARGUIDO, DO ASSISTENTE E DAS PARTES CIVIS – 46.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÕES DO ARGUIDO: NORMAS GERAIS – 46.
ARTIGO SEGUNDO – PRIMEIRO INTERROGATÓRIO JUDICIAL DE ARGUIDO DETIDO – 46.
ARTIGO TERCEIRO – JUIZ DE INSTRUÇÃO COMPETENTE – 47.
ARTIGO QUARTO – PRIMEIRO INTERROGATÓRIO NÃO JUDICIAL DE ARGUIDO DETIDO – 47.
ARTIGO QUINTO – OUTROS INTERROGATÓRIOS – 48.
ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÕES E NOTIFICAÇÕES DO ASSISTENTE E DAS PARTES CIVIS – 48.

CAPÍTULO TERCEIRO – PROVA POR ACAREAÇÃO – 48.

ARTIGO ÚNICO – PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTO – 48.

CAPÍTULO QUARTO – PROVA POR RECONHECIMENTO – 49.

ARTIGO PRIMEIRO – RECONHECIMENTO DE PESSOAS – 49.
ARTIGO SEGUNDO – RECONHECIMENTO DE OBJECTOS – 49.
ARTIGO TERCEIRO – PLURALIDADE DE RECONHECIMENTO – 49.

CAPÍTULO QUINTO – RECONSTITUIÇÃO DO FACTO – 50.

ARTIGO ÚNICO – PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTO – 50.

CAPÍTULO SEXTO – PROVA PERICIAL – 50.

ARTIGO PRIMEIRO – MOMENTO – 50.
ARTIGO SEGUNDO – REALIZAÇÃO – 50.
ARTIGO TERCEIRO – DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE PERITO – 50.
ARTIGO QUARTO – DESPACHO QUE ORDENA A PERÍCIA – 51.
ARTIGO QUINTO – CONSULTORES TÉCNICOS – 51.
ARTIGO SEXTO – PROCEDIMENTO – 51.
ARTIGO SÉTIMO – RELATÓRIO PERICIAL – 52.
ARTIGO OITAVO – ESCLARECIMENTOS E NOVA PERÍCIA – 52.

ARTIGO NONO – PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS E FORENSES – 52.
ARTIGO DÉCIMO – PERÍCIA SOBRE A PERSONALIDADE – 53.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS – 53.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DESTRUIÇÃO DE OBJECTOS – 53.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REMUNERAÇÃO DO PERITO – 54.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VALOR DA PROVA PERICIAL – 54.

CAPÍTULO SÉTIMO – PROVA DOCUMENTAL – 54.

ARTIGO PRIMEIRO – ADMISSIBILIDADE – 54.
ARTIGO SEGUNDO – JUNÇÃO DE DOCUMENTOS – 54.
ARTIGO TERCEIRO – TRADUÇÃO, DECIFRAÇÃO E
TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS – 54.
ARTIGO QUARTO – VALOR PROBATÓRIO DAS REPRODUÇÕES
MECÂNICAS – 55.
ARTIGO QUINTO – REPRODUÇÃO MECÂNICA DE
DOCUMENTOS – 55.
ARTIGO SEXTO – VALOR PROBATÓRIO DOS DOCUMENTOS
AUTÊNTICOS E AUTENTICADOS – 55.
ARTIGO SÉTIMO – DOCUMENTO FALSO – 55.

TÍTULO TERCEIRO – MEIOS DE OBTENÇÃO DA PROVA – 55.

CAPÍTULO PRIMEIRO – EXAMES – 55.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS – 55.
ARTIGO SEGUNDO – SUJEIÇÃO A EXAME – 56.
ARTIGO TERCEIRO – PESSOAS NO LOCAL DO EXAME – 56.

CAPÍTULO SEGUNDO – REVISTAS E BUSCAS – 56.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS – 56.
ARTIGO SEGUNDO – FORMALIDADES DA REVISTA – 57.
ARTIGO TERCEIRO – FORMALIDADES DA BUSCA – 57.
ARTIGO QUARTO – BUSCA DOMICILIÁRIA – 57.

CAPÍTULO TERCEIRO – APREENSÕES – 58.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTOS SUSCEPTÍVEIS DE
APREENSÃO E PRESSUPOSTOS DESTA – 58.
ARTIGO SEGUNDO – APREENSÃO DE CORRESPONDÊNCIA – 58.
ARTIGO TERCEIRO – APREENSÃO EM ESTABELECIMENTO –
59.
ARTIGO QUARTO – APREENSÃO EM ÓRGÃO DE SOBERANIA –
59.
ARTIGO QUINTO – APREENSÃO EM ESTABELECIMENTO
FINANCEIRO – 59.
ARTIGO SEXTO – SEGREDO PROFISSIONAL E SEGREDO DE
ESTADO – 59.
ARTIGO SÉTIMO – CÓPIAS E CERTIDÕES – 59.

ARTIGO OITAVO – APOSIÇÃO E LEVANTAMENTO DE SELOS – 60.

ARTIGO NONO – APREENSÃO DE BENS SEM VALOR, PERECÍVEIS, PERIGOSOS OU DETERIORÁVEIS – 60.

ARTIGO DÉCIMO – RESTITUIÇÃO DOS OBJECTOS APREENDIDOS – 60.

CAPÍTULO QUARTO – ESCUTAS TELEFÓNICAS – 60.

ARTIGO PRIMEIRO – ADMISSIBILIDADE – 60.

ARTIGO SEGUNDO – FORMALIDADES DAS OPERAÇÕES – 61.

ARTIGO TERCEIRO – EXTENSÃO – 62.

ARTIGO QUARTO – NULIDADE – 63.

LIVRO QUARTO – MEDIDAS DE COACÇÃO E GARANTIA PATRIMONIAL – 63.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 63.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 63.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – 63.

ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES GERAIS DE APLICAÇÃO – 63.

ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIOS DA NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE – 63.

ARTIGO QUARTO – AUDIÇÃO DO ARGUIDO E DESPACHO DE APLICAÇÃO – 63.

ARTIGO QUINTO – DETERMINAÇÃO DA PENA – 64.

TÍTULO SEGUNDO – MEDIDAS DE COACÇÃO – 64.

CAPÍTULO PRIMEIRO – MEDIDAS ADMISSÍVEIS – 64.

ARTIGO PRIMEIRO – TERMO DE IDENTIDADE E RESIDÊNCIA – 64.

ARTIGO SEGUNDO – LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 65.

ARTIGO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO PERIÓDICA OU MOMENTÂNEA – 65.

ARTIGO QUARTO – PROIBIÇÃO E SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO, ACTIVIDADE E DE DIREITOS – 65.

ARTIGO QUINTO – PROIBIÇÃO E IMPOSIÇÃO DE CONDUTAS – 66.

ARTIGO SEXTO – PRISÃO PREVENTIVA – 66.

ARTIGO SÉTIMO – VIOLAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS – 67.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS – 67.

ARTIGO PRIMEIRO – REQUISITOS GERAIS – 67.

ARTIGO SEGUNDO – CUMULAÇÃO COM A LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 67.

ARTIGO TERCEIRO – DIFICULDADE DE APLICAÇÃO OU DE EXECUÇÃO DE UMA MEDIDA DE COACÇÃO – 67.

ARTIGO QUARTO – INÊXITO DAS DILIGÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – 67.

ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – 67.

CAPÍTULO TERCEIRO – REVOGAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DAS MEDIDAS – 68.

ARTIGO PRIMEIRO – REVOGAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DAS MEDIDAS – 68.

ARTIGO SEGUNDO – REEXAME DOS PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA E DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 68.

ARTIGO TERCEIRO – EXTINÇÃO DAS MEDIDAS – 68.

ARTIGO QUARTO – PRAZOS DE DURAÇÃO MÁXIMA DA PRISÃO PREVENTIVA – 69.

ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO DO DECURSO DOS PRAZOS DE DURAÇÃO MÁXIMA DA PRISÃO PREVENTIVA – 69.

ARTIGO SEXTO – LIBERTAÇÃO DO ARGUIDO SUJEITO A PRISÃO PREVENTIVA – 70.

ARTIGO SÉTIMO – PRAZO DE DURAÇÃO MÁXIMA DE OUTRAS MEDIDAS DE COACÇÃO – 70.

CAPÍTULO QUARTO – MODOS DE IMPUGNAÇÃO – 70.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO – 70.

ARTIGO SEGUNDO – HABEAS CORPUS EM VIRTUDE DE DETENÇÃO ILEGAL – 70.

ARTIGO TERCEIRO – PROCEDIMENTO – 70.

ARTIGO QUARTO – HABEAS CORPUS EM VIRTUDE DE PRISÃO ILEGAL – 71.

ARTIGO QUINTO – PROCEDIMENTO – 71.

ARTIGO SEXTO – INCUMPRIMENTO DA DECISÃO – 72.

CAPÍTULO QUINTO – INDEMNIZAÇÃO POR PRIVAÇÃO DA LIBERDADE ILEGAL OU INJUSTIFICADA – 72.

ARTIGO PRIMEIRO – MODALIDADES – 72.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO E LEGITIMIDADE – 72.

TÍTULO TERCEIRO – MEDIDAS DE GARANTIA PATRIMONIAL – 72.

CAPÍTULO ÚNICO – MEDIDAS DE GARANTIA PATRIMONIAL – 72.

ARTIGO PRIMEIRO – CAUÇÃO ECONÓMICA – 72.

ARTIGO SEGUNDO – ARRESTO PREVENTIVO – 73.

LIVRO QUINTO – RELAÇÕES COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS E
ENTIDADES JUDICIÁRIAS INTERNACIONAIS – 73.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 73.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 73.

ARTIGO PRIMEIRO – PREVALÊNCIA DOS ACORDOS E
CONVENÇÕES INTERNACIONAIS – 73.

ARTIGO SEGUNDO – ROGATÓRIAS AO ESTRANGEIRO – 73.

ARTIGO TERCEIRO – RECEPÇÃO E CUMPRIMENTO DE
ROGATÓRIAS – 74.

ARTIGO QUARTO – RECUSA DO CUMPRIMENTO DE
ROGATÓRIAS – 74.

ARTIGO QUINTO – COOPERAÇÃO COM ENTIDADES
JUDICIÁRIAS INTERNACIONAIS – 74.

TÍTULO SEGUNDO – REVISÃO E CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA PENAL
ESTRANGEIRA – 74.

CAPÍTULO ÚNICO – REVISÃO E CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA
PENAL ESTRANGEIRA – 74.

ARTIGO PRIMEIRO – NECESSIDADE DE REVISÃO E
CONFIRMAÇÃO – 74.

ARTIGO SEGUNDO – TRIBUNAL COMPETENTE – 74.

ARTIGO TERCEIRO – LEGITIMIDADE – 75.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DA CONFIRMAÇÃO – 75.

ARTIGO QUINTO – EXCLUSÃO DA EXEQUIBILIDADE – 75.

ARTIGO SEXTO – INÍCIO DA EXECUÇÃO – 75.

ARTIGO SÉTIMO – PROCEDIMENTO – 75.

LIVRO SEXTO – FASES PRELIMINARES – 76.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 76.

CAPÍTULO PRIMEIRO – NOTÍCIA DO CRIME – 76.

ARTIGO PRIMEIRO – AQUISIÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME – 76.

ARTIGO SEGUNDO – DENÚNCIA OBRIGATÓRIA – 76.

ARTIGO TERCEIRO – AUTO DE NOTÍCIA – 76.

ARTIGO QUARTO – DENÚNCIA FACULTATIVA – 77.

ARTIGO QUINTO – DENÚNCIA A ENTIDADE INCOMPETENTE
PARA O PROCEDIMENTO – 77.

ARTIGO SEXTO – FORMA, CONTEÚDO E ESPÉCIES DE
DENÚNCIAS – 77.

ARTIGO SÉTIMO – COMUNICAÇÃO, REGISTO E CERTIFICADO
DE DENÚNCIA – 77.

CAPÍTULO SEGUNDO – MEDIDAS CAUTELARES E DE POLÍCIA – 78.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME – 78.

ARTIGO SEGUNDO – PROVIDÊNCIAS CAUTELARES QUANTO AOS MEIOS DE PROVA – 78.

ARTIGO TERCEIRO – IDENTIFICAÇÃO DE SUSPEITO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES – 78.

ARTIGO QUARTO – REVISTAS E BUSCAS – 79.

ARTIGO QUINTO – APREENSÃO DE CORRESPONDÊNCIA – 80.

ARTIGO SEXTO – LOCALIZAÇÃO CELULAR – 80.

ARTIGO SÉTIMO – RELATÓRIO – 80.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETENÇÃO – 80.

ARTIGO PRIMEIRO – FINALIDADES – 80.

ARTIGO SEGUNDO – DETENÇÃO EM FLAGRANTE DELITO – 81.

ARTIGO TERCEIRO – FLAGRANTE DELITO – 81.

ARTIGO QUARTO – DETENÇÃO FORA DE FLAGRANTE DELITO – 81.

ARTIGO QUINTO – MANDADOS DE DETENÇÃO – 82.

ARTIGO SEXTO – DEVER DE COMUNICAÇÃO – 82.

ARTIGO SÉTIMO – CONDIÇÕES GERAIS DE EFECTIVAÇÃO – 82.

ARTIGO OITAVO – LIBERTAÇÃO IMEDIATA DO DETIDO – 82.

TÍTULO SEGUNDO – INQUÉRITO – 82.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 82.

ARTIGO PRIMEIRO – FINALIDADE E ÂMBITO DO INQUÉRITO – 82.

ARTIGO SEGUNDO – DIRECÇÃO DO INQUÉRITO – 83.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA – 83.

ARTIGO QUARTO – INQUÉRITO CONTRA SUAS MAJESTADES, MAGISTRADOS, PROCURADORES E PROVIDORES – 83.

ARTIGO QUINTO – TRANSMISSÃO DOS AUTOS – 83.

CAPÍTULO SEGUNDO – ACTOS DE INQUÉRITO – 83.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 83.

ARTIGO SEGUNDO – ACTOS A PRATICAR PELO JUIZ DE INSTRUÇÃO – 84.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS A ORDENAR OU AUTORIZAR PELO JUIZ DE INSTRUÇÃO – 84.

ARTIGO QUARTO – ACTOS QUE PODEM SER DELEGADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL – 85.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÕES PARA MEMÓRIA FUTURA – 85.

ARTIGO SEXTO – PRIMEIRO INTERROGATÓRIO E COMUNICAÇÕES AO ARGUIDO – 86.

ARTIGO SÉTIMO – MANDADO DE COMPARÊNCIA, NOTIFICAÇÃO E DETENÇÃO – 86.

ARTIGO OITAVO – CERTIDÕES E CERTIFICADOS DE REGISTO – 87.

ARTIGO NONO – AUTOS DE INQUÉRITO – 87.

CAPÍTULO TERCEIRO – ENCERRAMENTO DO INQUÉRITO – 87.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZOS DE DURAÇÃO MÁXIMO DO INQUÉRITO – 87.

ARTIGO SEGUNDO – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO – 88.

ARTIGO TERCEIRO – INTERVENÇÃO HIERÁRQUICA – 88.

ARTIGO QUARTO – REABERTURA DO INQUÉRITO – 89.

ARTIGO QUINTO – ACUSAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – 89.

ARTIGO SEXTO – ACUSAÇÃO PELO ASSISTENTE – 89.

ARTIGO SÉTIMO – ACUSAÇÃO PARTICULAR – 90.

TÍTULO TERCEIRO – INSTRUÇÃO – 90.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 90.

ARTIGO PRIMEIRO – FINALIDADE E ÂMBITO DA INSTRUÇÃO – 90.

ARTIGO SEGUNDO – REQUERIMENTO PARA ABERTURA DA INSTRUÇÃO – 90.

ARTIGO TERCEIRO – DIRECÇÃO DA INSTRUÇÃO – 91.

ARTIGO QUARTO – CONTEÚDO DA INSTRUÇÃO – 91.

CAPÍTULO SEGUNDO – ACTOS DE INSTRUÇÃO – 91.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTOS DO JUIZ DE INSTRUÇÃO E ACTOS DELEGÁVEIS – 91.

ARTIGO SEGUNDO – ORDEM DOS ACTOS E REPETIÇÃO – 91.

ARTIGO TERCEIRO – PROVAS ADMISSÍVEIS – 92.

ARTIGO QUARTO – MANDADO DE COMPARÊNCIA E NOTIFICAÇÃO – 92.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÕES PARA MEMÓRIA FUTURA – 92.

ARTIGO SEXTO – CERTIDÕES E CERTIFICADOS DE REGISTO – 92.

ARTIGO SÉTIMO – AUTO DE INSTRUÇÃO – 92.

CAPÍTULO TERCEIRO – DEBATE INSTRUTÓRIO – 92.

ARTIGO PRIMEIRO – DESIGNAÇÃO DA DATA PARA O DEBATE – 92.

ARTIGO SEGUNDO – FINALIDADE DO DEBATE – 93.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS SUPERVENIENTES – 93.

ARTIGO QUARTO – ADIAMENTO DO DEBATE – 93.

ARTIGO QUINTO – DISCIPLINA, DIRECÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO DEBATE – 93.

ARTIGO SEXTO – DECURSO DO DEBATE – 94.

ARTIGO SÉTIMO – ALTERAÇÃO DOS FACTOS DESCRITOS NA ACUSAÇÃO OU NO REQUERIMENTO PARA ABERTURA DA INSTRUÇÃO – 94.

ARTIGO OITAVO – CONTINUIDADE DO DEBATE – 94.

ARTIGO NONO – ACTA – 95.

CAPÍTULO QUARTO – ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO – 95.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZOS DE DURAÇÃO MÁXIMA DA INSTRUÇÃO – 95.

ARTIGO SEGUNDO – DECISÃO INSTRUTÓRIA – 95.

ARTIGO TERCEIRO – DESPACHO DE PRONÚNCIA OU DE NÃO PRONÚNCIA – 95.

ARTIGO QUARTO – NULIDADE DA DECISÃO INSTRUTÓRIA – 96.

ARTIGO QUINTO – RECURSOS – 96.

LIVRO SÉTIMO – JULGAMENTO – 96.

TÍTULO PRIMEIRO – ACTOS PRELIMINARES – 96.

CAPÍTULO ÚNICO – ACTOS PRELIMINARES – 96.

ARTIGO PRIMEIRO – SANEAMENTO DO PROCESSO – 96.

ARTIGO SEGUNDO – DATA DA AUDIÊNCIA – 97.

ARTIGO TERCEIRO – DESPACHO QUE DESIGNA DIA PARA A AUDIÊNCIA – 97.

ARTIGO QUARTO – COMUNICAÇÃO AOS DEMAIS JUÍZES – 97.

ARTIGO QUINTO – CONTESTAÇÃO E ROL DE TESTEMUNHAS – 97.

ARTIGO SEXTO – ADICIONAMENTO OU ALTERAÇÃO DO ROL DE TESTEMUNHAS – 98.

ARTIGO SÉTIMO – NOTIFICAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE TESTEMUNHAS, PERITOS E CONSULTORES TÉCNICOS – 98.

ARTIGO OITAVO – RESIDENTES FORA DA COMARCA – 98.

ARTIGO NONO – TOMADA DE DECLARAÇÕES NO DOMICÍLIO – 99.

ARTIGO DÉCIMO – REALIZAÇÃO DE ACTOS URGENTES – 99.

TÍTULO SEGUNDO – AUDIÊNCIA – 99.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 99.

ARTIGO PRIMEIRO – PUBLICIDADE DA AUDIÊNCIA – 99.

ARTIGO SEGUNDO – DISCIPLINA DA AUDIÊNCIA E DIRECÇÃO DOS TRABALHOS – 100.

ARTIGO TERCEIRO – PODERES DE DISCIPLINA E DE DIRECÇÃO – 100.

ARTIGO QUARTO – DEVERES DE CONDUTA DAS PESSOAS QUE ASSISTEM À AUDIÊNCIA – 100.

ARTIGO QUINTO – SITUAÇÃO E DEVERES DE CONDUTA DO ARGUIDO – 101.

ARTIGO SEXTO – CONDUTA DOS ADVOGADOS E DEFENSORES – 101.

ARTIGO SÉTIMO – CONTRADITORIEDADE – 101.

ARTIGO OITAVO – CONTINUIDADE DA AUDIÊNCIA – 102.

CAPÍTULO SEGUNDO – ACTOS INTRODUTÓRIOS – 102.

ARTIGO PRIMEIRO – CHAMADA E ABERTURA DA AUDIÊNCIA – 102.

ARTIGO SEGUNDO – FALTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO DEFENSOR E DO REPRESENTANTE DO ASSISTENTE OU DAS PARTES CIVIS – 103.

ARTIGO TERCEIRO – FALTA DO ASSISTENTE, DAS TESTEMUNHAS, PERITOS, CONSULTORES TÉCNICOS OU DAS PARTES CIVIS – 103.

ARTIGO QUARTO – PRESENÇA DO ARGUIDO – 103.

ARTIGO QUINTO – FALTA E JULGAMENTO NA AUSÊNCIA DO ARGUIDO NOTIFICADO PARA A AUDIÊNCIA – 104.

ARTIGO SEXTO – AUDIÊNCIA NA AUSÊNCIA DO ARGUIDO EM CASOS ESPECIAIS E DE NOTIFICAÇÃO EDITAL – 105.

ARTIGO SÉTIMO – DECLARAÇÃO DE CONTUMÁCIA – 105.

ARTIGO OITAVO – CADUCIDADE DA DECLARAÇÃO DE CONTUMÁCIA – 105.

ARTIGO NONO – EFEITOS E NOTIFICAÇÃO DA CONTUMÁCIA – 106.

ARTIGO DÉCIMO – QUESTÕES PRÉVIAS OU INCIDENTAIS – 106.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EXPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS – 106.

CAPÍTULO TERCEIRO – PRODUÇÃO DA PROVA – 107.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 107.

ARTIGO SEGUNDO – ORDEM DE PRODUÇÃO DA PROVA – 107.

ARTIGO TERCEIRO – IDENTIFICAÇÃO DO ARGUIDO – 107.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÕES DO ARGUIDO – 107.

ARTIGO QUINTO – CONFISSÃO – 108.

ARTIGO SEXTO – PERGUNTAS SOBRE OS FACTOS – 108.

ARTIGO SÉTIMO – DECLARAÇÕES DO ASSISTENTE – 109.

ARTIGO OITAVO – DECLARAÇÕES DAS PARTES CIVIS – 109.

ARTIGO NONO – INQUIRição DAS TESTEMUNHAS – 109.

ARTIGO DÉCIMO – TESTEMUNHAS MENORES DE 16 ANOS – 110.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DECLARAÇÕES DE PERITOS E CONSULTORES TÉCNICOS – 110.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PERÍCIA SOBRE O ESTADO PSÍQUICO DO ARGUIDO – 110.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – AFASTAMENTO DO ARGUIDO DURANTE A PRESTAÇÃO DE DECLARAÇÕES – 111.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DISPENSA DE TESTEMUNHAS E OUTROS DECLARANTES – 111.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – EXAME NO LOCAL – 111.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PROIBIÇÃO DE VALORAÇÃO DE PROVAS – 111.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LEITURA PERMITIDA DE AUTOS E DECLARAÇÕES – 111.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – LEITURA PERMITIDA DE DECLARAÇÕES DO ARGUIDO – 112.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ALTERAÇÃO NÃO SUBSTANCIAL DOS FACTOS DESCRITOS NA ACUSAÇÃO OU NA PRONÚNCIA – 112.

ARTIGO VIGÉSIMO – ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DOS FACTOS DESCRITOS NA ACUSAÇÃO OU NA PRONÚNCIA – 113.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ALEGAÇÕES ORAIS – 113.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ÚLTIMAS DECLARAÇÕES DO ARGUIDO E ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO – 113.

CAPÍTULO QUARTO – DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA – 113.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTA – 113.

ARTIGO SEGUNDO – DOCUMENTAÇÃO DE DECLARAÇÕES ORAIS – 114.

ARTIGO TERCEIRO – FORMA DA DOCUMENTAÇÃO – 114.

TÍTULO TERCEIRO – SENTENÇA – 114.

CAPÍTULO ÚNICO – SENTENÇA – 114.

ARTIGO PRIMEIRO – DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO – 114.

ARTIGO SEGUNDO – SECRETÁRIO – 115.

ARTIGO TERCEIRO – SEGREDO DA DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO – 115.

ARTIGO QUARTO – QUESTÃO DA CULPABILIDADE – 115.

ARTIGO QUINTO – QUESTÃO DA DETERMINAÇÃO DA SANÇÃO – 115.

ARTIGO SEXTO – RELATÓRIO SOCIAL – 116.

ARTIGO SÉTIMO – REABERTURA DA AUDIÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA SANÇÃO – 116.

ARTIGO OITAVO – ABERTURA DA AUDIÊNCIA PARA APLICAÇÃO RETROACTIVA DE LEI PENAL MAIS FAVORÁVEL – 116.

ARTIGO NONO – ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA SENTENÇA – 117.

ARTIGO DÉCIMO – LEITURA DA SENTENÇA – 117.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REQUISITOS DA SENTENÇA – 117.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SENTENÇA CONDENATÓRIA – 118.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA – 118.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DECISÃO SOBRE O PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO CIVIL – 118.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA – 118.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – NULIDADE DA SENTENÇA – 119.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CORRECÇÃO DA SENTENÇA – 119.

LIVRO OITAVO – PROCESSOS ESPECIAIS – 119.

TÍTULO PRIMEIRO – PROCESSO SUMÁRIO – 119.

CAPÍTULO ÚNICO – PROCESSO SUMÁRIO – 119.

ARTIGO PRIMEIRO – QUANDO TEM LUGAR – 119.

ARTIGO SEGUNDO – APRESENTAÇÃO A JULGAMENTO – 119.

ARTIGO TERCEIRO – IDENTIFICAÇÃO, CONTACTOS E NOTIFICAÇÕES – 120.

ARTIGO QUARTO – LIBERTAÇÃO DO ARGUIDO – 120.

ARTIGO QUINTO – PRINCÍPIOS GERAIS DO JULGAMENTO – 120.

ARTIGO SEXTO – AUDIÊNCIA – 120.

ARTIGO SÉTIMO – ASSISTENTE E PARTES CIVIS – 121.

ARTIGO OITAVO – TRAMITAÇÃO – 121.

ARTIGO NONO – SENTENÇA – 121.

ARTIGO DÉCIMO – REENVIO PARA OUTRA FORMA DE PROCESSO – 122.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECORRIBILIDADE – 122.

TÍTULO SEGUNDO – PROCESSO ABREVIADO – 122.

CAPÍTULO ÚNICO – PROCESSO ABREVIADO – 122.

ARTIGO PRIMEIRO – QUANDO TEM LUGAR – 122.

ARTIGO SEGUNDO – ACUSAÇÃO DO PROCESSO – 123.

ARTIGO TERCEIRO – SANEAMENTO DO PROCESSO – 123.

ARTIGO QUARTO – REENVIO PARA OUTRA FORMA DE PROCESSO – 123.

ARTIGO QUINTO – JULGAMENTO – 123.

ARTIGO SEXTO – SENTENÇA – 123.

ARTIGO SÉTIMO – RECORRIBILIDADE – 123.

LIVRO NONO – RECURSOS – 124.

TÍTULO PRIMEIRO – RECURSOS ORDINÁRIOS – 124.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 124.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO GERAL – 124.

ARTIGO SEGUNDO – DECISÕES QUE NÃO ADMITEM RECURSO – 124.

ARTIGO TERCEIRO – LEGITIMIDADE E INTERESSE EM AGIR – 124.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO DO RECURSO – 124.

ARTIGO QUINTO – LIMITAÇÃO DO RECURSO – 125.

ARTIGO SEXTO – RECURSO SUBORDINADO – 125.

ARTIGO SÉTIMO – RECLAMAÇÃO CONTRA DESPACHO QUE NÃO ADMITIR OU RETIVER O RECURSO – 125.

ARTIGO OITAVO – SUBIDA NOS AUTOS E EM SEPARADO – 125.

ARTIGO NONO – MOMENTO DA SUBIDA – 126.

ARTIGO DÉCIMO – RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO – 126.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS – 126.

CAPÍTULO SEGUNDO – TRAMITAÇÃO UNITÁRIA – 127.

ARTIGO PRIMEIRO – FUNDAMENTOS DO RECURSO – 127.

ARTIGO SEGUNDO – INTERPOSIÇÃO E NOTIFICAÇÃO DO RECURSO – 127.

ARTIGO TERCEIRO – MOTIVAÇÃO DO RECURSO E CONCLUSÕES – 128.

ARTIGO QUARTO – RESPOSTA – 128.

ARTIGO QUINTO – ADMISSÃO DO RECURSO – 128.

ARTIGO SEXTO – DESISTÊNCIA – 129.

ARTIGO SÉTIMO – VISTA AO PROCURADOR DE JUSTIÇA E AO PROVIDOR DE JUSTIÇA – 129.

ARTIGO OITAVO – EXAME PRELIMINAR – 129.

ARTIGO NONO – VISTOS – 130.

ARTIGO DÉCIMO – CONFERÊNCIA – 130.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REJEIÇÃO DO RECURSO – 130.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO – 131.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA – 131.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – AUDIÊNCIA – 131.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DELIBERAÇÃO – 131.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ACÓRDÃO – 132.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REENVIO DO PROCESSO PARA NOVO JULGAMENTO – 132.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COMPETÊNCIA PARA O NOVO JULGAMENTO – 132.

CAPÍTULO TERCEIRO – RECURSO PERANTE A RELAÇÃO – 132.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO PARA A RELAÇÃO – 132.

ARTIGO SEGUNDO – PODERES DE COGNIÇÃO – 133.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL EM AUDIÊNCIA – 133.

ARTIGO QUARTO – RENOVAÇÃO DA PROVA – 133.

ARTIGO QUINTO – MODIFICABILIDADE DA DECISÃO RECORRIDA – 133.

ARTIGO SEXTO – RECORRIBILIDADE DAS SENTENÇAS DA RELAÇÃO – 133.

CAPÍTULO QUARTO – RECURSO PERANTE O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS – 133.

ARTIGO PRIMEIRO – RECURSO PARA O REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS – 133.

ARTIGO SEGUNDO – DEMAIS CASOS DE RECURSO – 134.

ARTIGO TERCEIRO – PODERES DE COGNIÇÃO – 134.

ARTIGO QUARTO – AUDIÊNCIA – 134.

ARTIGO QUINTO – ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL – 134.

ARTIGO SEXTO – IRRECORRIBILIDADE DAS SENTENÇAS DO REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS – 134.

TÍTULO SEGUNDO – RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS – 134.

CAPÍTULO PRIMEIRO – FIXAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA – 134.

ARTIGO PRIMEIRO – FUNDAMENTO DO RECURSO – 134.

ARTIGO SEGUNDO – INTERPOSIÇÃO E EFEITO – 135.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS DE SECRETARIA – 135.

ARTIGO QUARTO – VISTA E EXAME PRELIMINAR – 135.

ARTIGO QUINTO – CONFERÊNCIA – 135.

ARTIGO SEXTO – PREPARAÇÃO DO JULGAMENTO – 136.

ARTIGO SÉTIMO – JULGAMENTO – 136.

ARTIGO OITAVO – PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO – 136.

ARTIGO NONO – EFICÁCIA DA DECISÃO – 136.

ARTIGO DÉCIMO – RECURSO DE DECISÃO PROFERIDA CONTRA JURISPRUDÊNCIA FIXADA PELO REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS – 137.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECURSOS NO INTERESSE DA UNIDADE DO DIREITO – 137.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS – 137.

CAPÍTULO SEGUNDO – REVISÃO – 137.

ARTIGO PRIMEIRO – FUNDAMENTOS E ADMISSIBILIDADE DA REVISÃO – 137.

ARTIGO SEGUNDO – LEGITIMIDADE – 138.

ARTIGO TERCEIRO – FORMULAÇÃO DO PEDIDO – 138.

ARTIGO QUARTO – TRAMITAÇÃO – 138.

ARTIGO QUINTO – PRODUÇÃO DE PROVA – 138.

ARTIGO SEXTO – INFORMAÇÃO E REMESSA DO PROCESSO – 139.

ARTIGO SÉTIMO – TRAMITAÇÃO NO REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS – 139.

ARTIGO OITAVO – NEGAÇÃO DA REVISÃO – 139.

ARTIGO NONO – AUTORIZAÇÃO DA REVISÃO – 139.

ARTIGO DÉCIMO – ANULAÇÃO DE SENTENÇAS INCONCILIÁVEIS – 139.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MEIOS DE PROVA E ACTOS URGENTES – 140.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – NOVO JULGAMENTO – 140.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA NO JUÍZO DE REVISÃO – 140.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INDEMNIZAÇÃO – 140.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SENTENÇA CONDENATÓRIA NO JUÍZO DE REVISÃO – 140.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REVISÃO DE DESPACHO – 141.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LEGITIMIDADE PARA NOVO PEDIDO DE REVISÃO – 141.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PRIORIDADE DOS ACTOS JUDICIAIS – 141.

LIVRO DÉCIMO – EXECUÇÕES – 141.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 141.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 141.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÕES COM FORÇA EXECUTIVA – 141.

ARTIGO SEGUNDO – DECISÕES INEXEQUÍVEIS – 141.

ARTIGO TERCEIRO – PROMOÇÃO DA EXECUÇÃO – 142.

ARTIGO QUARTO – TRIBUNAL COMPETENTE PARA A EXECUÇÃO – 142.

ARTIGO QUINTO – CONHECIMENTO SUPERVENIENTE DO CONCURSO – 142.

ARTIGO SEXTO – TRAMITAÇÃO – 142.

ARTIGO SÉTIMO – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO – 142.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA PARA QUESTÕES INCIDENTAIS – 142.

ARTIGO NONO – EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO – 143.

TÍTULO SEGUNDO – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO – 143.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO – 143.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA A DIVERSAS ENTIDADES – 143.

ARTIGO SEGUNDO – ENTRADA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – 143.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DO TEMPO DE PRISÃO – 143.

ARTIGO QUARTO – EXECUÇÃO DA SENTENÇA – 143.
ARTIGO QUINTO – FISCALIZAÇÃO DAS SENTENÇAS – 144.

TÍTULO TERCEIRO – EXECUÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – 144.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – 144.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA A DIVERSAS ENTIDADES – 144.

ARTIGO SEGUNDO – ENTRADA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – 144.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DO TEMPO DE PRISÃO – 144.

ARTIGO QUARTO – EXECUÇÃO DA SENTENÇA – 144.

TÍTULO QUARTO – EXECUÇÃO DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 145.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 145.

ARTIGO PRIMEIRO – MODIFICAÇÃO DAS NORMAS DE CONDUTA E DAS PENAS ACESSÓRIAS IMPOSTAS – 145.

ARTIGO SEGUNDO – FALTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO – 145.

TÍTULO QUINTO – EXECUÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL – 145.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL – 145.

ARTIGO PRIMEIRO – MODIFICAÇÃO DO DEVER, DAS NORMAS DE CONDUTA E OUTRAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS – 145.

ARTIGO SEGUNDO – PLANO DE REINserÇÃO SOCIAL – 145.

ARTIGO TERCEIRO – FALTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO – 146.

ARTIGO QUARTO – CONTAGEM DO TEMPO DA LIBERDADE CONDICIONAL – 146.

TÍTULO SEXTO – EXECUÇÃO DAS PENAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE – 146.

CAPÍTULO PRIMEIRO – EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA – 146.

ARTIGO PRIMEIRO – LOCAL E PRAZO DE PAGAMENTO – 146.

ARTIGO SEGUNDO – NÃO PAGAMENTO DA MULTA – 146.

CAPÍTULO SEGUNDO – EXECUÇÃO DA ADMOESTAÇÃO – 147.

ARTIGO ÚNICO – EXECUÇÃO DA ADMOESTAÇÃO – 147.

CAPÍTULO TERCEIRO – EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS – 147.

ARTIGO ÚNICO – EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS – 147.

TÍTULO SÉTIMO – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – 147.

CAPÍTULO PRIMEIRO – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA PRIVATIVAS DA LIBERDADE – 147.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÕES SOBRE O INTERNAMENTO – 147.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA A DIVERSAS ENTIDADES – 147.

ARTIGO TERCEIRO – REEXAME DO INTERNAMENTO – 147.

ARTIGO QUARTO – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS – 148.

CAPÍTULO SEGUNDO – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE – 148.

ARTIGO ÚNICO – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE – 148.

TÍTULO OITAVO – EXECUÇÃO DE BENS E DESTINO DAS MULTAS – 148.

CAPÍTULO ÚNICO – EXECUÇÃO DE BENS E DESTINO DAS MULTAS – 148.

ARTIGO PRIMEIRO – LEI APLICÁVEL – 148.

ARTIGO SEGUNDO – ORDEM DOS PAGAMENTOS – 148.

ARTIGO TERCEIRO – DESTINO DAS MULTAS – 148.

LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADES POR CUSTAS – 148.

TÍTULO ÚNICO – RESPONSABILIDADE POR CUSTAS – 149.

CAPÍTULO ÚNICO – RESPONSABILIDADE POR CUSTAS – 149.

ARTIGO PRIMEIRO – CUSTAS PROCESSUAIS – 149.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DO ARGUIDO POR CUSTAS – 149.

ARTIGO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE DO ARGUIDO POR ENCARGOS – 149.

ARTIGO QUARTO – RESPONSABILIDADE DO ASSISTENTE POR CUSTAS – 150.

ARTIGO QUINTO – CASOS DE ISENÇÃO DO ASSISTENTE – 150.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADE DO ASSISTENTE POR ENCARGOS – 150.

ARTIGO SÉTIMO – TAXA DEVIDA PELA CONSTITUIÇÃO DE ASSISTENTE – 150.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE DO DENUNCIANTE – 150.

ARTIGO NONO – NORMA ESPECIAL – 150.

ARTIGO DÉCIMO – ISENÇÃO – 150.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CUSTAS NO PEDIDO CÍVEL – 150.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS – 151.

PARTE SEGUNDA
ORGÂNICA DO PODER JURÍDICO – 151.

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 151.

ARTIGO PRIMEIRO – TITULARIDADE E EXERCÍCIO DO PODER JURÍDICO – 151.

ARTIGO SEGUNDO – FUNÇÃO JURISDICIONAL – 151.

ARTIGO TERCEIRO – ORGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS – 152.

ARTIGO QUARTO – INDEPENDÊNCIA, SEPARAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA – 152.

ARTIGO QUINTO – APRECIÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE – 152.

ARTIGO SEXTO – DECISÃO DOS TRIBUNAIS – 152.

ARTIGO SÉTIMO – AUDIÊNCIAS DOS TRIBUNAIS – 152.

ARTIGO OITAVO – JULGAMENTO, JÚRI E ACESSORIA TÉCNICA – 153.

ARTIGO NONO – PATROCÍNIO FORENSE – 153.

ARTIGO DÉCIMO – ESTATUTO DOS JUÍZES – 153.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DIREITOS E REGALIAS – 154.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 154.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODERES DOS JUÍZES – 155.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 155.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA – 155.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA – 156.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ELEGIBILIDADE – 156.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FÉRIAS – 156.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ACTO NORMATIVO – 156.

ARTIGO VIGÉSIMO – PUBLICIDADE DOS ACTOS E PUBLICAÇÃO – 157.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – 157.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ORGANIZAÇÃO – 158.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – TUTELA ADMINISTRATIVA – 158.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DIREITO DE CONTESTAÇÃO DO ACTO ELEITORAL – 158.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – REFERENDO – 158.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – PRINCÍPIO DA RENOVAÇÃO – 159.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PRINCÍPIO DA CELERIDADE – 159.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – SEGURANÇA E ORDEM – 160.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – SOM E IMAGEM, GRAVAÇÃO – 160.

ARTIGO TRIGÉSIMO – ARGUIDOS, VITIMAS E TESTEMUNHAS – 160.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS – 160.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS DOS QUADROS ESPECÍFICOS – 161.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – FÉRIAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS – 162.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – AUSÊNCIAS E FALTAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS – 162.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – PROFISSIONAIS QUALIFICADOS EXTRAORDINÁRIOS – 162.

TÍTULO SEGUNDO – REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS – 163.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 163.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO – 163.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 163.

ARTIGO QUARTO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 164.

ARTIGO QUINTO – RESIDÊNCIA OFICIAL – 164.

ARTIGO SEXTO – CONVOCAÇÃO – 164.

ARTIGO SÉTIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 164.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS – 165.

ARTIGO NONO – POSSE E JURAMENTO – 166.

ARTIGO DÉCIMO – LEGISLATURA – 166.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TITULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 166.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACTO NORMATIVO – 167.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 167.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO – 168.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 169.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA – 169.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA – 169.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DIREITOS E REGALIAS – 169.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 169.

ARTIGO VIGÉSIMO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 170.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PODERES DOS ELEITOS DO REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS – 170.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 170.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 170.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 171.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 171.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 171.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – TRAJO PROFISSIONAL – 171.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 171.

TÍTULO TERCEIRO – REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS – 172.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 172.
ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 172.
ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 172.
ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 173.
ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 174.
ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 175.
ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 176.
ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 176.
ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 177.
ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 177.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 178.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 179.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 179.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 179.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REFERENDO – 179.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DECISÃO JURÍDICA – 180.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – JURISDIÇÃO E SEDE – 181.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ORGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 181.
ARTIGO DÉCIMO NONO – CANDIDATURAS – 181.
ARTIGO VIGÉSIMO – TRAJO PROFISSIONAL – 181.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 181.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 182.
ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – QUADROS ESPECÍFICOS – 182.
ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 182.
ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PROCESSO – 182.

TÍTULO QUARTO – REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS – 186.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 186.
ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 186.
ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 186.
ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 187.
ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 188.
ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 189.
ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 189.
ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 189.
ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 190.
ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 191.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 192.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 192.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 192.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 192.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 193.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 193.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 193.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS – 193.
ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL – 193.
ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 194.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 194.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS – 194.
ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA – 194.
ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA – 194.
ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DIREITOS E REGALIAS – 194.
ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 195.
ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – PODERES DOS CONTABILISTAS – 196.
ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 196.
ARTIGO VIGÉSIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 196.
ARTIGO TRIGÉSIMO – ESTATUTO DOS CONTABILISTAS DO REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS – 197.
ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – ELEGIBILIDADE – 197.
ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – FÉRIAS – 197.
ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PROCESSO – 198.

TÍTULO QUINTO – REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS – 204.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 204.
ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 204.
ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 205.
ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 205.
ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 206.
ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 208.
ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 209.
ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 209.
ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 209.
ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 210.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 211.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 211.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 212.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 212.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REFERENDO – 212.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DECISÃO JURÍDICA – 213.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – JURISDIÇÃO E SEDE – 214.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 214.
ARTIGO DÉCIMO NONO – CANDIDATURAS – 214.

ARTIGO VIGÉSIMO – TRAJO PROFISSIONAL – 214.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL
PROVEDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 214.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REPRESENTAÇÃO DA REAL
PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 214.
ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – QUADROS ESPECÍFICOS – 215.
ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 215.

TÍTULO SEXTO – REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES – 215.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 215.
ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 215.
ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 216.
ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 216.
ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 217.
ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 218.
ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 219.
ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL
DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 219.
ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 220.
ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO
E COMUNICAÇÃO – 220.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 222.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 222.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 222.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 222.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 222.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 223.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS
DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 223.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS – 223.
ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL – 223.
ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVEDORIA DE
JUSTIÇA PORTUGUESA – 223.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL
PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 224.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS – 224.

TÍTULO SÉTIMO – REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES –
224.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 224.
ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 224.
ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 225.
ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 225.
ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 226.
ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 227.
ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 228.
ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL
DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 228.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 228.
ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 229.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 230.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 231.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 231.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 231.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 231.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 231.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 231.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS – 232.
ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL – 232.
ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 232.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 232.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS – 232.

TÍTULO OITAVO – REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES – 233.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 233.
ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 233.
ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 234.
ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 234.
ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 235.
ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 236.
ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 236.
ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 237.
ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 237.
ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 238.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 239.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 239.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 240.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 240.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 240.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 240.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 240.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS – 240.
ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL – 241.
ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 241.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 241.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS – 241.

TÍTULO NONO – REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS – 242.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 242.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 242.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 242.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 243.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 244.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 245.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 245.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 246.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 246.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 247.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 248.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 248.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 248.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 248.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 249.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 249.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 249.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS – 249.

ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL – 249.

ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 250.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 250.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS – 250.

TÍTULO DÉCIMO – REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES – 250.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 250.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 250.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 251.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 251.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 252.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 253.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 254.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 254.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 255.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 256.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 257.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 257.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 257.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 257.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 257.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 258.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 258.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS – 258.
ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL – 258.
ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 258.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 259.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS – 259.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES – 259.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 259.
ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 259.
ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 260.
ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 260.
ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 261.
ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 262.
ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 263.
ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 263.
ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 264.
ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 264.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 266.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 266.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 266.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 266.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 266.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 266.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 267.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CANDIDATURAS – 267.
ARTIGO DÉCIMO NONO – TRAJO PROFISSIONAL – 267.
ARTIGO VIGÉSIMO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 267.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO DA REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 268.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – QUADROS ESPECÍFICOS – 268.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – REAL PROVIDORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 268.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 268.
ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DE ACTUAÇÃO – 268.
ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE QUEIXA – 269.
ARTIGO QUARTO – AUTONOMIA – 269.
ARTIGO QUINTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 269.

ARTIGO SEXTO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 269.
ARTIGO SÉTIMO – POSSE E JURAMENTO – 271.
ARTIGO OITAVO – LEGISLATURA – 272.
ARTIGO NONO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 272.
ARTIGO DÉCIMO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 273.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INDEPENDÊNCIA E AMOVIBILIDADE – 274.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONSELHO DO PROVIDOR – 274.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 274.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SIGILO PROFISSIONAL – 274.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ESTATUTO DOS PROVIDORES – 275.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITOS E REGALIAS – 275.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 276.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PODERES DOS PROVIDORES – 276.
ARTIGO DÉCIMO NONO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 277.
ARTIGO VIGÉSIMO – CANDIDATURAS – 277.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – TRAJO PROFISSIONAL – 277.
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – GARANTIA E AUXÍLIO DE AUTORIDADE – 278.
ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – LIMITES DE INTERVENÇÃO – 278.
ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 278.
ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA – 278.
ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA – 279.
ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – FÉRIAS – 279.
ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – TUTELA ADMINISTRATIVA – 279.
ARTIGO VIGÉSIMO NONO – QUADROS ESPECÍFICOS – 279.
ARTIGO TRIGÉSIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 280.
ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 280.
ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 280.
ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 280.
ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – PROCEDIMENTO – 280.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – REAL PROCURADORIA DE JUSTIÇA PORTUGUESA – 284.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 284.
ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DE ACTUAÇÃO – 285.
ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE QUEIXA – 285.
ARTIGO QUARTO – AUTONOMIA – 285.
ARTIGO QUINTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 285.
ARTIGO SEXTO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 286.
ARTIGO SÉTIMO – POSSE E JURAMENTO – 288.
ARTIGO OITAVO – LEGISLATURA – 289.
ARTIGO NONO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 289.
ARTIGO DÉCIMO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 289.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INDEPENDÊNCIA E AMOVIBILIDADE – 290.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONSELHO DO PROCURADOR – 290.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 291.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SIGILO PROFISSIONAL – 291.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ESTATUTO DOS PROCURADORES – 291.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITOS E REGALIAS – 292.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 292.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PODERES DOS PROCURADORES – 292.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS E AUTORIDADES – 293.

ARTIGO VIGÉSIMO – CANDIDATURAS – 293.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – TRAJO PROFISSIONAL – 294.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – GARANTIA E AUXÍLIO DE AUTORIDADE – 294.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – LIMITES DE INTERVENÇÃO – 294.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 294.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA – 295.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA – 295.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – FÉRIAS – 295.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – TUTELA ADMINISTRATIVA – 296.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – QUADROS ESPECÍFICOS – 296.

ARTIGO TRIGÉSIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 296.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 296.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 296.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 297.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – PROCEDIMENTO – 297.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – MINISTÉRIO PÚBLICO – 301.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 301.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DE ACTUAÇÃO – 301.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE ACUSAÇÃO PARTICULAR, QUEIXA E PARTICIPAÇÃO – 301.

ARTIGO QUARTO – AUTONOMIA – 302.

ARTIGO QUINTO – SUBORDINAÇÃO – 302.

ARTIGO SEXTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 302.

ARTIGO SÉTIMO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 302.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO – 302.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA – 303.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 303.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 304.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INDEPENDÊNCIA E AMOVIBILIDADE – 305.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONSELHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 305.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 305.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SIGILO PROFISSIONAL – 305.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ESTATUTO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 305.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DIREITOS E REGALIAS – 306.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 306.

ARTIGO DÉCIMO NONO – PODERES DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 307.

ARTIGO VIGÉSIMO – COADJUVANÇA DAS AUTORIDADES – 308.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ELEGIBILIDADE – 308.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – TRAJO PROFISSIONAL – 308.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – GARANTIA E AUXÍLIO DE AUTORIDADE – 308.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – LIMITES DE INTERVENÇÃO – 308.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 309.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – REPRESENTAÇÃO JURÍDICA – 309.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURÍDICA – 309.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – FÉRIAS – 309.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – TUTELA ADMINISTRATIVA – 310.

ARTIGO TRIGÉSIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 310.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 310.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 310.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 310.

MATÉRIA SEGUNDA
CÓDIGO PENAL – 311.

PARTE PRIMEIRA
PRINCÍPIOS UNIVERSAIS – 311.

TÍTULO PRIMEIRO – LEI CRIMINAL – 311.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 311.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – 311.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO NO TEMPO – 311.

ARTIGO TERCEIRO – MOMENTO DA PRÁTICA DO FACTO – 312.

ARTIGO QUARTO – APLICAÇÃO NO ESPAÇO – 312.

ARTIGO QUINTO – FACTOS PRATICADOS FORA DO ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS – 312.

ARTIGO SEXTO – RESTRIÇÕES À APLICAÇÃO DA LEI PORTUGUESA – 312.

ARTIGO SÉTIMO – LUGAR DA PRÁTICA DO FACTO – 312.

ARTIGO OITAVO – APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO PENAL – 313.

ARTIGO NONO – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS PARA ADOLESCENTES E LÍDERES – 313.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIME – 313.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO CRIME – 313.

ARTIGO SEGUNDO – ACTOS DE EXECUÇÃO DE UM CRIME – 313.

ARTIGO TERCEIRO – ACTO PRESUMÍVEL DE UM CRIME – 313.

ARTIGO QUARTO – ACTO ESPONTÂNEO DE UM CRIME – 313.

ARTIGO QUINTO – ACTO IMPAR DE UM CRIME – 314.

ARTIGO SEXTO – ACTO PONTUAL DE UM CRIME – 314.

ARTIGO SÉTIMO – ACTO RECTIFICATIVO DE UM CRIME – 314.

ARTIGO OITAVO – ACTO PREMEDITADO DE UM CRIME – 314.

ARTIGO NONO – ACTO CONTINUADO DE UM CRIME – 314.

ARTIGO DÉCIMO – ACTO POR MALÍCIA DE UM CRIME – 315.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ORIGENS DE UM ACTO CRIME – 315.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CAUSAS DE UM ACTO CRIME – 315.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONSEQUÊNCIAS DE UM ACTO CRIME – 315.

TÍTULO SEGUNDO – FACTO – 315.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS DA PUNIÇÃO – 315.

ARTIGO PRIMEIRO – COMISSÃO POR ACÇÃO E POR OMISSÃO – 315.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS SINGULARES E COLECTIVAS – 315.

ARTIGO TERCEIRO – ACTUAÇÃO EM NOME DE OUTREM – 316.

ARTIGO QUARTO – DOLO E NEGLIGÊNCIA – 316.

ARTIGO QUINTO – DOLO – 317.

ARTIGO SEXTO – NEGLIGÊNCIA – 317.

ARTIGO SÉTIMO – ERRO SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FACTO – 317.

ARTIGO OITAVO – ERRO SOBRE A ILICITUDE – 317.

ARTIGO NONO – AGRAVAÇÃO DA PENA PELO RESULTADO – 317.

ARTIGO DÉCIMO – INIMPUTABILIDADE EM RAZÃO DA IDADE – 317.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INIMPUTABILIDADE EM RAZÃO DE ANOMALIA PSÍQUICA – 317.

CAPÍTULO SEGUNDO – FORMAS DO CRIME – 318.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS – 318.

ARTIGO SEGUNDO – TENTATIVA – 318.

ARTIGO TERCEIRO – PUNIBILIDADE DA TENTATIVA – 318.

ARTIGO QUARTO – DESISTÊNCIA – 318.

ARTIGO QUINTO – DESISTÊNCIA EM FUNÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO – 318.

ARTIGO SEXTO – AUTORIA – 319.
ARTIGO SÉTIMO – CUMPLICIDADE – 319.
ARTIGO OITAVO – CONVÊNCIA – 319.
ARTIGO NONO – ILICITUDE NA COMPARTICIPAÇÃO – 319.
ARTIGO DÉCIMO – CULPA NA COMPARTICIPAÇÃO – 319.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO – 319.

CAPÍTULO TERCEIRO – CAUSAS QUE EXCLUEM A ILICITUDE E A CULPA – 319.

ARTIGO PRIMEIRO – EXCLUSÃO DA ILICITUDE – 319.
ARTIGO SEGUNDO – LEGÍTIMA DEFESA – 320.
ARTIGO TERCEIRO – EXCESSO DE LEGÍTIMA DEFESA – 320.
ARTIGO QUARTO – DEFESA DA HONRA – 320.
ARTIGO QUINTO – EXCESSO DE DEFESA DA HONRA – 320.
ARTIGO SEXTO – DIREITO DE NECESSIDADE – 320.
ARTIGO SÉTIMO – ESTADO DE NECESSIDADE DESCULPANTE – 321.
ARTIGO OITAVO – CONFLITO DE DEVERES – 321.
ARTIGO NONO – OBEDIÊNCIA INDEVIDA DESCULPANTE – 321.
ARTIGO DÉCIMO – CONSENTIMENTO EFECTIVO – 321.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSENTIMENTO PRESUMIDO – 321.

TÍTULO TERCEIRO – CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO FACTO – 321.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES – 321.

ARTIGO ÚNICO – FINALIDADES DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – 321.

CAPÍTULO SEGUNDO – PENA DE PRISÃO, PENA DE MULTA E ADMOESTAÇÃO - 322.

ARTIGO PRIMEIRO – PENA DE PRISÃO – 322.
ARTIGO SEGUNDO – DURAÇÃO E CONTAGEM DOS PRAZOS DA PENA DE PRISÃO – 322.
ARTIGO TERCEIRO – PRESSUPOSTOS E DURAÇÃO DA PENA DE PRISÃO – 322.
ARTIGO QUARTO – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO – 322.
ARTIGO QUINTO – ESPAÇO DA PENA DE PRISÃO – 323.
ARTIGO SEXTO – ALIMENTAÇÃO, PAUSA E VISITA DA PENA DE PRISÃO – 323.
ARTIGO SÉTIMO – SUSPENSÃO DA PENA DE PRISÃO – 323.
ARTIGO OITAVO – PENA DE PRISÃO CUMULATIVAS – 324.
ARTIGO NONO – PENA DE MULTA – 324.
ARTIGO DÉCIMO – ADMOESTAÇÃO – 325.

CAPÍTULO TERCEIRO – PRISÃO PREVENTIVA – 325.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS, DURAÇÃO E APLICAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – 325.

ARTIGO SEGUNDO – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO PREVENTIVA – 325.

ARTIGO TERCEIRO – ESPAÇO DA PENA DE PRISÃO – 326.

ARTIGO QUARTO – ALIMENTAÇÃO, PAUSA E VISITA DA PENA DE PRISÃO PREVENTIVA – 326.

ARTIGO QUINTO – EXTINÇÃO DA PENA DE PRISÃO PREVENTIVA – 326.

ARTIGO SEXTO – REGIME DA PRISÃO PREVENTIVA – 326.

CAPÍTULO QUARTO – LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 327.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS, DURAÇÃO E APLICAÇÃO DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 327.

ARTIGO SEGUNDO – CAUÇÃO – 327.

ARTIGO TERCEIRO – NORMAS DE CONDUTA E OBRIGAÇÕES DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 327.

ARTIGO QUARTO – PENAS ACESSÓRIAS – 328.

ARTIGO QUINTO – VIOLAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 328.

ARTIGO SEXTO – REVOGAÇÃO DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 328.

ARTIGO SÉTIMO – EXTINÇÃO DA PENA DE LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 328.

ARTIGO OITAVO – REGIME DA LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 329.

CAPÍTULO QUINTO – LIBERDADE CONDICIONAL – 329.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUPOSTOS, DURAÇÃO E APLICAÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL – 329.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE RESSARCIR – 329.

ARTIGO TERCEIRO – NORMAS DE CONDUTA – 330.

ARTIGO QUARTO – LIBERDADE CONDICIONAL COM REGIME DE PROVA – 330.

ARTIGO QUINTO – PLANO DE REINserÇÃO SOCIAL – 331.

ARTIGO SEXTO – FALTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LIBERDADE CONDICIONAL – 331.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL – 332.

ARTIGO OITAVO – EXTINÇÃO DA PENA DE LIBERDADE CONDICIONAL – 332.

ARTIGO NONO – LIBERDADE CONDICIONAL E LIBERDADE COM REGIME DE PROVA – 332.

ARTIGO DÉCIMO – REGIME DA LIBERDADE CONDICIONAL – 332.

CAPÍTULO SEXTO – PENAS ACESSÓRIAS E EFEITOS DA PENA – 332.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 332.
ARTIGO SEGUNDO – PROIBIÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES – 333.
ARTIGO TERCEIRO – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES – 333.
ARTIGO QUARTO – EFEITOS DA PROIBIÇÃO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES – 333.
ARTIGO QUINTO – PROIBIÇÃO DE CONDUZIR MEIOS DE TRANSPORTE COM MOTOR – 334.
ARTIGO SEXTO – FREQUÊNCIA DE PROGRAMAS E TERAPIAS – 334.
ARTIGO SÉTIMO – EXCLUSÃO DO ESTATUTO DE ELEITO, ELEITOR OU JURADO – 335.
ARTIGO OITAVO – PROIBIÇÃO DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA – 335.
ARTIGO NONO – PROIBIÇÃO DE AUSÊNCIA – 336.
ARTIGO DÉCIMO – INTERDIÇÃO DE ESPAÇOS – 336.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE PERMANÊNCIA – 337.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INTERDIÇÃO DE CONTACTO – 337.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO – 338.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRIVAÇÃO DE GESTÃO – 338.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – INIBIÇÃO DO EXERCÍCIO DO PODER PATERNAL – 339.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VIOLAÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS – 339.

CAPÍTULO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO, ATENUAÇÃO E AGRAVAÇÃO DA MEDIDA DA PENA – 339.

ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA – 339.
ARTIGO SEGUNDO – ATENUAÇÃO ESPECIAL DA PENA – 340.
ARTIGO TERCEIRO – TERMOS DA ATENUAÇÃO ESPECIAL – 340.
ARTIGO QUARTO – PRESSUPOSTOS DA REINCIDÊNCIA – 340.
ARTIGO QUINTO – EFEITOS DA REINCIDÊNCIA – 341.
ARTIGO SEXTO – NORMAS DA PUNIÇÃO DO CONCURSO DE CRIMES – 341.
ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO SUPERVENIENTE DO CONCURSO DE CRIMES – 341.
ARTIGO OITAVO – PUNIÇÃO DO CRIME CONTINUADO – 341.
ARTIGO NONO – MEDIDAS PROCESSUAIS DO DESCONTO – 341.
ARTIGO DÉCIMO – DESCONTO DA PENA ANTERIOR – 341.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MEDIDA PROCESSUAL OU PENA SOFRIDAS NO EXTERIOR – 342.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – AGRAVAÇÃO DA PENA – 342.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PERVERSIDADE E CENSURABILIDADE – 342.

CAPÍTULO OITAVO – PESSOAS COLECTIVAS – 343.

ARTIGO PRIMEIRO – PENAS APLICADAS ÀS PESSOAS COLECTIVAS – 343.

ARTIGO SEGUNDO – PENA DE MULTA – 343.

ARTIGO TERCEIRO – ADMOESTAÇÃO – 343.

ARTIGO QUARTO – VIGILÂNCIA JUDICIÁRIA – 344.

ARTIGO QUINTO – INJUNÇÃO JUDICIÁRIA – 344.

ARTIGO SEXTO – PROIBIÇÃO DE CELEBRAR CONTRATOS – 345.

ARTIGO SÉTIMO – PRIVAÇÃO DO DIREITO A SUBSÍDIOS, SUBVENÇÕES E INCENTIVOS – 346.

ARTIGO OITAVO – INTERDIÇÃO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE, PRODUTO OU SERVIÇO PRESTADO – 346.

ARTIGO NONO – ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO – 347.

ARTIGO DÉCIMO – PENA DE DISSOLUÇÃO – 348.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PUBLICIDADE DA DECISÃO CONDENATÓRIA – 348.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VIOLAÇÃO DAS PENAS APLICADAS ÀS PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS – 349.

CAPÍTULO NONO – MEDIDAS DE SEGURANÇA PRIVATIVAS DA LIBERDADE – 349.

ARTIGO PRIMEIRO – INTERNAMENTO EM ESTABELECIMENTO DE CORRECÇÃO, CURA, TRATAMENTO OU SEGURANÇA – 349.

ARTIGO SEGUNDO – CESSAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO INTERNAMENTO – 349.

ARTIGO TERCEIRO – REVISÃO DA SITUAÇÃO DO INTERNADO – 349.

ARTIGO QUARTO – LIBERDADE CONDICIONAL DE INIMPUTÁVEL COM REGIME DE PROVA – 350.

ARTIGO QUINTO – REVOGAÇÃO DA LIBERDADE CONDICIONAL DE INIMPUTÁVEL COM REGIME DE PROVA – 350.

ARTIGO SEXTO – REEXAME DA MEDIDA DE INTERNAMENTO – 350.

ARTIGO SÉTIMO – INIMPUTÁVEIS EXTERIORES AO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 350.

ARTIGO OITAVO – PRESSUPOSTOS E REGIME DE EXCUÇÃO DE INTERNAMENTO – 351.

ARTIGO NONO – NORMAS DE CONDUTA E REINserÇÃO SOCIAL DE INIMPUTÁVEIS – 351.

ARTIGO DÉCIMO – REGIME DE EXECUÇÃO DE PENA E DE MEDIDA DE SEGURANÇA PRIVATIVAS DA LIBERDADE – 351.

CAPÍTULO DÉCIMO – MEDIDAS DE SEGURANÇA NÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE – 351.

ARTIGO PRIMEIRO – INTERDIÇÃO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADES, PRODUTO OU PROCEDIMENTO ORGÂNICO POR PESSOA SINGULAR – 351.

ARTIGO SEGUNDO – PROIBIÇÃO DE COMPRA DE PRODUTO OU SERVIÇO PRESTADO – 352.

ARTIGO TERCEIRO – CASSAÇÃO DO TÍTULO E INTERDIÇÃO DE CONCESSÃO DO TÍTULO DE CONDUÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE COM MOTOR – 353.

ARTIGO QUARTO – APLICAÇÃO DE NORMAS DE CONDUTA – 355.

ARTIGO QUINTO – EXTINÇÃO DAS MEDIDAS – 355.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – INTERNAMENTO DE IMPUTÁVEIS PORTADORES DE ANOMALIA PSÍQUICA – 356.

ARTIGO PRIMEIRO – ANOMALIA PSÍQUICA ANTERIOR – 356.

ARTIGO SEGUNDO – ANOMALIA PSÍQUICA POSTERIOR – 356.

ARTIGO TERCEIRO – SIMULAÇÃO DE ANOMALIA PSÍQUICA – 356.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – PERDA DE INSTRUMENTOS, PRODUTOS E VANTAGENS – 356.

ARTIGO PRIMEIRO – PERDA DE INSTRUMENTOS E PRODUTOS – 357.

ARTIGO SEGUNDO – OBJECTOS PERTENCENTES A TERCEIROS – 357.

ARTIGO TERCEIRO – PERDA DE VANTAGENS – 357.

ARTIGO QUARTO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS – 358.

ARTIGO QUINTO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS – 358.

ARTIGO SEXTO – PAGAMENTO DIFERIDO OU A PRESTAÇÕES E ATENUAÇÃO – 358.

ARTIGO SÉTIMO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 358.

ARTIGO OITAVO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS – 359.

TÍTULO QUARTO – ACUSAÇÃO PARTICULAR, QUEIXA-CRIME E PARTICIPAÇÃO – 359.

CAPÍTULO ÚNICO – ACUSAÇÃO PARTICULAR, QUEIXA-CRIME E PARTICIPAÇÃO – 359.

ARTIGO PRIMEIRO – TITULARES DO DIREITO DE ACUSAÇÃO PARTICULAR – 359.

ARTIGO SEGUNDO – EXTENSÃO DOS EFEITOS DA ACUSAÇÃO – 359.

ARTIGO TERCEIRO – EXTINÇÃO DO DIREITO DE ACUSAÇÃO – 359.

ARTIGO QUARTO – RENÚNCIA E DESISTÊNCIA DA ACUSAÇÃO – 360.

ARTIGO QUINTO – TÍTULARES DO DIREITO DA QUEIXA – 360.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO – 361.

TÍTULO QUINTO – EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 361.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PROCEDIMENTO CRIMINAL – 361.

ARTIGO PRIMEIRO – NÃO PRESCRIÇÃO DO PRAZO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL – 361.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL – 361.

CAPÍTULO SEGUNDO – PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA – 362.

ARTIGO PRIMEIRO – FORÇA DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – 362.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – 362.

ARTIGO TERCEIRO – ININTERRUPÇÃO DE PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – 362.

CAPÍTULO TERCEIRO – CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA – 362.

ARTIGO PRIMEIRO – CAUSAS DE EXTINÇÃO – 362.

ARTIGO SEGUNDO – EFEITOS – 363.

TÍTULO SEXTO – INDEMNIZAÇÃO DE PERDAS E DANOS POR CRIME – 363.

CAPÍTULO ÚNICO – INDEMNIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS – 363.

ARTIGO PRIMEIRO – INDEMNIZAÇÃO – 363.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE EMERGENTE DO CRIME – 363.

TÍTULO SÉTIMO – REABILITAÇÃO SOCIAL DOS RECLUSOS – 364.

CAPÍTULO ÚNICO – REABILITAÇÃO SOCIAL – 364.

ARTIGO PRIMEIRO – EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PROFISSIONAIS E ESCOLARES – 364.

ARTIGO SEGUNDO – REINserÇÃO SOCIAL – 364.

TÍTULO OITAVO – PREVENÇÃO DOS ACTOS CRIMES – 364.

CAPÍTULO ÚNICO – PREVENÇÃO – 364.

ARTIGO ÚNICO – COMPETÊNCIAS – 364.

TÍTULO NONO – DIVULGAÇÃO DA SENTENÇA – 365.

CAPÍTULO ÚNICO – DIVULGAÇÃO PÚBLICA DA SENTENÇA – 365.

ARTIGO PRIMEIRO – PRESSUSPOSTOS DA DIVULGAÇÃO – 365.

ARTIGO SEGUNDO – FIXAÇÃO DA DIVULGAÇÃO – 365.

PARTE SEGUNDA

CRIMES – 366.

TÍTULO PRIMEIRO – CONTRA O PATRIMÓNIO – 366.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÃO PERLIMINAR – 366.

ARTIGO ÚNICO – DEFINIÇÕES LEGAIS – 366.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE – 366.

ARTIGO PRIMEIRO – ASSALTO – 366.

ARTIGO SEGUNDO – ROUBO – 368.

ARTIGO TERCEIRO – FURTO DE MEIO DE TRANSPORTE - 369.

ARTIGO QUARTO – USURPAÇÃO DE BEM IMÓVEL E RECURSO
HÍDRICO – 370.

ARTIGO QUINTO – ALTERAÇÃO DE MARCOS – 372.

ARTIGO SEXTO – FURTO – 373.

ARTIGO SÉTIMO – ABUSO DE CONFIANÇA – 376.

ARTIGO OITAVO – USUFRUTO INDEVIDO DE SERVIÇOS
BÁSICOS – 376.

ARTIGO NONO – APROPRIAÇÃO ILEGÍTIMA POR ACESSÃO OU
ACHADO – 377.

ARTIGO DÉCIMO – RECUSA DE RESTITUIÇÃO – 378.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DANO COM VIOLÊNCIA – 378.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DANO – 379.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – GRAFITO – 382.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROSECUÇÃO DO DANO – 382.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS
CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE – 382.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO EM GERAL
– 383.

ARTIGO PRIMEIRO – CONTRABANDO – 383.

ARTIGO SEGUNDO – BRANQUEAMENTO DE OPERAÇÕES
COMERCIAIS – 383.

ARTIGO TERCEIRO – TROCA COMERCIAL DIRECTA – 384.
ARTIGO QUARTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO PROFISSIONAL – 384.
ARTIGO QUINTO – EXPLORAÇÃO – 385.
ARTIGO SEXTO – SABOTAGEM LABORAL – 386.
ARTIGO SÉTIMO – EXTORSÃO – 387.
ARTIGO OITAVO – INFIDELIDADE – 387.
ARTIGO NONO – USURA – 388.
ARTIGO DÉCIMO – ABUSO DE CARTÃO DE GARANTIA, DÉBITO OU CRÉDITO – 388.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TÍTULOS DE GARANTIA, DÉBITO E CRÉDITO – 389.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – BURLA – 390.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – BURLA RELATIVA A SEGUROS – 393.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – BURLA INFORMÁTICA E NAS COMUNICAÇÕES – 394.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – BURLA RELATIVA A TRABALHO OU EMPREGO – 394.
ARTIGO DÉCIMO SEXTO – BURLA DE ACORDO – 395.
ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – BURLA DE DONATIVO – 396.
ARTIGO DÉCIMO OITAVO – BURLA PARA OBTENÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE, HABITAÇÃO OU ESTABELECIMENTO – 396.
ARTIGO DÉCIMO NONO – BURLA PARA OBTENÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS OU SERVIÇO – 397.
ARTIGO VIGÉSIMO – BURLA PARA OBTENÇÃO DE ROUPAS, CALÇADO E ACESSÓRIOS DE MODA – 398.
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO EM GERAL – 398.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES CONTRA OS DIREITOS PATRIMONIAIS – 398.

ARTIGO PRIMEIRO – ABUSO DE PATENTE – 398.
ARTIGO SEGUNDO – PIRATARIA – 399.
ARTIGO TERCEIRO – ESPECULAÇÃO – 400.
ARTIGO QUARTO – INSOLVÊNCIA DOLOSA – 400.
ARTIGO QUINTO – INSOLVÊNCIA NEGLIGENTE – 401.
ARTIGO SEXTO – FRUSTRAÇÃO DE CRÉDITOS – 402.
ARTIGO SÉTIMO – FAVORECIMENTO DE CREDORES – 402.
ARTIGO OITAVO – RECEPÇÃO – 403.
ARTIGO NONO – TRÁFICO E VICIAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE FURTADOS – 404.
ARTIGO DÉCIMO – AUXÍLIO MATERIAL – 404.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PERTURBAÇÃO DE ARREMATACÕES – 405.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ÂMBITO DO OBJECTO DA RECEPÇÃO – 406.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA OS DIREITOS PATRIMONIAIS – 406.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SECTOR PRIVADO – 406.

ARTIGO PRIMEIRO – APROPRIAÇÃO ILEGÍTIMA – 406.
ARTIGO SEGUNDO – ADMINISTRAÇÃO DANOSA – 407.
ARTIGO TERCEIRO – CORRUPÇÃO PASSIVA – 407.
ARTIGO QUARTO – CORRUPÇÃO ACTIVA – 408.
ARTIGO QUINTO – PECULATO – 409.
ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO – 409.
ARTIGO SÉTIMO – RECUSA DE COOPERAÇÃO – 411.
ARTIGO OITAVO – ABUSO DE PODER – 411.
ARTIGO NONO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO POR FUNCIONÁRIO – 411.
ARTIGO DÉCIMO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE CORRESPONDÊNCIA OU DE TELECOMUNICAÇÕES – 412.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECUSA E ABANDONO DE FUNÇÕES OU POSTO – 413.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONCUSSÃO – 413.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO POR FUNCIONÁRIO – 414.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SECTOR PRIVADO – 415.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONCEITO DE FUNCIONÁRIO DO SECTOR PRIVADO – 415.

CAPÍTULO SEXTO – CRIMES CONTRA O SECTOR PÚBLICO OU COOPERATIVO AGRAVADOS PELA QUALIDADE DO AUTOR – 415.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSPIRAÇÃO POR ESPECULAÇÃO – 415.
ARTIGO SEGUNDO – ALICIAMENTO DAS FORÇAS DE INTERVENÇÃO – 416.
ARTIGO TERCEIRO – APROPRIAÇÃO ILEGÍTIMA – 416.
ARTIGO QUARTO – ADMINISTRAÇÃO DANOSA – 417.
ARTIGO QUINTO – ENRIQUECIMENTO ILÍCITO – 418.
ARTIGO SEXTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA O SECTOR PÚBLICO OU COOPERATIVO AGRAVADOS PELA QUALIDADE DO AUTOR – 419.

TÍTULO SEGUNDO – CONTRA O HOMEM – 419.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES CONTRA A VIDA INTRA-UTERINA – 419.

ARTIGO PRIMEIRO – ABORTO – 419.
ARTIGO SEGUNDO – INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ NÃO PUNÍVEL – 420.

ARTIGO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES
CONTRA A VIDA INTRA-UTERINA – 421.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A VIDA – 421.

ARTIGO PRIMEIRO – INFANTICÍDIO – 421.

ARTIGO SEGUNDO – HOMICÍDIO – 422.

ARTIGO TERCEIRO – INCITAMENTO OU AJUDA AO SUICÍDIO –
424.

ARTIGO QUARTO – PROPAGANDA AO SUICÍDIO – 425.

ARTIGO QUINTO – EXPOSIÇÃO OU ABANDONO – 426.

ARTIGO SEXTO – EUTANÁSIA – 427.

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES
CONTRA A VIDA – 427.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA E
PSICOLÓGICA – 427.

ARTIGO PRIMEIRO – OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA – 427.

ARTIGO SEGUNDO – INTERVENÇÕES E TRATAMENTOS
MÉDICO-CIRÚRGICOS – 430.

ARTIGO TERCEIRO – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – 431.

ARTIGO QUARTO – MAUS-TRATOS – 432.

ARTIGO QUINTO – VIOLAÇÃO DE NORMAS DE SEGURANÇA –
434 .

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO EM RIXA – 435.

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES
CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA – 435.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL –
436.

ARTIGO PRIMEIRO – SEQUESTRO – 436.

ARTIGO SEGUNDO – ESCRAVIDÃO – 437.

ARTIGO TERCEIRO – TRÁFICO DE PESSOAS – 438.

ARTIGO QUARTO – RAPTO – 439.

ARTIGO QUINTO – REFÉNS – 441.

ARTIGO SEXTO – AMEAÇA – 442.

ARTIGO SÉTIMO – COACÇÃO – 443.

ARTIGO OITAVO – INTERVENÇÕES E TRATAMENTOS MÉDICO-
CIRÚRGICOS ARBITRÁRIOS – 445.

ARTIGO NONO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES
CONTRA A LIBERDADE PESSOAL – 446.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMES CONTRA A LIBERDADE E
AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL – 446.

ARTIGO PRIMEIRO – COACÇÃO SEXUAL – 446.

ARTIGO SEGUNDO – VIOLAÇÃO – 447.

ARTIGO TERCEIRO – ABUSO SEXUAL – 448.

ARTIGO QUARTO – FRAUDE SEXUAL – 449.
ARTIGO QUINTO – PROcriação ARTIFICIAL NÃO CONSENTIDA – 450.
ARTIGO SEXTO – LENOCÍNIO – 451.
ARTIGO SÉTIMO – ACTOS SEXUAIS COM ADOLESCENTES – 452.
ARTIGO OITAVO – PROSTITUIÇÃO – 453.
ARTIGO NONO – PORNOGRAFIA – 454.
ARTIGO DÉCIMO – IMPORTUNAÇÃO SEXUAL – 455.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUBVERSÃO SEXUAL – 455.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ASSÉDIO SEXUAL – 456.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INIBIÇÃO DO PODER PATERNAL – 456.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROIBIÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES – 456.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE E AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL – 456.

CAPÍTULO SEXTO – CRIMES CONTRA A HONRA – 456.

ARTIGO PRIMEIRO – OFENSA AO ESTADO OU ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA – 456.
ARTIGO SEGUNDO – OPRESSÃO SOBRE CIDADÃO – 457.
ARTIGO TERCEIRO – CALÚNIA – 458.
ARTIGO QUARTO – DIFAMAÇÃO – 459.
ARTIGO QUINTO – INJÚRIA – 460.
ARTIGO SEXTO – OFENSA À MEMÓRIA DE ENTE QUERIDO – 461.
ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A HONRA – 461.

CAPÍTULO SÉTIMO – CRIMES CONTRA A RESERVA DA VIDA PRIVADA – 462.

ARTIGO PRIMEIRO – PERTURBAÇÃO DA VIDA PRIVADA – 462.
ARTIGO SEGUNDO – DEVASSA DA VIDA PRIVADA – 462.
ARTIGO TERCEIRO – DEVASSA POR MEIO INFORMÁTICO – 463.
ARTIGO QUARTO – VIOLAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA – 464.
ARTIGO QUINTO – VIOLAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – 465.
ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO PESSOAL – 465.
ARTIGO SÉTIMO – APROVEITAMENTO INDEVIDO DE SEGREDO – 466.
ARTIGO OITAVO – VIOLAÇÃO DO DOMICÍLIO – 467.
ARTIGO NONO – VIOLAÇÃO DE LUGAR VEDADO AO PÚBLICO – 467.
ARTIGO DÉCIMO – VIOLAÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE – 467.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A RESERVA DA VIDA PRIVADA – 468.

CAPÍTULO OITAVO – CRIMES CONTRA OS DEMAIS BENS JURÍDICOS PESSOAIS – 468.

ARTIGO PRIMEIRO – OMISSÃO DE AUXÍLIO – 468.

ARTIGO SEGUNDO – SUBTRACÇÃO ÀS GARANTIAS DO ESTADO DE DIREITO PORTUGUÊS – 469.

ARTIGO TERCEIRO – GRAVAÇÕES E FOTOGRAFIAS ILÍCITAS – 470.

ARTIGO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA OS DEMAIS BENS JURÍDICOS PESSOAIS – 471.

TÍTULO TERCEIRO – CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE – 471.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES CONTRA A FAMÍLIA – 471.

ARTIGO PRIMEIRO – BIGAMIA – 471.

ARTIGO SEGUNDO – FALSIFICAÇÃO DO ESTADO CIVIL – 472.

ARTIGO TERCEIRO – OBSCENIDADE – 472.

ARTIGO QUARTO – SUBTRACÇÃO DE MENOR – 473.

ARTIGO QUINTO – AUSÊNCIA PROGENITORA – 474.

ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PENSÃO DE ALIMENTOS – 474.

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA – 475.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A CRENÇA RELIGIOSA – 475.

ARTIGO PRIMEIRO – PERTURBAÇÃO, IMPEDIMENTO OU ULTRAJE DE ACTO DE CULTO RELIGIOSO – 475.

ARTIGO SEGUNDO – ULTRAJE POR MOTIVO DE CRENÇA RELIGIOSA – 476.

ARTIGO TERCEIRO – BRUXARIA – 476.

ARTIGO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A CRENÇA RELIGIOSA – 477.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS ENTES QUERIDOS – 477.

ARTIGO PRIMEIRO – PROFANAÇÃO DE CADÁVER – 477.

ARTIGO SEGUNDO – PROFANAÇÃO DE SANTUÁRIO – 477.

ARTIGO TERCEIRO – PERTURBAÇÃO OU IMPEDIMENTO DE CERIMÓNIA FÚNEBRE – 478.

ARTIGO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS ENTES QUERIDOS – 478.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E CONTRAFACÇÃO – 479.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÕES LEGAIS – 479.

ARTIGO SEGUNDO – FALSIFICAÇÃO OU CONTRAFACÇÃO DE DOCUMENTO – 480.

ARTIGO TERCEIRO – FALSIFICAÇÃO DE NOTAÇÃO TÉCNICA – 480.

ARTIGO QUARTO – DANIFICAÇÃO OU SUBTRACÇÃO DE DOCUMENTO E NOTAÇÃO TÉCNICA – 481.

ARTIGO QUINTO – FALSIFICAÇÃO, DANIFICAÇÃO OU SUBTRACÇÃO PRATICADA POR FUNCIONÁRIO – 482.

ARTIGO SEXTO – ATESTADO FALSO – 482.

ARTIGO SÉTIMO – USO DE BILHETE DE IDENTIFICAÇÃO OU DE VIAGEM ALHEIO – 484.

ARTIGO OITAVO – CONTRAFACÇÃO DE MOEDA – 484.

ARTIGO NONO – PASSAGEM DE MOEDA FALSA DE CONCERTO COM O FALSIFICADOR – 485.

ARTIGO DÉCIMO – PASSAGEM DE MOEDA FALSA – 486.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – AQUISIÇÃO DE MOEDA FALSA PARA SER POSTA EM CIRCULAÇÃO – 486.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONTRAFACÇÃO DE VALORES SELADOS – 487.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONTRAFACÇÃO DE SELOS, CUNHOS, MARCAS OU CHANCELAS – 488.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTRAFACÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE CONSUMO – 489.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – FALSIFICAÇÃO DE PESOS E MEDIDAS E DE EQUIPAMENTOS, APARELHOS E INSTRUMENTOS DE PRECISÃO – 490.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FALSIFICAÇÃO DE OBRAS DE ARTE – 491.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – BENS MATERIAIS PASSÍVEIS DE ACTOS DE FALSIFICAÇÃO E CONTRAFACÇÃO – 492.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E CONTRAFACÇÃO – 493.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMES DE PERIGO COMUM – 493.

ARTIGO PRIMEIRO – INCÊNDIOS, EXPLOSÕES E OUTRAS CONDUTAS ESPECIALMENTE PERIGOSAS – 493.

ARTIGO SEGUNDO – ENERGIA NUCLEAR – 494.

ARTIGO TERCEIRO – BENS MATERIAIS PASSÍVEIS DE ACTOS DE PERIGO COMUM – 495.

ARTIGO QUARTO – VIOLÊNCIA – 496.

ARTIGO QUINTO – INFRACÇÃO DE NORMAS DE CONSTRUÇÃO, DANO EM INSTALAÇÕES E PERTURBAÇÃO DE SERVIÇOS – 497.

ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DE NORMAS URBANÍSTICAS – 498.

ARTIGO SÉTIMO – INSTRUMENTOS DE ESCUTA TELEFÓNICA – 499.

ARTIGO OITAVO – CORRUPÇÃO DE SUBSTÂNCIAS ALIMENTARES – 500.

ARTIGO NONO – CORRUPÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICINAIS – 501.

ARTIGO DÉCIMO – CORRUPÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS – 502.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROPAGAÇÃO DE DOENÇA – 503.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ALTERAÇÃO DE ANÁLISE – 504.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ALTERAÇÃO DE RECEITUÁRIO – 505.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RECUSA DE MÉDICO – 506.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SUBVERSÃO, ADULTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO – 507.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – POLUIÇÃO SONORA – 508.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DE PERIGO COMUM – 508.

CAPÍTULO SEXTO – CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES – 509.

ARTIGO PRIMEIRO – CAPTURA OU DESVIO DE MEIO DE TRANSPORTE – 509.

ARTIGO SEGUNDO – ATENTADO À SEGURANÇA DE MEIO DE TRANSPORTE – 510.

ARTIGO TERCEIRO – LANÇAMENTO DE PROJÉCTIL – 511.

ARTIGO QUARTO – CONDUÇÃO PERIGOSA DE CARIZ DESPORTIVO – 512.

ARTIGO QUINTO – CONDUÇÃO PERIGOSA DE MEIO DE TRANSPORTE SOB EFEITO – 513.

ARTIGO SEXTO – CONDUÇÃO PERIGOSA DE MEIO DE TRANSPORTE – 514.

ARTIGO SÉTIMO – PERTURBAÇÃO DE MEIO DE TRANSPORTE COLECTIVO EM MOVIMENTO – 516.

ARTIGO OITAVO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES – 517.

CAPÍTULO SÉTIMO – CRIMES CONTRA A ORDEM, HARMONIA E A TRANQUILIDADE PÚBLICA – 517.

ARTIGO PRIMEIRO – INSTIGAÇÃO PÚBLICA A UM CRIME – 517.

ARTIGO SEGUNDO – APOLOGIA PÚBLICA DE UM CRIME – 517.

ARTIGO TERCEIRO – AMEAÇA COM PRÁTICA DE UM CRIME – 517.

ARTIGO QUARTO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – 517.

ARTIGO QUINTO – PUBLICIDADE – 518.

ARTIGO SEXTO – JOGO ILEGAL – 519.

ARTIGO SÉTIMO – FANATISMO – 519.

ARTIGO OITAVO – ADEPTOS DESPORTIVOS – 520.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO EM MOTIM – 522.

ARTIGO DÉCIMO – DESOBEDIÊNCIA À ORDEM DE DISPERSÃO E ENCAMINHAMENTO – 524.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESOBEDIÊNCIA AO ESTADO DE SÍTIO OU ESTADO DE EMERGÊNCIA – 525.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ABUSO E SIMULAÇÃO DE SINAIS DE PERIGO – 526.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ABUSO DE DESIGNAÇÃO, SINAL OU UNIFORME – 526.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VENDA A MENORES – 526.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – GREVE, PARALISAÇÃO E DISSOLUÇÃO – 527.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – MANIFESTAÇÕES – 528.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EMBRIAGUEZ E INTOXICAÇÃO – 529.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – MENDICIDADE – 530.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RECOLHA DE LIXOS – 530.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONDUTA VIOLENTA – 531.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PALAVRÃO, BLASFÊMIA E HERESIA – 532.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – CLANDESTINOS – 532.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A ORDEM, HARMONIA E A TRANQUILIDADE PÚBLICA – 532.

TÍTULO QUARTO – CONTRA A IDENTIDADE CULTURAL E A INTEGRIDADE PESSOAL – 532.

CAPÍTULO ÚNICO – IDENTIDADE CULTURAL E INTEGRIDADE PESSOAL – 533.

ARTIGO PRIMEIRO – DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENÓFOBA, LEGISLATIVA, RELIGIOSA E SEXUAL – 533.

ARTIGO SEGUNDO – TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS CRUÉIS, DEGRADANTES OU DESUMANOS – 534.

ARTIGO TERCEIRO – OMISSÃO DE DENÚNCIA – 536.

ARTIGO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A IDENTIDADE CULTURAL E A INTEGRIDADE PESSOAL – 537.

TÍTULO QUINTO – CONTRA O ESTADO – 537.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO – 537.

ARTIGO PRIMEIRO – TRAIÇÃO À PÁTRIA – 537.

ARTIGO SEGUNDO – SERVIÇO MILITAR EM FORÇAS INIMIGAS – 538.

ARTIGO TERCEIRO – INTELIGÊNCIAS COM O ESTRANGEIRO – 538.

ARTIGO QUARTO – PRÁTICA DE ACTOS ADEQUADOS A GERAR CONFLITOS E PROVOCAR GUERRA – 539.

ARTIGO QUINTO – COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUXÍLIO A FORÇAS ARMADAS INIMIGAS – 540.

ARTIGO SEXTO – CAMPANHA CONTRA O ESFORÇO DE GUERRA – 540.

ARTIGO SÉTIMO – SABOTAGEM CONTRA A DEFESA NACIONAL – 541.

ARTIGO OITAVO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE ESTADO – 542.

ARTIGO NONO – ESPIONAGEM – 543.

ARTIGO DÉCIMO – MEIOS DE PROVA DE INTERESSE NACIONAL – 543.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INFEDILIDADE DIPLOMÁTICA – 544.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – USURPAÇÃO DE AUTORIDADE PÚBLICA PORTUGUESA – 545.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTREGA ILÍCITA DE CIDADÃO A ENTIDADE ESTRANGEIRA – 546.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CRIMES CONTRA CIDADÃO QUE USUFRUA DE PROTECÇÃO INTERNACIONAL – 547.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ULTRAJE DE SÍMBOLOS ESTRANGEIROS – 548.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE E DE PROCEDIBILIDADE – 548.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ALTERAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO MONÁRQUICO PORTUGUÊS – 549.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – INCITAMENTO – 549.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ATENTADO CONTRA SUAS MAJESTADES E FAMÍLIA REAL – 550.

ARTIGO VIGÉSIMO – OFENSA À HONRA DE SUAS MAJESTADES E FAMÍLIA REAL – 550.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – SABOTAGEM – 551.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – LIGAÇÕES COM O ESTRANGEIRO – 552.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS – 552.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – COACÇÃO CONTRA ÓRGÃOS DE SOBERANIA – 553.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PERTURBAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE ÓRGÃO DE SOBERANIA – 554.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ULTRAJE DE SIMBOLOS NACIONAIS, REGIONAIS, CONCELHIOS E MUNICIPAIS – 554.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – FALSIFICAÇÃO DE RECENSEAMENTO ELEITORAL E CADERNOS ELEITORAIS – 555.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – OBSTRUÇÃO À INSCRIÇÃO DE ELEITOR – 555.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PERTURBAÇÃO DE ACTO ELEITORAL – 556.

ARTIGO TRIGÉSIMO – FRAUDE EM ELEIÇÃO – 556.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – COACÇÃO DE ELEITOR – 557.
ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – CORRUPÇÃO DE ELEITOR – 557.
ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ULTRAJE EM ELEIÇÃO – 558.
ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – INCONGRUÊNCIA EM ELEIÇÃO – 558.
ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – VIOLAÇÃO DO SEGREDO DE ESCRUTÍNIO – 559.
ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – VIOLAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS – 559.
ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO – 559.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A AUTORIDADE PÚBLICA – 559.

ARTIGO PRIMEIRO – RESISTÊNCIA E COACÇÃO SOBRE FUNCIONÁRIO – 559.
ARTIGO SEGUNDO – DESOBEEDIÊNCIA A ORDEM LEGÍTIMA DE AUTORIDADE PÚBLICA – 560.
ARTIGO TERCEIRO – DESTRUICÇÃO, ALIENAÇÃO E SUBTRACÇÃO DO PATRIMÓNIO SOB O CONTROLO DO PODER PÚBLICO – 561.
ARTIGO QUARTO – QUEBRA DE MARCAS E DE SELOS – 561.
ARTIGO QUINTO – RECUSA DE COOPERAÇÃO – 562.
ARTIGO SEXTO – DESONRA – 563.
ARTIGO SÉTIMO – USURPAÇÃO DE FUNÇÕES – 563.
ARTIGO OITAVO – EDITAIS – 564.
ARTIGO NONO – TIRADA DE PRESOS – 564.
ARTIGO DÉCIMO – AUXÍLIO DE FUNCIONÁRIO À EVASÃO – 564.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – NEGLIGÊNCIA NA GUARDA – 564.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – EVASÃO – 564.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VIOLAÇÃO DE IMPOSIÇÕES, PROIBIÇÕES OU INTERDIÇÕES – 565.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – MOTIM DE PRESOS – 565.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE PÚBLICA – 565.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA – 565.

ARTIGO PRIMEIRO – BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS – 565.
ARTIGO SEGUNDO – DENEGAÇÃO DE JUSTIÇA E PREVARICAÇÃO – 566.
ARTIGO TERCEIRO – PREVARICAÇÃO DE ADVOGADO OU SOLICITADOR – 567.
ARTIGO QUARTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE JUSTIÇA – 568.
ARTIGO QUINTO – PERJÚRIO – 568.

ARTIGO SEXTO – FALSIDADE DE TESTEMUNHO, PERICIA, INTERPRETAÇÃO OU TRADUÇÃO – 569.
ARTIGO SÉTIMO – SUBORNO – 570.
ARTIGO OITAVO – DENÚNCIA CALUNIOSA – 571.
ARTIGO NONO – SIMULAÇÃO DE CRIME – 571.
ARTIGO DÉCIMO – FAVORECIMENTO PESSOAL – 571.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MEIO DE PROVA – 571.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA – 571.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS – 572.

ARTIGO PRIMEIRO – CORRUPÇÃO PASSIVA – 572.
ARTIGO SEGUNDO – CORRUPÇÃO ACTIVA – 572.
ARTIGO TERCEIRO – PECULATO – 573.
ARTIGO QUARTO – PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO – 574.
ARTIGO QUINTO – EMPREGO DE FORÇA PÚBLICA CONTRA A EXECUÇÃO DA LEI OU DE ORDEM LEGÍTIMA – 575.
ARTIGO SEXTO – RECUSA DE COOPERAÇÃO – 576.
ARTIGO SÉTIMO – ABUSO DE PODER – 576.
ARTIGO OITAVO – VIOLAÇÃO DE NORMAS URBANISTAS POR FUNCIONÁRIO – 577.
ARTIGO NONO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO POR FUNCIONÁRIO – 578.
ARTIGO DÉCIMO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE CORRESPONDÊNCIA OU DE TELECOMUNICAÇÕES – 578.
ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECUSA E ABANDONO DE FUNÇÕES OU POSTO – 579.
ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONCUSSÃO – 580.
ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO POR FUNCIONÁRIO – 581.
ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS – 581.
ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO – 581.

TÍTULO SEXTO – CONTRA A HUMANIDADE – 582.

CAPÍTULO ÚNICO – TERRORISMO E ORGANIZAÇÃO TERRORISTA – 582.

ARTIGO PRIMEIRO – TERRORISMO – 582.
ARTIGO SEGUNDO – ORGANIZAÇÃO TERRORISTA, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E DE TERRORISTAS – 583.
ARTIGO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES COMETIDOS CONTRA A HUMANIDADE – 584.

TÍTULO SÉTIMO – CONTRA O PLANETA TERRA – 584.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES CONTRA A MATÉRIA SÓLIDA – 584.

ARTIGO PRIMEIRO – CENTRAIS GEOTÉRMICAS ARTIFICIAIS – 584.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSTÂNCIAS NUCLEARES – 585.

ARTIGO TERCEIRO – ATENTADO A INSTALAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO OU RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS – 585.

ARTIGO QUARTO – EXTRACÇÃO ILEGAL DE MATÉRIAS SÓLIDAS – 586.

ARTIGO QUINTO – POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DOS SOLOS – 587.

ARTIGO SEXTO – EROÇÃO DOS SOLOS – 588.

ARTIGO SÉTIMO – ECO PONTOS – 589.

ARTIGO OITAVO – SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS E DETRITOS SÓLIDOS – 589.

ARTIGO NONO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A MATÉRIA SÓLIDA – 590.

CAPÍTULO SEGUNDO – CRIMES CONTRA A MATÉRIA LÍQUIDA – 590.

ARTIGO PRIMEIRO – COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS – 590.

ARTIGO SEGUNDO – ATENTADO A INSTALAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO OU RECICLAGEM DE RESÍDUOS LÍQUIDOS – 591.

ARTIGO TERCEIRO – INUNDAÇÕES – 592.

ARTIGO QUARTO – EXTRACÇÃO ILEGAL DE MATÉRIAS LÍQUIDAS – 593.

ARTIGO QUINTO – POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – 593.

ARTIGO SEXTO – DESVIO DE RECURSO HÍDRICO – 595.

ARTIGO SÉTIMO – SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS E DETRITOS LÍQUIDOS – 595.

ARTIGO OITAVO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A MATÉRIA LÍQUIDA – 596.

CAPÍTULO TERCEIRO – CRIMES CONTRA A MATÉRIA GASOSA – 596.

ARTIGO PRIMEIRO – COMBUSTÍVEIS GASOSOS – 596.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSTÂNCIAS RADIOACTIVAS – 597.

ARTIGO TERCEIRO – ATENTADO A INSTALAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO OU RECICLAGEM DE RESÍDUOS GASOSOS – 597.

ARTIGO QUARTO – EXTRACÇÃO ILEGAL DE MATÉRIAS GASOSAS – 598.

ARTIGO QUINTO – POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DA ATMOSFERA – 599.

ARTIGO SEXTO – SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS E DETRITOS GASOSOS – 600.

ARTIGO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA A MATÉRIA GASOSA – 601.

CAPÍTULO QUARTO – CRIMES CONTRA O PLÂNCTON – 601.

ARTIGO PRIMEIRO – INCÊNDIO FLORESTAL E DESFLORESTAÇÃO – 601.

ARTIGO SEGUNDO – PESCA NOCIVA DE PLÂNCTON – 602.

ARTIGO TERCEIRO – FLORA – 603.

ARTIGO QUARTO – ADULTERAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS – 603.

ARTIGO QUINTO – PLANTAÇÃO DE ESPÉCIES NOCIVAS AO SOLO – 604.

ARTIGO SEXTO – ABATE ILEGAL E DESVITALIZAÇÃO DE ARVORES – 605.

ARTIGO SÉTIMO – ABANDONO DE CULTIVO DE ÁREA AGRÍCOLA – 606.

ARTIGO OITAVO – AUSÊNCIA DE CUIDADO, TRATAMENTO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇO NATURAL – 606.

ARTIGO NONO – CENTRAIS DE BIOMASSA E QUEIMADAS – 607.

ARTIGO DÉCIMO – ABANDONO DE MEIO DE TRANSPORTE – 608.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESTRUIÇÃO DE ESPAÇO NATURAL – 608.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ABUSO E POLUIÇÃO DE ESPAÇO NATURAL – 609.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA O PLÂNCTON – 610.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMES CONTRA OS ANIMAIS – 610.

ARTIGO PRIMEIRO – EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS – 610.

ARTIGO SEGUNDO – COMBATES DE ANIMAIS – 610.

ARTIGO TERCEIRO – FAUNA – 611.

ARTIGO QUARTO – PROPAGAÇÃO DE PRAGA – 612.

ARTIGO QUINTO – ADULTERAÇÃO DE ESPÉCIES ANIMAIS – 613.

ARTIGO SEXTO – CORRUPÇÃO DE RAÇÃO – 614.

ARTIGO SÉTIMO – TRATAMENTO VIOLENTO – 615.

ARTIGO OITAVO – TÉCNICAS DE ABATE – 615.

ARTIGO NONO – ABANDONO E ATENTADO À VIDA ANIMAL – 616.

ARTIGO DÉCIMO – CAÇA ILEGAL DE ESPÉCIE ANIMAL – 616.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ANIMAIS SELVAGENS EM CATIVEIRO – 617.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGISTO VETERINÁRIO – 618.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE POR ANIMAL – 618.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES CONTRA OS ANIMAIS – 619.

ÍNDICE – 620.

